



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

FÁBIO ROBSON CASARA CAVALCANTE

**ANÁLISE DA DESIGUALDADE REGIONAL NO ESTADO DE
RONDÔNIA À LUZ DA TEORIA INSTITUCIONALISTA DE
DOUGLASS NORTH**

Belém
2011

FÁBIO ROBSON CASARA CAVALCANTE

**ANÁLISE DA DESIGUALDADE REGIONAL NO ESTADO DE
RONDÔNIA À LUZ DA TEORIA INSTITUCIONALISTA DE
DOUGLASS NORTH**

**Tese apresentada como requisito para obtenção do título de
Doutor em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental, no
NAEA/UFPA, orientada pelo Prof. Dr. Fábio Carlos da Silva.**

Belém
2011

Dados Internacionais de Catalogação de publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Cavalcante, Fábio Robson Casara

Análise da desigualdade regional no estado de Rondônia à luz da teoria institucionalista de Douglas North / Fábio Robson Casara Cavalcante; Orientador, Fábio Carlos da Silva. – 2011.

463 p.: il.; 30 cm

Inclui Bibliografias

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.

1. Desenvolvimento institucional. 2. Capital social – Rondônia. 3. História econômica. 4. Disparidades regionais – Rondônia . 5. Desenvolvimento sustentável – Rondônia. 6. Douglass North. I. Fábio Carlos da Silva, orientador. II. Título.

CDD: 21. ed. 658.40388111

FÁBIO ROBSON CASARA CAVALCANTE

**ANÁLISE DA DESIGUALDADE REGIONAL NO ESTADO DE
RONDÔNIA À LUZ DA TEORIA INSTITUCIONALISTA DE
DOUGLASS NORTH**

**Tese apresentada como requisito para obtenção do título de
Doutor em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental, no
NAEA/UFPA, orientada pelo Prof. Dr. Fábio Carlos da Silva.**

Defesa em 28.04.2011

Banca Examinadora

Prof. Dr. Fábio Carlos da Silva
PPGDSTU - NAEA/Universidade Federal do Pará, Orientador

Prof^a. Dr^a. Nírvia Ravena de Sousa
PPGDSTU - NAEA/Universidade Federal do Pará

Prof^a. Dr^a. Edna Maria Ramos de Castro
PPGDSTU - NAEA/Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Eduardo José Monteiro da Costa
PPGE/Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Lucas Araújo Carvalho
PPGMDR/ Universidade Federal do Acre

In Memoriam:

Hamilton Cavalcante (pai)

Jorge Casara (tio)

Tito Casara (tio)

Mariana Cavalcante (prima)

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Embora tenha uma autoria determinada, uma Tese não é finalizada sem um conjunto de colaboradores, diretos e/ou indiretos. Por esta razão gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos a Deus, em primeiro lugar, e às pessoas que estiveram física e espiritualmente ao meu lado durante esta jornada. De forma especial, gostaria de lembrar algumas delas:

Ao meu pai Hamilton Pimentel Nogueira Cavalcante (In memoriam) pela saudade e pelo conforto de sua presença espiritual em minha vida. A você meu pai meu muito obrigado por tudo que fizeste por mim. Embora tenha compartilhado comigo a vitória de meu ingresso ao NAEA/UFPA, da mesma forma compartilharemos juntos o fruto deste trabalho, pois a tua presença está em mim;

À minha mãe Emma Casara Cavalcante que, ao lado de meu pai, soube apontar sabiamente a direção certa a seguir, da qual se percebe que o resultado daquela decisão tomada em 1988, quando se decidiu mandar um filho adolescente de 15 anos estudar em outro oriente com o objetivo único de ter a chance de um futuro melhor, ainda pode ser comemorado nos dias de hoje com essa nova conquista. Não chegaria aqui se não houvesse o apoio incondicional de vocês.

À minha esposa Ana Maria e às minhas filhas Fabianna Beatriz, Maria Eduarda e Fábiana Mariana pela paciência, pelo apoio, pelo sacrifício, pela compreensão e, sobretudo, pelo amor sempre presente que permitiu forças nas horas mais difíceis desta caminhada. Este trabalho ofereço a vocês, minha família;

Aos meus irmãos, cunhados e sobrinhos pelo convívio, apoio e sentimento familiar tão presentes durante toda a fase de construção do trabalho;

À Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, na pessoa do Dr. José Januário de Oliveira Amaral, Reitor desta IFES, pela autorização de minha liberação para cursar o Doutorado no NAEA/UFPA;

Ao Departamento de Ciências da Administração da UNIR, Campus de Guajará-Mirim, na pessoa do Sr. Ms. José Otávio Valiante, Chefe do referido Departamento, por permitir meu afastamento sem o qual não seria possível obter minha liberação pela UNIR;

Ao Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq pelo apoio financeiro através da concessão de Bolsa de Doutorado durante a realização deste curso;

À Universidade Federal do Pará, através do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, por ter possibilitado o pleno desenvolvimento desta pesquisa vinculado ao Programa de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - PDTU;

Ao grupo de pesquisa em “História Econômica e Planejamento Público na Amazônia” por ter aprovado a inserção deste trabalho em sua linha de pesquisa;

À Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, na pessoa do Sr. Especialista Arquimedes Ernesto Longo pelo trabalho cartográfico do Estado de Rondônia com base nos dados da pesquisa;

À Junta Comercial do Estado de Rondônia – JUCER, pelas informações sobre as micro e pequenas empresas existente no Estado;

Ao professor Dr. Fábio Carlos da Silva por ter apontado o campo do conhecimento em História Econômica que despertou o interesse do presente trabalho e por ter aceitado o papel de Orientador acreditando, assim, na viabilidade do projeto;

Ao professor Dr. Antônio Cordeiro de Santana pelo ensinamento do método de análise quantitativa que possibilitou a aplicação da ferramenta estatística SPSS pela pesquisa, o que viabilizou o desenvolvimento da Tese. A você meu muito obrigado;

Aos professores do NAEA pela oportunidade de novos conhecimentos e pelo excelente nível de formação intelectual que permitiu o amadurecimento científico do autor;

Aos professores, Dra. Tereza Ximenes Ponte e Dr. Marcos Ximenes Ponte, pela oportunidade de conhecer e discutir a linha de pesquisa em “capital social e desenvolvimento local”, a qual permitiu direcionar o caminho a ser seguido;

Aos professores que participaram de meu exame de qualificação, Dr. Mário Amin e Dra. Nírvia Ravena pela grandiosa contribuição que deram a este trabalho, pois foi através das sugestões feitas, naquele momento, que o trabalho pôde, enfim, ganhar corpo e direção mais afinada. Vocês desempenharam um papel fundamental para a lapidação desta obra. Meu profundo agradecimento;

Ao professor da UNIR, Campus de Guajará-Mirim e irmão João Carlos Erpen pela coordenao da equipe em Guajará-Mirim, responsável pela aplicao dos questionários para medir o capital social, o qual contou com a colaborao dos estudantes do curso de Administrao desta IFES, neste município. A vocês meu muito obrigado. Neste sentido, estendo os meus agradecimentos à equipe de Ji-Paraná na pessoa do Engenheiro Agrônomo Hélio Casara.

Aos meus amigos de Turma do NAEA pelo convívio e pela possibilidade de troca constante de idéias, o que comumente fortalecia a visão interdisciplinar e o amadurecimento intelectual. Entre eles gostaria de agradecer aos mais próximos, Everaldo Nascimento de Almeida, “ver”, e Michelly Rios Arévalo, “Peruano”, pelos vários momentos tanto difíceis quanto felizes. Ao grupo de pesquisa criado para estudar as disciplinas, o qual eu tive o privilégio de poder t-lo reunido algumas vezes em minha residência: Regina Chelly, Protázio, Claudinha e Patrícia Guedes que com certeza ajudaram a tornar este Doutorado inesquecível.

Gostaria de agradecer, em especial, a analista ambiental do IBAMA, Sra. Ms. Slvia Bezerra de Góes que sem medir esforço contribuiu, sobremaneira, com esta Tese através do auxílio no trabalho de levantamento e sistematizao dos dados quantitativos. Não há palavras que possa imaginar que retribua a grandiosa contribuio que deste para esta obra. Serei eternamente agradecido. Que esta seja o início de muitas outras parcerias;

Aos amigos Rivaldo, Vanda, Joãozinho, Leila, Fernanda, Iones, Val, Liliane, Eliana, Heraldo, Neiva, Nia, Mário Fernandes, João “come vivo”, Guilherme, Jandir, Ruth, Rubens, Reis, Rosângela, Paulo, Fran, Audeni, João “eletricista”, Cláudio “vereador”, Serafim que tive o privilégio de conviver durante os nossos encontros no Espaço Vida Saudável do Rivaldo, Vanda e Joãozinho. Indiretamente vocês têm fizeram parte desta história.

Ao amigo Jorge Washington de Amarin Júnior pelo apoio no inglês e pelas conversas mantidas durante o curso intensivo que sempre foi rodeado de um bom repertório musical de violão.

Aos II.. da B.. L.. .S.. F e Confiança n.é 1 por representarem um porto seguro nesta árdua caminhada.

E, finalmente, aos espíritos de luz que trouxeram alento a este trabalho.

A todos vocês meu muito obrigado!

RESUMO

Este trabalho foi construído a partir de um questionamento central que procurava entender o porquê de uma região como a do município de Guajará-Mirim que era considerada a cidade mais bonita do estado de Rondônia, durante as décadas de 1970 e 1980, hoje, porém, se vê apática, desfocada de uma visão de progresso, cega de um projeto de desenvolvimento local definido, sem ânimo e sem o brilho que no passado tão recente fazia com que sua população se orgulhasse de seu “apelido” mais famoso, “Pérola do Mamoré”. De outro lado, os municípios ao longo do eixo da BR-364 que apresentavam uma situação bem distinta de Guajará-Mirim, portanto, mais prósperos. Diante deste aspecto, se pretendeu verificar se a teoria institucionalista de Douglass North seria adequada para explicar a desigualdade regional do Estado de Rondônia já que para esta corrente teórica, a questão histórica exercia um poder “*path dependence*”. Deste modo, procurou-se testar se o contexto histórico atrelado às mudanças institucionais estaria interferindo ou não no desempenho institucional das mesorregiões do Estado de Rondônia. Como primeira grande ação deste processo foi evidenciada, no território rondoniense, a existência de duas mudanças institucionais que impactaram, de forma distinta, as respectivas mesorregiões, as quais foram relacionadas aos dois grandes empreendimentos implantados em Rondônia, ou seja, a EFMM com impacto sobre a porção mesorregional Madeira-Guaporé e a BR-364 com impacto sobre a porção mesorregional Leste Rondoniense, ampliando, com isso, o poder de análise. Como segunda grande ação foi levantado indicadores agrupados nas categorias de “capacidade institucional”, de “gestão ambiental”, de “economia regional” e de “qualidade de vida”, os quais permitiram chegar, com base na análise fatorial e na utilização da ferramenta estatística SPSS, aos índices de desempenho institucional municipal, microrregional e mesorregional do Estado. Com base nos índices de desempenho institucional levantados pela pesquisa ficou, portanto, evidenciado que a história econômica interferiu no desempenho institucional mesorregional de Rondônia, o qual demonstrou uma tendência de crescimento positivo para a mesorregião Leste Rondoniense e negativo para a mesorregião Madeira-Guaporé, comprovando o poder “*Path Dependence*”. Contudo, objetivando averiguar a capacidade de explicação da desigualdade regional com base no capital social, a partir de um contexto qualitativo, fica evidenciada a coerência deste resultado com o pensamento teórico do institucionalismo de Douglass North já que pelos parâmetros de capital social utilizados pela pesquisa, o poder “*Path Dependence*” fica, ainda mais, transparente, o que demonstra a adequação destas perspectivas teóricas para a explicação da desigualdade regional do Estado de Rondônia, mesmo se tratando de uma região periférica inserida em um país, também periférico, como o Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Desempenho Institucional. Desigualdade Regional. Institucionalismo. Douglass North. Estado de Rondônia

ABSTRACT

This work was built starting from a central question which tried to understand the reason why an area such as the municipal district of Guajará-Mirim which used to be considered the most beautiful city of the state of Rondônia, during the 1970's and 1980's, today, however, it is apathetic, with no focus at all of a vision of progress, blind of a project of defined local development, without vitality and without the shine that used to have in such recent past which made its population proud of it and its famous "nickname", "Pearl of Mamoré." On the other hand, the municipal districts along the axis of BR-364 that presented a situation very different from Guajará-Mirim, therefore, more prosperous. Considering this aspect, it was intended to verify if Douglass North's institutional theory would be suitable to explain the regional inequality of the State of Rondônia considering that for this theoretical thought, the historical somehow would influence "Path Dependence." Therefore, it sought to test whether the historical context harnessed to the institutional changes would be interfering or not in the institutional performance of the mesoregions of Rondônia State. As great first action of this process was highlighted, in the Rondônia territory, the existence of two institutional changes that influence, in a different way, the respective mesoregions, which were related to the two great enterprises implanted in Rondônia, in other words, EFMM with impact on the mesoregional Madeira-Guaporé portion and BR-364 with impact on the mesoregional East portion, enlarging, this way, the analysis power. As second great action, it was collected indicators contained in the categories of "institutional capacity", of "environmental administration", of "regional economy" and of "life quality", which allowed to get, with base in the factorial analysis and in the use of the statistical tool SPSS, to the indexes of municipal institutional performance, microregional and mesoregional of the State. based on the indexes of institutional performance collected by the research it was, therefore, highlighted that the economical history interfered in the mesoregional institutional performance of Rondônia, which demonstrated a tendency of positive growth to the East mesoregion and negative for the Madeira-Guaporé mesoregion, proving the power "Path Dependence". However, aiming at to discover the capacity of explanation of the regional inequality with base on the social capital, starting from a qualitative context, the coherence of this result is evidenced with the theoretical thought of institutionalism of Douglass North considering the for the parameters of social capital used by the research, the power "Path Dependence" is, even more, transparent, which demonstrates how suitable are these theoretical perspectives for the explanation of the regional inequality of the State of Rondônia, even when it comes to an outlying region inserted in a country, also outlying, like Brazil itself.

KEY WORDS: Institutional Performance. Regional inequality. Institutionalism. Douglass North. State of Rondônia

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mesorregiões do Estado de Rondônia.....	27
Figura 2 - Microrregiões da Mesorregião Madeira-Guaporé do Estado de Rondônia.....	27
Figura 3 - Microrregiões da Mesorregião Leste Rondoniense do Estado de Rondônia....	28
Figura 4 -Subdivisões do institucionalismo.....	42
Figura 5 - Linhas de trabalho da NEI.....	55
Figura 6 - Representação dos três estádios de desenvolvimento.....	108
Figura 7 - Critérios de avaliação do desempenho institucional de Putnam sobre a Itália.	117
Figura 8 - Critérios de avaliação do desempenho institucional da Tese.....	123
Figura 9 - Classificação da capacidade institucional.....	126
Organograma 1 - Ilustração da estrutura da Tese.....	146
Fotografia 1 - Vista aérea do Forte Príncipe da Beira, município de Costa Marques, RO	162
Fotografia 2 - Vista lateral do Forte Príncipe da Beira.....	162
Figura 10 - Ilustração do trecho da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.....	193
Figura 11 - As mudanças institucionais do Estado de Rondônia.....	231
Figura 12 - Imagem dos focos de incêndios florestais no Estado de Rondônia, em 2005	250
Fotografia 3 - Ilustração do avanço da pecuária em áreas de preservação ambiental no município de Guajará-Mirim, numa faixa de terra entre os rios Pacaás Novos e Mamoré.....	251

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de migrantes para a Amazônia: 1877-1900.....	172
Gráfico 2 - Produção mundial de borracha: 1900 a 1919.....	192
Gráfico 3 - Produção nacional de borracha, em toneladas, no período de 1912 a 1950.	206
Gráfico 4 - Percentual de recursos utilizados pela SPVEA no 1º Plano Quinquenal de 1955 a 1959.	210
Gráfico 5 - Percentual da população mesorregional em relação ao Estado de Rondônia.....	232
Gráfico 6 - Percentual da população microrregional em relação ao Estado de Rondônia.....	233
Gráfico 7 - Fluxo migratório por mesorregiões do Estado de Rondônia, em 1980.....	234
Gráfico 8 - Fluxo migratório por microrregiões do Estado de Rondônia, em 1980.....	235
Gráfico 9 - Fluxo migratório por mesorregiões do Estado de Rondônia, em 1991.....	236
Gráfico 10 - Fluxo migratório por microrregiões do Estado de Rondônia, em 1991.....	237
Gráfico 11 - Fluxo migratório por mesorregiões do Estado de Rondônia, em 2000.....	237
Gráfico 12 - Fluxo migratório por microrregiões do Estado de Rondônia, em 2000.....	238
Gráfico 13 - Densidade populacional mesorregional do Estado de Rondônia.....	239
Gráfico 14 - Densidade populacional microrregional do Estado de Rondônia.....	240
Gráfico 15 - Taxa de urbanização mesorregional do Estado de Rondônia.....	241
Gráfico 16 - Taxa de urbanização microrregional do Estado de Rondônia.....	241
Gráfico 17 -Percentual mesorregional da produção de café em relação ao Estado de Rondônia.....	242
Gráfico 18 - Percentual microrregional da produção de café em relação ao Estado de Rondônia.....	243
Gráfico 19 - Percentual mesorregional da produção de arroz em relação ao Estado de Rondônia.....	244
Gráfico 20 - Percentual microrregional da produção de arroz em relação ao Estado de Rondônia.....	244
Gráfico 21 - Número de cabeça de gado por mesorregião do Estado de Rondônia.....	245
Gráfico 22 - Número de cabeça de gado por microrregião do Estado de Rondônia.....	246
Gráfico 23 -Produção de leite por mesorregião do Estado de Rondônia.....	246
Gráfico 24 - Produção de leite por microrregião do Estado de Rondônia.....	247

Gráfico 25 - Número de bovinos por área de pastagem em nível mesorregional de Rondônia.....	248
Gráfico 26 - Número de bovinos por área de pastagem em nível microrregional de Rondônia.....	249
Gráfico 27 - Produção de leite por área de pastagem em nível mesorregional de Rondônia.....	252
Gráfico 28 - Produção de leite por área de pastagem em nível microrregional de Rondônia.....	253
Gráfico 29 - Percentual mesorregional da produção de cacau em relação ao Estado de Rondônia.....	254
Gráfico 30 - Percentual microrregional da produção de cacau em relação ao Estado de Rondônia.....	255
Gráfico 31 - Percentual de produção mesorregional de aves em relação ao Estado.....	256
Gráfico 32 - Percentual de produção microrregional de aves em relação ao Estado.....	257
Gráfico 33 - Percentual de produção mesorregional de suínos em relação ao Estado.....	257
Gráfico 34 - Percentual de produção microrregional de suínos em relação ao Estado.....	258
Gráfico 35 - Percentual de produção mesorregional de ovinos e caprinos em relação ao Estado.....	259
Gráfico 36 - Percentual de produção microrregional de ovinos e caprinos em relação ao Estado.....	260
Gráfico 37 - Valor da produção mesorregional de castanha (Mil R\$) em Rondônia.....	261
Gráfico 38 - Valor da produção microrregional de castanha (Mil R\$) em Rondônia.....	261
Gráfico 39 - Valor da produção mesorregional de borracha (Mil R\$) em Rondônia.....	262
Gráfico 40 - Valor da produção microrregional de borracha (Mil R\$) em Rondônia.....	263
Gráfico 41 - Número de TI's em nível mesorregional do Estado de Rondônia.....	264
Gráfico 42 - Número de TI's em nível microrregional do Estado de Rondônia.....	265
Gráfico 43 - Número de UC's por mesorregião do Estado de Rondônia.....	266
Gráfico 44 - Número de UC's por microrregião do Estado de Rondônia.....	267
Gráfico 45 - Percentual de áreas com UC's por mesorregião do Estado de Rondônia.....	268
Gráfico 46 - Percentual de áreas com UC'S por microrregião do Estado de Rondônia.....	268

Gráfico 47 - Valor da produção de madeira em tora por mesorregião do Estado de Rondônia.....	270
Gráfico 48 - Valor da produção de madeira em tora por microrregião do Estado de Rondônia.....	271
Gráfico 49 - Área dos estabelecimentos com lavouras permanentes e temporárias por mesorregião do Estado de Rondônia.....	272
Gráfico 50 - Área dos estabelecimentos com lavouras permanentes e temporárias por microrregião do Estado de Rondônia.....	272
Gráfico 51 - Área dos estabelecimentos com pastagem naturais e artificiais por mesorregião do Estado de Rondônia.....	273
Gráfico 52 - Área dos estabelecimentos com pastagem naturais e artificiais por microrregião do Estado de Rondônia.....	274
Gráfico 53 - Área dos estabelecimentos com florestas naturais e artificiais por mesorregião do Estado de Rondônia.....	275
Gráfico 54 - Área dos estabelecimentos com florestas naturais e artificiais por microrregião do Estado de Rondônia.....	275
Gráfico 55 - Percentual de desmatamento por mesorregião do Estado de Rondônia.....	276
Gráfico 56 - Percentual de desmatamento por microrregião do Estado de Rondônia.....	277
Gráfico 57 - Número de deputados eleitos por mesorregião do Estado de Rondônia.....	278
Gráfico 58 - Número de deputados eleitos por microrregião do Estado de Rondônia.....	278
Gráfico 59 - Número de conselhos municipais por mesorregião do Estado de Rondônia.....	279
Gráfico 60 - Número de conselhos municipais por microrregião do Estado de Rondônia.....	280
Gráfico 61 - Percentual de eleitores aptos por mesorregião em relação ao Estado de Rondônia.....	280
Gráfico 62 - Percentual de eleitores aptos por microrregião em relação ao Estado de Rondônia.....	281
Gráfico 63 - Percentual de comparecimento dos eleitores por mesorregião do Estado de Rondônia.....	282
Gráfico 64 - Percentual de comparecimento dos eleitores aptos por microrregião do Estado de Rondônia.....	282

Gráfico 65 - Síntese do índice IDCI por microrregião para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2009.....	334
Gráfico 66 - Síntese do índice IDGA por microrregião para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2009.....	335
Gráfico 67 - Síntese do índice IDER por microrregião para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2009.....	336
Gráfico 68 - Síntese do índice IDQV por microrregião para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2009.....	338
Gráfico 69 - Síntese do IDI por microrregião para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2009.....	343
Gráfico 70 - Síntese do IDI por mesorregião para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2009	349
Gráfico 71 - Síntese do IDI por mesorregião, sem a microrregião de Porto Velho e o IDGA.....	350
Gráfico 72 - Sexo dos entrevistados para medir o capital social.....	353
Gráfico 73 - Faixa etária dos entrevistados para medir o capital social.....	353
Gráfico 74 - Nível de escolaridade dos entrevistados para medir o capital social.....	354
Gráfico 75 - Renda dos entrevistados para medir o capital social.....	354
Gráfico 76 - Síntese do capital social em Ji-Paraná e Guajará-Mirim.....	355

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Divisão territorial do Brasil em 1940.....	204
Mapa 2 - Divisão territorial do Brasil em 1945.....	205
Mapa 3 - Divisão territorial do Brasil em 1950.....	205
Mapa 4 - APL's nos municípios da Amazônia.....	224
Mapa 5 - Divisão territorial de Rondônia de 1976 a 1983.....	226
Mapa 6 - Divisão territorial de Rondônia de 1986 a 1992.....	228
Mapa 7 - Áreas de UC's e TI's existentes no município de Guajará-Mirim.....	251
Mapa 8 - IDCI por município de Rondônia para o ano de 1980.....	287
Mapa 9 - IDCI por município de Rondônia para o ano de 1991.....	289
Mapa 10 - IDCI por município de Rondônia para o ano de 2000.....	292
Mapa 11 - IDCI por município de Rondônia para o ano de 2009.....	294
Mapa 12 - IDGA por município de Rondônia para o ano de 1980.....	297
Mapa 13 - IDGA por município de Rondônia para o ano de 1991.....	299
Mapa 14 - IDGA por município de Rondônia para o ano de 2000.....	302
Mapa 15 - IDGA por município de Rondônia para o ano de 2009.....	304
Mapa 16 - IDER por município de Rondônia para o ano de 1980.....	308
Mapa 17 - IDER por município para o ano de 1991.....	310
Mapa 18 - IDER por município para o ano de 2000.....	313
Mapa 19 - IDER por município para o ano de 2009.....	315
Mapa 20 - IDQV por município para o ano de 1980.....	317
Mapa 21 - IDQV por município para o ano de 1991.....	320
Mapa 22 - IDQV por município para o ano de 2000.....	322
Mapa 23 - IDQV por município para o ano de 2009.....	324
Mapa 24 - IDI por município para o ano de 1980.....	326
Mapa 25 - IDI por município para o ano de 1991.....	327
Mapa 26 - IDI por município para o ano de 2000.....	330
Mapa 27 - IDI por município para o ano de 2009.....	332
Mapa 28 - Síntese do IDI por microrregião para o ano de 1980.....	339
Mapa 29 - Síntese do IDI por microrregião para o ano de 1991.....	340
Mapa 30 - Síntese do IDI por microrregião para o ano de 2000.....	341

Mapa 31 - Síntese do IDI por microrregião para o ano de 2009.....	342
Mapa 32 - Síntese do IDI por mesorregião para o ano de 1980.....	345
Mapa 33 - Síntese do IDI por mesorregião para o ano de 1991.....	346
Mapa 34 - Síntese do IDI por mesorregião para o ano de 2000.....	347
Mapa 35 - Síntese do IDI por mesorregião para o ano de 2009.....	348

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fases da trajetória histórica de North ao longo de sua vida intelectual.....	58
Quadro 2 - Análise da transição do histórico para o teórico na trajetória intelectual de North.....	59
Quadro 3 - Classificação do Capital social segundo a forma de abordagem.....	99
Quadro 4 - Indicadores de desempenho institucional utilizados por Putnam.....	116
Quadro 5 - Indicadores eleitos para o tema Capacidade Institucional.....	119
Quadro 6 - Indicadores eleitos para o tema Gestão Ambiental.....	120
Quadro 7 - Indicadores eleitos para o tema Economia Regional.....	121
Quadro 8 - Indicadores eleitos para o tema Qualidade de Vida.....	122
Quadro 9 - Processo de criação dos municípios de Rondônia de 1977 a 1987.....	129
Quadro 10 - Processo de criação dos municípios de Rondônia de 1988 a 1995.....	130
Quadro 11 - Critérios para extração de fatores.....	137
Quadro 12 - Termos-chave sobre a análise multivariada de dados.....	137
Quadro 13 - Os PCI's implantados no Território Federal de Rondônia.....	219
Quadro 14 - Descrição dos critérios de capital social utilizados pela pesquisa.....	356

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - IDCI por município para o ano de 1980.....	286
Tabela 2 - IDCI por município para o ano de 1991.....	288
Tabela 3 - IDCI por município para o ano de 2000.....	291
Tabela 4 - IDCI por município para o ano de 2009.....	293
Tabela 5 - IDGA por município para o ano de 1980.....	296
Tabela 6 - IDGA por município para o ano de 1991.....	298
Tabela 7 - IDGA por município para o ano de 2000.....	301
Tabela 8 - IDGA por município para o ano de 2009.....	303
Tabela 9 - IDER por município para o ano de 1980.....	307
Tabela 10 - IDER por município para o ano de 1991.....	309
Tabela 11 - IDER por município para o ano de 2000.....	312
Tabela 12 - IDER por município para o ano de 2009.....	314
Tabela 13 - IDQV por município para o ano de 1980.....	316
Tabela 14 - IDQV por município para o ano de 1991.....	319
Tabela 15 - IDQV por município para o ano de 2000.....	321
Tabela 16 - IDQV por município para o ano de 2009.....	323
Tabela 17 - IDI por município para o ano de 1980.....	325
Tabela 18 - IDI por município para o ano de 1991.....	328
Tabela 19 - IDI por município para o ano de 2000.....	329
Tabela 20 - IDI por município para o ano de 2009.....	331
Tabela 21 - Síntese do índice IDCI por microrregião para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2009.....	333
Tabela 22 - Síntese do índice IDGA por microrregião para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2009.....	334
Tabela 23 - Síntese do índice IDER por microrregião para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2009.....	336
Tabela 24 - Síntese do índice IDQV por microrregião para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2009.....	337
Tabela 25 - Síntese do IDI por microrregião para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2009..	343
Tabela 26 - Síntese do IDI por microrregião para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2009.....	344

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALE/RO – Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia
ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações
APL – arranjos produtivos locais
AROM – Associação Rondoniense dos Municípios
BASA – Banco da Amazônia S/A
BCB – Banco de Crédito da Borracha S/A
BIRD – Banco Mundial
CEPLAC – Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
DATASUS – Banco de dados do Sistema único de saúde
EFMM – Estrada de Ferro Madeira Mamoré
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMC – ensino médio completo
EMI – ensino médio incompleto
ESAM – Escola Superior de Agricultura de Mossoró
EUA – Estados Unidos da América
FC – fundamental completo
FI – fundamental incompleto
IACOLET – Autoridade ou Capacitação e Ação Política
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
ICCOOP – Ação Coletiva e Cooperação
ICMS – Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
ICOINSOC – Coesão e Inclusão Social
ICOLIDAR – Confiança e Solidariedade
IDCI – Índice de desenvolvimento da capacidade institucional
IDER – Índice de desenvolvimento da economia regional
IDGA – Índice de desenvolvimento gestão ambiental
IDI – Índice de desenvolvimento institucional
IDQV – Índice de desenvolvimento da qualidade de vida

IGRedes – Grupos e Redes
IICOMUN – Informações e Comunicações
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INIC – Instituto Nacional de Imigração e Colonização
INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPEADATA – Base de dados do Instituto de Pesquisa econômica aplicada
JK – Juscelino Kubitscheck
JUCER – Junta comercial do Estado de Rondônia
MAL – Microrregião de Alvorada do Oeste
MAR – Microrregião de Ariquemes
MGM – Microrregião Guajará-Mirim
MJP – Microrregião de Ji-Paraná
MLR – Mesorregião Leste rondoniense
MMA – Ministério do Meio ambiente
MMG – Mesorregião Madeira Guaporé
MP/RO – Ministério público de Rondônia
MPV – Microrregião Porto Velho
MRC – Microrregião de Cacoal
MRCO – Microrregião de Colorado do Oeste
MRV – Microrregião de Vilhena
MT – Ministério do Trabalho
NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará
NEI – Nova Economia Institucional
NUARs – Núcleos Urbanos de Apoio Rural
NUMA – Núcleo de Meio Ambiente
OECD – Organization for economic co-operation and development
PADs – Projetos de Assentamento Dirigido
PIB – Produto Interno Bruto
PIC/ PCI – Projeto integrado de colonização
PIN – Programa de Integração Nacional
PIN – Programa de integração nacional
PLANAFLORO – Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia
PLANAFLORO – Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente

PNUD – Programa das Nações unidas para o desenvolvimento

POLAMAZÔNIA – Programa de Pólos Agropecuários e Agro-minerais da Amazônia

POLONOROESTE – Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste do Brasil

PPGEP/UFSC – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção/Universidade Federal de Santa Catarina

PRODETUR – Programa de desenvolvimento do turismo

PRODOESTE – Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste

Projeto de Assentamento Rápido – PAD

PROTERRA – Programa de Redistribuição de terras e estímulo à agroindústria do Norte e Nordeste

PROVALE – Programa Especial para o vale do São Francisco

SC – superior completo

SECEL-RO – Secretaria de Cultura do Estado de Rondônia

SEDAM – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental

SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento e coordenação geral

SI – superior incompleto

SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

SPSS – Statistical Package for social sciences

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

STN/ FINBRA – Secretaria do tesouro Nacional/Finanças municipais do Brasil

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus

SUPRA – Superintendência de Política Agrária

TC/RO – Tribunal de contas de Rondônia

TIs – Terras indígenas

TRE/RO – Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

UCs – Unidades de conservação

UFERSA – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

UFLA – Universidade Federal de Lavras

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

UNIR – Universidade Federal de Rondônia

VEI – Velha Economia Institucional

ZFM – Zona Franca de Manaus

ZEE/RO – Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Rondônia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	26
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	38
2.1 A VISÃO INSTITUCIONALISTA.....	41
2.1.1 A Velha Economia Institucional – VEI	43
2.1.2 A Nova Economia Institucional – NEI	50
2.1.2.1 O institucionalismo de Douglass North.....	57
2.1.2.1.1 Os termos-chave da NEI de Douglass North.....	62
2.1.2.1.2 Mudança institucional.....	72
2.1.2.1.3 O institucionalismo de North no trabalho de Putnam.....	78
2.1.2.1.4 O institucionalismo de North e o desenvolvimento endógeno.....	103
3 FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA	108
3.1 O MÉTODO DE PESQUISA.....	110
3.2 CONCEPÇÃO DOS INDICADORES DA TESE.....	111
3.2.1 Os critérios de desempenho institucional da Tese	124
3.3 O OBJETO DE PESQUISA.....	133
3.4 ANÁLISE FATORIAL.....	135
3.4.1 Conceito de análise fatorial	136
3.4.2 Critério para extração de fatores	136
3.4.3 Modelo analítico	138
3.4.4 Testes de adequação do método fatorial à massa de dados	141
3.4.5 Níveis de escala	142
3.5 FERRAMENTAS METODOLÓGICAS UTILIZADAS.....	143
3.6 ORGANOGRAMA ILUSTRATIVO DA TESE.....	146

4 HISTÓRIA ECONÔMICA E AS MUDANÇAS INSTITUCIONAIS EM RONDÔNIA.....	147
4.1 O OURO E A SOBERANIA DE PORTUGAL NA REGIÃO.....	148
4.2 A ESTRADA DE FERRO MADEIRA-MAMORÉ E O MARCO ZERO DE RONDÔNIA: A PRIMEIRA MUDANÇA INSTITUCIONAL.....	163
4.2.1 A questão do Acre.....	174
4.2.2 A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.....	184
4.3 A TRANSIÇÃO ENTRE A PRIMEIRA E A SEGUNDA MUDANÇA INSTITUCIONAL.....	197
4.4 BR 364: A SEGUNDA MUDANÇA INSTITUCIONAL.....	212
5 ANÁLISE DO DESEMPENHO INSTITUCIONAL DO ESTADO DE RONDÔNIA.....	284
5.1 INDICES PARA A DETERMINAÇÃO DO DESEMPENHO INSTITUCIONAL DE RONDÔNIA.....	286
5.1.1 Índice de desempenho da capacidade institucional, em nível municipal, do Estado de Rondônia.....	286
5.1.1.1 IDCI para o ano de 1980.....	286
5.1.1.2 IDCI para o ano de 1991.....	288
5.1.1.3 IDCI para o ano de 2000.....	290
5.1.1.4 IDCI para o ano de 2009.....	290
5.1.2 Índice de desempenho da gestão ambiental, em nível municipal, do Estado de Rondônia.....	295
5.1.2.1 IDGA para o ano de 1980.....	295
5.1.2.2 IDGA para o ano de 1991.....	298
5.1.2.3 IDGA para o ano de 2000.....	300
5.1.2.4 IDGA para o ano de 2009.....	300
5.1.3 Índice de desempenho da economia regional, em nível municipal, do Estado de Rondônia.....	306
5.1.3.1 IDER para o ano de 1980.....	306
5.1.3.2 IDER para o ano de 1991.....	306

5.1.3.3 IDER para o ano de 2000.....	311
5.1.3.4 IDER para o ano de 2009.....	311
5.1.4 Índice de desempenho da qualidade de vida, em nível municipal, do Estado de Rondônia.....	316
5.1.4.1 IDQV para o ano de 1980.....	316
5.1.4.2 IDQV para o ano de 1991.....	318
5.1.4.3 IDQV para os anos de 2000 e 2009.....	318
5.1.5 Índice de desempenho institucional, em nível municipal, do Estado de Rondônia.....	325
5.1.5.1 IDI para os anos de 1980 e 1991.....	325
5.1.5.2 IDI para os anos de 2000 e 2009.....	328
5.1.6 Síntese microrregional dos índices: IDCI, IDGA, IDER e IDQV.....	333
5.1.7 Síntese microrregional do IDI.....	338
5.1.8 Síntese mesorregional do IDI.....	343
5.2 O EFEITO PATH DEPENDENCE A PARTIR DA ANÁLISE DO CAPITAL SOCIAL MUNICIPAL: UMA EXPLICAÇÃO POSSÍVEL?.....	351
6 CONCLUSÕES.....	359
REFERÊNCIAS.....	367
APÊNDICES.....	397
ANEXOS.....	427

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi idealizada a partir de um questionamento central que procurava entender o porquê de um município como Guajará-Mirim, considerado o mais bonito do estado de Rondônia, durante as décadas de 1970 e 1980, que no passado tão recente fazia com que sua população se orgulhasse de seu “apelido” mais famoso, fruto do reconhecimento espontâneo das pessoas, numa espécie de propaganda boca-a-boca e que correu todo o Estado fazendo com que todos a reconhecessem como a “Pérola do Mamoré”, que dispunha de dois cinemas, numa época em que não se cogitava tal empreendimento em qualquer outro município do Estado, exceto sua capital, Porto Velho, já que todo o território estadual, nesta época, não passava de um grande projeto de colonização capitaneada pelo Governo Federal, hoje, porém, se vê apática, desfocada de uma visão de progresso e cega de um projeto de desenvolvimento local definido.

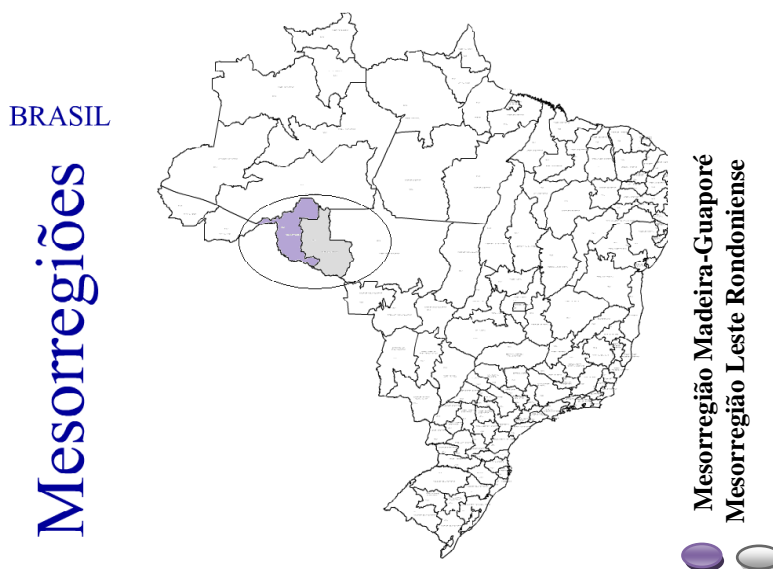
Numa espécie de contramão da realidade de Guajará-Mirim, alguns municípios do Estado, a exemplo do município de Ji-Paraná, que recentemente foi ilustrado na revista *Veja* da edição 2180, ano 43, n.º 35, de 1º de setembro de 2010, como uma das 20 metrópoles brasileiras do futuro, parecem ter tido progresso considerável o que, em princípio, estariam contribuindo para a melhoria das condições de vida daquela região. A publicação da revista “*Veja*” citando o referido município reforça esta visão empírica da desigualdade regional no cenário rondoniense.

Mas a percepção desse fato, por si só, não foi suficiente para engendrar qualquer iniciativa de pesquisa. No entanto, tal fato foi crucial para definir a temática da Tese. Assim, o *start* deste projeto foi enxergar primeiramente esse aspecto. Partindo desse pressuposto se pôde chegar ao próximo passo, que foi olhar o estado de Rondônia, a partir de uma perspectiva mesorregional. E nesse processo, a história econômica foi o grande motor desta orquestração, o que permitiu, com isso, uma nova leitura da desigualdade regional em Rondônia.

Antes, porém, de aprofundar os fundamentos históricos e econômicos de Rondônia merece destacar que esta região passou por três momentos distintos do ponto de vista político-institucional: o Território Federal do Guaporé, criado pelo Decreto-Lei n.º 5.812 de 13 de setembro de 1943; o Território Federal de Rondônia, criado pela Lei n.º 2.731 de 17 de fevereiro de 1956; e, finalmente, em 22 de dezembro de 1981, com a Lei Complementar n.º 41, o Estado de Rondônia. Contudo, para efeito desta pesquisa tornou-se necessário adotar um critério de análise compatível com o propósito da Tese. Portanto, foi utilizada a divisão

territorial adotada pelo IBGE que divide os Estados brasileiros numa perspectiva meso e microrregional. No caso de Rondônia as duas mesorregiões são: Madeira-Guaporé e Leste Rondoniense (Figura 1).

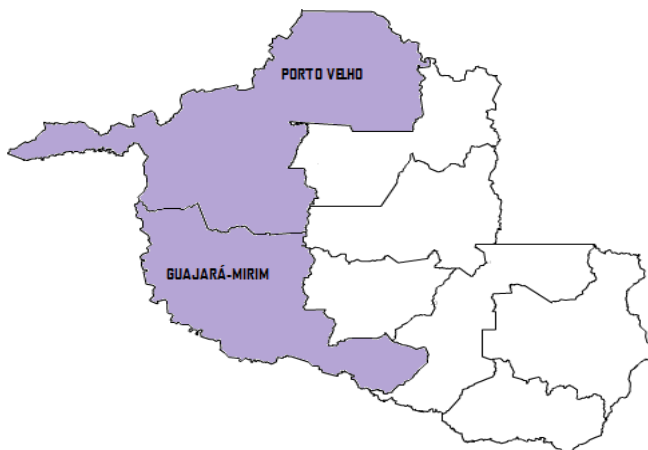
Figura 1 - Mesorregiões do Estado de Rondônia



Fonte: Elaborado pelo autor (2011). Com base em Geociências (2009).

A mesorregião Madeira-Guaporé abrange as seguintes microrregiões: Porto Velho e Guajará-Mirim (Figura 2).

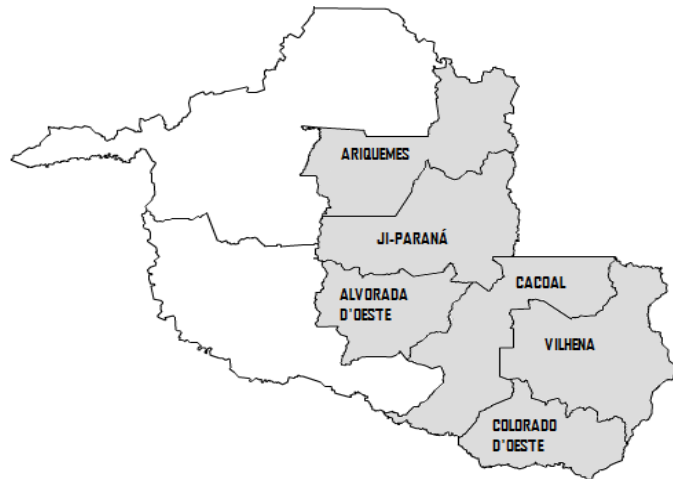
Figura 2 - Microrregiões da Mesorregião Madeira-Guaporé do Estado de Rondônia



Fonte: Elaborado pelo autor (2011). Com base em Geociências (2009).

A mesorregião Leste Rondoniense abrange as seguintes microrregiões: Ariquemes, Ji-Paraná, Alvorada do Oeste, Cacoal, Colorado do Oeste e Vilhena, conforme demonstrado pela Figura 3.

Figura 3 - Microrregiões da Mesorregião Leste Rondoniense do Estado de Rondônia



Fonte: Elaborado pelo autor (2011). Com base em Geociências (2009).

A mesorregião Madeira-Guaporé foi palco de uma das maiores epopéias da história da humanidade ao vivenciar o desafio de construir a Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM), com a finalidade de servir de modal ferroviário para exportação das riquezas da região para o mercado estrangeiro, a partir do compromisso assumido com a Bolívia, em virtude do acordo que ficou conhecido como Tratado de Petrópolis, fato que propiciou a anexação definitiva do estado do Acre ao território brasileiro. Por outro lado, a mesorregião Leste Rondoniense, teve sua origem com a política de desenvolvimento propagada pelo governo federal, que se baseou nas políticas de colonização agropecuária e na visão positivista da ordem e do progresso como estratégia de ação pública para seu desenvolvimento. Foi dentro dessa visão que se julgou necessária a construção da BR 364, como forma de permitir a integração da Amazônia com o restante do país. E isso permitiu o surgimento do modal rodoviário, ao mesmo tempo em que o modal ferroviário iniciava um processo irreversível de desestruturação no Estado, fato que perdurou até o ano de 1972, com o fechamento definitivo da EFMM.

Abstrai-se, assim, que as mesorregiões em questão tiveram suas formações econômicas fortemente impactadas por dois conjuntos de políticas de desenvolvimento de

interligação do território com mercados externos. O primeiro foi a decisão do governo brasileiro de construir a EFMM, ligando Porto Velho, atual capital do Estado, a Guajará-Mirim, na fronteira com a Bolívia, inserida na porção mesorregional Madeira-Guaporé. Esta área ocidental, de ocupação mais antiga, hoje demonstra ser a região mais deprimida e menos desenvolvida do Estado. O segundo está relacionado com a construção da Rodovia Federal BR-364, iniciada na década de 1950, concluída na década de 1960, que permitiu a ligação de Porto Velho ao centro-sul do Brasil, e alavancou o processo de colonização agropecuária na região leste do Estado, e que hoje se constitui, em princípio, na região mais desenvolvida de Rondônia.

No entanto, o elemento histórico mesmo sempre aqui colocado como um fator importante na explicação da desigualdade regional necessitava, ainda assim, de uma teoria que permitisse conectar esses componentes que, embora claramente vistos como cruciais, sozinhos não eram suficientes para funcionar como um sistema, ou seja, até esse ponto, as abstrações feitas, embora interessantes, não tinham ainda conexão, não dispunham de uma estrutura que as fizessem assumir um papel coletivo, complementar e interdependente. Com isso, passou-se a canalizar todo o esforço para a descoberta de um caminho sólido e perfeitamente válido cientificamente. E isso representava superar a fase de indefinição do real problema da pesquisa. O passo seguinte foi exatamente superar esse obstáculo.

A busca pelo problema da pesquisa foi realmente um fato que permitiu estruturar todo o trabalho. Porém, tal conquista requereu luta e tempo, como também paciência, dedicação, estudo e paz de espírito. Conflitos com certeza existiram. E, em decorrência deles, contribuíram para o crescimento intelectual e também humano do autor. Isso faz parte do processo de aprendizagem. E foi dentro desse contexto, numa prática que lembrava a tão conhecida fórmula da tentativa e erro, que foi se chegando lentamente ao que verdadeiramente se queria colocar como problema da pesquisa. Talvez tenha sido este o processo mais trabalhoso e, também, porque não dizer, o mais demorado.

A consciência permitia enxergar que tudo dependeria de como esta fase seria concluída. Analogamente a um raio solar que com os seus feixes ajudam a manter a vida na terra e de todo um sistema, do mais simples ao mais complexo, que de uma forma ou de outra, não existiriam se não houvesse a tão desejada luz da vida irradiando sobre a mesma, essa consciência embutida na formação empírica do autor, também foi nutrida, não como um processo fotossintético, mas pela luz do conhecimento propagada pelo amadurecimento intelectual, fruto das disciplinas do programa de pós-graduação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, que permitiram entender que esta fase seria a mais importante de todas as

outras. Qualquer erro ou pequenos desvios do que verdadeiramente seria o problema da pesquisa poderia irradiar para todo o corpo do trabalho os mesmos erros e equívocos. Tal qual acontece no planeta diante de tantas agressões sofridas pela ação desenfreada e egoísta do homem, que acaba desencadeando grandes efeitos nocivos à qualidade ambiental que, por consequência, acaba ele mesmo sendo alvo de sua petulância e arrogância, o que, em princípio, poderia ser um fato perfeitamente remediável se houvesse, embora tardiamente, a devida consciência da importância desse sadio equilíbrio para a vida na Terra.

É a partir desta perspectiva que se tornou possível avançar, sanando-se as dúvidas e deixando cada vez mais nítido o problema da pesquisa. Embora tal conquista tenha requisitado esforço pela difícil, árdua, desgastante e até estressante fase, nesse momento ele, o problema, passou a indicar um caminho mais ameno e plano, fruto de um longo trabalho de desbaste das asperezas que marcaram o início desta caminhada e que insistiam em ofuscar a nitidez do mesmo. Tal qual um neófito, que com paciência e dedicação trabalha visando alcançar níveis de moral mais evoluídos, através da sabedoria, deixa para trás todas as asperezas da vida, representadas pelos vícios comuns a cada indivíduo, sabe o quão é necessário caminhar de forma clara e transparente. Assim, o que se via como algo bruto, agora começa a ser polido e desbastado, de forma a alcançar a pureza necessária para guiar os próximos passos em busca de uma perfeita harmonia, objeto deste trabalho de pesquisa.

Todavia, isso só foi possível com intensas leituras e reflexões sobre o tema. E foi exatamente assim, que mais um importante passo foi dado e um grande peso que perdurava há bastante tempo foi, enfim, superado.

Aquele motor que faltava para colocar todos os componentes do sistema em funcionamento de forma sincronizada, apenas foi possível a partir do conhecimento da Teoria Institucionalista, especificamente, a teoria defendida pelo cientista ganhador do Prêmio Nobel de economia de 1993, Douglass North, que conquistou tal mérito por ter renovado a pesquisa em história econômica aplicar teoria econômica e métodos quantitativos, como elementos explicativos das mudanças econômicas e institucionais.

North (1990) assinala que os modelos institucionais tendem a auto-reforçar-se, mesmo quando são socialmente ineficientes. É mais fácil aos indivíduos adaptarem-se às regras já existentes que tentar modificá-las. No momento em que o desenvolvimento toma determinada direção, a cultura organizacional, os costumes e os modelos mentais do mundo social reforçam essa trajetória, isto é, impulsionam-na a mover-se na mesma direção.

Para ilustrar tal tese, North utiliza do exemplo da atividade de pirataria. Segundo ele, o fato de uma sociedade cuja matriz institucional recompensa a pirataria, organizações piratas

tenderão a prosperar. Conforme salientado por Toyoshima (1999), esse exemplo mostra que as instituições desenvolvidas não são necessariamente eficientes para o desenvolvimento econômico dos países, dado que os arranjos institucionais são moldados, em grande parte, pelos interesses daqueles que possuem poder de barganha. Se os piratas têm tal poder na sociedade, as instituições tendem a servir prioritariamente a seus interesses. E desse modo, esta atividade passa a funcionar apenas como uma forma de distribuição de riqueza que aniquila o direito de propriedade e, com isso, faz eliminar o *feedback* necessário para o reconhecimento de todo um processo envolvido na concepção de um produto, que ao ser disponibilizado para o mercado de uma forma não oficial, acaba por destruir todo um aparato científico e tecnológico capaz de impulsionar, positivamente, as sociedades para um estágio de desenvolvimento mais maduro.

A obra de North expõe um marco analítico para explicar como as instituições e as mudanças institucionais afetam a economia. Para ele, as instituições existem devido à incerteza que resulta da interação humana. North, com certa influência pelas idéias de Coase (1937), parte da premissa de que o mercado acarreta custos na economia, e que a diminuição de tais custos decorre da existência de instituições. Desse modo, as instituições reduzem incertezas porque proporcionam uma estrutura à vida diária, constituindo um guia para a interação humana, e incluem todo tipo de limitação que os humanos criam para dar forma à interação humana. É nesse sentido, que North (1995) define instituição como sendo as regras do jogo em uma sociedade, ou mais formalmente, é as limitações idealizadas pelo homem que dão forma a interação humana.

É possível imaginar o que North quis dizer quando elaborou a presente teoria. Primeiramente é preciso abstrair um instrumento, como um termômetro capaz de medir, numa escala de 0 a 1, o nível de desempenho de uma sociedade. Assim, para aquelas sociedades que costumemente infringem as leis, as normas de conduta, a escala tenderia a marcar um número próximo do Zero. Ao passo que aquelas outras que ao evidenciarem uma postura mais respeitosa com as regras, estariam mais próximas do número 1, indicando, com isso, sociedades mais evoluídas e maduras. Então, para North, há uma correlação entre o nível de desempenho de uma sociedade e o grau de respeito às regras do jogo ou às instituições existentes que permite extrair elementos explicativos capaz de indicar diferentes sociedades, a partir dessa perspectiva teórica. E essa é a questão central colocada por North para se entender o porquê da desigualdade regional.

O trabalho de North (1990) ilustra claramente as diferentes trajetórias seguidas por países como os Estados Unidos que, historicamente, teve uma forte herança institucional da

Inglaterra, alicerçada na sólida tendência à redução dos custos de transação, e de países do Terceiro Mundo que, contrariamente ao primeiro, foram influenciados pelo pessoalismo nas relações econômicas e políticas e nos direitos de propriedades e muitas vezes inadequadamente defendidos pelas coroas portuguesas e espanholas. Assim, para North se tais mecanismos auto-reforçantes atuam, a história passada das instituições é importante para a determinação da estrutura institucional presente, e esta, por sua vez, influenciará a matriz institucional futura. A ligação do passado com o presente e o futuro é dada pela história, e significa dizer que as instituições apresentam características de *path dependence* (TOYOSHIMA, 1999).

As idéias de North serviram de subsídios para a estruturação de inúmeras pesquisas. Uma das mais famosas pesquisas dentro desta linha teórica foi conduzida por uma equipe de pesquisadores coordenados por Robert Putnam, um renomado professor de Harvard, sobre a desigualdade regional na Itália.

O cenário italiano estudado pela equipe correspondeu ao período de reforma institucional imposta pela mudança do regime político daquele país e que possibilitou um verdadeiro laboratório de pesquisa, por aproximadamente duas décadas, o que viabilizou o desempenho institucional nas suas diferentes regiões que, apesar de terem as mesmas bases institucionais, na prática, apresentavam desempenhos distintos. A pesquisa sobre a Itália permitiu chegar a uma importante conclusão: a de que o contexto social e a história condicionam profundamente o desempenho das instituições.

Tal conclusão veio como uma luz na escuridão. Ela permitiu conectar todas as abstrações feitas até agora de forma independente por este trabalho. E isso possibilitou ter a convicção de que tal estudo podia ser perfeitamente aplicável. E, diante desse contexto, se pôde chegar à magnitude do problema da pesquisa.

Assim, esta pesquisa de Tese de Doutorado foi estruturada levando-se em consideração o seguinte questionamento científico: a teoria institucional de Douglass North que possibilitou analisar o fenômeno da desigualdade regional em regiões como a Itália é suficiente para analisar a desigualdade regional em Rondônia, um Estado periférico inserido numa região periférica da Amazônia ocidental brasileira que, por sinal, parece ainda se mostrar em plena fase de estruturação, em virtude de seus poucos anos de existência? Isto é, o aspecto histórico que marcou as duas mesorregiões do Estado estaria atuando a ponto de interferir no desempenho institucional das respectivas mesorregiões?

Tais indagações se configuram como os principais questionamentos desta pesquisa e sobre os quais se desenhou todo o trabalho. Assim, tais indagações científicas formam, na

visão de Maturana (2000), as questões epistemológicas da Tese capaz de produzir mecanismo necessário para gerar respostas coerentes e científicas, a partir da visão holística do problema.

Definida a direção pela qual este trabalho pretendeu caminhar tornou-se, porém, preciso explicitar o contexto científico que motivou a sua realização. Sobre esse aspecto merece destacar que este trabalho diz respeito ao campo do conhecimento que foge as fronteiras disciplinares, inserindo-a, portanto, como uma pesquisa de cunho interdisciplinar. Todavia, mesmo enquadrada neste campo de visão houve a necessidade também de torná-la coerente com os preceitos interdisciplinares para esta iniciativa lograsse êxito. Nesse sentido, Klein, considerado um dos mais conceituados cientistas que tem elaborado textos envolvendo tal temática, sinalizou três princípios básicos que, no geral, norteiam as pesquisas interdisciplinares e pelos quais este trabalho pretendeu seguir: a) responder a perguntas complexas; b) resolver problemas que estão além do alcance de algumas disciplinas e c) alcançar unidades de conhecimento, sejam elas em proporções limitadas ou não (KLEIN, 1990).

Este tripé de condições permaneceu firme durante toda a etapa de estruturação do trabalho e teve o objetivo de servir como sentinela científica, emoldurando todas as fases de sua concepção. Assim, esta pesquisa buscou responder perguntas de alto grau de complexidade e que estão, aqui, representadas pelos seguintes questionamentos que, embora explicitados anteriormente, buscam dar detalhes do alcance teórico e metodológico da tese: a história econômica de Rondônia está interferindo no desempenho institucional das duas mesorregiões do Estado? O Capital Social pode ser o elo explicativo para os desequilíbrios regionais? A teoria institucional de Douglas North é suficiente para explicar a desigualdade regional em Rondônia?

Portanto, o estudo da desigualdade formatado pela pesquisa está envolto desse ambiente de complexidade. Tal temática vem se configurando como uma das questões socioeconômicas centrais no Brasil. De acordo com Rocha (1998) ela envolve, na verdade, duas temáticas. A primeira concernente à desigualdade entre as pessoas, fruto da elevada variância de indicadores geralmente sintetizados pela renda. E a segunda, relativa à desigualdade regional. Segundo o autor em tela, apesar de suscitar desde longa data o estabelecimento de políticas e a criação de instituições governamentais voltadas especificamente para o seu combate, as diferenças entre as regiões permanecem em níveis elevados, quaisquer que sejam os critérios utilizados para a sua mensuração.

Esta análise, por sua vez, serviu de sinalizador que indicava que a escolha pela temática da desigualdade regional era de fato plausível e oportuna.

Percebe-se, assim, que o caminhar científico é feito por escolhas. A cada encruzilhada torna-se sempre necessário tomar decisões. E foi com base nessas decisões que se chegou a presente pesquisa. Aliás, é interessante mencionar, também, que as escolhas tomadas ao longo desse percurso foram recompensadas por saber que a temática da desigualdade regional foi o que motivou a criação, nas dependências da UFPA, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos aumentando, ainda mais, o peso da responsabilidade embutido na obra.

Após, aproximadamente, quarenta anos do início dos grandes projetos de desenvolvimento de Rondônia, que marcaram a história de ocupação humana institucionalizada pelo Estado na região, o que se vislumbrava com este trabalho de Tese era de realizar uma pesquisa que pudesse transcender o aspecto esporádico do tempo e contemplar a trajetória histórica e econômica do objeto de estudo neste trabalho. Por isso, o desafio da presente pesquisa em tentar fazer um estudo que possibilitasse acompanhar, analiticamente, o resultado das principais políticas de desenvolvimento que marcaram a história de Rondônia. Pretendia-se, assim, fazer uma análise ao longo da história e não com base em um único ponto específico. E com base nessa leitura se permitiu enxergar o desempenho institucional ao longo da formação histórica e econômica do Estado possibilitando, com isso, a realização de análises críticas sobre os desequilíbrios regionais intrínsecos ao território. Mas, para isso, foi preciso superar os percalços que iam surgindo na mesma proporção que se avançava em direção ao centro do problema da pesquisa. Tais obstáculos, porém, serão devidamente explicitados a medida em que o leitor for se aprofundando na leitura do texto. E, dessa maneira, a identidade inovadora deste trabalho começa a ser sentida, principalmente quando se leva em consideração o desafio de estudar uma região periférica incrustada no grande bioma amazônico brasileiro.

Uma das poucas pesquisas sobre o tema das instituições, que envolveu iniciativas a respeito, foi conduzida por Claro; Zylbersztajn (2007) intitulado “Why the American West was not as wild as the Brazilian Amazon Forest? The Development of Institutions”. Neste trabalho, o objetivo dos autores foi encontrar respostas para o problema central da pesquisa: por que as instituições na região amazônica brasileira não estão sendo eficientes para prevenir o desmatamento e a extração ilegal de madeira? Tratou-se, portanto, de um estudo comparativo em que tinha por base uma região periférica brasileira, com as especificidades institucionais inerentes a ela, em relação ao padrão norte americano de respeito às leis e às normas adquiridos ao longo de sua história e que os tornou mundialmente conhecidos como um país de forte apelo institucional.

Embora se tenha percebido a importância da teoria institucional e de seu emprego na região para tentar encontrar um fator explicativo da ineficiência do controle do desmatamento da Amazônia, ainda sim, não se observou iniciativas em prol de um estudo de desigualdade regional de um ponto de vista macrorregional existente na Amazônia. Especificamente, dois trabalhos podem ser mencionados por trabalhar dentro desta perspectiva, porém, a partir de uma concepção teórica do desenvolvimento sustentável. Os trabalhos de Ribeiro (2002); Siena (2002) procuraram elaborar um modelo de avaliação do desenvolvimento sustentável para o cenário amazônico com base em dois enfoques regionais: o primeiro, relacionado ao estado do Pará e, o segundo, ao estado de Rondônia. Algumas outras iniciativas observadas na Amazônia e que demonstram muita timidez em relação a outras regiões do Brasil, a exemplo do Rio Grande do Sul, tem sido conduzidas para uma linha de pesquisa dentro de um contexto do capital social atrelado à comunidade rural de pequenos produtores. Esta, aliás, parece seguir o pensamento de Durston que ao conduzir estudos na Guatemala passou a definir uma nova forma de capital social: o capital social comunitário. Assim, segundo este autor: “*o capital social comunitário é uma forma particular de capital social que engloba o conteúdo informal das instituições que tem por finalidade contribuir para o bem comum*” (DURSTON, 1999, p.103-104).

Contudo, tais estudos fortalecem os motivos pelos quais este trabalho buscou atingir. O desafio de se pesquisar duas regiões, dentro de um mesmo cenário regional, ajuda a entender o dinamismo dentro de um ponto de vista endógeno e os fatores atrelados ao desempenho de uma região em relação à outra. E isso possibilitou uma nova leitura da trajetória histórica do objeto de Tese em questão e de sua relação com a performance econômica, social, política, ambiental e institucional. Portanto, este trabalho permitiu trazer novos elementos explicativos para se entender a desigualdade regional nestas Terras outrora marcada por tentativas de desenvolvimento e de grandes projetos, que ajudam a caracterizar o Estado de Rondônia e a compreender a raiz de sua identidade.

Assim, elucidada a fase de sabedoria da obra, onde se estruturou o tema, o problema da pesquisa, tornou-se necessário definir as bases estruturais da Tese, através da definição dos objetivos gerais e específicos e das hipóteses, que permitiram engendrar todo um sistema investigativo e ao mesmo tempo possibilitando a cobertura instrumental necessária aos propósitos da pesquisa. Portanto, os questionamentos epistemológicos da tese possibilitaram formular os objetivos deste trabalho, os quais foram constantemente revistos, com o intuito de possibilitar que sua trajetória não fugisse daquilo que fora planejado e com isso permitindo se chegar a conclusão através de um caminho mais ameno e plano. Desse modo, este trabalho

procurou analisar a desigualdade regional no estado de Rondônia, a partir da perspectiva institucionalista de Douglass North, visando explicar os desequilíbrios regionais do território com base em um cenário micro e mesorregional.

Como objetivos específicos deste trabalho se estruturou os seguintes pontos a serem levantados: 1) evidenciar as principais mudanças institucionais no estado de Rondônia, a partir da análise de sua formação histórica e econômica e das principais políticas de desenvolvimento regional, ao longo de sua trajetória; 2) levantar os indicadores municipais, microrregional e mesorregional do estado de Rondônia para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2009, como procedimento de análise do desempenho institucional; 3) apresentar, na forma de mapas, o resultado do desempenho institucional do Estado de Rondônia, com o objetivo de facilitar a interatividade dos dados com o leitor; e 4) identificar o capital social municipal, representativo de cada mesorregião do Estado, como evidência da adequação teórica institucionalista dentro de uma perspectiva de levantamento de dados qualitativo.

As hipóteses, por sua vez, estão relacionadas aos seguintes aspectos: **i)** Se o desempenho das instituições se dá de maneira diferenciada nas duas mesorregiões do Estado, então, a questão histórica “*path dependence*”, dentro dessa perspectiva de análise, é considerada determinante, já que se subentende que ela atua interferindo sobre o referido desempenho institucional; **ii)** se os parâmetros de capital social indicarem valores distintos entre aqueles municípios representativos de cada mesorregião do Estado de Rondônia, então, tais parâmetros deverão, em princípio, evidenciar o efeito *path dependence* característico de cada mesorregião rondoniense; **iii)** Se a teoria institucionalista de Douglass North foi considerada crucial para a explicação da desigualdade regional de países como a Itália e Estados Unidos, então esta poderia estar apta a explicar a desigualdade regional de uma região periférica da Amazônia, localizada em um país também periférico como o Brasil?

A Tese, com isso, está organizada, além desta introdução, em 4 capítulos.

No Item 2 é apresentada a fundamentação teórica da Tese, que englobou a teoria institucionalista de Douglass North, como a principal estrutura teórica, servindo de guarda-chuva para a teoria do capital social baseada em Putnam e a conseqüente perspectiva do desenvolvimento endógeno vinculada a Barqueiro, principalmente. No Item 3 é apresentada a metodologia da pesquisa deste trabalho, onde é possível visualizar, de forma clara, a lógica metodológica embutida na obra. O Item 4 analisa a relação entre história econômica e as mudanças institucionais do Estado; e no Item 5 se procede à análise e discussão dos dados, através da análise detalhada dos índices de desempenho institucional de Rondônia, em

diferentes níveis de abordagem, possibilitando discutir os questionamentos epistemológicos da pesquisa. N Item 6, portanto, se condensou as conclusões da pesquisa.

A partir de agora convido o leitor a caminhar comigo ao longo desta jornada. A esperança é de ter construído uma estrada que o permita chegar ao fim deste processo sem arranhões e atropelos. O esforço aqui depositado procurou ao máximo eliminar as arestas de imperfeição da Tese, o que não impede, contudo, que apareçam pedras ao longo do caminho. Mas, torço para que ao final, o esforço necessário para cumprir toda a trajetória, de fato, tenha valido a pena. Uma boa leitura!

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em conformidade com o objetivo proposto por esta pesquisa de Tese de Doutorado, o referencial teórico foi estruturado com base na visão institucionalista de Douglass North e de sua influência no trabalho seminal de Robert Putnam e equipe. Nesse sentido, duas conclusões são vitais nesse entendimento. A primeira é que as instituições moldam a política e a segunda é que elas são moldadas pela história. Putnam ao levar em consideração essas duas variáveis, evidencia que o capital social é a causa das diferenças de desempenho institucional entre as regiões da Itália moderna. Em decorrência da empregabilidade de tal visão na busca de explicação científica de uma região complexa inserida na Amazônia ocidental brasileira, tornou-se necessário, porém, definir a perspectiva de análise a ser usada pela pesquisa. Portanto, a perspectiva do desenvolvimento local ou endógeno foi considerada como fundamental por propiciar uma análise que fortalece o pensamento crítico da Tese.

Com isso, a fundamentação teórica, delineada pela pesquisa repousa no âmago da teoria econômica. Todavia, não se objetivou aqui dissecar todo um arcabouço teórico-instrumental dos postulados científicos relacionados ao campo da ciência econômica, mas de situar, dentro dela, o centro da discussão proposto por este trabalho. Esta escolha de iniciar pela vertente da teoria econômica decorreu da evidência de críticas de modelos econômicos mais ortodoxos e de suas falhas em relação a outros aspectos considerados, mais tarde, como essenciais para a explicação dos fenômenos do mundo real e que, até então, não tinham sido inseridos nos postulados teóricos da economia. O institucionalismo surge, portanto, dentro desta perspectiva.

Assim, compreender, de uma forma menos árida possível, os aspectos da teoria econômica reforça o entendimento a cerca dos objetivos pretendidos, o que enaltece o aspecto interdisciplinar da Tese. Assim, compreender o contexto pelo qual o tema da pesquisa se insere no mundo acadêmico é, antes de tudo, uma estratégia, um caminho escolhido, uma via de raciocínio julgada necessária para uma visão mais geral da engenharia científica utilizada para a construção da presente pesquisa. Desse modo, a teoria econômica permite dar os primeiros passos em direção à compreensão do surgimento do movimento institucionalista.

Pinto (2008, p.5), ao fazer um comentário sobre a importância da teoria econômica, dá pistas sobre esse aspecto, ao revelar que:

A teoria econômica é um tema que devia interessar a todos os economistas. Perceber a realidade da forma mais adequada que nos for possível depende do modo como criamos quadros conceituais relevantes e indicados para nos explicar os fenômenos

que nos rodeiam. A economia enquanto ciência é muitas vezes vista mais pelos métodos analíticos que utiliza do que pelo objeto de estudo que foca. [...] Esta visão deixa muitos espaços em branco. Pelo menos dois essenciais podem ser referidos. O primeiro é que a economia [...] acaba por afastar uma série de assuntos que cabem dentro do social, mas que os economistas insistem em colocar de lado, como se não fossem nada importantes para o domínio econômico. O segundo é que a economia parece adita dos métodos. Apenas quando respeitamos a lógica dominante da utilização de números (a utilização da econometria é a apoteose) é que determinado estudo econômico pode ser visto como científico. Outros métodos, de cariz mais qualitativo, são afastados.

De forma complementar, Reis (2007, p.1) faz a seguinte observação:

[...] É fácil admitir que estes assuntos resultam da idéia de que o funcionamento da economia carece de articulações e de compatibilizações – isto é, de uma visão sobre a natureza plural dos mecanismos em que os sistemas econômicos assentam e dos modos como são governados. [...] Séculos passados sobre o início da construção de paradigmas científicos modernos e iluministas, é também o nosso capital teórico e as suas gritantes insuficiências – na explicação, na previsão, na procura de sínteses [...].

A história da ciência¹ é, dessa forma, um aspecto considerável para o entendimento do que é colocado pelo autor. Não resta dúvida que o sucesso da física newtoniana e de seus recursos matemáticos contaminou o mundo científico e fez abrir um fosso entre as ciências sociais e as naturais. A economia, inserida no contexto das ciências sociais, não poderia ser uma exceção. E dessa influência nasceu, também, o interesse pelas leis universais de explicação dos fenômenos, conforme os postulados da própria visão positivista da ciência que, agora, a própria economia passou a reivindicar.

Esta situação deu à economia uma evolução curiosa, foi aumentando a distância face às outras ciências sociais como a sociologia ou a antropologia, ao mesmo tempo em que ela progredia na conquista de respeito perante à academia e de sua conseqüente chancela como verdadeira ciência. Fato, porém, não reconhecido por parte das ciências exatas em relação às outras ciências sociais. Portanto, o domínio da matemática teve esse mérito e parece transformar a economia numa ciência geradora de leis universais e imutáveis (PINTO, 2008), chamada por Reis (2007) de “economia pura”.

Portanto, o campo da economia pura se caracteriza como um terreno solidamente murado por um modelo comportamental assente na escolha racional e que atribui aos atores (sociais, políticos e econômicos) plena capacidade para lidar com objetos clara e objetivamente descritos (REIS, 2007). North (1990), por sua vez, afirma que esta é a economia em que se parte do pressuposto implícito de que os atores possuem sistemas

¹ Para um melhor entendimento da história da ciência, ver a parte do “Apêndice” deste trabalho que trata de um ensaio sobre o tema.

cognitivos, que fornecem modelos *verdadeiros* dos mundos acerca dos quais eles fazem escolhas.

Contrariando esse pensamento e partindo de um ponto de vista em que a vida secular é composta por atores que processam informações diferenciadas e que, além disso, dispõem de intencionalidade, consciência e identidade própria que levam aos modelos subjetivos, também uma característica diferenciada e porventura divergente, Reis (2007) revela que isso não assegura naturalmente uma tendência que os faça convergir colocando, dessa forma, a racionalidade da economia pura para dentro de uma perspectiva que perpassa o contexto irreal. Assim, os temas não contemplados ou insuficientemente trabalhados pelo o que chamou de “economia pura”, vêm dando margem a novas teorias, que procuram suprir os fossos teóricos dentro de uma perspectiva mais realista que, para ele, estariam inseridos no que convencionou chamar de “economia impura”. E nessa linha de pensamento, a temática das instituições é apresentada como um dos focos teóricos promissores na busca por superar os vazios deixados pelos arcabouços teóricos econômicos de tendência mais ortodoxa.

É, pois, dentro desta perspectiva que a escola institucionalista surge, como forma de compreender a interação humana, uma crítica implícita à escola neoclássica² (AMAZONAS, 1994; PINTO, 2008) que, Pessali; Fernández (1999), vêm nesse ponto a motivação inicial para seu desenvolvimento. Tal crítica repousa na insistência do modelo neoclássico em priorizar as preferências individuais ao colocar uma espécie de poder supremo do homem no processo de tomada de decisão, segundo sua capacidade de racionalidade praticamente absoluta. O institucionalismo, portanto, surge como resultado da institucionalização de opções e dinâmicas sociais ao dar espaço para valores, ideologia e outros fatores sócio-culturais dentro de uma concepção pluralista de conhecimento da realidade econômica (LEONARDI, 1996), rejeitando, assim, o individualismo da economia neoclássica, ao colocar as instituições como centro analítico. Assim, conforme Medeiros (2001), a NEI (Nova economia institucionalista) objetiva construir uma teoria sobre a formação e evolução das instituições que seja incorporável e compatível com a economia neoclássica.

De acordo com Robertson; Langlois (1995) o debate em torno da temática das instituições tem se intensificado nos últimos anos. Por outro lado, a recente proliferação de

² A escola neoclássica é considerada como a base do pensamento econômico contemporâneo e foi desenvolvida sob os seguintes pressupostos: racionalidade e maximização das utilidades ou preferências. Esses pressupostos expressam a idéia de que os indivíduos agem racionalmente buscando otimizar, através do mercado, suas utilidades, conduzindo a sociedade a um equilíbrio ótimo. Com isso, subentende-se que o valor dos bens e serviços são dados segundo as preferências dos indivíduos ou da relação destas com a escassez dos respectivos bens, reunidas pelo mercado e definidas por meio de preços de mercado. Portanto, para a escola neoclássica os mercados são perfeitos ou se auto-regulam não necessitando da ingerência do governo (MENDONÇA, 2003).

abordagens teóricas que se definem como institucionalistas, seja no campo ortodoxo ou no heterodoxo, resultam em um emaranhado de variações conceituais e pressupostos teóricos que cerca, e muitas vezes, obscurece a noção de “instituição” utilizada pelos economistas (PONDÉ, 2005).

Visando exatamente definir os pressupostos teóricos que embasaram este trabalho e que permite compreender a trajetória percorrida pelo autor na busca da construção de uma linha de raciocínio perfeitamente viável cientificamente foi discutido, dentro da perspectiva da teoria econômica, a visão institucionalista da Tese, não como forma de esgotar o tema, mas de proporcionar as bases mínimas necessárias para o entendimento do que se pretendeu aqui pesquisar dentro do paradigma institucional.

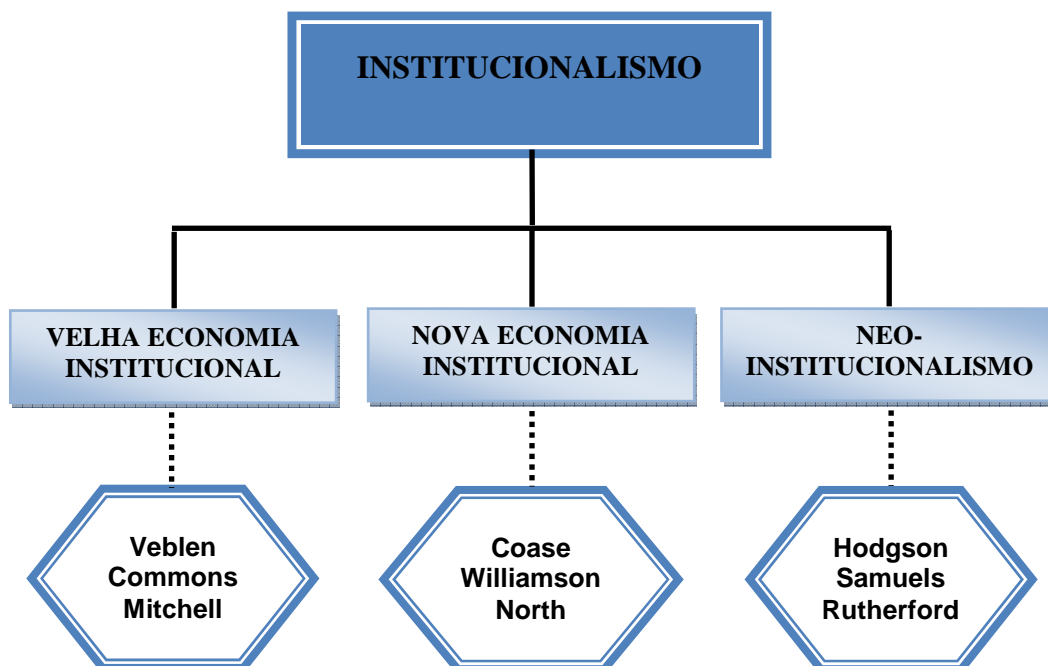
Sobre a necessidade de se definir parâmetros para trabalhos de cunho científico, Kuhn (1970; 1982) já afirmava que os paradigmas trazem em si uma definição particular das entidades que povoam o mundo que se propõem a estudar, o que constitui uma das razões para caracterizá-los como incomensuráveis. Assim, a seguir, procurou-se definir os fundamentos teóricos deste trabalho, o qual permitiu construir as bases conceituais da pesquisa.

2.1 A VISÃO INSTITUCIONALISTA

Objetivando ilustrar as vertentes do pensamento institucionalista com o propósito de auxiliar o processo de abstração a cerca desse complexo campo de pesquisa, se fez necessário recorrer à obra de pesquisadores como Conceição (2007a; 2008a); Samuels (1995); Hodgson (1993a), os quais agrupam em três *approaches* a visão institucionalista. A Figura 4 procurou ilustrar esta divisão do pensamento institucionalista, conforme a visão dos respectivos autores.

Em relação ao termo “neo-institucionalismo”, o mesmo é utilizado na ciência política para designar uma perspectiva teórica que atrai muita atenção e também certas críticas. Reina, contudo, grande confusão no que concerne ao sentido preciso do termo, às diferenças que o distinguem de outros procedimentos e ao tipo de esperanças e de problemas que ele suscita (HALL; TAYLOR, 2003).

Figura 4 - Subdivisões do institucionalismo



Fonte: Elaboração própria (2011). Com base em Conceição (2007a; 2008a), Samuels (1995); Hodgson (1993a)

Conforme Hall; Taylor (2003) esse imbróglio teórico estaria ligado com as três principais escolas que dão margem ao campo de pesquisa neoinstitucional: institucionalismo histórico, institucionalismo da escolha racional e o institucionalismo sociológico. Talvez esteja aí, o ponto central que dificulta uma definição clara sobre a perspectiva teórica sólida e robusta dentro do contexto subtendido como neo-institucionalista. Esse pensamento é fortalecido quando se percebe, pela obra de Hall; Taylor (2003), que há certo embate entre seus defensores, configurando de um lado aqueles que defendem uma postura que envolve a agregação entre as vertentes, dando ênfase ao que elas têm em comum, do qual os próprios autores fazem parte; e outra corrente defensora de uma postura mais radical, que envolve a escolha de uma escola em detrimento das demais.

Assim, ao tratar como neo-institucionalismo uma gama de pesquisas enquadradas em perspectivas de análises distintas, ora chamada de institucionalismo histórico, ora institucionalismo da escolha racional e ora institucionalismo sociológico, acaba levando a uma desarmonia teórica, que dificulta a própria construção de seu núcleo central que, em princípio, acaba levando a um afrouxamento das limitações teóricas dentro desse campo do conhecimento, embora se reconheça seu caráter interdisciplinar. Desse modo, optou-se em fazer aqui uma abordagem estreitamente vinculada ao pensamento institucional de Douglass

North, que na visão de Santos et al. (2010) estaria identificado com o institucionalismo sociológico.

Considerando, portanto, que uma grande parte da confusão que cerca o neo-institucionalismo desaparece quando se admite que ele não constitui uma corrente de pensamento unificada (Hall; Taylor, 1996; 2003), deu-se ênfase, portanto, aos aspectos teóricos da Velha e Nova Economia Institucional³.

Assim, embora a visão institucionalista seja considerada um programa de pesquisa, a forma de abordagem das instituições não ocorre de maneira consensual entre seus defensores. Desse modo, a discussão aqui adotada sobre o tema, parte de sua origem, a Velha Economia Institucional (VEI), da qual se atribui à Veblen, o teórico de maior expressividade dentro desse campo de pesquisa. O ressurgimento desta corrente no cenário acadêmico mundial fez emergir uma nova e relevante teoria institucionalista, enquadrada no que se convencionou chamar de Nova Economia Institucional (NEI), dentro da qual o pensamento de Douglass North se configurou como principal fonte teórica. Portanto, esta foi a corrente sobre a qual a presente Tese foi planejada, transparecendo, com isso, o foco da pesquisa dentro deste amplo campo teórico institucional.

2.1.1 A Velha Economia Institucional – VEI

A escola institucionalista, embora representando um campo de pesquisa, se caracteriza pela não homogeneidade de abordagem teórica que, em princípio, dificulta a própria definição de instituição, ao agregar, com isso, autores de distintas perspectivas teóricas e escolas de pensamento econômico. Como as instituições são fundamentais à compreensão das diferentes trajetórias de crescimento econômico, tanto em nível macro quanto microeconômico, torna-se necessário defini-las, conforme apontado por Conceição (2002a, p. 121), ao fazer a seguinte análise:

Tal definição é complexa e, às vezes, ambígua. [...] Desta empreitada se descobre um rico e complexo campo de pesquisa, envolvendo várias escolas de pensamento, que, na essência, vêm pesquisando temas relativamente comuns, possibilitando estabelecer campos de convergências altamente promissores à ciência econômica, cujo elemento articulador é a própria noção de instituição.

³ Mesmo que tais termos sejam considerados barbarismo, como insinua Pereira (2009), que afirma ser mais prudente e coloquial o uso de prefixos “gero” e “neo” antes da terminologia institucionalista para designar o velho e o novo institucionalismo, respectivamente, aqui se adotará a mesma classificação da teoria institucional sugerida Conceição (2007a; 2008a); Samuels (1995); Hodgson (1993a) assumindo, assim, qualquer crítica em relação ao uso incorreto da terminologia empregada.

De acordo com Bastos, S. (2007), o campo de estudo do institucionalismo é multidisciplinar e se caracteriza pela aplicação de categorias e instrumentos da teoria econômica convencional adicionada com os aspectos concernentes à cultura, aos hábitos e aos valores da sociedade. A origem e a evolução do institucionalismo econômico devem ser buscadas nos economistas clássicos e neoclássicos e na escola institucionalista americana.

Sobre esse aspecto, Oser; Blanchfield (1983) revelam que a conjuntura político-econômica americana no final do Século XIX, tornou os economistas cada vez mais insatisfeitos com as doutrinas ortodoxas por discordarem crescentemente de seus postulados, de suas análises e de suas conclusões que, até então, dominavam o pensamento econômico da época, configurando-se como a principal escola. Segundo os mesmos autores, as suposições ortodoxas pareciam cada vez menos realistas e a operação do capitalismo moderno não estava de acordo com as previsões baseadas em teorias econômicas tradicionais. Assim, foi no ambiente de movimento em favor do controle social e da reforma que começava a ganhar vulto, nesse período, a economia institucional.

Porém, o primeiro uso do termo institucionalista se atribui a Walton H. Hamilton, quando, em 1918, apresentou no encontro anual da Associação Econômica Americana, o artigo intitulado "the institutional approach to economic theory". Na ocasião, tratou-se de um momento em que a Associação queria, através de um comitê, propor uma discussão sobre a economia e a profissão de economista, tendo em vista uma maior aproximação aos problemas e desafios correntes (KLEIN, 1993; HODSON, 2000).

No entanto, para a economia institucional, enquanto disciplina de Economia, inicia-se com o manifesto de 1898 de Thorstein Veblen, ao publicar o trabalho intitulado: "why is economics not an evolutionary science", ainda que seja possível identificar elementos "institucionalistas" em autores anteriores a Veblen, como Adam Smith, Karl Marx e Alfred Marshall (HODGSON, 1999; RUTHERFORD, 2001). Porém, conforme Silva (2008; 2010), Veblen não cunhou a expressão "institucionalismo" em alusão a sua teoria, apesar de usar abundantemente termos como instituições, mudança institucional, institucionalização, entre outros. O institucionalismo usado por Veblen, segundo Lallement (2006), indica sua vinculação à tradição historicista norte-americana de fins do século XIX, porém, somente alcançando consagração em 1918, quando da aprovação do Estatuto da American Economic Association, em 1918.

Assim, para Rutherford (2001), foi o trabalho de Veblen que ensejou a emergência do institucionalismo americano enquanto programa de pesquisa, desenvolvido e continuado por John Commons e Wesley Mitchell. Esses três grandes pesquisadores foram

reconhecidamente apresentados como lideranças intelectuais, dentro desta corrente, pelo fato do primeiro ter dissecado de maneira crítica o pensamento ortodoxo e ter fornecido a abordagem teórica institucional. O segundo por ter ajudado a persuadir a nação sobre a necessidade de reforma da legislação governamental e que efetivamente ajudou a elaborar muitas leis sociais e trabalhistas. E o terceiro por ter estimulado a pesquisa indutiva com seus estudos estatísticos (OLSER; BLANCHFIELD, 1983).

Dessa forma, dirigiram suas críticas ao alto grau de abstração da teoria econômica e ao fato de a mesma não incorporar em sua análise as instituições sociais, daí o nome de institucionalistas (VASCONCELLOS; TROSTER, 1996; CONCEIÇÃO, 2002a; 2002b; 2007b; 2008b). Portanto, a tônica do pensamento institucionalista surgiu com as críticas aos pressupostos metodológicos da economia clássica, fundamentada na concepção do homem como indivíduo racionalista e da conseqüente máxima racionalidade de suas escolhas (SECKLER, 1977).

Sobre esse aspecto Silva (2010) revela que a noção mais corrente que se depreende das posições de Veblen, diz respeito, a alguma indiferença quanto ao poder da racionalidade. Segundo ele, algo dessa indiferença se articula na obra de Veblen, como contraponto a um aspecto essencial da economia neoclássica: o princípio de um indivíduo racional capaz de controlar as variáveis sociais e maximizar seus interesses. A radical discordância do teórico frente aos neoclássicos talvez tenha contribuído para marcar, ainda mais, o seu distanciamento dos métodos individualistas, considerando que o autor imputava à capacidade cognitiva, limites mais estreitos quanto ao seu poder na definição de fins e na opção por estratégias para a maximização de resultados imediatos. Assim, a inteligência operaria sob condições dadas pelos hábitos de pensamento forjados desde o passado, mas teria uma capacidade instrumental de seguir um roteiro próprio, quando eventualmente pudesse se favorecer de brechas institucionais.

Segundo Silva (2010), o institucionalismo teve como propósito atacar a tradição econômica neoclássica⁴. Por este motivo os institucionalistas afirmavam que o estudo econômico só era válido se abarcasse a totalidade dos componentes da dinâmica social. A apreensão dessa totalidade dar-se-ia através das instituições, entendidas não apenas no universo formal, como organizações constituídas, mas, sobretudo, como elementos imateriais do comportamento humano, num universo cultural.

⁴ Curiosamente, segundo Aspromourgos (1986), Veblen foi quem primeiro cunhou o termo “neoclássico” ao referir-se à obra de Alfred Marshall.

Em geral, de acordo com Samuels (1995), o ideário conceitual e metodológico do pensamento institucionalista está mais próximo do campo analítico heterodoxo do que do *mainstream* neoclássico, visto que, os princípios institucionalistas originaram-se a partir da oposição aos fundamentos de equilíbrio, otimalidade e racionalidade substantiva. Qualquer abordagem analítica, que se pretenda institucionalista, deve incluir *path dependence*, ou seja, reconhecer o caráter diferenciado do processo de desenvolvimento econômico e pressupor que o ambiente econômico envolve disputas, antagonismos, conflitos e incertezas. Portanto, subentende-se, nesta perspectiva, que existe um núcleo teórico definido e nem sempre convergente entre as diversas abordagens institucionalistas, revelando, ao contrário do que possa parecer, a própria fonte de riqueza do pensamento institucionalista.

Para Hodgson (2000), as características necessárias do institucionalismo incluem o reconhecimento da importância de matérias de outras disciplinas, de instituições e de sistemas aberto e em evolução. Não obstante, ainda segundo este autor, a característica mais importante do institucionalismo é a idéia de que o indivíduo é socialmente e institucionalmente constituído. Assim, revela que todos os Velhos Economistas Institucionais, de Veblen até Galbraith, abraçam a noção de que o indivíduo é moldado através de circunstâncias culturais ou institucionais.

De acordo com Hodgson (1998), Veblen foi o primeiro cientista social a tentar desenvolver uma teoria de evolução econômica e institucional seguindo essencialmente o pensamento Darwinista. O Darwinismo para Veblen, segundo Murphree (1994), marcou o começo de uma era, não somente porque ele simbolizou a revolução na biologia, mas porque foi destinado a fixar o tom de toda investigação intelectual subsequente. Ele usou o Darwinismo como um conveniente rótulo e interpretou toda uma série de implicações, fazendo isso claramente ele divorciou o Darwinismo de Darwin. Logo, incorporou um novo código de ciência, no qual cada investigação tinha que se conformar se quisesse ser aceita como “científica” pela opinião moderna (MURPHREE, 1994).

Assim, a teoria da evolução de Darwin, segundo Hunt (1989), em fins do século XIX, teve um impacto profundo sobre a filosofia e a teoria social. Tal impacto exerceu sobre a obra de Veblen uma grande influência, como pode ser vista pelo comentário a seguir:

A evolução da estrutura social foi um processo de seleção natural das instituições. O progresso que se fez e que se vai fazendo nas instituições humanas e no caráter humano, pode-se considerar, de um modo geral, uma seleção natural dos hábitos mentais mais aptos e um processo de adaptação forçada dos indivíduos a um ambiente que vem mudando progressivamente mediante o desenvolvimento da comunidade e a mudança das instituições sob as quais o homem vive (VEBLEN, 1965, p.177).

Nesse sentido, a sociedade era vista por Veblen como sendo um organismo altamente complexo, ora em declínio, ora em crescimento, numa dinâmica que envolve mudança e adaptação ou mesmo um estado estacionário frente a situações novas.

Para Davis (1994) a análise de Veblen, bem como a de Marx⁵, teve uma orientação histórica em todos os aspectos:

Quando – como ocorre em economia – o assunto a ser investigado é a conduta do homem em suas lides com os meios materiais de vida, a ciência é, necessariamente, uma investigação da história da vida da civilização material. [...] Não que a investigação do economista isole a civilização material de todas as outras fases e influencias da cultura humana [...] mas, na medida em que a investigação prende-se à ciência econômica, especificamente, a atenção concentrar-se-á no esquema de vida material e levará em conta outras fases da civilização somente em sua correlação com o esquema de civilização material (VEBLEN, 1961, p. 241).

A história humana era para Veblen, a história da evolução das instituições sociais. Para ele, só num quadro histórico de referência institucional específica é que os padrões comuns do comportamento humano adquiriam características concretas, particulares (HUNT, 1989). Nesse sentido, Veblen (1964, p. 143) revela:

Na vida econômica, como em outras áreas de conduta humana, os modos habituais de atividade e as relações apareceram e foram, por convenção, transformadas em uma trama de instituições. Estas instituições [...] têm uma força prescritiva habitual que lhes é própria [...] Se o contrário fosse verdade, se os homens agissem, universalmente, não com base nos fundamentos e valores convencionais da trama das instituições, mas apenas e diretamente com base nos fundamentos e valores das propensões e aptidões não-convencionais da natureza humana hereditária, não haveria instituições nem cultura. Mas a estrutura institucional da sociedade subsiste e os homens vivem dentro de seus limites.

Veblen já havia demonstrado antes que a evolução da estrutura social tem sido um processo de seleção natural das instituições, do qual percebeu a existência uma forte relação entre o desenvolvimento dessas instituições e o desenvolvimento da sociedade, ao fazer a seguinte afirmativa:

⁵ Sobre a teoria de Veblen se nota certa harmonia e um “parentesco espiritual” com o marxismo, considerando a oposição agudamente crítica de ambos às situações de poder provenientes da sociedade industrial e que as decorrências dessas situações de poder são as clivagens de classe, no que diz respeito às suas posições e interesses, e à noção de evolução cultural através da história (DAVIS, 1994). Conforme Hunt (1989) Veblen insistia que a produção era sempre um fenômeno social e cultural no qual a produção nunca poderia ser vista exclusivamente como o resultado de qualquer pessoa ou fator de produção. A produção era um processo social no qual os seres humanos compartilhavam conhecimentos e habilidades, passavam-nos de uma geração a outra e cooperavam socialmente num processo de transformação da natureza, para adaptá-la às necessidades e aos usos do homem.

As situações atuais moldam as instituições futuras mediante um processo seletivo e coercitivo, que age sobre a visão habitual que os homens têm das coisas, e, assim, alteram e fortalecem um ponto de vista ou uma atitude mental herdada do passado. As instituições – isto é – os hábitos de pensamento – sob cuja orientação os homens vivem, são, desta forma, recebidas de uma época anterior. [...] As instituições são produto do processo passado, são adaptadas a circunstâncias passadas e, portanto, nunca estão de pleno acordo com as exigências do presente. [...] Ao mesmo tempo, os hábitos atuais dos homens tendem a persistir indefinidamente, exceto quando as circunstâncias forçam uma mudança. Essas instituições, atitudes e aptidões mentais, são, portanto, fatores conservadores. Esse é o fator de inércia social, inércia psicológica, conservadorismo. [...] A evolução da sociedade é substancialmente um processo de adaptação mental por parte dos indivíduos sob a influência das circunstâncias que não mais tolerarão hábitos de pensamento formados sob e de acordo com um conjunto de circunstâncias diferentes no passado (VEBLEN, 1965, p. 190-192).

Nesse sentido, instituições para Veblen é definida como sendo resultado de uma situação presente, que molda o futuro, através de um processo seletivo e coercitivo, orientado pela forma como os homens vêem as coisas, o que altera ou fortalece seus pontos de vista (HODGSON, 1993b).

Assim, a força da tradição é colocada em destaque por Veblen (1965, p. 179), o qual pode ser sentido quando afirma:

As instituições – o que vale dizer, os hábitos mentais – sob a orientação das quais os homens vivem, são por assim dizer, herdadas de uma época anterior; época mais ou menos remota, mas, em qualquer caso, elaboradas no passado e dele herdadas. As instituições são produtos de processos passados, adaptados a circunstâncias passadas e, por conseguinte nunca estão de pleno acordo com as exigências do presente.

De acordo com Conceição (2002a), o conceito de instituição de Veblen pode ser resumido como um conjunto de normas, valores e regras e sua evolução. Para este autor, Veblen não aceitava que o homem tivesse um comportamento dado e sempre otimizado, pelo contrário, para ele o comportamento do indivíduo é mutável, com hábitos que podem resultar em instituição. Então, instituições passam a ser vistas como hábitos coletivos institucionalizados, passíveis de mudanças e transformações. Sobre esse aspecto Barcellos; Conceição (2010) revelam que são os hábitos de pensamento que interessa e não somente os interesses econômicos dos indivíduos e da sociedade. Nesse sentido, Ferrari Filho; Conceição (2001) afirmam que instituição é definida como resultado de uma situação presente, que molda o futuro, através de processo seletivo e coercitivo, orientado pela forma como os homens vêem as coisas, o que altera ou fortalece seus pontos de vista.

Ao sintetizar alguns pontos sobre o institucionalismo de Veblen, Gruchy (1987, p. 21-23) revela que os mesmos estão relacionados com os seguintes enfoques:

- a) A economia é uma ciência cultural;
- b) O sistema econômico é um produto histórico-cultural e um processo contínuo;
- c) A mudança tecnológica é o motor, a alma, do desenvolvimento econômico;
- d) O processo econômico é, por natureza, aberto e, portanto, a evolução é mais importante que o equilíbrio;
- e) A função positiva do sistema econômico é a provisão de bens e serviços para satisfazer necessidades e isto é mais importante que a idéia de escassez;
- f) A ciência econômica é uma ciência cultural e social;
- g) A definição de ciência econômica é profundamente interdisciplinar.

É dentro dessa perspectiva que o institucionalismo surge como um programa de pesquisa. De acordo com Reis (1999), o institucionalismo se estrutura com característica não-formalista⁶ e, obviamente, não dedutivo. O positivismo lógico em que assentam os modelos formais, para o qual a explicação e previsão são simétricas, beneficia de se insularizar em face de qualquer refutação. Ao contrário, quando o institucionalismo se apresenta como holístico, sistêmico e evolucionista, ele procura encarar a realidade social, além de um conjunto específico de relações abstratas, como um processo de mudança inerente a uma série de instituições sociais que, em princípio, se define o próprio sistema econômico (WILBER; HARRISON, 1988). É por isso que uma noção central para todos os institucionalistas é que o desempenho econômico deve ser sempre avaliado perante valores sociais emergentes (KLEIN, 1994). Desse modo, de acordo com Seckler (1977), o institucionalismo, sob influência da escola histórica alemã, cujo movimento, denominado *Historismus*, teve seu auge em 1900, inseriu, no pensamento econômico norte americano, o método indutivo em contraposição ao caráter eminentemente abstrato e dedutivo da época. Assim, os primeiros institucionalistas ou velhos institucionalistas defendiam que o processo econômico é incerto e ocorre na estrutura social, moldado por forças culturais e históricas (SCOTT, 1995).

Como relata Hogdson (2006a) o interesse dos economistas pelas instituições não é novo. Sua origem passa pela escola histórica alemã, por volta de 1840 a 1930 que é certamente um ponto de partida importante porque veio lançar a atenção para a teoria econômica adaptar-se às condições particulares em termos culturais e históricos. Segundo Hogdson, esta escola tinha uma visão alargada e uma grande variedade de posições dos seus membros em termos teóricos, políticos e filosóficos. Assim, segundo ele, o velho institucionalismo americano, do qual as figuras centrais foram Thornstein Veblen e John Commons, destacava a importância central das instituições e da mudança institucional rejeitando o enfoque no indivíduo e dando atenção primordial ao coletivo e na sua

⁶ Segundo Reis (1999), a característica não-formalista é empregada no sentido oposto ao termo “formalismo” já que este consiste num sistema de relações lógicas abstraídas do conteúdo empírico que o mundo real nos oferece.

preponderância sobre o agente individual. E, por esta visão, conclui o autor, os próprios mercados deveriam ser vistos como instituições.

Segundo Bueno (2004a), embora houvesse muita divergência entre os defensores dessa corrente, todos acreditavam que as normas, isto é, os códigos de conduta, a ética comportamental etc, não podiam ser compreendidos como sendo resultantes apenas da ação de indivíduos buscando alcançar objetivos pessoais. A razão é que os objetivos individuais, eles próprios, são moldados por outros fatores, como a evolução tecnológica, as formas de comportamento coletivo preexistentes e a ação de organizações como as grandes empresas; isto é, as preferências individuais são moldadas pelas instituições sociais pré-existentes.

De acordo com Rutherford (2001), o sucesso da economia institucional era em grande parte proveniente de seu *status* de ciência empírica, ao contrário do pensamento ortodoxo considerado excessivamente abstrato e de difícil aplicação à questão do mundo real. Com isso, a bandeira da ciência empírica, atrelada a um maior realismo teórico, garantiu a hegemonia do institucionalismo americano no entre guerras.

Porém, após a Segunda Grande Guerra, o prestígio da utilização da matemática e da modelização e a síntese neoclássica, levaram a um apagamento do Institucionalismo. Contudo, segundo Pinto (2008), apesar de uma menor influência após 1945, o Velho Institucionalismo sobreviveu pela atuação de figuras como John Galbraith, Simon Kuznets, Gunnar Myrdal e Karl Polanyi que, de acordo com o mesmo autor, como evidências da vitalidade da velha tradição institucionalista, Kuznets e Myrdal foram laureados com a distinção Nobel em 1971 e 1974, respectivamente. Assim, de acordo com Cavalcante (2007) a discussão concernente ao papel das instituições na economia foi retomada pela NEI que procurou considerá-las a partir do arcabouço teórico neoclássico.

2.1.2 A Nova Economia Institucional – NEI

A Nova Economia Institucional – NEI não surgiu, necessariamente, como uma contraposição à teoria neoclássica e sim como uma ampliação de seus postulados (TOYOSHIMA, 1999; CÁRDENAS; OJEDA, 2002; VELASCO; CRUZ, 2003; GALA,

2003a, 2003b; BUENO, 2004a)⁷.

A década de 1970 é considerada por muitos autores como o período de ressurgimento da teoria institucional sob a denominação de NEI (DIMAGGIO; POWELL, 2001; MARCH; OLSEN, 1993; SCOTT, 1995). Porém, ainda na década de 1960, esse movimento começa a se desenvolver no meio acadêmico, levando por consequência, ao grande interesse pelo tema, o que culminou com a rápida expansão de estudos dentro dessa perspectiva. Os principais autores que deram suporte a esta análise foram Ronald Coase, Oliver Williamson e Douglass North (RUTHERFORD, 1994), sendo Coase considerado o pai desta escola, cujo marco de referência foi seu trabalho seminal de 1937, intitulado *The nature of the firm* (CONCEIÇÃO, 2007b; 2008b; COASE, 1998). Para Coase (1998), as instituições são as que governam o desempenho de uma economia e é isso que dá importância ao conceito da NEI dentro da economia. Nesse mesmo artigo, Coase desenvolve o conceito de custos de transação, utilizado tanto por Williamson quanto por North, embora de modo distinto.

Sobre esse aspecto, Conceição (2002a, p. 130) faz a seguinte análise sobre a teoria da firma de Coase:

Seu artigo trata de dois pontos fundamentais: primeiro, não é a tecnologia, mas as transações e seus respectivos custos que constituem o objeto central da análise; e, segundo, a incerteza e, de maneira implícita, a racionalidade limitada constituem-se em elementos-chave na análise dos custos de transação.

O termo “incerteza” é atribuído a Keynes que a utilizou como elemento central e fundamental de sua teoria. Citando Minsky, este revela que para entender Keynes: “é necessário entender sua sofisticada visão sobre a incerteza, e a importância da incerteza em sua visão do processo econômico. Keynes sem incerteza é a mesma coisa que Hamlet sem o príncipe” (MINSKY, 1975, p. 57).

Do ponto de vista de Ferrari Filho; Conceição (2001), incerteza pode ser interpretada, conforme a seguinte análise que esses autores fazem da obra de Keynes (1937):

⁷ Essa observação levou pesquisadores como Parada (2003) a crer na impossibilidade de integração entre a NEI e a VEI, já que a primeira estaria operando mais na periferia do paradigma neoclássico e os fundamentos da segunda estariam mais relacionados à economia evolutiva (darwinista), superando, portanto, o pensamento de Stanfield (1999) que via na integração entre as velhas e as novas correntes institucionalistas uma via possível de ser alcançada. O pensamento de Stanfield, por sua vez, é visto favoravelmente por autores como Nelson (2002), Fillipi et al. (2006), Conceição (2008a); Pinto (2008). Conforme dito anteriormente, talvez esta seja o cerne da questão da corrente neoinstitucionalista, surgida a partir de 1980, como uma nova perspectiva dentro do pensamento institucionalista (HALL; TAYLOR, 1996), isto é, sobrepor correntes teóricas ou integrar os pontos comuns para criação de um novo padrão de análise, eliminando os vieses considerados indesejáveis, conforme evidenciado por Conceição (2007a; 2008a).

Em nosso ponto de vista, Keynes pode estar querendo dizer que vinte anos é um período tão longo que condições sociais, econômicas e políticas, vigentes no passado, já não existam e, portanto, as formas de extrapolação dos eventos se modificaram. Nesse sentido, a noção de incerteza em Keynes é que pessoas são ignorantes quanto ao futuro. Em outras palavras, Keynes define como incerto os fenômenos para os quais não temos base científica para atribuir probabilidades (FERRARI FILHO; CONCEIÇÃO, 2001, p. 4).

Ainda segundo esses autores, para os institucionalistas o conceito de incerteza perpassa, entre outros aspectos, a idéia de racionalidade limitada elaborada por Simon (1983), através da qual, diante de informações incompletas, as estratégias são caracterizadas por convenções. Assim, segundo Estêvão (2004), a NEI parte de duas hipóteses fundamentais: a informação raramente é completa e os indivíduos têm ideais (*modelos mentais*) diferentes sobre o modo de como funciona o mundo à sua volta. Por isso mesmo, existe uma situação de imprevisibilidade (incerteza) em relação às escolhas, que acaba por se refletir no aumento dos custos de transação no mercado. As instituições são, por isso, arranjos que os indivíduos estabelecem para minimizar esses custos.

Para Conceição (2002a), a NEI preocupa-se fundamentalmente com aspectos microeconômicos, dando ênfase à teoria da firma em uma abordagem não convencional, mesclada com história econômica, economia dos direitos de propriedade, sistemas comparativos, economia do trabalho e organização industrial. Portanto, a teoria da firma centra sua análise no que se convencionou chamar de racionalidade limitada. Sobre esse aspecto, o autor em tela faz a seguinte análise:

Racionalidade limitada é um princípio definido por Herbert Simon, a partir do reconhecimento do limite da capacidade da mente humana em lidar com a formulação e resolução de problemas complexos em face da realidade. Em função de limites tanto “neurofisiológicos” quanto de linguagem, torna-se por demais onerosa a adaptação às sucessivas eventualidades futuras não previsíveis. Por esta razão, os contratos de longo prazo precisam se antecipar aos referidos limites por meio de uma organização interna tal que permita à firma adaptar-se às incertezas, mediante processos administrativos de forma seqüencial. Assim, em vez de antecipar todas as circunstâncias possíveis (contrato completo), a própria organização interna economiza os atributos de racionalidade limitada, tomando decisões em circunstâncias nas quais os preços deixam de ser ‘estatísticas suficientes’ e a incerteza assume a devida importância. (CONCEIÇÃO, 2002a, p. 142-143).

Com isso, a instituição passa a ser entendida, na visão desse autor, como mecanismos de ação coletiva que servem para organizar e aumentar a eficiência do processo de desenvolvimento. Nesse sentido, afirma que a NEI dá ênfase mais precisamente aos custos de transação que estas enfrentam, dentro da perspectiva da teoria da firma. Assim, segundo o

mesmo autor, dentre os velhos institucionalistas, Commons é o mais aceito pela NEI que passa a incorporar a noção de que os hábitos e leis influenciam o padrão coletivo de comportamento.

Gomes (2004), por sua vez, afirma que a NEI busca ampliar seu campo de análise incorporando conceitos e outras perspectivas como os conceitos de custo de transação de Ronald Coase e Williamson e o da racionalidade processual de Herbert Simon (Teoria Evolucionista). Com isso, seus pressupostos teóricos têm por base a escola neoclássica (TOYOSHIMA, 1999; VELASCO; CRUZ, 2003; GALA, 2003).

Nesse sentido, Mourão (2007) revela que os novos institucionalistas pertencentes a essa corrente tentam explicar as instituições políticas, econômicas, históricas e sociais – como o governo, a justiça, os mercados, as empresas, as convenções sociais ou as famílias – em termos da economia neoclássica, o contrário da corrente institucionalista de Veblen, Mitchell e Commons. Portanto, para ele, a NEI surge a partir de um posicionamento contrário às apresentadas pela teoria da escolha racional vinculadas aos modelos explicativos até então dominantes na ciência política norte-americana que, por consequência, passou a migrar o foco de suas análises teóricas para o campo institucional ao colocar a instituição como a principal variável independente da pesquisa evidenciando, com isso, o poder exercido pelas instituições nas explicações de problemas envolvendo níveis de performance e de desempenho econômico.

A constatação da importância das instituições no comportamento dos agentes econômicos e, por conseguinte, no desempenho econômico, levou alguns autores como Douglass North, Olivier Williamson e Ronald Coase, a erigir uma nova abordagem dentro da teoria econômica, a chamada NEI. Esta se caracteriza, principalmente, por não considerar as instituições como dadas, como faz a teoria econômica tradicional. A ideia de que instituições importam é a base da análise proposta pela NEI, o que coloca em relevo o papel da história (PESAVENTO; MONTEIRO, 2006). A pesquisa histórica, portanto, desempenha um papel central na NEI (AZEVEDO, 1999).

Sobre esse aspecto Arend (2004) afirma que o tratamento teórico da economia institucional não considera o mercado como uma ordem espontânea, mas sim como uma instituição socialmente construída. Neste enfoque, segundo o autor, outras instituições são objeto de análise econômica: as transações; os contratos; as organizações; as leis; os costumes; as convenções; a tecnologia; o Estado, entre outras. As políticas públicas, os processos políticos e a evolução das instituições e o próprio desenvolvimento econômico são também parte do objeto de análise da economia institucional. Segundo ele, estas abordagens

são referências interdisciplinares para a explicação dos processos de desenvolvimento econômico, pois as modelagens formais teóricas fundadas no individualismo metodológico não conseguem captar, no mundo real e dinâmico, os fatores explicativos do desenvolvimento, bem como, a razão das desigualdades existentes. Nesta perspectiva, conclui o autor, a história assume relevância na medida em que a trajetória evolutiva considera as capacitações construídas, os processos de aprendizagem, as regras institucionais, os incentivos e as restrições às mudanças, etc. no tempo.

Nelson (1995) ao abordar tal temática afirma que as instituições de hoje sempre guardam fortes conexões com as de ontem, por isso, a importância da trajetória institucional. Nesse sentido, o autor faz a seguinte observação:

Abstraindo a enorme diversidade de coisas que têm sido chamadas instituições, há várias questões-chave que acredito qualquer teoria séria de evolução institucional deve referir. Uma é *path dependence*. As instituições de hoje quase sempre mostram fortes conexões com as de ontem, e freqüentemente com as de um século atrás, ou antes. (NELSON, 1995, p. 82).

Assim, a NEI surge como uma forma sofisticada de compreender questões que a escola neoclássica estava a negligenciar, mas tentando uma complementaridade e não uma divergência ou ruptura com esta escola como queriam os velhos institucionalistas (PINTO, 2008). Nesse sentido, Cavalcante (2007) afirma que embora os autores dessa escola procurem incorporar as instituições na análise econômica, a NEI não é homogênea.

De acordo com Reis (1999; 2007), a NEI ao se firmar como um programa de pesquisa passou a vislumbrar duas linhas de pensamento ou corrente teórica, também chamada pelo próprio Reis de dois campos de trabalho, bem característicos desta escola.

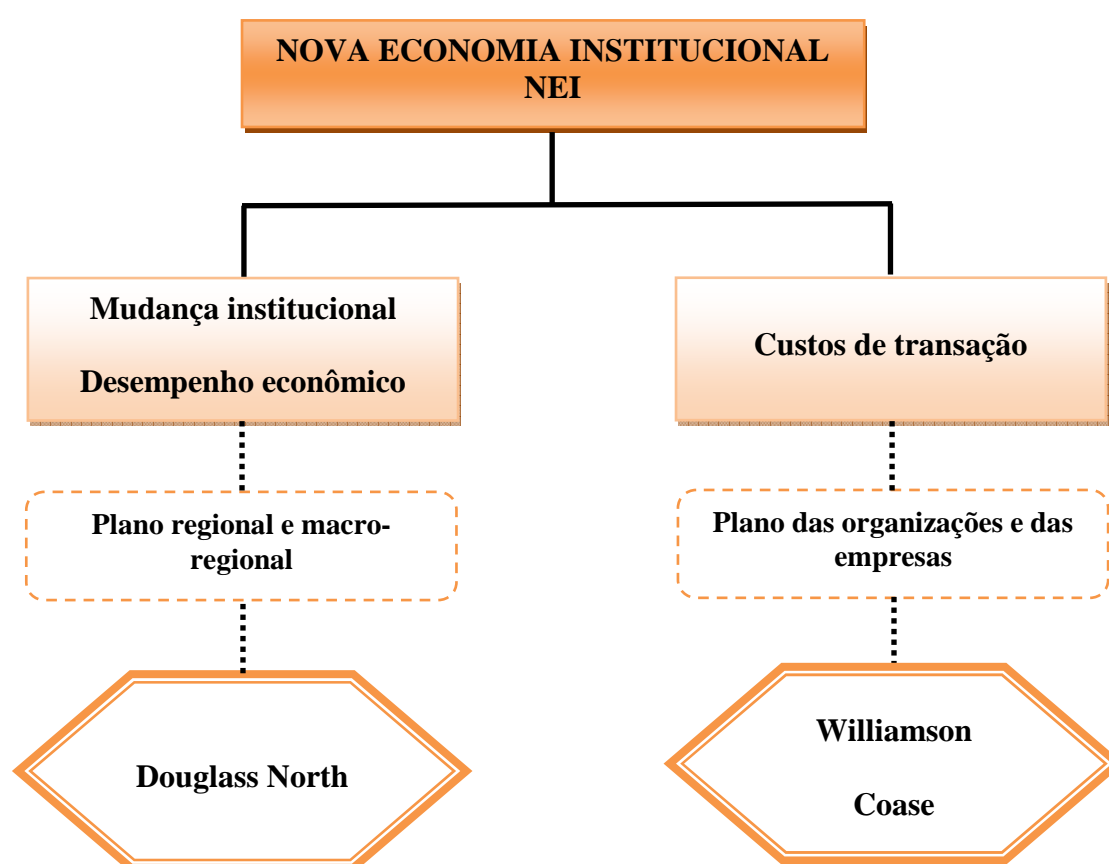
A Figura 5, procurou evidenciar tais linhas que, no geral, ajudam a compreender e a visualizar a perspectiva teórica delineada pela pesquisa. Desse modo, tal perspectiva possibilitou a construção lógica da fundamentação teórica aqui adotada, ao mesmo tempo que permitiu adequar o capital social e a teoria do desenvolvimento endógeno com os preceitos institucionais da NEI, no geral, e de North, em particular.

Somando a esta divisão, encontra-se Zylbersztajn (2005) ao verificar que no âmbito da NEI voltam à cena os temas explicativos da gênese e evolução das instituições, lideradas por Douglass North, e da origem e evolução das organizações, entre as quais se destacam as firmas.

Reis (1999; 2007) revela que a linha de Douglass North se preocupa com a análise da mudança institucional e com o desempenho de longo prazo das economias, onde as

instituições redutoras da incerteza e estruturantes de incentivos que formam o caminho do desenvolvimento das economias podem ser favoráveis levando, com isso, a uma situação em que elas podem funcionar como impulsionadoras do crescimento ou limitadoras deste. De acordo com o mesmo autor, a linha de trabalho de Williamson e Coase está situada no plano das organizações e da empresa. Assim, a transação é a unidade de análise, o fundamento micro-analítico das instituições, onde o indivíduo abstrato da economia está presente, com interesse e necessidade dados exogenamente (REIS, 1999; 2007).

Figura 5 - Linhas de trabalho da NEI



Fonte: Elaboração própria (2011). Com base em Reis (1999; 2007).

Optou-se, assim, pela vertente de North como referencial teórico da Tese pelo fato dela partir, conforme apontado por Aguilar Filho (2004), do reconhecimento de que existe uma estreita relação entre instituições e desenvolvimento econômico.

De acordo com Gomes (2004), a NEI, dentro desta linha de pesquisa, procura explicar por que as economias periféricas alcançaram graus de desenvolvimento econômico aquém de outras sociedades, sobretudo porque não conseguiram construir arranjos

institucionais que permitissem com que evoluíssem para a construção de condições de mercado adequadas às transações econômicas, com custos de transação reduzidos e direitos de propriedade assegurados. O ambiente institucional é, portanto, um agregado de parâmetros mutáveis cujas alterações modificam os custos organizativos comparados e permitem os arranjos institucionais (PINTO, 2008), que dependendo da característica interna desse sistema institucional, indicará resultados favoráveis ou não em termos de desempenho econômico.

Assim, a NEI de Douglass North possibilita que os diferentes padrões de desenvolvimento entre países possam ser explicados pela evolução de suas instituições. Isto é, conforme Siman et al. (2006), a matriz institucional de cada país joga um papel importante na performance das nações pela redução dos custos de transação, principalmente. Deste modo, as instituições são criadas não necessariamente para serem socialmente eficientes, e sim para servir aos interesses daqueles que têm poder de barganha para criar novas regras. Em um mundo em que o custo de transação é zero, o poder de barganha não afeta a eficiência, mas em que um mundo de custo de transação é positivo, ele afeta – molda a direção da mudança econômica de longo prazo.

Nesse sentido, há pelo menos duas proposições que podem ser levantadas pela economia institucional de North. A primeira delas, diz respeito às instituições e a segunda que elas importam e são endógenas. Portanto, o argumento central desta propositura é que as instituições são a causa profunda ou primordial do desenvolvimento econômico (PRZEWORSKI, 2005).

Dessa maneira, Douglass North aproxima-se da antiga abordagem institucionalista, destacando, em sua obra, a preocupação com o desempenho das economias no transcurso do tempo e as especificidades locais. Novos conceitos foram incorporados ao ideário institucionalista, como a existência de custos de transação, limitações informais, regras formais, direito de propriedade, aprendizagem, organizações e poder de barganha (AREND, 2004).

Apesar de Douglass North ter sido laureado com o prêmio Nobel de Economia em 1993, em reconhecimento por ele ter renovado a pesquisa em história econômica ao aplicar teoria econômica e métodos quantitativos para explicar a mudança econômica e institucional, seu pensamento ainda é pouco conhecido no território brasileiro (FIANI, 2003). No entanto, o volume da literatura novo institucionalista é crescente e, a se julgar pelo seu número de adeptos hoje, se poderia dizer que essa corrente constitui, nos termos de Lakatos (1979), um programa de pesquisa progressivo e não degenerativo (GALA, 2003a, 2004b). No Brasil, a perspectiva teórica da NEI tem sido frequentemente debatida. Todavia, apenas recentemente

vem sendo motivo de análises críticas pela comunidade científica nacional que passa a introduzi-la como referencial teórico para estudos socioeconômicos e políticos (GOMES, 2004).

É dentro dessa perspectiva de análise que se insere a presente pesquisa, que encontra na tese de Douglass North um potencial arcabouço teórico apto para se entender os descompassos do desenvolvimento entre o leste e oeste do Estado de Rondônia, em decorrência de seu desempenho institucional. Nesse sentido, a mudança institucional ocorrida no Estado, ao longo de sua formação histórica e econômica, em princípio, possibilitará delinear perspectivas de análises interessantes sobre os desequilíbrios entre as regiões em questão. A seguir, procurar-se-á abordar a NEI de Douglass North.

2.1.2.1 O institucionalismo de Douglass North

Douglass C. North nasceu em Cambridge, Massachusetts, em 1920. Fez Doutorado pela Universidade da Califórnia, em Berkeley, em 1952. Foi professor da Universidade do Estado de Washington, em Seattle, de 1950 a 1983, e é professor de História Econômica, desde 1983, na Universidade de Washington, em St. Louis, Missouri. Depois de quatro décadas se dedicando ao ofício intelectual, North finalmente consegue o tão sonhado reconhecimento da comunidade científica internacional ao conquistar o Prêmio Nobel de economia, em 1993, juntamente com Robert W. Fogel, outro notável historiador econômico (ROBLES, 1998).

Sua trajetória intelectual que culminou com a entrega do tão relevante prêmio internacional, se por um lado vem mostrar que a temática da mudança institucional é um aspecto que ganhou corpo e reconhecimento a partir do início da década de 1970, por outro lado, vem indicar que a temática da história econômica sempre esteve presente em seu percurso, permanecendo até hoje como aspecto relevante em sua teoria.

Para melhor entender a obra de Douglass North, torna-se necessário abstrair os principais movimentos do autor em sua trajetória intelectual. Gala (2003a) procurou capturar esses movimentos a partir de duas grandes fases, que julgou passar o autor ao longo do tempo. Assim, na sua visão, o primeiro movimento marca a transição de North da cliometria para a análise institucional. E o segundo movimento parte da análise institucional para alcançar vulto e atingir o status de teoria econômica institucional. Robles (1998), por sua vez, acrescenta a essa classificação mais duas fases. A primeira, que ele chama de primeiros passos de North, marca o início da trajetória do autor. Em seguida ocorre a fase que ele chama de limitação da

cliometria, contudo, ambas anteriores à transição com base na classificação de Gala (2003a). Dessa maneira, subtende-se que a fase de gestação do enfoque institucional utilizado por Robles é o mesmo mencionado por Gala que a chamou de transição da cliometria para a análise institucional, da mesma forma para o período que consolidou a vida intelectual de North, chamada pelo primeiro de consolidação do enfoque institucional e de consolidação da teoria econômica institucional pelo segundo. Assim, para tentar compreender tal trajetória, foi idealizado o Quadro 1, baseado na classificação de Gala (2003a); Robles (1998), conforme a publicação dos principais trabalhos de North.

Quadro 1 - Fases da trajetória histórica de North ao longo de sua vida intelectual

Fases	Obras	Ano de publicação
Primeiros passos	Location Theory and Regional Economic Growth	1955
	Agriculture in Regional Economic Growth	1959
	The Economic Growth of the United States, 1790-1860	1966
Limitações da cliometria	Sources of Productivity Change in Ocean Shipping, 1600-1850	1968
Gestação do enfoque institucional	Institutional Change and American Economic Growth: A First Step Towards a Theory of Institutional Change	1970
	An Economic Theory of the Growth of the Western World	1970
	Institutional Change and American Economic Growth	1971
	The Rise of the Western World: A New Economic History	1973
	Structure and Change in Economic History	1981
Consolidação do enfoque institucional	Institutions, Institutional Change and Economic Performance	1990
	Economic Performance Through Time	1993

Fonte: Elaboração própria (2011). Com base em Robles (1998); Gala (2003a).

De acordo com Gala (2003a), com o passar do tempo, North vai migrando de análises históricas para teóricas, principalmente nos livros escritos pelo autor, a partir dos anos de 1970. Visando demonstrar esse movimento de transição de North, revela ele uma maneira simples de capturar essa evolução ao fazer uma observação da divisão formal da estrutura de seus trabalhos, dividindo-os, assim, em dois blocos: teoria e história. Para tanto, sua análise se fixa em três grandes obras de North. O Quadro 2, procura ilustrar esse aspecto.

Como se pôde perceber, a pesquisa de North não começou na área institucional. Originalmente ligado ao grupo dos cliometristas, ele desenvolve trabalhos de análise histórica,

com grande inspiração em teoria econômica. Ao aplicar métodos quantitativos e *insights* dentro de tal enfoque teórico para estudos com apelo histórico, um grupo de economistas americanos fundou o que ficou conhecido na literatura como cliometria ou ainda a “nova história econômica” (GALA, 2003a). Ainda de acordo com esse autor, os principais trabalhos de North com base no enfoque da cliometria são da década de 60 e 70 e dentre os quais se destaca a obra intitulada “*The Economic Growth of the United States 1790-1860*” (NORTH, 1966).

Quadro 2 - Análise da transição do histórico para o teórico na trajetória intelectual de North

Obra	Análise teórica	% de abrangência	Análise histórica	% de abrangência
The Rise of the Western World: A New Economic History (North, 1973).	Páginas de 1 a 19, de um total de 158 páginas	12%	Páginas de 19 a 157, de um total de 158 páginas	87%
Structure and Change in Economic History (North, 1981)	Páginas de 1 a 71 e de 201 a 209 de um total de 209 páginas	37%	Páginas de 71 a 201, de um total de 209 páginas	62%
Institutions, Institutional Change and Economic Performance (North, 1990)	Páginas de 1 a 140 a 209 de um total de 140 páginas	100%	Exemplos em 140 páginas sem espaço formalmente separado	0%

Fonte: Gala (2003a).

Em 1968, porém, com a publicação do texto “*Sources of Productivity Change in Ocean Shipping, 1600-1850*”, North se depara com um fato curioso que faz mudar o enfoque de seus trabalhos, transformando esta obra em um divisor de águas (GOLDIN, 1994; ROBLES, 1998). Tal fato pode ser explicado quando North percebeu nesse estudo, conforme as palavras de Gala (2003a), que o aumento da produtividade da indústria de transporte oceânico no período analisado decorreu muito mais de inovações e evoluções institucionais, entre as quais a redução da pirataria, do que das mudanças na tecnologia de transporte. Uma evolução institucional pareceu ser mais importante do que uma evolução tecnológica.

Sobre esse aspecto Goldin (1995, p. 8) fez a seguinte análise:

O importante ponto para a história econômica e para o desenvolvimento intelectual de North é que as instituições interagem com tecnologia. Uma sem a outra não produz crescimento. North aprendeu bem a lição e mudou sua atenção pelos próximos 25 anos para os estudos das instituições.

A partir de então, desenvolve uma série de trabalhos, principalmente de caráter histórico, que procuram entender o papel das instituições na evolução das sociedades, tanto primitivas quanto modernas (GALA, 2003a).

A partir da publicação do livro *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*, em 1990, e da obtenção do Nobel em 1993, as contribuições de Douglass North parecem ter entrado definitivamente no debate sobre o desenvolvimento das economias no longo prazo (GALÍPOLO et al., 2008).

North (1996) percebe no novo institucionalismo econômico elementos para apresentar o que considera modificações na teoria econômica neoclássica, sob a inspiração do “espírito” de Joseph Schumpeter. Sua alegação, conforme Carvalho et al. (2004), é que o pensamento econômico formal se tornou crescentemente matemático, elegante e preciso, mas, insuficiente para o entendimento dos problemas econômicos das sociedades, especialmente em face do dinamismo dos tempos atuais. Nesse sentido, segundo os mesmos autores, para superar os pressupostos irrealistas da teoria neoclássica, quais sejam a concepção de mundo estático e livre de fricções, propõem re-elaborar a noção de racionalidade e incorporar a dimensão temporal nas análises do desenvolvimento econômico das sociedades atuais. Sua re-elaboração da noção de racionalidade implica, segundo eles, em assumir que idéias, dogmas e ideologias influenciam o processo decisório racional. Assim, ao finalizarem, revelam que as decisões são tomadas frente a incertezas que caracterizam as escolhas políticas e econômicas. Por isso, a análise deve incorporar o sistema de crenças dos atores envolvidos, mediado pela aprendizagem humana e, conseqüentemente, pelo tempo histórico.

Siman et al. (2006) afirmam que a NEI tem nos trabalhos de North seu principal representante. Para esses autores, North sugere que a teoria neoclássica deveria incorporar as instituições em seu arcabouço teórico para tornar-se mais realista. Desse modo, esta corrente de pensamento reforça o questionamento dos principais postulados da teoria neoclássica que partiam sempre do pressuposto de que a informação é completa, que os agentes são dotados de plena racionalidade e de que os mercados são perfeitos. Para Douglass North, citando os mesmos autores, se o mundo fosse de racionalidade instrumental, com mercados eficientes no nível econômico e político, em que idéias e ideologias não importassem, as instituições seriam desnecessárias. Mas, ao contrário, concluem eles, o que se observa no mundo real é que as informações são incompletas e os indivíduos têm capacidade mental para processar informações, limitada, o que determina os custos de transação e, por conseguinte, a necessidade de formar instituições.

Medeiros (2001), ao ilustrar esse ponto de vista, vê uma proximidade entre North e Coase, ao afirmar que se os mercados fossem perfeitamente competitivos e os agentes plenamente racionais e dotados da mesma percepção do mundo, as firmas (para Coase) ou as instituições (para North) seriam economicamente inexplicáveis.

Dessa maneira, as instituições — o conjunto de regras formais (como leis e regulamentações), os constrangimentos informais (como convenções, códigos de conduta) bem como os mecanismos de promoção e de coerção das leis — são formadas para reduzir a incerteza nas interações humanas. Elas definem as regras do jogo de uma sociedade onde os jogadores, isto é, as organizações (políticas, econômicas e sociais) atuam. Elas encontram a sua racionalidade econômica na medida em que no mundo real os mercados não criam espontaneamente uma ordem (MEDEIROS, 2001).

Assim, a tese de North é que as instituições formam a estrutura de incentivos dos indivíduos que interagem na sociedade e que, por conseguinte, as instituições políticas e econômicas são os determinantes fundamentais do desempenho econômico, em longo prazo. As eleições que os indivíduos fazem dependem de suas crenças, e estas são consequência do aprendizado cumulativo que se transmite, culturalmente, de geração a geração. O tempo é a dimensão em que o processo de aprendizagem dos seres humanos modela a evolução das instituições (NORTH, 1993a). Porém, para Douglass North, nada garante que a estrutura institucional não se altere, nem que seja eficiente. Algumas economias podem criar instituições que estimulam o crescimento, sendo que outras criam instituições que provocam o estancamento. Assim, para o autor, o processo histórico de uma sociedade somente pode ser compreendido por intermédio da análise de sua dinâmica institucional (AREND; CÁRIO, 2005).

No seu discurso do Nobel North (1993) realça três pontos que permitem enxergar como a visão institucionalista pode contribuir para melhorar o entendimento do passado econômico. Em primeiro, facilitando a compreensão do processo histórico que origina as condições que permitem custos de transações, sistemas de crenças e lógicas de cooperação que produzem o crescimento econômico moderno e diferenciado entre países. Em segundo, pode explicar o efeito *path dependence*, algo que é difícil de captar pela visão neoclássica, e que restringe em grande medida o declínio ou crescimento dos países. Em terceiro, a visão institucionalista poderá contribuir para a compreensão da inter-relação complexa entre instituições, tecnologia e demografia no conjunto do processo de mudança econômica.

Portanto, a chave do problema econômico para North não está no avanço tecnológico ou na acumulação de capital. Está nas regras ou arranjos institucionais que estimulam ou

inibem atividades nesse sentido, fruto da conseqüente mudança institucional. O que a literatura econômica atual considera causas do crescimento nada mais são do que conseqüências de uma dada matriz institucional específica (NORTH; THOMAS, 1973).

Diante disso, considerando o aspecto da mudança institucional, colocado como ponto central do pensamento teórico de North e que, aqui, assume um papel relevante na explicação das desigualdades regionais, objeto de análise desta pesquisa, houve a preocupação de aprofundar um pouco mais a respeito desse assunto. Porém, para que se pudesse avançar em busca de um nível desejável de entendimento sobre a obra de North, tornou-se necessário abrir um parêntese para se discutir os principais termos empregados pelo autor e que, ao mesmo tempo, ajudam a fixar as bases conceituais da presente pesquisa e, com isso, seu núcleo teórico. Assim, elaborou-se o item “os termos-chave da NEI de Douglass North” como subsídio para o entendimento de sua obra. Esta estratégia foi fundamental para se chegar ao âmago de sua teoria, a mudança institucional, trabalhada no item seguinte.

2.1.2.1.1 Os termos-chave da NEI de Douglass North

Assim, objetivando minimizar possíveis externalidades conceituais ou vieses de entendimento sobre o real foco da teoria institucionalista de North, foi crucial discutir alguns termos-chave como instituições, organizações, leis e normas, incerteza, custos de transação, matriz institucional e *path dependence*, adotado pelo autor.

a) Instituições

Douglass North expõe em sua obra um marco analítico para explicar como as instituições e as mudanças institucionais afetam a economia. Segundo o autor, as instituições existem devido à incerteza que resulta da interação humana. North, a partir das idéias de Coase (1937), parte da premissa que o mercado acarreta custos na economia, e que a diminuição de tais custos decorre da existência de instituições. Assim, instituições reduzem incertezas porque proporcionam uma estrutura à vida diária, constituindo um guia para a interação humana, que incluem todo tipo de limitação que os humanos criam para tornar possível a vida em sociedade com base no respeito às regras (AREND; CÁRIO, 2005).

É nesse sentido que North define instituição. Assim, ao mencionar a famosa definição proposta por ele, tem-se que:

Instituições são as regras do jogo numa sociedade, ou mais formalmente, são as restrições humanamente criadas que moldam a interação humana. Em consequência elas estruturam os incentivos na troca humana, seja política, social ou econômica. A mudança institucional molda a maneira como as sociedades evoluem ao longo do tempo e, portanto, é a chave para a compreensão da mudança histórica (NORTH, 1990, p. 3).

Considerando que as instituições são restrições humanamente inventadas que estruturam as interações humanas, North as classifica da seguinte forma:

Constituem-se de restrições formais (regras, leis, constituições), restrições informais (normas de comportamento, convenções, códigos de conduta auto-impostos) e suas características em fazê-las cumprir. Elas, em conjunto, definem a estrutura de incentivo das sociedades e especialmente das economias. As instituições formam a estrutura de incentivo de uma sociedade e as instituições políticas e econômicas, em consequência, constituem os fundamentos determinantes da *performance* econômica. O tempo, relacionado à mudança econômica e societal, é a dimensão na qual o processo de aprendizado dos seres humanos produz a forma como as instituições evoluem (NORTH, 1994a, p.359).

Percebe-se, assim, que as instituições são os limites concebidos pelo homem para estruturar sua própria interação. Para Cárdenas; Ojeda (2002), as regras formais ou intencionais são criadas com um objetivo específico e em forma deliberada por uma autoridade. As limitações formais incluem regras política, judiciais, econômicas e contratos. As regras informais ou espontâneas surgem, segundo os autores, dos próprios indivíduos sobre a base de seus interesses que, em geral, são informações herdadas de geração em geração e formam parte da cultura de um grupo dado de indivíduos. Portanto, na sociedade, com base na visão de North, há dois tipos básicos de instituições: as ditas formais e aquelas informais. A primeira consiste de normas formais, isto é, referem-se às leis existentes em uma sociedade. As instituições informais, por sua vez, estão relacionadas às tradições e aos costumes da sociedade, sendo, para Barcelos (2003), a *religião* uma das mais importantes. Para esse mesmo autor, as instituições informais influenciam instituições formais (basta imaginar, por exemplo, qualquer costume nacional se transformar em lei); por outro lado, instituições formais se relacionam com instituições informais (ao imaginar, por exemplo, uma lei que se transforma em costume, como ocorreu em muitos países colonizados, onde o colonizador impôs seu idioma). Assim, continua o autor a revelar que as instituições formais e informais diferem por diversos motivos: instituições formais mudam em menor espaço de tempo, precisam da ação coerciva do Estado para serem observadas; instituições informais, por sua vez, não necessitam de ação coerciva do Estado, pois dependem das *crenças* dos seus seguidores (no caso, a sociedade), por exemplo, quando alguém desrespeita uma norma

adotada por todos, o infrator recebe uma *sanção social*. Ao concluir revela, ainda, que as crenças não mudam em espaços de tempos curtos, pelo contrário, demoram muito tempo para se consolidarem.

Toyoshima (1999), por sua vez, revela que as instituições são definidas como sendo regras, formais ou informais, criadas pelos indivíduos para regular a interação entre eles numa sociedade. Tais instituições, segundo a autora, estruturam os incentivos de troca entre as pessoas, seja essa econômica, política ou social. O papel principal das instituições é, portanto, o de reduzir as incertezas existentes no ambiente, criando estruturas estáveis que regulem a interação entre os indivíduos. Isto, porém, conforme Toyoshima, não significa que a estrutura institucional não se modifique, nem que ela seja eficiente. Pelo contrário, os diferentes padrões de desenvolvimento dos países encontram explicação nos processos de evolução de suas instituições, de forma que determinados arranjos institucionais conduzem a desempenhos favoráveis, enquanto outros não.

Para North, as instituições ocupam um lugar central na análise do processo de desenvolvimento econômico, porque definem o ambiente em que funciona a economia e facilitam a interação entre os indivíduos, e porque a mudança institucional define o modo como a sociedade evolui no tempo (ESTÊVÃO, 2004).

A idéia de instituições é perfeitamente análoga às regras de um jogo de um time de esporte (NORTH, 1990). Dentro dessa perspectiva, Cavalcante (2007) apresenta uma analogia do pensamento institucional de North com um jogo de futebol, ao fazer a seguinte análise:

Essa asserção de North é facilmente verificável em esportes coletivos, como o futebol, no qual existem restrições formais (análogo dos direitos de propriedade) que devem ser observadas e garantidas pelo árbitro e seus auxiliares (análogo ao Estado), como marcação de impedimento, falta, mão na bola, etc. As restrições informais não são passíveis de punição pelo árbitro, fazendo parte de códigos de conduta não codificados (fair-play), mas que normalmente são seguidos pelos jogadores, como devolução da bola para o time oponente quando este a retira do jogo para atendimento médico de algum jogador, não ofender o adversário verbalmente, etc. Normalmente, caso os jogadores internalizem as restrições formais e/ou informais do jogo (análogo à ideologia), a partida torna-se mais fácil para o árbitro, que não precisa aplicar a todo o momento as punições cabíveis e o jogo flui sem muitos conflitos e interrupções prejudiciais à partida (análogo à economia) e aos jogadores (análogo a indivíduos e organizações) (CAVALCANTE, 2007, p.31).

De acordo com Cavalcante (2007), as instituições possibilitam o jogo através do fornecimento de regras para a interação dos jogadores, mas sozinhas não garantem a estabilidade da partida, pois os jogadores também possuem importante participação no molde das restrições efetivas e, conseqüentemente, do resultado do jogo.

North (1990) assinala que os modelos institucionais tendem a auto-reforçar-se, mesmo quando são socialmente ineficientes. É mais fácil aos indivíduos adaptarem-se às regras já existentes que tentar modificá-las. No momento em que o desenvolvimento toma determinada direção, a cultura organizacional, os costumes e os modelos mentais do mundo social reforçam essa trajetória, isto é, impulsionam-na a mover-se na mesma direção.

Ao realizar a analogia com o jogo de basquete, Prezeworski (2005, p. 61) revela a importância do poder como mecanismo autoreforçante:

Suponha que estamos jogando basquete. Há duas equipes, algumas regras perfeitamente universais e um árbitro imparcial para aplicá-las. Mas um dos times é composto por jogadores com mais de dois metros de altura e o outro por pessoas como eu, que mal excedem um metro e sessenta. O resultado do jogo está predeterminado. As regras tratam todos por igual, mas o resultado depende apenas dos recursos que os participantes trazem para o jogo - do poder "bruto", extra-institucional [...]. Nós poderíamos mudar as regras, talvez abaixando a altura de uma das tabelas, e assim igualar as chances. Mas se são as pessoas altas que decidem quais devem ser as regras, se são as pessoas que detêm o poder bruto que moldam as instituições, elas não vão concordar com isso. Afinal [...] as instituições funcionam em sociedades que têm relações de poder definidas e precisam refletir a distribuição desse poder. Caso contrário, não durarão. No jargão da ciência política, não serão auto-impositivas.

Há, porém, na visão de North uma diferença entre instituições e organizações. Esta, por sua vez, será a temática a ser discutida a seguir.

b) Organizações

A partir dos estímulos oferecidos pela matriz institucional, surgirão diversas organizações que atuarão na busca de diversos objetivos (GALA, 2003a).

As organizações, portanto, são os principais agentes de uma sociedade e dentro dessa categoria encontramos os mais diversos entes que podem ser descritos, conforme North (1990, p.5), de:

Corpos políticos (partidos políticos, o Senado, agências reguladoras), corpos econômicos (empresas, sindicatos, sítios, cooperativas) corpos sociais (igrejas, clubes, associações desportivas) e organizações educativas (escolas, universidades, centro vocacionais de capacitação).

Assim, organizações são grupos de indivíduos relacionados por alguma identidade comum em direção a certos objetivos. As instituições determinam organizações e, ao mesmo tempo, essas organizações afetam a evolução das instituições (PARADA, 2003).

De acordo com Gala (2003a) originalmente as organizações surgem do *framework* institucional de uma sociedade num momento do tempo. Daí por diante, passam a interagir com outras organizações, com as próprias instituições e com as tradicionais restrições da teoria econômica. Dessa interação, resulta a performance econômica das diversas sociedades, bem como sua evolução institucional. Esse mesmo autor afirma que, ao longo do processo histórico, as diversas organizações podem investir seus esforços das mais variadas maneiras, sempre buscando na margem os maiores *payoffs* para suas ações. Assim, conforme North (1990), as mesmas podem investir em atividades econômicas socialmente produtivas — como em novas tecnologias de produção —, podem investir em atividades redistributivas — como, por exemplo, a formação de monopólios. Podem ainda investir na própria alteração das regras do jogo, mudando, portanto, a matriz institucional sob a qual estão operando. Nada garante, entretanto, que esses investimentos sejam socialmente ótimos ou que exista algum mecanismo capaz de levá-los ao longo do tempo a uma situação eficiente, conforme apontado por Gala (2003). Por isso, segundo esse mesmo autor, a partir dos estímulos oferecidos pela matriz institucional, surgirão diversas organizações que atuarão na busca de diversos objetivos.

As organizações, portanto, são consideradas os agentes principais de mudança institucional na teoria de North (1990). Todavia, são as instituições, formal e informal, que estão relacionadas à sua gênese e ao modo como esta se relaciona dentro de um cenário regional de mudança institucional, considerado o foco central desse trabalho de Tese.

c) **Leis**

North (1990) apresenta diferenças sobre o que consistem Leis e Normas. Em relação às Leis, verifica-se que elas estão ligadas a elaboração de diretrizes formais que permitem o homem viver em sociedade. São, portanto, um conjunto de regras estabelecidas e disponibilizadas a população, como forma de serem reconhecidas e internalizadas por esta com o intuito de possibilitar sua validação e, com isso, permitir o convívio e a interação humana em prol do bem comum. São documentos escritos, legalmente reconhecidos, que permitem disponibilizar os direitos e deveres de cada um, seja no campo econômico, social, ambiental e político-institucional. Elas são a base que se estrutura uma sociedade, o que, em princípio, estariam mais ligadas ao campo do domínio jurídico. Portanto, constituem o que vem sendo chamado de regras formais.

d) Normas

As normas, por outro lado, estão mais ligadas ao conhecimento tácito da população. Ela envolve características intrínsecas da sociedade que, em princípio, estão pautadas em valores, crenças, normas de conduta, e raízes históricas que, no conjunto, possibilitam o surgimento de seu aspecto cultural. Em termos gerais, ela se diferencia das Leis por não apresentar um caráter escrito, formal e documental. Ela vive no mundo psíquico da população. Por isso, sua manifestação ocorre de diferentes formas em diferentes sociedades. Em outras palavras, as normas apresentam uma característica que está ligada ao que North (1990) vem chamando de *path dependence*. Constituem-se, portanto, de regras informais. Porém, nada impede que as regras informais alcancem um nível de manifestação formal, bem como, as regras formais façam parte da vida cotidiana das pessoas ao longo do tempo. Mas que, nesse caso, em virtude do objetivo manifestado, torna-se necessário fazer essa diferenciação de ambos para que fosse possível ter o mesmo nível de abstração adotada por este trabalho e, com isso, possibilitar um melhor juízo de valor à obra em questão.

e) Incerteza

De acordo com Bueno (2003), a principal proposição da NEI é que as instituições políticas e econômicas de uma sociedade se formam com diferentes graus de eficiência entre as sociedades para resolver o problema da cooperação entre os agentes. Nesse sentido, torna-se importante compreender como as fricções, que são resultados da interação humana, podem produzir resultados tão amplamente divergentes.

Para North (1990), a razão destas fricções está na existência de incertezas (próprias do meio) e na capacidade computacional limitada dos seres humanos. North complementa afirmando que:

Num mundo de racionalidade instrumental as instituições são desnecessárias; idéias, ideologias, mitos e dogmas não importam; e os mercados eficientes, tanto políticos quanto econômicos caracterizam as sociedades. Mas no mundo real os atores possuem informações incompletas e capacidade computacional limitada para processar tal informação. Em conseqüência eles desenvolvem regras habituais e normas para estruturar a troca (NORTH, 1993b, p. 159-160).

Assim, a incerteza, conforme Gala (2003a), ao impedir que os agentes conheçam todo o seu rol de possibilidades de escolha de forma *ex ante*, se torna responsável por

interrupções ou “mau funcionamento” das transações econômicas, fazendo com que os agentes sejam incapazes de atingir soluções ótimas a partir de suas decisões.

Portanto, a incerteza está presente na sociedade, todavia, sua força ou intensidade está ligada, com base na visão de North (1990), aos aspectos que envolvem às instituições. As instituições, portanto, dentro dessa visão, contribui para a redução da incerteza, o que confere um poder maior de confiança e, com isso, um nível de desenvolvimento mais apurado para aquelas sociedades que conseguiram reduzir seus custos de transação. Em outras palavras, poder-se-ia dizer que na presença de incerteza e para superar os custos de transação surgem as instituições. Desde os primórdios até hoje em dia, indivíduos interagem a partir de regras. Somente a partir do surgimento destas é possível entender a organização das sociedades (GALÍPOLO et al., 2008).

f) Custos de transação

Sobre custos de transação, Cárdenas; Ojeda (2002) revelam que a NEI identifica os custos de transação de mercado como problemas de informação. Isto é, correspondem aos custos em que incorre os diferentes agentes econômicos, devido a problemas de informação, bem como, acerca de uma mercadoria, ou direito de propriedade de outro agente sobre um recurso ou as regras estabelecidas em um marco institucional. Revelam, com isso, que diante da dificuldade dos agentes para adquirir toda a informação necessária, as partes estabelecem contratos para garantir comportamentos determinados e estipular as sanções respectivas pelo eventual descumprimento. Os contratos, segundo eles, são um meio institucional que induz um compromisso real entre duas ou mais partes e requer o suporte de normas formais e informais de cumprimento obrigatório, com o propósito de facilitar a realização das atividades políticas e econômicas que, conseqüentemente, possibilitarão reduzir seu custo.

Para Bueno (2004b), o significado de custos de transação é exatamente este: os custos incorridos pelos indivíduos quando, ao deixarem de ser auto-suficientes economicamente, passam a depender dos outros para obter os bens que necessitam. Sobre esse aspecto, comenta o autor:

Os custos de transação assim incluem, entre outros: i) os custos de adquirir e processar informações relativas a contratos referentes a eventos futuros que não podem ser previstos com certeza; ii) os custos de monitorar o desempenho de cada parte contratante no período especificado, por exemplo os decorrentes da contratação de firmas de auditoria contábil; iii) os custos organizacionais incorridos pelo comportamento ineficiente das partes contratantes, por exemplo requerendo a

constituição de estoques para eventuais falhas no fluxo de entrega de mercadorias e a necessidade de adquirir insumos por preços superiores aos contratados inicialmente; e iv) os custos legais associados à punição por quebras de cláusulas contratuais” (BUENO, 2004b, p. 370).

De acordo com Gala (2003a), os custos de transação baseados em North podem ser agrupados em dois: Custos de measurement e de enforcement. Desse modo, ao se basear na obra de North (1990) revela que os custos measurement relacionam-se à dificuldade dos agentes em conhecer de fato o objeto da transação em curso. O ponto crucial aqui está na impossibilidade do conhecimento da qualidade do produto de forma *ex ante*, pelo agente comprador em uma transação; fato que, no limite, pode abortar a troca, anulando possíveis ganhos de comércio. Os custos de *enforcement*, por sua vez, referem-se à incerteza que os agentes têm sobre a propriedade do bem a ser trocado e, portanto, relacionam-se a problemas de legitimidade da transação a ser efetuada. Conforme Gala (2003a), a preocupação aqui se volta a transações complexas que envolvem bens consumidos e produzidos ao longo do tempo, e não meramente a trocas simples e únicas. Se algum tipo de arcabouço de proteção não estiver presente de forma a minimizar esse tipo de incerteza, veremos que, novamente, as trocas entre agentes não serão possíveis.

Desse modo, ao fazer uma espécie de conclusão da obra de North (1990), Gala (2003a, p. 100) revela:

Enfim, a partir desses dois conceitos, North procura mostrar a dificuldade enfrentada pelos agentes econômicos por conta da existência de incerteza. A partir daí, introduz o conceito de instituições, que será a base de todo o seu modelo. Estas, ao reduzirem os custos de transação, atenuando o problema da incerteza, facilitarão a coordenação econômica e social.

De acordo com North (1990, p. 86), os custos de transação significam:

Os custos dos recursos necessários para medir os atributos tanto legais como físicos, do que está se negociando. Os custos de observar e fazer cumprir o acordo e o risco da incerteza que reflete o grau da imperfeição na medição e cumprimento obrigatório dos termos da negociação.

g) Matriz institucional

O conceito de matriz institucional procura dar operacionalidade à teoria institucional de North, pois, se apresenta de forma mais concreta (GALA, 2003a).

Bueno (2004b) ao fazer uma análise da matriz institucional de North revela alguns aspectos interessantes que ajudam a compreender melhor sua definição. Assim, segundo esse autor:

A matriz institucional de uma sociedade em um determinado tempo é constituída de regras e normas formais e informais, bem como pelas instituições que garantem a aplicação (*enforcement*) dessas regras, e é em razão principalmente das restrições comportamentais informais que se pode dizer que a evolução dessa matriz, ao longo de tempo, é *path dependence*. Isto porque são estas que, em última instância, dão legitimidade às regras formais e estão sujeitas a um processo muito mais gradual de evolução, por implicarem rendimentos crescentes. O fato de que, em uma sociedade cuja matriz institucional recompensa a pirataria, organizações piratas prosperarão, ilustra este ponto (BUENO, 2004b, p. 786).

A importância dada à matriz institucional pode ser vista quando se depara com a seguinte afirmativa:

Ao abrigar as instituições — formais e informais — de uma sociedade num momento específico do tempo, a matriz institucional será responsável por definir o vetor de estímulos para os diversos agentes sociais, especialmente os envolvidos em atividades econômicas. Em grande parte, a história das sociedades se resume, para North, na evolução de suas matrizes institucionais e suas decorrentes conseqüências econômicas, políticas e sociais (GALA, 2003a, p.102).

De acordo com Martone (2007) para que uma matriz institucional se torne relevante para orientar a ação econômica dos agentes é necessário que seja efetivada por mecanismos eficientes de coerção (*enforcement*), administrados por organizações especialmente desenhadas para tal fim, como a polícia, o sistema judiciário e as entidades reguladoras. Essas organizações, segundo o autor, são basicamente negativas, ou seja, fazem cumprir as regras do jogo ao estabelecer penas e coibir transgressões. Dessa forma, conclui que pouco adiantaria uma matriz institucional “correta”, se os mecanismos de coerção são omissos, morosos ou corruptos.

Assim, para se entender o desempenho de diversas sociedades ao longo da história basta que se analise a dinâmica de suas matrizes institucionais (NORTH, 1990). Visando aprimorar tal conceito, North (1990) introduz a noção de equilíbrio institucional ao mencionar que uma determinada sociedade estará nesse equilíbrio quando, dada as condições correntes, nenhum de seus agentes (organizações) tiver estímulo para alterar as regras formais e informais (instituições) sob as quais essa sociedade opera.

h) Path dependence

Outro conceito essencial para a dinâmica institucional de North é o *path dependence* (GALA, 2003a).

Segundo Favareto (2006); North (1990) chama de *path dependence* a dinâmica impulsionada pela existência de incentivos e constrangimentos que reforçam uma determinada direção para as ações de indivíduos e organismos sociais uma vez que ela tenha sido adotada.

Para explicar o termo *path dependence*, North (1990) faz referência ao corpo de literatura econômica, guiando-se, assim, pelo pensamento de David e Arthur, os quais se referem aos processos auto-reforçantes de uma sociedade que, em seu esquema, se converte no modelo de dependência à trajetória histórica. Uma síntese, porém, desse pensamento pode ser visto na leitura do trecho escrito por ocasião do Prêmio Nobel, conforme a citação abaixo:

É a cultura que provem a chave do *path dependence*, um termo usado para descrever a poderosa influência do passado sobre o presente e o futuro. O aprendizado corrente de uma geração tem lugar dentro do conceito de percepções derivadas do aprendizado coletivo. O aprendizado coletivo é, então, um processo incremental filtrado pela cultura da sociedade [...] (NORTH, 1994a, p.364).

Assim, de acordo com Valdivieso (2001), entender essa dependência do passado é a chave para explicar as dificuldades que enfrentam as economias quando desejam alterar sua posição competitiva.

Mas, se instituições importam para a promoção do desempenho econômico, por que não se copiam ou adotam-se as melhores instituições de economias que já “aprenderam” a promover o desenvolvimento econômico?

Ao responder tais indagações, Arend (2008) explica que a questão-chave, é que o tipo de aprendizado que os indivíduos em uma sociedade adquiriram ao longo do tempo condiciona o desenvolvimento. E, conforme esse autor, como a natureza do processo de aprendizagem é local, o desenvolvimento econômico é particular e diferenciado entre regiões ou países. O tempo, conclui ele, neste contexto, implica não somente experiências e aprendizado atual, mas também a experiência acumulada de gerações passadas que está enraizada (*embedded*) na cultura.

Nesse contexto, pode-se perceber pela obra de North que há uma correlação entre os diferentes níveis de desempenho de uma sociedade e o seu processo de mudança institucional indissociado com sua trajetória histórica. A seguir, se discutirá um pouco mais sobre esse

aspecto que, como já dito anteriormente, o mesmo correspondeu ao principal fundamento teórico da Tese.

2.1.2.1.2 Mudança institucional

O processo de desenvolvimento é reconhecidamente um processo de ruptura com padrões existentes (SCHUMPETER, 1982; FURTADO, 1986a). Para Pessali; Dalto (2010), verifica-se que o desenvolvimento econômico envolve, necessariamente, mudanças institucionais.

Segundo North (1990), as instituições ocupam um lugar central na análise do processo de desenvolvimento econômico, porque definem o ambiente em que funciona a economia e facilitam a interação entre os indivíduos, e porque a mudança institucional define o modo como a sociedade evolui no tempo, já que a mudança institucional é determinada por um processo de ajustamentos marginais no complexo de regras, normas e imposição que formam a estrutura institucional (NORTH, 1990).

As mudanças institucionais, portanto, determinam o modo como as sociedades evoluem, sendo a chave para entender historicamente a mudança. Elas afetam o desempenho da economia e com os diferentes desempenhos são influenciados, durante o decorrer do tempo, pela forma como as instituições evoluem. Assim, as diferenças de desempenho na economia dependem, então, de um conjunto de mudanças institucionais incrementais decorrentes de uma série de decisões tomadas a cada momento. Desse modo, as instituições reduzem a incerteza, promovendo um guia de comportamento humano, além de definir e limitar o número de opções do indivíduo. Elas incluem, portanto, qualquer forma de restrição ou limitação criada pelos homens para definir sua interação (SCARE, 2003; SCARE; ZYLBERZSTAJN, 2007).

Com base no pensamento de North (1990; 1993a), a mudança institucional é um processo lento, contínuo e acumulativo que se origina pela interação entre instituições e organizações.

Assim, a chave para o desempenho de uma sociedade é o tipo de aprendizagem que se adquire e se emprega para resolver os problemas humanos. A aprendizagem é a fonte essencial das tecnologias e das instituições que os seres humanos empregam para resolver os problemas da escassez. As regras formais que uma sociedade põe em prática refletem a herança de gerações anteriores. As restrições informais incorporadas em normas de

comportamento, convenções e códigos pessoais de conduta, constituem o principal mecanismo de transmissão de estrutura (NORTH, 2000).

No mundo da economia neoclássica, não existem instituições e, se elas existem, não desempenham papel independente, porque o postulado da racionalidade fez com que as instituições parecessem supérfluas (NORTH, 1994b).

Para entender o aspecto institucional de North, torna-se necessário reafirmar alguns conceitos básicos. Como já visto anteriormente, tem-se que as instituições são definidas como as regras do jogo e as organizações e seus empresários os jogadores (NORTH, 1993a). As organizações, dessa maneira, são formadas por grupos de indivíduos aglutinados com o propósito de alcançar certos objetivos. Nesse sentido, as organizações incluem: a) corpos políticos (partidos políticos, senado, conselhos municipais, corpos reguladores); b) corpos econômicos (empresas, sindicatos, agricultores familiares, cooperativas); c) corpos sociais (igrejas, clubes, associações desportistas); e d) corpos educativos (colégios, universidades, etc) (NORTH, 1993a). Assim, vale mais uma vez ressaltar, que as instituições formam a estrutura de incentivo da sociedade, e as instituições políticas e econômicas, em consequência, são os determinantes subjacentes da performance econômica (KHERALLAH; KIRSTEN, 2002). Enquanto as regras formais podem ser mudadas rapidamente (como uma revolução, por exemplo), as normas informais mudam somente gradativamente e desempenham um papel essencial na evolução das formas de governo (NORTH, 1990; 2000).

A teoria institucional, baseada em North, não está restrita a um instrumental teórico. Ela é resultado da convergência de influências de outros corpos teóricos com origem, principalmente, da ciência política, da sociologia e da economia, que buscam incorporar suas proposições à idéia de instituição e de padrões de comportamento, de normas e valores, de crenças e de pressupostos, nos quais se encontram imersos indivíduos, grupos e organizações (MACHADO-DA-SILVA; GONÇALVES, 1999).

O eixo central da teoria de North, segundo Abramovay (2001), está na relação entre organizações e ambiente institucional: por um lado, as organizações são moldadas pelo ambiente institucional; por outro lado, elas respondem pela transformação desse ambiente. De acordo com o autor, não se trata de um círculo vicioso, pois há duas forças que moldam o caminho da mudança institucional e que estão em franca ruptura com os cânones do pensamento neoclássico: retornos crescentes e mercados. Ainda com base nesse autor, a primeira delas associa-se nos Estados Unidos, a Brian Arthur, pesquisador do instituto Santa Fé. A idéia básica, segundo ele, é que as escolhas técnicas não dependem apenas da eficiência, mas de um processo permanente de adaptação, de tal forma que não se pode prever

ou explicar em termos puramente funcionais que tecnologias vão prevalecer. Com isso, ele cita que os mecanismos como *lock in*⁸ ou *path dependence* são centrais nos comportamentos das organizações e em suas perspectivas de mudança. Assim, observa o autor que as disputas são menos entre tecnologias que entre organizações, o que envolve um conjunto de capacidades adaptativas por parte destas organizações. Portanto, ao concluir, lembra a passagem do seguinte trecho de North (1990): “A *rede interdependente de uma matriz institucional produz massivamente retornos crescentes*” (NORTH, 1990, p. 95).

Dentro dessa perspectiva, Douglass North afirma que a mudança institucional e a mudança tecnológica têm muito em comum, que elas são os elementos fundamentais da evolução econômica e social e que ambas evidenciam as características da *dependência do caminho*. No entanto, também afirma que as percepções dos atores têm um papel mais importante na mudança institucional do que na tecnológica, porque as crenças ideológicas influenciam a construção subjetiva dos modelos que determinam as escolhas (NORTH, 1990). Isto quer dizer, por outro lado, que o desenvolvimento de estruturas sociais e econômicas mais complexas somente ocorrerá se as instituições evoluírem, de forma a garantir a redução das incertezas associadas a essas novas situações (ESTÊVÃO, 2004).

A segunda força que molda o caminho da mudança institucional são os mercados imperfeitos. Os mercados imperfeitos refletem as dificuldades de decifrar um ambiente complexo por parte das construções mentais disponíveis – idéias, teorias e ideologias. As formas variadas de cooperação humana (das quais o mercado é apenas mais uma) envolvem sempre algum tipo de representação antecipada sobre o comportamento alheio que não se reduzem aos princípios abstratos do utilitarismo (ABRAMOVAY, 2001).

Para compreender, contudo, o modo como a mudança institucional define a evolução da sociedade é necessário considerar três aspectos fundamentais, segundo Estêvão (2004): a estabilidade institucional (ponto de partida), o processo de mudança institucional e a dependência do caminho (*path dependence*).

Sobre o primeiro aspecto, Estêvão (2004) revela que a estabilidade é realizada por um conjunto complexo de constrangimentos (regras formais e informais e mecanismos de imposição) que definem o ambiente institucional de uma sociedade e, por isso, constitui uma condição necessária para a interação humana complexa. No entanto, o ambiente institucional não garante que as instituições em que se baseia sejam eficientes, ou seja, a estabilidade não é

⁸ “Uma vez alcançada uma solução, é difícil sair dela” (NORTH, 1990, p.94).

uma condição suficiente para a eficiência. Por isso mesmo, existe sempre a possibilidade da mudança institucional, enquanto processo predominantemente incremental (NORTH, 1990).

Ao resumir o segundo aspecto, Estêvão (2004) revela que a idéia fundamental é que a economia pode crescer dentro de um dado quadro institucional (estabilidade institucional), mas que o desenvolvimento exige modificações no ambiente institucional, que são, normalmente, de natureza incremental. Assim, continua ele, existem situações em que a mudança institucional acontece de forma descontínua, resultado de guerras, revoluções, conquistas, ou desastres naturais, mas elas não impedem que a mudança aconteça predominantemente através de ajustamentos marginais.

Sobre o terceiro e último aspecto, Estêvão (2004) revela que o mesmo se relaciona com o padrão de evolução das sociedades ao longo do tempo. Assim, segundo ele, a questão que se coloca é explicar porque razão uma mesma modificação fundamental nos preços relativos pode produzir resultados diferentes de sociedade para sociedade. Para ele North explica que isso acontece porque os ajustamentos marginais ocorrem em ambientes institucionais diferentes e porque a capacidade de negociação dos grupos, também difere de um cenário social para outro. Além disso, continua ele, como as sociedades têm passados históricos diferentes, os seus atores têm modelos mentais distintos e tendem, por isso, a fazer escolhas de política de acordo com as suas percepções historicamente derivadas do contexto *path dependence* em que se inserem. Por isso, ainda segundo o autor, a tendência é para que as mesmas modificações nos preços relativos produzam resultados diferentes em sociedades com estruturas institucionais diferentes. Assim, conclui que a importância desta *dependência do caminho* é tanto maior quanto maior forem às insuficiências de informação e mais elevados os custos de transação.

Na visão de North (2000) o sistema de crenças que determina implicitamente a dependência da trajetória histórica das sociedades, ao longo do tempo, é uma das regularidades da história que mais chamam atenção. O contexto *path dependence*, portanto, surge como um elo de explicação que permite observar a influência do passado sobre o presente e deste sobre o futuro, possibilitando a compreensão das diferentes trajetórias de desenvolvimento entre as regiões.

Conforme já discutido anteriormente, a mudança institucional é caracterizada por Douglass North como sendo, lenta, incremental e dependente do caminho. No entanto, conforme Toye (1995), a mudança só é lenta se for induzida por fontes internas, tal como acontece nos casos em que ela é determinada internamente pelo mercado através de variações nos preços relativos. A mudança institucional, dessa forma, tanto pode ter fontes internas

como externas e ela pode ser muito mais rápida se for determinada por pressões exógenas. Por isso, este autor afirma que a mudança institucional tem, freqüentemente, uma origem externa. Sobre esse aspecto, o autor em tela revela que elas podem ser de origem mercantil ou não mercantil, sendo o Estado a principal fonte de pressões externas para a mudança. Neste nível, revela ainda que a influência do Estado manifesta-se de diferentes formas: estabelece a estrutura dentro da qual podem agir as pressões do mercado; pode mediar os movimentos de pressão do mercado; e pode intervir diretamente para reformar as instituições que não estão sujeitas às pressões do mercado (TOYE, 1995).

Com isso, North pôde explicar, por exemplo, por que países apresentam divergências em termos de desempenho institucional a ponto de interferir no processo de performance econômica. A emblemática dessas comparações se verificou entre países do Terceiro Mundo e os Estados Unidos. Assim, Toyoshima (1999, p. 108), faz a seguinte análise:

O desempenho persistentemente pobre dos países do Terceiro Mundo é explicado pela evolução de suas matrizes institucionais. Um país pobre possui uma estrutura institucional não eficiente, ou seja, uma que não conseguiu reduzir os custos de transação. Em qualquer sociedade supõe-se que as instituições sejam criadas para reduzir incertezas de forma que os indivíduos consigam melhorar seus resultados, identificando as melhores alternativas. Numa economia cuja estrutura institucional é pouco desenvolvida, as incertezas são maiores, os indivíduos não conseguem identificar as melhores alternativas e, portanto, não podem melhorar seus resultados. Uma vez escolhido um caminho institucional, os rendimentos institucionais evoluem muito lentamente, torna-se difícil para a economia sair de um caminho e trilhar outro muito diferente (o mais eficiente). Isto é reforçado pela estrutura de poder da sociedade, pois se supõe que aquelas que têm maior poder de barganha irão se contrapor às mudanças.

Isto quer dizer que uma vez escolhido um caminho, o mesmo sempre vai estar sujeito aos mecanismos auto-reforçantes que fazem com que a matriz institucional fique *locked in* e seja *path dependent*. Assim, segundo, Toyoshima (1999) mesmo que as instituições existentes não sejam as mais eficientes para gerar desenvolvimento econômico, como existem retornos institucionais crescentes, a tendência é de que elas persistam.

North ilustra esse ponto, a partir do exemplo da atividade de pirataria em uma sociedade. Assim, segundo North (1993a), se o marco institucional premia a pirataria, surgirão então organizações que visem à pirataria; e se o marco institucional premia as atividades produtivas, surgirão organizações/empresas que se dedicam a atividades produtivas. Também, quanto maior o grau de monopólio, menor o incentivo de aprender e mudar.

Como forma de melhorar o entendimento sobre o processo de mudança institucional, far-se-á uso das próprias palavras de Toyoshima sobre esse assunto:

A atividade de pirataria é apenas uma forma de distribuir a riqueza já existente, por meio do roubo, não uma via produtiva que melhora a eficiência do sistema. No entanto, de acordo com o sistema de incentivos de uma sociedade, esse tipo de atividade pode muito bem persistir se as instituições que garantem a existência da pirataria gerarem retornos crescentes. Com esse exemplo mostra que as instituições desenvolvidas não são necessariamente eficientes para o desenvolvimento econômico dos países, dado que os arranjos institucionais são moldados, em grande parte, pelos interesses daqueles que possuem poder de barganha. Se os piratas têm tal poder na sociedade, as instituições criadas (neste caso, as informais) servirão prioritariamente a seus interesses. Uma vez criadas as instituições, os mecanismos auto-reforçantes fazem com que as economias fiquem *locked in* em determinadas estruturas institucionais, mesmo que essas reforcem atividades improdutivas, impedindo o desenvolvimento de atividades produtivas que melhorem o seu desempenho (TOYOSHIMA, 1999, p. 105).

Observa-se pela obra de North que a crença que mantém os indivíduos, os grupos e as sociedades e que determina suas preferências, é consequência de sua aprendizagem ao longo do tempo, e não só um lapso de vida de um indivíduo ou de uma geração, isto é, a cultura de cada sociedade passa a alcançar, portanto, um posicionamento fundamental na análise do desenvolvimento (NORTH; THOMAS, 1989; NORTH, 1990; 1991; 1993a; 1994a; 1995; 2000; 2003; 2005).

É dentro desta perspectiva, portanto, que se baseia a presente Tese. Percebe-se que a história econômica da Amazônia, no geral, e em Rondônia, em particular, foi sendo construída a partir de um processo de mudanças institucionais provenientes da ação do Estado pautado na concepção de intervenção pública do governo federal inserido no ideário das políticas desenvolvimentistas. Em Rondônia, especialmente, houve uma nítida diferenciação interna no que diz respeito à gênese de tais políticas, evidenciando, com isso, duas grandes zonas marcadas por processos de mudanças institucionais específicas. Estudá-las, visando encontrar elementos explicativos sobre os desequilíbrios entre as regiões do estado de Rondônia, dentro do enfoque teórico aqui demonstrado, foi o que fez mover a presente pesquisa.

No entanto, mesmo com tal perspectiva teórica ainda assim não se teria as bases de um estudo empírico sobre o assunto. Desse modo, o estudo empírico conduzido por Robert Putnam trouxe uma forma de explicação inovadora para um problema complexo envolvendo duas mesorregiões italianas. O rígido sistema teórico-metodológico utilizado pelo autor fez emergir a perspectiva do capital social, como elemento explicativo dos desequilíbrios regionais da Itália moderna. Assim, em relação a este trabalho, especificamente, o que

importa ser mencionado é que o estudo de Putnam permitiu que fosse estruturada a perspectiva de análise do desempenho institucional adotado para esta pesquisa, o que tornou possível responder o questionamento central da Tese. Porém, objetivando ir além do que aquele mencionado pela principal condicionante da Tese, que até esse ponto já teria seu valor científico reconhecido ao demonstrar a relação entre a mudança institucional e o nível de desempenho regional, evidenciando o caráter *path dependence* incrustado no território rondoniense, foi plantado na mente do autor um desejo quase que incontrolável de se verificar na prática o poder do capital social nas terras de Rondon. E isso exigiu um maior detalhamento de sua principal obra que, imersa no pensamento institucionalista, transparece a influência de North em seu estudo. Conhecer seu trabalho e seu método e o que vem sendo chamado de capital social são, portanto, assuntos essenciais para melhor compreender a envergadura de sua obra e de seu alcance explicativo sobre temas envolvendo desigualdades regionais e que, por isso, deverão ser abordados com maior rigor a partir de agora.

2.1.2.1.3 O institucionalismo de North no trabalho de Putnam

De acordo com o Monastério (2002), os trabalhos reunidos no que hoje se designa Nova Economia Institucional (NEI) foram fundamentais para a formação da abordagem do capital social. Na verdade, segundo esse autor, a história intelectual de ambas as linhas de pesquisas chegam a se confundir, de tão próximas. É comum, segundo ele, que os pesquisadores ligados ao capital social cite com frequência os textos básicos da NEI; desde o seminal *paper* de Coase (1937) até os trabalhos mais recentes de Douglass North.

O estudo de Putnam e seus colaboradores sobre a Itália moderna nasceu de uma preocupação em relacionar a teoria e a prática da democracia. De acordo com Baiardi (1997), os pesquisadores partiram de uma desconfiança – que originalmente não era deles e que tinha raízes genéricas em Weber e Schumpeter⁹ –, qual seja, a de que a reforma política e o progresso material, se bem que necessários, não são suficientes a assegurar a saúde das democracias, nas dimensões política, social e econômica. Intuíram, adicionalmente, que seria

⁹ É inerente à teoria evolucionária neo-schumpeteriana um menor nível de abstração da realidade (MONATEIRO, 2002). Apresentando uma metodologia que preconiza uma estreita ligação com a história, esta escola considera que compreender os contextos social, econômico, tecnológico e institucional - dentro dos quais os agentes econômicos estão inseridos – e sua evolução é de fundamental importância para a explicação das trajetórias de um sistema econômico (FREEMAN; PEREZ, 1988). É sobre essa complexidade histórica e institucional que a teoria deve se debruçar, a fim de tornar possível o entendimento dos caminhos trilhados e das possíveis trajetórias à frente (GADELHA, 2002).

desejável a sincronia de dois processos: o de descentralização do poder e o do despertar do empenho civil.

A pesquisa teve início em abril de 1970, quando Putnam e outros pesquisadores se encontravam em Roma para estudar várias questões da política italiana. Neste momento, o governo italiano, inesperadamente, propôs e viu aprovada uma reforma constitucional que previa a instituição de administrações regionais. O experimento oferecia uma oportunidade única de iniciar um estudo sistemático de longo prazo, focalizando o desenvolvimento e a adaptação das instituições ao ambiente social. Inicialmente previsto para seis regiões, o interesse dos poderes regionais em integrarem a pesquisa, enquanto objeto de estudo, levou à inclusão das demais regiões da Itália (BAIARDI, 1997).

Dentre os personagens envolvidos nessa empreitada estiveram: Robert D. Putnam, diretor do centro para questões internacionais da universidade de Harvard que atuou como coordenador da equipe. Outros dois personagens foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa. O primeiro deles foi Robert Leonardi, professor de políticas da comunidade européia na escola de economia de Londres. Outro personagem está relacionada à Raffaella Y. Nanetti, professora de planejamento urbano e de análise política da universidade de Illinois, em Chicago. Juntos tornaram possível a realização da pesquisa sobre a Itália que estava recheada de grande complexidade. O resultado desse processo foi o livro intitulado em português como “**comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**” publicada pela Fundação Getúlio Vargas, o qual se baseou a presente Tese.

Ao partir de um problema central: “por que alguns governos democráticos têm bom desempenho e outros não?” Putnam resgata uma questão antiga, porém, com vitalidade o suficiente para provocá-lo e instigá-lo a encontrar uma explicação para tal discrepância. Tentar-se-á, portanto, fazer uma leitura do trabalho de Putnam e sua equipe, a partir de quatro questionamentos centrais que, a nosso ver, ajuda a compreender a magnitude de sua obra e a sintetizar os principais elementos críticos e conclusões desta longa pesquisa. Assim, nossa trajetória sobre a obra de Putnam obedecerá à seguinte seqüência de indagações feitas pelo autor:

1. De que forma as instituições formais influenciam a prática da política e do governo?
2. Mudando as instituições, mudam-se também as práticas?
3. O desempenho de uma instituição depende do contexto social, econômico e cultural?

4. Se transplantarmos as instituições democráticas, elas se desenvolverão no novo ambiente tal como no antigo?

A seguir, far-se-á uma discussão sobre cada uma das indagações tentando levantar os principais pontos considerados relevantes para o desenvolvimento da presente pesquisa.

I - De que forma as instituições formais influenciam a prática da política e do governo?

Certamente, os fundamentos teóricos utilizados pelo autor para a elucidação da questão acima, tenha sido fortemente influenciada pelas idéias institucionalistas, que se caracterizam por se oporem à visão predominantemente neoclássica, embora muitos estudiosos a considerem uma ramificação da própria teoria neoclássica, porém, não com a racionalidade instrumental que a limita. A visão institucionalista, portanto, parte de convicções de que a economia é institucional por ser processual e evolucionista, cultural e coletiva, interdisciplinar e não-preditiva, como já dizia Reis (1999).

Conforme Toyoshima (1999) nos modelos de desenvolvimento neoclássicos, as instituições são exógenas. Ou seja, uma vez que o arcabouço institucional seja dado, os modelos verificam as condições de equilíbrio e de maximização. Essa metodologia vem sendo criticada por outros autores, que sustentam que o processo de desenvolvimento é decorrente da endogeneização das instituições nos modelos teóricos. Com isso, o desenvolvimento econômico é também um processo de desenvolvimento das instituições e, assim sendo, as instituições importam. Porém, de acordo com o mesmo autor, os teóricos que aceitam a premissa de que as instituições importam, não podem ser agrupados todos numa mesma corrente. Assim, para fins de simplificação e reafirmar o enquadramento teórico da pesquisa, pôde-se dividi-lo em dois grandes grupos: de um lado estariam aqueles considerados “institucionalistas neoclássicos” ou “novos institucionalistas”, como Douglass North (1990); Williamson (1985); de outro estariam os chamados “velhos institucionalistas” que seguem a linha de Veblen.

Dentro da corrente dos “novos institucionalistas”, Douglass North vem sendo apontado como uma das principais personalidades que, conforme Toyoshima (1999) procura fazer uma análise comparativa da evolução das sociedades e mostrar as origens das desigualdades entre as diversas economias.

Quanto ao uso do termo “instituição” no sentido lato para indicar as regras do jogo nas sociedades, North (1990) tem enfatizado que os esquemas institucionais são autofortalecedores, mesmo quando são socialmente ineficientes. E, desta maneira, revela que

é mais fácil aos indivíduos, adaptarem-se às regras já existentes, que tentar mudá-las. Assim, no momento em que o desenvolvimento se estabelece em certa direção, os hábitos culturais e os modelos mentais da sociedade reforçam o impulso a mover-se na mesma direção, sob os auspícios da força chamada de *path dependence*. As hipóteses de North (1990) são todas elas coerentes com o sentido de continuidade que foi destacado nos capítulos do livro de Robert Putnam e equipe (BAIARDI, 1997).

Putnam (2007), por sua vez, ao citar March; Olsen (1989) revela que o novo institucionalismo estrutura as instituições ao influenciar o fluxo da história. Revela ainda, que as decisões tomadas no âmbito das instituições políticas, modificam a distribuição de interesses, recursos e preceitos políticos, na medida em que criam novos atores e identidades, incutem nos atores a noção de êxito e fracasso, formulam regras de conduta apropriada e conferem a certos indivíduos, e não a outros, autoridade e outros tipos de recursos. Assim, Putnam afirma que as instituições influenciam a maneira pelas quais indivíduos e grupos se tornam atuantes, dentro e fora das instituições estabelecidas, o grau de confiança entre cidadãos e líderes, as aspirações comuns da comunidade política, o idioma, os critérios e os preceitos partilhados pela comunidade, e o significado de conceitos como democracia, justiça, liberdade e igualdade.

Embora algumas críticas venham direcionadas à teoria institucionalista, a mesma vem ganhando espaço em diferentes níveis de análise. O Banco Interamericano de Desenvolvimento, por exemplo, em 1998, elaborou um trabalho intitulado “As instituições contam” (BID, 1998). Nele, se desenvolve em detalhe a visão de que todo o tema das instituições deve ser incorporado à análise das realidades econômicas e o desenho das políticas. Assim, instituições são entendidas como um conjunto de regras formais e informais e seus mecanismos de execução, que incidem sobre o comportamento dos indivíduos e organizações de uma sociedade. Entre as formais estão as constituições, as leis, os regulamentos, os contratos, etc. Entre as informais estão a ética, a confiança, os preceitos religiosos e outros códigos implícitos (KLIKSBURG, 2002).

Assim, por trás de um questionamento¹⁰ aparentemente simples como este, que se reporta a Questão 1, Putnam agrega questões tradicionalmente complexas para o estudo das instituições, do comportamento político e da democracia. Portanto, a questão central de

¹⁰ Putnam (2007: 189) revela que todos os capítulos de seu livro começam com uma pergunta e terminam com outra. Daí a difícil tarefa de encontrar respostas para cada questionamento apresentado por este trabalho. Nesse sentido, como forma de superar tal obstáculo, foi necessária a busca de outras fontes de pesquisas julgadas essenciais para o embasamento da linha de raciocínio adotada por Putnam. Nesse processo, os questionamentos alcançaram um nível de sincronismo suficientemente ordenado, que possibilitou a construção de um balizamento teórico sobre esse assunto capaz de pôr freios às constantes investidas motivadas pela empolgação.

Putnam e equipe foi identificar as condições necessárias para a criação de instituições fortes, responsáveis e eficazes.

Putnam em sua obra, afirma que os novos institucionalistas divergem, entre si, com relação a muitos pontos, tanto teóricos quanto metodológicos. Mas, estão de acordo em dois pontos fundamentais, conforme observado por ele:

As instituições moldam a política (variável independente). As normas e os procedimentos operacionais típicos que compõem as instituições deixam sua marca nos resultados políticos na medida em que estruturam o comportamento político. Os resultados não podem ser meramente reduzidos à interação de jogo de bilhar dos indivíduos, nem à interação das forças sociais gerais. As instituições influenciam os resultados porque moldam a identidade, o poder e a estratégia dos atores. As instituições são moldadas pela história (variável dependente). Nesse aspecto o autor argumenta que independente de outros fatores que possam influenciar a sua forma, as instituições têm inércia e “robustez”. Portanto, corporificam trajetórias históricas e momentos decisivos. A história é importante porque segue uma trajetória: o que ocorre antes (mesmo que tenha sido de certo modo “acidental”) condiciona o que ocorre depois. Os indivíduos podem “escolher” suas instituições, mas não o fazem em circunstâncias que eles mesmos criaram, e suas escolhas por sua vez influenciam as regras dentro das quais seus sucessores fazem suas escolhas (PUTNAM, 2007, p.23).

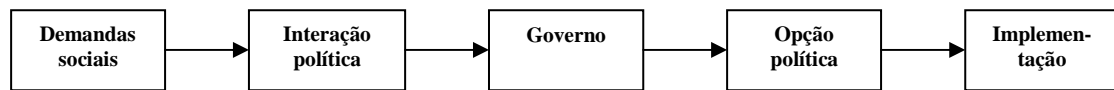
Sobre tais pontos, ele revela:

Nosso estudo da experiência regional italiana visa a contribuir com evidências empíricas desses dois tópicos. Tomando as instituições como variável independente, investigamos empiricamente como a mudança institucional influencia a identidade, o poder e a estratégia dos atores políticos. Depois, tomando as instituições, como variável dependente, examinamos como o desempenho institucional é condicionado pela história (PUTNAM, 2007, p.24).

Antes, porém, de avançar na linha de seu pensamento, torna-se preciso definir qual o entendimento do autor sobre desempenho institucional. Ao tentar chegar nessa fase Putnam revela a seguinte análise crítica:

Instituições são mecanismos para alcançar propósitos, não apenas para alcançar acordos. Queremos que o governo faça coisas, não apenas decida coisas – educar as crianças, pagar os aposentados, coibir o crime, gerar empregos, conter a alta dos preços, incluir valores familiares e assim por diante. Não estamos todos de acordo sobre qual dessas coisas é mais urgente, nem sobre como elas devem ser feitas, nem mesmo sobre se todas valem a pena. Mas todos nós, exceto os anarquistas, concordamos que as instituições governamentais têm que agir pelo menos algumas vezes, com relação a pelo menos algumas dessas questões. Tal fato deve condicionar a noção que venhamos a ter de êxito ou fracasso institucional (PUTNAM, 2007, p.24).

Com isso, por desempenho institucional, o autor entende não apenas "as regras do jogo", uma vez que as instituições são mecanismos para alcançar propósitos e não apenas para alcançar acordos. Para ele, o conceito de desempenho institucional se baseia num modelo bem simples de governança, num esquema que ele mesmo demonstrou acompanhar a seqüência lógica:



Como forma de explicar mais sobre essa linha de pensamento, Putnam faz o seguinte comentário:

As instituições governamentais recebem subsídios do meio social e geram reações a esse meio. Pais que trabalham fora procuram creches acessíveis, comerciantes preocupam-se com furtos em suas lojas, veteranos de guerra execram a morte do patriotismo. Os partidos políticos e outros grupos articulam esses interesses, e as autoridades, quando muito, deliberam sobre o que fazer. Então, adota-se uma política (que pode ser apenas simbólica). A menos que essa política seja “nada a fazer”, ela tem que ser implementada – criar novas creches (ou incentivar a iniciativa privada a fazê-lo), pôr mais guardas na ronda, hastear bandeiras com mais frequência. Para ter um bom desempenho, uma instituição democrática tem que ser ao mesmo tempo sensível e eficaz: sensível às demandas de seu eleitorado e eficaz na utilização de recursos limitados para atender a essas demandas (PUTNAM, 2007, p.24-25).

Revela, portanto, que o desempenho institucional é importante porque afinal a qualidade do governo interessa à vida das pessoas, seja concedendo bolsas de estudos, pavimentando estradas, vacinando as crianças ou demonstrando suas falhas, ao não executar ações em benefício da coletividade (PUTNAM, 2007).

A partir da concepção de Putnam sobre desempenho institucional, que o definiu como sendo um processo de governança, torna-se, agora, necessário também definir o que seja governança. Portanto, governança, nas palavras de Souza (2003), se refere à coordenação e à cooperação entre atores sociais, na forma de associações e redes. Parcerias, entidades governamentais, redes, associações em redes, tudo isso, pode ser chamado de governança. Assim, pode-se dizer que a governança está relacionada ao modo de uso da autoridade (SILVA, 2009).

A concepção de governança urbana indica, assim, que a melhoria da qualidade de vida nas cidades não é atribuição exclusiva de governo, mas sim tarefa e responsabilidade compartilhada entre todas as organizações e cidadãos, que constituem o tecido institucional e social da cidade (PUTNAM, 2001; SCHERER-WARREN, 1999; CASTELLS, 1999).

Fechando esse parêntese, retomaremos agora às discussões sobre as questões levantadas por Putnam em seu trabalho sobre a Itália moderna. Assim, no que tange a primeira questão, anteriormente descrita nesse capítulo, claramente a mesma está relacionada com a variável independente postulada por ele que, juntamente com a variável dependente, formam as principais hipóteses desse trabalho.

As reformas italianas como bem descrita na parte “Introdução” de sua obra, se configurou num laboratório perfeito para a pesquisa no campo social do qual Putnam prontamente soube aproveitar a oportunidade. Sobre esse ponto, ele comenta:

A experiência regional italiana foi feita sob medida para um estudo comparativo da dinâmica e da ecologia do desenvolvimento institucional. Assim, como o botânico pode estudar o desenvolvimento das plantas medindo o crescimento de sementes geneticamente idênticas em terrenos diferentes, também o estudioso do desempenho governamental pode examinar a evolução dessas novas organizações, formalmente idênticas, em seus diversos ambientes sociais, econômicos, culturais e políticos (PUTNAM, 2007, p.23)

Utilizando da experiência regional italiana, Putnam procura analisar o novo contexto de reforma política do país e de suas conseqüências, averiguando como as novas instituições foram criadas e como elas evoluíram nos seus primeiros 20 anos.

Vale lembrar que tal experiência apenas foi possível com o advento da política democrática após a Segunda Grande Guerra Mundial, conforme descreve Putnam na página 35. Esta, portanto, nos parece ser uma questão *sine qua non* para compreender o contexto, pelo qual, se insere a variável independente formulada pela obra de Putnam.

Como forma de encontrar o elo para compreender a fonte de inspiração do autor e, com isso, determinar sua percepção sobre esse ponto, torna-se preciso mencionar as três maneiras de explicar o desempenho institucional descritas por ele.

A primeira corrente, mencionada pelo autor, enfatiza o projeto institucional. Essa tradição, segundo ele, deriva dos estudos jurídicos formais, um modo de análise política surgido da efervescência constitucionalista do século XIX. Com isso, revela que o trabalho intitulado “considerações sobre o governo representativo”, de John Stuart Mill, reflete a crença dessa corrente de pensamento, naquilo que chamou de “inventividade estrutural constitucional”. Informa, ainda, que o célebre tratado de Mill versa principalmente sobre a engenharia constitucional, a investigação das formas institucionais mais adequadas a um governo representativo eficaz. Sobre essa corrente ele menciona:

Essa corrente de pensamento continuou dominando a análise do desempenho democrático até a primeira metade do século XX. Em geral, admitia-se nessas análises que o governo representativo dependia apenas da boa arrumação de suas partes formais e de uma razoável dose de sorte na vida econômica e nas questões institucionais; e que uma boa estrutura supriria até mesmo a falta de sorte (PUTNAM, 2007, p.25).

O fato da reforma italiana ter possibilitado implementar um modelo institucional único, ou seja, uma constante na experiência regional da Itália, significou uma oportunidade extraordinária para os autores, pois, como o modelo institucional teoricamente se manteve constante ao criar simultaneamente governos regionais com estrutura organizacional similar, outros fatores externos puderam ser testados, a exemplo da contexto econômico e a tradição política. Como na própria visão de Putnam e equipe, tais fatores são mais difíceis de serem manipulados por eventuais reformadores, pelo menos em curto prazo sua pesquisa não potencializou fórmulas para o êxito institucional. Porém, o fato de o modelo institucional ser uma constante na experiência regional italiana indicou, contudo, uma clara intenção dos autores em poder identificar com mais segurança a influência de outros fatores no êxito institucional.

A segunda corrente de pensamento está relacionada aos fatores sócio-econômicos. Segundo Putnam e equipe os sociólogos políticos, desde Aristóteles, afirmavam que as perspectivas da verdadeira democracia dependiam do desenvolvimento social e do bem-estar econômico. Até mesmo os teóricos contemporâneos como Robert A. Dahl e Seymour Martin Lipset, destacaram vários aspectos da modernização, seja na saúde, educação etc., em suas análises das condições básicas do governo democrático estável e eficaz. Conforme Putnam e equipe, os defensores dessa corrente parte da convicção de que a verdadeira democracia está estreitamente associada à modernidade sócio-econômica, tanto no tempo quanto no espaço. Defendem, assim, que a melhoria do desempenho institucional é parte essencial do processo de modernização.

Por fim, a terceira corrente de pensamento destaca a importância dos fatores sócio-culturais no desempenho das instituições democráticas. Essa corrente, segundo os autores, já era sentida por filósofos ilustres como Platão que em sua obra “A República” já revelava que os governos variavam de acordo com a disposição de seus cidadãos. No entanto, é com o

trabalho de Alex de Tocqueville¹¹ que Putnam e seus colaboradores encontram a fonte de inspiração necessária para o direcionamento de suas pesquisas. Ao corroborar com a percepção de Tocqueville que em sua obra intitulada “Da democracia na América¹²”, percebeu e ressaltou a conexão existente entre os costumes de uma sociedade e suas práticas políticas, passam a traçar a espinha dorsal da pesquisa sobre Itália moderna.

Assim, Tocqueville, através de suas pesquisas sobre a democracia na América, insere um elemento importante na obra de Putnam e equipe, o civismo. Exemplo dessa influência pode ser vista ao longo de toda a obra dos autores, em especial na seguinte passagem: “As associações cívicas, por exemplo, reforçam os ‘hábitos do coração’ que são essenciais às instituições democráticas estáveis e eficazes” (TOCQUEVILLE apud PUTNAM, 2007, p.27). E mais fortemente, quando esses autores fazem referência a seguinte afirmação de Tocqueville: “Diante de uma sociedade civil vigorosa, o governo democrático se fortalece em vez de enfraquecer” (TOCQUEVILLE apud PUTNAM, 2007, p.191).

E nesse contexto, afirmam que em uma comunidade cívica a solidariedade, a confiança e a tolerância são ingredientes essenciais. Sobre esse assunto, os autores revelam:

Em muitos aspectos, os cidadãos de uma comunidade cívica são mais do que meramente atuantes, imbuídos de espírito público e iguais. Os cidadãos virtuosos são prestativos, respeitosos e confiantes uns nos outros, mesmo quando divergem em relação a assuntos importantes. A comunidade cívica não está livre de conflitos, pois seus cidadãos têm opiniões firmes sobre as questões públicas, mas são tolerantes com seus oponentes (PUTNAM, 2007, p.102).

¹¹ **Alexis** Henri Charles Clérel, visconde **de Tocqueville** (1805-1859) foi um pensador político, historiador e escritor francês. Tornou-se célebre por suas análises da Revolução Francesa e da democracia americana. A sua obra mais célebre, baseada nas suas viagens nos Estados Unidos da América foi traduzida para o Português com o nome de "A democracia na América", e é freqüentemente usada em cursos de história americana do século XIX e de teoria política moderna. Tocqueville ficou conhecido também por ser a primeira pessoa a cunhar o termo social-democracia, ideologia política que se espalhou pela Europa. Cf. maiores detalhes em <<http://www.wikipedia.com>>, acessado em 29 de dezembro de 2007.

¹² No Brasil, Democracia na América é somente traduzido e publicado em 1962 (Itatiaia, 2 volumes), reeditada em 1977 (Itatiaia/EDUSP), com um estudo introdutório de Neil Ribeiro da Silva. Até então, ficou quase ausente do meio intelectual e político brasileiro, tendo em vista a forte tradição **positivista**, grifo nosso. Outra edição, mais resumida, data de 1969 (Cia. Editora Nacional), com revisão de Anísio Teixeira (VÉLEZ RODRIGUEZ, 1999, p. 161). Em 1983, nova edição da obra pela Itatiaia, com reedição em 1987, 1998, com apresentação de Antonio Paim (BASTOS, M., 2007). Para Tocqueville, a consecução da alternativa da liberdade exige dos homens democráticos uma disposição cultural para crer que têm poder de escolha sobre seus destinos e que podem ultrapassar o espírito de menoridade que caracteriza a moderna servidão. Nesse sentido, a necessidade ética da liberdade é renovada na busca de uma arte de conhecer que, solidária à arte do fazer político, quer negar a tirania das determinações para alcançar um saber moralmente adequado à sua realização. E é nesse quadro que se esclarece o lugar privilegiado da história (JASMIN, 1996).

Essa, aliás, foi a análise de Tocqueville sobre as condições sociais que sustentavam a democracia na América ao dar especial atenção à propensão dos americanos em formar organizações civis e políticas, conforme se verifica na seguinte análise:

Americanos de todas as idades, de todas as condições e de todos os temperamentos estão sempre formando associações. Existem não só associações comerciais e industriais de que todos fazem parte, mas também outras de mil diferentes tipos – religiosas, morais, sérias, fúteis, bastante genéricas e bastante limitadas, imensamente grandes e muito pequenas. [...]. Assim, o país mais democrático do mundo é hoje aquele onde os homens levaram atualmente à máxima perfeição a arte de alcançar em conjunto o alvo das aspirações comuns e aplicaram essa nova técnica ao maior número de objetivos (TOCQUEVILLE apud PUTNAM, 2007, p.103)

Putnam e sua equipe assumem, com isso, que esta e outras proposições do gênero (confiança, solidariedade e cooperação) terão papel central na análise da mudança institucional ocorrida na Itália moderna, objeto de estudo dos autores por aproximadamente vinte anos. Pois, segundo eles:

Para tornar-se uma instituição influente e poderosa, e não meramente constar no rol de organismos públicos moribundos da Itália, o governo regional teria que superar suas origens. Seus novos líderes teriam que adquirir maior independência de seus antigos pilares locais e nacionais (PUTNAM, 2007, p.53).

Assim, para Putnam e seus colaboradores: “a existência de instituições eficazes e responsáveis depende, no jargão do humanismo cívico, das virtudes e práticas republicanas” (PUTNAM, 2007, p.191).

As virtudes e práticas republicanas passam, na visão dos autores, necessariamente pelos critérios de confiança, de solidariedade e de cooperação que, juntos, integram o que eles denominaram de capital social, objeto de discussão nos próximos itens que, no geral, ajudam a refletir o grau de civismo de uma região.

Putnam e sua equipe (2007) revelam que a cadeia de relações sociais permite transmitir e disseminar confiança: confio em você porque confio nela, e ela me garante que confia em você. Dessa forma, revelam que quanto mais cívica a região, mais eficaz o seu governo. Esses autores ao referenciar Tocqueville revelam a importância de associações civis na contribuição para a eficácia e a estabilidade do governo democrático, não só por causa de seus efeitos “internos” sobre o indivíduo, mas também por causa de seus efeitos

“externos” sobre a sociedade¹³.

O debate filosófico em torno da categoria de comunidade cívica tem destacado os seguintes elementos constitutivos, descritos por Baiardi:

a) empenho cívico, que significaria participação ativa na vida comum; b) senso de igualdade política, medido pela propensão a estabelecer relações horizontais de reciprocidade e cooperação; c) solidariedade, confiança e tolerância, estabelecidos através do respeito e da estima pelos concidadãos, mesmo quando na presença de acentuada diferença ideológica, o que tem levado ao rompimento do isolamento e à derrota do sentimento de desconfiança e d) impulso associativista, entendido como compromisso em construir estruturas cujo escopo seja a cooperação (BAIARDI, 1997, p. 395-396).

A falta de confiança para os autores era considerada como um tipo de verme que corrói o espírito cívico, capaz de abalar as estruturas de sustentação de uma sociedade pujante e próspera. Tal visão, certamente, se reporta aos dilemas da ação coletiva, onde se pode ter no pensamento de David Hume um pequeno exemplo do poder destruidor desse repugnante verme, ao fazer a seguinte parábola:

Teu milho está maduro hoje; o meu estará amanhã. É vantajoso para nós dois que eu te ajude a colhê-lo hoje e que tu me ajudes amanhã. Não tenho amizade por ti e sei que também não tens por mim. Portanto não farei nenhum esforço em teu favor; e sei que se eu te ajudar, esperando alguma retribuição, certamente me decepcionarei, pois não poderei contar com tua gratidão. Então, deixo de ajudar-te; e tu me pagas na mesma moeda. As estações mudam; e nós dois perdemos nossas colheitas por falta de confiança mútua (HUME apud PUTNAM, 2007, p.173).

Hardin (1968), através de seu famoso trabalho intitulado “tragédia dos comuns” também, é citado por Putnam e equipe, como ilustração da degradante falta de cooperação entre os agentes, ao revelar que:

No drama dos bens comuns, um criador de gado não pode limitar o pastoreio dos rebanhos dos demais. Se ele limitar seu uso das pastagens comuns, somente ele sairá perdendo. Mas o pastoreio excessivo destrói o recurso comum de que depende a subsistência dos demais (PUTNAM, 2007, p.173).

¹³ Merece aqui se fazer um destaque a respeito. No âmbito interno, as associações incutem em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público. Putnam ao citar Tocqueville revela que somente a ação que os homens exercem uns sobre os outros renova os sentimentos e as idéias, engrandece o coração e promove o entendimento. Assim, para esse autor, a participação em organizações civis desenvolve o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos coletivos. No âmbito externo, por sua vez, a articulação de interesses e a agregação de interesses, como chamam os cientistas políticos deste século, são intensificadas por uma densa rede de associações secundárias (PUTNAM, 2007, p. 103-104).

O que os autores gostariam de demonstrar com isso, é que ambas as partes teriam a ganhar se cooperassem. E nesse sentido, Putnam e sua equipe, ao referenciarem a visão de Tocqueville sobre a comunidade cívica, demonstram a percepção absorvida em suas análises para o estudo italiano. Comunidade cívica é constituída, portanto, da seguinte forma: “*por cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, por relações políticas igualitárias, por uma estrutura social formada na confiança e na colaboração*” (PUTNAM, 2007, p. 30-31).

Sua manifestação, portanto, é condicionada ao aspecto cultural. Vale ressaltar que o contexto histórico trazido do pensamento institucionalista de Douglass North, também exerce um poder explicativo dentro desse enfoque, como em todas as outras indagações, ao reconhecer que a comunidade cívica tem profundas raízes históricas (PUTNAM, 2007). Por ora, basta colocar o civismo como o primeiro grande elemento trazido por Putnam e seus colaboradores, em decorrência de seus estudos empíricos sobre o desequilíbrio italiano. Este é, portanto, o primeiro pensamento de Putnam e equipe para responder a indagação: “De que forma as instituições formais influenciam a prática da política e do governo?”. Assim, o civismo de Tocqueville passa a servir de principal fonte de inspiração.

A seguir, se abordará outros enfoques atrelados ao estudo da Itália, além deste envolvendo o civismo, pois, se acredita que embora as indagações estejam sendo colocadas de forma individual como estratégia escolhida para tentar facilitar o entendimento da obra de Putnam e equipe, tem-se a plena consciência de que este entendimento só ocorrerá depois que todas as indagações forem analisadas de maneira interdependente. Todavia, tal estratégia escolhida, a nosso ver, possibilitará pontuar os principais elementos embutidos na obra dos autores que, ao final, contribuirá para a compreensão dos questionamentos apresentados, como também, permitirá um melhor entendimento do que foi pensado para o estudo da presente Tese.

II - Mudando as instituições, mudam-se também as práticas?

Para tentar encontrar as raízes que levam a responder tal indagação, tornou-se, agora, necessário discutir um pouco mais sobre o processo de mudança institucional ocorrida na Itália que, por sua vez, desempenhou aqui o papel de balizador para que a pesquisa sobre os desequilíbrios regionais em Rondônia encontrasse as bases pragmáticas do pensamento de Douglass North, tornando viável tal investidura. E nesse processo tentar-se-á explicar a referida indagação: mudando as instituições, mudam-se também as práticas?

Como todo processo parte de um ponto inicial, o ponto escolhido foi à realidade italiana antes da reforma.

É interessante ressaltar esse ponto, pois, mostra uma realidade bem complexa da vida italiana construída ao longo de aproximadamente mil anos. Sobre esse assunto os autores revelam:

Fortes identidades regionais e locais fazem parte do legado histórico da Itália. As entidades regionais – geograficamente definidas, politicamente independentes, economicamente diferenciadas e em geral dominadas por uma cidade forte – foram os fios proeminentes na trama da história italiana por mais de um milênio. Na verdade, quando o Estado italiano foi proclamado em 1860, a diversidade lingüística era tão pronunciada que não mais de 10% de todos os “italianos” (e talvez apenas 2,5%) falavam o idioma nacional. Para os piemonteses que unificaram a Itália, as diferenças regionais eram o principal obstáculo ao desenvolvimento nacional. *Fatta l’Italia, dobbiamo fare gli italiani* era o seu lema: **Feita a Itália, resta fazer os italianos** (PUTNAM, 2007, p.34, grifo nosso).

Nesse sistema, o poder era centralizado, ficando a cargo de altos funcionários da burocracia romana. Na prática, o rigor dessa extrema centralização administrativa era moderado pelas típicas acomodações políticas italianas. Assim, para os autores, para que fosse mantido seu frágil respaldo político no novo Parlamento, os líderes italianos desenvolveram a prática do *transformismo*, pela qual faziam conchavos com os notáveis locais. Sobre esse assunto revelam os autores:

O transformismo permitia que as elites locais e os representantes nacionais barganhassem interesses locais e diretrizes nacionais em troca de apoio eleitoral e parlamentar. [...] Obtinha-se apoio ao governo de coalizão nacional em troca de ajustes na política nacional que conviessem às condições locais (ou pelo menos aos poderosos locais). Os prefeitos, embora incumbidos de controlar o governo local, incumbiam-se também de conciliar as tradicionais elites locais, especialmente do sul. O sistema vertical de relações clientelistas tornou-se uma forma de alocar obras públicas e atenuar a centralização administrativa. [...] Os canais políticos de ligação com o centro eram mais importantes do que os canais administrativos; em todo o caso, porém, o essencial era o vínculo com o centro (PUTNAM, 2007, p.35).

Mas nos estados que deixaram de ser autoritaristas, eventuais reformadores se vêem diante de um enigma, conforme aponta Putnam e equipe: “*saber se a mudança nas regras do jogo surtirá os efeitos desejados [...] no modo em que realmente ele é jogado. A experiência regional italiana pode ajudar-nos a esclarecer essa importante questão*” (PUTNAM, 2007, p. 33).

Pela visão institucionalista se podia ter uma perspectiva da mudança sobre a realidade regional. Assim, ao citar James March e Johan Olsen, revela:

A organização da vida política é importante, e as instituições influenciam o fluxo da história. [...] As decisões tomadas no âmbito das instituições políticas modificam a distribuição de interesses, recursos e preceitos políticos, na medida em que criam novos atores e identidades, incutem nos atores a noção de êxito e fracasso, formulam regras de conduta apropriada e conferem a certos indivíduos, e não a outros, autoridade e outros tipos de recursos. As instituições influenciam a maneira pela qual, indivíduos e grupos se tornam atuantes dentro e fora das instituições estabelecidas, o grau de confiança entre cidadãos e líderes, as aspirações comuns da comunidade política, o idioma, os critérios e os preceitos partilhados pela comunidade, e o significado de conceitos como democracia, justiça, liberdade e igualdade (PUTNAM, 2007, p.33).

Com isso, ao adotar a perspectiva de análise institucional, em especial, de North, os autores do estudo italiano alcançam, assim, entendimento daquilo que Tocqueville vinha defendendo e enaltecendo em seus estudos, a cultura cívica como diferenciação de desempenho. Porém, entendendo esta cultura cívica condicionada ao seu aspecto histórico.

E nesse processo, as instituições passaram a ser vistas como instrumentos idealizados pelo homem, como forma de estruturar as interações sociais, essenciais para o convívio em sociedade, através de seu poder restritivo de direitos. Tais restrições, podem ocorrer via formal (regras, leis, constituições), bem como através de via informal (normas de comportamento, convenções, códigos de conduta auto-impostos) e suas características em fazê-las cumprir.

Tais regras atuam definindo a estrutura de incentivo das sociedades e especialmente das economias. As instituições formam a estrutura de incentivo de uma sociedade e as instituições políticas e econômicas, em consequência, constituem os fundamentos determinantes da *performance* econômica. O tempo, relacionado à mudança econômica e societal, é a dimensão na qual o processo de aprendizado dos seres humanos produz a forma como as instituições evoluem, como já dizia North (1994).

Portanto, “instituição¹⁴” no sentido lato para designar as regras do jogo numa sociedade, North (1990) assinala que os modelos institucionais tendem a auto-reforçar-se, mesmo quando são socialmente ineficientes. É mais fácil aos indivíduos, adaptarem-se às regras já existentes, que tentar modificá-las. No momento em que o desenvolvimento toma determinada direção, a cultura organizacional, os costumes e os modelos mentais do mundo

¹⁴ Douglass North expõe em sua obra um marco analítico para explicar como as instituições e as mudanças institucionais afetam a economia. Segundo o autor, as instituições existem devido à incerteza que resulta da interação humana. North, a partir das idéias de Coase (1937), parte da premissa que o mercado acarreta custos na economia, e que a diminuição de tais custos decorre da existência de instituições (AREND; CÁRIO, 2005). Assim, instituições reduzem incertezas porque proporcionam uma estrutura à vida diária, constituindo um guia para a interação humana, e incluem todo tipo de limitação que os humanos criam para dar forma a esta interação. É nesse sentido que Douglass North define instituição: “As instituições são as regras do jogo em uma sociedade, ou mais formalmente, são as limitações idealizadas pelo homem que dão forma a interação humana. Elas estruturam incentivos na interação humana, seja político, social ou econômico.” (NORTH, 1995, p.13).

social reforçam essa trajetória, isto é, impulsionam-na a mover-se no mesmo sentido. Ao adotar tal linha teórica, percebe-se que as hipóteses de North (1990) são todas elas coerentes com o sentido de continuidade que foi destacado nos capítulos do livro de Robert Putnam e equipe.

Ao estudar o caso italiano, Putnam e sua equipe percebeu que o início da reforma política foi marcado pelo pensamento cético da maioria das regiões do país. Portanto, somente após a segunda grande guerra mundial, com os auspícios da política democrática, acompanhada da crescente revolta dos movimentos locais contra a centralização extrema, foi que começou a ressurgir o sentimento regionalista na Itália. Mas esse processo não foi por completo absorvido pela sua população. Com exceção de cinco regiões que adotaram de imediato a mudança, as demais protelaram por quase 20 anos suas intenções em decorrência da forte resistência política.

É, porém, na década de 1960 que finalmente a Itália pode de fato vivenciar a tão sonhada mudança. Assim, com base nos autores, pode-se verificar essa efervescência com base na seguinte observação:

Em meados dos anos 60, porém, muita coisa começara a mudar. O pano de fundo era a incrível rapidez da transformação social e econômica na Itália do pós-guerra. Nos 20 anos decorridos entre 1950 e 1970, a economia cresceu mais depressa do que nunca na história italiana e mais depressa do que em qualquer outro país ocidental. Milhões de italianos migraram do Sul empobrecido para o Norte industrial. A participação da agricultura na força de trabalho despencou de 42 para 17% na metade do tempo requerido por mudanças semelhantes ocorridas em outros lugares ao longo da história econômica do Ocidente. Os padrões nutricionais melhoraram; o analfabetismo e a mortalidade infantil diminuíram em dois terços; as bicicletas foram substituídas por Vespas, e as Vespas por Fiats. Milhões de italianos mudaram de emprego, de casa e de estilo de vida. A Itália, assim como a maioria de suas regiões e de seus cidadãos, conheceu um dos mais intensos períodos de mudança social, já registrados (PUTNAM, 2007, p.35-36).

É no ano de 1977 que as várias manifestações locais e regionais contra a centralização das decisões políticas do governo culminaram, após exaustivas rodas de negociação, com o pacote de medidas lançadas pelo governo central através da elaboração dos 616 decretos que conforme as palavras de Putnam e equipe:

[...] desmantelava a burocracia nacional, transferindo às regiões 20 mil postos, inclusive parte considerável de vários ministérios, como o Ministério da Agricultura, e também centenas de departamentos sociais semipúblicos. Delegou-se às regiões ampla autoridade legislativa em várias áreas importantes, como serviços sociais e planejamento territorial. As disposições fiscais dos 616 decretos conferiram às regiões responsabilidade por aproximadamente um quarto de todo o orçamento nacional – ou um terço, segundo algumas estimativas –, incluindo-se aí medidas

independentes que transferiram às regiões praticamente toda a responsabilidade pelos sistemas nacionais de assistência médica e hospitalar (PUTNAM, 2007, p.38).

Foi com base nesse enfoque que perceberam que o processo de construção de um novo arranjo institucional¹⁵, decorrente da reforma regional italiana, propiciou uma nova dinâmica social, ao fazerem a seguinte análise:

Há, portanto, indícios inequívocos de que a reforma regional influenciou significativamente a política local na Itália. Graças a essa mudança institucional, agora os líderes políticos italianos seguem outras trajetórias em suas carreiras, defendendo outros ideais, lidam de outro modo com os problemas sociais, enfrentando outros adversários e colaboram com outros parceiros. [...] Muita coisa mudou por causa da reforma regional. [...] As novas instituições deitaram raízes, ganharam autonomia e conquistaram (lentamente) o apoio do eleitorado. Atraíram um quadro de competentes políticos profissionais. Essa reforma institucional influenciou profundamente o modo de agir dos políticos e do governo italianos (PUTNAM, 2007, p.74).

Embora reconhecendo que o desenvolvimento de uma instituição humana não pode ser avaliado de uma semana para outra, nem de um mês para outro, e às vezes nem mesmo de um ano para outro já que os ritmos da mudança institucional são lentos, o estudo regional da Itália propiciou alcançar um nível de análise que pôde comprovar o pensamento teórico dos institucionalistas.

Assim, Putnam e sua equipe depois desse longo período de pesquisa sobre a Itália moderna puderam confirmar o pensamento institucional ao revelar que:

A mudança institucional refletiu-se (gradualmente) na mudança de identidade, valores, poderes e estratégias. [...] A reforma regional propiciou aprendizado social, aprendizado 'na prática'. A mudança formal induziu a mudança informal e tornou-se auto-sustentada (PUTNAM, 2007, p.193).

Diante disso, Putnam e equipe acreditam que mudando as instituições formais pode-se, sim, mudar a prática política e o comportamento das pessoas.

Desse modo, acredita no poder do Estado como estimulador e centralizador de mudanças, embora se reconheça o poder dos elementos que compõem a variável dependente

¹⁵ Reis (1999), ao utilizar da obra de L. Davies; D. North (1971: 6-7), faz uma distinção entre "ambiente institucional" e "arranjos institucionais". O primeiro, "é um conjunto de regras políticas, sociais e legais fundamentais que estabelecem as bases para a produção, a troca e a distribuição. São exemplos disso as regras que organizam eleições, direitos de propriedade e o direito dos contratos". Um arranjo institucional é o que se estabelece "entre unidades econômicas que organizam os modos pelos quais essas unidades podem cooperar e, ou, concorrer. Ele pode fornecer a estrutura dentro da qual os seus membros podem cooperar, ou pode fornecer o mecanismo que tenha como resultado uma mudança das leis ou dos direitos de propriedade". Toyoshima (1999) esclarece ainda que mesmo que as instituições existentes não sejam as mais eficientes para gerar desenvolvimento econômico, em decorrência de haver retornos institucionais crescentes, a tendência é de que elas persistam. Nesse caso, havendo mudanças institucionais, estas ocorrerão a partir dos arranjos já constituídos.

de sua pesquisa, ou seja, que as instituições são moldadas pela história. Diante disso, Putnam e equipe dão pistas de que é possível romper com o tradicionalismo anticívico, ao afirmar que “criar capital social não será tarefa fácil, mas é fundamental para fazer a democracia funcionar¹⁶” (PUTNAM, 2007).

Uma lição tirada da experiência regional italiana é que a mudança formal induziu a mudança informal e tornou-se auto-sustentada. Sobre esse aspecto eles revelam:

A reforma teve conseqüências palpáveis e em sua maioria benéficas para a vida política regional. Como previam os institucionalistas, a mudança institucional refletiu-se (gradualmente) na mudança de identidades, valores, poderes e estratégias. Tais tendências manifestaram-se não apenas no Norte, mas também no Sul. Tanto no Sul quanto no Norte, as novas instituições nutriam entre as elites uma cultura mais moderada, pragmática e tolerante. Tanto no Sul quanto no Norte, a reforma modificou as antigas estruturas de poder e produziu uma autêntica autonomia subnacional como jamais se vira na Itália modificada. Tanto no Sul quanto no Norte, a própria reforma gerou pressões, dentro e fora do governo, no sentido de maior descentralização. Tanto no Sul quanto no Norte, líderes comunitários e eleitores comuns consideram o governo regional melhor do que as instituições que ele veio substituir – certamente mais acessível e provavelmente mais eficaz [...] (PUTNAM, 2007, p.193).

Com isso, os estudos de Putnam e seus colaboradores sobre a Itália representou uma nítida aceitação dos postulados institucionalistas e, desse modo, possibilitou tornar válida a hipótese levantada pelos autores “mudando-se as instituições, mudam-se também as prática?”. A resposta, sim, elas mudam, revelaram os autores.

III - O desempenho institucional de uma instituição depende do contexto social, econômico e cultural?

Nesse momento, chega-se ao âmago da pesquisa na Itália. Nesse quesito há, portanto, dois enfoques que merecem ser destacados. O primeiro deles diz respeito ao procedimento metodológico utilizado pelos autores para determinar o desempenho institucional. O segundo diz respeito da relação desse desempenho com as especificidades das virtudes existentes entre as regiões. E através desse procedimento, se pode chegar ao cerne da questão do trabalho de Putnam, o capital social.

¹⁶ Esta afirmação que Putnam faz está relacionada com o posicionamento da historiadora econômica italiana Vera Zamagni que demonstra não acreditar na mudança institucional a partir de forças externas e sim por meio da transformação das estruturas locais movidas por forças internas. Esta colocação de Putnam reforça o poder da cultura e da história no comportamento cívico das pessoas e no desempenho institucional, demonstrando que será difícil, porém, não impossível, para regiões de baixo civismo romper com o tradicionalismo anticívico (Cf. p.194).

Em relação ao desempenho institucional, já definido anteriormente, Putnam e seus seguidores estavam diante de um grande desafio: como avaliar o desempenho entre os governos? Esse problema pode ser visto quando eles fazem o seguinte comentário:

Queríamos fazer uma avaliação multifacetada de cada um dos 20 governos regionais italianos como introdução à nossa averiguação das causas do êxito ou fracasso institucional. Mas como começar? Que critérios devem nortear uma avaliação rigorosa, imparcial e convincente do êxito institucional? De fato, como ter certeza de que certos governos são sistematicamente mais eficazes do que outros, de tal modo que possamos falar genericamente de ‘êxito institucional’? (PUTNAM, 2007, p. 77).

Uma coisa, porém, era certa. Tal avaliação teria que ser feita de maneira criteriosa e convincente. Assim, para os autores era mais prudente concentrar esforços no sentido de pôr rigor ao procedimento metodológico de que simplesmente mostrar quem fracassou ou prosperou. Essa postura científica, diga-se de passagem, foi crucial para que houvesse um relevante impacto de sua obra no mundo científico em diversas partes do mundo, a exemplo do Brasil.

Assim, uma avaliação criteriosa do desempenho governamental teria que passar necessariamente, segundo eles, pelo crivo de quatro requisitos rigorosos:

1. **Tem que ser abrangente.** Os governos fazem muitas coisas – promulgam leis, gastam dinheiro, prestam serviços e administram suas atividades internas. Eventualmente eles vão além dessas rotinas para empreender reformas inovadoras, seja de esquerda, como a de Lyndon Johnson, seja de direita, como a de Margaret Thatcher. Nossa avaliação tem que abranger todas essas atividades, tanto as convencionais quanto as novas. Além disso, os governos têm responsabilidade em muitas áreas diferentes – saúde, agricultura, obras públicas, educação, serviços sociais, desenvolvimento econômico etc. Para ser abrangente, nosso exame tem que considerar todos esses campos. Não podemos pretender avaliar as mínimas coisas que os 20 governos regionais fizeram em duas décadas, mas temos que procurar obter uma amostra tão ampla quanto possível de sua eficácia.
2. **Tem que ser inteiramente coerente.** Precisamente por fazer tantas coisas diferentes, os governos não têm um único ‘resultado final’, como o lucro numa empresa capitalista. Donde a possibilidade de diferentes governos simplesmente serem bons em diferentes áreas – uns se destacam na saúde, outros na construção de estradas, uns lidam melhor com as leis, outros com a administração e assim por diante. Temos que atentar para a compatibilidade entre os vários indicadores operacionais do desempenho institucional e também para os indícios de ‘multidimensionalidade’. Só poderemos falar sumariamente de êxito ou fracasso da instituição se e somente se nossos diversos indicadores classificarem empiricamente as regiões mais ou menos do mesmo modo.
3. **Tem que ser confiável.** Para podermos traduzi-lo em termos genéricos, o desempenho institucional tem que ser razoavelmente duradouro e não instável. É de se esperar que haja alguma variação ao longo do tempo, sobretudo nos primeiros anos de uma instituição. Um governo pode tropeçar e outro ganhar impulso. Mas quando a ordem de classificação das regiões muda caleidoscopicamente de um ano para o outro, convém rever nosso conceito básico de desempenho institucional. Porém, quando as mesmas regiões são bem governadas ano após ano, isso indica

que o desempenho não se deve apenas a uma momentânea constelação de forças políticas ou à capacidade (ou sorte) de um determinado mandatário.

4. Tem que corresponder aos objetivos e aos critérios dos protagonistas e dos membros da instituição. Afinal, trata-se de governos democráticos, responsáveis perante os cidadãos as várias regiões. Não devemos impor padrões que sejam estranhos a esses membros. Temos que comparar cuidadosamente nossos indicadores 'objetivos' do desempenho com as opiniões de eleitores e líderes comunitários de todas as regiões. Já vimos no capítulo anterior que a satisfação variava consideravelmente de uma região para outra. Antes de emitir um julgamento sobre a qualidade de governança nas várias regiões, temos que cotejar nossos indicadores com as opiniões das pessoas em Bolonha e Bari, Seveso e Pietrapertosa (PUTNAM, 2007, p.78, grifo nosso).

Assim, os autores ressaltam a necessidade da avaliação poder enxergar os atos e não as palavras. Tal preocupação não é difícil de ser imaginada, já que em muitos lugares a demagogia parece ser a regra para propagar uma imagem politicamente aceitável, dentro de uma realidade totalmente equivocada. Por isso, o desempenho institucional foi conduzido em função da capacidade dos governos de solucionar os problemas e da capacidade deles de prestarem serviços. Com isso, elaboraram 12 indicadores de desempenho institucional¹⁷, os quais procuravam avaliar em cada governo regional: a) a continuidade administrativa; b) as deliberações sobre as políticas; e c) a implementação das políticas.

O resultado encontrado por Putnam e equipe, após analisar penosamente os indicadores levantados para o período que compreendeu os anos de 1978 a 1985, utilizando-se de instrumentos estatísticos em nível de correlações fatoriais, demonstra claramente que embora se tenha implementado políticas idênticas para as várias regiões italianas, o desempenho das instituições teve comportamento distinto entre elas. Assim, verificaram dois extremos nessa análise: o norte e o sul da Itália. Em geral, os dados mostraram haver um melhor desempenho nas regiões Norte do país, a exemplo de Emília-Romagna do que na região Sul, a exemplo de Calábria e Campânia, como segue:

Certos governos regionais foram sistematicamente mais bem-sucedidos do que outros – mais eficientes em suas atividades internas, mais criativos em suas políticas e mais eficazes na execução dessas políticas. Essas diferenças no desempenho mantiveram-se estáveis por mais de uma década. [...] Certas regiões são mais bem governadas do que outras, mesmo quando os governos em questão têm a mesma estrutura e contam com os mesmos recursos jurídicos e financeiros (PUTNAM, 2007, p.94-95).

Com base nesse estudo, ficou evidente que a coisa pública é mais bem administrada nas regiões mais cívicas. Para os autores, em tela, o civismo guarda uma relação tão estreita com o desempenho institucional e o desenvolvimento regional que, estatisticamente, é difícil

¹⁷ Sobre os indicadores de desempenho institucional ver o capítulo referente à metodologia da Tese.

encontrar um foco de distinção entre os três, todavia, o civismo, conforme os autores, é de todos o maior determinante.

Assim, ficou evidente que as áreas menos cívicas da Itália são precisamente as tradicionais aldeias sulistas, a exemplo da Calábria. Esses autores ao citar James Watson, um estudioso dessa região, destacam o seguinte aspecto:

A primeira característica que chama a atenção de um observador na Calábria é a desconfiança; não apenas desconfiança do forasteiro, mas também dentro da própria comunidade, até mesmo nos vilarejos. A confiança não é um artigo abundante [...]. Historicamente, há uma carência quase absoluta de associações na sociedade civil, a não ser por um ou outro clube social (WATSON apud PUTNAM, 2007, p.127).

O Norte, por sua vez, a exemplo de Emilia-Romagna, demonstra que é a região mais cívica de todas, ou seja, é uma das sociedades mais modernas, dinâmicas, abastadas e tecnologicamente desenvolvidas da face da terra. Observaram também que é nessa região que se abriga uma extraordinária concentração de redes de solidariedade social e uma população dotada de um espírito público extraordinariamente desenvolvido, ou conforme as próprias palavras dos autores, “um verdadeiro complexo de comunidades cívicas” (PUTNAM, 2007). Verificaram, assim, que em Emilia-Romagna todo o tipo de ação coletiva, inclusive o governo, é facilitado por normas e sistemas de engajamento cívico.

Ao pontuarem esses dois pólos, os autores fazem a seguinte observação síntese:

Em certas regiões da Itália existem muitas sociedades orfeônicas, clubes de futebol, clubes de ornitófilos e Rotary clubes. A maioria dos cidadãos dessas regiões acompanha atentamente os assuntos comunitários nos jornais diários. Eles se envolvem nos negócios públicos, mas não devido à política personalista ou clientelista. Confiam em que todos procedam corretamente e obedeçam à lei. Nessas regiões, os líderes são razoavelmente honestos. Acreditam no governo popular e dispõem-se a entrar em acordo com seus adversários políticos. As redes sociais e políticas se organizam horizontalmente e não hierarquicamente. A comunidade valoriza a solidariedade, o engajamento cívico, a cooperação e a honestidade. O governo funciona. Não admira que nessas regiões o povo esteja contente. No outro pólo estão as regiões ‘não-cívicas’, devidamente caracterizada pelo termo francês *incivisme*. Nelas a vida pública se organiza hierarquicamente, em vez de horizontalmente, e o próprio conceito de ‘cidadão’ é deformado. Do ponto de vista do indivíduo, a coisa pública é problema dos outros [...]. Poucos querem tomar parte das deliberações sobre o bem público, e poucas oportunidades existem para isso. A participação política é motivada pela dependência ou ambição pessoal, e não pelo interesse coletivo. A afiliação a associações sociais e culturais é inexpressiva. A religiosidade individual substitui o interesse público. A corrupção geralmente é considerada a norma, mesmo pelos políticos, e estes são cínicos com relação aos princípios democráticos. “Transigir” só tem conotação negativa. As leis (no entender da maioria) são feitas para serem desobedecidas, mas, por temerem a insubordinação dos outros, as pessoas exigem maior disciplina. Presos nessa cadeia de círculos viciosos, quase todos se sentem impotentes, explorados e infelizes. Considerando tudo isso, não é de admirar que nessas regiões o governo seja menos eficaz do que nas comunidades mais cívicas (PUTNAM, 2007, p.128).

Ao procurar explicar o desempenho institucional desigual entre as regiões da Itália, Putnam e equipe inserem a noção de capital social como fator explicativo das desigualdades regionais. Assim, para eles, a cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica (PUTNAM, 2007).

Para Putnam e seus colaboradores, é por intermédio do capital social que se define as características da sociedade civil que, por consequência, acabam afetando a saúde das democracias, das comunidades e dos próprios indivíduos. O capital social, segundo os autores, diz respeito às características de organização social, como confiança, normas e sistemas (redes), que contribui para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. Sobre esse aspecto comentam:

Assim como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse [...]. Por exemplo, um grupo cujos membros demonstrem confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro grupo que careça de confiabilidade e confiança [...]. Numa comunidade rural [...] onde um agricultor ajuda o outro a enfiar o seu feno e onde os implementos agrícolas são reciprocamente emprestados, o capital social permite a cada agricultor realizar o seu trabalho com menos capital físico sob a forma de utensílios e equipamentos (PUTNAM, 2007, p.177).

De acordo com Monastério (2002) uma das bases do caráter produtivo do capital social de Putnam e equipe advém da redução dos custos de transação, derivada da disseminação da confiança e da restrição ao comportamento oportunista, tal qual aquele descrito pelos dilemas da ação coletiva abordados anteriormente. Putnam e sua equipe traz neste contexto uma distinção entre o capital social e outras formas de capital:

Uma característica específica do capital social – confiança, normas e cadeias de relações sociais – é o fato que ele normalmente constitui um bem público, ao contrário do capital convencional, que normalmente é um bem privado. Por ser um atributo da estrutura social em que se insere o indivíduo, o capital social não é propriedade particular de nenhuma das pessoas que dele se beneficiam. Assim, como todos os bens públicos, o capital social costuma ser insuficientemente valorizado e suprido pelos agentes privados. Isso significa que o capital social, à diferença de outras formas de capital, geralmente tem que ser gerado como subproduto de outras atividades sociais (PUTNAM, 2007, p.180).

A importância do capital social pode ser vista quando se resgata o pensamento de Abu-El-Haj ao fazer a seguinte análise em relação às formas de capital físico-econômico e humano:

A otimização do capital físico-econômico e do capital humano é alcançada na medida em que as relações de confiança e reciprocidade aumentam na comunidade. Em outras palavras, em duas ou mais comunidades em que o nível educacional das pessoas e os recursos materiais oferecidos são constantes, o que distingue o desempenho de seus membros é a confiança estabelecida, que permite mobilização coletiva e maximização dos recursos individuais existentes. A capacidade de ação é ampliada em situações em que a confiança permeia uma coletividade (ou associação), facilitando a otimização do uso de recursos sócio-econômicos e humanos disponíveis. (ABU-EL-HAJ, 1999, p.68).

Contudo, é com Coleman (1990) que este termo é idealizado pela primeira vez. De acordo com este autor, capital social pode ser entendido como o conjunto das relações sociais em que um indivíduo se encontra inserido e que o ajudam a atingir objetivos que, sem tais relações, seriam inalcançáveis ou somente alcançáveis a um custo mais elevado.

Capital social está, portanto, relacionado com a capacidade de as pessoas trabalharem em conjunto, em grupos e organizações que constituem a sociedade civil (FUKUYAMA, 1996). Desse modo, capital social envolve capacidade de cooperação dos indivíduos, confiança, e participação cívica associada a boas instituições (Arraes e Barreto, 2002). Com isso, capital social está ligada com as relações horizontais como pode ser entendida nas palavras de Putnam e sua equipe: *“Na comunidade cívica, a cidadania implica direitos e deveres iguais para todos. Tal comunidade se mantém unida por relações horizontais de reciprocidade e cooperação, e não por relações verticais de autoridade e dependência”* (PUTNAM, 2007, p.102).

No quadro a seguir serão ilustradas as diferentes abordagens do capital social e de seus principais representantes, proposto por Santos:

Quadro 3 - Classificação do Capital social segundo a forma de abordagem

ABORDAGEM	AUTORES
INTERVENÇÃO DO ESTADO	Peter Evans
	Richard Locke
	Robert Putnam
INICIATIVA DOS AGENTES	Pierre Bourdieu
	Mark Granovetter
	James Coleman
	Francis Fukuyama
	Gary Becker
	Russell Hardin

Fonte: Santos (2006).

Assim, pela indagação levantada “o desempenho de uma instituição depende do contexto social, econômico e cultural?” Putnam e equipe diriam que sim. O capital social, portanto, é o fator explicativo dos desníveis entre as regiões italianas. Mas, ainda há um elemento-chave nesse processo que precisa ser destacado, o qual permitirá compreender de forma interdependente o arcabouço teórico utilizado por Putnam e seus colaboradores, bem como da complexa realidade da reforma regional italiana. Com base nele se torna possível conectar os elos analíticos de base institucionalista embutida na obra ao destacarem o efeito *path dependence* sobre aquela realidade de estudo. A seguir tal aspecto se mostrará mais evidente.

IV - Se transplantarmos as instituições democráticas, elas se desenvolverão no novo ambiente tal como no antigo?

O que se pode entender pelo trabalho de Putnam é que a região Norte da Itália herdou um nível de capital social mais elevado que o Sul e que isso é utilizado pelos autores como fator explicativo das desigualdades entre as regiões italianas.

Para Putnam e sua equipe, a relação civismo e economia é suficientemente apropriada para explicar o descompasso econômico entre o Norte e o Sul da Itália, mas também se mostra adequado em plano global. Sobre o descompasso econômico entre o Norte (alto civismo) e o Sul (baixo civismo) o autor faz um breve relato histórico:

O crescente hiato entre o Norte e o Sul é a questão fundamental da história moderna italiana, de modo que vale a pena evocar os acontecimentos marcantes que despertaram tamanha paixão entre estudiosos e ativistas. À época da unificação italiana, nem o Norte nem o Sul haviam sido realmente atingidos pela Revolução Industrial. Já em 1881, cerca de 60% dos italianos trabalhavam no campo (um pouco mais no Norte), enquanto menos de 15% (um pouco mais no Sul) trabalhavam na manufatura, incluindo a indústria artesanal. Mas como no Norte os estabelecimentos agrícolas eram mais produtivos, lá a renda *per capita* era provavelmente 15-20% mais alta à época da unificação. A partir de 1896, porém, o Norte foi se tornando bem mais adiantado, graças à industrialização, enquanto o Sul realmente ficou menos urbanizado e menos industrializado entre 1871 e 1911. Assim, em 1911 o hiato Norte-Sul ampliara-se consideravelmente: as rendas do Norte eram cerca de 50% mais altas. Ao longo do século XX, o hiato Norte-Sul aumentou inexoravelmente, não obstante as oscilações da conjuntura mundial (guerra e paz, a Grande Depressão e o *boom* do pós-guerra), as drásticas mudanças constitucionais (monarquia, fascismo e democracia parlamentar) e as grandes mudanças na política econômica (tentativa fascista de auto-suficiência econômica, integração européia e o

não menos importante programa de investimentos públicos no Mezzogiorno¹⁸ nos últimos 40 anos). Nas últimas décadas o Sul apresentou um desenvolvimento moderado, mas entretanto o Norte teve um dos mais extraordinários surtos de crescimento da histórica econômica ocidental, deixando o Sul cada vez mais para trás. Em meados dos anos 80, a renda *per capita* era mais de 80% mais alta no Norte (PUTNAM, 2007, p.167).

Putnam e sua equipe ao descartarem outras hipóteses que poderiam condicionar o bom ou mau funcionamento dos governos regionais italianos, numa perspectiva *ceteris paribus*, possibilitaram mostrar a realidade de estudo totalmente desvinculada de quase todos os indicadores relativos a fragmentação política, a polarização ideológica e ao conflito social, o que permitiu canalizar forças para o poder cultural como fator determinístico.

No geral, Putnam chegou à conclusão de que na região Norte da Itália e, portanto, a região mais rica daquele país, o índice de civismo foi muito mais evidenciado que na região Sul, menos desenvolvida. Dessa conclusão, o autor aponta para o elemento “herança cultural” ou *path dependence* de Douglass North, como um fator determinante dos níveis de desenvolvimento de uma região ou de um país.

Path dependence pode ser entendido como “subordinação à trajetória”. Ao beber na fonte do pensamento institucional de North, os autores revelam que esse termo pode ser interpretado da seguinte forma:

O lugar a que se pode chegar depende do lugar de onde se veio, e simplesmente é impossível chegar a certos lugares a partir de onde se está. A subordinação à trajetória pode produzir diferenças duradouras entre o desempenho de duas sociedades, mesmo quando nelas existem instituições formais, recursos, preços relativos e preferências individuais semelhantes. Isto tem profundas implicações para o desenvolvimento econômico (e político) (PUTNAM, 2007, p.188).

Sobre a influência do pensamento institucional de Douglass North, os autores fazem a seguinte análise:

Empregando o termo ‘instituição’ em sentido amplo para designar ‘as regras do jogo numa sociedade’, North assinala que os modelos institucionais tendem a auto-reforçar-se, mesmo quando são socialmente ineficientes. Primeiro, quase sempre é mais fácil para um agente individual adaptar-se às regras do jogo vigente do que

¹⁸ Região Sul da Itália que conforme descrito por Putnam (2007: 154, 156) o “eu” sobrepõe-se ao “nós”. Assim, descreve Putnam: “a combinação de pobreza e desconfiança mútua minou a solidariedade horizontal (capital social), gerando o familismo amoral”. Para esclarecer um pouco sobre familismo amoral devemos, pois, nos reportar ao índice de civismo elaborado por Putnam. Assim, após apuração dos indicadores, dentre outros elementos, a pesquisa revelou a existência de dois tipos ou modelos de cidadãos na sociedade, os quais, com variabilidade de concretude, explicariam os comportamentos mais comuns: o familista amoral, ou que se mobiliza exclusivamente visando interesses pessoais ou do grupo familiar e o agregador congênito, que está sempre supondo possibilidades de uma atuação coletiva visando o bem comum. (Cf. BALIARDI, 1997: 386). Desse modo, o primeiro com tendências anti-cívicas enquanto o segundo, o civismo se demonstrou latente.

tentar modificá-las. Na verdade, tais regras costumam induzir à formação de organizações e grupos interessados em suas imperfeições. Segundo, depois que o desenvolvimento toma determinado rumo, a cultura organizacional, os costumes e os modelos mentais do mundo social reforçam essa trajetória. A cooperação ou a omissão e a exploração tornam-se entranhadas. As regras informais e a cultura não só mudam mais lentamente do que as regras formais, como tendem a remodelá-las, de modo que a imposição externa de um conjunto comum de regras formais acarreta resultados amplamente divergentes. Todas essas hipóteses condizem com as continuidades examinadas [...] (PUTNAM, 2007, p.189).

Esta diferença de civismo entre as regiões italianas, que condicionam tendências díspares de desempenho institucional, encontra na tese da *path dependence* seu principal atributo explicativo. As diferenças entre o Norte e o Sul da Itália, na visão dos autores, estão relacionadas à tradição de cunho germânico e civilista no Norte e uma tradição bizantina e autoritária no Sul. Assim descrevem Putnam e equipe:

No século XI, em toda a península, o antigo sistema imperial de governo – bizantino no Sul e germânico no Norte – passou por uma fase de tensão e de debilidade que acabou por levá-lo à derrocada, deixando o poder em mãos das forças locais. No Sul, o colapso do governo central foi relativamente curto, tendo surgido um poderoso reino normando alicerçado nas tradições bizantinas e árabes; já no Norte, todas as tentativas de restaurar o poder imperial malograram, prevalecendo quase que inteiramente o princípio de autonomia local. Nessa região, que se entende de Roma até os Alpes, as características da sociedade italiana medieval puderam evoluir mais plenamente; lá as comunas se tornaram verdadeiras cidades-estados, de modo que a região pode com propriedade ser denominada Itália comunal (PUTNAM, 2007, p.133-134).

Desse modo, eis a primeira lição tirada por Putnam e seus colaboradores: “*o contexto social e a história condicionam profundamente o desempenho das instituições*” (PUTNAM, 2007, p. 191).

A subordinação à trajetória, no caso da Itália, se mostrou suficientemente adequada para explicar o descompasso entre o Norte e o Sul do país. Assim, para Putnam e seus colaboradores, o desempenho de uma instituição depende do capital social e, portanto, do contexto social, econômico e cultural.

Para os autores do estudo italiano, a história assume, com isso, uma poderosa forma para se entender determinadas trajetórias e, nesse processo, a teoria institucionalista de Douglass North acaba assumindo um papel de fonte inesgotável de consulta dentro dessa perspectiva. Embora a abordagem institucionalista tenha encontrado nos estudos explicativos sobre desequilíbrios regionais sua principal vertente de saber, North demonstrara que esse caminho está apenas começando, conforme pode ser vista pelo seguinte comentário que faz:

A subordinação à trajetória significa que a história realmente importa. É impossível compreender as opções de hoje (e precisá-las na modelagem do desempenho econômico) sem investigar a evolução incremental das instituições. Mas estamos apenas começando a importante tarefa de pesquisar as implicações da subordinação à trajetória [...]. As restrições formais realmente importam. Para melhor responder a essas questões, precisamos saber muito mais sobre as normas de comportamento derivadas da cultura e sobre como elas interagem com as normas formais. Estamos apenas começando a estudar a fundo as instituições (NORTH, 1990, p.100;140).

Esta Tese, portanto toma como elemento central, o legado das diferentes tradições e formações histórico-culturais como condicionantes do modo como às instituições públicas e sociais passam a atuar no presente, isto é, as tradições formadas no passado acabam atuando como determinantes do modo como elas se organizam e atuam no contexto sócio-cultural regional.

2.1.2.1.4 O institucionalismo de North e o desenvolvimento endógeno

De acordo com Arraes; Barreto (2002), o capital social pode ser endógeno, quando este revaloriza o conjunto de recursos de um país ou região e permite a otimização do seu potencial. Arraes; Teles (2000) provaram através da literatura econômica do crescimento endógeno, usando modelagem econométrica, que a qualidade das instituições tem influencia significativa no crescimento econômico. De acordo com Monastério (2002), os métodos estatísticos sugerem que no âmbito municipal, a qualidade do governo e os índices de capital social estão positivamente correlacionados.

Nos últimos anos as teorias de desenvolvimento regional sofreram grandes transformações, de um lado provocadas pela crise e pelo declínio de muitas regiões tradicionalmente industriais e, de outro, pela emergência de regiões portadoras de novos paradigmas industriais (BENKO; LIPIETZ, 1995; STORPER; SCOTT, 1995; AMARAL FILHO, 1996; 2001).

De acordo com Navarro (2001) a expressão “desenvolvimento regional ou local” deriva de duas mudanças ocorridas nas últimas décadas. A primeira delas se refere a multiplicação de Ong’s, que criaram uma estratégia de “ação local” em oposição aos impactos dos processos globalizantes. A segunda está relacionada aos processos de descentralização, que permitiu a valorização do “local” como estratégia de ação.

Assim, de acordo com Vázquez Barquero (2002, p. 9):

Desde a metade dos anos 70, ocorreram profundas transformações na conceituação do crescimento econômico e das políticas de desenvolvimento. Por um lado,

mudaram as formas de organização das empresas (no presente, mais flexíveis e integradas no território), bem como as regras para sua localização. Além do mais, os países europeus e latino-americanos foram marcados por processos de descentralização política que permitiram às cidades e às regiões assumirem, em maior ou menor grau, novas atribuições na área econômica. Por fim, foram surgindo – no contexto da crescente globalização, primeiro na Europa e mais recentemente na América Latina – instrumentos de política econômica local

A crise de gestão pública inicia-se na década de 1970 e, principalmente, na década de 1980 e está ligada ao colapso fiscal, ao modo de intervenção no mercado e à própria crise do aparelho do Estado (MARE, 1995; BRESSER-PEREIRA, 1996; 1997; SANTANA, 2002; ARRUDA, 2005; MARINI, 2005), atingindo não só os países desenvolvidos, mas, também, com maior força, os países considerados em desenvolvimento como o Brasil.

De acordo com Moraes (2003) as mudanças nos processos produtivos e nos seus resultados em diferentes regiões forçaram profundas transformações nas teorias e políticas de desenvolvimento. Para este autor, os desequilíbrios regionais intensificados pela reorganização da produção globalizada passaram a ser estudados, basicamente, sob duas categorias analíticas que, embora sejam aparentemente diferentes, apresentam convergência e complementaridade: a sustentabilidade e a endogenia. Sobre esse aspecto o autor afirma que o desenvolvimento sustentável¹⁹ centra sua atenção na relação do homem com a natureza, preconizando a utilização racionalizada dos estoques de recursos naturais (NIJKAMP et al., 1990). A grande preocupação de seus estudiosos está voltada para as gerações futuras e a necessidade de políticas que preconizem um desenvolvimento harmonioso e, prioritariamente, sustentável nos períodos posteriores (GUIMARÃES, 1994). O desenvolvimento endógeno, por sua vez, tem suas origens na década de 1970, quando começaram a se destacar as propostas de desenvolvimento da base para o topo. Desde então, esta corrente evoluiu com a colaboração de novos enfoques à problemática dos desequilíbrios regionais (MORAES, 2003).

Benko (2001) ao abordar esta temática, o faz sob um olhar de movimentos, chamado por ele de “deslizamento de escala” num processo de recomposição dos espaços, que na concepção do autor:

¹⁹ Embora a abordagem do desenvolvimento sustentável não tenha sido estruturada como elemento teórico desta pesquisa, se fará uso desse princípio na fase de estudo do processo de formação histórica e econômica das mesorregiões do Estado de Rondônia em que se evidenciará a polarização mesorregional de duas políticas de governo: uma relacionada à política ambiental e a outra à política agropecuária. Nesse sentido, buscando evidenciar os conflitos sócioambientais resultantes de cada política, o que irá subsidiar a abordagem do desenvolvimento endógeno na compreensão dos desequilíbrios regionais.

Os espaços clássicos, nos quais os sistemas econômico, social e político evoluíram praticamente ao longo de todo o século, estão se deslocando ao mesmo tempo para cima e para baixo. Na escala superior, constata-se a criação ou o reforço dos blocos econômicos, inicial e, freqüentemente, sob forma de mercados comuns, evoluindo, em seguida, rumo a espaços política e economicamente unidos como é o caso da Europa; o deslocamento rumo ao patamar inferior da escala caracteriza-se pelo reforço das unidades territoriais em nível regional. O nosso planeta tem assim quatro níveis espaciais pertinentes de análise: o mundial, o supra-nacional (blocos econômicos), o nacional (Estados-Nação) e o regional (local ou intranacional) (BENKO, 2001, p.7).

Embora a origem da teoria do desenvolvimento endógeno se reporte a década de 1970, é na década de 1990 que se lançam mais fortemente as bases estruturais dessa nova forma de abordagem do desenvolvimento, principalmente em países em desenvolvimento como o Brasil. Segundo Moraes (2003) é nessa fase que se buscou entender porque o nível de crescimento variava entre as diversas regiões e nações, mesmo elas dispoñdo das mesmas condições na busca de fatores produtivos, como capital financeiro, mão-de-obra ou tecnologia. A solução seria procurar encontrar, entre estes fatores, aqueles determinados dentro da região (MORAES, 2003).

De acordo com Amaral Filho et al. (2002), algumas regiões ganharam projeção, enquanto outras sofreram processos de reestruturação, desintegração ou ainda, re-industrialização, ou seja, espaços sendo transformados para serem integrados a nova dinâmica econômica. Assim, com base nesse mesmo autor, a globalização e abertura dos mercados (declínio das regiões tradicionalmente industriais e ascensão de outras até então desconhecidas, enquanto regiões industriais), a reestruturação do mercado (desverticalização e desconcentração da produção), as tecnologias da informação e comunicação (formação de redes de transmissão de dados, relativizando a importância da chamada distância espacial) e a crise do planejamento e intervenções regionais centralizadoras (com descentralização político-administrativa, gerando uma maior valorização do território e do poder local), são alguns dos processos que permitiram às regiões passarem por mudanças estruturais.

De acordo com Vázquez Barquero (2002) é nesse entorno de transformações econômicas, organizacionais, tecnológicas, políticas e institucionais que surge o conceito de desenvolvimento endógeno. Ao encarar o desenvolvimento econômico como sendo resultante da aplicação do conhecimento aos processos produtivos e da utilização das economias externas geradas nos sistemas produtivos e nas cidades, o qual resulta em rendimentos crescentes e, portanto, em crescimento econômico, ele defende que os processos de desenvolvimento ocorrem em função do uso do potencial e do excedente gerados localmente que, às vezes, podem contar também com recursos externos. Todavia, em última análise,

revela que as iniciativas e o controle exercidos pelos atores locais e a sociedade civil, através de suas respostas estratégicas, contribuem para os processos de transformação de cidades e regiões.

Dentro de uma concepção da “base para o topo”, autores como Cassiolato; Lastres (2000); Vázquez Barquero (2002) revelam que o desenvolvimento endógeno obedece a uma visão territorial dos processos de crescimento e mudança estrutural, que parte de uma hipótese de que o território não é apenas um mero suporte físico dos objetos, atividades e processos econômicos, mas também é um agente de transformação territorial.

Assim, o espaço é, portanto, um condicionante importante para a aplicabilidade da teoria do desenvolvimento endógeno. Nesse aspecto, verifica-se que a concepção institucionalista alcança seu nível espacial de análise. Embora o desenvolvimento endógeno venha impondo uma visão de “baixo para cima” como um movimento teórico que realça a força da interação local, o faz levando-se em consideração às perspectivas institucionalistas, conforme pode ser vista pela obra de Vázquez Barquero (2002): “*as empresas, organizações e instituições de cada localidade ou território*²⁰ são os agentes que dinamizam os processos locais de crescimento e de mudança estrutural através dos investimentos e do controle dos processos” (VÁZQUEZ BARQUERO, 2002, p. 58).

Desse modo, para esse autor, o grau de desenvolvimento de localidades e territórios necessita ser interpretado muito mais em função das diferenças qualitativas que quantitativas, haja visto que este autor considera que os processos de desenvolvimento endógeno ocorrem graças à utilização produtiva do potencial de desenvolvimento possibilitado quando as instituições e mecanismos de regulação do território funcionam eficientemente. Para isso, ele afirma que a forma de organização da produção, a estrutura familiar, a estrutura social e cultural e os códigos de conduta da população condicionam os processos de desenvolvimento, favorecendo ou limitando a dinâmica econômica e, em definitivo, determinam o rumo específico do desenvolvimento das cidades e das regiões.

Para o autor em tela, uma das mudanças mais importantes ocorridas na teoria do desenvolvimento econômico, nos últimos 20 anos, foi a formação de um novo paradigma conhecido como “desenvolvimento endógeno” em decorrência de um contexto marcado pela

²⁰ A noção de território ocupará, portanto, um ponto importante nessa perspectiva do desenvolvimento em base local. Assim, de acordo com Abramovay (2007), a noção de território abre caminho para um avanço notável no estudo do próprio desenvolvimento, já que convida a que se coloque ênfase na maneira como os diferentes atores – privados, públicos e associativos – relacionam-se no plano local. Para esse autor, o processo de desenvolvimento é o resultado da forma específica como são usados os fatores materiais e imateriais disponíveis, com base nestas relações. Dessa maneira, adotar-se-á a perspectiva de Muls (2008) ao definir território como sendo um construto sócioeconômico e institucional.

incerteza, pelo aumento da concorrência nos mercados e pela mudança institucional que permitiram o surgimento, em paralelo, de formas mais flexíveis de acumulação e de regulação do capital, que caracterizam os processo de crescimento e transformação estrutural, do qual se converteram no instrumento preferencial da política industrial e regional (VÁZQUEZ BARQUERO, 2002).

Para Souza Filho (2002), a contribuição da teoria endógena foi identificar que fatores de produção atualmente decisivos, como o capital social, o capital humano, o conhecimento, a pesquisa e desenvolvimento, a informação e as instituições, eram determinados dentro da região e não de forma exógena, como até então era entendido. Por conseguinte, logo se concluiu que a região dotada destes fatores ou estrategicamente direcionada para desenvolvê-los internamente teria as melhores condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado.

Pelo exposto, o desenvolvimento de um trabalho dentro de uma realidade em que a história econômica é o principal eixo explicativo da desigualdade regional exigiria, portanto, a cobertura de uma teoria capaz de valorizar tal elemento. E nesse aspecto, a visão institucionalista de Douglas North é extremamente adequada e compatível com a linha de pesquisa idealizada para este trabalho, ao afirmar que a subordinação à trajetória (*path dependence*) é um fator condicionante para o estabelecimento de bons e maus governos, a partir da análise de seus desempenhos institucionais.

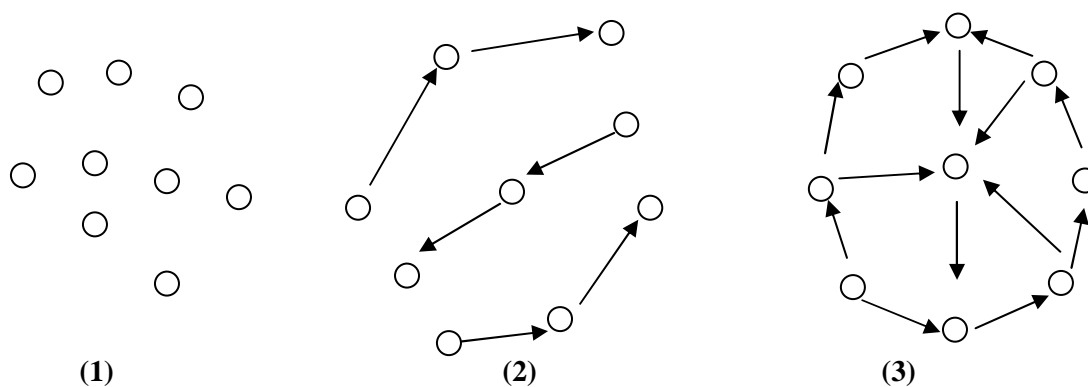
E nesse aspecto, a temática do desenvolvimento endógeno surge como estratégia de fortalecimento da análise crítica para este trabalho de pesquisa sobre os desequilíbrios regionais do estado de Rondônia, ao considerar o capital social como uma das hipóteses levantadas para se compreender a dinâmica dessa variável no contexto local/regional. Verificar os efeitos do contexto histórico no âmbito do desempenho institucional em nível local (entende-se em nível municipal, microrregional e mesorregional) se configurou como o principal objetivo deste trabalho. Todavia, a inquietação decorrente da necessidade de se trazer um fator explicativo dos possíveis desníveis de desempenho institucional em Rondônia, possibilitou colocar o capital social como uma possível luz no horizonte para explicar as raízes desse provável desequilíbrio.

3 FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA

Até aqui o principal questionamento, intrínseco à fase anterior, que fez dar a partida no motor e iniciar os primeiros movimentos, foi à necessidade de se buscar resposta para “o que pesquisar” e “por que pesquisar”. Agora, nesta fase, se depara com situações relacionadas ao desafio de “como pesquisar”. No entanto, tais respostas lograram êxito quando, de maneira concomitante, se pôde perceber um rico e irreversível processo de amadurecimento científico que, no pensamento de Zayas (1994), ajuda a simbolizar as fases que compõem o desenvolvimento da ciência e que aqui se fez materializar tão fortemente através dos três passos-chave. Sem a passagem do que ele chamou de “infância científica” para “juventude científica” e deste para, finalmente, “maturidade científica” não seria possível o deslocamento seguro e equilibrado em direção à construção da presente Tese.

O interessante é que pelas abstrações de Zayas se pode ver com exatidão os momentos que marcaram o percurso de construção desta obra. Embora ele se reporte ao contexto geral da ciência, os três passos da ciência, também se fez sentir, em particular, no processo de crescimento intelectual do autor. Assim, a Figura 6 ilustra os momentos de desenvolvimento da ciência segundo Zayas (1994).

Figura 6 - Representação dos três estádios de desenvolvimento científico



Fonte: Zayas (1994).

A fase 1 representa a “infância científica” em que os dados disponíveis não forneciam uma conectividade e acabavam por transmitir uma situação de desarranjo científico. A fase 2 representa a “juventude científica” em que, mesmo com o desenvolvimento de uma teoria científica, ainda assim não se tinha com clareza se no final os

frutos poderiam prosperar e muito menos se os mesmos poderiam ser colhidos, apesar de apresentar boas indicações que isso seria possível. Somente com a fase 3 é que há de fato uma compreensão *stricto sensu* do trabalho. E esta fase está ligada diretamente a frase instigadora acima “como pesquisar”, que fez estruturar o presente capítulo sobre a Metodologia da Tese.

Foi, portanto, com o desenvolvimento desta fase que se alcançou a interconectividade tão esperada e se pôde validar, no campo teórico-metodológico, a certeza de que no final os frutos tão desejados poderiam ser avistados no horizonte e que sua colheita dependeria dos cuidados requeridos para garantir seu desenvolvimento ao longo de sua formação. Esses cuidados representavam, na verdade, as constantes tomadas de decisões que, ao longo deste percurso, foram necessárias em decorrência da escassez de trabalhos sobre desempenho institucional, dentro da linha adotada por esta pesquisa, bem como, das limitações de tempo e de recursos.

Ao iniciar o presente capítulo, logo se deparou com um desafio científico e, partir dele, com a necessidade de apontar o núcleo central com o qual este trabalho foi lapidado. Qual o método e a metodologia da Tese? Porém, antes disso, foi preciso esclarecer cada um deles.

Primeiramente é importante mencionar que há vários métodos utilizados para a obtenção de conhecimentos. Cada método, segundo Vidal (2006), faz referência aos procedimentos utilizados por aqueles que buscam entender ou explicar algo. Nesse sentido, o método pode ser entendido como:

Um sistema especial de regras, que se organiza para priorizar a consecução de novos conhecimentos e a prática transformação da realidade... Para oferecer uma explicação do conceito ‘método’ é essencial que ‘método’ marque um processo dirigido para uma determinada realidade, ou seja, que compreenda um sistema de regras (BONISH, 1970, apud VIDAL, 2006, p. 9).

Para Bunge (2002) o método de pesquisa é um conjunto de procedimentos que se vale dos instrumentos e das técnicas necessárias com o objetivo de tratar e solucionar um problema ou um conjunto de problemas. Assim, o método pode ser visto como o caminho racional do espírito humano para descobrir a verdade ou resolver um problema. A metodologia, por sua vez, como aquela responsável pela descrição e análise dos métodos, isto é, pelo estudo dos métodos de pesquisa (VIDAL, 2006, p. 9).

Tomando-se por base a classificação de McGuigan (1976); Meyer (1981), os métodos se classificam por três diferentes tipos: O raciocínio dedutivo, o raciocínio indutivo e o hipotético-dedutivo ou indutivo-dedutivo. Esta classificação, por sua vez, está relacionada

com a trajetória histórica da ciência. Assim, objetivando demonstrar o método adotado pela pesquisa se fez necessário um esforço no campo da história da ciência e de sua perspectiva de análise que possibilitou compreender melhor o contexto metodológico da Tese²¹.

3.1 O MÉTODO DE PESQUISA

Esta pesquisa se insere no campo de pesquisa da interdisciplinaridade. Seu método está centrado no contexto comparativo de análise, o qual se baseia em dados quantitativos e qualitativos. Desse modo, o método de pesquisa adotado por este trabalho é o hipotético-dedutivo, também chamado de método de tentativas de eliminação de erros, o qual foi proposto por Karl Popper a partir do questionamento do método indutivo. Para Popper, o método hipotético-dedutivo engloba as seguintes etapas: a) formulação do problema; b) solução proposta consistindo numa conjectura; c) dedução das conseqüências na forma de proposições passíveis de teste; d) testes de falseamento. Assim, diante do surgimento de um problema, resultante da insuficiência de conhecimentos disponíveis sobre determinado assunto para a explicação de um fenômeno, se torna necessário a formulação de conjecturas ou hipóteses. Estas, por sua vez, deduzem-se conseqüências que deverão ser testadas ou falseadas. Falsear significa tentar tornar falsas as conseqüências deduzidas das hipóteses. Enquanto no método dedutivo se procura a todo custo confirmar a hipótese, no método hipotético-dedutivo, ao contrário, procuram-se evidências empíricas para derrubá-la (GIL, 1999). Em síntese, este método segue a mesma lógica do método dedutivo, porém, com hipóteses.

De acordo com Ferreira (1998), o estudo comparativo propõe a realização de comparações entre povos, grupos e sociedades, a partir da identificação de suas diferenças e semelhanças com o objetivo de construir uma melhor compreensão do comportamento humano. Conforme Cruz; Ribeiro (2003), tal enfoque é utilizado tanto para comparações de grupos no presente, no passado, ou entre os atuais e os do passado, quanto entre sociedades de iguais ou de diferentes estágios de desenvolvimento.

Em decorrência das questões epistemológicas do problema de pesquisa da Tese, materializado pelo objeto de pesquisa aqui adotado, este trabalho dificilmente lograria êxito sem o emprego de dados quantitativos e de suas respectivas ferramentas de análise de dados também apropriadas para este fim. É dentro deste contexto, que o paradigma positivista ou

²¹ Sobre esse ensaio ver a parte “Apendice” do trabalho.

quantitativo foi o escolhido pelo autor, primeiro, por ser objetivo desta Tese averiguar a universalidade e a legitimação da teoria institucionalista para explicar a desigualdade regional em regiões do trópico úmido da Amazônia brasileira; segundo, porque as análises do desempenho institucional entre municípios, microrregião e mesorregião do Estado de Rondônia requerem uma ferramenta analítica capaz de lidar com dados quantitativos; terceiro, o índice de capital social municipal, embora com características qualitativas, também está envolto de um sistema de análise que envolve técnicas de análise de dados quantitativos.

De acordo com Mazzotti; Gewandsznajder (2001), o paradigma positivista se baseia na busca pela objetividade, através da comprovação empírica por meio de experimentos. Um paradigma é uma proposição, uma lei ou todo um corpo de conhecimentos sobre o qual se desenvolve a atividade da comunidade científica que compartilha uma ciência normal (VIDAL, 2006). Portanto, com isso se define as bases teórico-metodológicas da Tese.

Feito o delineamento estratégico do método de pesquisa, tornou-se necessário, agora, demonstrar os passos percorridos metodologicamente que permitiu a estruturação do presente capítulo. No entanto, pela escassez de trabalhos em torno do tema, a metodologia teve que ser construída a partir das experiências já testadas em estudos de desigualdade regional. Assim, o produto destas fontes de imersão teórica que resultou no delineamento da metodologia adotada pela Tese foi suficiente para atingir os questionamentos epistemológicos embutidos na mesma. Todavia, não se vislumbrou torná-la padrão para outras pesquisas, já que possivelmente carrega consigo arestas que precisam, ainda, serem trabalhadas e desbastadas. Mas, que no geral, demonstra um esforço e uma contribuição para que se caminhem na busca de tal objetivo.

3.2 CONCEPÇÃO DOS INDICADORES DA TESE

Após a fase de decisão sobre o método a ser adotado por este trabalho, o desafio passou, então, para o campo dos indicadores.

Este campo de pesquisa ganhou espaço no cenário internacional e nacional motivado por questões que buscavam, conforme Amaral Filho (2000) saber a razão pela qual algumas regiões cresciam e se desenvolviam e outras não e por que umas desenvolvem mais do que outras; mesmo que estas regiões disponham de condições similares em termos de fatores produtivos - capital físico, tecnologia e mão-de-obra. Esta lógica foi também destacada nas obras de North e Putnam como também, se faz presente na idealização da presente pesquisa.

A perspectiva institucionalista possibilita que novos fatores de produção, de caráter decisivo, determinados de forma endógena, como o capital social, passem a ser valorizados, pois, nas regiões com maiores estoques desse capital haveria sempre uma maior propensão das mesmas terem melhores condições para se desenvolverem. Conforme Amaral Filho (1995), os modelos tradicionais de desenvolvimento consideravam esses fatores como sendo *ceteris paribus*, ou seja, variáveis com grau de determinação nula.

Os estudos coordenados por Putnam sobre a Itália moderna foi sem dúvida a principal fonte de sabedoria adotada aqui na busca dos procedimentos metodológicos, o que resultou na adoção de uma mesma lógica aplicada pelo estudo sobre o desempenho institucional italiano. No entanto, Putnam e seus parceiros levaram quase vinte anos para que tal pesquisa resultasse em um produto. Fato que está longe da realidade e do contexto desta pesquisa em decorrência das limitações de tempo e de recursos. Além disso, os indicadores levantados por eles foram, em grande parte, resultante de uma longa e exaustiva pesquisa qualitativa. E isso precisava ser repensado para este trabalho. Braga et al. (2004) revela que em estudos sobre desenvolvimento, há o desafio freqüente de lidar com a incerteza e a carência de informações sistematizadas. Assim, tal entrave resultou em um grande problema que necessitou de muita energia para ser superado.

Deste modo, o ponto inicial foi reconhecer e assumir que este aspecto seria o vetor condicionante para a explicação da desigualdade regional no estado de Rondônia, com base no levantamento dos indicadores, apesar das críticas que se costumam direcionar aos estudos dentro desta lógica de investigação. Contudo, para efeito dos objetivos traçados este caminho foi inevitável e essencial. Portanto, assume-se, por completo o risco desta decisão.

Ao se utilizar do conhecimento da ciência da Administração se percebe que o processo de tomada de decisão é acompanhado pela estratégia de levantamentos de dados e de um suporte ferramental apropriado para se ter um resultado eficaz e eficiente. Desse modo, é *sine qua non* que os indicadores funcionem como importante recurso de apoio ao processo decisório que, no caso específico deste trabalho, ajudam a responder aos questionamentos centrais da Tese. Por isso, se torna fundamental saber “o que” e “como” medi-los para que se possa avançar em direção à fase de conclusão do trabalho. Com isso, de maneira análoga, as conclusões que se chegarão com este trabalho deverão seguir este procedimento metodológico.

Esse pensamento pode ser corroborado com afirmações de autores que dizem que no âmbito da gestão, modernamente, não se compreende mais qualquer tipo de administração, de qualquer ordem, que não inclua a análise e avaliação de processos sem o apoio de índices ou

indicadores (TAKASHINA; FLORES, 1995; LIMONGI-FRANÇA, 1996; MARTINS; COSTA NETO, 1998; OLIVEIRA, 1999; QUINTELLA, 2004).

Sobre a importância dos indicadores para o desenvolvimento de estudos dentro da linha de pesquisa proposta por esse trabalho, vimos, segundo OECD (1994a; 1994b), que os indicadores são medidas-síntese, que contêm informação relevante sobre determinados atributos e dimensões do estado de “saúde” de uma sociedade, bem como do seu desempenho. Vistos em conjunto, devem refletir as condições de vida de uma população e a qualidade do meio que a mesma habita. A construção de um indicador é um processo cuja complexidade pode variar desde a simples contagem direta de dados, até o cálculo de proporções, razões, taxas ou índices mais sofisticados. E desse modo, se fundamenta o motivo pelo qual se escolheu a análise quantitativa adotada por este trabalho.

Nesse sentido, Tunstall (1992); Gallopín (1996) afirmam que as funções dos indicadores são: avaliar condições e mudanças, fornecer informação que permita comparar diferentes situações em diferentes lugares, avaliar condições e tendências em relação às metas e objetivos, prover informação de advertência seja no campo social, econômico, ambiental etc. Em geral, os indicadores são utilizados em trabalhos de análise, a exemplo da presente pesquisa, e em programas de ação, com diversas finalidades. Segundo OECD (1994), os indicadores são variáveis estatísticas que ajudam a traduzir os números em informações pertinentes que, para dar informações significativas, os mesmos devem, portanto, ser interpretados em função dos seus quadros e de suas finalidades.

Textos originários de vários organismos governamentais ou não-governamentais usam diferentes redações para caracterização dos indicadores que, essencialmente, constituem unidades ou elementos-chave que possam ser medidos e utilizados para construção de estatísticas (FURTADO, 2009). Este emaranhado de posições, ora, convergentes, ora, divergentes, pode estar ligado ao aspecto conceitual de indicadores e índices. Sobre esse aspecto, Siche et al. (2007) revela que há certa confusão sobre o significado de índice e indicador, onde muitas vezes são erroneamente utilizados como sinônimos. Embora ambos sejam colocados como sinônimos por alguns autores pelo fato, segundo Constantino (2007), de os mesmos serem expressos em números que têm por característica essencial a quantificação de um evento que permite, de forma organizada, avaliar, comparar e melhorar os resultados do ciclo de um dado processo do mundo real, aqui tais parâmetros serão tratados de forma diferenciada, da mesma forma que o pensamento de Siche et al. (2007).

Dentro desta visão diferenciada entre índices e indicadores, Tchirley (1996), ao observar que o mundo atual, em complexidade crescente, impõe a análise de um número cada

vez maior de dados, revela que, em decorrência disso, há uma enorme demanda por simplicidade na busca de analisar, de forma correta, tamanha gama de informações. E, dentro deste contexto, surgem os índices como forma de revelar as tendências, ajudando no desenvolvimento, planejamento, na tomada de decisão e gestão de recursos públicos. Furtado (2009) revela que o índice corresponde à medida resultante da combinação de diferentes indicadores ou valores, geralmente apurado após operações matemáticas.

Dessa forma, Kayano; Caldas (2002) revelam que os indicadores são a descrição por meio de números de um determinado aspecto da realidade, ou números que apresentam uma relação entre vários aspectos. Adotando-se técnicas para ponderação dos valores, se pode criar índices que sintetizem um conjunto de aspectos da realidade e representem conceitos mais abstratos e complexos, tais como, qualidade de vida, grau de desenvolvimento humano de uma comunidade ou, ainda, nível de desempenho de uma gestão.

Assim, ao dar ênfase sobre o que pesquisar fez com que enfrentássemos o primeiro entrave no campo metodológico, o qual dizia respeito ao seguinte questionamento: Quais indicadores e índices se deveriam usar?

Sobre esse aspecto, Mousinho (2009) já revelava ser fundamental saber “o quê” se quer levantar e “como” se devem medir os indicadores para poder tomar decisões. Segundo este mesmo autor, no momento da organização dos dados levantados é possível optar pela adoção de um conjunto amplo de indicadores, visando retratar mais fielmente um fenômeno ou optar pela síntese de um índice que, ao agregar informação, se torna uma ferramenta mais eficaz na tomada de decisão.

Com isso, mais uma vez, estávamos diante de um entrave que exigia tomadas de decisão. Para o enfrentamento dele foi preciso nos reportar aos objetivos da Tese e ao contexto pelo qual a mesma pretendia seguir. Desta forma, foi preciso entender que não tinha como realizar pesquisas de cunho qualitativo para um estudo que pretendia alcançar diferentes períodos da história econômica de Rondônia, com base no desempenho institucional, já que os dados qualitativos, em geral, obtidos por meio de entrevistas e questionários, contextualizariam, apenas, a realidade temporal do momento de aplicação de tais ferramentas metodológicas. E, embora, decididamente feita à opção pelos dados quantitativos, ainda sim, não estava resolvida o imbróglio do questionamento anterior. Nesse caso, foi preciso recorrer à própria teoria institucionalista de Douglass North, o que permitiu enxergar na abordagem dos custos de transação uma possível saída para o entrave.

Os custos de transação dizem respeito às regras do jogo que são violados em uma sociedade. Isso quer dizer, segundo Reis (1999), que as trocas e as interações que os agentes

estabelecem num mercado não são instantaneamente acessíveis nem transparentes. E, quando assim é, a fricção existe e são necessários esquemas alternativos para superar, isto é, para minimizar os custos e para reduzir a incerteza. Com isso, se deduz que os custos de transação podem estar presentes de diferente forma na sociedade, através do reflexo das leis e das normas estabelecidas como forma de organização social. Assim, com base nessa visão, os dados disponíveis nos meios oficiais de pesquisa quantitativa poderiam estar indicando uma relação próxima com o conceito de custo de transação que, nas palavras de Williamson (1975), é entendido como sendo os custos de fiscalizar e fazer cumprir os acordos. E dentro desta perspectiva de análise, poder-se-ia observar que esta relação alcançaria uma dimensão positiva ou negativa. Por exemplo, quando se levanta o índice de mortalidade infantil, o índice de acidentes de trânsito e o percentual de analfabetos, todos eles dizem respeito ao lado negativo do custo de transação já que o ideal era que os mesmos não existissem, ou seja, fossem nulos. Se existem, é porque as leis e as normas estão sendo violadas ou descumpridas. E, neste caso, haveria um maior esforço para aquelas regiões que apresentassem maiores valores em termos quantitativos do que outras que apresentassem valores mais baixos. De modo semelhante, poder-se-ia dizer da perspectiva positiva. Por exemplo, o índice de empreendedorismo, os índices que remetem ao civismo, bem como aqueles relacionados à força econômica de uma região tenderia apresentar menos custos de transação ou dificuldades se comparados com regiões que apresentassem valores inferiores aos do primeiro. E, dessa forma, os custos de transação alcançariam todos os campos de interação humana: Econômica, Social, Ambiental e Político-Institucional.

No trabalho de Putnam sobre a Itália moderna, os campos de atuação se restringiram aos setores econômico, social e político-institucional, ficando, portanto, o setor ambiental de fora da análise. O Quadro 4, a seguir, mostra os indicadores de desempenho institucional utilizados por Putnam e equipe.

O desempenho institucional elaborado por Putnam e sua equipe procurou avaliar os seguintes critérios: 1) continuidade administrativa; 2) deliberações sobre as políticas; 3) implementação das políticas; e 4) perspectiva da população. A Figura 7 ilustra os critérios adotados por Putnam para avaliar o desempenho institucional da Itália e seus indicadores correlacionados, conforme o Quadro 4.

O trabalho de Putnam intitulado “**comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**”, publicada na versão para o português pela Fundação Getúlio Vargas, em 2007, em sua 5ª edição, se mostra como um das referências de leituras para aqueles que desejam enveredar para os estudos comparativos de análise, dentro de uma perspectiva

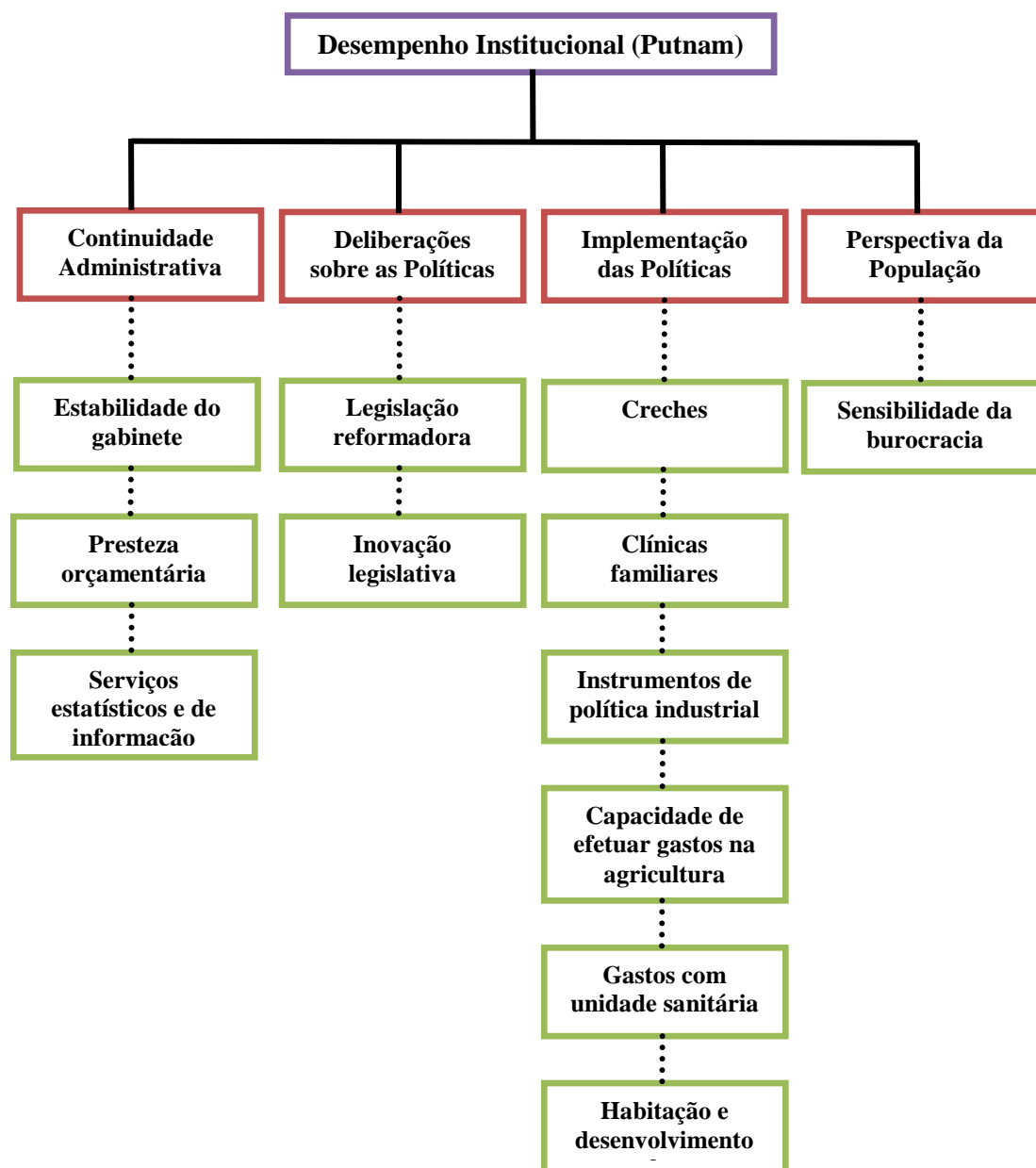
institucionalista do desenvolvimento. Embora algumas críticas tenham sido direcionadas à obra de Putnam, esta continua a merecer todo o reconhecimento científico pela riqueza de variáveis e pelo método de análise que, sem dúvida, veio a se somar aos grandes feitos em prol do conhecimento humano e que, aqui, é reconhecidamente uma grande fonte de saber. Dentro desse aspecto, Cavalcante; Silva (2008), inferiram sobre a importância e o peso do capital social sobre a realidade do Estado de Rondônia, que poderia ser alto demais para ser desprezado pelas pesquisas científicas e pelas políticas de desenvolvimento regional.

Quadro 4 - Indicadores de desempenho institucional utilizados por Putnam

Indicadores de desempenho institucional (Putnam)	
Estabilidade do gabinete	Qual é o número de diferentes gabinetes constituídos nas legislaturas de 1975-80 e 1980-85?
Presteza orçamentária	Em média, no período de 1979-85, em que data o orçamento foi realmente aprovado pelo conselho regional?
Serviços estatísticos e de informação	Mantidas as demais condições, como estão as regiões informadas sobre os eleitores e seus problemas?
Legislação reformadora	Qual o nível de produção legislativa de cada região no período de 1979-84 nas áreas: desenvolvimento econômico, planejamento territorial e ambiental e serviços sociais, a partir dos seguintes critérios: a) abrangência da legislação, b) coerência da legislação e c) criatividade da legislação?
Inovação legislativa	Em média, assim que surgiu uma lei modelar, quanto tempo levou a região para adotá-la?
Creches	Qual é o número de creches mantidas pela região que estavam em funcionamento até dezembro de 1983, em relação à coorte de crianças de 0 a 5 anos?
Clínicas familiares	Qual é o número de clínicas familiares em funcionamento até maio de 1978, em relação à população regional?
Instrumentos de política industrial	Qual o grau de sofisticação alcançado pelas regiões na área da política industrial?
Capacidade de efetuar gastos na agricultura	Qual a parcela dos recursos que lhe foram destinados e que ela realmente utilizou nos três anos subsequentes (1978-1980) tal como havia planejado?
Gastos com unidade sanitária local	Qual o montante de gasto com as unidades de saúde que tiveram sua responsabilidade delegada aos governos regionais?
Habitação e desenvolvimento urbano	Qual a capacidade das regiões para utilizar os recursos liberados pelas autoridades centrais para tal fim?
Sensibilidade da burocracia	Qual o nível de sensibilidade das regiões a partir de indagações feitas a três departamentos (saúde, ensino profissionalizante e agricultura)?

Fonte: Elaboração própria (2011). Com base em Putnam (2007).

Figura 7 - Critérios de avaliação do desempenho institucional de Putnam sobre a Itália



Fonte: Elaboração própria (2011). Com base em Putnam (2007).

Assim, ao se enveredar para uma linha de pesquisa dentro da ótica de Putnam para o cenário amazônico brasileiro, se tornou necessário acrescentar mais uma perspectiva de análise, além do econômico, social e político-institucional, em decorrência da realidade regional que, normalmente, faz com que os problemas de pesquisa girem em torno de grandes emaranhados de fatores que remetem a uma perspectiva *mutatis mutandi*. O critério ambiental é, sem dúvida, um novo campo que começou a ganhar atenção, a partir da década de 1970, quando ocorreu o primeiro grande movimento mundial em prol de discussão sobre o *trade off* “Conservação e Desenvolvimento”, em Estocolmo, Suécia.

É com o aumento da importância dos estudos no campo ambiental, mais fortemente evidenciado a partir do final do século XX, que se observou uma crescente tentativa de se analisar o desenvolvimento regional dentro de uma perspectiva que se convencionou chamar de desenvolvimento sustentável. E, desse modo, os indicadores, nas palavras de (GALLOPÍN, 1996), passaram a ser vistos como componentes essenciais na avaliação geral do progresso em direção a este fim.

Dentro desta perspectiva se delineou duas pesquisas direcionadas à realidade da Amazônia brasileira. A primeira delas, de autoria de Adagenor Lobato Ribeiro, intitulada **“Modelo de indicadores para mensuração do desenvolvimento sustentável na Amazônia”** foi conduzida empiricamente no Estado do Pará, porção oriental da Amazônia, como Tese de Doutorado junto ao NAEA/UFPA. A segunda, de autoria de Osmar Siena, intitulada **“Método para avaliar progresso em direção ao desenvolvimento sustentável”** com foco empírico sobre o estado de Rondônia, incrustado na Amazônia ocidental brasileira, também como Tese de Doutorado, porém vinculada ao PPGEP/UFSC. Ambos os trabalhos, coincidentemente publicados em 2002, embora tivessem sido guiados estreitamente pelas veias teóricas do desenvolvimento sustentável, os mesmos serviram de *start* para a estruturação dos indicadores da presente Tese, porém, dentro da perspectiva teórica do institucionalismo de North. Outros trabalhos, também, podem ser mencionados como fonte de inspiração para que fosse possível o delineamento dos indicadores. Nesse sentido, vale mencionar os indicadores de desenvolvimento sustentável elaborado pela Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (UNCSD, 1996), os indicadores sociais mínimos do IBGE (IBGE, 2006) e o trabalho de Braga et al. (2004).

Soares et al. (2006) ao analisarem comparativamente três das principais metodologias de avaliação do desenvolvimento sustentável, perceberam que, no geral, existiam um consenso por determinados indicadores. Observaram, ainda, que todas as metodologias tinham a preocupação por estabelecer indicadores que fossem representativos da região de estudo, além de capazes de serem observados historicamente. Desse modo, se buscou criar, aqui, um conjunto de indicadores dentro desta perspectiva. Antes, porém, de dar início ao percurso em busca do delineamento de indicadores, vale lembrar o alerta de Mousinho (2001) no sentido de não se ignorar um indicador por falta de dados, mas ter em mente o conjunto ideal de indicadores e, na hora da aplicação, eliminar os que se mostraram impossíveis de levantar. Dessa forma, se tinha os critérios definidos, porém, não os indicadores, já que a relação definitiva deles dependia de sua disponibilidade.

Por isso, o trabalho de levantamento de dados foi de fato um trabalho penoso e um dos mais estressantes, todavia, de extrema necessidade. Havia fatores limitantes que dificultavam, sobremaneira, o caminho para se chegar até eles. E por conta disso, se fez iniciar uma longa pesquisa que se estendeu às organizações públicas e, também, às organizações não-governamentais, a exemplo da Associação Rondoniense dos Municípios (AROM). Uma fonte que demonstrou ser de profunda importância para esse levantamento foram os sites oficiais dos órgãos públicos federais e estaduais. Contudo, somente após finalizado este levantamento é que foi possível delinear os indicadores que, de fato, foram colocados aqui como definitivos. Assim, os Quadros 5, 6, 7 e 8, mostram os indicadores escolhidos pela presente pesquisa para cada um dos temas: Capacidade Institucional, Gestão Ambiental, Desempenho Econômico Regional e Qualidade de Vida.

Quadro 5 - Indicadores eleitos para o tema Capacidade Institucional

TEMA	SUB-TEMA	INDICADORES	FONTE
CAPACIDADE INSTITUCIONAL	Representatividade política	n.º de deputados estaduais e federais eleitos por município	Assembléia Legislativa de Rondônia e Câmara Federal
	Empowerment	Existência de Conselhos municipais por município	IBGE (Perfil dos municípios brasileiros)
		Percentual de comparecimento eleitoral por município	TRE-RO IPEADATA
	Peso eleitoral	Percentual de eleitores aptos do município em relação aos eleitores aptos do Estado	TRE-RO IPEADATA
	Infra-estrutura de comunicação	n.º de linhas telefônicas a cada 1.000 habitantes	IBGE (Censo demográfico) ANATEL
	Acesso à informação	n.º de emissoras de rádio e televisão por município	IBGE (Censo demográfico) ANATEL
	Empreendedorismo	numero de micro e pequenas empresas por município a cada 1000 mil habitantes	Junta comercial do Estado de Rondônia
	Gestão municipal	Total das despesas municipais com urbanismo e habitação, transporte, saúde e educação em relação à população municipal	IPEADATA STN/FINBRA

Fonte: Elaboração própria (2011). (2011)

Quadro 6 - Indicadores eleitos para o tema Gestão Ambiental

TEMA	SUB-TEMA	INDICADORES	FONTE
GESTÃO AMBIENTAL	Biodiversidade	Numero total de unidades de conservação por município	ICMBio SEDAM
		Percentual da área total das unidades de conservação em relação ao município	ICMBio SEDAM
		Numero de terras indígenas por município	ICMBio SEDAM
		Percentual da área de terras indígenas em relação ao município	ICMBio SEDAM
	Uso do solo	Percentual da área dos estabelecimentos ocupada com lavouras permanentes e temporárias por município	IBGE (Censo agropecuário)
		Percentual da área dos estabelecimentos ocupada com pastagens naturais e artificiais por município	IBGE (Censo agropecuário)
		Percentual da área dos estabelecimentos ocupada com matas e florestas naturais e artificiais por município	IBGE (Censo agropecuário)
	Desmatamento	Percentual da área de desmatamento em relação ao município	INPE http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php FIERO (Federação das Indústrias do Estado de Rondônia) SEDAM

Fonte: Elaboração própria (2011).

Quadro 7 - Indicadores eleitos para o tema Economia Regional

TEMA	SUB-TEMA	INDICADORES	FONTE
ECONOMIA REGIONAL	Dinâmica econômica	PIB em relação ao emprego por município	IBGE IPEADATA MINISTERIO DO TRABALHO
	Performance econômica	PIB municipal per capita (R\$ mil)	IBGE IPEADATA
	Produção pequenos animais	Percentual de ovinos e caprinos por município em relação ao Estado	IBGE (Pesquisa pecuária municipal)
		Percentual de aves por município em relação ao Estado	IBGE (Pesquisa pecuária municipal)
		Percentual de suínos por município em relação ao Estado	IBGE (Pesquisa pecuária municipal)
	Produtividade pecuária	Numero de bovino por área de pastagem por município	IBGE (Pesquisa pecuária municipal) IBGE (Censo agropecuário)
		Produção de leite (mil litros) por área de pastagem por município	IBGE (Pesquisa pecuária municipal) IBGE (Censo agropecuário)
	Valor da produção da extração vegetal e silvicultural	Valor da produção de castanha do Brasil por município (Mil R\$)	IBGE (Produção da extração vegetal e da silvicultura)
		Valor produção de borracha por município (Mil R\$)	IBGE (Produção da extração vegetal e da silvicultura)
		Valor produção de madeira em tora por município (Mil R\$)	IBGE (Produção da extração vegetal e da silvicultura)
	Produção agrícola	Percentual da produção municipal de café em relação ao Estado	IBGE (Produção agrícola municipal)
		Percentual da produção municipal de cacau em relação ao Estado	IBGE (Produção agrícola municipal)
		Percentual da produção municipal de arroz em relação ao Estado	IBGE (Produção agrícola municipal)
	Potencial de mão-de-obra	Percentual da PEA municipal em relação ao Estado	IPEADATA

Fonte: Elaboração própria (2011).

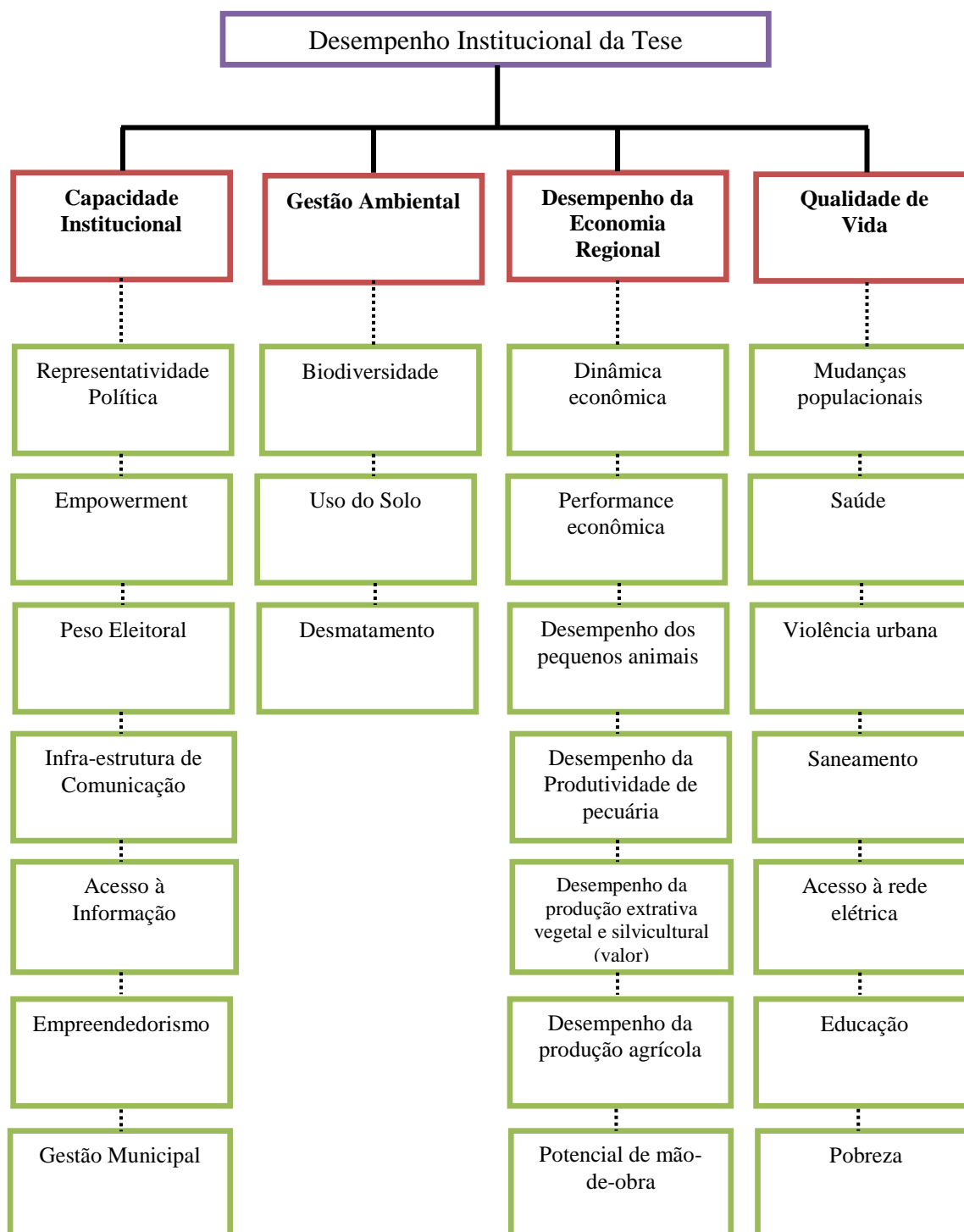
Quadro 8 - Indicadores eleitos para o tema Qualidade de Vida

	SUB-TEMA	INDICADORES	FONTE
QUALIDADE DE VIDA	Mudanças populacionais	Percentual da população total municipal em relação ao Estado	IPEADATA IBGE
		Densidade populacional municipal (hab/km ²)	IPEADATA IBGE
		Tx Urbanização municipal (%)	IPEADATA IBGE
	Saúde	Índice de envelhecimento	IBGE (Censo demográfico) IPEADATA
		Taxa de mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)	DATASUS
		Numero de unidades de Saúde (por mil habitantes)	DATASUS
		Numero de leitos (por mil habitantes)	DATASUS
		Numero de médicos (por mil habitantes)	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil DATASUS
	Violência urbana	Taxa de homicídios, suicídios, acidentes de transito (por 100.000 hab)	IPEADATA DATASUS
	Saneamento	Percentual de domicílios com acesso a rede geral de água por município	IBGE (Censo demográfico) DATASUS IPEADATA
		Percentual de domicílios com acesso a rede geral de esgoto por município	IBGE (Censo demográfico) DATASUS IPEADATA
	Acesso à rede elétrica	Percentual municipal de domicílios com acesso a iluminação elétrica	DATASUS IPEADATA
	Educação	Taxa municipal de analfabetos de 15 anos e mais	IPEADATA
		Anos de estudos de pessoas de 25 anos e mais municipal	IPEADATA
	Pobreza	Percentual de pessoas pobres por município	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil IBGE

Fonte: Elaboração própria (2011).

Desse modo, a quantificação total dos indicadores foi distribuída por critérios de desempenho institucional, conforme Figura 8.

Figura 8 - Critérios de avaliação do desempenho institucional da Tese



Fonte: Elaboração própria (2011).

Feito isto, se torna, agora, necessário discorrer um pouco sobre os critérios de desempenho institucional adotado por esta pesquisa e que serviu de subsídio para as análises da desigualdade regional no estado de Rondônia.

3.2.1 Os critérios de desempenho institucional da Tese

a) Desempenho da Capacidade Institucional

A capacidade institucional vem ocupando crescentemente espaço nos estudos comparativos envolvendo o desempenho de governos municipais. Porém, alguns trabalhos dentro dessa linha procuram dar ênfase a determinados setores ou políticas públicas. No nordeste brasileiro, por exemplo, o PRODETUR II procura vincular a capacidade institucional aos aspectos ligados ao turismo. Na Amazônia, se observa projetos que mostram essa relação mais fortemente ligada aos recursos naturais e às populações tradicionais²², a exemplo do Projeto “Bacia do Rio Purus”, que procura avaliá-la com base em diferentes localidades, em decorrência da gestão dos recursos hídricos. Contudo, esta relação mais próxima entre a capacidade institucional e temas que perpassa o contexto ambiental passou a ser evidenciado e a partir da temática do desenvolvimento sustentável que, sem dúvida, foi um fator desencadeador de estudos dentro desse nível de relação. Principalmente, a partir do início da década de 1990. Essa preocupação fez com que a OECD publicasse, em 2003, um trabalho intitulado **Institutional Capacity and Climate Actions**²³ como forma de se discutir, teoricamente, os fundamentos dessa abordagem. No Brasil, de um modo geral, já há um esforço nos levantamentos estatísticos do IBGE²⁴ para que se consiga captar da realidade um reflexo da dimensão institucional dentro do contexto do desenvolvimento sustentável. Ao se analisar a dimensão institucional, adotada pelo órgão oficial do Governo Federal para o levantamento estatístico do Brasil, se percebe que ela, na verdade, corresponde ao desempenho da capacidade institucional, o que mostra a relevância de seu papel para a condução de estudos dentro desse campo do conhecimento humano.

Embora reconhecendo a necessidade de se mensurar a dimensão institucional como peça chave para o desempenho institucional, *a mesma* não correspondeu ao fundamento do desenvolvimento sustentável. Assim, do ponto de vista deste trabalho, o enfoque da

²² Sobre esse aspecto ver CAÑETE et al., (2008a); CAÑETE et al., (2008b)

²³ Ver OECD (2003).

²⁴ Ver BRASIL (2004).

capacidade institucional está mais relacionado aos aspectos ligados à gestão em nível municipal, porém, dentro de um enfoque institucionalista em que fatores, como capital social e empowerment passam a ser considerados delimitadores de sucesso.

Ao fundamentar esta visão, se percebe que o termo “capacidade” pode ser entendido como a habilidade de indivíduos, instituições e sociedades de desempenhar funções, solucionar problemas, definir e atingir objetivos (PNUD, 2002; FUKUDA-PAR et al., 2002). No nível institucional, por sua vez, o esforço é focalizado em capacidades organizacionais e funcionais, assim como a habilidade institucional de adaptar-se à mudança (SAGI, 2006).

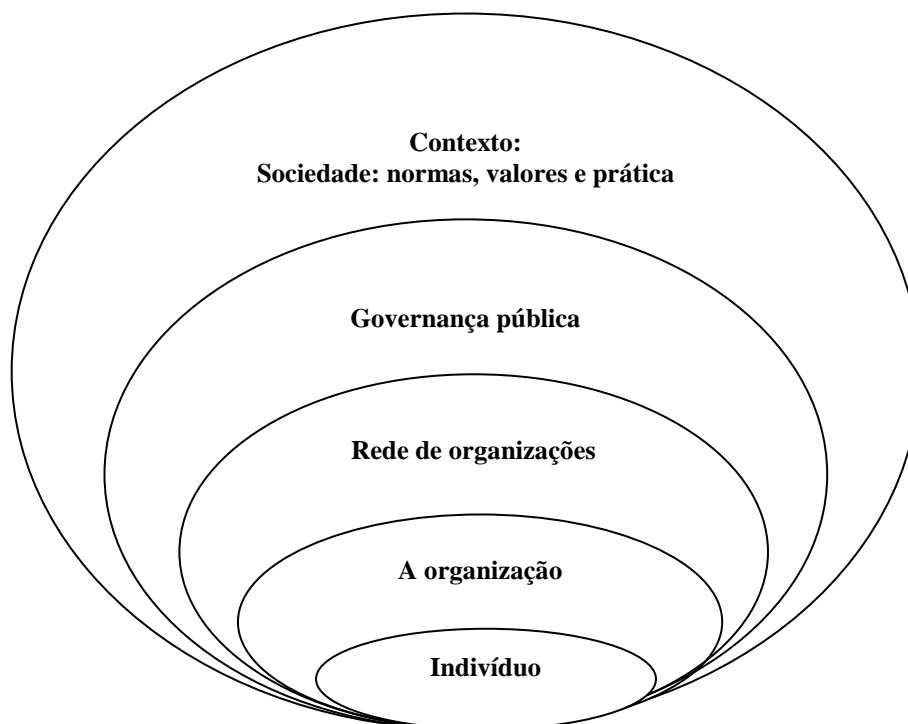
Desse modo, capacidade institucional, adotado por este trabalho, passa a ser compreendido, com base na visão da historiadora econômica Segnestam et al.(2002) que a define como sendo um alvo movente que vem evoluindo ao longo dos anos, partindo de um foco no desenvolvimento e fortalecimento de organizações individuais e provimento de treinamento técnico e gerencial que, em princípio, vem auxiliando o planejamento integrado e os processos de decisão entre instituições. Hoje, porém, segundo a autora, a capacidade institucional implica muitas vezes um foco amplo de *empowerment*, capital social e um ambiente facilitador, assim como a cultura, valores e relações de poder que nos influenciam.

Portanto, tal definição está de acordo com a visão de que a capacidade institucional se refere ao funcionamento de “regras do jogo” adequadas e ao seu funcionamento na organização ou entre organizações para atingir objetivos, realizar tarefas e de se ajustar constantemente frente a novos desafios (CAPACITY.ORG, 2003).

Assim, adotando a classificação de capacidade institucional de Segnestam (Figura 9), verifica-se que o nível explorado por este trabalho de Tese se situa no campo das normas, valores e práticas sociais, já que o objetivo aqui é analisar seu desempenho a partir do nível de abordagem macrorregional. Dessa forma, isso permitiu delimitar o enfoque sobre esse parâmetro.

Com isso, foi possível levantar oito indicadores dentro desse critério de desempenho.

Figura 9 - Classificação da capacidade institucional



Fonte: SEGNESTAM, et al. (2002); SAGI (2009).

b) Desempenho da Gestão Ambiental

A história econômica da região Amazônica brasileira, de um modo geral, e do Estado de Rondônia, em particular, sofreu um processo de desenvolvimento com sérios prejuízos ambientais. A institucionalização de uma via apoiada pela concepção positivista, existente no auge do domínio militar no Brasil, fez com que enfrentássemos um conflito socioambiental sem precedentes na história, em decorrência de uma visão equivocada de progresso. Ignorar esse parâmetro era um risco desnecessário, que não estávamos dispostos a correr.

Após a decisão de incluí-lo no bojo dos critérios de indicadores adotados para esta pesquisa foi possível, a partir daí, entrar numa fase mais reflexiva que indicava, mais uma vez, a necessidade de se definir sobre quais os indicadores seriam interessantes listar e que estariam coerentes com a proposta que se pretendia atingir. Procurou-se, assim, dar ênfase aos aspectos que vinculavam este campo aos critérios de gestão, de gerenciamento dentro de uma concepção que perpassava o contexto do processo decisório.

Assim, o conceito de gestão ambiental adotado por esta pesquisa teve um forte elo com a concepção de cunho administrativo, que permitiu a conciliação de um amplo campo de

atuação da gestão ambiental com o foco de interesse, em particular, da presente pesquisa. Desse modo, gestão ambiental passou a ser entendida aqui com base na seguinte definição:

A gestão ambiental pode ser entendida como um processo de tomada de decisões que devem repercutir positivamente sobre a variável ambiental de um sistema. Nesse caso, a tomada de decisão consiste na busca da opção que apresente o melhor desempenho, a melhor avaliação, ou ainda, a melhor aliança entre as expectativas daquele que tem o poder de decidir e suas disponibilidades em adotá-la (SOARES, 2004, p. 971).

Embora, hoje, no mundo, haja certo nível de consciência para assuntos que envolvam a temática ambiental, mesmo que essa consciência esteja, ainda, muito distante de seu emprego prático, de qualquer forma ela não ocorreu de maneira unânime entre aqueles países que alcançaram tal nível de entendimento sobre o assunto. A trajetória ambiental, portanto, foi construída dentro de uma situação conflituosa que perpassava o campo das relações de poder político e de interesses econômicos e que, ainda, está longe de seu desfecho.

De acordo com Cavalcante (2001), o impacto ambiental negativo gerado pelas atividades econômicas foi o principal ponto de partida para essa mobilização em torno da discussão sobre sustentabilidade em nível mundial. Assim, os crescentes impactos ambientais negativos decorrentes das atividades antrópicas, permitiram dar um grande salto nas relações internacionais, objetivando conciliar o interesse econômico com o devido respeito às questões ambientais. Nesse sentido, a primeira conferência mundial sobre o tema, realizado em Estocolmo, Suécia, em 1972, materializou-se como o primeiro esforço de proporção internacional na busca de soluções para os problemas vinculados à natureza sendo, portanto, um marco fundamental na percepção global dos desequilíbrios ambientais (BARBIERI, 1997; MURPHY, 1997). Segundo Guimarães (2009) essa conferência serviu de estímulo para que os países começassem a criar e estruturar seus órgãos ambientais e estabelecer suas legislações. No Brasil, a Lei n.º 6.938 de 31 de agosto de 1981 (BRASIL, 1981), que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) é considerada a principal referência normativa do país envolvendo a temática ambiental. Em seu artigo segundo, revela que:

Art 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

- I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;
- II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;

- III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;
- IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;
- V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;
- VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;
- VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;
- VIII - recuperação de áreas degradadas;
- IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação;
- X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente (BRASIL, 1981).

Através da Lei n.º 6.938 se institui, no Brasil, o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, que até hoje reúne órgãos e entidades que são responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, porém, sob a tutela do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA (PHILIPPI, 1999).

Conforme Novaretti (2009), a PNMA prevê a responsabilidade do município no processo da gestão ambiental, ou seja, ela aponta para a necessidade dos municípios se capacitarem para que cada um deles seja responsável pela sua gestão ambiental. Esta análise, por sua vez, se fundamenta com base na Constituição brasileira de 1988, em especial, ao artigo 23, incisos VII e VIII da Carta Magna: “*é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: VI – proteger o meio ambiente, combater a poluição em qualquer de suas formas; VII – preservar as florestas, a fauna e a flora*” (BRASIL, 1988, p. 41).

Assim, foi tomada a decisão para que o levantamento dos indicadores relacionados especificamente a este temática seguisse o princípio de gestão ambiental contido na legislação brasileira, o que nos levou a adotar os indicadores em função das áreas protegidas (Unidades de Conservação e Terras Indígenas), do desmatamento e do uso do solo, totalizando, portanto, oito indicadores. Todavia, merece ser dito que para o levantamento desses dados, principalmente os relacionados às unidades de conservação, em nível municipal, foi preciso recorrer à Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e ao processo histórico de criação dos municípios (Quadros 9 e 10), que permitiu compor a trajetória dessas unidades ao longo da formação político-institucional do estado de Rondônia. Sem esse artifício não seria possível, por exemplo, identificar e visualizar corretamente o posicionamento de uma unidade de conservação que fora criada na década de 1970 sob a tutela de um determinado município e que, posteriormente, tenha sofrido um processo de desmembramento.

Quadro 9 - Processo de criação dos municípios de Rondônia de 1977 a 1987.

Até 1976	1977 (Lei 6.448 de 11/10/1977)		1981 (Lei 6.921 de 16/06/1981)		1983 (Decreto Estadual 78 de 05/08/1983)		1986		1987 (Lei 157 de 19/06/1987)	
Municípios	Municípios criados	Desmembrados originalmente	Municípios criados	Desmembrados originalmente	Municípios criados	Desmembrados originalmente	Municípios criados	Desmembrados originalmente	Municípios criados	Desmembrados originalmente
Porto Velho	Ariquemes	Porto Velho	Colorado do Oeste	Vilhena	Cerejeiras	Colorado do Oeste	Santa Luzia do Oeste	Rolim de Moura	Nova Brazilândia do Oeste	Presidente Médici
Guajará-Mirim	Ji-Paraná		Espigão do Oeste	Pimenta Bueno	Rolim de Moura	Cacoal	(Lei 102 de 11/05/1986)	Pimenta Bueno		
	Cacoal		Presidente Médici	Ji-Paraná			Alvorada do Oeste (Lei 103 de 20/05/1986)	Presidente Médici		
	Pimenta Bueno		Ouro Preto do Oeste	Ji-Paraná			Alta Floresta do Oeste (Lei 104 de 20/05/1986)	Costa Marques		
	Vilhena	Porto Velho	Jaru	Ji-Paraná						
		Guajará-Mirim		Ariquemes						
			Costa Marques	Guajará-Mirim						

Fonte: Elaboração própria (2011). Com base em SEDAM (2002).

Quadro 10 - Processo de criação dos municípios de Rondônia de 1988 a 1995.

1988		1992 (de 13/02/1992)		1992 (de 13/02/1992)		1994 (de 22/06/1994)		1995	
Municípios criados	Desmembrados originalmente	Municípios criados	Desmembrados originalmente	Municípios criados	Desmembrados originalmente	Municípios criados	Desmembrados originalmente	Municípios criados	Desmembrados originalmente
Machadinho do Oeste (Lei 198 de 11/05/1988)	Ariquemes	Candeias do Jamari (Lei 363)	Porto Velho	Cacaulândia (Lei 374)	Ariquemes	Nova União (Lei 566)	Ouro Preto do Oeste	Chupinguaia (Lei 644)	Vilhena
	Jaru	Itapuã do Oeste (Lei 364)	Porto Velho	Alto Paraíso (Lei 375)	Ariquemes	São Felipe do Oeste (Lei 567)	Pimenta Bueno		Pimenta Bueno
	Ji-Paraná		Ariquemes		Porto Velho	Porto Velho	Santa Luzia do Oeste	São Francisco do Guaporé (Lei 644)	Costa Marques
São Miguel do Guaporé (Lei 200 de 07/06/1988)	Costa Marques	Novo Horizonte do Oeste (Lei 365)	Rolim de Moura	Rio Crespo (Lei 376)	Ariquemes	Cujubim (Lei 568)	Rio Crespo	Pimenteiras do Oeste (Lei 645)	Seringueiras
					Machadinho do Oeste		Candeias do Jamari		Cerejeiras
Cabixi (Lei 201 de 07/06/1988)	Colorado do Oeste	Castanheira (Lei 366)	Rolim de Moura	Corumbiara (Lei 377)	Vilhena	Primavera de Rondônia (Lei 569)	Pimenta Bueno	Buritis (Lei 645)	Cabixi
					Colorado do Oeste				Pimenta Bueno
Nova Mamoré (Lei 202 de 15/06/1988)	Guajará-Mirim	Vale do Paraíso (Lei 367)	Ouro Preto do Oeste	Monte Negro (Lei 378)	Ariquemes	Alto Alegre dos Parecis (Lei 570)	Alta Floresta do Oeste	Teixeirópolis (Lei 571)	Campo Novo de Rondônia
		Urupa (Lei 368)	Ouro Preto do Oeste	Campo Novo de Rondônia (Lei 379)	Porto Velho		Cerejeiras		
			Alvorada do Oeste				Ouro Preto do Oeste		
		Mirante da Serra (Lei 369)	Ouro Preto do Oeste			Vale do Anari (Lei 572)	Machadinho do Oeste		
		Seringueiras (Lei 370)	São Miguel do Guaporé			Parecis (Lei 573)	Pimenta Bueno		
			Costa Marques						
		Theobroma (Lei 371)	Jaru						
		Ministro Andreazza (Lei 372)	Cacoal						
Gov. Jorge Teixeira (Lei 373)	Jaru								

Fonte: Elaboração própria (2011). Com base em SEDAM (2002).

c) Desempenho Econômico Regional

O critério de desempenho da economia regional possibilitou o início de um processo de discussão, que tinha por finalidade proporcionar um entendimento sobre a amplitude do campo de atuação dos dados a serem levantados e de sua relação com os pressupostos da Tese.

Benko (2001) percebeu que nas duas últimas décadas os espaços se caracterizavam pela sua forma mutável, num movimento que ele chamou de deslizamento de escala. Diante disso, ele classificou o nosso planeta em quatro níveis espaciais pertinentes de análise: o mundial, o supra-nacional (blocos econômicos), o nacional (estados-nação) e o regional (local ou infranacional).

Maillat (1995), por sua vez, afirmava que as mudanças nas hierarquias espaciais observadas desde o início dos anos 1970, conduziram os investigadores a formular novas explicações para o papel desempenhado pelo território. As experiências científicas subsequentes permitiram compreender que o território não deveria ser considerado como algo apriorístico, mas susceptível a fatores que perpassam um processo (coletivo) de construção histórica e cultural (GAFFARD, 1992; MAILLAT, 1995).

Mas, é a partir do final da década de 1990, que o Brasil vem experimentando as formulações, as proposições e os experimentos relacionados ao conceito de desenvolvimento local, o que demonstra uma tendência de fortalecimento desta abordagem, impregnando um conjunto ainda crescente de atores institucionais, dentro e fora das instâncias do governo (SILVEIRA, 2001; FRANÇA et al., 2002). Com base nesta perspectiva, PARENTE; ZAPATA (1998) revelam que a cada dia cresce o consenso em torno de que o desenvolvimento local é a peça fundamental no novo ciclo de desenvolvimento do país, tanto por razões econômicas quanto por razões de natureza social.

Assim, o critério de desempenho econômico regional adotado por esta pesquisa foi construída a partir da concepção teórica do desenvolvimento endógeno ou local. Esta teoria procura dar ênfase à questão regional ao discutir a problemática das desigualdades e os melhores instrumentos de políticas para sua correção. O desenvolvimento endógeno, portanto, é um paradigma que parte da idéia básica de que o sistema produtivo dos países cresce e transforma-se utilizando o potencial de desenvolvimento existente nos territórios, isto é, nas regiões e cidades, mediante os investimentos concretizados pelas empresas e entidades públicas, debaixo do controle das comunidades locais, e tomando como meta derradeira a

melhoria do nível de vida da população desses mesmos territórios (STÖHR, 1981; VÁSQUEZ BARQUERO, 1998).

Com isso, procurou-se levantar os indicadores pertinentes a cada município do estado de Rondônia que pudessem, com base nos dados oficiais disponíveis, indicar um padrão aceitável que representasse a realidade econômica das respectivas regiões dentro, é claro, do fio condutor do pensamento institucionalista de Douglass North, adotado por esta pesquisa.

Embora esse pensamento estivesse sempre em estado de sentinela, os dados utilizados ficaram também condicionados a sua disponibilidade pública por parte dos órgãos oficiais de pesquisa do país. Mas, em geral, os dados sistematizados pela pesquisa buscaram detectar a força econômica de cada município de Rondônia. Porém, procurou-se evitar a utilização de indicadores básicos como o PIB pelo fato deles perderem informações vitais, conforme já evidenciado por Bossel (1999). Dessa forma, algumas combinações de indicadores foram essenciais, os quais passaram a fornecer uma dimensão de análise mais aprofundada. A identificação individual do desempenho econômico dos municípios permitiu, portanto, fazer uma leitura da realidade do Estado, cruzando economia com os demais critérios já mencionados, além do critério de “qualidade de vida”, o último deles a ser discutido e que, em conjunto, permitirão chegar ao cerne do questionamento da pesquisa.

Especificamente para este parâmetro foram utilizados quatorze indicadores.

c) Desempenho da Qualidade de vida

Conforme Fleck et al. (1999) foi Lyndon Johnson, ex-presidente dos Estados Unidos, quem primeiro empregou a expressão “qualidade de vida”, ao declarar, em 1964, que os objetivos não podiam ser medidos através do balanço dos bancos. Eles só poderiam ser medidos através da qualidade de vida que proporcionam às pessoas.

De lá para cá, o termo rapidamente ganhou alcance mundial, passando a ser usado de diferentes maneiras. Assim, quando se analisa o termo “qualidade de vida” se percebe que há duas formas de abordagem. A primeira delas está relacionada ao seu emprego dentro de uma linguagem cotidiana, que acaba sendo incorporada nos discursos políticos, no metiê profissional e nos meios de comunicação em geral. A segunda diz respeito ao alcance dela no campo científico. E dentro desta uma última perspectiva se verifica diferentes visões e abrangências, já que se observa seu uso em diversos campos do saber, a exemplo da economia, da sociologia, da antropologia, da filosofia, da saúde, dentre outros (MACHADO,

1996; HAMMOND et al., 1995; GOUZEE et al., 1995; GREEN; KREUTER, 1999). Em decorrência de seu caráter eminentemente interdisciplinar, se verifica, então, dois aspectos considerados inerentes ao seu conceito: subjetividade e multifuncionalidade, conforme observado por Klein (2008).

Apesar de ter havido debates em torno do tema “qualidade de vida”, nas últimas décadas, seu conceito continua encontrando divergências entre os pesquisadores indicando, claramente, a falta de consenso sobre o mesmo (MEEBERG, 1993; FARQUHAR, 1995; PASCHOAL, 2001; SEIDL; ZANNON, 2004). Por isso, conceituar qualidade de vida tem se mostrado um desafio contínuo (ROCHA et al., 2008). Em decorrência disso, muitos termos são utilizados na literatura como sinônimos de qualidade de vida, tais como bem-estar, boas condições de vida e satisfação na vida (MANSO; SIMÕES, 2007). No entanto, há trabalhos que, mostram que, quanto mais aprimorada a democracia, mais ampla é a noção de qualidade de vida, o grau de bem-estar da sociedade e de igual acesso a bens materiais e culturais (MATOS, 1998).

Para efeito deste trabalho foi adotada a perspectiva de Khan (2002) que mostra que a qualidade de vida deve ser entendida como um estado atual de suas condições concretas de vida e não como um estado desejado. Portanto, se buscou agrupar este parâmetro com base nos indicadores que pudessem refletir ao máximo esse estado concreto. Assim, para efeito desta pesquisa, a qualidade de vida foi analisada segundo a combinação de quinze indicadores, conforme o Quadro 8.

3.3 O OBJETO DE PESQUISA

O recorte espacial da pesquisa está baseado na divisão geográfica do Estado de Rondônia com base na divisão mesorregional adotada pelo IBGE, que o classifica em: Mesorregião Leste Rondoniense e Mesorregião Madeira-Guaporé, conforme visualizado pela Figura 1.

Assim, para discutir o questionamento epistemológico da Tese, que versa sobre o desempenho institucional em nível macrorregional do Estado de Rondônia, foi preciso realizar um levantamento de indicadores dentro de uma perspectiva municipal. Esse critério possibilitou fazer uma caracterização do desempenho dos municípios, bem como das microrregiões do Estado. Assim, para a mesorregião Madeira-Guaporé foram sistematizados os indicadores dos municípios que compõem as microrregiões de Porto Velho e de Guajará-Mirim (Figura 2 e Tabela 1A)

Da mesma forma, para a mesorregião Leste Rondoniense foram sistematizados os indicadores dos municípios que compõem as microrregiões de Ariquemes, de Ji-Paraná, de Alvorada D'Oeste, de Cacoal, de Colorado D'Oeste e de Vilhena (Figura 3 e Tabela 1A).

Contudo, foi definido que o levantamento dos indicadores englobasse todo o período histórico pretendido pela pesquisa. Com isso, foram levantados dados para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2009 (Tabela 2A). Esse critério permitiu a padronização da análise, tão necessária para os estudos comparativos de desigualdade regional.

Portanto, esta forma de planejamento está de acordo com o propósito especificamente vinculado ao objetivo geral da Tese, bem como atende aos requisitos da primeira e da terceira hipóteses da pesquisa, levando esta fase a ter uma característica vinculada ao campo de análise quantitativa. Todavia, dentro desse nível mesorregional foi empregado, também, o levantamento de dados históricos da formação econômica das duas mesorregiões e das políticas públicas regionais, fundamentais para um estudo enquadrado no pensamento teórico institucionalista de Douglass North, onde a história econômica ocupa uma posição de destaque nos estudos dentro dessa perspectiva de análise dos desequilíbrios regionais.

A segunda hipótese e os objetivos específicos da Tese estão vinculados ao aspecto mais qualitativos, através do levantamento do capital social municipal. No entanto, pela dificuldade de logística, relacionada com os fatores de tempo e de recursos como fatores imitantes do trabalho, não foi possível fazer esse estudo em todos os municípios do Estado. A solução encontrada foi aplicar os questionários (Anexo 53) para determinar o capital social municipal em dois municípios, sendo cada um deles representativo de cada mesorregião do estado de Rondônia. Assim, foram escolhidos os municípios de Guajará-Mirim (mesorregião Madeira-Guaporé) e Ji-Paraná (mesorregião Leste Rondoniense). A escolha desses municípios está relacionada ao aspecto histórico que marcaram as referidas mesorregiões. Assim, no caso do primeiro município sua relação estaria ligada mais fortemente à fase da borracha com a construção da EFMM. O segundo, por sua vez, apresenta-se vinculado ao processo de colonização do Estado, ocorrido no período do regime militar, em que fora o principal núcleo de colonização cortado pela rodovia federal BR-364.

3.4 ANÁLISE FATORIAL

Um estudo sobre desigualdade regional requer, em princípio, uma ferramenta que possa subsidiar a complexidade das interações entre as variáveis levantadas e, com isso, dar respostas estatisticamente significativas a cerca do objeto de estudo. Para este trabalho, se utilizou da análise multivariada de dados, como estratégia de investigação, sendo o método fatorial, o principal instrumento de análise adotado por esta pesquisa. A escolha desse método está relacionada com base nos objetivos da Tese. Assim, Hair et al. (2005, p. 98-99) explica a diferença de abordagem de um em relação ao outro:

O pesquisador pode utilizar dois modelos básicos para obter soluções fatoriais. Eles são conhecidos como análise de fatores comuns e análise de componentes. Para selecionar o modelo apropriado, o pesquisador deve primeiro entender as diferenças entre tipos de variância. Para os propósitos da análise fatorial, existem três tipos de variância total: (1) comum (2) específica (também conhecida como única) e (3) do erro. A variância comum é definida como variância em uma variável que é compartilhada com todas as outras variáveis na análise. A variância específica é a associada com apenas uma variável específica. A variância do erro é aquela variância devido a não-confiabilidade no processo de agrupamento de dados, no erro de medida ou em uma componente aleatória no fenômeno medido. A análise de componentes, também conhecida como análise de componentes principais, considera a variância total e determina fatores que contém pequenas proporções de variância única e, em alguns casos, variância do erro. [...] Os fatores resultantes de análise de fatores comuns são baseados apenas na variância comum. Os modelos de análise de fatores comuns e análise de componentes são amplamente usados. A escolha sobre um modelo em vez do outro é baseada em dois critérios: (1) os objetivos da análise fatorial e (2) o montante de conhecimento prévio sobre a variância nas variáveis.

Assim, o modelo fatorial de componentes principais passa a ser apropriado quando a preocupação principal é a previsão ou o número mínimo de fatores necessários para explicar a parte máxima da variância representada no conjunto original de variáveis, e quando conhecimento anterior sugere que as variâncias específicas e do erro representam uma porção relativamente pequena da variância total. Por outro lado, quando o objetivo principal é identificar as dimensões ou constructos latentes, representados nas variáveis originais e o pesquisador tem pouco conhecimento sobre a quantia de variância específica e do erro e, portanto, deseja eliminar essa variância, o modelo de fatores comuns é mais adequado. A análise de fatores comuns, com suas suposições mais restritivas e uso apenas de dimensões latentes (variância compartilhada), muitas vezes é vista como algo teoricamente mais fundamentado (HAIR et al., 2005; SANTANA, 2005b).

3.4.1 Conceito de análise fatorial

Este método de análise é muito empregado, como aponta Haddad (1989), para juntar regiões ou locais de acordo com a similaridade de seus perfis, bem como de agrupar variáveis para delinear padrões de variações nas características. Nesse sentido, de acordo com Hair et al. (2005):

A análise fatorial é um nome genérico dado a uma classe de métodos estatísticos multivariados cujo propósito principal é definir a estrutura subjacente em uma matriz de dados. Em termos gerais, a análise fatorial aborda o problema de analisar a estrutura das inter-relações (correlações) entre um grande número de variáveis, definindo um conjunto de dimensões latentes comuns, chamadas de fatores. Com a análise fatorial, o pesquisador pode primeiro identificar as dimensões separadas da estrutura e então determinar o grau em que cada variável é explicada por cada dimensão. Uma vez que essas dimensões e a explicação de cada variável estejam determinadas, os dois principais usos da análise fatorial – resumo e redução de dados – podem ser conseguidos. Ao resumir os dados, a análise fatorial obtém dimensões latentes que, quando interpretadas e compreendidas, descrevem os dados em um número muito menor de conceitos do que as variáveis individuais originais. A redução de dados pode ser conseguida calculando escores para cada dimensão latente e substituindo as variáveis originais pelos mesmos (HAIR et al., 2005, p. 91).

3.4.2 Critério para extração de fatores

Como determinar o número de fatores a serem extraídos?

Hair et al. (2005) aponta alguns critérios para se extrair fatores, sendo os principais deles dispostos no Quadro 11.

Pelo exposto, o critério para extração de fatores pelo método fatorial utilizado pela pesquisa, está ligado com o Quadro 11, isto é, com o critério da raiz latente. Antes, porém, de iniciar a descrição do modelo de análise fatorial, torna-se importante, também, apresentar alguns termos-chave como forma de facilitar o entendimento da nomenclatura, que envolve a análise multivariada. Com isso, a lista de termos-chave (Quadro 12) foi extraída de Hair et al. (2005, p. 90-91); SANTANA (2005a; 2005b).

Quadro 11 - Critérios para extração de fatores

Critério de extração de fatores	Descrição
Critério da raiz latente	A técnica mais comumente utilizada é de raiz latente. Esta técnica parte do princípio de que qualquer fator individual deve explicar a variância de pelo menos uma variável para que seja mantido para interpretação. Cada variável contribui com um valor 1 do autovalor total. Com efeito, apenas os fatores que raízes latentes ou autovalores maiores que 1 são considerados significantes e os demais fatores com autovalores menores do que 1 são considerados insignificantes e descartados. Esse critério é mais confiável quando o número de variáveis está entre 20 e 50.
Critério a priori	O pesquisador já sabe quantos fatores extrair antes de empreender a análise fatorial. Este tratamento é útil quando se testa uma teoria ou hipóteses sobre o número de fatores a serem extraídos. Também se justifica quando se trate de uma tentativa de repetir o trabalho de outro pesquisador.
Critério de percentagem de variância	É baseado na conquista de um percentual cumulativo especificado da variância total extraída por fatores sucessivos. O objetivo é garantir significância prática para os fatores determinados, assegurando que expliquem pelo menos um montante especificado de variância. Em ciências naturais, o procedimento de obtenção de fatores não deve parar até que os fatores extraídos explicarem pelo menos 95% da variância. Por outro lado, nas ciências sociais, é comum considerar uma solução que explique 60% da variância total como satisfatória.

Fonte: HAIR et al. (2005); SANTANA (2005a; 2005b; 2006); MINGOTI (2005).

Quadro 12 - Termos-chave sobre a análise multivariada de dados

Termos-chave	Definição
Análise fatorial	Analisa relações entre variáveis para identificar grupos de variáveis que formam dimensões latentes (fatores).
Autovalor	Soma em coluna de cargas fatoriais ao quadrado para um fator; também conhecido como raiz latente . Representa a quantia de variância explicada por um fator.
Cargas fatoriais	Correlação entre as variáveis originais e os fatores, bem como a chave para o entendimento da natureza de um fator em particular. As cargas fatoriais ao quadrado indicam qual percentual da variância em uma variável original é explicada por um fator.
Comunalidade	Quantia total de variância que uma variável original compartilha com todas as outras variáveis incluídas na análise.
Homocedasticidade	Quando a variância dos termos de erro aparece constante ao longo de um domínio de variáveis explicativas, diz-se que os dados são homocedásticos.
Linearidade	Usada para expressar o conceito de que o modelo possui as propriedades de aditividade e homogeneidade. Em geral, os modelos lineares prevêem valores que recaem em uma linha reta que tem uma mudança com unidade constante (coeficiente angular) da variável dependente em relação a uma mudança com unidade constante da variável independente.
Matriz fatorial	Tabela das cargas fatoriais de todas as variáveis sobre cada fator.
Multicolinearidade	Grau em que uma variável pode ser explicada pelas outras variáveis na análise.
Ortogonal	Independência matemática (sem correlação) de eixos fatoriais, um em relação ao outro (ou seja, em ângulos retos ou de 90 graus).
Rotação fatorial	Processo de manipulação ou de ajuste dos eixos fatoriais para conseguir uma solução fatorial mais simples e pragmaticamente mais significativa.
Varimax	É um dos métodos de rotação fatorial ortogonal mais populares.

Fonte: HAIR et al. (2005); SANTANA (2005a; 2005b)

3.4.3 Modelo analítico

Um modelo de análise fatorial pode ser apresentado na forma matricial como em Dillon; Goldstein (1984):

$$X = \alpha F + \varepsilon \quad (1)$$

Sendo,

X = é o p -dimensional vetor transposto das variáveis observáveis, denotado por $X = (x_1, x_2, \dots, x_p)$;

F = é o q -dimensional vetor transposto de variáveis não-observáveis ou variáveis latentes chamadas de fatores comuns, denotado por $F = (f_1, f_2, \dots, f_q)$, sendo que $q < p$;

ε = é o p -dimensional vetor transposto de variáveis aleatórias ou fatores únicos, denotado por $\varepsilon = (\varepsilon_1, \varepsilon_2, \dots, \varepsilon_p)$;

α = é a matriz (p, q) de constantes desconhecidas, chamadas de cargas fatoriais.

Conforme Gama et al. (2007); Santana (2007), no modelo de análise fatorial pressupõe-se que os fatores específicos são ortogonais, entre si, com todos os fatores comuns. Normalmente, $E(\varepsilon) = E(F) = 0$ e $\text{Cov}(\varepsilon, F) = 0$.

De acordo com os mesmos autores, a estrutura inicial utilizada para determinar a matriz de cargas fatoriais, em geral, pode não fornecer um padrão significativo de cargas das variáveis, por isso não é definitiva. A confirmação ou não, dessa estrutura inicial pode ser feita por meio de vários métodos de rotação dos fatores, conforme Dillon; Godstein (1984); Johson; Wichern (1988). Para efeito desta pesquisa foi utilizado o método VARIMAX de rotação ortogonal dos fatores.

O método VARIMAX é um processo em que os eixos de referência dos fatores são rotacionados em torno da origem até que alguma outra posição seja alcançada. O objetivo é redistribuir a variância dos primeiros fatores para os demais e atingir um padrão fatorial mais simples e teoricamente mais significativo (REIS, 2001; HAIR et al., 2005; SANTANA, 2005b, GAMA et al., 2007; SANTANA, 2007).

Conforme já mencionado anteriormente, a escolha dos fatores foi realizada por meio da técnica de raiz latente. Assim, a matriz de cargas fatoriais, que mede a correlação entre os fatores comuns e as variáveis observáveis, é determinada por meio da matriz de correlação, conforme DILLON; GOLDSTEIN (1984).

Para a determinação dos Índices de Desempenho da Tese foi adotada a matriz de escores fatoriais estimada pelo processo de rotação ortogonal de base fatorial, conforme apontada por Santana (2006). O escore fatorial, por definição, situa cada observação no espaço dos fatores comuns. Para cada fator f_j , o i -ésimo escore fatorial extraído é definido por F_{ij} , expresso da seguinte forma (DILLON; GOLDSTEIN, 1984; SPSS, 1997):

$$F_{IJ} = b_1 x_{i1} + b_2 x_{i2} + b_p x_{ip} \quad (2)$$

Sendo que:

b_i = São os coeficientes de regressão estimados para os n escores fatoriais comuns;

x_{ij} = São as n observações das p variáveis observáveis.

$i = 1, 2, \dots, n.$

$j = 1, 2, \dots, p.$

Para se chegar a equação que representa o Índice de Desempenho, Gama et al. (2007); Santana (2007), mostram a seqüência evolutiva das fórmulas a partir da equação anterior. Assim, verifica-se que embora a variável F_{ij} não seja observável, a mesma pode ser estimada por meio das técnicas de análise fatorial, utilizando-se a matriz de observações do vetor x de variáveis observáveis. Em notação fatorial, a equação 2, torna-se:

$$F_{(n,q)} = X_{(n,q)} b_{(p,q)} \quad (3)$$

Na equação 3, F é a matriz da regressão estimada a partir dos n escores fatoriais e que podem ser afetados tanto pela magnitude quanto pelas unidades de medida das variáveis x . Para contornar esse tipo de problema, substitui-se a variável x pela variável padronizada w , dada pela razão entre o desvio em torno da média e o desvio padrão de x , como a seguir:

$$w_{ij} = \frac{(x_i - \bar{x})}{S_x}$$

Com esses valores, a equação 3 é modificada tornando possível a equação 4, a seguir:

$$F_{(n,q)} = w_{(n,q)} \beta_{(p,q)} \quad (4)$$

Com base na equação 4, a matriz de pesos beta (β) com q coeficientes de regressão padronizados, substitui b , dado que as variáveis estão padronizadas em ambos os lados da equação. Pré-multiplicando ambos os lados da equação 4 pelo valor $\frac{1}{n} w'$, em que n é o número de observações e w' é a matriz transposta de w , possibilita chegar a seguinte equação:

$$\frac{1}{n} w'_{(p,n)} F_{(n,q)} = \frac{1}{n} w'_{(p,n)} w_{(n,p)} \beta_{(p,q)} = R_{(p,p)} \beta_{(p,q)} \quad (5)$$

A matriz $\frac{1}{n} w'w$, portanto, se constitui na matriz de variáveis inter-correlacionadas ou matriz de correlação entre as observações da matriz x , designada por R . A matriz $\frac{1}{k} w'F$ representa a correlação entre os escores fatoriais e os próprios fatores, denotada por Λ . Com isso, reescrevendo a equação 5, tem-se que:

$$\Lambda_{(p,q)} = R_{(p,p)} \beta_{(p,q)} \quad (6)$$

Se a matriz R for não-singular, pode-se pré-multiplicar ambos os lados da equação 6 pela inversa de R , obtendo-se:

$$\beta = R^{-1} \Lambda \quad (7)$$

Substituindo o vetor β na equação 4, obtém-se o escore fatorial associado a cada observação, como a seguir:

$$F_{(n,q)} = w_{(n,p)} R^{-1}_{(p,p)} \Lambda_{(p,q)} \quad (8)$$

Desse modo, chega-se a fórmula principal do Índice de desempenho (I.D.), onde o ID é definido como uma combinação linear desses escores fatoriais e a proporção da variância explicada por cada fator em relação à variância comum. A expressão matemática passa a ser representada pela seguinte fórmula:

$$ID_i = \sum_{j=1}^q \left(\frac{\lambda_j}{\sum_j \lambda_j} FP_{ij} \right) \quad (9)$$

Onde,

$i = 1, 2, \dots, n$.

λ = é a variância explicada por cada fator;

$\sum \lambda$ = é a soma total da variância explicada pelo conjunto de fatores comuns. O escore fatorial foi padronizado (FP) para se obter valores positivos dos escores originais e permitir a hierarquização dos municípios já que os valores do Índice de desempenho estão situados entre zero e um. A fórmula que permite essa hierarquização pode ser vista pela equação seguinte:

$$FP_i = \left(\frac{F_i - F_{min}}{F_{max} - F_{min}} \right)$$

Percebe-se, assim, que F_{min} e F_{max} são os valores máximos e mínimos observados para os escores fatoriais associados ao desempenho institucional dos municípios de Rondônia para os anos de 1980, 1990, 2000 e 2009. Portanto, é com esta fórmula que se estruturou os índices de desempenho adotados pela presente pesquisa.

3.4.4 Testes de adequação do método fatorial à massa de dados

Conforme Gama et al. (2007); Santana (2007), os dois principais testes com o objetivo de aferir a adequação do método à massa dizem respeito, primeiramente, ao teste de esfericidade de Bartlett, que tem a propriedade de avaliar a significância geral da matriz de correlação, isto é, testa a hipótese nula de que a matriz de correlação é uma matriz identidade. Além do teste de Bartlett, o teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) é também muito utilizado e se baseia no princípio de que a inversa da matriz de correlação se aproxima da matriz diagonal, nesse caso, ele procura comparar as correlações entre as variáveis observáveis. Assim, os dois métodos foram utilizados por esta pesquisa como técnicas de aferição de adequação do método ao banco de dados levantados.

De acordo com Dillon; Goldstein (1984); Reis (2001); Mingoti (2005); Gama et al. (2007); Santana (2007) as fórmulas matemáticas destes testes podem ser vistos pelas seguintes equações:

$$KMO = \frac{\sum_i \sum_j r_{ij}^2}{\sum_i \sum_j r_{ij+}^2 + \sum_i \sum_j a_{ij}^2} \quad (10)$$

Assim,

r_{ij} = é o coeficiente de correlação da amostra entre as variáveis x_i e x_j ;

a_{ij} = é o coeficiente de correlação parcial entre as mesmas variáveis que é, simultaneamente, uma estimativa das correlações entre os fatores, eliminando o efeito das demais variáveis.

De acordo com Hair et al. (2005), os a_{ij} deverão assumir valores próximos de zero, uma vez que se pressupõe que os fatores são ortogonais entre si. Desse modo, segundo este mesmo autor, valores deste teste abaixo de 0,50 são inaceitáveis.

O teste de Bartlett de esfericidade testa a hipótese nula de que as variáveis são independentes, contra a hipótese alternativa de que as variáveis são correlacionadas entre si. Ou seja, $H_0: R = 1$ ou $H_0: \lambda_1 = \lambda_2 = \dots = \lambda_p$, o que permite chegar à seguinte fórmula matemática:

$$X^2 = - \left[n - 1 - \frac{1}{6} (2p + 5) \right] . \ln |R| \text{ ou}$$

$$X^2 = - \left[n - 1 - \frac{1}{6} (2p + 5) \right] . \sum_{j=1}^p \ln \lambda \quad (11)$$

Onde,

$|R|$ = é o determinante da matriz de correlação da amostra;

λ = é a variância explicada por cada fator;

n = é o número de observações;

p = é o número de variáveis;

A estatística tem uma distribuição assintótica de χ^2 com $[0,5 p (p - 1)]$ graus de liberdade. O Teste de Bartlett é o método mais comum aplicado para testar a homogeneidade das variâncias (ZAR, 1996).

3.4.5 Níveis de escala

A classificação adotada pela pesquisa para expressar as diferenças intra-regionais do estado de Rondônia podem ser vistas com base no seguinte esquema, a seguir:

Nível 1: 0,000 a 0,100 (extremamente baixo);

- Nível 2: 0,101 a 0,200 (muito baixo);
- Nível 3: 0,201 a 0,300 (baixo);
- Nível 4: 0,301 a 0,400 (médio para baixo);
- Nível 5: 0,401 a 0,500 (médio);
- Nível 6: 0,501 a 0,600 (médio para alto);
- Nível 7: 0,601 a 0,700 (alto);
- Nível 8: acima de 0,701 (muito alto).

Essa classificação tornou-se necessária em virtude dos escores fatoriais indicarem uma relação mais próxima entre os níveis médios para baixo, fazendo com que adotássemos a presente classificação como forma de acentuar o poder explicativo da análise.

3.5 FERRAMENTAS METODOLÓGICAS UTILIZADAS

Diante de tamanha expectativa gerada pelo contexto deste trabalho, foram pesquisadas ferramentas metodológicas que pudessem atender e, com isso, viabilizar a análise dentro deste problema complexo que se objetivou pesquisar.

a) SPSS

O pacote estatístico SPSS foi o *software* utilizado pela pesquisa, mais precisamente, através de sua versão 17.0; Este programa estatístico é grandemente aplicado para análise de dados em ciências sociais, o que possibilitou a análise fatorial dos dados e a geração dos índices de desempenho, que subsidiaram as discussões e às principais conclusões deste trabalho. Como os índices gerados por esta ferramenta seguem uma perspectiva de quanto “maior, melhor”, então, houve a necessidade de proceder a inversa para determinados indicadores já que para alguns deles esta relação indicava exatamente o oposto, ou seja, indicando uma perspectiva de quanto “maior, pior”, por exemplo no indicador de homicídios, suicídios e vítimas de acidentes de trânsito. Portanto, caso fossem colocados com base em seus valores reais, a estatística poderia indicar uma situação mais favorável àquela região que apresentasse valores maiores para esses indicadores. As Tabelas 3A a 6A (Apêndice) deste trabalho, ilustram esse condicionante em relação aos indicadores utilizados nesta pesquisa.

b) MAPAS

Para a formatação dos mapas apresentados neste trabalho foi utilizada a ferramenta ARC GIS com base nas informações cartográficas do Estado de Rondônia, através da SEDAM, que possibilitou o uso dos índices de desempenho encontrados pela pesquisa na forma de mapas cartográficos.

c) QUESTIONÁRIOS

Foram empregados questionários para medir o capital social municipal. Em decorrência das limitações deste trabalho, foi eleito um município representativo de cada mesorregião estadual, sendo, portanto, o município de Ji-Paraná, o escolhido para representar a mesorregião Leste Rondoniense e, o município de Guajará-Mirim, por sua vez, o escolhido para representar a mesorregião Madeira-Guaporé. Contudo, a seleção destes municípios, seguiu o critério de representatividade. Deste modo, não foi escolhido o município de Porto Velho para representar esta última mesorregião já que se trata da Capital do Estado, o que poderia induzir a erros de análise.

Para tanto, foram empregadas as fórmulas de amostragem simples para um erro amostral tolerável de limite máximo, aqui considerado, de 5,7²⁵%.

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2}$$

Onde,

n_0 = aproximação do tamanho da amostra;

E_0 = Erro amostral tolerável (neste caso foi de 0,057)

Assim, foram aplicados, inicialmente, 300 questionários nos respectivos municípios, porém, no final, foram sistematizados para a análise do capital social um total de 292

²⁵ O recomendável é que esse erro amostral ficasse entre 2% e 5%. Contudo, por motivo de limitação de recursos e tempo, principalmente, não foi possível fazê-lo. Este trabalho contou com a colaboração de alunos universitários da UNIR, Campus de Guajará-Mirim, através da coordenação do prof. João Carlos Erpen, do curso de Administração. Além de uma equipe técnica montada em Ji-Paraná que contou com profissionais de nível superior e estudantes universitários sob a coordenação do engenheiro Hélio Casara. Porém, em ambos os municípios, a aplicação dos questionários ficou a cargo de minha própria supervisão.

questionários em cada um deles. A lógica escolhida para abordagem foi dividi-los pelos principais bairros, das respectivas cidades de forma uniforme (Tabelas 20A e 21A).

d) COLETA DE DADOS

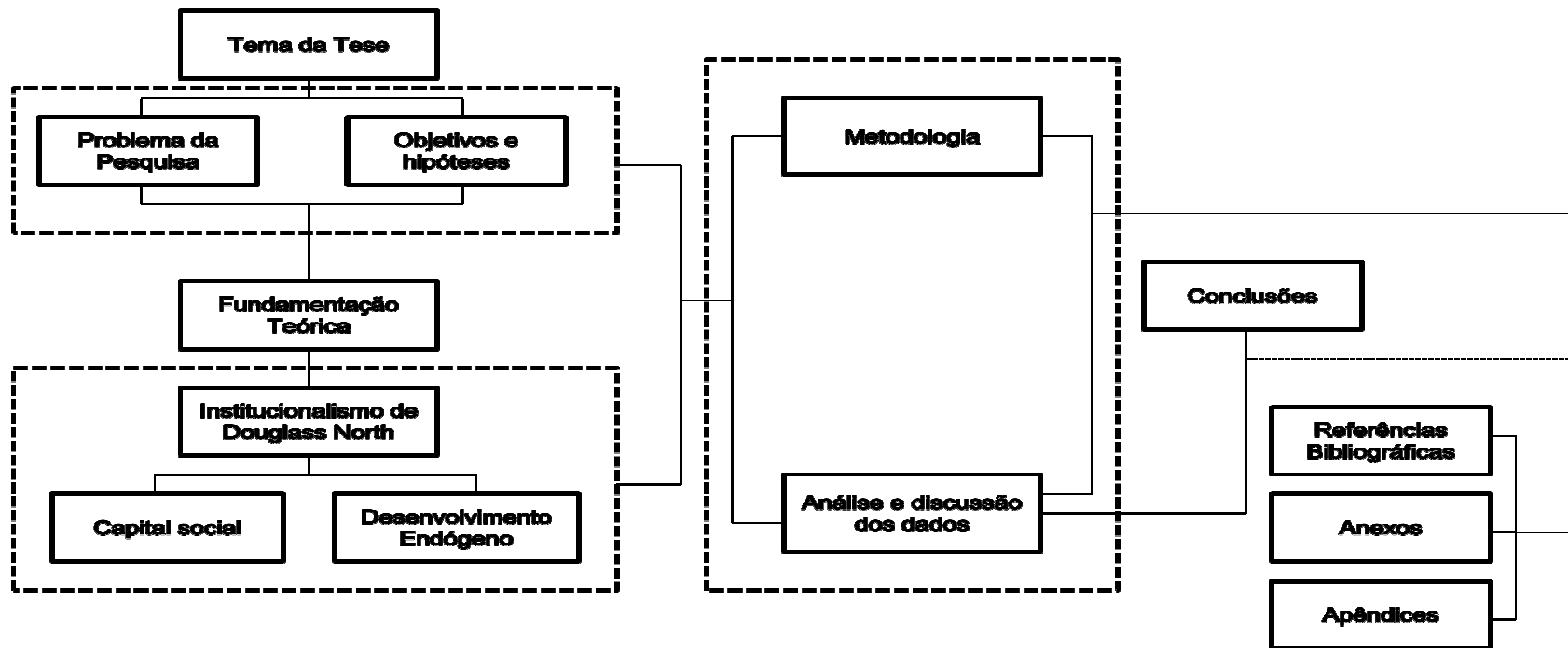
Os dados essenciais para o agrupamento dos indicadores e para a construção do aspecto histórico do Estado de Rondônia foi baseado em fontes secundárias, onde se procedeu uma varredura em trabalhos técnicos, livros, artigos científicos, relatórios, teses, dissertações e demais documentos em bibliotecas como as da UNIR, UFPA - Central, NAEA, NUMA, SUDAM-Belém, SEPLAN-PLANAFLOORO, SECEL-RO, EMATER – Porto Velho, MP/RO – Porto Velho, IBGE, além dos sebos de Porto Velho. Foram feitas, ainda, visitas em órgãos públicos no sentido de obter tais dados, como AROM, TC/RO – Porto Velho, Superintendência do Trabalho em Rondônia, SEDAM.

Porém, a pesquisa de dados ganhou impulso com o auxílio da internet, onde foi possível capturar trabalhos, publicações e demais documentos técnicos sob o crivo dos diferentes órgãos oficiais do Governo. Os Quadros 5 a 8 deste trabalho, mostram as fontes dos indicadores utilizados, conforme a origem dos dados brutos coletados. E a Tabela 2A (Apêndice), indica os anos que tais indicadores foram levantados para efeito desta pesquisa.

3.6 ORGANOGRAMA ILUSTRATIVO DA TESE

O Organograma 1, a seguir, ilustra a construção lógica da pesquisa. A engenharia da Tese, portanto, reflete as aspirações contidas nesta ilustração esquemática que possibilita uma dinâmica de leitura mais pragmática e de perfeita visão sistêmica desta orquestração científica.

Organograma 1 - Ilustração da estrutura da Tese



Fonte: Elaboração própria (2011).

4 HISTÓRIA ECONÔMICA E AS MUDANÇAS INSTITUCIONAIS EM RONDÔNIA

Diante do que foi discutido até aqui ficou evidente que a história, nesse processo, ocupará um lugar de destaque. E diante do contexto histórico ficou claro, também, que a mudança institucional desempenhará um papel vital para a compreensão dos desequilíbrios regionais, configurando-se, portanto, como a principal motivação científica da Tese. Além disso, pretendeu-se averiguar, do ponto qualitativo, a coerência das análises com o aspecto relacionado a característica social das regiões em questão. E essa inquietação foi decorrente da curiosidade do capital social, ser ou não, considerado um fator explicativo da desigualdade regional. Assim, com base nisso, esse capítulo foi projetado a partir de três grandes subtemas. O primeiro deles está relacionado com a história econômica e as mudanças institucionais em Rondônia. O objetivo deste Capítulo foi evidenciar as principais mudanças institucionais decorrentes do processo histórico e econômico da região, as quais possibilitaram trajetórias de desenvolvimento distintas.

No entanto, partiremos de que ponto na história?

O estado de Rondônia, em 2011, ainda mantém sua juventude ao completar 30 anos de existência. É um dos Estados mais novos da federação brasileira. Contudo, sua elevação ao status de Estado, em 1981, por si só, não possibilitaria compreender seu processo histórico e as raízes estruturantes que, em princípio, parecem ter moldado a sociedade rondoniense. E isso fez com que mergulhássemos sobre o aspecto de sua formação econômica e social, como forma de se entender as trajetórias de desenvolvimento seguidas por este Estado.

Porém, não se quer, com isso, recontar a história. O que se pretende é encontrar elementos, dentro do contexto histórico regional, que possibilitem enxergar os principais fatos que marcaram a trajetória socioeconômica da região que, aos olhos desse trabalho, passariam a compor o quadro de mudança institucional.

Pandolfo (1994), ao se referir ao contexto histórico da Amazônia, revelou que esta, em geral, foi marcada por um processo de ocupação e desenvolvimento moldado por dois grandes ciclos: o ciclo das drogas do sertão e o ciclo da borracha. Em Rondônia, todavia, foi através desse último ciclo econômico que de fato se permitiu enxergar, a nosso ver, o ponto inicial da primeira mudança institucional ocorrida na região. Contudo, a região já havia sido motivo de excursões com o intuito de encontrar riquezas minerais, por bandeirantes, movidos

por interesses particulares, e por entradistas²⁶ que representavam o interesse da coroa portuguesa. Diante disso, tornou-se importante abordá-lo como forma de se entender a dinâmica que fora sendo construída a perspectiva histórica e econômica de Rondônia e, com isso, ajudando a entender o aspecto institucional gerado a partir desse contexto histórico e cultural.

4.1 O OURO E A SOBERANIA DE PORTUGAL NA REGIÃO

É evidente que a dinâmica do processo histórico relacionada à formação da sociedade e da economia da região Norte do país, durante o período correspondente a era colonial, precisa ser entendida dentro de um enfoque envolvendo o cenário internacional desse período. E isso leva ao domínio de países europeus na condução de um novo modelo de desenvolvimento, marcado pelas vias do capitalismo mercantilista, que atingiram e moldaram de forma intensa aquelas regiões submissas aos interesses das coroas dominantes da época que, no intuito de impor seu poder, incumbiam medidas em prol de seu aniquilamento cultural, ao ditar os costumes e as crenças européias ao cardápio inocente da vida cotidiana local, consideradas por eles como modernos, em alusão a fase posterior ao século XV que marca a saída do período da Idade Média.

Sobre esse aspecto, Prado Júnior faz a seguinte análise:

Mundo este que, com o seu epicentro na Europa, se explica e define essencialmente pela expansão universal da cultura e civilização daquele continente, expansão de natureza fundamentalmente econômica e estimulada pela atividade mercantil que constitui o traço característico do mundo moderno (PRADO JÚNIOR, 1989, p.34).

Essa verdadeira euforia em torno desse novo momento histórico, vivenciado pela Europa, pode ser explicada quando se verifica que antes do século XV, conforme Prado Jr, o desenvolvimento do comércio continental europeu era quase unicamente terrestre, e limitado, por via marítima, a uma irrisória navegação costeira e de cabotagem. Tal rota ligava por Terra o Mediterrâneo ao Mar do Norte, desde as repúblicas italianas, através dos Alpes, os cantões suíços, os grandes empórios do Reno, até o estuário do rio onde estão as cidades flamengas.

Com os avanços na arte de navegação e dos meios de transporte, tal rota, que até então se estabelecia como hegemônica rota comercial dos territórios do centro, passa a ser substituída por uma mais audaciosa e aventureira, a marítima. Desse modo, a importância

²⁶ À medida que fomos avançando retomaremos esses termos como forma de classificação desse movimento tão marcante na Amazônia brasileira.

estratégica passou do centro para as regiões litorâneas, colocando os países como a Holanda, a Inglaterra, a Normandia, a Bretanha e a península Ibérica, no centro das atenções e na vanguarda desse movimento. A península Ibérica, nesse processo, teve um papel de destaque em relação às demais regiões.

Porém, uma combinação que envolve espírito aventureiro, interesses econômicos e religiosos e avanços consideráveis no campo científico e tecnológico relacionado à navegação, foram os ingredientes que temperaram o contexto lusitano, possibilitando ao mesmo liderar esse movimento rumo ao desconhecido e, nessa aventura, uma única certeza, da soberania de Portugal sobre o que porventura viessem a descobrir. A Espanha, sem dúvida, foi outra potência européia desse período²⁷.

De acordo com Rezende (2006), os portugueses e os espanhóis rivalizaram-se nas navegações marítimas, o que, em princípio, gerou asperezas nas relações entre as Coroas em determinados momentos da história. O primeiro deles pode ser considerado a pré-fase das grandes navegações. Sobre esse conflito, o autor em tela revela que as duas nações disputaram, durante décadas, a posse das Ilhas Canárias. Fato resolvido através da assinatura do Tratado de Alcáçovas, em 1479. Por esse Tratado atribuiu-se à soberania de Castela o domínio sobre a referida ilha, em troca da aceitação por parte da Espanha do domínio exclusivo de Portugal sobre as rotas próximas e das terras da Costa da África, bem como os arquipélagos de Madeira, Cabo Verde e Açores.

Verifica-se, assim, que o fator gerador desse conflito foi a conquista de Ceuta pelos portugueses, ainda no primeiro quarto do século XV. Colares (2003, p. 44), ao abordar sobre o tema, comenta:

Com a conquista de Ceuta, no norte da África, em 1415, D. João I, dava início à expansão portuguesa, tarefa para a qual contou com o Infante D. Henrique, seu filho, cognominado 'o navegador'. Açores, Madeiras e Cabo Verde, ilhas localizadas ao longo do Atlântico, foram as primeiras colônias portuguesas.

O sucesso do domínio em Ceuta, de certa forma, possibilitou com que Portugal alcançasse importância no cenário mundial ao delinear, a partir daí, as bases do que viria ser a fase das grandes navegações, configurando o comércio e as relações econômicas e sociais entre as nações. O mundo, portanto, entra num novo estágio de desenvolvimento, onde o

²⁷ Aliás, os interesses Ibéricos sobre a futura Terra ainda a ser descoberta, em determinado momento, irão se confrontar. E a Amazônia, como se verá, fará parte desse cenário de discussão.

movimento expansionista e mercantilista passa a ditar às regras do jogo. O fato de Portugal largar na frente, nessa fase, possibilitou que o mesmo vivenciasse um período de crescimento nunca visto, atraindo pessoas e profissionais de diferentes lugares, o que lhe caracterizou como um dos principais centros cosmopolita da Europa.

Ao esclarecer o domínio da técnica de navegação e do avanço científico de Portugal nesse período, Boxer (1981) possibilita compreender essa fase das grandes navegações ao fazer a seguinte análise:

De facto, a maior contribuição intelectual que os portugueses, através de suas viagens marítimas proporcionaram à Europa, foi o conhecimento geográfico e a exatidão náutica. As suas cartas e rotas eram as melhores da Europa. Os portugueses foram, na realidade, os descobridores dos impérios marítimos europeus (BOXER, 1981, p.21).

De acordo com Bueno (2003), isso possibilitou uma mudança significativa da realidade lusitana ao se verificar que, em aproximadamente um século, simples pescadores do final do século XIII alcançassem, já no século XIV, condições de construir uma poderosa e bem equipada marinha real. Não demorou muito para que essa força fosse, enfim, testada. Assim, em 1415, ao conquistar Ceuta, no Marrocos, Portugal marca o início de um promissor caminho de conquistas por terras além-mar (REZENDE, 2006).

No entanto, Rezende (2006) coloca um ponto importante nesse período que refletirá, mais tarde, em um grande conflito entre Portugal e Espanha com efeito direto sobre o território brasileiro, no geral, e sobre a Amazônia, em particular. Assim, esse autor revela:

Entretanto, um navegador genovês, conhecedor da navegação do Mediterrâneo, que viveu e aprendeu com os lusos a ampla experiência da navegação pelo mar aberto, depois de ter tido recusado seu projeto de exploração pelo rei de Portugal, D. João II, descobriu em 1492, a serviço dos reis de Espanha, sem mesmo ter consciência de sua realização, o Novo Mundo, que viria a ser batizado por América. A viagem de Cristóvão Colombo credenciou à Espanha o direito de reivindicação no contexto das novas descobertas (REZENDE, 2006, p.25).

O conflito gerado entre as duas nações católicas pôs, deste modo, a Igreja como principal mediadora. A decisão de abordar, aqui, esse acontecimento, diz respeito ao entendimento do cenário de criação da Amazônia e do contexto de disputa que se processou entre as Coroas portuguesas e espanholas sobre a região. Daratioto (2001, p. 75) ao abordar essa passagem na história, comenta:

O Tratado de Alcáçovas, de 1479, e Bula do Papa Xisto IV, de 1484, garantiram à Coroa portuguesa as terras descobertas no avanço de seus súditos no Atlântico, em direção a oeste. Contudo, navegando também nesse sentido, em busca das Índias, Cristóvão Colombo, a serviço de Castela, chegou, em 1492, ao continente que viria a ser chamado de América. Pensando ter alcançado as Índias ou terras próximas, o navegador, retornando à Espanha, aportou em Portugal e comunicou, pessoalmente, ao rei D. João II sua descoberta. Esta ocorrência, conforme aqueles dois documentos, dentro dos limites portugueses, o que gerou protestos do rei lusitano. [...] O polêmico Papa Alexandre VI, o cardeal espanhol Alexandre Bórgia, pelas Bulas *Inter Caetera*, datadas de 3 e 4 de maio de 1493, concedeu à Espanha as ilhas e terra firme que viesse a descobrir. A segunda *Inter Caetera* considerou espanholas as terras que estivessem além do meridiano a 100 léguas a oeste de Açores e Cabo Verde. Tratava-se de limite impreciso, pois o documento não explicitava a medida da légua, pois, à época, seu valor não era padronizado. A *Inter Caetera* garantiu, porém, os direitos de posse existentes, até o Natal de 1492, de terras, além daquele meridiano, em favor de qualquer rei cristão: ficavam garantidas a D. João II as terras já descobertas pela expansão portuguesa.

Diante de tal confusão, as duas Coroas procuraram, entre elas, uma solução que fez com que surgisse, assim, o Tratado de Tordesilhas de 1494. Com isso, a diplomacia portuguesa conseguiu, então, avançar a linha de 100 léguas, estabelecida por Alexandre VI, para 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde (DORATIOTO, 2001).

Mello (1998, p. 48) ao fazer uma análise do novo desenho mundial que surgiria a partir daí, comenta:

[...] Enquanto que, em formações pré-capitalistas – como é o exemplo dos antigos sistemas imperiais, como Roma, Bizâncio etc. -, a raiz econômica do expansionismo repousava, sobremaneira, na apropriação, pelos conquistadores, do excedente disponível (ou obtenível) de sociedades militarmente mais fracas mediante a cobrança de tributos impostos pela força às populações subjugadas (mantendo-se intacta, via de regra, a base econômica dos territórios conquistados), no capitalismo, os mecanismos passa a ser outros. Neste caso, é a necessidade estrutural do modo de produção em produzir e vender mercadorias em escala cada vez maior (favorecendo a acumulação ampliada de um excedente de valor nos países metropolitanos-europeus), o que irá impulsionar a criação de um sistema de colonização sistemática que, por seu turno, ao contrário de situações históricas anteriores, vai alterar radicalmente a base econômica das sociedades em todo o resto do mundo.

Porém, é oportuno refletir, também, sobre as motivações pelas quais as nações européias tomaram fôlego, o suficiente, para encarar um mundo ainda totalmente desconhecido, numa rota marítima cheia de incertezas e desafios. O lucro fácil, quem não desejaria possuir? E foi com base nesse pensamento que os navegadores, aparentemente, depositaram todas as suas fichas e, para muitos, as suas próprias vidas.

Um mito, uma lenda, talvez, mas o fato de burburinhos sobre ouro, prata e pedras preciosas de valor incalculável, conforme Mendonça; Pires (2002) já vinham desde há muito tempo alimentando o imaginário popular europeu, conforme o texto a seguir:

[...] Não podemos esquecer os mitos que rondavam o ideário europeu durante a maior parte do século XVI, quando da conquista da América. Estes estavam relacionados à ânsia pela descoberta de fabulosas minas de ouro e foram estimulados pelos primeiros relatos de Américo Vespúcio acerca de um suposto ‘Eldorado’, uma terra fantástica, localizada nas florestas tropicais da América, onde o ouro era abundante e onde também se encontravam a ‘fonte da vida eterna’. Era tudo muito perfeito: a riqueza e a eternidade para usufruí-la (MENDONÇA; PIRES, 2002, p.51).

A cobiça, portanto, manteve-se constante na mente dos europeus indistintamente. Sobre isso, Prado Júnior comenta:

Essa psicose do maravilhoso não se impunha só à singeleza e credulidade da gente popular. A idéia de que do outro lado do Mar Oceano se acharia, se não o verdadeiro Paraíso Terreal, sem dúvida um símile em tudo digno dele, perseguia, com pequenas diferenças, a todos os espíritos. A imagem daquele jardim, fixada, através dos tempos em formas rígidas, quase invariáveis, compêndio de concepções bíblicas e idealizações pagãs, não se podia separar da suspeita de que essa miragem devesse ganhar corpo num hemisfério ainda inexplorado, que os descobridores costumavam tingir da cor do sonho (HOLANDA, 1992, p. 184).

A sede e a fome do ouro atraíram, assim, os invasores. E esse também era o sentimento compartilhado no interior da sociedade lusitana. Então, o processo de descobrimento do Brasil, em 1500, trouxe também consigo essa bagagem de interesses tal qual, de modo análogo, a um predador em busca de sua presa, como forma de lhe suprir de carne em quantidade suficiente para saciar-lhe o desejo.

Mas, tão logo o tempo foi capaz de revelar que o cobiçado ‘Eldorado’ estava muito longe de ser aquele pedaço de chão que acabara de ser anexado aos domínios da coroa portuguesa. Assim, a frustração gerada em decorrência disso, fez com que se estabelecesse uma crise institucional em Portugal, ao se deparar com a seguinte situação: *“na inexistência de qualquer comércio para controlar, na falta de metais ou outros produtos para extrair e na ausência de riqueza acumulada para pilhar, como garantir a posse das novas Terras?”* (MENDONÇA; PIRES, 2002, p.51).

O cenário não era realmente muito animador. Furtado (1986a, 1986b), ao analisar a exploração econômica das terras americanas nesse período, revelava que esta deveria parecer uma empresa completamente inviável.

Contudo, merece destaque o papel aventureiro dos portugueses em apostar numa região que, até então, não correspondia suficientemente às aspirações da Metrópole e, mesmo apresentando indicativos de potencialidades para a agricultura, em decorrência da vasta extensão de terras, a partir de seu litoral, as experiências lusitanas envolvendo esse tipo de

atividade não era uma das melhores fontes de referência, principalmente quando o objetivo maior era o estabelecimento de Colônias. Mesmo assim, a solução encontrada por eles correspondeu à decisão de colonizar as terras descobertas com a finalidade de exploração agrícola, tendo na cana-de-açúcar, sua principal fonte de riqueza. E tal decisão se estruturara num conjunto de pressupostos impostos pela Coroa portuguesa, os quais podem ser vistos em Mello (1975, p. 29):

A economia colonial organiza-se, pois, para cumprir uma função: a de instrumento de acumulação primitiva de capital. Dever-se-iam estabelecer, portanto, mecanismos capazes de ajustar a economia colonial a sua razão de ser, mecanismos de exploração que permitissem: 1) produzisse a economia colonial um excedente que se transformava em lucros ao se comercializar a produção no mercado internacional; 2) a criação de mercados coloniais à produção metropolitana; e 3) que o lucro gerado na colônia fosse apropriado quase que integralmente pela burguesia metropolitana. A produção colonial deveria ser, deste modo, mercantil. Não uma produção mercantil qualquer, porém produção mercantil que, comercializável no mercado mundial, não concorresse com a produção metropolitana (MELLO, 1975, p.29).

Para conseguir seus propósitos, os colonizadores usaram de diferentes meios, com o suporte de duas importantes instituições: o Estado e a Igreja. De acordo com Colares (2003), os religiosos tinham como missão converter os gentios, assim como manter os colonos na “santa fé católica”, da qual o rei apresentava-se como principal interessado na sua propagação e defesa. Desta forma, colonização e catequese, segundo este autor, integraram-se ao movimento de inserção de territórios e de pessoas no chamado mundo ocidental e cristão.

Nesse sentido, o ensinamento religioso propagado pelos homens de Deus tinha, na visão de Colares, o objetivo de propiciar uma forma de subordinação da população nativa à cultura européia da época. Assim, esse autor comenta:

A catequese e todo o componente educativo a ela subjacente, no contexto da colonização, funcionaram como elementos ideológicos desagregadores do modo de vida e de produção das populações nativas, reorganizando o saber, o fazer e o poder, colaborando para a inserção do Brasil como fornecedor de produtos e riquezas que propiciavam a acumulação de capitais pela burguesia européia. Escolarização também houve, mas limitada a uma minoria, reproduzindo e reforçando os privilégios e as estruturas sociais vigentes naquela época (COLARES, 2003, p.IX).

Trazia-se para este oriente, portanto, o modo de pensar do europeu, num processo institucionalizado, onde o fluxo de interesse somente respeitava um único sentido: a do capital subordinado aos interesses da Coroa. E sobre esse processo, Mello (1998, p. 46) faz a seguinte análise:

Tal é a história do moderno sistema colonial que se inicia no século XVI – e que perdura até o final do XIX –, mecanismo encontrado pela burguesia européia, em associação com o poder absoluto e centralizado das Coroas dos diversos Estados nacionais emergentes, para subsumir definitivamente à lógica da acumulação capitalista (mercantil, industrial) todos os povos de todas as latitudes e longitudes do planeta. O colonialismo, pois, desvenda, na razão direta dessa escala ampliada de suas bases institucionais, os fundamentos e significado últimos de todo o processo da acumulação originária: a imputação, pela força, de um novo modo de produção voltado à produção de mercadorias e à acumulação do capital, fenômeno este favorecido pelas novas oportunidades abertas pela expansão e mundialização das atividades comerciais em marcha.

Portanto, a expansão marítima, o absolutismo, o mercantilismo e a acumulação primitiva de capitais, todos eles integravam, na visão de Novais (1998), um único processo que conduzia para uma espécie de transição do feudalismo para o capitalismo.

Por aproximadamente duzentos anos, a atividade econômica do açúcar do Brasil Colônia produziu uma considerável acumulação de capital, fato que possibilitou elevar o interesse da Coroa portuguesa pelo território. No entanto, a crise da economia açucareira, a partir do século XVII, levou os colonos portugueses a intensificarem a busca por metais (MENDONÇA; PIRES, 2002).

A partir da virada do século XV e XVI, a conquista, a pilhagem, a escravidão e a exterminação de populações nativas, são fatos que marcaram o início das sistemáticas aventuras mercantis transoceânicas e, desse modo, a origem de todo o fluxo de metais preciosos que, em pouco tempo, passara a abarrotar os tesouros reais, os caixas dos mercadores e as contas dos banqueiros europeus, preparando as condições do desenvolvimento posterior e vigoroso do capitalismo (MELLO, 1998).

Chega-se, com isso, ao período que ficou conhecido como o ciclo do ouro.

De acordo com Mendonça; Pires (2002), a descoberta de ouro e de sua exploração por aproximadamente setenta e cinco anos, possibilitou o início de um novo ciclo na economia colonial, fato que alterou também as relações entre Portugal e o Brasil, além de ter desempenhado um papel decisivo na fase da grande Revolução Industrial inglesa.

Sobre a dimensão do poder econômico gerado por esta atividade de mineração, Simonsen (1978) faz o seguinte comentário: “[...] *A produção do Brasil foi praticamente igual a toda a produção do ouro do resto da América, verificada entre 1493 e 1850; e alcançou cerca de 50% do que o resto do mundo produziu nos séculos XVI, XVII e XVIII*” (SIMONSEN, 1978, p. 258).

É a partir desse enfoque que a Amazônia Ocidental, em questão, e a região que mais tarde viria ser chamada de Rondônia, especificamente, passaram a fazer parte dos relatos

advindos, principalmente, das incursões bandeirantes. Esta prática na região remonta ainda ao século XVII, onde uma parte da história regional começa a fazer parte da própria história econômica de Portugal e do Brasil, ao depositar na região a esperança portuguesa da descoberta de uma fonte de riqueza arrebatadora. Marrocos Filho (1989, p. 2) traz em seu trabalho alguns relatos relacionados a esta fase, conforme o trecho a seguir:

Historicamente, o desbravamento da região, na qual se encontra hoje situado o estado de Rondônia, teve seu início com a bandeira de Antônio Raposo Tavares, que seguindo a política do Rei D. João IV de ampliação da América portuguesa, associada ao desejo da possível descoberta de metais preciosos, partiu em missão oficial, da vila de São Paulo, em 1647. Esta penetração bandeirante, vinculada ao 'ciclo do ouro', pode ser considerada como a primeira na região oriunda do sul, entrando pelas atuais terras da Bolívia, descendo os rios Mamoré, Madeira e Amazonas [...].

A expedição conduzida pelo sertanista Raposo Tavares, que se estendeu até 1651, partia de São Paulo e terminava em Belém, na Amazônia Oriental, percorrendo caminhos do interior do continente Sul-Americano. Foi considerada por muitos como a maior proeza da história do bandeirismo brasileiro e uma das mais extraordinárias do mundo, não só por percorrer aproximadamente 10.000 km via terrestre e fluvial em plena região Amazônica e com todos os obstáculos imagináveis, mas, sobretudo, pelas implicações políticas que iriam advir dessa aventura na expansão das possessões portuguesas na América. Tal expedição criou, também, condições para a exploração do ouro das minas do Mato Grosso, revelando caminhos e acessos que seriam usados por outros bandeirantes (REZENDE, 2006).

Por essa época Portugal já se fazia presente na região amazônica desde 1616, com a construção do Forte do Presépio no estuário do rio Guajará, em torno do qual cresceu a cidade de Belém, como defesa contra incursões de britânicos, franceses e holandeses (HALL, 1991; DORATIOTO, 2001).

De todo o modo, a fundação de Belém atendia as novas necessidades da Coroa Ibérica, evitando por em risco o domínio espanhol sobre a região (REZENDE, 2006). Assim, a fundação de Belém foi fortemente motivada por razão política (PRADO JÚNIOR, 1971), diretamente relacionada a uma preocupação estratégica, o controle da vasta região da Amazônia (REZENDE, 2006). Desta forma, os portugueses decidiram, simplesmente, fechar sua porta de acesso. A construção do Forte do Presépio, núcleo original da cidade de Belém, asseguraria o objetivo (PRADO JÚNIOR, 1971). Conforme Mendonça; Pires (2002) a constituição de um núcleo urbano deveria funcionar como um marco de posse e de defesa da

imensa bacia amazônica, contra as investidas dos estrangeiros, que havia, desde o último quartel do século XVI, explorado o peixe-boi e algumas drogas do sertão.

É importante mencionar que naquele período, as Coroas ibéricas estavam sob o reinado de Felipe III, de Espanha, mas considerado Felipe II por Portugal, período que ficou conhecido por União Ibérica, iniciado em 1580 e encerrado em 1640 (REZENDE, 2006). Historicamente, portanto, a Amazônia começa a entrar no cenário de discussão político-econômica, na fase da União ibérica, pela sua porção mais oriental. Porém, não entrando na polêmica entre historiadores a despeito da influência dessa união sobre o entradismo²⁸ e o bandeirismo²⁹, o fato é que a Espanha ao dar toda a responsabilidade de atuação para os portugueses, mesmo sob o domínio do Rei espanhol, permitiu que Portugal ampliasse seu poder na região.

Tal poder é abstraído quando se observa que durante esse período o território brasileiro até então constituído foi, por determinação do Rei Felipe, dividido em dois: Estado do Brasil e o Estado do Maranhão. Essa medida tomada em 1621, como forma de facilitar a administração dos territórios da Amazônia, fez com que Portugal exercesse o poder institucional sobre os missionários, entradistas e soldados através de uma legislação própria. Essa legislação, por sua vez, determinou normas de administração, fixou planos de trabalho, comutou penalidades por parte do poder público, estabeleceu diretrizes para uma conquista e ocupação de terra, e definiu aprovação estatal para o esforço que se realizava contra a presença de estrangeiros (REZENDE, 2006).

Sobre essa divisão territorial do Brasil, Rezende faz uma análise que ajuda a compreender a trajetória histórica da região. Assim, conforme esse autor:

Estado do Maranhão: entidade autônoma, politicamente independente do Estado do Brasil. O novo Estado compreendia os atuais Estados do Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, parte do Amazonas e Amapá, abrangendo quase toda costa norte e quase todo o vale amazônico. O restante do Brasil, constituído pelas capitânicas da coroa do Rio Grande do Norte até São Vicente e pelas demais capitânicas privadas, chamava-se Estado do Brasil. [...] O Estado do Maranhão, sob diversas denominações ao longo de mais de cinquenta e cinco anos, tratará de seus assuntos diretamente com Lisboa e só se reunirá, de fato, ao Estado do Brasil, em 1823, após o advento da

²⁸ De acordo com Góes Filho (2001), historiadores tendem a usar o termo *entradas* para designar as campanhas, geralmente oficiais, para o conhecimento da terra e busca de metais preciosos, especialmente no século XVI, na chamada costa leste; dando origem às várias povoações litorâneas como Porto Seguro, Salvador e Olinda, em especial; e na costa Norte, às expedições fluviais do século XVII que penetram na Amazônia depois da fundação de Belém. De acordo com Vianna (1974) ela se estenderá até o século XX com a aquisição do Estado do Acre.

²⁹ Conjunto de ações de penetração territorial ocorridas, principalmente, entre 1580 e 1730, a partir de São Paulo e que tinha por objetivo a caça ao índio, para escravização de mão-de-obra, e a procura de metais e pedras preciosas (REZENDE, 2006). De acordo com Góes Filho (2001) as bandeiras abrangem um movimento mais duradouro, irradiado a partir de São Paulo de Piratininga e que teria repercussões particulares na expansão geográfica colonial portuguesa em território sul-americano.

Independência. O seu desenvolvimento histórico será diferente daquele. Terá representantes em Portugal, interesses comerciais próprios, política colonial independente e governadores gerais, orientados diretamente pelo Rei (REZENDE, 2006, p.309).

Portanto, diversas foram as denominações realizadas ao longo da vigência desse período. De 1621 a 1652 fora, portanto, criado o Estado do Maranhão, com sede em São Luís, quando em 1652 é reintegrado ao Estado do Brasil e separado novamente dois anos depois, passando, em 1654, a receber o nome de Estado do Maranhão e Grão-Pará. De 1751 a 1772, outra mudança, passando, agora, a chamar-se de Estado do Grão-Pará e Maranhão, fato que fez mudar sua sede para Belém, porém, mantendo a autonomia do Maranhão, que também se ligava diretamente a Lisboa, sem subordinação à Belém. Em 1772, o Estado passa a chamar-se de Estado do Grão-Pará e Rio Negro, separado, portanto, do Estado do Maranhão, fato que perduraria até 1774 quando ocorre a reintegração de toda a região ao Estado do Brasil (DARATIOTO, 2001; REZENDE, 2006).

Porém, conforme Daratioto (2001), até a independência do Brasil, em 1822, a Amazônia brasileira continuou a ter como base administrativa a Província do Pará. De forma complementar, Salgado (1979) revela que mesmo após a independência do Brasil, as autoridades portuguesas na Amazônia continuaram a prestar fidelidade à Coroa de Portugal. Essa postura da sociedade foi o motivador de uma revolta de relevante proporção ocorrida na região, anos depois, o qual teve reflexo direto sobre a realidade socioeconômica da Amazônia como um todo, por um período de tempo relativamente longo.

Do ponto de vista econômico, nota-se que a experiência de Portugal na economia agroextrativista da cana-de-açúcar no nordeste, como forma de acumulação de capital, possibilitou, sem dúvida, inserir o Brasil colônia no cenário mundial. Assim, diferentemente da Espanha, a política de ocupar de forma efetiva as terras brasileiras pelos portugueses consistiu em adotar um plano de exploração agrícola, isto é, de cultivo do solo tendo em vista o fornecimento de gêneros para o comércio (CANNABRAVA, 1968). Na Amazônia, a história parece se repetir, já que esta era a herança cultural advinda pela experiência do nordeste brasileiro. Só que nessa região, as condições naturais impuseram ao colonizador um desafio intransponível, que praticamente inviabilizou a agricultura na Amazônia.

A saída, dentro da concepção econômica voltada a setores especializados por meio das grandes rotas comerciais, fez com que os portugueses encontrassem nas drogas do sertão, o incentivo inicial para colonização da região. Assim, a conquista do vale amazônico viria a se amparar nos recursos regionais, principalmente aqueles que a natureza e a floresta podiam

oferecer, o que significava um grande leque de gêneros naturais, aproveitáveis e utilizáveis no comércio, como o cravo, a canela, a castanha, a salsaparrilha, a baunilha, o breu, as resinas, as sementes oleaginosas, a quina, e, sobretudo, o cacau, além das madeiras, dos peixes, da caça e da tartaruga (REZENDE, 2006).

A ocupação da Amazônia brasileira deu-se, com isso, segundo uma série de ciclos baseados na exportação de produtos extrativos e na exploração feroz da mão-de-obra indígena: drogas do sertão no século XVII, cacau no século XVIII e borracha no século XIX (ALBERT, 1995).

Mas, na parte Ocidental da Amazônia, por sua vez, o fluxo humano evidenciado para região teve outras motivações, além da borracha. O ouro e a presença espanhola nas fronteiras parecem ser as causas mais prováveis do primeiro movimento de pessoas para região, e, também, fatores decisivos para Portugal e Espanha reverem novamente um conflito antigo que envolvia os históricos Tratados de demarcação territorial entre as duas potências. Assim, tais acontecimentos, sem dúvida, desempenharam um papel decisivo no processo de discussão sobre os novos limites territoriais do Brasil, a partir do Tratado de Tordesilhas.

Embora, a memorável viagem de Antônio Raposo Tavares, em 1651, ao percorrer a região do Guaporé, Mamoré, Madeira, Amazonas até chegar à Belém, tenha sido o marco inicial, que abriu espaço para futuras incursões, é somente no século XVIII, com a descoberta de ouro sob o rio Guaporé que Portugal percebeu sua importância estratégica e resolveu tomar atitudes mais contundentes para mostrar seu domínio na região. A menção sobre a descoberta desse metal precioso pode ser vista pelo estudo de Rezende.

Nas cabeceiras do Rio Guaporé, navegado por Francisco Palheta em 1723, os irmãos Fernando e Arthur Paes de Barros, José Martins Charo e José Pinheiro descobriram, no ano de 1734, importantes minas de ouro. As densas florestas, encontradas na região, que substituíam os campos e cerrados, até então percorridos pelos bandeirantes, passaram a ser conhecidas por mato grosso do rio Jauru, que mais tarde daria o nome ao Estado do Mato Grosso. No ano de 1736, os bandeirantes Armando de Almeida Moraes e Tristão Cunha Gago, alcançaram o curso médio do Rio Guaporé encontrando ouro em um de seus afluentes pela margem da direita, o Rio Corumbiara, onde estabeleceram um acampamento de mineração (REZENDE, 2006, p.168).

É interessante lembrar que a expedição de Palheta, em 1723, o qual estava subordinado aos interesses de Portugal via Grão Pará, funcionou para impor a presença portuguesa na região, através da expulsão dos jesuítas espanhóis presentes na área, impor limites territoriais sobre o rio Guaporé, indicando o domínio português sobre o lado direito do

rio e do registro de ricas áreas para a exploração do cacau na região do Madeira (SANTOS, 1998; 2001; REZENDE, 2006).

Portanto, dois fluxos para a região aurífera do Guaporé estavam formados. Ao Sul, pela via Tietê – Paraná – Paraguai – Guaporé, advindos das bandeiras paulistas e ao Norte, pela via Amazonas – Madeira – Guaporé, através do Atlântico, pelos paraenses. O resultado, segundo Santos (1998), foi um processo de povoamento, em torno de núcleos de garimpagem, ensejando a criação de dioceses, prelazias e paróquias por parte da Igreja e a conseqüente construção de igrejas, capelas e oratórios nas vilas, povoados, aldeias e missões ao longo dos cursos fluviais que balizavam a pretendida fronteira Oeste da colônia.

Assim, com a descoberta de ouro na região, portugueses e espanhóis passaram a ocupar a área, dando origem a pequenos núcleos habitacionais. Dentre as bandeiras desta época (século XVIII), destacam-se a de Félix de Lima na exploração de terrenos auríferos ao longo dos rios Guaporé e Mamoré e a de Antônio de Almeida Moraes na Barra do Corumbiara (MARROCOS FILHO, 1989).

A importância desses fatos levou o governo português, em 1746, a desmembrar a Capitania de São Paulo, criando a Capitania de Mato Grosso e Cuiabá. Sobre esse fato, Pinto (1993, p. 27) revela:

O reconhecimento oficial da conquista bandeirante daquelas paragens ocidentais da América portuguesa foi efetuado pelo rei D. João V, ao criar nas cabeceiras dos rios Paraguai e Guaporé, em 1746, a capitania de Mato Grosso e Cuiabá, com o desmembramento de terras pertencentes à jurisdição da capitania de São Paulo e Grão Pará. Essa capitania era balizada, ao Norte, na cachoeira de Santo Antônio, no rio Madeira; ao sul e a leste, com as capitanias de São Paulo e Goiás; e a Oeste, com as possessões espanholas das províncias missionárias ao longo da margem esquerda do rio Guaporé, e da margem direita do rio Paraguai, totalizando, aproximadamente, 48 mil léguas quadradas.

Contudo, tais descobertas levou, dois anos mais tarde, a reivindicação de um novo Tratado com a Espanha em decorrência da presença marcante de Portugal nessa porção de terra, ao exigir o cumprimento do acordo *uti possidetis*.

De acordo com Daratioto (2001), o termo *uti possidetis* foi utilizado como critério para a definição de fronteiras pela diplomacia imperial, em decorrência da independência das metrópoles, pelo qual se estabelecia a soberania de cada país, o território no qual tinha instalações oficiais ou de seus cidadãos.

Assim, o princípio *uti possidetis* foi levantado, pela primeira vez, por Alexandre de Gusmão na negociação do Tratado de Madrid de 1750 (DARATIOTO, 2001). Por esse

Tratado é que se definiram as fronteiras da Amazônia brasileira, mais ou menos, como são hoje (BRUNO, 1967; TAMBS, 1974).

Essa preocupação de Portugal sobre a referida porção da Amazônia pode ser vista no interior do acordo firmado pelo Tratado de Madrid, em 13 de janeiro de 1750, conforme os trechos em destaque:

Os sereníssimos reis de Portugal e Espanha, desejando eficazmente consolidar e estreitar a sincera e cordial amizade, [...] e particularmente os que se podem oferecer com o motivo dos limites das duas Coroas na América, cujas conquistas se tem adiantado com incerteza e dúvida, por se não haverem averiguado até agora os verdadeiros limites daqueles domínios, ou a paragem donde se há de imaginar a Linha Divisória, [...]. ART. I O presente tratado será o único fundamento, e regra, que ao diante se deverá seguir para a divisão e limites dos dois domínios em toda a América e na Ásia [...]. ART. VII Desde a boca do Jaurú pela parte ocidental prosseguirá a fronteira em linha reta até a margem austral do rio Guaporé defronte da boca do rio Sararé que entra no dito Guaporé pela sua margem setentrional; com declaração que se os comissários, que se hão de despachar para o regulamento dos confins nesta parte, na face do país, acharem entre os rios Jaurú e Guaporé outros rios, ou balizas naturais por onde mais comodamente, e com maior certeza, se possa assinalar a raia naquela paragem, salvando sempre a navegação do Jaurú, que deve ser privativa dos portugueses, e o caminho que êles costumam fazer do Cuiabá para Mato Grosso; os dois Altos contraentes consentem e aprovam que assim se estabeleça, sem atender a alguma porção mais ou menos de terreno que possa ficar a uma ou a outra parte. Desde o lugar que na margem austral do Guaporé for assinalado para este têrmo da raia, como fica explicado, baixará a fronteira por todo o curso do rio Guaporé até mais abaixo da sua união com o rio Mamoré que nasce na província de Santa Cruz de la Sierra, e atravessa a missão dos Moxos, e formam juntos o rio chamado da Madeira que entra na das Amazonas ou Marañon, pela sua margem austral. ART. VIII Baixará pelo álveo dêstes dois rios, já unidos, até a paragem situada em igual distância do dito rio Amazonas ou Marañon, e da boca do dito Mamoré; e desde aquela paragem continuará por uma linha leste-oeste até encontrar com a margem oriental do Javari que entra no rio das Amazonas pela sua margem austral; e baixando pelo álveo do Javarí até onde desemboca no rio das Amazonas ou Marañon prosseguirá por êste rio abaixo até a boca mais ocidental do Japurá que deságua nele pela margem setentrional (BUENO; COSTANZE, 2009).

Pelo Tratado de Tordesilhas (1494), conforme esclarece Salgado (1979), a Amazônia não pertencia a Portugal. Ela passava ao Norte, pela cidade de Belém, e seguia numa linha imaginária até o Sul, pela cidade de Laguna, Santa Catarina. Por esse Tratado, as terras a Oeste pertenciam à Espanha e a Leste a Portugal. Assim, conforme a autora, grande parte do atual território brasileiro, isto é, toda a região Norte, parte da região Centro-Oeste e Sul, pertenciam à Espanha.

Sem dúvida, o fato da descoberta do ouro na região do Guaporé e Cuiabá, no Século XVIII, representou um fator importante na reivindicação portuguesa cristalizada pelo Tratado de Madrid. O símbolo da presença dos lusos nessa região pode ser perfeitamente observado, ainda nos dias atuais, pela fortificação construída, em 1776, por ordem de Portugal, no

período Pombalino (1755-1778), à margem direita do Rio Guaporé, onde, hoje, se situa a cidade de Costa Marques, microrregião de Guajará-Mirim, chamado de Forte Príncipe da Beira que, em decorrência de seu abandono pelos portugueses, o mesmo foi redescoberto pelo então sertanista e oficial do Exército brasileiro Cândido Mariano da Silva Rondon que, mais tarde, desempenharia um papel de extrema relevância para a Amazônia.

Todavia, no geral, não houve um movimento claro de colonização na região, o qual pode ser observado pela análise de Vitor Hugo, a seguir:

Desde 1640, dissemos, as águas do Madeira eram singradas, tendo em vista as drogas e a peça humana, isto é, o índio. Nada mais, até o fim do século XX. Se houve alguma tentativa de colonização foi no rio Negro, com a ida de soldados e de índios para o aldeamento. Mesmo assim essa situação não ficou claramente definida. Pelo contrário, encontramos no decorrer da história, alguns deslocamentos para a região do Madeira processados em épocas diversas, mas só de degradados, ciganos aventureiros e de mulheres erradas, mais para tentar riquezas ou aventuras, do que para povoar novas terras (HUGO, 1959, p.36).

O que ficou na região? Talvez a opulente fortificação construída às margens do rio Guaporé, fronteira com a Bolívia, numa região de difícil acesso, e que mais tarde fora abandonada, seja o símbolo mais forte da presença portuguesa no atual estado de Rondônia.

A Fotografia 1 mostra uma imagem aérea do Forte Príncipe da Beira e a 2 procura detalhar a engenharia vinculada à obra, o qual reflete a preocupação portuguesa de manter-se soberana sobre esse lado do rio evitando, com isso, uma possível invasão, pelo lado esquerdo, dos espanhóis e, dessa maneira, assegurando o cumprimento do Tratado de Madrid.

Desse modo, como observa Carvalho (2000, p. 19):

Estruturada economicamente em bases frágeis, a Amazônia parece predestinada a exercer um papel passivo, só despertada de vez em quando, na medida em que ela – por força da riqueza de seus recursos naturais – é chamada a desempenhar uma função periódica de fornecedora de matérias-primas e produtos primários necessários à acumulação global de capital.

Assim, pelas veias brancas da seringueira nativa da Amazônia passa-se a ouvir, novamente, o eco de seu chamado, ao despertá-la de um sono de inércia econômica que fora forçada a passar e que, agora, como a Fênix, renascerá com força capaz de mover-se, em avalanche, carregando consigo a economia da região, impactando não só o Norte do Brasil, mas, também, o cenário das principais economias do mundo dessa época.

Fotografia 1 - Vista aérea do Forte Príncipe da Beira, município de Costa Marques, RO.



Fonte: gmapsbrasil (2011).



Fonte: silviomelohistoria (2011).

4.2 A ESTRADA DE FERRO MADEIRA-MAMORÉ E O MARCO ZERO DE RONDÔNIA: A PRIMEIRA MUDANÇA INSTITUCIONAL

É importante esclarecer que durante o período em que os Estados do Brasil e Grão Pará e Maranhão foram colônias de Portugal, vigorava o regime de economia fechada, onde, segundo Salgado (1979), os portugueses reservavam para si o monopólio do comércio de toda a região, fato só alterado em 1808, quando Portugal abre os portos do Brasil às nações amigas. Contudo, é no período pombalino, que tais medidas, são tomadas de forma mais enérgicas. Para Costa (1992) as medidas tomadas no período pombalino apresentaram uma condição de política de Estado.

Assim, o período pombalino, expoente máximo dessa fase, a qual foi marcada por grandes restrições comerciais, apresentava, porém, nas entrelinhas, um único objetivo central: fortalecer o Estado absolutista em nome dos interesses nacionais contra os jesuítas e o capitalismo internacional. Nesse processo, a Inglaterra, em especial, conforme Mello (2004) já vinha experimentando uma nova forma de capitalismo, o capitalismo concorrencial, cujo auge ocorreria entre o período de 1860 e 1870. A idéia de Portugal, com tais medidas, era, portanto, neutralizar o avanço de nações estrangeiras, inclusive inglesa, e revigorar o comércio e a navegação das rotas atlânticas portuguesas que ameaçavam desaparecer (DIAS, 1970). Conforme Santos (1977; 1980), a queda da exportação dos produtos amazônicos, em especial do cacau, ocorrida entre 1750 e 1754, parece ter indicado a carência da região por um reforço oficial a sua atividade. A saída? A criação da Companhia do Grão e Maranhão. Desta forma, esta foi a fase de duras medidas tomadas pelo Marquês de Pombal, com o intuito de impor à cultura dominante portuguesa na região, tal qual Portugal o fizera antes em outras regiões do Brasil. É nesse período que o tráfico de escravos é vigorado na Amazônia, em substituição à mão-de-obra indígena, por exemplo.

Os resultados da política pombalina para a Amazônia foram positivos para a Coroa portuguesa. Ao lado da exploração dos produtos regionais, cacau e cravo, foram introduzidas espécies de valor comercial como o arroz, o algodão, o café e a cana-de-açúcar. Além disso, o fator de produção foi paulatinamente se alterando a medida em que fora progressivamente substituindo a mão-de-obra indígena pelos escravos africanos. Além disso, houve uma intensificação da pecuária em Marajó, Amazonas e Rio Branco, bem como foi criada uma frota para comercialização da produção regional, em larga escala, com o distante mercado europeu e o abastecimento e exploração das minas de ouro de Mato Grosso, cujo ouro era escoado via rio Madeira (DIAS, 1970; SALGADO, 1979).

Contudo, vale lembrar que o interesse especial de Pombal pelo extremo Norte do Brasil, conforme esclarece Salgado (1979), começou quando seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 1754, foi designado para chefiar a missão portuguesa demarcadora dos limites entre as terras de Portugal e Espanha na América do Sul, em cumprimento ao Tratado de Madrid (1750). Após esse feito, foi também designado para chefiar o Estado do Grão Pará e Maranhão, cujo ato régio de criação data de cinco de junho de 1751. E dentre as medidas tomadas estava o da criação da Companhia do Grão Pará e Maranhão.

A decisão para o fechamento comercial com outras nações, implantado pelos portugueses sobre os auspícios da referida Companhia na Amazônia, parece ter tido, também, uma explicação interna razoável.

A Amazônia, durante o período colonial, tivera governo próprio e apresentava uma ligação direta com a metrópole portuguesa. Os portugueses que possuíam força econômica, civil e militar, pretendiam tornar a Amazônia uma unidade política integrante da monarquia portuguesa, sem qualquer aproximação com o Império que D. Pedro I estava fundando no Sul. Assim, suas pretensões eram no sentido de construir, na Amazônia, um vice-reinado da coroa portuguesa. Dessa forma, possuída por aqueles que dispunham de poder e que insistentemente ignoravam que o Brasil já se desligara da subordinação e se constituira em Império soberano (HOLANDA, 1967; SALGADO, 1979), a Amazônia, nesse tempo, era o único trecho da nação brasileira que mantinha forte ligação política com Portugal.

Com a extinção da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, em cinco de janeiro de 1778, encerra-se uma etapa marcada pelo monopólio do comércio reservado apenas para a burguesia da metrópole portuguesa, que passa, a partir daí, a ser feita pela burguesia em seu conjunto, ao mesmo tempo em que coincide com o início da crise do sistema colonial português e de todo o Antigo Regime (PEREIRA, 2007).

O resultado disso foi ver, quase que inerte, o desencadear da Revolução Industrial da Inglaterra que, a partir dela, consolidou o modo de produção capitalista em todo o mundo. Isso porque Portugal, num processo de tomada de decisão recheada de interesses econômicos ingleses e da situação crítica que se encontrava a nação portuguesa, possibilitou àquela nação o passo necessário para, sozinha, entrar como única fornecedora de produtos manufaturados e, com isso, a primeira a sentir o efeito dos avanços científicos e tecnológicos da época, determinantes para a Revolução Industrial. Por isso, o surto inglês no comércio internacional deve, portanto, ser entendido dentro da perspectiva colonial brasileira e da relação de dependência pelos portugueses, principalmente. Com isso, verifica-se que o ouro extraído do Brasil, de certa forma, veio a financiar o período da Primeira Revolução Industrial inglesa, em

virtude de Portugal, numa relação de dependência em relação à Inglaterra, ter assinado acordos em que, dentre outras, se compromete em adquirir produtos manufaturados daquele país, em troca da venda, para o mesmo, de seus vinhos e de seus produtos primários. Com isso, a Inglaterra garantia, para si, o direito exclusivo de desenvolver suas indústrias e a de vender seus produtos manufaturados para Portugal, bem como para outros países.

O teor dos acordos era invariavelmente o mesmo, ou seja, Portugal fazia concessões econômicas aos ingleses, enquanto a Inglaterra respondia com promessas de proteção militar àquele reino (FURTADO, 1998). Exemplo dessa submissão pode ser vista pelo Tratado de Methuen, de 1703, celebrado com os ingleses em pleno ciclo da produção aurífera no Brasil, onde Portugal aceitava renunciar a qualquer desenvolvimento de sua indústria manufatureira, em troca do privilégio do mercado inglês para os seus vinhos e azeites (MELLO, 2004).

Esse aspecto impactará profundamente as relações comerciais do mundo e definirá a divisão internacional do trabalho colocando, assim, o Brasil como um mero fornecedor de produto primário de exportação e extrativo. Sobre esse aspecto, Martinello (1988) revela que o mundo, do ponto de vista econômico, passa a ser visto de forma dicotômica. Como segue, abaixo:

Uma parte dele altamente capitalizada, concentrando grande parcela de sua atividade industrial e da produção de equipamentos e máquinas, monopolizando a infraestrutura dos meios de transporte, do comércio internacional e se constituindo na grande importadora de matérias-primas; em uma outra parte, produtora de matérias-primas minerais e agrícolas, constituindo-se no mercado importador dos manufaturados e dos bens de consumo das regiões industrializadas (MARTINELLO, 1988, p.24).

De acordo com Mello (2004), o ponto de inflexão do imperialismo britânico ocorre em 1776, com a declaração de independência dos Estados Unidos, o que significou uma redução drástica em seu domínio colonial ultramarino. Portanto, para este mesmo autor, as décadas seguintes indicavam, em decorrência da Espanha e Portugal terem perdido quase todo o resto de suas possessões coloniais na América Latina e a França também ter perdido o Haiti no mar do Caribe, que os antigos impérios coloniais, na verdade, estavam entrando em franco declínio. Com a relativa decadência dos impérios coloniais, segundo o autor em tela, declina, também, a influência da doutrina mercantilista que lhe dava sustentação.

É importante lembrar, sob o aspecto da teoria econômica, que neste mesmo ano é publicado o livro intitulado “Riqueza das Nações” de Adam Smith, fundador da Escola Clássica inglesa, um crítico das premissas clássicas mercantilistas sobre o comércio exterior. Smith procurou demonstrar, nesta obra, observando a nova ordem burguesa que se construía

na Inglaterra sob os auspícios da Primeira Revolução Industrial, que o significado de riqueza nacional não era a quantidade de ouro e prata que um país dispunha, mas a produção de bens materiais capazes de satisfazer as necessidades humanas e que o ganho comercial estava na oportunidade de se obter vantagens de uma nova divisão internacional do trabalho (MELLO, 2004). Tal pensamento terá profundo efeito sobre o sistema econômico mundial. Veblen, a respeito, já comentava: *“a máquina – notou um arguto observador – quer a adaptação do trabalhador ao seu trabalho, não a adaptação do trabalho ao trabalhador”* (VEBLEN, 1917, p.310).

A perspicácia de Veblen ajuda a compreender, dentro de uma perspectiva histórica, o ponto sobre o qual a força econômica passa a ditar as regras do jogo. Por sua vez, isto permite entender, no campo das ciências, a importância alcançada pela economia, a partir dessa fase, o que a possibilitou atingir o grau de ciência hegemônica, ao lado da física e da matemática. É a partir desse contexto que houve uma tendência dela se fechar em torno de si mesma, produzindo um núcleo rígido disciplinar, isolando-se, dessa forma, da influência de outros fatores não-econômicos na elaboração de seus pressupostos, a exemplo dos fatores sociais e culturais de uma sociedade, conforme já discutido anteriormente.

Nesse período, acontecimentos importantes passaram a marcar definitivamente a vida dos brasileiros. Assim, no Brasil, a queda do exclusivismo metropolitano e a subsequente formação do Estado Nacional marcam, indiscutivelmente, a partir de sua independência, em 1822, , o início da crise da economia colonial no Brasil (MELLO, 1975). Porém, na Amazônia, essa mudança veio também acompanhada de um grande conflito. E o ponto central desse conflito parece ter sido a decisão de Belém, representando a Amazônia, de apoiar a soberania do Império do Brasil. Isto porque, mesmo Belém prestando juramento de fidelidade ao Imperador do Brasil e de integração da Província ao Império, em ato solene ocorrido no dia 15 de agosto de 1823 (HOLANDA, 1967), portanto tardiamente (COSTA, 1992), na prática, os portugueses continuaram, mesmo após a independência, a manter seus privilégios ocupando os melhores postos, tanto na economia como na política. Isso foi o suficiente para ascender o estopim de uma verdadeira guerra civil entre brasileiros e portugueses, num conflito armado que ficou conhecido como Cabanagem.

Conforme Salgado (1979) a Cabanagem começou no Pará e compreendeu os anos de 1835 a 1840. Este conflito envolveu, de um lado, todos aqueles que se recusavam a obedecer às autoridades que representavam a continuação da dominação portuguesa na Amazônia, com apoio dos índios, dos negros e dos caboclos, portanto, os nativos. Do outro lado, os portugueses. O objetivo do conflito? A independência da Amazônia do domínio português.

Assim, os nativos da Amazônia reivindicavam uma verdadeira independência, o que se constituiu no maior movimento nativista brasileiro (SALGADO, 1979).

O resultado prático não foi muito animador para a região, já que este movimento foi interpretado pelo poder imperial como um perigoso movimento separatista, o que resultou em duras medidas de fechamento da região amazônica. Do ponto de vista econômico? Este movimento acarretou a franca decadência da região nesse período de anarquia política, chamada, assim, por Salgado (1979). Com isso, somente com a borracha é que novamente a Amazônia passa a despertar interesse em decorrência de um novo ciclo econômico. Aliás, a história da Amazônia brasileira, desde o seu descobrimento, tem se apresentado como uma sucessão de períodos de euforia e decadência econômica. Desse modo, a descontinuidade no processo de desenvolvimento econômico na região contribuiu decisivamente para caracterizar a sua condição de atraso em relação às demais regiões brasileiras (SALGADO, 1979).

Contudo, foi sem dúvida no chamado ciclo da borracha que propiciou o fenômeno sócioeconômico mais expressivo que teve lugar na Amazônia, no final do século XIX e início do século XX (MARTINELLO, 1988). Portanto, a borracha possibilitou esta região, em geral, se projetar no cenário nacional e internacional. Através deste ciclo econômico, Rondônia, em particular, inserido na porção Ocidental da Amazônia brasileira, passará a tê-la como o marco zero do que futuramente viria ser o Estado de Rondônia anos depois.

Porém, a atividade de exploração da borracha vegetal já era de conhecimento dos índios, desde a época pré-colombiana, porém, na Europa, isso ocorreria graças a Charles Marie de La Condamine e a François Fresneau, no século XVIII, que rapidamente chamaram a atenção de cientistas e da indústria pelo seu grande potencial de utilização (VERGOLINO, 1975; SANTOS, 1977; 1980; SALGADO, 1979; CARVALHO, 2000).

Santos (1977) faz um esclarecimento interessante sobre esse aspecto ao dizer que, em 1736, os primeiros registros sobre a seringueira fora escrito por La Condamine quando o mesmo esteve na Colômbia, em decorrência da missão que objetivava medir o arco do meridiano em nome da Academia de Ciências de Paris. Porém, é com sua nova publicação, em 1745, que desencadeou uma onda de interesses não só na França, mas, também, na Inglaterra. Nesta publicação faz a seguinte menção:

Os portugueses do Pará aprenderam com os Omáguas a fazer com essa matéria bombas ou seringas que não têm necessidade de êmbolo, têm a forma de peras ocas, providas de um orifício na extremidade, à qual eles adaptam uma cânula. Quando as enchemos de água e as comprimimos, fazem o efeito de uma seringa ordinária (LA CONDAMINE apud SANTOS, 1977, p.44).

No entanto, Portugal, em virtude dos acordos firmados com a Inglaterra, parece não ter despertado para a importância de se estudar, para fins industriais, a empregabilidade dessa matéria, ao reconhecer a competência inglesa para tal objetivo. Não entrando no mérito da questão, o fato é que o livro de La Condamine apareceu traduzido em Londres, no mesmo ano da sua publicação na França, levando à Inglaterra, alguns anos antes da Revolução Industrial, seus informes e observações. Inúmeras descobertas passaram a ser creditadas a franceses e a ingleses sobre as utilizações da borracha, aumentando o número de patentes entre os dois países (SANTOS, 1977).

Assim, foi nos Estados Unidos, antiga colônia inglesa, que, em 1839, Goodyear descobre o processo de vulcanização e, em 1844, patenteia a invenção nos Estados Unidos que passa, a partir de 1851, a iniciar o processo de fabricação de artigos de borracha vulcanizada. Contudo, na Inglaterra, Hancock também chega a resultados similares ao do processo americano levando, em maio de 1844, a patentear a invenção (SANTOS, 1977; 1980). Com isso, ingleses e americanos deram, com seus inventos, um grande impulso à economia da Amazônia, ao possibilitar a empregabilidade da borracha em diferentes tipos de produtos. Tal feito contribuiu para colocar a borracha no rol de *status* de matéria-prima valiosa, com isso, possibilitou conquistar o posto, em poucos anos, de principal matéria-prima industrial de origem vegetal, conforme classificação usada por Mendes; Sachs (1997). A forma apropriada dessa classificação está relacionada ao modo que fora submetida à exploração do látex da seringueira na Amazônia dentro da divisão internacional do trabalho. Assim, a partir da primeira metade do século XIX, a Amazônia inicia o processo de formação de sua economia primário-exportadora extrativista de borracha (PEREIRA, 2007). A explicação usada pelo autor em tela revela que é com base na extração natural de borracha que a região se integra novamente ao comércio internacional, ao se reconstituir em uma economia mercantil. Daí, conforme o mesmo autor, o movimento econômico de sua atividade produtiva ser essencialmente determinado pelo mercado consumidor industrial externo.

O efeito disso na Amazônia? Representaria um novo momento, uma nova fase que nasceria a partir desse ponto. Os ciclos econômicos da borracha, na Amazônia brasileira seriam, portanto, reflexos dos avanços tecnológicos surgidos com a Revolução Industrial. O *boom* da borracha impactaria, desta forma, profundamente as relações econômicas e sociais de toda a região amazônica, tanto na sua porção Oriental como na Ocidental. E, com ela, um novo desenho regional da Amazônia se permitiria nascer.

Vale lembrar, que o movimento da Cabanagem levou o Império do Brasil a adotar medidas duras de fechamento deste porção regional do Brasil por considerá-la rebelde. Desta

forma, a região atravessou um período de decadência econômica, perdendo sua vinculação com os grandes centros europeus de exportação, o que levou a região a voltar-se para uma incipiente economia de subsistência (SALGADO, 1979).

Assim, com a borracha, a partir do Segundo Reinado, motivado pela alta cotação desse produto no mercado externo, levou o Poder Central a adotar novamente uma série de políticas na região em função da importância econômica que alcançara no cenário nacional já que, até esse momento, a seringueira (*Hevea brasiliensis*) era considerada endêmica da região amazônica. As principais medidas tomadas pelo Governo, nessa época, podem ser vistas em Salgado (1979, p. 23):

As medidas mais importantes foram a abertura do rio Amazonas à navegação estrangeira, em 7 de setembro de 1866 decretada durante a estabilidade política do II Reinado. A navegação a vapor no rio Amazonas criada em 10 de agosto de 1852, através do decreto governamental que aprovava contrato com a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas à qual se concedia privilégio exclusivo por 30 anos e uma subvenção de 160 contos. A construção da ferrovia Madeira-Mamoré para escoamento da produção da borracha não só da Amazônia brasileira, como também da Bolívia. A criação da Província do Amazonas em 1850 e o estímulo à integração nordestina sem a qual a exploração extensiva dos seringais não teria sido possível.

EFMM, em especial, significou o primeiro e grandioso projeto de desenvolvimento para a Amazônia Ocidental, sentida pelo significativo fluxo humano para a região de Porto Velho e Guajará-Mirim, o que possibilitou desencadear um novo processo institucional. Por isso, é comum encontrar nos autores regionais rondonienses a afirmativa de que a história de Rondônia se confunde, de tão próxima, com a própria história da EFMM E eles têm razão ao fazerem isso. No entanto, é preciso abstrair um ponto importante nesse cenário. A força do Estado como indutor desse processo. Portanto, é através dela que mais uma vez a Amazônia deposita sua esperança de ter seu desenvolvimento, enfim, alcançado. Desta forma, é com a borracha que as definições territoriais da Amazônia encontraram, enfim, um desfecho final. Só que agora as negociações não estariam mais entre as metrópoles, isto é, entre Portugal e Espanha, e sim, entre os Estados independentes que surgiram a partir do período colonial, ou seja, Brasil e Bolívia. E do fruto dessa negociação nasce, com isso, a principal raiz histórica que marca, concretamente, o início do surgimento de Porto Velho e Guajará-Mirim, dois núcleos urbanos que, mais tarde, deram suporte a criação do Estado de Rondônia. Contudo, para se entender a formação histórica e econômica da região que viria, anos depois, a constituir o Estado de Rondônia, torna-se preciso compreender um pouco mais as ligações

temporais e os fatos da história que permitiram chegar ao principal acontecimento que, ora, chamamos de marco zero de Rondônia.

É compreensível que todo o início traga conseqüências indesejáveis, qualquer que seja a área. E não podia ser diferente em relação à técnica de extração do látex necessário para a produção da borracha na Amazônia em sua fase inicial. Assim, o que se tinha de experiência era a vivência dos índios em relação ao seu modo de extrair o leite da seringueira nativa. É importante lembrar que havia outros gêneros de plantas que produziam látex, além do gênero dominante no Brasil, a *Hevea brasilienses*, sob a qual a economia fora sustentada por um período descontínuo.

Costa (2009) revela que a extração do látex, em suas diferentes variedades, enfrentou problema semelhante. E cita o exemplo da parte alta da Amazônia que se apresentava rica em árvores do gênero castilla (o caucho negro), de menor produtividade do que as heveas, sobre as quais se empregavam o abate das árvores. A conseqüência? A destruição de extensas áreas, levando ao seu rápido esgotamento, o que provocava o deslocamento das frentes de extração para novas áreas, que teriam o mesmo destino. No caso do gênero hevea, predominante na parte baixa da Amazônia, a extração ocorria tanto pela derrubada das árvores como pelo método do “arrocho”, que consistia em fazer incisões em todo o tronco e amarrá-lo com cipós para forçar o escoamento de todo o látex – o que provocava a morte da seringueira (COSTA, 2009).

O método do arrocho foi utilizado no início de sua exploração na região do entorno de Belém do Pará, visando acelerar a produção de borracha que, além de falhar nesse objetivo, provocava a morte prematura de incontáveis árvores de seringueiras. Este fator é crucial para se entender o fluxo de pessoas para a porção Ocidental da Amazônia, principalmente para a região do rio Madeira e Guaporé (futura Rondônia) e Purus no Acre, que apresentavam grandes potenciais de exploração dada à rica presença de seringueiras nessas áreas. No Brasil, após essa fase desastrosa que parece ter persistido até 1870, houve o desenvolvimento, a partir desse ano, de um método menos danoso de retirar o látex, tal qual se conhece nos dias de hoje, que consistia em fazer pequenas incisões no tronco, coletando o produto em dias alternados, o que permitiu maior perenidade aos seringais. Compreendia-se, portanto, que a permanência do negócio tinha de ser alcançada pela preservação das árvores, trabalhadas com humanidade (REIS, 1953; SANTOS, 1977; 1980).

Sobre esse fluxo em busca de outras áreas produtivas pode ser vista em Costa (2009, p. 13):

Entre 1850 e 1920, o período do *boom*, as áreas de exploração da borracha deslocaram-se ao longo do rio Amazonas, desde sua desembocadura, na ilha do Marajó – um dos principais centros produtores em meados do século XIX – em direção ao Ocidente, avançando também sobre os afluentes, sobretudo os da margem direita. Na década de 1880, quando a produção atingiu níveis ainda mais elevados, as áreas produtoras já haviam alcançado os rios Solimões, Purus, Juruá e Negro, entre outros rios da porção ocidental da Amazônia brasileira.

Oliveira (1983), por sua vez, acrescenta um pouco mais de detalhe sobre esse momento ao afirmar que: “até 1850, aproximadamente, a exploração da borracha ficou em torno de Belém e região das ilhas de Marajó. A partir daí, os extratores entraram no Xingu, no rio Tapajós e rio Amazonas. Depois, rio Madeira, Purus e Juruá” (OLIVEIRA, 1983, p.224-225).

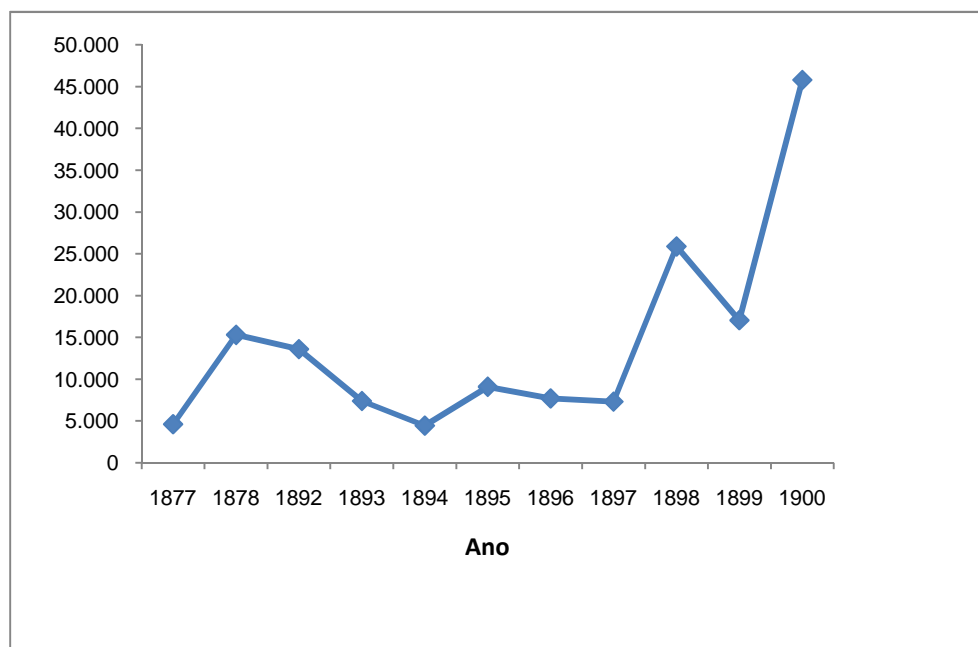
A grande seca que atingiu violentamente o Nordeste brasileiro, particularmente o Ceará, em 1877, intensificou esse movimento migratório rumo à porção Ocidental da Amazônia até chegar à extrema fronteira oeste, além dos limites territoriais do Brasil, atestados, pelo então, Tratado de Madrid de 1750. Assim, o fenômeno da seca nordestina daquele ano, levou os proprietários de seringais a recrutar essa crescente leva de nordestinos retirantes como força de trabalho disponível para empregá-los na extração da borracha na parte Ocidental da Amazônia, cujo consumo pelas indústrias nos Estados Unidos e na Europa, em virtude da técnica de vulcanização, estava aumentando rapidamente, tornando-a uma das principais fontes de divisas do Brasil, dado o caráter endêmico da *Hevea brasiliensis* (BANDEIRA, 2000).

O Gráfico 1, ilustra bem esse fluxo migratório para a Amazônia, a partir desse fenômeno natural. Através desse gráfico, pode-se perceber que no ano daquela grande seca chegaram à Amazônia 4.610 migrante. No ano seguinte, esse número mais que triplicou. Porém, de 1893 até 1897, a Amazônia recebera, em média, 7.182 pessoas nesse período. Contudo, de 1898 a 1900, período que corresponde ao final do século XIX, essa média alcançou quase 30 mil migrantes. Assim, percebe-se com esses dados que de 1877 a 1900, o número de migrantes para a Amazônia atingiu o quantitativo de 158.125 pessoas.

Vale lembrar que nesse período também houve um movimento muito forte para o Sul do Brasil em decorrência desse mesmo fator ambiental. No entanto, a Amazônia, em particular, com a exploração gumífera, em certo momento desse período, também serviu de atração para os nordestinos, o que levou Vergolino (1975) a crer na existência de dois fluxos migratórios: um causado pelo fenômeno das secas no Nordeste e o outro motivado pela elevação do preço da borracha. Assim, Girão (1947) verificou que desde 1869 até o final do século XIX, emigraram do Ceará 300.902 pessoas, sendo 255.526 para Amazônia e 45.396

para o Sul. Este autor informa, ainda, que desse total, somente regressaram 113.633 pessoas, ou seja, pouco mais de 37%.

Gráfico 1 - Número de migrantes para a Amazônia: 1877-1900



Fonte: Benchimol (1977).

Todavia, como os seringais da Amazônia tinham sido deslocados com mais força para sua porção Ocidental, atingindo as terras do que seria o Estado do Acre, atualmente, os migrantes foram acompanhando esse movimento *entradista*, os quais acabavam sendo absorvidos pelo sistema econômico, tipicamente implantado na Amazônia, que, em geral, os colocavam em posição de dependência em relação a esse sistema.

Tal sistema se sustentava pelo trinômio: casas-aviadoras, seringalista e seringueiro sem os quais, segundo Vergolino (1979), não teria havido uma produção acentuada no período de 1890 a 1910, quando, com exceção de 1912, passa-se a verificar uma tendência de queda de produção. É bom lembrar que em 1910, a produção de borracha representava 40% das exportações brasileiras.

Assim, as casas-aviadoras eram estabelecimentos comerciais que abasteciam os seringais, mediante acordo com o seringalista, recebendo, em troca, a borracha produzida com a qual realizavam operações de venda para o “exterior” (REIS, 1953). De acordo com Vergolino (1979) as casas-aviadoras eram responsáveis pelo financiamento da produção, pelo transporte de mercadorias da cidade para o seringal e, vice-versa, e também pelo deslocamento de trabalhadores. Esclarece ainda este autor que em decorrência da necessidade

de adquirir mercadorias necessárias para a exploração do seringal e dada a situação, em geral, de descapitalização do seringalista para a aquisição dos produtos, os proprietários das casas comerciais, através de um contrato na base da confiança, forneciam aos seringalistas as mercadorias para a movimentação do seringal. Esta relação recebeu o nome de aviamento.

O seringalista, por sua vez, era o proprietário do seringal. Funcionava como uma espécie de intermediário entre as casas-aviadoras e o seringueiro. Desse modo, os seringueiros ao pegarem produtos oriundos das casas-aviadoras no barracão, através do acordo entre os estabelecimentos comerciais e o seringalista, os mesmos pagavam a este último na forma de borracha. Assim, todas as despesas dos seringueiros eram contabilizadas pela figura do seringalista (REIS, 1953; VERGOLINO, 1979). Com isso, a borracha funcionava como moeda de troca, pelo menos no seringal.

O seringal, conforme Cherobim (1983), era constituído, basicamente, do barracão, que além de servir de local de residência do seringalista, englobava o armazém que aviava, isto é, o local que fornecia mercadorias ao seringueiro e do depósito da borracha, castanha etc. Portanto, o barracão, conforme supracitado autor, é considerado o núcleo social e econômico do seringal. Em contraposição a ele está o que o autor chama de centro. É, portanto, nesse local que se concentravam as atividades de extração gumífera, castanha etc., e onde se construía os *tapiri* para a moradia, bem como os *tapiri* para defumação do látex, necessário à produção das gomas, além das bocas que normalmente eram feitas pela forma de “*picada*” ou pequenas aberturas na mata para indicar as estradas de seringa, ou seja, que faziam a ligação do *tapiri* às seringueiras e estas ao barracão. Mendes, em 1909, apresentou uma narrativa que facilita compreender o trabalho duro do seringueiro. Assim, conforme o autor:

O seringueiro dá início ao serviço da extração no dia 15 de abril fazendo a limpeza das suas estradas (grupos de 100 a 150 árvores, espalhadas irregularmente na mata). Feito este trabalho preliminar, no qual leva mais ou menos 10 a 15 dias, dependendo do terreno e estado da mata, começa ele a fazer a sangria das árvores, que ele chama a ‘bandeira’, e que por sua vez, dura 10 dias, depois do que inicia o trabalho regular de extração do látex. O fabrico de borracha dividiu-se em duas partes – a primeira, de princípio de maio a 15 de agosto e a segunda, de princípio de setembro a 15 de dezembro. A interrupção do fabrico ocorre na época da floração das seringueiras (MENDES apud VERGOLINO, 1975, p.23).

O seringueiro, portanto, era o indivíduo que extraía o látex da seringueira e quem fazia as bolas de seringa, através da técnica da defumação, que seria trocada com o seringalista. Conforme esclarece Cherobim (1983), não existiam vínculos empregatícios entre seringueiros e seringalistas, designados freguês e patrão, respectivamente. Os vínculos, segundo ele, eram, *lato sensu*, de locatário e locador. Porém, conforme o mesmo autor é

preciso acrescentar, neste último, o papel de financiador das condições de trabalho do seringueiro, pois, este ao assumir uma colocação, o fazia com o intuito de ali fixar-se.

Portanto, o aviamento, nesse caso, fora o meio criado como forma de possibilitar esse sistema funcionar. Assim, o aviamento era uma instituição que emergira nos tempos coloniais pelo contato de uma área de escambo com sociedades mercantis e cresceu, até a plena consolidação, à medida que se expandia o excedente econômico gerado na atividade extrativa, sob o impulso do capitalismo industrial externo (SANTOS, 1977; 1980).

Assim, em decorrência do fluxo ocorrido, em especial, após a grande seca de 1877, que assolou o Nordeste brasileiro, em especial, o Ceará, que leva de brasileiros foi sendo conduzida e/ou atraída para os rincões da Amazônia Ocidental. A chegada e a fixação dessa gente na região do Acre, que anteriormente pertencia, pelo Tratado de Madrid, à Espanha, agora, com a independência, ficou sob o domínio da Bolívia, embora o Peru também tenha ensaiado uma tentativa de reivindicação da área³⁰, levaria o Brasil, numa combinação de astúcia, força e coragem dos atores envolvidos na questão, a requerer a referida área em nome do antigo, porém, eficiente modo sob a qual a própria Coroa portuguesa logrou êxito ao celebrar o Tratado de Madrid, a aplicação do *uti possidetis*.

A seguir, procurar-se-á abordar o referido imbróglio envolvendo o Brasil e a Bolívia, especificamente, pois serão estes os atores principais do cenário que ficou conhecido como a “Questão do Acre”. Porém, é bom sempre lembrar que não se objetiva, com isso, recontar a história na sua total integralidade que, além de tudo, não seria este a fonte inspiradora para tamanha investida, mas de evidenciar os elementos-chave dessa orquestração que nos permite entender os fundamentos pelos quais este trabalho fora sustentado.

4.2.1 A questão do Acre

Um fato, aqui, considerado primordial para que o estopim da “Questão do Acre” fosse, enfim, ascendido, pode ser visto pela seguinte informação: “*Por volta de 1900, cerca de 60 mil brasileiros habitavam o Acre*” (BANDEIRA, 2000, p. 152)

Nessa época, o Alto e Médio Madeira também fora alvo de fluxo migratório em decorrência da seringueira e do cacau, em especial, vegetais extrativos de grande riqueza na região. Não é por acaso, segundo Fonseca (2004), que as localidades mais antigas do rio Madeira datam dessa época: Humaitá, Santo Antônio, Porto Velho e Guajará-Mirim (este se

³⁰ Bandeira (2000, p.159).

localiza no rio Mamoré). Além do rio Madeira, o rio Guaporé também se mostrava atrativo para esta atividade, onde Marrocos Filho (1989) revelou existir, até o final de 1800, nessas duas regiões, aproximadamente 80.000 homens. A Bolívia, por sua vez, como observa Fonseca (2004), já fazia parte do cotidiano da atividade da região, ao fornecer carne para os seringais proveniente do Departamento do Beni (equivalente a Estado federado no Brasil) até o final da década de 1870. Assim, mesmo antes do estopim do conflito acreano, já existia nos arredores dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé um considerável número de brasileiros e até de estrangeiros, que fora se instalando na região, em decorrência do mercado da borracha que, nessa época, encontrava-se em franca expansão no mercado mundial.

No caso específico do Acre, o fato é que se poderia imaginar que antes da grande seca do Nordeste brasileiro, em 1877, as entradas vinculadas a exploração da borracha, principalmente, já poderiam se fazer presente na área, o que, em tese, justificaria o acordo celebrado em 1867. Porém, conforme Bandeira (2000), o Acre, longe do centro político e administrativo, nunca fora habitado até o ano de 1869. Portanto, essa informação acaba por colocar um peso muito forte sobre o processo migratório, ocorrido após a grande seca que assolou o território nordestino do Brasil, eliminando qualquer possibilidade disso ter sido o motivo desencadeador para o Tratado de Ayacucho, assinado em 1867.

As informações levantadas por este trabalho tendem a confirmar essa colocação de Bandeira (2000), ao verificar, por exemplo, que o método do “arrocho” somente foi, enfim, mudado a partir de 1870, quando se introduziu um método menos danoso de extração do látex da seringueira, conforme discutido anteriormente. Nesse caso, havendo presença humana antes de 1867, com certeza, a história tenderia a mencionar relatos de destruição de imensas áreas de seringueiras nativas no Acre, já que, na data referida, o único método de extração de látex conhecido era o do corte da árvore e o método do “arrocho” que, em ambos, levavam a morte da planta.

Então, qual seria o fator motivador do Tratado de Ayacucho?

O próprio Bandeira (2000) nos dá a pista para a resposta desta indagação. Para isso, é importante lembrar que se tratava de um momento cheio de tensão na América do Sul. E o Brasil, indiferentemente de outros países, também passava por um momento conturbado. Portanto, à época da assinatura do Tratado de Ayacucho, corresponde ao período de estado de Guerra em que o país travou com o Paraguai (1864-1870). Assim, a assinatura desse Tratado, pode ser interpretada como uma estratégia de comprar a neutralidade da Bolívia nesse conflito, pois, as autoridades nacionais temiam que Solano Lopes conseguisse agregar as tropas bolivianas contra o Brasil (LIMA, 1998; BANDEIRA, 2000). E nestes termos o Brasil

parece ter sido levado a aceitar a seguinte limitação territorial: *“Que sua linha de fronteira seguisse deste rio (Beni na sua confluência com o Madeira) para o Oeste [...] por uma paralela tirada da sua margem esquerda, na latitude 10° 20’, até encontrar as nascentes do rio Javari”* (TRECHO DO TRATADO DE AYACUCHO apud BANDEIRA, 2000, p.152).

Assim, conforme o referido autor, tais limites transcreviam quase que literalmente o que fora antes definido pelo Tratado de Madrid, entre Portugal e Espanha. E como o Tratado de Madrid não trazia claramente a definição da porção de terras da região, ainda persistiria um problema quanto ao tratado: como traçar a reta para alcançar a nascente do Rio Javari, se ainda não se sabia claramente se a nascente localizava no Norte ou no Sul? A solução para o impasse poderia ser resolvida por duas formas: por via de uma linha oblíqua da latitude 10° 20’ até a nascente ou através de uma reta paralela (leste-oeste) ao rio Javari e perpendicular à referida latitude. Nesse caso, com uma linha inclinada, o Brasil acabaria deixando a maior parte do território para os bolivianos. Pela linha reta paralela, o Brasil sairia beneficiado.

Porém, por desconhecimento ou desinteresse na área ou por uma combinação de fatores, o Brasil acabou aceitando os termos do acordo ao reconhecer a soberania boliviana sobre toda a região do Acre pelo método oblíquo. Contudo, a migração nordestina possibilitou desencadear um novo fato que pôs, novamente, à tona a soberania da região. Nesse caso, dois fatores foram importantíssimos para que isso acontecesse. O primeiro deles foi o erro dos bolivianos de não tomarem posse do que lhes foi dado de direito. Mas, isso pode ter explicação, quando se verifica que as terras do Acre estavam descritas como “tierras no descubiertas” nos mapas bolivianos, pois se tinha em mente, conforme apontado por Souza (1995), que esta região: *“era um triângulo de moléstias tropicais e, rios tortuosos encravados entre a Bolívia, Peru e o Brasil. Enfim, um lugar que nenhum cristão procuraria para juntar seus trapos”* (SOUZA, 1995, p. 15).

O segundo, diz respeito à migração nordestina, em decorrência da seca e/ou estimulada pela riqueza da borracha, em direção ao Acre. Com o avanço desse contingente humano de brasileiros, mesmo em território boliviano, os direitos de exploração se deram pelas aduanas do Pará, Manaus e Amazonas, conforme Vera (2008). Contudo, a Bolívia, motivada pelo próspero comércio da borracha, tentaria, agora, impor sua soberania ao exigir o acordo de Ayacucho. Pronto. Estava instalado o conflito. Agora era só questão de tempo para que o estopim fosse aceso.

Verifica-se, para efeito de esclarecimento, que tal época é a mesma que marca o período da II Revolução Industrial, que, segundo Carvalho (2000), caracterizou a expansão

capitalista da época. E isso acabou despertando tanto o Brasil quanto a Bolívia sobre a região do Acre, bem como de norte-americanos, líder, juntamente com os ingleses, do mercado mundial na industrialização da borracha, que via nesse produto um grande potencial de produção na região e de lucro, já que se tratava de um valioso produto extrativo com forte cotação no mercado internacional.

Como ilustração, verifica-se que a produção extrativa de borracha natural, medida pelo valor total exportado pela região amazônica sai, segundo Batista (2004), de uma posição de 10,7%, em 1848, para 71,9%, em 1872. Do ponto de vista do cenário externo esse momento próspero se faz transparecer quando se verifica alguns dados. Nesse sentido, ao observar o cenário inglês e norte-americano, em especial, verifica-se, no caso do primeiro, que a importação da borracha da Amazônia brasileira realizada por este país passou de 23 toneladas, em 1830, para 68 em 1845, alcançando 209 em 1850 e, em 1855, já atingia 1.818 toneladas. Em relação ao segundo, a borracha importada já correspondia ao volume de 1.000 toneladas em 1850 e, em 1868, a importação já ultrapassava a casa das 3.000 toneladas, conforme Santos (1977; 1980). Portanto, se tratava de uma fase com forte característica de vigor econômico, e melhor, estava em pleno crescimento.

Dois fatos podem ser mencionados aqui. O primeiro deles foi a decisão do governo da Bolívia de instalar uma aduaneira em Puerto Alonso, que englobava toda a região do Acre. O ministro José Peravicini fora, então, incumbido de tal missão, sendo depois substituído por Moisés Santiváñez que passou a ocupar a chefia da delegação boliviana no Acre. Através deste entreposto foram cobrados impostos altamente rentáveis à Bolívia. Assim, fora determinada uma cobrança de tarifa de 15% sobre as importações, em geral, e de 30 a 40% sobre os gêneros indispensáveis à vida dos brasileiros no Acre (LIMA, 1998). A medida parece ter sido motivada por apenas um objetivo, a de impor limites e, com isso, a de gerar uma situação de calamidade que pudesse, enfim, refletir na saída desse contingente humano contrário aos interesses da Bolívia.

No entanto, a queda econômica em decorrência do pesado imposto boliviano, gerou protestos da massa de seringueiros e seringalistas, que, em 30 de abril de 1899, com um quantitativo de aproximadamente 15.000 homens, expulsaram Moisés Santiváñez, bem como os demais membros da delegação boliviana, que não resistiram, ao perceberem que não tinham condições de enfrentar tamanha revolta com tão numeroso contingente (BANDEIRA, 2000). Assim, José Carvalho, líder do movimento, daria, portanto, a nosso ver, o início do estopim ao tomar posse da aduaneira e do ato que representou a expulsão de Santiváñez, o qual pode ser observado com o trecho trazido por Lima (1998) em que este, ao se dirigir ao

representante máximo da Bolívia na região, diz: “*venho em nome do povo deste rio e em nome do povo brasileiro, intimidar V. Excia. a abandonar este lugar, porque não toleramos mais o governo que V. Excia. representa*” (LIMA, 1998, p. 43).

Porém, a situação não era nada fácil para o grupo de brasileiros revoltosos. De um lado estava à Bolívia que se proclamava soberana sobre o Acre e, do outro, o governo brasileiro que reconhecia e respeitava o teor do Tratado de Ayacucho. A saída? Decretar o Estado independente do Acre, já que as circunstâncias de negociação eram todas desvantajosas, tanto pelo lado boliviano quanto pelo lado brasileiro. Assim, no dia 14 de junho de 1899, o espanhol Luiz Galvez Rodrigues de Aries, jornalista que teria contribuído para denunciar um acordo secreto entre a Bolívia e os Estados Unidos foi, por força do movimento, aclamado presidente. Contudo, em 8 de dezembro desse mesmo ano, Galvez fora destituído por uma operação conjunta das forças armadas do Brasil e da Bolívia e deposto para a Espanha.

O segundo fator está relacionado exatamente com esse acordo secreto entre bolivianos e norte-americanos, embora inicialmente negado pelo governo da Bolívia, mas que fora materializado pelo incidente diplomático envolvendo os Estados Unidos. Tal incidente pôs combustível à tensão do Acre, considerado de natureza grave pelos brasileiros, o qual pode ser visto em Bandeira (2000, p. 150):

Este conflito, porém, mais grave configurou-se, não porque a Argentina parecesse respaldar a Bolívia a disputar com o Brasil a hegemonia da região, mas envolver fortes interesses dos E.U.A. e arrasta-se desde 1899, quando a canhoneira norte-americana Wilmington, comandada por Chapman Todd, aportou em Belém, em missão aparente de amizade, e partiu rumo a Tabatinga e Iquitos, furtivamente, com os faróis de navegação apagados durante a noite, sem esperar licença especial do governo brasileiro, levando-o a bordo o Cônsul dos E.U.A.

O referido incidente fora inflamado pelo provável conteúdo do acordo. Assim, por ele, os Estados Unidos auxiliariam a Bolívia a defender seus direitos sobre o território do Acre, Purus e Iaco, por via diplomática ou, no caso de guerra com o Brasil, fornecendo armas e financiamento e recebendo em hipoteca as rendas das alfândegas bolivianas. Também exigiriam que o Brasil nomeasse uma comissão para demarcar, juntamente com a Bolívia, as fronteiras definitivas entre o Purus e o Javari, e concedesse livre trânsito pelas alfândegas de Belém e Manaus às mercadorias bolivianas. A Bolívia, por sua vez, concederia abatimento de 50% sobre a borracha destinada aos portos dos EUA, pelo prazo de 10 anos. Caso tivesse que apelar para a guerra com o Brasil, a Bolívia denunciaria o tratado de 1867 e a linha de

fronteira passaria a correr pela boca do Acre, ficando com os E.U.A, em livre posse, o território restante (LIMA, 1998; BANDEIRA, 2000).

Tal confusão sobre os limites territoriais tem uma explicação. Isso porque quando foi assinado o Tratado de Ayacucho ele incorporou basicamente o conteúdo do que limitara a região pelo Tratado de Madrid e, desde aquela época, havia um ponto cego que acabou sendo transferido para o Tratado de 1867. Assim, pelo Tratado de Ayacucho, a fronteira partiria da confluência dos rios Beni e Madeira por uma paralela tirada da sua margem esquerda, na latitude 10° 20' S, até encontrar as nascentes do Javari obliquamente (BANDEIRA, 2000; TOCANTINS, 2001). Entretanto, as nascentes do rio Javari eram desconhecidas. Daí o ponto cego. Por isso, tal limite ficou no nível subjetivo. Embora, até esse momento, a forma oblíqua sempre prevalecia entre os dois países envolvidos.

Contudo, o incidente fora esclarecido pelo governo norte-americano, o que selaria definitivamente o assunto, se não fosse à publicação pelo jornalista Galvez, o que revoltou profundamente a sociedade brasileira, principalmente do Pará e Amazonas, dando fôlego ao movimento. E isso se traduziria em resistência. Fato que leva a Bolívia, em 1901, a criar, em decorrência dos sinais de esgotamento diante dos conflitos com os brasileiros do Acre, a Bolivian Syndicate, uma companhia anglo-americana composta por empresas norte-americanas. A Bolivian Syndicate, por um período de 30 anos, teria todo o poder sobre a região do Acre, inclusive sobre grande parte do Alto Amazonas, que, dentre outros direitos, segundo Bandeira (2000), estava o de poder manter polícia e equipar uma força armada ou barcos de guerra, para a defesa dos rios ou conservação da ordem interna.

Ao tomar conhecimento do teor dos interesses da Bolivian Syndicate, José Plácido de Castro, um jovem gaúcho de 28 anos, líder do movimento de brasileiros do Acre, reacende um novo levante acreano em decorrência desse fato, o que contaria com o apoio dos proprietários de seringais e do governo do Amazonas. Assim, em 6 de agosto de 1902, o levante é posto em prática, com o ataque à guarnição militar da Bolívia que, naquele momento, estava acantonada à margem do rio Xapuri (BANDEIRA, 2000).

Como forma de encontrar um consenso sobre a questão, o governo brasileiro também tentava, via diplomacia, uma solução sobre a questão do Acre. Assis Brasil, portanto, Ministro das Relações Exteriores na época, era incumbido de tal tarefa. Contudo, conforme Bandeira (2000):

Assis Brasil percebera que, embora a situação em Washington, ainda que fosse favorável ao Brasil, poderosos interesses estavam em ação e qualquer mudança

desagradável poderia ocorrer, pois, os homens da Bolivian Syndicate especulavam com a linguagem agressiva de muitos jornais brasileiros para irritar o Departamento de Estado. Realmente a mudança desagradável ocorreu. O governo da Bolívia pediu intervenção dos EUA, alegando que não tinha força para sustentar o contrato com a Bolivian Syndicate (BANDEIRA, 2000, p.154).

Tal fato teria gerado uma situação delicada, pois, qual seria a postura dos Estados Unidos nesse conflito se, até então, pela via diplomática, havia certo conforto por parte do Governo brasileiro em razão de manter uma fraternal relação de amizade com os Estados Unidos? No entanto, interesses privados estavam em jogo. O que podia ameaçar essa estabilidade saudável.

Nesse momento de clímax de tensão, envolvendo a questão da Bolivian Syndicate, que José Maria da Silva Paranhos, mais conhecido como Barão do Rio Branco, entra em cena ao assumir, em 3 de dezembro de 1902, o Ministério das Relações Exteriores, nomeado pelo então presidente, recém empossado, Rodrigues Alves (BANDEIRA, 2000). A visão, a astúcia e a habilidade de Rio Branco colocaram finalmente a questão do Acre como matéria de soberania nacional, ao reivindicar o direito brasileiro sobre a Área.

A primeira ação de Rio Branco foi instruir a Legação do Brasil em Washington para que contratasse o advogado John Basset Moore, pois via a questão do Acre como matéria que perpassava o campo diplomático e político. Nesse sentido, a postura de Rio Branco não correspondia a dos antigos chanceleres, como Carlos Carvalho (1895), Dionízio Cerqueira (1898); Olinto de Magalhães (1889), já que estes costumavam o olhar à questão do Acre dentro de um ponto de vista simplesmente geográfico e que, por isso, sempre caminhavam por reconhecer o direito da Bolívia sobre o território (BANDEIRA, 2000). Dessa forma, Rio Branco passa a interpretar o Tratado de Ayacucho sob outro olhar, o qual passou a interpretar o Tratado de 1867 da seguinte forma:

De acordo com a letra, ao defender como fronteira a linha leste-oeste, nele estipulada e estabelecida no paralelo 10° 20', e não oblíqua ao Equador, como seus antecessores admitiram, e considerou o território do Acre litigioso, tanto com relação ao Brasil quanto com o Peru, país com o qual a própria Bolívia acabara de firmar um tratado para o submeter à arbitragem da Argentina. Entre outras palavras, Rio Branco passou a reivindicar aquela região para o Brasil (BANDEIRA, 2000, p.156).

Nesse momento, a Bolívia já demonstrava claro sinal de esgotamento, o que poderia, ainda mais, ser agravado com a real ameaça de ter seu cofre esvaziado caso o Bolivian Syndicate exigisse o pagamento de indenização pelo descumprimento do acordo firmado que, dentre outros fatores, colocava sob responsabilidade dos bolivianos a garantia do livre acesso

à área que estava sob o domínio dos brasileiros. Se não bastasse a interrupção do fluxo de navegação pelas vias de acesso à região, em 27 de janeiro de 1903, Plácido de Castro proclama, novamente, a República do Acre.

Por outro lado, no campo diplomático e político, o Barão de Rio Branco finalmente faz a proposta ao governo boliviano para a possibilidade de compra pelas terras do Acre, assumindo o compromisso de acertar com a Bolivian Syndicate o teor da negociação, possibilidade esta rechaçada pela Bolívia. Nesse momento, conforme Bandeira (2000) entra em cena outra figura não muito conhecida na história, mas que passaria a ter nesse desenrolar um papel importante a desempenhar. Trata-se do Barão de Rothschild, agente financeiro do Brasil na Grã-Bretanha. Sua função foi procurar intermediar uma solução pacífica para o dissídio e promover negociações diretas com o Bolivian Syndicate, do qual um dos seus sócios era August Belmont, uma pessoa vinculada ao seu círculo familiar. Como estratégia de ação, sugeriu ao Presidente Rodrigues Alves que entregasse a questão ao arbitramento da Grã-Bretanha, o que daria respaldo e credibilidade à negociação, tal qual a Argentina fizera em seu litígio com o Chile. No entanto, de nada adiantava entregar a causa ao arbitramento britânico se o Bolivian Syndicate não demonstrasse qualquer sinal que pudesse ser interpretado como algo possível a ser negociado. Assim, em 28 de janeiro de 1903, já o Acre sob o domínio de Plácido de Castro, envia uma nova mensagem ao Presidente Rodrigues Alves informando-lhe que o Bolívia Syndicate estaria disposto a rescindir o contrato com a Bolívia e tudo fazer para manter a paz, se a intenção do governo brasileiro de pagar a indenização for de acordo com os interesses da companhia. Era o sinal esperado. Porém, faltava, agora, sentir do governo americano seu posicionamento referente a isso, já que a Bolívia pedira ajuda desse país e estava por aguardar a resposta.

Assim, sobre a tentativa dos bolivianos de contar com o apoio dos EUA, inclusive militar, este fora negado pelo governo americano que se recusou a tomar qualquer medida que não fosse somente o de amparar os direitos dos cidadãos norte-americanos, o que foi traduzido pelo governo brasileiro como uma clara demonstração que a negociação era de fato plausível, traduzindo-se numa saída viável para o impasse.

No entanto, o imbróglio continuava já que havia por parte do Brasil um receio de submeter à área litigiosa ao crivo da Grã-Bretanha, pois havia um risco de ela interpretar a questão do Acre favoravelmente à Bolívia, em decorrência dos vários anos em que o próprio Brasil reconheceu a soberania boliviana sobre a área.

O fato se agrava em fevereiro de 1903 quando o general José Manuel Pando, então presidente da Bolívia, marcha rumo ao Acre com a missão de tomar-lhe o poder. O Brasil, por

sua vez, mobiliza suas tropas para a eminente batalha. O fato é que o General Pando, neutralizado pelos homens de Plácido de Castro, percebeu definitivamente que não tinha mais como reverter tal situação e decidiu negociar com o Brasil os termos do acordo e, com isso, por fim ao conflito, o que reduziria bastante o poder de negociação, haja vista que tanto o Bolivian Syndicate quanto a própria Bolívia estavam enfraquecidos com esse processo. Desse modo, reconhecer-se-ia o acordo *utis possidetis* que dava garantia ao Brasil sobre a área. Por outro lado, o próprio Barão de Rio Branco sabia dos riscos de submeter o litígio à prática do arbitramento. Então, para vencer essa batalha diplomática e política, haveria a necessidade de o Brasil ter a habilidade suficientemente madura para conduzir esse processo de forma a atender os interesses do país, da Bolívia e da companhia Bolivian Syndicate. Assim, o termo *uti possidetis* fora o mecanismo para que tal disputa permanecesse no campo da soberania entre as partes envolvidas no litígio, expurgando a possibilidade de um tribunal neutro, no caso, o inglês, o que poria em risco a soberania do Brasil no Acre.

Portanto, o Acre nasceu da revolta de brasileiros heróicos que lutaram e morreram por uma causa que somente pode ser compreendida, de fato, quando se olha a batalha do Acre, cheia de seringueiros e seringalistas dispostos a dar a vida por uma região que eles mesmos desbravaram e conquistaram, se não fosse do ponto de vista econômico.

Assim, Tocantins (2001) revela que para os seringueiros somente importavam o bem presente, como as perspectivas imediatas de lucro certo, do dinheiro e do crédito fácil. Assim, a miragem da riqueza célere e a volta à terra de origem compunha o binômio psicológico do seringueiro, a idéia-força que o animava ao sacrifício na floresta. Isto porque as notícias diziam tratar-se duma terra sem dono. Portanto, desocupada e livre. Era só chegar e, estabelecer-se. Cair no “corte” como o garimpeiro na bateia. Depois recolher o látex e ouro. Depois enriquecer e voltar (BASTOS apud COSTA, 2005). Cardoso e Müller (1977), por sua vez, revelariam que essa população de nordestinos, movida pelos interesses econômicos ligados à extração do látex, devassariam a floresta tropical brasileira, incorporariam um território de quase 200 mil km² retirado da Bolívia e exterminariam parte da população indígena. Esta população, portanto, estaria disposta a tudo, inclusive de encarar até os mais inimagináveis obstáculos para que seus objetivos permanecessem sempre no campo da possibilidade. Assim, a ameaça da Bolívia de reivindicar a área com base no Tratado de 1867, parece ter colocado em xeque o campo das possibilidades dos seringueiros pondo, assim, em risco os sonhos, as conquistas e a esperança de voltarem para casa com uma bagagem suficiente de riqueza capaz de proporcionar uma nova realidade, longe da seca, da fome e da

pobreza. Portanto, talvez, com algumas exceções, seja esta a característica predominante que possibilitou aos acreanos-nordestinos o sabor de lutar por um objetivo comum.

O fato é que, em 17 de novembro de 1903, o Brasil e a Bolívia, de comum acordo com os interesses da Bolivian Syndicate, assinaram o Tratado de Petrópolis que garantia, ao Brasil, o direito definitivo sobre a região do Acre, anexando-o, com isso, ao território brasileiro. Assim, pelo Tratado de Petrópolis:

A Bolívia cederia não só a parte do território do Acre em disputa, como uma porção da bacia do rio Acre localizada ao sul de 10°20' e sobre o qual seu direito era inquestionável. O Brasil, por outro lado, cedeu a Bolívia um pequeno triângulo de terra, considerado valioso porque permitia o acesso ao rio Madeira. Como também quatro trechos de terra na margem esquerda do rio Paraguai, totalizando cerca de 3.164 Km². [...] Para compensar as desigualdades das concessões territoriais - 189.000 Km² pela Bolívia e somente 3.164 Km² pelo Brasil - o último concordou em pagar uma indenização de 2.000.000 de libras esterlinas para a melhoria das comunicações entre os dois países. Também concordou em financiar e construir no território brasileiro uma estrada de ferro para evitar as cataratas do [rio] Madeira, o que permitiria aos bolivianos terem acesso ao baixo Madeira (MACHADO, 1989, p. 430-431).

É aqui que se materializa a mudança institucional que se desejou destacar. O empreendimento da EFMM possibilitou uma nova fase, um novo momento e um novo processo de desenvolvimento para a região dos rios Madeira e Mamoré. O processo migratório evidenciado para a região, atraídos pela envergadura do empreendimento, passaria a exercer um poder marcante sobre os principais núcleos surgidos com a obra. Assim, o cotidiano da região, em algum momento, passou a respirar um cenário que, às vezes, lembrava, aos mais atentos, o ar da Belle Époque, presente com mais força em Belém e em Manaus entre 1880 e 1910, conforme apontado por Daou (2000), porém, seus ventos seriam sentidos por esses ares, não com tanta intensidade, mas o suficiente para indicar uma nova realidade, um novo tempo. Estamos na primeira fase de plena mudança institucional vivenciada pela região. Mas, essa história, reflexo do auge das grandes ferrovias que iam sendo construídas pelo mundo, em pleno vigor da II Revolução Industrial Inglesa, passou a encontrar na Amazônia, em especial, na região entre os rios Madeira (início da ferrovia) e Mamoré (fim da ferrovia), uma situação inimaginável e surpreendente. A ferrovia, desde o início, daria prova de que em seu interior existia muito mais do que árvores e igarapés, evidenciando o equívoco de sua subestimação. Porém, um fato mudará toda a trajetória, até então projetada para região, onde muitos depositaram toda suas fichas, ora com riqueza ora com sua própria vida. Contudo, o que sobrarão disso tudo é a lembrança de seu ciclo, as

tradições mantidas e a cultura criada em decorrência de uma circunstância que, a primeira vista, tinha tudo para dar certo.

4.2.2 A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré

É bom lembrar que antes de 1825, a Bolívia consistia, juntamente com o Peru, de um único território chamado de Charcas ou Alto Peru, pertencente à Espanha. Após essa data, marcada por Guerras, a Bolívia se tornou país independente e separou-se do Peru. Desse modo, nasceram dois países, Bolívia e Peru. Contudo, as tradicionais saídas para o mar, no caso, o Oceano Pacífico, com a separação, ficaram sob o domínio peruano, que, agora, a Bolívia só poderia voltar a fazê-lo se fosse com a autorização do Peru, considerado, a partir de então, um país estrangeiro (FERREIRA, 2008). Com isso, passa-se a entender a necessidade dos bolivianos pela ferrovia, como cláusula do Tratado de Petrópolis, pois, através deste, a ligação com o mar, no caso o Atlântico, seu principal objetivo, novamente lhe seria possível. Isto porque, ao conseguirem vencer as inúmeras cachoeiras dos rios Mamoré e Madeira, daí a idéia da estrada de ferro, teriam condições, via fluvial, de transportar seus produtos até Belém e daí para o mundo, através do Atlântico. Portanto, numa rota já conhecida no período em que a Amazônia ficou sob o domínio português. E isso possibilitou compreender os principais acontecimentos que emergiram nessa época, os quais foram cruciais para a idealização da EFMM, inserida como cláusula do Tratado de Petrópolis.

Mas, afinal, a idéia da construção da referida estrada de ferro entre os rios Madeira e Mamoré nasceu, portanto, do Tratado de Petrópolis? Na verdade, não. Ela já tinha sido levantada anos antes, mais especificamente, em 1861. Nessa época, a população do rio Madeira era patente, como esclarecido por Ferreira (2008). Então, por que dessa idéia, nessa época? Que razões levaram, em 1861, o general boliviano Quentin Quevedo e o engenheiro brasileiro João Martins da Silva, a defenderem a construção de uma estrada de ferro em um lugar praticamente desabitado? A explicação mais provável, apontada por Ferreira (2008), estaria relacionada a interesses econômicos tanto da Bolívia quanto do Brasil, embora, para este último, tenha, ainda, uma conotação estratégica de soberania envolvida na questão.

Deste modo, pelo lado boliviano, se depositou o desejo de escoar seus produtos ao mercado externo, via Oceano Atlântico, pois tinham perdido para o Peru sua principal via de comunicação que garantia o escoamento dos produtos bolivianos pelo Oceano Pacífico. Portanto, passou os bolivianos a colocar como alternativa uma antiga via já descoberta pelos portugueses que permitia chegar ao tão desejado mar, no caso o Atlântico, através dos rios

Madeira e Amazonas. No entanto, os obstáculos das cachoeiras entre os rios Mamoré e o Madeira, inviabilizavam qualquer iniciativa a respeito. Contudo, a EFMM, se de fato fosse construída, possibilitaria vencer o horrendo trecho encachoeirado, tornando, com isso, a rota de escoamento, via fluvial, perfeitamente viável.

Pelo lado brasileiro, tal fato estaria relacionado com a Guerra do Paraguai. Isto porque o Brasil vinha investindo no escoamento da produção do Mato Grosso, via rio Paraguai que, para os céticos e estadistas, se configurava em um risco demasiadamente grande, pois, se tratava de um rio não inteiramente nacional. Assim, caso a Guerra fosse realmente travada com os paraguaios, fato que ocorreria logo depois, entre os anos de 1864 e 1870, traria ao mercado de Mato Grosso um problema grandioso, visto que não teria como escoar mais sua produção pelo dito rio. Deste modo, a saída mais fácil para os produtos do Mato Grosso seria, portanto, pela via fluvial, através dos rios Guaporé, Mamoré, Madeira e Amazonas, pois, se tratava de um trajeto perfeitamente conhecido desde o século anterior, como já dito.

Assim, o interesse dos bolivianos pela ferrovia se somava ao interesse do Brasil que, nesse caso, teve um aspecto estratégico nessa idéia, isto é, a de evitar que a dinâmica interna do país sofresse ameaça decorrente de fatores externos. Assim, deflagrada a Guerra com o Paraguai, essa idéia ganhou corpo e importância. Talvez este seja um fator não explicitamente mencionado na literatura, mas que pode auxiliar no entendimento da postura do governo brasileiro em relação ao Acre, durante as negociações diplomáticas com a Bolívia, pois, como vimos, desde o início das negociações, os chanceleres do Brasil assumiram, explicitamente, o reconhecimento por parte do Brasil da soberania da Bolívia sobre a região acreana, fato somente alterado no governo do Presidente Rodrigues Alves, na pessoa do Ministro das relações exteriores, o Barão do Rio Branco. Assim, pelo que tudo indica, se dependesse do Brasil, o Acre ainda continuaria com a Bolívia, pois havia o interesse do Brasil na ferrovia, o que dava à Bolívia uma posição de destaque. Desta maneira, se não fosse alguns acontecimentos alheios, inicialmente, a vontade do governo brasileiro, como a migração nordestina e a conseqüente revolta do Acre por brasileiros, muito provavelmente o Acre estaria, hoje, falando alguma dessas línguas ou a combinação delas: espanhol, quéchua, aimara e/ou quarani.

Portanto, como se vê, havia um interesse comum do Brasil e da Bolívia. E tal interesse perpassava a questão econômica. Mas, que mercado econômico era esse? Embora não se tenha encontrado na literatura consultada assunto referente a isso, que pudesse dizer, claramente, que mercado era esse, pode-se verificar que a importância da região, nesse

período, esteve ligada ao mercado das drogas do sertão. Esse potencial já havia sido descoberto, bem antes, pelos portugueses que, já naquele momento, tornou conhecido o grande potencial da região do rio Madeira, principalmente para o cacau. Assim, o que antes indicava uma isenção da região da Amazônia Ocidental referente a esse mercado tão fortemente impactante na porção Oriental da Amazônia brasileira, parece ter havido, na sua porção Ocidental, uma forte pressão para que houvesse, de fato, uma exploração racional, tendo em vista, o seu potencial econômico extrativista. Assim, o mercado das drogas do sertão foi o cenário de fundo para que houvesse tanto interesse do Brasil e da Bolívia em relação à ferrovia. Mas tal afirmação não é suficiente para comprovar literalmente esse fato. Contudo, o próprio livro de Ferreira (2008) que, ao citar as palavras de Tavares Bastos, em 1866, portanto, em plena Guerra do Paraguai, trouxe consigo a tão desejada confirmação de que se tratava, sim, das drogas do sertão, ao comentar a seguinte situação:

A importação e a exportação da Bolívia fazem-se anualmente pelos portos do Pacífico e, principalmente pelo de Arica, na República do Peru. Diz-se que o movimento comercial da Bolívia ascende a 10.000.000\$ cuja maior parte passa pelo dito porto e o resto por Cobija e Islay. A despeito das cachoeiras do Madeira, o comércio da Bolívia pelo Amazonas, que há quatro anos antes não existia ou era representado por um algarismo quase nulo, sobe constantemente. Em 1864 cerca de 70 ubás desceram pelo Madeira com mercadorias avaliadas em 120:000\$000. Esses 120:000\$000 eram representados por gêneros agrícolas e produtos da criação, figurando entre eles açúcar, cacau, charutos, charque, couros, graxa, gado em pé etc. Podemos desde já comerciar pelo Amazonas três departamentos bolivianos, aos quais interessa de perto a navegação a vapor do Madeira, e a estrada marginal que deve substituir a penosa travessia das cachoeiras desse grande tributário (TAVARES BASTOS apud FERREIRA, 2008, p.64-65).

Entende-se, portanto, por estrada marginal, a EFMM. Logo, pode-se afirmar que a idéia da referida estrada de ferro nasceu por força do comércio das drogas do sertão.

Assim, conforme Ferreira (2008), desse interesse comum, o Brasil e a Bolívia assinam, em 27 de março de 1867, o Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradicação. Nesse mesmo ano, os irmãos Keller foram os engenheiros contratados para a realização do estudo exploratório sobre o trecho encachoeirado, entre os rios Mamoré e Madeira que, ao fim, passaram a sugerir a construção da referida estrada de ferro. A Bolívia, ainda em 1867, enviou o General Quentin Quevedo, ao México, que foi incumbido de chefiar a Legação boliviana recém criada naquele país. Porém, havia um objetivo implícito na missão, ir aos Estados Unidos e entrar em entendimento com quem se interessar com a idéia da construção da ferrovia Madeira-Mamoré. E dessa tentativa, surge à figura do Coronel americano George Earl Church que se interessou pelo projeto. Já no ano de 1868, Church, ao

obter do governo boliviano uma concessão para explorar a navegação entre os rios Mamoré e Madeira com a função de torná-los canalizáveis, organizou a empresa “National Bolivian Navigation Company”, porém, falha em captar recurso nos Estados Unidos e Europa, o que para ele demonstrava que a idéia da estrada de ferro era mais promissora. Já no ano de 1869, tendo a Bolívia concordando com tal alegação, lhe concede o direito de alterar o contrato para ferrovia. Porém, como a ferrovia iria ser construída em território brasileiro, Church teria que obter a concessão brasileira. Assim, em 1870, o Império do Brasil lhe autoriza a concessão com a ressalva da formação de uma nova companhia. Em 1871 é criada a “Madeira and Mamore Railway Company Ltda”, sendo o coronel Church seu presidente. Portanto, com a garantia dada pelo governo da Bolívia, Church finaliza o empréstimo junto aos banqueiros de Londres para o projeto. No entanto, tal qual nas duas situações anteriores, haveria uma ressalva. Os banqueiros exigiram que essa obra fosse feita por uma empreiteira e que esta fosse a inglesa “Public Works Constructions Company”, aceita por Church. Do total levantado, 1.156.000 libras, somente 700.000 libras estavam destinados à construção da ferrovia, o restante ficou retido com os banqueiros ingleses para pagamento dos empreiteiros (FERREIRA, 2008).

Um fato interessante é que se pensou minimamente sobre o teor do empréstimo, sobre suas condições, sobre suas cláusulas, sobre todos os detalhes possíveis, menos, porém, no projeto. Talvez a influência do coronel Church, vindo de uma tradicional família, ou do seu talento de persuasão, tenha pesado nesta decisão. Assim, o projeto apresentado pelos irmãos Keller, não continha informações cruciais sobre o terreno, por exemplo, conforme apontado por Ferreira (2008). Assim, não se conhecia os detalhes da região, fato que traria grandes problemas à obra. Mas a empolgação da conquista do empréstimo fora amplamente comemorada que, pelo volume conseguido, superaria qualquer dificuldade ou surpresa surgida *post facto*, pelo menos por parte do Church.

Assim, no dia 6 de julho de 1872, um grupo de 25 engenheiros ingleses chegou a Santo Antônio, ponto inicial da estrada de ferro, conforme estipulado pelo projeto dos irmãos Keller. E, após iniciar os trabalhos em Santo Antônio, perceberam a real dimensão do problema, onde passaram a defender a quebra do contrato. Assim, em 9 de julho de 1873, a firma Public Works entrou na justiça pedindo a anulação do mesmo, bem como, uma indenização, haja visto alguns itens do projeto original não corresponder com o levantamento feito pela empresa, por exemplo, da extensão da ferrovia que, no caso do primeiro, era menor. Além disso, as condições ambientais foi um fator totalmente desconsiderado no primeiro

projeto, o qual se mostrou altamente impactante nos anos seguintes. Sobre esse ambiente hostil que acabou abalando Londres, a empresa Public Works comentou:

Que a zona era um antro de podridão onde seus homens morriam qual moscas, que o traçado cortava uma região agreste em que se alternavam pântanos e terrenos de formação rochosa, e que mesmo dispendendo-se de todo o dinheiro do mundo e de metade de sua população seria impossível construir a estrada (PUBLIC WORKS apud FERREIRA, 2008, p.85).

Dessa maneira, sem uma definição judicial, a Public Works, em janeiro de 1874, abandonou definitivamente Santo Antônio, dando fim à tentativa inglesa de construir a desejada ferrovia. Nos tribunais, a ação não estava terminada, apenas uma trégua ao processo havia sido estabelecida, favorável a Church, que resolve, então, seguir para os Estados Unidos, sua terra natal, para junto de sua pátria mãe conseguir apoio para a construção da EFMM (FERREIRA, 2008).

Com isso, em 25 de outubro de 1877 foi lavrado, nos Estados Unidos, o contrato entre a empresa P. & T. Collins, dos irmãos Phillip e Thomas Collins, uma respeitada empresa norte-americana, e a Madeira-Mamoré Railway Company para a construção da ferrovia, orçada em 1.200.000 libras, conforme Ferreira (2008). O fato é que Church alimentou muito bem o sonho de riqueza fácil ao vender uma imagem da região da Amazônia, sob a qual se construiria a ferrovia, como o Eldorado perdido numa entrevista que este concedeu a um jornalista americano, o que provocou grande repercussão em seu país. Tal estratégia deu certo, pois gerou um ar de orgulho do povo norte-americano pelo simples motivo, conforme relatado por um jornalista no momento do embarque pelo porto de Filadélfia, no dia 1º de janeiro de 1878, daqueles que iriam deixar sua pátria em nome de um grandioso projeto:

A viagem deste vapor é de interesse nacional, pois, pela primeira vez na história norte-americana, daqui parte uma expedição equipada com material norte-americano, financiada com dinheiro nosso e dirigida por patrícios, para executar, no estrangeiro, obra de grande vulto. Ao que consta, os 54 engenheiros que integram o corpo técnico constituem o mais fino grupo de profissionais que jamais se conseguiu reunir em expedição semelhante (NEW YORK HERALD apud FERREIRA, 2008, p.111-112).

Ao chegar à região de Santo Antônio, logo pela manhã bem cedo, se deu início à construção da ferrovia, tendo como mão-de-obra principal, os índios e os cearenses. Além, é claro, de mão-de-obra proveniente de outros países, já acostumada com trilhos. No entanto, as condições ambientais impostas pela floresta amazônica e pelos constantes ataques de índios,

bem como as doenças tropicais como a malária, levaram, em 19 de agosto de 1879, a empresa Collins a fechar suas portas em Santo Antônio assentando, ao todo, aproximadamente 7 km de trilho que fora abandonado, bem como todas as benfeitorias, máquinas, vagões etc. E com isso, se encerrou, definitivamente, a participação do Coronel Church na tentativa de se construir a EFMM, conforme Ferreira (2008).

Assim, segundo o autor em tela, em 15 de maio de 1882, é assinado um novo tratado de navegação e de construção da EFMM, o que deixa explícito o interesse do Brasil em construí-la. É autorizado um novo estudo como subsídio para futura tomada de decisão sobre construir ou não a ferrovia. A primeira, elaborada pela comissão Morsin, foi entregue ao governo brasileiro em fevereiro de 1884. A segunda, elaborada pela comissão Pinkas, foi entregue em abril de 1885. Portanto, a partir daí, vários debates acadêmicos e políticos se processaram sobre o tema. Contudo, no final da década de 1880, o Brasil entrava num processo de transição para um novo regime de governo, fato que parece ter deixado o tema da ferrovia Madeira-Mamoré em situação de espera.

Fecha-se, assim, um período da história em que vidas foram ceifadas e recursos foram gastos visando tornar a EFMM um fato real. Assim, este foi o percurso histórico que envolveu a idéia e a primeira tentativa de construção de uma ferrovia em plena selva amazônica brasileira com objetivos bi-nacionais comuns. As drogas do sertão, como se viu, foi o contexto econômico que abrigou os interesses brasileiros e bolivianos em prol da EFMM, numa região até então desabitada e inóspita. Nessas tentativas frustradas do homem em vencer tão grandioso bloqueio imposto pela natureza, só restou resquícios do que fora, outrora, a luta de ingleses e norte-americanos para se construir, aproximadamente, 300 km de trilho, onde, durante todo o período em que permaneceram em Santo Antônio, somente tinham conseguido assentar, no máximo, pouco mais de 2% disso. No entanto, um fator importante foi gerado disso tudo. O embrião do que viria, mais tarde, representar um novo desenho institucional para Rondônia, com força para desencadear e estruturar cidades e vilas em seu território. Para isso, foi preciso que o sonho, perante várias tentativas frustradas de construção da referida ferrovia, permanecesse firme como algo real e perfeitamente transponível. Dessa maneira, a Questão do Acre e sua posterior solução pelo Tratado de Petrópolis, em 1903, selaram novamente esse desejo antigo, todavia, não mais emoldurado pelo mercado das drogas do sertão, e sim, pelo mercado da borracha. Deste modo, o palco dessa idéia se deu no início do século XX, fruto do desfecho final sobre o território acreano entre o Brasil e a Bolívia.

Assim, sobre a estrada de ferro contida no Tratado de Petrópolis, este explicitava o seguinte:

Os Estados Unidos do Brasil obrigam-se a construir em território brasileiro, por si ou por empresa particular, uma ferrovia desde o porto de Santo Antônio, no rio Madeira, até Guajará-Mirim, no Mamoré, com um ramal que, passando por Vila Murtinho ou outro ponto próximo (Estado do Mato Grosso), chegue a Vila Bela (Bolívia), na confluência do Beni e do Mamoré. Dessa ferrovia, que o Brasil se esforçará por concluir no prazo de quatro anos, usarão ambos os países com direito às mesmas franquias e tarifas (TRATADO DE PETRÓPOLIS apud FERREIRA, 2008, p.189).

Com isso, a borracha, passou a ser o pano de fundo da construção da ferrovia, ao mover interesses econômicos privados nesse projeto. Porém, um fato, a princípio inocente aos olhos de brasileiros, se configuraria no mais duro golpe à economia da Amazônia que se mostrava tão jovem e com tão promissor futuro, de repente, se via todos prostrados, inertes, a um acontecimento que selaria de vez o sonho de riqueza pelas veias brancas da seringueira. A EFMM, como produto desse cenário, sentiria de perto o efeito devastador desta ação. E, assim, tudo se transformaria em pó. Embora houvessem outros fatores desencadeadores de uma constelação de possibilidades para que a crise da borracha se instalasse e, com ele, o limite do primeiro ciclo da borracha, aqui o mencionamos como um fato importante a ser considerado, pois, coincidentemente ou não, o fato é que, a partir da produção do exterior, a Amazônia nunca mais conquistaria à liderança do mercado mundial de borracha que, com esse fato, as seringueiras do gênero *Hevea*, deixaram de ser uma espécie endêmica da Amazônia.

A chegada dos ingleses na região do rio Madeira, representados pela empresa Public Works, na década de 1870, dava sinais da grandiosa e complexa obra de engenharia que o mercado da borracha estimulou através da euforia da descoberta da tecnologia de vulcanização, patenteada pelo inglês Thomas Hancock e pelo norte-americano Goodyear.

Em decorrência do mercado promissor da borracha, Hancock passa a sugerir ao governo britânico para que este criasse a agricultura gumífera no país, como forma de tirar proveito desse mercado tão promissor e, sobre o qual, os ingleses não sabiam muito. Sobre isso, Santos revela:

Thomas Hancock, cognominado 'pai' da indústria britânica de borracha e êmulo de Goodyear na descoberta da vulcanização, havia sugerido ao Governo inglês a agricultura de gumíferas. Na década dos setenta, uma bem articulada coordenação entre o Índia Office, o Jardim Botânico de Kew na Inglaterra e os Royal Botanic

Gardens na Índia poria em ação a coleta de sementes, o envio de mudas e a plantação experimental (SANTOS, 1977, p.228).

Nesse ano, foram enviados do Brasil 1.000 mudas de Hevea. Porém, tal número era insuficiente. Então, surge a figura de Henry Wickham, um botânico e fracassado fazendeiro que ajudou a construir o alicerce do colapso do auge da borracha brasileira quando, em 1876, atraído pelo alto preço da mercadoria no mercado mundial, contrabandeou sementes para fora do país e levou-as para Kew, como matéria-prima para plantações de seringueiras britânicas, inicialmente no Ceilão e, finalmente, na Malásia, Java e Sumatra, possessões holandesas. Tal feito de Wickham lhe rendeu o título nobre de *sir* pela coroa britânica (MELBY, 1942; SANTOS, 1977; 1980; DEAN, 1987; HALL, 1991).

Em termos de produção, o resultado foi devastador para o Brasil. Assim, pelo Gráfico 2, percebe-se que a produção de borracha na Ásia, que em 1900 registrava o irrisório quantitativo de 3 toneladas produzidas, em 1912, essa quantidade subiu vertiginosamente para um quantitativo superior a 28.000 toneladas. Foi o último ano em que o Brasil liderou o mercado mundial. Assim, no ano seguinte, em 1913, a borracha da Ásia conquistaria a liderança mundial ao atingir o volume produzido de 47.618 toneladas e o Brasil, 39.560 toneladas. Portanto, a partir daí, a Ásia passou a alcançar níveis de produção nunca vistos, o que fez baratear o preço do produto. Verifica-se, com isso, que a produção da Amazônia parece ter estagnado, pois, sempre esteve próximo de 30 a 40 mil toneladas, enquanto a produção asiática atingia, em 1919, a surpreendente produção de 381.860 toneladas.

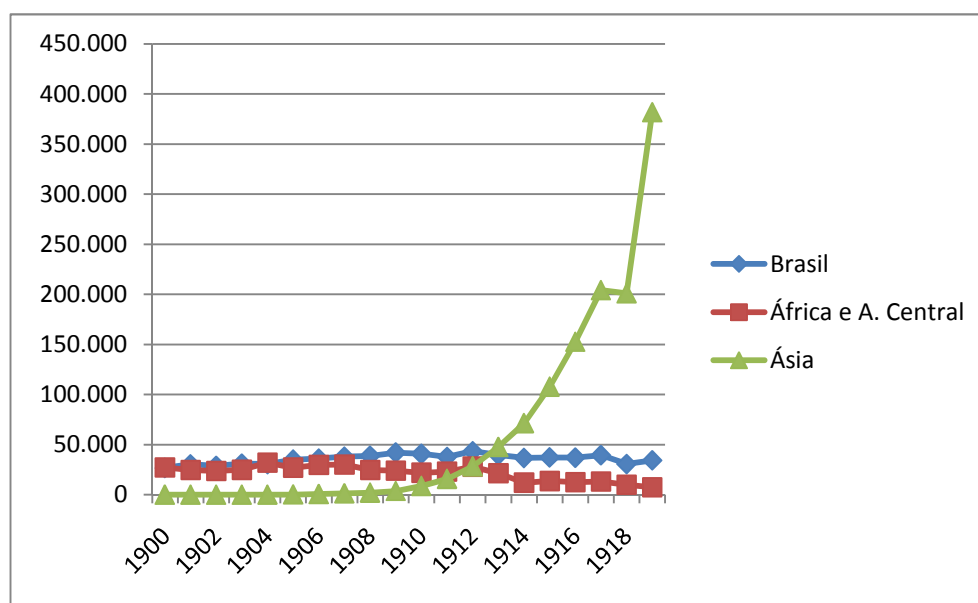
Portanto, o momento da construção da estrada de ferro entre os rios Madeira e Mamoré, oriundo do Tratado de Petrópolis, passa pelo contexto histórico da borracha. E isso pode ser constatado por Ferreira (2008, p. 200), quando diz:

Ficamos sabendo que esta vila de Santo Antônio, quando lá chegou o primeiro grupo de engenheiros e trabalhadores em junho de 1907, era já bem diferente da que nos descreveram viajantes no século passado, cerca de vinte e sete anos antes. É que nesse meio tempo aumentaria consideravelmente a extração e exportação da borracha não só da Bolívia, mas também no lado brasileiro dos rios Mamoré e Madeira. A borracha estava no auge, no mercado internacional.

Nesse momento, surge um outro personagem, o americano e empresário Percival Farquhar, muito influente no meio político e empresarial brasileiro, que finalmente, em 1907, deu início, novamente, as obras da construção da EFMM, agora, partindo o seu ponto inicial, Porto Velho, como forma de suprir os obstáculos iniciais, haja vista que em Santo Antônio não seria possível, pois, foram feitas tentativas anteriores sem sucesso. E com isso,

possibilitou que a ferrovia deixasse de fazer parte somente do Estado de Mato Grosso, para também fazer parte do Amazonas, já que a região de Porto Velho era de jurisdição deste último (MATIAS, 1998). Assim, em 1912, chegam finalmente a Guajará-Mirim, ponto final da ferrovia, conforme pode ser visto pela Figura 10.

Gráfico 2 - Produção mundial de borracha: 1900 a 1919



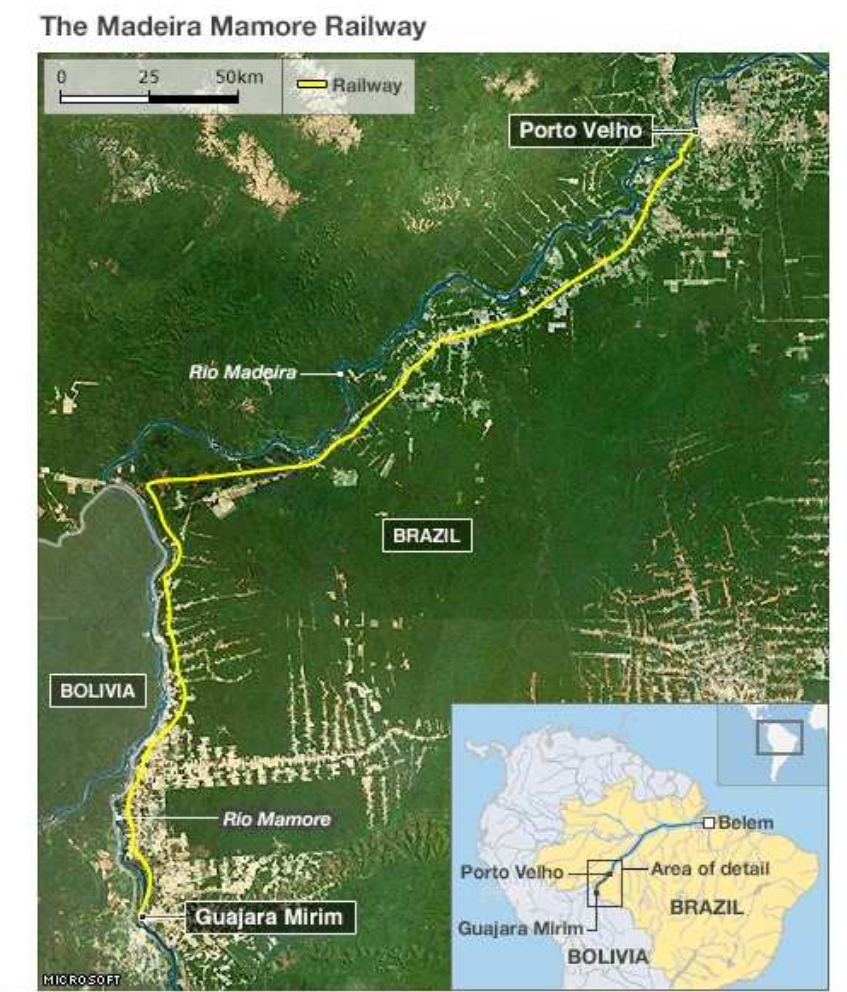
Fonte: Elaboração própria (2011). Com base em Santos (1977; 1980).

Ao todo foi contratado, de 1907 a 1912, um total de aproximadamente 21.817 trabalhadores de cerca de 50 nacionalidades diferentes, como italianos, turcos, árabes, gregos, espanhóis, portugueses, alemães, ingleses, franceses, americanos, chineses, japoneses, barbianos, dentre muitas outras nacionalidades (FERREIRA, 2008; HARDMAN, 1986; 1988). Esta diversidade cultural marcaria profundamente a região, onde alguns se fixaram e constituíram famílias, fato que pode ser presenciado ainda hoje nos arredores de Guajará-Mirim e Porto Velho.

A consequência da estrada de ferro sobre a região pode ser vista quando, ainda em 1913, o jornalista Júlio Nogueira, maravilhado com as luzes da ribalta, comenta:

A iluminação domiciliária é feita por lâmpadas incandescentes de corrente alternada, com a capacidade iluminativa de 16 a 32 velas. Pelas ruas e nas imediações do povoado vêem-se altos postos de ferro de onde pendem as lâmpadas incandescentes de iluminação pública, em grupos de cinco. O porto de desembarque e suas proximidades estão providos de fortes lâmpadas de arco voltaico (JÚLIO NOGUEIRA apud HARDMAN, 1986, p.260-261).

Figura 10 - Ilustração do trecho da Estrada de Ferro Madeira Mamoré



Fonte: world-latin-america (2011)

Os sinais de progresso visto e relatado por Júlio Nogueira nos dão fôlego e sustentação para afirmar que esse período da história da Amazônia, em especial, da Amazônia Ocidental, materializado com a construção da EFMM, representa o que consideramos ser a primeira mudança institucional vivenciada por Rondônia, em seu momento histórico. Assim, segue Júlio Nogueira, ao relatar sua experiência em Porto Velho:

Sinais de progresso: arruamentos simétricos e largos, serviços de esgoto e distribuição de água dos mais modernos, uma lavanderia a vapor organizada sob moldes industriais, uma grande fábrica de gelo produzindo mais de uma tonelada por dia – o gelo, esta mercadoria tão útil quanto evanescente na selva tropical, sua transparência e frio esfumaçante sendo motivos de encantamento dos que o tocam ou possuem, como em Fitzcarraldo – um hotel construído mediante padrões sóbrios e higiênicos, um ateliê fotográfico, uma competente tipografia, o serviço telegráfico e, enfim, a oficina-monstro da estrada de ferro, podendo rivalizar com as mais adiantadas da Europa e América (NOGUEIRA apud HARDMAN, 1986, p.261).

E Júlio Nogueira, ao nos levar para o antigo Porto Velho, logo após o término da ferrovia, no diz:

Porto Velho orgulha-se de possuir dois cinematógrafos, um dos quais não funciona atualmente. O outro exhibe as suas fitas discretamente, perante um público um tanto [...] ruidoso, composto, na maioria, de trabalhadores da Estrada, de várias nacionalidades. A representação se faz ao som de excelente orquestra de instrumentos de cordas tangidos por pretos de Barbados. Essa orquestra, para muitos, sobrepuja em interesse artístico ao próprio cinematógrafo (NOGUEIRA apud HARDMAN, 1986, p.261-262).

Hardman (1986) traz, então, um ponto considerado de extrema relevância por este trabalho, pois fornece uma importante pista da tradição da região para a prática de associações. Assim, tal evidência veio do seguinte trecho:

Velhas associações merecem realce; o Instituto Beneficente dos Empregados da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que despontou a 10 de outubro de 1918, como entidade mutualista, sobrevivendo até 1921; a Sociedade Beneficente de Artistas e Operários, de 1922, logo transformado em Sindicato; a Associação Dramática, Recreativa e Beneficente de Porto Velho, fundada em 1916 e passando a ostentar a exata denominação de Clube Internacional, em 1919, responsável pelo lazer urbano da população de Porto Velho – música, teatro, cinema – inclusive por encenações de peças da tradição popular-folhetinesca, como é o caso da aplaudidíssima Gaspar, o Serralheiro. Na sucessão de nomes dos primeiros cinematógrafos, os sinais surpreendentes de uma cidade nova, surgida dos trilhos, que desde cedo se voltava para o mundo do espetáculo: de simplesmente “Cinema” até Cinema Caripuna, ideal Cinema, Cine Teatro Phenix, o espaço dessa diversão mágica se afirma e se institui (HARDMAN, 1986, p.262).

Portanto, Porto Velho representava a modernidade, fato que a fazia se distinguir de Santo Antônio, que só lembrava desilusão e desgraça. A oposição entre as localidades de Porto Velho e Santo Antônio apareciam com frequência em relatos, como estes trazidos por Hardman (1986, p. 262-263):

[...] A primeira (Porto Velho), signo de progresso, da higiene, do trabalho organizado; a segunda (Santo Antônio) da decadência, lixo, ócio degradante. Com efeito, Santo Antônio representava o passado, e um passado de malogros, as experiências fracassadas do século XIX; Porto Velho nascerá com o empreendimento bem sucedido do século XX, sua imagem associando-se estreitamente à do Hospital de Candelária, símbolos da ordem sanitária e produtiva. Porto Velho aparecia, assim, com prenúncio de cidade; Santo Antônio, como vilarejo maldito [...].

Em Guajará-Mirim, já se fazia sentir, nessa época, os efeitos desse momento áureo da borracha quando, em 1926, se instalara a primeira Loja maçônica de toda a região dos rios Madeira e Mamoré passando, quando do surgimento do Estado, a ser legalmente reconhecida

como a primeira Loja Maçônica do Estado de Rondônia. Dentre seus membros, se faziam presentes seringalistas e comerciantes ligados à borracha. Este tipo de prática, contudo, já podia ser vista em plena obra de construção da EFMM, demonstrando, assim, a forte transferência cultural conduzida pelos trabalhadores da ferrovia. Hardman (1986), ao fazer menção a este fato, escreveu:

Veremos, então, por exemplo, funcionários White-collars da ferrovia Madeira-Mamoré organizando um estranho banquete na selva, digno de Alice no País das Maravilhas: a reunião de uma loja maçônica fundada por norte-americanos, com os rituais seguidos a rigor, no distante acampamento n.º 11; uma comunhão fraterna que estabelece um paralelo entre as obras do Templo do Rei Salomão e o projeto daquela estrada de ferro (HARDMAN, 1986, p.257)

Era um período de grandes mudanças associadas a símbolos que representavam a modernidade. Nesse sentido, símbolo de modernidade pode, também, ser visto pela construção da EFMM, de uma linha telegráfica ligando Mato Grosso à região do rio Madeira, conforme o caminho originalmente traçado pelo então sertanista Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Assim, sob a chefia de Rondon, de 1907 a 1915, foram construídos 2.270 quilômetros de linhas e 28 estações telegráficas, além desta Comissão ter realizado o levantamento geográfico de 50.000 km lineares de terras e águas. A partir desses estudos, foi possível descobrir doze novos rios e corrigir os enganos de tantos outros (HARDMAN, 1986; 1988). Contudo, esse trabalho, logo no início, iria deixar claro aos seus integrantes o quão dura seria a missão, pelo cansaço, pelas enfermidades e, sobretudo, pelo temor aos índios. Mas, a experiência e a moral de Rondon sempre lhe davam respaldo, principalmente quando se tratava de circunstâncias adversas. A preocupação de Rondon com os índios foi um exemplo disso. Com isso, desde o início dos trabalhos, a postura adotada por ele era a de não revidar aos ataques sofridos pelos nativos. Esta postura de Rondon pode ser vista em Guerra (1970), que mencionou a reação desse heróico brasileiro, quando do ataque de selvagens à base da instalação das linhas telegráficas, no interior da mata. Conforme relatado por Guerra, ao ter sido gravemente ferido um dos integrantes da Comissão, os soldados ensaiavam uma reação contra os indígenas, contudo, à frente estava Rondon que os indagou, conforme o trecho a seguir:

– Ninguém atire! Deixá-los ir ... Não se conformaram os comandados, que queriam partir em busca dos agressores, para vingar o companheiro gravemente ferido, Rondon voltou a observá-los, perguntando: - Se alguém penetrasse em casa de um de vocês para assassinar ou para roubar, que farias? A resposta foi unânime: - Mata-lo-íamos, sem dúvida alguma! – E como querem que os índios procedam de outro

modo? Isto aqui é a terra deles, a sua casa. E nós representamos, para sua ignorância, os assaltantes (GUERRA, 1970, p.56).

Com o trabalho de Rondon, através das linhas telegráficas, o governo brasileiro, oficialmente, inicia uma política de Estado para a questão indígena, materializado com a criação do Serviço de Proteção ao Índio, em 1910 (HARDMAN, 1986; 1988). Além disso, a Comissão de Rondon iria trazer as bases para que, mais tarde, fosse traçada a linha que iria cortar transversalmente o futuro estado de Rondônia, com a política de integração nacional, ao longo do que é, hoje, a BR 364 (Cuiabá – Porto Velho), no trecho do livro sob o qual Guerra (1970), relata o percurso total que a comitiva cobrira em pleno território brasileiro, na Amazônia Ocidental, o que, em parte, divergiria dos dados apresentados por Hadman (1986; 1988):

Haviam sido percorridos, em trabalho de descobrimento e esclarecimento do noroeste mato-grossense, 1.297 quilômetros por terra e 1.138 por via fluvial, em canoas, sendo 713 do Ji-Paraná, 135 do Jarú e 290 do Jaci. Além disso, verificaram-se viagens em mais de 200 quilômetros de pequenas variantes, o que dera tudo um total de 2.635 quilômetros de sertão virgem, explorados e levantados cartograficamente (GUERRA, 1970, p.72).

Desse cenário, de plenitude e esplendor do efeito da modernidade na selva, veio a crise da borracha que igualmente assolou toda a região. A própria EFMM, nascera no mesmo ano em que não se tinha mais o domínio da Hevea em território brasileiro. Com isso, esperanças e projetos de riqueza parecem estar incrustados nas ferragens da antiga ferrovia, espalhada ao longo de seu trecho, quando, em 1972, o governo brasileiro resolveu fechá-la definitivamente, selando, com isso, uma história épica, em que seus atores foram personagens principais que, ao envolver quase 1/3 dos países do mundo, representados por seus cidadãos de mais de 50 nacionalidades diferentes, esta se transformou na mais surpreendente e extraordinária estrada de ferro já construída e, talvez, uma das mais caras do planeta, já que alguns acreditam que ela tenha consumido um volume de recursos equivalente a 28 toneladas de ouro. Mas, a presença dessa estrada teria um papel irreversível em relação à região. Desse modo, Pereira (2007) afirma:

Assim, foram sendo constituídos um embrionário mundo econômico “urbano” e um outro “rural”, a partir dos dois principais eixos extremos da ferrovia Madeira-Mamoré. Isto porque as estações ferroviárias de Porto Velho e Guajará-Mirim aglutinavam as maiores parcelas da população regional urbana e, em seu entorno, havia o espaço econômico rural do extrativismo gumífero em crise. [...] Numa tentativa de apresentar alguma política governamental concreta e tentar atuar no problema da crise instaurada na economia da borracha dessa região, o Estado, sob o ponto de vista da esfera de governo estadual, interveio sob a forma de criação de

dois municípios. Dessa forma, surgiram o município de Porto Velho, na margem direita do rio Madeira, criado pelo Estado do Amazonas, em 1914, num extremo; no outro, o município de Guajará-Mirim, no rio Mamoré, criado pelo Estado do Mato Grosso, em 1928, mas, instalado apenas em 1929 (PEREIRA, 2007, p.74).

Nasce, assim, o marco zero daquela região que mais tarde seria chamada de Estado de Rondônia, a partir do surgimento das duas únicas áreas urbanas legalmente constituídas nesse período: Porto Velho e Guajará-Mirim. Portanto, dois municípios completamente imersos no contexto histórico da EFMM.

4.3 A TRANSIÇÃO ENTRE A PRIMEIRA E A SEGUNDA MUDANÇA INSTITUCIONAL

Considera-se, portanto, o ano de 1912, como o ano da quebra da hegemonia brasileira na produção de borracha em nível mundial e, por isso, simboliza o fim do primeiro ciclo da borracha. Nesse trabalho, ela também será importante, pois, coincidentemente, marcará o ano de conclusão da construção da ferrovia entre os rios Madeira e Mamoré, considerada, aqui, como símbolo da primeira mudança institucional. É, portanto, a partir dela que se dará início a formação política, econômica e institucional da região que, aos poucos, vai caminhando em sua conquista por uma identidade própria, porém, sempre à sombra de uma época movida pelas veias brancas das seringueiras da Amazônia que, no caso da região Madeira-Mamoré, se caracterizou pela mistura de raças, de crenças, de valores e de culturas.

A transição entre as mudanças partirá desse ponto de vista. O embrião formado pela criação dos municípios de Porto Velho, em 1912, e de Guajará-Mirim, em 1928, simbolizarão esse ponto que consideramos inicial. Contudo, fatos importantes serão, posteriormente, discutidos, os quais, igualmente, ajudarão a marcar a história regional. No entanto, um deles, em especial, simbolizará uma nova fase, entendido aqui como sendo a segunda mudança institucional vivenciada pela região, o que fará encerrar a fase de transição.

O fato é que quando a Malásia dispara sua produção ano a ano, a partir de 1913, quase que numa proporcionalidade inversa vai piorando a vida da Amazônia, em geral, como da região do Madeira e Mamoré, em particular, tornando, assim, a característica de ciclos econômicos bastante nítidos em toda a região Norte do Brasil. A fase de crise pela qual acabara de entrar a região amazônica tem uma explicação bem plausível e de fácil entendimento. Tratava-se de uma região que apresentava características de baixa produtividade, de preços monopolizados, de distância considerada entre os locais de produção e os centros consumidores, além de arranjos produtivos ineficientes, que contribuía para que a

borracha da Amazônia não fosse competitiva, se comparada com a produção da borracha asiática, em sistema de *plantation*. Assim, o Estado desempenharia um papel fundamental, visto que a borracha não sobreviveria sem ele (PINTO, 1984; AMARAL; SAMONEK, 2006).

Dessa maneira, a situação de crise força o governo brasileiro a tomar algumas medidas como forma de alavancar, novamente, a economia da região, abalada pela decadência do mercado da borracha. E a resposta veio rápida. Já no ano de 1912, no governo do Presidente Hermes da Fonseca, talvez já sentindo o efeito da produção asiática, é aprovada a Lei de n.º 2.453-A, de 5 de janeiro, que foi regulamentada pelo Decreto de n.º 9.521, de 17 de abril, com a finalidade de incentivar e premiar a produtividade da borracha na Amazônia; isentar de imposto os produtos importados ligados com a exploração desse produto visando, com isso, incentivar os investimentos privados em infra-estrutura; além de fornecer às bases institucionais para o surgimento da Superintendência da Defesa da Borracha. Para D'Araújo (1992) essa ação se configura como o primeiro ensaio de uma política de desenvolvimento. Esta visão se fortalece em Brito (2001) quando revela que: *“a parte financeira do plano contou com um crédito especial de 8.000 contos, dos quais 4.000 foram investidos nas instalações dos órgãos públicos, postos de experimentações agrícolas e pesquisas de problemas regionais de saúde e transporte”* (BRITO, 2001, p.127)

Contudo, finda a região no completo vazio com a frustração desta ação do governo, em 1914, o que leva a Amazônia a ingressar em um período de 30 anos de estagnação (MAHAR, 1979; PINTO, 1984; HALL, 1991; D'ARAÚJO, 1992; BRITO, 2001). Com isso, somente com a revolução de 1930 é que esse cenário de relativo isolamento começa, enfim, ser alterado, fato que se intensifica nas décadas seguintes (SILVA, 2002).

Um relato desse momento de crise pode ser visto em Furtado (2000):

Os planos do imigrante nordestino que seguia para a Amazônia, seduzido pela propaganda fantasista dos agentes pagos pelos interesses da borracha, ou pelo exemplo das poucas pessoas afortunadas que regressavam com recursos, baseavam-se nos preços que o produto havia alcançado em suas melhores etapas. Ao declinarem estes de vez, a miséria generalizou-se rapidamente. Sem meios para regressar e na ignorância do que realmente se passava na economia mundial do produto, lá foram ficando. Obrigados a complementar seu orçamento com recursos locais de caça e pesca, foram regredindo à forma mais primitiva de economia de subsistência, que é a do homem que vive na floresta tropical, e que pode ser aferida por sua baixíssima taxa de reprodução. Excluídas as conseqüências políticas que possa haver tido, e o enriquecimento fortuito de reduzido grupo, o grande movimento de população nordestina para a Amazônia consistiu basicamente em um enorme desgaste humano em uma etapa em que o problema fundamental da economia brasileira era aumentar a oferta de mão-de-obra (FURTADO, 2000, p.140).

Reis (1972), por sua vez, ao abordar esse período de decadência, permite trazer uma análise muito interessante sobre o processo de colonização implantado na Amazônia e aquele instalado na região Sul do Brasil, ao revelar que:

O povoamento da Amazônia não se processou de um planejamento como sucedeu com a colonização do sul onde os estabelecimentos montados para receber os contingentes europeus foram selecionados, os grupos foram localizados sob a garantia e as atenções oficiais. Na Amazônia os nordestinos chegaram para uma empresa que se caracterizava pelo aventureirismo. Eles significam mão-de-obra necessária. Não havia um propósito de fazer funcionar um sistema de colonização visando demográfica e politicamente o futuro (REIS, 1972, p.225-226).

Dessa maneira, o ano de 1930 se configurou como um divisor de águas, passando do antigo para o moderno sistema capitalista que, segundo Brito (2001), evidenciou o processo de transação da economia agrário-exportadora para a economia industrial, no momento em que desencadeia um ritmo de produção mais acelerado. Contudo, tal período será mais marcante na região centro-sul do Brasil cabendo, por sua vez, a Amazônia um papel de expectadora ilustre à espera de um novo cenário favorável para que pudesse mover-se, novamente, em busca de riqueza e de progresso. Assim, como em tantos outros casos, somente através da ação do Estado que a Amazônia passará, outra vez, a se inserir no mercado, porém, agora, numa tentativa clara de se corrigir um erro do passado, ao adotar uma política de integração e colonização da Amazônia. E, nesse processo, uma ideologia se tornou evidente, a visão positivista de progresso.

É importante, porém, abrir um parêntese para mencionar um aspecto histórico, específico da região dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, normalmente ignorado por historiadores de renome nacional, porém, para o autor, parece esclarecer um acontecimento de grande envergadura iniciado já nos anos de 1920 e 1930 e eclodido na década de 1940, em decorrência do efeito da mudança institucional imposta pela construção da EFMM. Não se trata de um levantamento profundo, mas as leituras feitas parecem indicar um fato que necessita de melhor atenção e pesquisa, principalmente no campo da história econômica, pois ajuda a compreender, mais facilmente, a lógica de construção da realidade local, como também possibilita tal lógica ser enquadrada como complemento de um contexto maior, mais amplo, como é o caso. Nesse percurso, alguns nomes serão

mencionados, alguns deles bastante conhecidos no cenário nacional, outros, não³¹. E essa é, talvez, mais uma contribuição desta pesquisa por ajudar a fazer justiça com o papel desempenhado por esses atores, alguns deles anônimos, porém, de papel de extrema relevância para acontecimentos que levaram, novamente, à discussão sobre divisão territorial, porém, não mais externa, e sim, de caráter interno do país. Contudo, um nome central desse episódio emerge desse contexto, Aluízio Pinheiro Ferreira, um paraense de Bragança, formado pela Academia Militar do Realengo, atual Academia Militar de Agulhas Negras, em 1921, no Rio de Janeiro. Porém, em decorrência de envolvimento na revolução que se estabelecia em 1924³², ao tomar o comando da Guarnição e do Forte de Óbidos, Estado do Pará, que logo em seguida fora desmantelada, foge para a região do rio Madeira, em especial, e, em 1925, passa a aceitar o convite e a proteção de um importante seringalista que tinha se estabelecido à margem direita do rio Guaporé, cujo nome era Américo Casara³³, um italiano culto que emprendia naquelas paragens a atividade da borracha. É durante esse período de estada no seringal de Américo Casara, que Aluízio Ferreira passou a ter contato mais próximo com a realidade do rio Guaporé. Sobre esse episódio Borzacov (1997, p. 48) revela:

Iniciava o ano de 1925, Aluízio não pensou muito em aceitar os serviços pertencentes a guarda-livros e comboeiro em um seringal do rio Branco, afluente do Guaporé. Esse seringal pertencia a firma Leal & Figueiredo, aviados da ‘Guaporé Rubber State’. Com a falência da firma [...] transferiu-se para a empresa de Américo Casara, ‘Homem-Coração’, como Aluízio o chamava, seringal que ocupava a totalidade do rio Corumbiara, afluente da margem direita do Guaporé e a totalidade da gleba ‘Versailles’, na Bolívia. Trabalhou em todos os serviços, até mesmo como seringueiro [...]. Por outro lado, Aluízio Ferreira não se descuidou de seus estudos, lia nas horas vagas na magnífica biblioteca de Américo Casara e apaixonou-se pelo estudo da Etnologia.

³¹ Apesar de os mesmos serem citados em livros sobre a história regional por autores locais, contudo, se percebe que há um campo aberto para novas imersões científicas. Por exemplo, a presença de um Italiano que se estabelecera na região, ainda no século XIX, estaria ligada a mais nova corrente migratória detectada por Emmi (2008)? Qual o efeito da ‘Batalha da Borracha’, instituída pela assinatura do Acordo de Washington e do governo de Aluízio Ferreira, na economia da região e da inserção do seringal do italiano Américo Casara, em virtude do estado de Guerra mantido entre o Brasil e a Itália durante a II Guerra Mundial? Como foi o fim do ciclo econômico da borracha na região dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira? São perguntas prováveis que ajudam a compreender a participação da região no contexto histórico nacional e internacional, configurando-se em campo fértil para o desenvolvimento de pesquisas científicas.

³² Aluízio nessa revolução levou a cabo a idéia da democracia de base, bem como apoiou a de 1930 que levou à Presidência Getúlio Vargas.

³³ A grande maioria das publicações dos historiadores regionais faz referência a Américo Casara e de sua acolhida e influência sobre Aluízio Ferreira. Sua saga, contudo, pode ser vista pela publicação francesa: ALBERT, Claude. Américo Casara: conquistador pacifique de L’Amazonie. **Lettre D’Amazonie**, p.6-17, Paris, França, 1967. A história desse desbravador italiano também pode ser vista em obras relacionadas à construção do espaço sócio econômico da Amazônia equatoriana, peruana e boliviana, a exemplo de Jordàn (1998), publicada pela Univesidad del Peru e Universitat de Barcelona.

Desse interesse, nasceu à preocupação com toda a região do rio Guaporé. Seus estudos sobre os índios do entorno desse rio, principalmente da tribo dos Macurapes, lhe fascinaria. Realmente os livros do Sr. Américo Casara parece ter enchido o ilustre aventureiro de entusiasmo, talvez, principalmente por saber que, anos antes, o próprio Américo Casara teria escrito um livro sobre a tribo Witosas, da Colômbia (GÓES, 1997), fruto de seu convívio com essa tribo na circunstância de prisioneiro. Sobre a tribo Macurape, Aluízio Ferreira, comentou:

Pelos usos e costumes, são semelhantes aos dos Kepikiri-Uats, descritos na Comissão Rondon; pela região onde estão localizados, quero crer que se trata de tribos dessa Nação. O cacete curto, usado nos combates; as clavas, à guisa de espadas, de paxiúba preta, dos tuxauas; o cultivo, em grandes roças de feijão, favas, milho, cará, macaxeira (mani), bananas e uma espécie de amendoim graúdo (arabuê), do celeiro das colheitas; a cerâmica rudimentar; o plantio do algodão, com que tecem as redes de malhas largas, como as de tarrafa; o enorme pilão, usado para esmagar por movimento rotatório de ‘mão’ e não para socar; a cultura do fumo, que eles apreciam muitíssimo; o feitiço das casas, com um único esteio central, tudo e em tudo a semelhança com os Kepikiri-Uats. Vem a propósito anotar que, entre os Macurapes, não observei o menor vestígio de antropofagia” (FERREIRA apud BORZACOV, 1997, p.50-51).

Esta observação seria o elo que uniria Aluízio Ferreira e o General Cândido Mariano da Silva. Dessa experiência, Aluízio Ferreira escreveria o Memorial “Em Prol do Guaporé” que, além da beleza e do encanto da região, colocaria nesse documento sua visão de estadista ao defender, urgentemente, a presença do Estado naquelas paragens do poente, vista por ele como totalmente desguarnecida, o que colocava em risco a soberania nacional em toda sua faixa de fronteira, pondo, inclusive, em risco, a própria sobrevivência dos índios que, naquele momento, tinha aprendido a respeitar. Mas como apresentar tal documento se ainda estava na condição de foragido? Mesmo não claramente explicado os motivos, o fato é que, logo em seguida, se despede do seringal do Sr. Américo Casara e se apresenta à justiça militar para que sua situação fosse resolvida. De acordo com Borzacov (1997), em 1928, Aluízio Ferreira se apresenta às autoridades militares do Comando da 8ª Região Militar, em Belém. Com o julgamento obtido, foi condenado a sete meses de prisão. Em 1929, enquanto cumpria a sentença, envia ao General Rondon sua obra “Em Prol do Guaporé” que lhe acusa o recebimento. Estava, com isso, selada a união. O interesse de Rondon pelo trabalho de Aluízio lhe rendeu convite para que este, já reintegrado às forças armadas, assumisse a chefia do posto telegráfico de Santo Antônio, Estado do Mato Grosso, local da EFMM que, por sinal, contou com a anuência do Presidente Getúlio Vargas. Se não bastasse, em reconhecimento a fidelidade de Aluízio, o Presidente Vargas também o nomeia delegado do

Governo Federal na região do Alto Madeira. Tão logo assumira tais cargos, impôs seu estilo e o bom trabalho desempenhado foi prontamente reconhecido pelo governo. Assim, quando houve a nacionalização da referida estrada de ferro³⁴, em 1931, foi convidado a administrá-la. Sobre esse fato Matias (1998, p. 78) revela:

Até 30 de junho de 1931, a ferrovia Madeira-Mamoré era administrada por estrangeiros [...]. A partir do dia 10 de julho daquele ano, passou a ser dirigida por um brasileiro, Aluizio Pinheiro Ferreira, e teve sua razão social mudada de The Madeira-Mamoré Railway Company para Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, totalmente nacional. Esse episódio ficou conhecido em todo o país como a Nacionalização da Madeira-Mamoré. Aluizio Pinheiro Ferreira foi o primeiro brasileiro a administrar a Madeira-Mamoré e também o primeiro a dirigir uma empresa de capital estrangeiro no País. Por isso ficou conhecido como o ‘Nacionalizador’.

Preocupado, porém, com a integridade geográfica da região fronteira com a Bolívia, que também envolvia a questão de soberania nacional, Aluizio Ferreira sensibiliza o Ministro da Guerra, que finda, também, o nomeando para o cargo de Inspetor de Fronteira e, em 23 de setembro de 1932, pelo Aviso Ministerial n.º 518, se estabeleceria na região três contingentes de fronteira, assim localizados: Porto Velho, Guajará-Mirim e Forte Príncipe da Beira (HUGO, 1995).

A retidão de Aluizio Ferreira logo pôs a situação em normalidade na região, já que esta passava por um momento complicado, tanto financeiro quanto de hierarquia e civismo, em decorrência da crise envolvendo a ferrovia. Ao restabelecer à ordem interna, rapidamente passou a ganhar a admiração do governo e do povo da região. Desse reconhecimento e respeito conquistado, após ter seu início de carreira militar conturbada por revoluções, Aluizio passou a gozar de uma imagem de prestígio. Assim, em seis de março de 1936, nasceu o que se considerava ser o embrião do surgimento dos territórios federais. Ao apresentar os fundamentos para a necessidade de divisão política do Brasil para uma comissão do Alto Escalão Militar do governo, se inspirando, talvez, pelo Memorial “Em Prol do Guaporé”, que escrevera, bem como, fazendo uso de seu conhecimento e visão adquiridos pelo posto de administrador da EFMM, Aluizio Ferreira fez o seguinte desfecho de sua fala, conforme apontado por Borzacov (1997):

Poderei parecer um exaltado descrevendo a pujança do solo imenso do oeste longínquo e a capacidade construtora dos que por lá ergueram seus lares, unidos aos nativos pelos mesmos sentimentos de Pátria, Família e Religião. Mas o que afirmo,

³⁴ Conforme Hugo (1995) a nacionalização da administração da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré foi o marco decisivo para transformação da região em Território Federal

em realidade, é que não bastam as tintas do arco-íris para traçar toda a majestade empolgante, toda a imponência deslumbradora daquele pedaço do Brasil. A Amazônia é a nossa máxima reserva de brasilidade. Permanecerá brasileira, rebelde à cobiça das nações superpovoadas, repelindo as ambições dos povos famintos de matérias primas, de riquezas naturais e de terras férteis. A obra iniciada às margens do Madeira, a caminho dos sertões mato-grossenses e das fronteiras do oeste brasileiro, deverá prosseguir, emprestando-se-lhe caráter de uma jornada nacionalista e de uma bandeira de civismo (BORZACOV, 1997, p.97-98).

No ano seguinte, em 1937, os habitantes de Guajará-Mirim e do Vale do Guaporé, sob a liderança de Paulo Carneiro da Cruz Saldanha, enviaram uma exposição de motivos ao Presidente da República, pedindo o imediato desmembramento daquela área e a criação do Território Federal, em virtude do desprezo que os governadores de Mato Grosso e do Amazonas nutriam por Guajará-Mirim, Santo Antônio do rio Madeira e Porto Velho. Entre as personalidades locais, estavam Pedro Struthos, Alkindar Brasil de Arouca, Manuel Boucinhas de Menezes, Ary Pinheiro, Vitor Arantes, Omílio Sampaio, Almerindo Santos, Graciliano Maia e Emílio Santiago (HUGO, 1995). Contudo, pela análise feita desses ilustres representantes se verificou que a Loja Maçônica, de Guajará-Mirim, seria o principal corpo institucional envolvido nessa manifestação.

Assim, no ano seguinte, em 1938, foi montada uma comissão do governo federal para estudar o caso. Em 1940, a permanência de Getúlio Vargas, em Porto Velho, a pedido de Aluízio Ferreira, seria o prenúncio de que já estava selada a decisão. Fato, porém, legalmente ocorrido, em 13 de setembro de 1943, com a assinatura, no Salão dos despachos do Palácio do Catete, do Decreto-Lei n.º 5.812, que criava com esse ato, o Território Federal do Guaporé. Sendo seu primeiro Governador, Aluízio Pinheiro Ferreira, por indicação do próprio Presidente Getúlio Vargas. Nesse ato de posse, também se fazia presente o General Cândido Mariano da Silva Rondon, amigo de Aluízio Ferreira. Além do Território Federal do Guaporé, foram criadas, ainda, nesse mesmo ato, os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco (futura Roraima), de Ponta-porã e do Iguaçú. Estes dois últimos, contudo, desaparecerão já no mapa de 1950. Portanto, conforme o próprio Aluízio Ferreira comentava: “*a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré é a mãe do Território Federal do Guaporé*” (FERREIRA apud BORZACOV, 1997, p.103).

E, conforme Borzacov, Aluízio Ferreira ainda brincando diria: “*os outros territórios federais entraram de carona [...]*” (FERREIRA apud BORZACOV, 1997, p.104).

Ao fechar esse parêntese, se percebe que a mudança institucional proveniente da EFMM, com base no que foi apresentado, impactou não só as regiões do Madeira-Mamoré-Guaporé, ao desencadear o movimento de êxito da criação do Território Federal do Guaporé,

em 1943, como, também, outras regiões do país, ao serem criados, nesse mesmo ato, territórios federais, além do Guaporé. Pela atuação, aqui, demonstrada de Aluízio Ferreira, nesse episódio, tudo leva a crer que o papel desempenhado por esse ilustre paraense, de fato, foi crucial para a tomada de decisão, pelo Presidente Getúlio Vargas, de uma nova divisão territorial em solo brasileiro.

O Mapa 1, ilustra a divisão territorial do Brasil em 1940, portanto, antes da criação dos territórios. O Mapa 2, por sua vez, ilustra a divisão territorial do Brasil em 1945, com a inserção dos territórios federais criados em 1943. O Mapa 3, por outro lado, ilustra o mapa do Brasil em 1950, desaparecendo os Territórios Federais de Ponta-porã e de Iguazu.

Nessa época, a importância da produção de borracha na região da EFMM já era conhecida. Isto pode ser visto na história quando, por intermédio da criação do Instituto Agrônomo do Norte, em 1939, com sede em Belém, veio para a região uma comissão de norte-americanos e brasileiros, com a finalidade de estudos científicos dos recursos naturais com potencial para o desenvolvimento da região amazônica, tendo, nessa comissão, a seringueira como principal fonte de inspiração. Assim, de dezembro de 1940 a fevereiro de 1941, este grupo de pesquisadores se concentrou em Porto Velho (SALGADO, 1979), evidenciando, com isso, o caráter estratégico da região produtora de borracha às margens do rio Madeira.

Mapa 1 - Divisão territorial do Brasil em 1940



Fonte: IBGE (2002).

Mapa 2 - Divisão territorial do Brasil em 1945



Fonte: IBGE (2002).

Mapa 3 - Divisão territorial do Brasil em 1950.

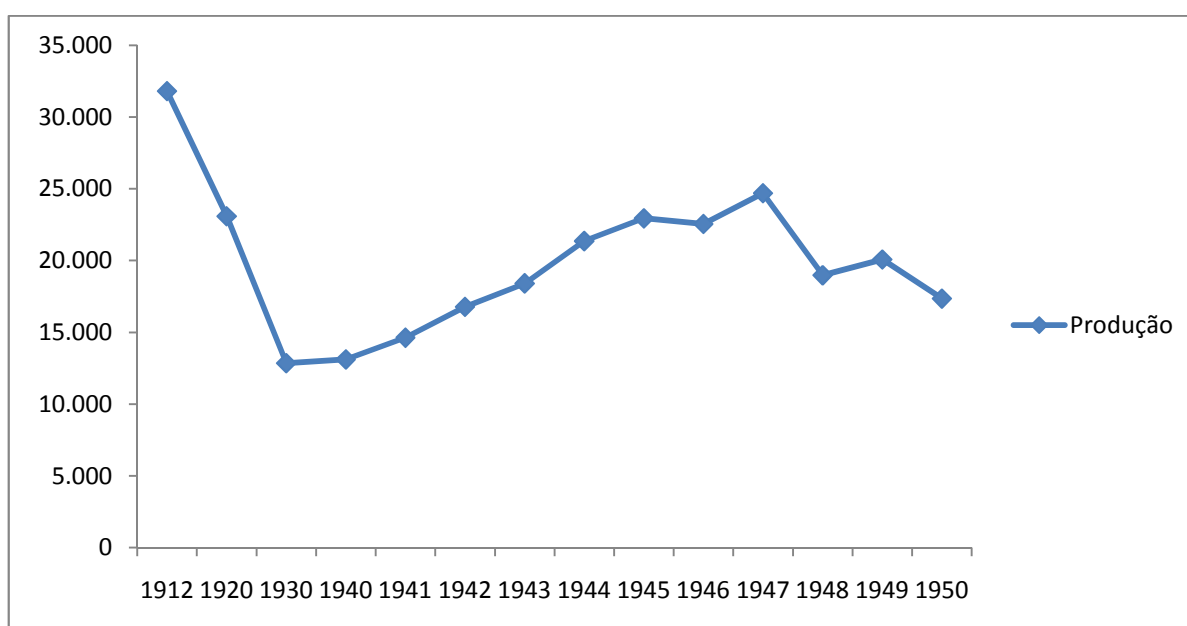


Fonte: IBGE (2002).

Mas, conforme Salgado (1979), somente em 1941, após a assinatura do Acordo de Washington é que houve uma mobilização oficial do governo brasileiro na contratação de pessoal técnico e de estrutura do Instituto Agrônomo do Norte. A II Guerra Mundial, portanto, trouxe um novo alento para a Amazônia como um todo, o que possibilitou um novo ciclo econômico, já que a Malásia, principal região da Ásia produtora de borracha, em decorrência da guerra, estava sob o domínio japonês. De acordo com SILVA (2007b, p.61), a “*Batalha da Borracha representou concretamente a primeira presença oficial e marcante do Estado brasileiro na região*”, contribuindo, assim, para compreensão do estágio de desenvolvimento por qual passava a região, com isso, ajudando a destacar o atual momento de transição de mudança institucional em Rondônia. A representação gráfica, a seguir, auxilia na compreensão dessa análise ao mostrar o novo impulso econômico atrelado a produção de borracha da Amazônia, durante o período da Segunda Guerra Mundial.

Pelo Gráfico 3, verifica-se que a partir da criação do Instituto Agrônomo do Norte a produção brasileira de borracha, coincidentemente ou não, começa a reverter um período longo de decadência. O impulso, no entanto, somente veio acontecer com os acordos de Washington, que elevou novamente a produção de borracha da Amazônia, mais fortemente evidenciado entre os anos de 1942 a 1947. Contudo, apesar desse aumento de produção, como se percebe, ainda, assim, esteve longe do que fora outrora a produção de borracha amazônica, configurando-se, desta maneira, como menos intensa se comparado com aquele período.

Gráfico 3 - Produção nacional de borracha, em toneladas, no período de 1912 a 1950



Fonte: Elaboração própria (2011). Com base em SALGADO (1979)

Com o intuito do fortalecimento da Borracha da Amazônia foi criado, ainda, no primeiro Governo de Getúlio Vargas, além do Instituto Agrônomo do Norte, as Colônias Nacionais derivadas de um pólo central. Conforme Salgado (1979) a Colônia Agrícola de Goiás, a primeira surgida na região, seria o pólo de irradiação do novo sistema de colonização rumo aos sertões do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí e Território de Iguazu e Ponta-Porã, num movimento chamado de “Marcha para o Oeste” (SALGADO, 1979). Embora não mencionada por este autor de forma explícita, essa política também foi sentida no Território Federal do Guaporé.

É neste período, portanto, que foram criadas as primeiras colônias agrícolas na região do então Território Federal, a exemplo da Colônia Agrícola do Iata, localizada, aproximadamente, a 35 km de Guajará-Mirim, criada em 1945 e a Colônia Agrícola de Candeias, localizada a, aproximadamente, 20 km de Porto Velho, criada em 1948. Nesse mesmo ano, foram criadas outras colônias agrícolas como a Nipo-Brasileira e a Treze de Setembro. Mais tarde, já sobre a influência da SPVEA, em 1959, é criada a Colônia Agrícola Paulo Leal, e, na década de 1960, foram criadas as Colônias Agrícolas de Periquitos e Areia Branca, ambas no entorno de Porto Velho, que tinham a finalidade de conter o êxodo nos seringais pela garantia de comércio de seus excedentes agrícolas no mercado local (MENEZES, 1984; CEMIN, 1992; SANTOS, 1998; PEREIRA, 2007).

Em relação as primeiras colônias agrícolas criadas pelo Governo do Território do Guaporé visavam abastecer as duas maiores cidades do território: Porto Velho e Guajará-Mirim, conforme Lopes (1983, p. 10) revela:

As colônias agrícolas criadas pelo Governo eram formadas por lotes de 25 ha, onde os colonos, de modo geral, dedicavam-se ao plantio de mandioca, para a fabricação de farinha, arroz, milho e feijão, observando-se, ainda, no caso da colônia agrícola do Iata, a cana-de-açúcar para o fabrico da rapadura. Utilizavam-se fundamentalmente de força de trabalho dos membros da família e vendiam seus produtos aos chamados ‘marreteiros’ (donos de caminhão), que revendiam a produção adquirida nas feiras de Porto Velho e de Guajará-Mirim.

Ainda no primeiro governo de Getúlio Vargas, foi instituído o Banco de Crédito da Borracha S/A (BCB) com a finalidade de, através de um Fundo Especial, incentivar e aperfeiçoar a produção da Borracha, bem como, conforme Salgado (1979) de sanear e colonizar as regiões produtoras, fruto dos acordos de Washington. Fato que teve impacto econômico da região amazônica, após 1947, quando se encerrou a vigência dos referidos

acordos³⁵. Porém, um ano antes, em 1946, a Constituição da República Federativa do Brasil daria as bases institucionais para uma série de medidas que, no conjunto, daria esperança para toda a região amazônica, pois, a Carta Magna incorporava a preocupação de um modelo de desenvolvimento para a região com a finalidade de reduzir as desigualdades regionais do país, ao promover ações de estímulo dessas áreas atrasadas e pobres como forma delas se aproximarem do nível de desenvolvimento das regiões mais ricas do território brasileiro. Conforme D'Araújo (1992) a Constituição de 1946, em seu artigo 199, deixava claro que a região amazônica se convertera em uma preocupação nacional e que, como tal, deveria ter um tratamento à altura de suas dificuldades e dos esforços do país para promover o seu desenvolvimento. Este artigo, portanto, dispunha sobre o estabelecimento de um programa de desenvolvimento regional e de um fundo especial, a ser financiado através da destinação de 3% da receita total de impostos em um período de vinte anos (CARDOSO; MULLER, 1977; MAHAR, 1978; 1979; SALGADO, 1979; HALL, 1991).

A Lei n.º 1.806 de seis de janeiro de 1953, que regulamentou o Artigo 199, foi aprovada pelo Congresso Nacional em onze de fevereiro de 1953. Surge, assim, o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e, dentro desta ótica, o Fundo de Valorização da Amazônia. De acordo com Mahar (1978) foi por intermédio do Congresso Nacional que se criou o órgão responsável pela coordenação geral do referido Plano, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) com o objetivo de desenvolver a produção agrícola, mineral e industrial, bem como, de elevar o bem-estar social e econômico da população regional. Era composta, portanto, de uma superintendência, incumbida de assuntos executivos, e uma comissão de planejamento, com 15 membros, com a missão de elaborar planos e supervisionar suas ações.

A jurisdição da área de atuação da SPVEA foi também resolvida pela Lei n.º 1.806, ao criarem as bases limítrofes da chamada “Amazônia Legal”, até hoje em vigor. Portanto, foi no final do segundo governo do presidente Getúlio Vargas, que surge a SPVEA, a qual foi regulamentada pelo Decreto n.º 34.132 de nove de outubro desse mesmo ano que, dentre outros, estabelecia como sede do órgão, a cidade de Belém, Pará, vinculada diretamente à Presidência da República (SALGADO, 1979; HALL, 1991; PANDOLFO, 1994). Para Salgado (1979) a SPVEA foi instituída como agência de desenvolvimento regional e foi fruto da decisão de um Estado forte e centralizador. Sobre esse aspecto o autor revela:

³⁵ De acordo com Salgado (1979) a extinção dos “Acordos de Washington” desarticulou a economia regional atrelada ao monopólio estatal da borracha. Assim, esse problema ensejou algumas transformações nas funções do Banco de Crédito da Borracha (BCB) que passou a ter seu raio de ação ampliado convertendo-se em Banco de Crédito da Amazônia S/A (BCA).

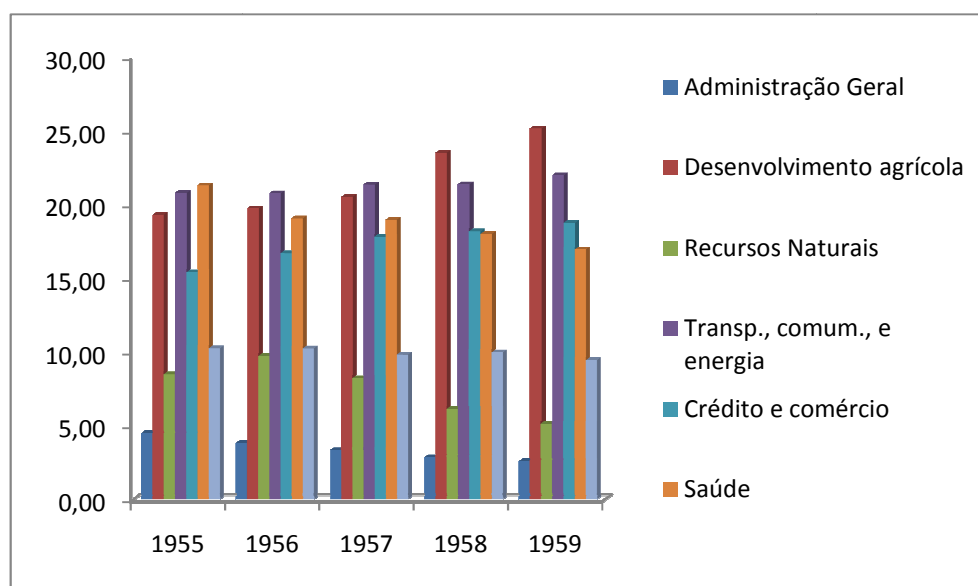
O fortalecimento do Estado nacional e a conseqüente intervenção estatal na economia desencadearam graves pressões contra o governo de Vargas porque sua política de cunho nitidamente nacionalista aliada à política do salário mínimo desagradava aos interesses estrangeiros e aos setores conservadores da política brasileira. E são justamente esses setores conservadores dentro e fora da região que fazem pressão contra a SPVEA, pelo que ela significa como agência estatal de intervenção na economia. Entretanto, Vargas se mantém no poder com o apoio das massas populares urbanas as quais constituem sua base política no que se poderia denominar de poder político extraconstitucional de seu governo. Além de apoio das massas populares, Vargas ainda contava com o apoio de certa ala do Exército. Em 1954, todas essas pressões configuravam numa situação política de crise prestes a se tornar luta de classes aberta e violenta. A evolução dos acontecimentos levou Vargas ao suicídio em agosto de 1954 (SALGADO, 1979, p.71-72).

Portanto, a criação da SPVEA teria sido um reconhecimento por parte do governo brasileiro dos resultados infelizes das ações que outrora se cristalizaram na Amazônia como esforço para seu desenvolvimento. Do fracasso dessas ações, surge, agora, um ponto estratégico, o planejamento regional e, com ele, a importância de se elaborar um Plano de desenvolvimento para a Amazônia. Portanto, a SPVEA foi concebida dentro de uma visão institucional que a colocava como o principal organismo de planejamento e de execução do governo. No ano seguinte a sua criação, em 1954, entra em planejamento a execução de um Programa de Emergência como primeiro esforço governamental em prol do desenvolvimento regional e, nesse contexto, o primeiro Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia, referente ao período de 1955-1959 (SALGADO, 1979; SERRA; FERNANDEZ, 2004).

Salgado (1979) traz um balanço dos recursos utilizados pelo SPVEA referente ao 1º Plano Quinquenal, de 1955 a 1959. Pelo Gráfico 4, verifica-se, em termos percentuais, que o setor de transportes, comunicação e energia de 1955 a 1957, correspondia à maior parte dos recursos utilizados pela SPVEA, dentre todos os programas, o que demonstra a preocupação do Governo com o setor de infra-estrutura.

No entanto, os anos seguintes, de 1958 e 1959, o Programa de Desenvolvimento Agrícola passou a corresponder a principal linha de ação do governo, mesmo que a preocupação com o setor de infra-estrutura continuasse sendo percebida. Em relação aos outros programas, em geral, houve uma tendência de queda em relação à saúde, recursos naturais e administração geral, além de uma tendência relativa de aumento para os gastos com crédito e comércio, porém, de neutralidade para o programa de cultura. Portanto, a visão da agricultura como irradiadora do desenvolvimento foi um ponto claro da ação do governo. E parece que o governo apostou todas as fichas nisso ao fortalecer as Colônias Agrícolas, já evidenciadas anteriormente.

Gráfico 4 - Percentual de recursos utilizados pela SPVEA no 1º Plano Quinquenal de 1955 a 1959.



Fonte: Elaboração própria (2011). Com base em SALGADO (1979).

Apesar de o Plano Quinquenal apresentar objetivos bem louváveis, a análise feita, em 1960, visando verificar o real atendimento daquilo que fora colocado como metas estabelecidas pelo planejamento, se permitiu concluir, segundo D'Araújo (1992), que o órgão fracassou em quase todas elas, fato que estaria relacionado com a queda da participação da região amazônica na renda nacional, caindo de 4,6% para 4,4% entre os anos de 1948 e 1958. O que indicava uma necessidade de revisão do plano.

Mesmo tendo fracassado em seus objetivos, alguns pontos positivos podem ser mencionados durante a atuação da SPVEA. Nesse sentido, Pontes Filho (2000) apresenta o levantamento aerofotográfico da floresta e do subsolo da região, bem como, a criação do Instituto nacional de pesquisa da Amazônia (INPA), com sede em Manaus, Amazonas, como sendo alguns deles. Observa-se, também, que os limites ainda hoje utilizados para designar a Amazônia Legal, vem também se somar aos bons feitos da SPVEA. Porém, do ponto de vista do desenvolvimento regional, os sucessos da SPVEA, segundo Hall (1991), alcançaram resultados, no mínimo, bem modestos, reforçando a idéia de falha do Plano. Sobre isso, Hall comenta:

Á parte modernizar instalações portuárias e criar algumas grandes indústrias, sua maior realização foi a construção da estrada de rodagem de 2.000 km, ligando a cidade de Belém a Brasília. Originalmente concebida em 1947, e com o traçado finalmente mapeado em 1956, a estrada de terra foi concluída em 1960, oficialmente inaugurada cinco anos depois e pavimentada em 1973. Supostamente inspirada por

pressão do lobby da nascente indústria automobilística do país, e não pelo desejo de colonizar o interior per se, estima-se que a estrada atraiu 174.000 migrantes no período de 1960-1970, de uma forma muito desorganizada e não planejada, embora, outros autores [...] tenham sugerido um número muito mais alto, de até 320.000 colonos (HALL, 1991, p.25).

Percebe-se, que temas e percepções pertinentes ao universo do modernismo no Brasil, pelo menos a partir dos anos 70 do século XIX (HARDMAN, 1986; 1988), passaria, agora, a ceder espaço para outra corrente, pós-moderna, que via nos trilhos a visão obsoleta de progresso e, as rodovias como símbolos civilizatórios mais evoluídos. O *lobby* evidenciado por Hall (1991), a nosso ver, estaria ligado a esta linha de raciocínio. Não entrando no mérito da questão, se fora ou não tal *lobby* o motivador das políticas desenvolvimentistas atreladas à construção de rodovias federais na Amazônia, o fato é que elas marcariam, sobremaneira, todo o seu espaço.

É, portanto, no governo de JK que esse movimento se intensifica. Embora o Plano de Metas elaborado pelo seu Governo tivesse priorizado a produção nacional, em substituição às importações, dando impulso à industrialização do país, para a Amazônia, contudo, foi a transferência da sede política e administrativa do Governo Federal, em 1959, do Rio de Janeiro para Brasília, que traria fortes conseqüências sobre toda a região amazônica. Dessa maneira, a “marcha para o Oeste” lançado por Getúlio Vargas, em 1940, toma um ímpeto decisivo, através da implantação de Brasília e dos grandes eixos rodoviários que passaram a interligá-la com a Amazônia, Pará e Acre, induzindo a mobilização migratória (SANTOS, 1998).

Contudo, esta nova trajetória deveu-se, em parte, pela descoberta de minerais de Cassiterita na região do Território de Rondônia, pelo engenheiro Frederico Hoespken. Assim, conforme SEDAM (2002), o minério com alto teor e com altos preços no mercado, estimulou seringalistas e os proprietários de terra da região a uma corrida ao estanho. Com isso, houve, nesse período, migração intensa de garimpeiros para a descoberta de novas jazidas e para exploração mineral. No entanto, a lavra econômica ocorreu apenas em 1959 e se expandiu até o ano de 1970, o que ajudou a impulsionar a economia da região. A partir de 1971, porém, a exploração mineral ficou restrita às empresas mineradoras, por força de uma portaria do Ministério das Minas e Energia, que proibiu a garimpagem manual, promovendo a remoção dos garimpeiros em Rondônia. Portanto, de acordo com Coy (1988), a descoberta de jazidas de cassiterita no norte de Rondônia, durante os anos de 1950 representa um dos motivos essenciais da construção da estrada Cuiabá – Porto Velho (inicialmente BR-29 e mais tarde BR-364), única ligação terrestre de toda a Amazônia ocidental ao centro do País.

Com isso, um novo momento de mudança institucional está por surgir. E com ele, o fim do período de transição que ora acabamos de abordar. A EFMM, sem dúvida, se configurou como a primeira grande mudança institucional ocorrida no Território Federal do Guaporé, fato que se estendeu até a década de 1950, quando, a partir do governo de JK, o Estado inicia uma nova política de desenvolvimento regional, sobre a qual permitiu mudar, novamente, o cenário da região, configurando-se como um novo processo, um novo momento e um novo tempo. E isso acontece não mais sobre a designação de Território Federal do Guaporé, já que em dezessete de fevereiro de 1956, o então Presidente Juscelino Kubitschek, em homenagem ao Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, passou a designar a referida região de Território Federal de Rondônia. Com isso, é o fim do período de transição e o início do que viria ser a segunda mudança institucional constatada pela pesquisa.

4.4 BR 364: A SEGUNDA MUDANÇA INSTITUCIONAL

É bom frisar que até o ano de 1959, a borracha possuía significado em Rondônia e no Acre que, em termos de participação no produto bruto da agricultura nas unidades da região Norte, representava, no caso do primeiro, 77% do produto bruto da agricultura, e, no caso do segundo, 70% (SANTOS, 1982). Este cenário, contudo, sofrerá um viés, o que mudará o eixo de desenvolvimento de Rondônia da porção Madeira-Guaporé para a porção Leste Rondoniense, seguindo o sentido da “marcha para o Oeste”, no trecho que fora outrora traçado pelas linhas telegráficas sob o comando de Rondon, isto é, no sentido Vilhena (primeiro posto telegráfico em Rondônia) a Porto Velho (praticamente final da linha telegráfica). No entanto, esse movimento ganhou força com o Regime Militar implantado no Brasil, que se estendeu de 1964 a 1985, com o fim do Governo do Presidente João Figueiredo. Portanto, foi no governo de JK que se iniciou a construção da BR-029, depois chamada de BR-364.

Com isso, um ponto comum parece ligar o antigo (EFMM) com o novo (BR-364), a visão positivista, pois, da mesma forma que a estrada de ferro, no caso, a Madeira-Mamoré, surgiu não só como veículo do progresso técnico, mas, sobretudo, como instrumento da ordem pública (HARDMAN, 1986; 1988), a rodovia federal, no caso, a BR-364, também surgiu sobre as mesmas bases. Essa nova fase, agora pós-moderna, seria, portanto, nutrida pelos mesmos princípios de integrar à região como forma de manter a ordem e o progresso nesse longínquo pedaço de chão amazônico. Em outras palavras, era preciso estender o poder do Estado em todo território nacional e a Amazônia, por ser considerada uma “região-

problema” que agrupava os maiores vazios demográficos do Brasil, representava, assim, um grande risco à soberania do país. Porém, o modal escolhido, no caso, o rodoviário, potencializaria, a nosso ver, essa ação do governo, possivelmente através dos *lobbies* levantados por Hall (1991).

Além da visão positivista, atrelava-se, ainda, a do interesse econômico. Portanto, a construção da rodovia Cuiabá – Porto Velho, inicialmente BR-029, e depois, BR-364, refletiu os objetivos estratégicos do governo JK que via nas estradas federais um meio vital não só para a descentralização populacional como para a expansão dos mercados para as indústrias de bens de consumo baseadas no Centro-Sul e para a criação de acesso às matérias-primas no interior do país (DIEGUES et al., 1993). Porém, em Rondônia, é durante o período do regime militar que os impactos da nova mudança começam a ser sentida.

A primeira ação do governo federal, já sob o regime militar, foi a chamada “Operação Amazônia” (1966 – 1970) iniciada por Castello Branco (1964-1967), portanto, o primeiro Presidente do Brasil desse período.

Conforme Mahar (1978) é com a subida ao poder de um novo governo, em 1964, que o planejamento do desenvolvimento da Amazônia começou a tomar novo rumo. Assim, a tão sonhada revisão do Plano de Valorização da Amazônia surge finalmente quando o então presidente da SPVEA, em 1964, a reconhece como uma instituição fracassada e desorganizada, incapaz de cumprir suas obrigações como órgão de desenvolvimento sócio-econômico da região (CAVALCANTI, 1967; MAHAR, 1978). Nesse sentido, a orientação técnica passaria a ter preponderância sobre os interesses políticos (MAHAR, 1978). Em outras palavras, os órgãos criados para executar “tecnicamente” as ações do futuro Plano de desenvolvimento para a Amazônia teriam poder para tomar decisões alheias aos interesses partidários.

A “Operação Amazônia” foi formalmente instituída pela Lei n.º 5.173 de vinte e sete de outubro de 1966, em referência ao artigo 199 da Constituição Federal que trata do Plano de Valorização da Amazônia.

De acordo com o Artigo 3º dessa Lei, verifica-se que o Plano de Valorização Econômica da Amazônia teve como objetivo promover o desenvolvimento auto-sustentado da economia e o bem-estar social da região amazônica, de forma harmônica e integrada na economia nacional. No que concerne ao seu artigo 4º, o Plano foi desenvolvido com apoio da seguinte orientação básica, em especial:

- a) realização de programas de pesquisas e levantamento do potencial econômico da Região, como base para a ação planejada à longo prazo;
- b) definição dos espaços econômicos suscetíveis de desenvolvimento planejado, com a fixação de pólos de crescimento capazes de induzir o desenvolvimento de áreas vizinhas;
- c) concentração de recursos em áreas selecionadas em função de seu potencial e populações existentes;
- d) formação de grupos populacionais estáveis, tendente a um processo de auto-sustentação;
- e) adoção de política imigratória para a Região, com aproveitamento de excedentes populacionais internos e contingentes selecionados externos;
- f) fixação de populações regionais, especialmente no que concerne às zonas de fronteiras;
- h) incentivo e amparo à agricultura, à pecuária e à piscicultura como base de sustentação das populações regionais;
- i) adoção de intensiva política de estímulos fiscais, creditícios e outros;
- n) concentração da ação governamental nas tarefas de planejamento, pesquisa de recursos naturais, implantação e expansão da infra-estrutura econômica e social, reservando para a iniciativa privada as atividades industriais, agrícolas, pecuárias, comerciais e de serviços básicos rentáveis.

Assim, de acordo com Salgado (1979), o novo governo passou a revitalizar a idéia de Getúlio Vargas que via a Amazônia como uma “área-problema” que precisava se “integrar para não entregar”. Esse reconhecimento pelo Poder Central levou a uma nova política tributária, transformando-a no carro-chefe da “Operação Amazônia”, por isso, algumas mudanças nos órgãos regionais foram essenciais. Assim, a partir desta Lei, a SPVEA foi substituída pela SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, e um ano antes, pela Lei n.º 5.122 de vinte e oito de setembro de 1966, o BCA pelo BASA, em decorrência do novo contexto de planejamento que passou, a partir daí, a se constituir como característica do regime militar.

Sobre o tipo de planejamento adotado pelo governo federal dentro do regime instituído no Brasil pós-1964, Salgado (1979, p. 74), comenta:

O alijamento das oposições partidárias das reivindicações sindicais e dos grupos de pressão, a exclusão da participação popular no processo político decisório e a crescente centralização de decisões em torno do Poder Executivo respaldado nas forças militares, tem sido as principais características políticas deste Estado forte, onde o Planejamento vertical passa a ser um dos instrumentos mais eficazes para o controle das forças sociais. Trata-se de um planejamento de cunho tecnocrático [...].

Dessa maneira, a futura política regional, contida na “Operação Amazônia”, seria orientada para estabelecer “pólos de desenvolvimento”. Mas, inicialmente, isso gerou protestos da parte Ocidental da Amazônia que alegava que a sub-região Oriental, no caso Belém e região, em face de sua infra-estrutura superior e do mercado maior, atraíam uma parcela desproporcional dos fundos de investimentos criados pelos incentivos fiscais da

SPVEA. Além do mais, dizia-se ainda que a sub-região Ocidental, no caso Manaus e entorno, estava ficando em desvantagem com relação a Belém e sofrendo de elevado nível de desemprego e de êxodo de capitais e recursos humanos (MAHAR, 1978).

Procurando remediar tal descompasso, foi promulgada a legislação compensatória pelo Decreto-Lei n.º 288 de vinte e oito de fevereiro de 1967, que trata da criação da Zona Franca de Manaus – ZFM, cuja intenção básica, segundo Mahar (1978) foi a de criar, por meios fiscais, um centro comercial, industrial e agrícola em Manaus que servisse de “pólo de desenvolvimento” para a Amazônia Ocidental. Contudo, esta ficou sob supervisão geral da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). No entanto, em Rondônia, tal efeito somente seria sentido anos depois. Porém, até lá, a principal política de impacto na região seria aquela vinculada ao Programa de Integração Nacional do Governo do Presidente Médici, embora outros Programas estivessem, também, embutidos no I Plano Nacional de Desenvolvimento – PND (1970 – 1974), como o Programa de Redistribuição de terras e estímulo à agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA); Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste – (PRODOESTE); e o Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE).

O Programa de Integração Nacional (PIN), vinculado ao PROTERRA, foi estabelecido pela Lei n.º 1.106 de dezesseis de junho de 1970, porém seu foco estava direcionado à porção Oriental da Amazônia com a previsão de construção da Rodovia Transamazônica ou BR-230, uma rodovia Leste-Oeste que ligaria a Amazônia ao Nordeste e, também, com a construção da Rodovia Cuiabá-Santarém ou BR-163, uma rodovia Norte-Sul que ligava o Norte com o Centro-Sul (MAHAR, 1978). A BR-364, por sua vez, daria um novo impulso a este fluxo migratório inserindo uma nova rota migratória em direção a Amazônia Ocidental.

Tal consolidação, ocorrida em 1968, permitiu o início, de fato, da ocupação agrícola no então Território Federal de Rondônia, motivada pela propaganda do Governo Federal (“homens sem terra” para “terras sem homens”), o que colocou a Amazônia em grande evidência, talvez, ainda, em decorrência do mito do “Eldorado”. O resultado veio de imediato com a migração maciça para a região, iniciando, com isso, um novo modelo econômico pautado na força agrícola e pecuária, que logo levaria em destaque o futuro Estado de Rondônia no cenário regional e nacional (SEDAM, 2002). Contudo, Rondônia, não fez parte de imediato desse Programa, conforme pode ser visto em Diegues et al. (1993, p. 84):

Em contraste com a Rodovia Transamazônica, Rondônia não havia sido inicialmente cogitada pelo regime militar pós-1964, como um foco importante de colonização de pequenos produtores na Amazônia Brasileira. Contudo, a abertura da BR-364 e as

notícias da facilidade de compra e das terras férteis em Rondônia (que em parte refletiram a propaganda governamental sobre um novo 'El Dorado' na Amazônia) causaram um pique migratório sem precedentes na região.

Lopes (1993) ao complementar essa observação, afirma que após a consolidação da BR-364, se processou em Rondônia um fluxo migratório espontâneo, porém, desorganizado e irregular que, a partir de 1970, só iria se intensificar. Sobre esse assunto, o autor cita que:

No governo JK foi construída, como parte da malha viária constante do Plano de Metas, a BR-29, futura 364. Com a construção da rodovia, chegaram algumas empresas particulares, intituladas companhias de colonização que começaram a lotear e a vender terras a migrantes que se deslocavam até Rondônia, motivados pela divulgação feita a partir de 1964, da disponibilidade de terras da União (93% das terras, 7% pertenciam legalmente a particulares) a serem adquiridas por colonos que realmente desejassem integrar-se na Amazônia. Entre tais empresas estavam a Itaporanga e a Calama, que iniciaram a venda de glebas nas áreas de Espigão do Oeste e Vila Rondônia (atualmente Município de Ji-Paraná). Mesmo terras de reservas indígenas foram penetradas e ocupadas indevidamente. Esta ocupação espontânea, desorganizada e irregular, deu lugar a conflito de terras, que a partir de 1970 tomariam magnitude e intensidade crescente (LOPES, 1983, p.20).

Para Amaral (1998), a partir de 1970, a relação homem/natureza, em Rondônia, foi sendo permeada pelo processo de colonização agrícola. E nesse contexto, o INCRA seria o corpo institucional incumbido pelo Governo Federal de realizar todo o processo de colonização, constante no Plano de Integração Nacional já que, antes dele, conforme Santos (1998), havia uma verdadeira confusão de órgãos federais e estaduais destinados a implantar projetos de colonização desde a década de 1950, acarretando, em 1970, numa melhor racionalização institucional. Sobre esse processo, Dias; Castro (1986, p. 19), comenta:

A nível federal, a responsabilidade pelo que se poderia denominar de política de colonização foi atribuída de vários órgãos ao longo da história. Nos anos 50, foi uma incumbência do INIC (Instituto Nacional de Imigração e Colonização); e, em 1962, foi entregue à SUPRA (Superintendência de Política Agrária); e, em 1964, essa função foi desdobrada com a criação de dois novos órgãos: o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário). Ficaram a cargo do primeiro as chamadas áreas prioritárias para a reforma agrária, cabendo ao segundo as iniciativas promovidas fora das áreas prioritárias. Finalmente, em 1970, esses dois órgãos fundiram-se novamente, passando suas respectivas atribuições para um novo órgão: o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Assim, em 1970, o Governo Federal implanta em Rondônia o Projeto de Colonização Integrada (PCI) de Ouro Preto, por intermédio do INCRA, ao longo da BR-364, no centro leste do Território (DIEGUES et al., 1993; PLANAFLORO, 1998) como forma de atender e organizar essa migração inicialmente evidenciada para a região. Portanto, o PIC - Ouro Preto

foi o primeiro projeto de colonização dirigida que fora modelado depois que o Projeto de Colonização Integrada, ter sido iniciado na Transamazônica, o qual, ainda se encontrava em andamento (MULLER, 1980). E desse modo, mesmo evidenciadas as falhas desse modelo, inicialmente implantado na região da Transamazônica, o PIC- Ouro Preto, em Rondônia, foi instalado insinuando, com isso, que as instituições brasileiras pareciam não ter aprendido muito com a experiência de gestão dos projetos de colonização da Transamazônica (MORAN, 1984).

Contudo, pelas circunstâncias desta decisão e pelos acontecimentos seguintes, realmente se evidenciou a falta de planejamento inicial do governo em relação a Rondônia. As decisões sobre a colonização, tomadas em 1970, simplesmente foram decorrentes de fatos inesperados, sem planejamento, a priori. E de repente, ao se depararem com um fluxo migratório cada vez mais significativo, vem a decisão de se instalar, ali, um PCI. Tanto é que, inicialmente programada para assentar 500 famílias (MARTINE, 1978; MUELLER, 1980), dentre elas, as abandonadas pela colonizadora Calama S/A³⁶, numa área de aproximadamente 160.000 hectares, já no ano seguinte de sua criação, passa a ser ampliada para 450.000 hectares (PLANAFLORO, 1998), levando o INCRA, em 1974, a assentar, aproximadamente, 4.000 famílias no PCI – Ouro Preto (MARTINE, 1978; MUELLER, 1980).

Nota-se, portanto, que a decisão de criar o primeiro assentamento dirigido em Rondônia, pelo Governo Federal, nasceu, a nosso ver, de um viés e não por obra da ação planejada do governo. Isto, porém, fica mais evidente quando se analisa dois fatos. O primeiro deles se refere ao I PND, que não contemplava o Território Federal de Rondônia como área prioritária dessa política fato, porém, oposto ao observado para a região da Amazônia Oriental que tinha concentrado todos os principais programas existentes nesse plano, em especial, aqueles vinculados a Transamazônica e a BR-163 (Cuiabá-Santarém) que, com isso, passaram a ter tratamento especial do governo. Embora, Moran (1984) tenha afirmado que, antes de 1970, Rondônia fora pouco ocupada em decorrência de grande parte de seu território ser inacessível ao transporte fluvial, ela, ainda sim, existiu. Tal indício pode ser visto quando da decisão do Presidente JK em abrir a rodovia BR-29, posteriormente chamada BR-364, na década de 1950, possibilitando a ligação de Brasília a Porto Velho, via Mato Grosso, em parte, pela influência da descoberta da Cassiterita em Rondônia. Portanto, o segundo fato estaria relacionado à construção da referida rodovia federal que passou, então, a estimular a

³⁶ Inicialmente o projeto tinha o objetivo de resolver os problemas de cerca de 300 famílias que haviam sido atraídas para Rondônia por esta empresa e depois abandonadas (MARTINE, 1978).

vinda de pessoas para o Território de Rondônia, desde a década de 1950, mesmo tal rodovia não estando pavimentada, fato que ocorreria anos depois.

Assim, não é de se estranhar que a população de Rondônia tivesse crescido 90% no intervalo de 1950/1960 e 53% no intervalo de 1960/1970, conforme apontado por Laranjeiras (1979). Contudo, foi, em 1970, com a abertura da porção sudeste de Rondônia, via BR-364, que uma onda migratória sem precedentes na Amazônia (MORAN, 1984) entrasse em ebulição, o que fez surgir graves conflitos, acendendo o alerta vermelho do governo. Embora a experiência da ação do Governo Federal no lado Oriental da Amazônia brasileira, a exemplo da Transamazônica, que trouxe consigo graves conflitos de terras, conforme apontado por Schmink (1982), não se evidenciou esforço no sentido de remediá-los em Rondônia. Portanto, o grande contingente populacional, vindo principalmente do Sul do país, atraído pela divulgação do Projeto feito pelo Governo Federal, logo demonstraria para este último, a necessidade de uma nova tomada de decisão que viesse amenizar os impactos do PIC – Ouro Preto, pois já se evidenciava grandes conflitos sociais e invasões de terras alheias ao projeto. Diante de tal circunstância, foram autorizadas pelo Governo, como forma de atenuar os problemas observados no PCI- Ouro Preto, bem como de outras regiões que já evidenciava presença humana desorganizada, a criação de mais quatro PCI's. Em decorrência do viés migratório para Rondônia, os PCI's criados foram os de Sidney Girão, Ji-Paraná, Paulo Assis Ribeiro e Padre Adolfo Rohl, conforme o Quadro 13, a seguir. De acordo com Moran (1981; 1982), a função do INCRA, nesse processo, envolvia a tentativa de regularizar a ocupação da terra e a emissão de títulos de propriedade.

Além do PCI, o governo adotou, também, em Rondônia, os chamados PAD's – Projetos de Assentamento Dirigido, porém, vinculado ao fluxo espontâneo de migrantes, que tinha por objetivo contemplar os agricultores com maior experiência agrícola e que apresentasse estrutura considerada suficiente para obtenção de recursos financeiros junto ao BASA, ficando o INCRA, nesse caso, com a responsabilidade pela seleção e assentamento dos beneficiários, pela infra-estrutura, loteamento e titulação (CUNHA, 1985).

Quadro 13 - Os PCI's implantados no Território Federal de Rondônia

PCI	Criação	Município ³⁷	Área em ha ³⁸	Número de lotes
Sidney Girão	13.08.1971	Guajará-Mirim	60.000	635
Ji-Paraná	16.06.1972	Cacoal	486.137	4.755
Paulo Assis Ribeiro	04.10.1973	Colorado do Oeste	293.580	3.533
Padre Adolfo Rohl	20.11.1975	Jaru	407.219	3.406

Fonte: Elaboração própria (2011). Com base em Santos (1998); Planaflores (1998).

Embora, entre 1970 e 1978, já tivessem sido instalados sete projetos dirigidos de colonização em Rondônia, com o assentamento de 23.210 famílias de colonos, conforme Souza; Pessôa (2009), ou seja, cinco PCI's e dois PAD's, mesmo assim, não foram suficientes para sanar os conflitos inerentes a onda de migração, o que exigiu uma nova ação do Governo Federal. Assim, em 1980, foi criado o Projeto de Assentamento Rápido – PAD, que tinha por objetivo solucionar o excedente de famílias localizadas em lotes alheios aos projetos oficiais que até, então, não tinham sido vinculadas ao projeto. Contudo, para que fosse atendido o máximo de colonos, a solução encontrada pelo Governo, foi a distribuição de lotes pela metade do que vinha acontecendo anteriormente, ou seja, as áreas dos lotes passou a ser, em média, de 50 hectares, bem como não vinham mais acompanhada de linhas que possibilitassem seu acesso. Talvez essa atitude demonstre um pouco, o quão distante estava o projeto de colonização implantado em Rondônia, em relação ao planejamento do desenvolvimento idealizado pelo Governo no início da década de 1970. Somente a partir desse fluxo espontâneo inicial é que o Estado passaria a inserir o Território Federal de Rondônia nos Planos Nacionais de Desenvolvimento, iniciando, assim, um processo de colonização mais dirigida.

O trade off “Desenvolvimento e Conservação” realmente se fez presente durante todo o processo de colonização agrícola de Rondônia, levando sempre o primeiro a se sobrepôr em relação ao segundo. E, com isso, o resultado desse processo inicial de colonização, que caracterizou a década de 1970 e continuaria a ser sentida na década de 1980, não poderia ser diferente. Em Rondônia, os processos de expansão rápida e de desmatamento acelerado passaram a fazer parte cada vez mais comum das estatísticas oficiais. Porém, além

³⁷ Embora apareçam os municípios listados na tabela, até o ano de 1976 só existiam os municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim em todo o Território Federal de Rondônia. Contudo, esses municípios da tabela indicam somente a localização dos PCI's, dentro da atual configuração política e administrativa do Estado de Rondônia, como forma de facilitar a percepção de sua localização.

³⁸ É bom lembrar que tais áreas são referentes ao período em que foram criadas. Contudo, na literatura, é possível encontrar alguma pequena alteração em relação a esse dado, fato possivelmente explicado pela constante demanda que acabava exercendo certa pressão sobre esses projetos.

do trade off, também veio o processo migratório de 1970 acompanhado de um conjunto de conflitos sociais envolvendo especuladores de terra, pecuaristas, migrantes sem terra, povos indígenas, seringueiros e outras populações que, segundo Diegues et al. (1993), criava uma situação de violência em um clima geral de ausência de leis. Tal impacto, sentido pelo Governo Federal, em decorrência do viés migratório observado para o Território Federal de Rondônia, nas décadas de 1950, 1960 e, principalmente, 1970, o levaria, já no II PND (BRASIL, 1974), a dar prioridade à região.

Contudo, há um elemento importante a ser considerado, o cenário brasileiro, pois, se tratava do fim de um período de expansão, em que o Brasil fora marcado pelo que ficou conhecido como “milagre brasileiro”, de 1967 a 1973, que, segundo Costa (1992) teve como motor o setor de produção de bens de consumo duráveis, também chamado de bens de consumo de luxo, que, a seu ver, era oligopólico e com elevado grau de desnacionalização, cuja capacidade de acumulação esteve dada por restrições alfandegárias de mercado e pelas garantias institucionais e políticas de sustentação de uma demanda efetiva, garantida por amplo financiamento do consumo e, paradoxalmente, por níveis crescentes de concentração da renda. O fim desse processo elevou, portanto, a pressão do setor sobre o Governo, que diante de tal situação de crise passou a tomar medidas em prol desse novo equilíbrio de mercado. O ambiente de crise desse período pode ser visto em Costa (1992, p. 28) quando comenta:

Em 1974, vislumbra-se já uma tendência recessiva proveniente desses obstáculos. Associadas a essa tendência detectam-se, então, pressões inflacionárias derivadas da resposta dos setores oligopólicos, em particular dos ligados à produção de bens de consumo duráveis, elevando o preço para garantir as suas margens de lucro em condições de queda nos negócios, de redução das vendas.

A saída? Estimular a indústria nacional com a política de substituição de importações. Assim, conforme o autor em tela:

Uma resposta a esse conjunto de restrições foi pensada no II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND que previa a retomada de elevados níveis de crescimento pela substituição de importações de bens de produção. Seriam montados vários ramos de produção e ampliados outros com o intuito de dinamizar a produção de máquinas e equipamentos (os denominados bens de capital) e esperava-se que daí resultassem efeitos estimuladores de toda a economia (COSTA, 1992, p.29).

Portanto, foi dentro desse contexto que o Governo Federal passou a olhar o Território Federal de Rondônia como uma região possuidora de potencial dinamizador, apesar dos percalços do início da colonização e dos grandes conflitos socioambientais surgidos, já nos

primeiros anos de 1970, transformando-a em “pólo de desenvolvimento”. Dessa maneira, a forte migração para o Território levou ao surgimento dos primeiros núcleos urbanos ao longo da BR-364 e a prática evidenciada da mineração da cassiterita, minério do estanho, foram fatores essenciais que permitiram que Rondônia fosse incluída como parte do planejamento contido no II Plano Nacional de Desenvolvimento, quando entrou em vigor o POLAMAZÔNIA – Programa de Pólos Agropecuários e Agro-minerais da Amazônia (1974 – 1979).

Assim, dentro da ótica do Programa, Rondônia, agora como “pólo de desenvolvimento”, passaria a apresentar os seguintes objetivos:

Conclusão das novas instalações portuárias em Porto Velho; apoio ao projeto de aproveitamento hidroelétrico da Cachoeira de Samuel; estudos para a expansão da cultura cafeeira (500 pés plantados, com o apoio do IBC); implantação de lavouras cacaueiras em áreas selecionadas pela CEPLAC³⁹; expansão da mineração de cassiterita; apoio aos núcleos urbanos de Porto Velho e Vila Rondônia; e, desenvolvimento da navegação fluvial (BRASIL, 1976, p.7).

Maciel (2004), reforça o que foi dito anteriormente ao apontar dois fatores macrorregionais essenciais para a inserção do Território Federal de Rondônia, como “pólo de desenvolvimento”. O primeiro deles estaria relacionado com a reserva do minério de cassiterita e o segundo com a qualidade de suas terras para agricultura. Contudo, a força de trabalho necessária para consolidar esse projeto, viria do já conhecido processo migratório, portanto, via colonização. Porém, conforme o autor, é no nível microrregional que a concepção de pólo de desenvolvimento se mostra extremamente engenhosa, ao fazer a seguinte análise:

É no nível micro, todavia, que a concepção da teoria dos pólos, no caso de Rondônia, se mostra extremamente engenhosa: acompanhando o eixo da BR-364, que corta o Estado de Sudeste a Noroeste, os PIC's Gy-Paraná, Ouro Preto e Adolpho Rohl mais os PAD Burareiro e Marechal Dutra formam um continuum urbano de 300 km, que originou as cidades mais desenvolvidas do Estado – pela ordem, Cacoal, Presidente Médici, Ji-Paraná, Ouro Preto d'Oeste e Ariquemes. Essas cidades ficam no centro de cada projeto (MACIEL, 2004, p.98).

A engenhosidade a que se refere o autor em tela, diz respeito ao fato desse programa ser uma concretização teórica, dado os índices de desenvolvimento por ele apresentado, indicando o modelo de Rondônia como o mais acabado dessa lógica. Fato que pode ser sentido, quando se refere ao seguinte trecho de seu trabalho:

³⁹ Este terá profundo impacto na mesorregião Leste Rondoniense, onde a CEPLAC concentrou grande parte dos projetos, principalmente, em sistemas de consórcio, a exemplo do observado com a cultura do café.

A concepção de colonização integrada se baseia, acima de tudo, numa integração espacial através de uma rede viária, que, aqui, tomou a forma razoavelmente de plano cartesiano, e de uma integração social através de um continuum urbano-rural, que nesse sentido vai do pequeno ao grande proprietário. Como escoamento dessa lógica, no início dos anos 80, na bifurcação de Linhas e Travessões são planejados e, a partir de 82, construídos 22 Núcleos Urbanos de Apoio Rural – os NUARs, que se situam algo em torno de 50 km de distância da BR-364 e que, posteriormente, serão transformados em municípios, num processo fulminante de urbanização rural (MACIEL, 2004, p.99).

É durante a fase do POLAMAZÔNIA que se permitiu vivenciar o período mais intenso de colonização dirigida em Rondônia, bem como, é dentro dele que esse modelo de colonização se esgotou, passando a ser, com isso, eminentemente espontânea (MACIEL, 2004).

Para facilitar a compreensão da força migratória desse período, representada pela faixa de anos entre 1970 e 1980, verifica-se que a população do Território Federal de Rondônia sairia de 111.064 para 492.744 pessoas, o que, em termos relativos, representa um crescimento de 343,65% superior ao dos vinte anos anteriores reunidos (LARANJEIRAS, 1979; CUNHA, 1985). Desse processo migratório dinâmico, logo resultou o surgimento de áreas urbanas ao longo da BR-364 em Rondônia que, conforme Monte-Mor (1980, p. 24):

Diferentemente do que se possa imaginar, é um espaço social urbano que vem se estruturando no meio da selva amazônica. Este é um ponto importante que se deve ter presente. Rondônia é uma fronteira agrícola que já nasceu urbana. Neste sentido, é uma realidade urbana nova no Brasil e extremamente peculiar.

O início da década de 1980, conforme Santos (1998), ficou claro que o eldorado acenado pelo governo aos despossuídos do país inteiro havia gerado uma gama complexa de problemas e conflitos. Se considerado, também, que foi na década de 1970 que emergiu, em Estocolmo, Suécia, um movimento de amplitude global que passaria a condenar ações e políticas governamentais contrárias aos princípios gerais estabelecidos nessa primeira grande Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, tornando-a, já na década de 1980, uma consolidada bandeira de discussão ideológica, científica e política, através da terminologia do “Desenvolvimento Sustentável”, teria, em Rondônia, um amplo laboratório de estudos e críticas. Isto porque olhando sob o prisma do desenvolvimento não há como negar o progresso da região e da institucionalização de um novo cenário político e administrativo vinculado à construção da BR-364 e do seu conseqüente fluxo migratório para Rondônia. Portanto, a década de 1970 foi o período que esses sinais começaram a aparecer. Como já visto anteriormente, o Território Federal de Rondônia, que até o ano de 1976 era

constituído por somente dois municípios, Guajará-Mirim e Porto Velho, ambos localizados na mesorregião do Madeira-Guaporé, começa a sofrer desmembramentos em decorrência de uma nova força situada no eixo Leste-Rondoniense, o que provocou, já no ano seguinte, em 1977, o surgimento de mais cinco municípios, dando início a uma nova mudança institucional em Rondônia. Assim, foram criados pela Lei n.º 6.448 de onze de outubro de 1977, os municípios de Ji-Paraná, Cacoal e Pimenta Bueno, todos desmembrados de Porto Velho; e Vilhena, desmembrado de Porto Velho e também de Guajará-Mirim⁴⁰.

É, pois, dentro desse cenário que surge, em maio de 1981, o Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste do Brasil – POLONOROESTE (1982 – 1992), inserido no III PND. Aliás, este programa teve grandes impactos em Rondônia, pois é através dele que se efetivou a pavimentação da BR-364, trecho sob a qual já em décadas passadas fora a principal linha de chegada dos migrantes, agora, simbolizando um novo momento histórico para Rondônia, juntamente com outras malhas rodoviárias do Estado⁴¹. Portanto, o objetivo desse programa era de integrar a região ao mercado, transformando a rodovia federal em corredor de exportação. Contudo, do ponto de vista socioambiental, o POLONOROESTE sofreu severas críticas, a exemplo de Browder; Goldfrey (1997), ao comentarem que a pavimentação da BR-364, com apoio do Banco Mundial, possibilitou enormes fluxos migratórios do sudeste do Brasil, que resultou em assentamentos desordenados, disseminando o desmatamento, a invasão de terras indígenas, a mineração de pequena-escala que levava à poluição dos rios pelo mercúrio e a predatória extração de madeira que degradava as florestas. Porém, do ponto de vista produtivo, esta se mostrou altamente positiva.

A formação social resultante do processo migratório, ocorrido, principalmente, a partir da década de 1970, em decorrência da BR-364, foi sólida o suficiente para colocar a porção Leste-Rondoniense como a mais dinâmica do Estado em poucos anos. Santana (2005b) ao realizar um estudo para mapear os arranjos produtivos locais – APL, em toda a extensão amazônica, demonstrou que, em Rondônia, principalmente ao longo da faixa cortada pela BR-364, portanto, em sua porção Leste-Rondoniense, o quantitativo de APL's corresponderia a um dos maiores de toda a Amazônia Legal, demonstrando, desta maneira, o real vigor econômico da região.

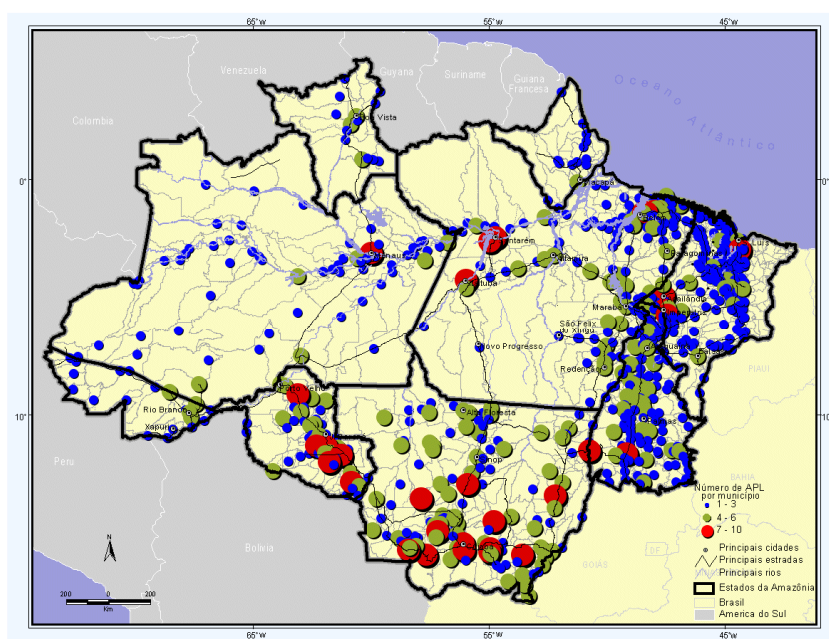
O Mapa 4, ilustra bem o dinamismo da região de Rondônia ao longo da BR-364, em contraste com a quase inexistência de APL's em sua porção Mesorregional do Madeira-Guaporé.

⁴⁰ Ver os Quadros 9, da metodologia e Mapa 8 que listra a divisão territorial de Rondônia de 1976 a 1983.

⁴¹ Em 1981, o Território Federal de Rondônia é elevado à condição de Estado de Rondônia.

Em grande parte, porém, tal vigor produtivo pode ser explicado pela dinâmica inovativa apontada por Costa⁴² (1992; 1998; 2000a, 2000b) e confirmada por Maciel (2004), em Rondônia, através de sua Tese de Doutorado, que, visando demonstrar que a ocupação econômica e humana, através do processo de colonização integrada foi bem sucedida no Estado, revelou que a dinâmica inovativa foi, sim, um fator característico da região.

Mapa 4 – APL's nos municípios da Amazônia



Fonte: Santana (2005b).

A dinâmica inovativa pode ser entendida como o processo de diversificação, através do qual o campesinato buscou aumentar a renda para se firmar como classe, mesmo e apesar

⁴² O processo de modernização da agropecuária nacional trouxe consigo grande transformação em sua base técnica, a qual se refletiu no sistema de produção e na relação social que a partir dela se fixa. No entanto, essa transformação ocorreu de forma “parcial” no país (SILVA, 1981, 1982, 1994, 1998, 1999; GRAZIANO NETO, 1982; AGUIAR, 1986; BRASIL, 1991). Esta parcialidade ocorre em nível regional, entre as atividades agropecuárias e entre os produtores rurais (GRAZIANO NETO, 1982). E de acordo com Silva (1981), mesmo nas regiões e nos produtos onde a modernização se fez presente, esta atingiu apenas algumas fases do ciclo produtivo. Fases estas representadas pelo período de preparo do solo e dos tratamentos culturais (SILVA, 1999). O fato da modernização da agricultura brasileira se processar sem mudança em sua estrutura agrária, ou seja, com manutenção da concentração de terras em poucas mãos, esta foi tachada como “A modernização conservadora”. Conforme Silva (1981) a agricultura, nesse processo de modernização, se converteu sob estímulo da política de crédito subsidiado do governo, numa grande compradora de insumos industriais. As políticas econômicas dirigidas para o setor agrícola, principal agente viabilizador do desenvolvimento, conforme o mesmo autor, representaram uma forma específica de promover a subordinação da agricultura ao capital. Fato este não só observado nas grandes propriedades convencionais patronais, mas, também, em certos tipos de pequenas propriedades baseadas em sistemas familiares. Santos (2000), sob esse aspecto, revelou que na medida em que a agricultura familiar se moderniza há a tendência de privilegiar este movimento de subordinação. Contudo, os trabalhos de Costa procuraram evidenciar um processo inverso na Amazônia, em especial, em Rondônia, através do que vem chamando de “dinâmica inovativa”.

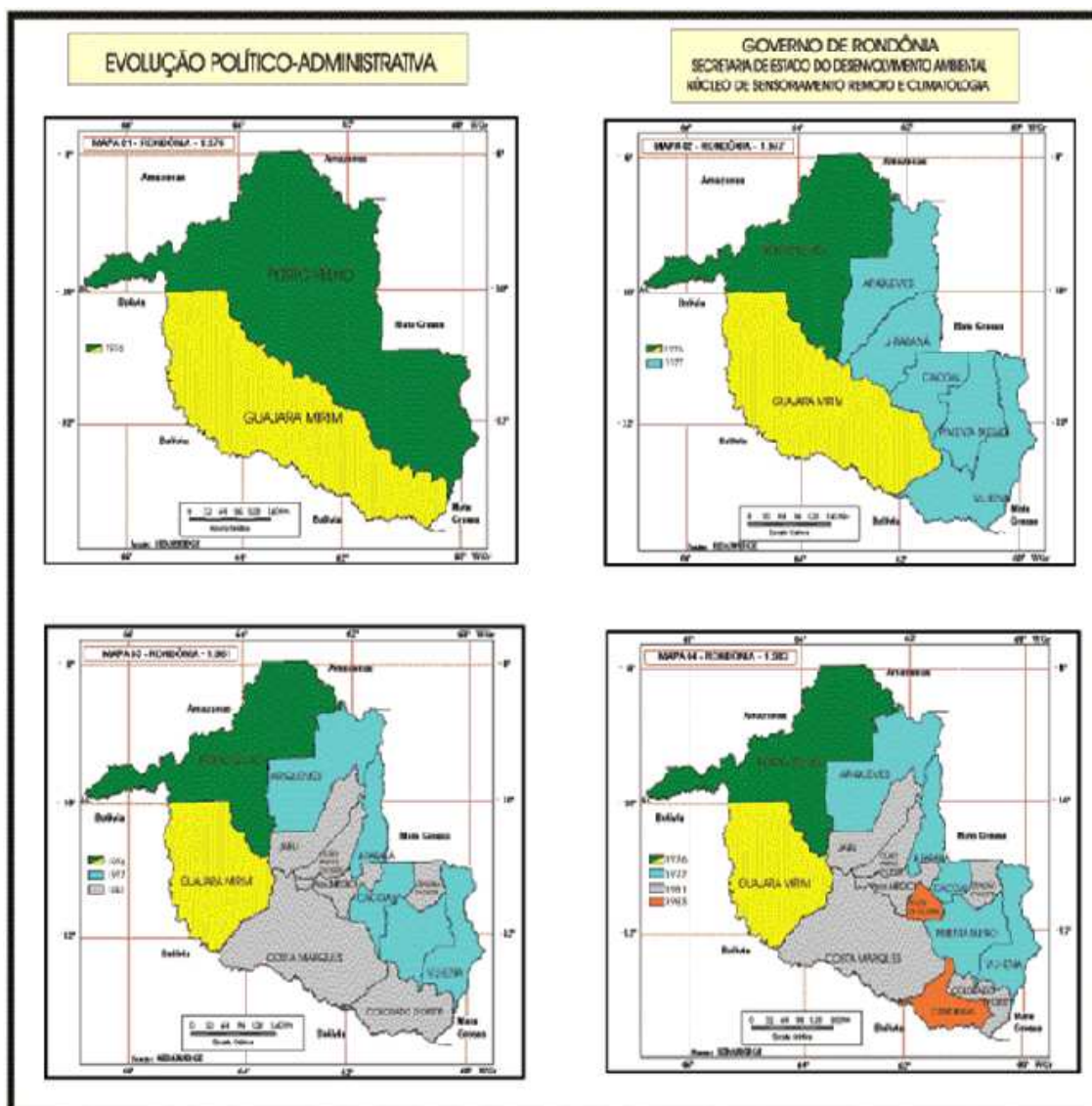
das transformações capitalistas na estrutura agrária onde se encontrava (MACIEL, 2004). Este, portanto, seria um fator de extrema importância para que os agricultores não abandonassem suas terras ou fossem “engolidos” pelo processo, contrariando, com isso, a teoria das “frentes”, entendido como um mecanismo repetitivo relacionado à modernização, através de um processo de diferenciação, que comumente levava à expulsão do campesinato ou para a fronteira, onde para que fossem recriados o modelo, o que poderia levar tanto a uma expropriação de fato do camponês, transformando-o num “assalariado puro”, quanto a uma tecnificação de sua unidade produtiva, na qual permanecia apenas formalmente proprietário dos meios de produção (COSTA, 2000a). Em outras palavras, a capacidade de empreender dos colonos atinge uma dinâmica própria que diante das adversidades do mercado e de produção, passam a encarar outras formas ou tipos de atividades, inerentes a sua própria capacidade decisória, migrando de uma atividade menos vantajosa para outra, com maiores possibilidades de lucro, fato que ajuda a entender melhor a identidade local, além de lançar luzes que refletem a relação sobre a hipótese do capital social como algo bem possível e provável na explicação da desigualdade regional rondoniense. Portanto, o processo de colonização de Rondônia, demonstrou ser contrário a essa onda de exclusão que fora imposta ao camponês em muitas regiões do país. E isso também teria forte reflexo na organização de cidades e nos aspectos urbanos que daí se iniciava.

Assim, vinculado a dinâmica desses locais produtivos, foram criados, em dezesseis de junho de 1981, pela Lei nº 6.921, mais seis municípios, ainda sob a condição de Território Federal de Rondônia, sendo eles: Colorado do Oeste, desmembrado de Vilhena; Espigão do Oeste, desmembrado de Pimenta Bueno; Presidente Médici e Ouro Preto do Oeste, desmembrados de Ji-Paraná; Jaru, desmembrado de Ji-Paraná e Ariquemes; e Costa Marques, desmembrado de Guajará-Mirim.

Em dezembro desse mesmo ano (1981), porém, acontece a apoteose que coroaria a mudança institucional iniciada com a BR-364 em Rondônia, elevando-a, a partir da Lei Complementar n.º 41, de vinte e dois de dezembro de 1981, da condição de Território Federal para a condição de Estado. Já sob a condição de Estado de Rondônia, foram criados, em 1983, através do Decreto Estadual n.º 78, os municípios de Cerejeiras, desmembrado de Colorado do Oeste; e Rolim de Moura, desmembrado de Cacoal⁴³. A Mapa 5, ilustra a divisão territorial de Rondônia de 1976 a 1983.

⁴³ Ver Quadro 3, da metodologia.

Mapa 5 - Divisão territorial de Rondônia de 1976 a 1983.



Fonte: SEDAM (2002).

Em 1986 foram criados mais três municípios: Santa Luzia do Oeste, pela Lei n.º 102 de onze de maio, desmembrado de Rolim de Moura e Pimenta Bueno; Alvorada do Oeste, pela Lei n.º 103, desmembrado de Presidente Médici, e Alta Floresta do Oeste pela Lei n.º 104, desmembrada de Costa Marques, ambas de vinte de maio daquele ano.

Em 1987, mais um município: Nova Brasilândia do Oeste, criado pela Lei n.º 157, de dezenove de junho, desmembrado de Presidente Médici. No ano seguinte, em 1988, foram criados mais quatro municípios: Machadinho do Oeste, pela Lei n.º 198 de onze de maio, desmembrado de Ariquemes, Jaru e Ji-Paraná; em sete de junho, os municípios São Miguel do Guaporé, pela Lei n.º 200, desmembrado de Costa Marques; e Cabixi, pela Lei n.º 201,

desmembrado de Colorado do Oeste; e, finalmente, Nova Mamoré criado pela Lei n.º 202 de quinze de junho, desmembrado de Guajará-Mirim.

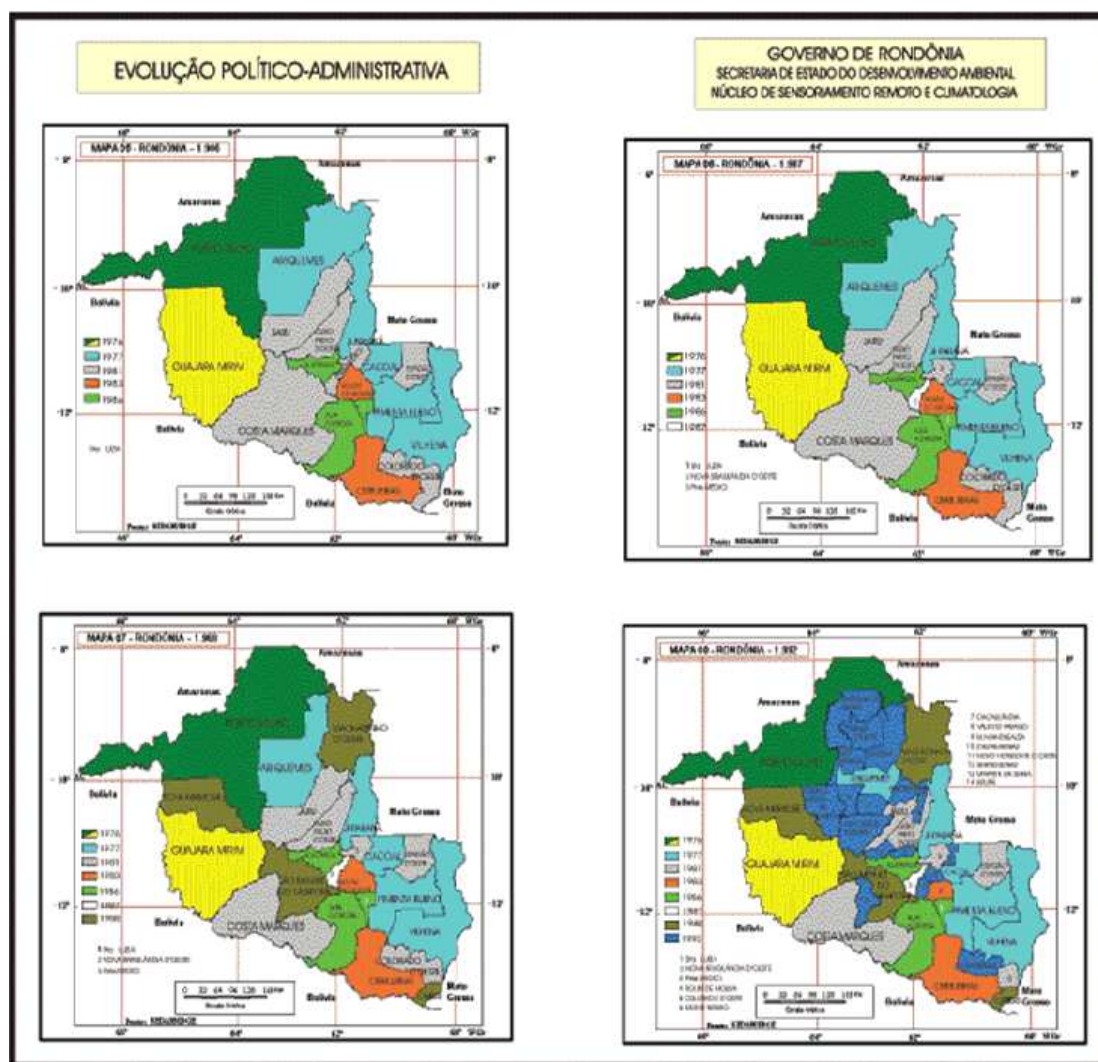
Em treze de fevereiro de 1992, foram criados dezessete municípios: Candeias do Jamari, pela Lei n.º 363, desmembrado de Porto Velho; Itapuã do Oeste, pela Lei n.º 364, desmembrado de Porto Velho e Ariquemes; Novo Horizonte do Oeste, pela Lei n.º 365, desmembrado de Rolim de Moura; Castanheira, pela Lei n.º 366, desmembrado de Rolim de Moura; Vale do Paraíso, pela Lei n.º 367, desmembrado do Ouro Preto do Oeste; Urupá, pela Lei n.º 368, desmembrado de Ouro Preto do Oeste e Alvorada do Oeste; Mirante da Serra, pela Lei n.º 369, desmembrado de Ouro Preto do Oeste; Seringueiras, pela Lei n.º 370, desmembrado de São Miguel do Guaporé e Costa Marques; Theobroma, pela Lei n.º 371, desmembrado de Jaru; Ministro Andreazza, pela Lei n.º 372, desmembrado de Cacoal; Gov. Jorge Teixeira, pela Lei n.º 373, desmembrado de Jaru; Cacaupônia, pela Lei n.º 374, desmembrado de Ariquemes; Alto Paraíso, pela Lei n.º 375, desmembrado de Ariquemes e Porto Velho; Rio Crespo, pela Lei n.º 376, desmembrado de Ariquemes e Machadinho do Oeste; Corumbiara, pela Lei n.º 377, desmembrado de Colorado do Oeste; Monte Negro, pela Lei n.º 378, desmembrado de Ariquemes; e por fim, Campo Novo de Rondônia, pela Lei n.º 379, desmembrado de Porto Velho.

Em vinte e dois de junho de 1994, mais oito municípios foram criados: Nova União, pela Lei n.º 566, desmembrado de Ouro Preto do Oeste; São Felipe do Oeste, pela Lei n.º 567, desmembrado de Pimenta Bueno e Santa Luzia do Oeste; Cujubim, pela Lei n.º 568, desmembrado de Rio Crespo e Candeias do Jamari; Primavera de Rondônia, pela Lei n.º 569, desmembrado de Pimenta Bueno; Alto Alegre dos Parecis, pela Lei n.º 570, desmembrado de Alta Floresta do Oeste e Cerejeiras; Teixeirópolis, pela Lei n.º 571, desmembrado de Ouro Preto; Vale do Anari, pela Lei n.º 572, desmembrado de Machadinho do Oeste; e por fim Parecis, pela Lei n.º 573, desmembrado de Pimenta Bueno. O Mapa 6, ilustra essa evolução político-institucional do Estado de Rondônia até 1992.

Em 1995 ocorreram as últimas alterações territoriais do Estado de Rondônia. Assim, em vinte e dois de dezembro de 1995, surgiram mais quatro municípios: Chupinguaia, e São Francisco do Guaporé, ambos pela Lei n.º 644, onde o primeiro foi criado pelo desmembramento de Vilhena e o segundo pelo desmembramento de Costa Marques e Seringueiras; Pimenteiras do Oeste, pela Lei n.º 645, desmembrado de Cerejeiras e Cabixi; e,

por fim, Buritis, pela Lei Complementar n.º 649, desmembrado de Porto Velho e Campo Novo de Rondônia, chegando, nos dias de hoje, a um total de 52 municípios⁴⁴.

Mapa 6 - Divisão territorial de Rondônia de 1986 a 1992.



Fonte: SEDAM (2002).

Por outro lado, a questão ambiental foi, sem dúvida, um dos grandes gargalos que acompanhou e manchou este súbito crescimento do Estado, decorrente do processo migratório evidenciado a partir da construção da BR-364. Assim, dentro do primeiro ponto de vista levantado, conforme discutido anteriormente, e considerando, agora, o período de transição que se encontrava o país para a realização da II Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992, diante do qual os Chefes de Estado, presentes nesta Conferência, se comprometeram em adequar suas políticas públicas em prol do conceito

⁴⁴ Ver Tabela 1A do apêndice.

de “Desenvolvimento Sustentável” contido no Relatório Brundtland. É provável que tais fatores tenham tido algum efeito na decisão do Governo Federal para, no início da década de 1990, aprovar um novo processo de planejamento instrumentalizado pelo ZEE/RO no Estado de Rondônia. Iniciava-se, com isso, a vigência de um novo programa, o PLANAFLORO – Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia, aprovado pelo Senado Federal, em março de 1992, e efetivado de fato, em 2003, visando implantar uma abordagem mais aperfeiçoada para o manejo, a conservação e o desenvolvimento dos recursos naturais do Estado, vinculado ao ZEE/RO, conforme disposto pelo Decreto Estadual n.º 3.782 de quatorze de junho de 1988.

Assim, o PLANAFLORO surgiu em decorrência de críticas sofridas pelo projeto POLONOROESTE, no que tange a questão socioambiental. Conforme Ott (2002), o POLONOROESTE, dentre seus cinco principais objetivos, constavam o de permitir a integração nacional, a ocupação demográfica da região, o aumento da produção e da renda da população, a redução das disparidades de desenvolvimento em nível inter e intra-regionais e, também, a harmonização desses primeiros objetivos com a questão ambiental e indígena. Embora “bem-sucedido” nos quatro primeiros deles, foi nesse último que se mostrou a necessidade de uma nova política de desenvolvimento mais atenta com os princípios ecológicos e antropológicos da região. Constituiu-se, desta maneira, o PLANAFLORO como uma resposta do BIRD, do Governo Federal e do Governo do Estado de Rondônia, aos graves problemas sociais e ecológicos engendrados pelo processo de expansão das atividades econômicas em Rondônia, pela intensificação da apropriação e uso dos recursos naturais, em favor da agropecuária e da exploração madeireira e mineral, herança do projeto antecessor, POLONOROESTE (STROH, 1998; OTT, 2002).

Tal falha, porém, pode ser vista em Ott (2002) quando revela:

Quando os satélites fotografaram a grande fogueira que devorava as florestas rondonienses, o POLONOROESTE demonstrava visualmente a sua falência. A devastação ambiental foi tão intensa que se tornou necessário buscar amparo em uma nova concepção, um novo modelo que harmonizasse desenvolvimento e proteção ambiental para dar continuidade ao progresso regional (OTT, 2002, p.122).

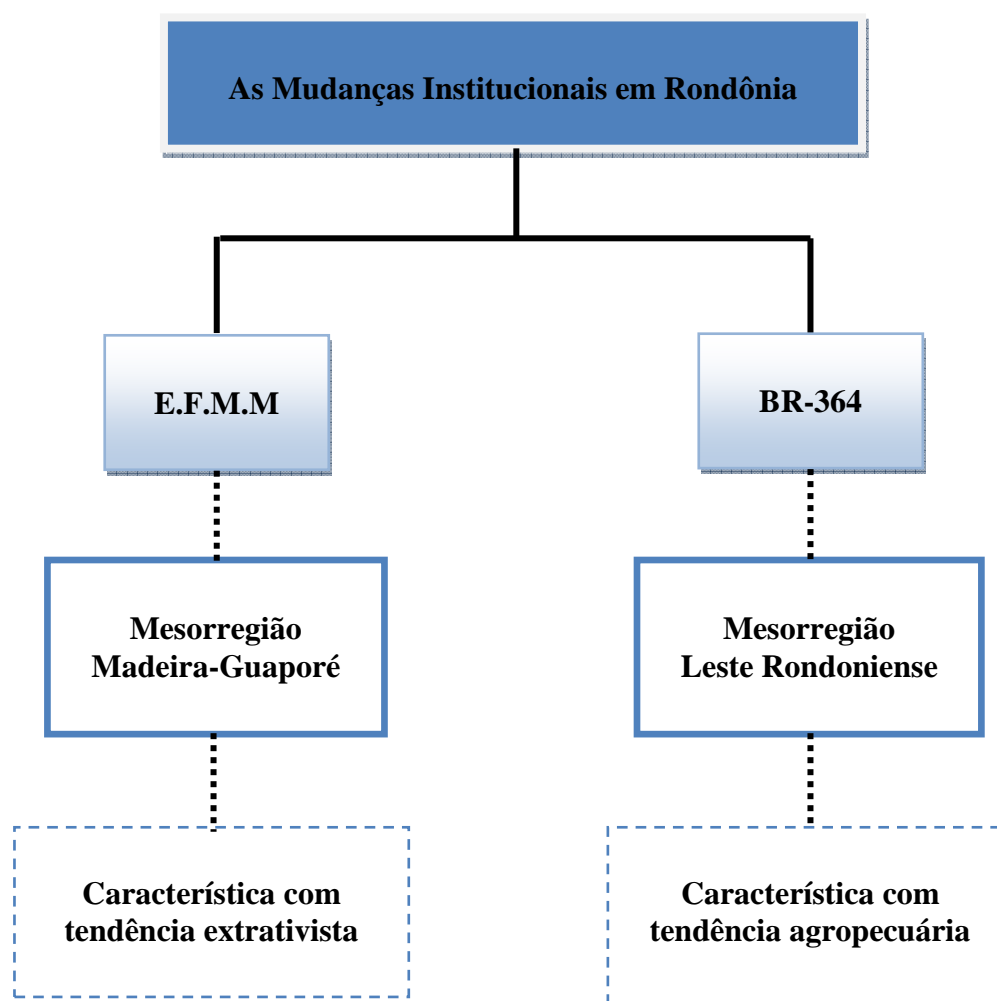
Este desenho passou a ganhar corpo institucional quando se validou o ZEE/RO e impuseram, com ela, uma clara divisão daquelas regiões que seriam privilegiadas com políticas de desenvolvimento, pautadas para o setor primário, principalmente pelas políticas de fortalecimento da atividade agropecuária, e aquelas outras destinadas a políticas ambientais mais contundentes, o que elevava rapidamente o número de áreas legalmente protegidas no Estado, sob a forma de unidades de conservação da natureza e de terras indígenas. A lógica

desse desenho visou destinar para a parte Leste Rondoniense tal zona de potencial de desenvolvimento do setor primário, principalmente, ficando, porém, para a mesorregião Madeira-Guaporé, em especial, o grande quantitativo e a maior parte das áreas de unidades de conservação e de terras indígenas existentes no Estado. Contudo, como forma de minimizar os efeitos desiguais de desenvolvimento, foi criada, no início da década de 1990, a Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, sob a gerência da SUFRAMA, que passou a estimular o desenvolvimento da região a partir de uma política de incentivos fiscais. Contudo, a abertura do comércio brasileiro para os produtos estrangeiros, nessa mesma época, acarretaria um duro golpe para a região que já vivenciava um longo período de crise econômica. Assim, a região do Madeira-Guaporé tenta, ainda hoje, encontrar uma luz que possibilite colocá-la novamente no trilho do progresso, pois, a nosso ver, a mesma parece, ainda, sentir o impacto da crise do setor da borracha permanecendo, quase todo o período que marca a segunda mudança institucional em Rondônia, em uma espécie de profundo isolamento, caracterizado por certa postura de indiferença do ponto de vista político-econômico do Governo em relação à região.

Portanto, a principal missão da região Madeira-Guaporé nesse novo desenho institucional, em especial, da cidade de Guajará-Mirim, foi servir de “fiel depositária” de uma imensidão de áreas de unidades de conservação e de terras indígenas que, de certa forma, ajudou e continua ajudando a minimizar a imagem negativa de devastação ambiental do Estado, contraída em decorrência do processo migratório e das ações do Governo, após a abertura da BR-364, que a transformou numa espécie de região de “compensação ambiental” para os projetos de desenvolvimento idealizados para a região Leste Rondoniense. Contudo, isso parece, a nosso ver, reproduzir o aspecto cultural embutido no processo histórico de formação socioeconômica do Estado de Rondônia onde, como se viu, a cultura extrativista esteve presente de forma marcante no contexto histórico de sua porção Madeira-Guaporé e a cultura produtiva de base agropecuária, por sua vez, de forma marcante em sua porção Leste Rondoniense. Dessa maneira, subentende-se, com base nos mecanismos auto-reforçantes de North (1990), que este desenho pode, também, corresponder aos interesses daqueles que estão no poder. Nesse caso, se a fonte de poder advém dos interesses econômicos e políticos da região Leste-Rondoniense, é compreensível que haja uma tendência de privilegiar tal região. Contudo, uma nova mudança institucional parece estar se configurando na região do Madeira-Guaporé com a construção das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, ambas às margens do rio Madeira. Além destas usinas, mais duas estão previstas para a região de Guajará-Mirim.

Muito provavelmente isto terá grandes impactos sobre a região Madeira-Guaporé, de forma mais específica, e para o Estado de Rondônia, de uma forma mais geral. No entanto, só as futuras pesquisas se encarregarão de analisar se de fato tais empreendimentos corresponderão a uma nova fase da história econômica rondoniense, que ora apenas se acredita que esteja em pleno processo de estruturação. Isto posto, verifica-se que as mudanças institucionais abstraídas pela pesquisa podem ser visualizadas com base na Figura 11.

Figura 11 - Mudanças institucionais do Estado de Rondônia



Fonte: Elaboração própria (2011).

Contudo, como forma de evidenciar tal mudança institucional, foram elaborados alguns gráficos que objetivaram ilustrar tal abstração da realidade de Rondônia. Nesse sentido, para reforçar essa percepção, optou-se por apresentá-los em nível micro e, principalmente, mesorregional, o que permite um maior poder de análise e, com isso, melhor entendimento daquilo que se pretende demonstrar. Porém, não se trata, ainda, de demonstrar o

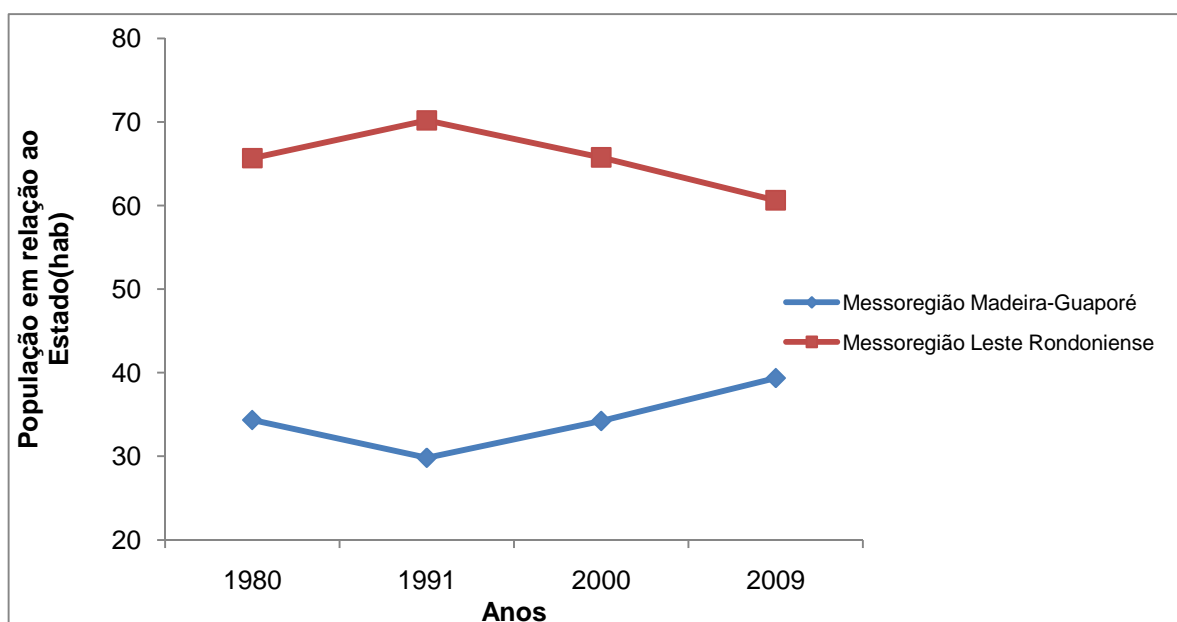
desempenho institucional. E sim, de apresentar os indícios que reforçam a existência das mudanças institucionais e do poder do Leste Rondoniense em relação ao Madeira-Guaporé.

I - Alguns aspectos da II mudança institucional em Rondônia

a) Aspecto socioeconômico

Do ponto de vista da população, verifica-se que de 1980 para 1990 (Gráfico 5) ainda houve um processo de aumento populacional na região do Leste Rondoniense, provavelmente relacionado com o fluxo migratório que, a partir de então, passa a vivenciar um processo inverso, com a diminuição de sua população nos levantamentos seguintes. Por outro lado, tal período de decréscimo corresponde ao aumento populacional vivenciado pela região do Madeira-Guaporé, indicando com isso, uma tendência de absorção desse contingente. Porém, mesmo com essa diminuição populacional, a região Leste Rondoniense é a que concentra a grande parte da população do Estado, aproximadamente, 60% contra 40% do Madeira-Guaporé.

Gráfico 5 - Percentual da população mesorregional em relação ao Estado de Rondônia

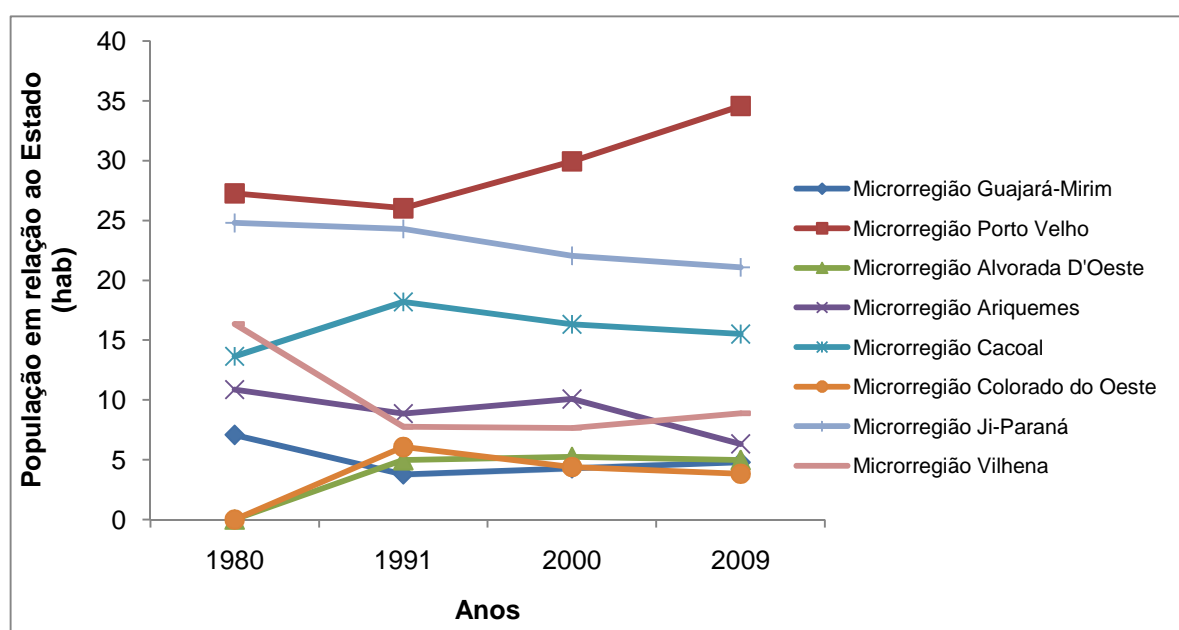


Fonte: Tabela 1B

Contudo, pelo Gráfico 6, verifica-se que praticamente a microrregião de Porto Velho foi a responsável por este aumento evidenciado na mesorregião Madeira-Guaporé. Porém, aqui merecem ser inseridos dois fatos. O primeiro está relacionado ao ano de 2000, onde, no

município de Nova Mamoré, se observou um grande fluxo migratório de famílias oriundas, principalmente, da região de Jaru, motivadas por terras férteis, já que se tratava de uma região com matas praticamente intactas, nos moldes, porém, da década de 1970. O resultado, por sua vez, não poderia ser diferente. Em poucos anos o município de Nova Mamoré passou a fazer parte do Arco do Desmatamento. O outro fato está relacionado ao processo que, a nosso ver, está se estruturando na região Madeira-Guaporé e que se subteme ser o início da III mudança institucional, em decorrência das usinas do rio Madeira.

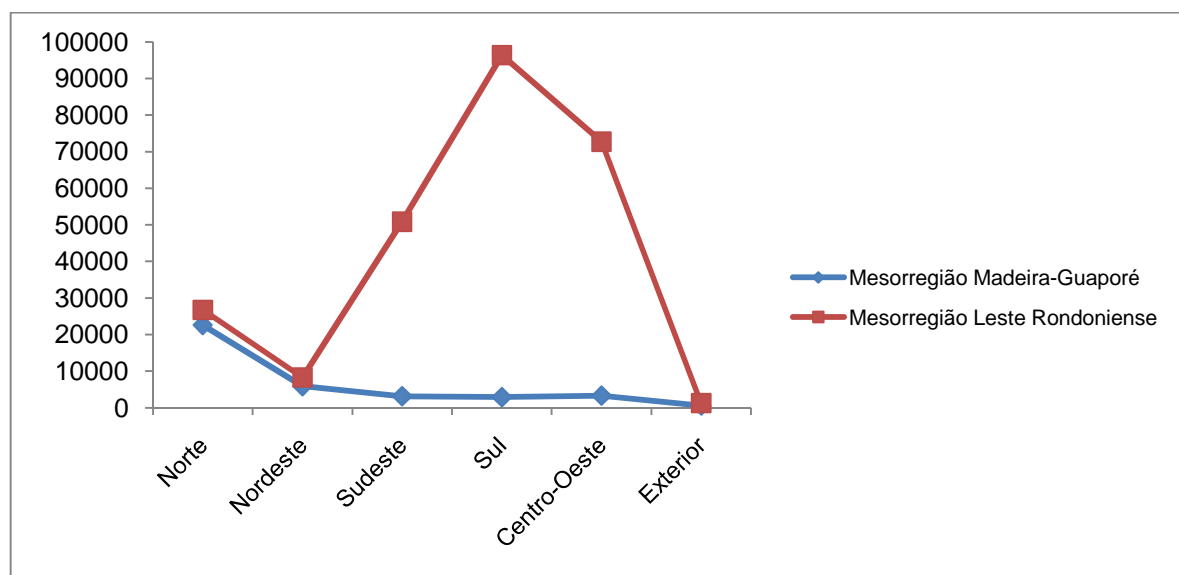
Gráfico 6 - Percentual da população microrregional em relação ao Estado de Rondônia



Fonte: Tabela 1B

A migração foi sem dúvida um fator marcante na II fase de mudança institucional vivenciada pelo Estado. A força migratória discutida anteriormente pode ser vista aqui com mais detalhe, pois, se tentou fazer um levantamento com base em dados oficiais desse fluxo populacional em direção ao Estado (Gráficos 7 a 12). Porém, como dito anteriormente, foi preciso agrupá-los com base na classificação micro e mesorregional sugerida pelo IBGE como estratégia encontrada para tornar possível as análises dentro do enfoque proposto pelo trabalho.

Gráfico 7 - Fluxo migratório por mesorregiões do Estado de Rondônia, em 1980

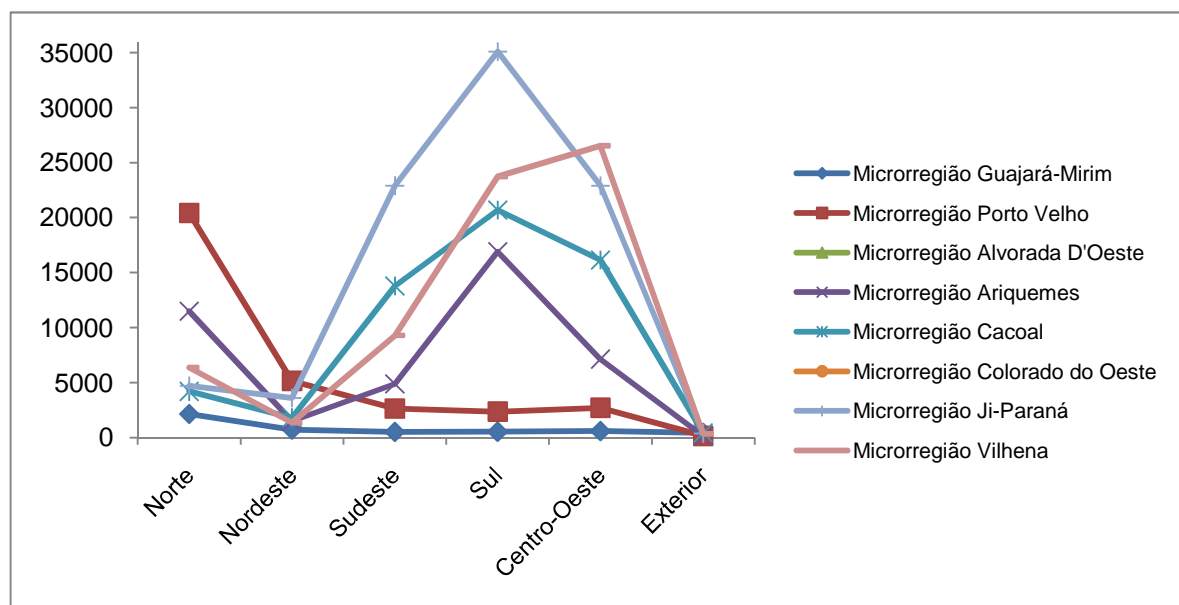


Fonte: Tabela 45B

Observa-se, assim, que o maior quantitativo desse fluxo está relacionado à mesorregião Leste Rondoniense que absorveu quase a totalidade desse contingente de migrantes. Diferentemente, portanto, do que ocorreu na Transamazônica, onde os nordestinos foram os principais responsáveis pelo fluxo migratório, em Rondônia é interessante notar que os migrantes advindos da região Sul do país representou o maior quantitativo deles, atingindo, em 1980, 96.384 mil pessoas, seguido daqueles originados do Centro-Oeste (72.719 mil pessoas), Sudeste (50.856 mil pessoas) e Norte (26.770 mil pessoas) e, em baixa representação, o Nordeste (8.272 mil pessoas). A mesorregião Madeira-Guaporé, por sua vez, como se pode observar, não participou efetivamente desse processo ao apresentar, em 1980, o maior quantitativo de seus migrantes advindos somente da região Norte, com 22.579 mil pessoas, sendo os migrantes das demais regiões do Brasil praticamente inexistente nesta mesorregião.

Pelo Gráfico 8, observa-se que o principal destino das pessoas originadas da região Sul do Brasil se concentrou, em geral, nas microrregiões de Ji-Paraná (35.080 mil pessoas), Vilhena (23.729 mil pessoas), Cacoal (20.679 mil pessoas) e Ariquemes (16.896 mil pessoas). Já o fluxo de pessoas originadas da região Centro-Oeste, se concentraram, em geral, nas microrregiões de Vilhena (23.539 mil pessoas), Ji-Paraná (22.898 mil pessoas), Cacoal (16.150 mil pessoas) e Ariquemes (7.132 mil pessoas). As pessoas originadas da região Sudeste, em geral, se concentraram nas microrregiões de Ji-Paraná (22.905 mil pessoas), Cacoal (13.781 mil pessoas) e Vilhena (9.289 mil pessoas).

Gráfico 8 - Fluxo migratório por microrregiões do Estado de Rondônia, em 1980

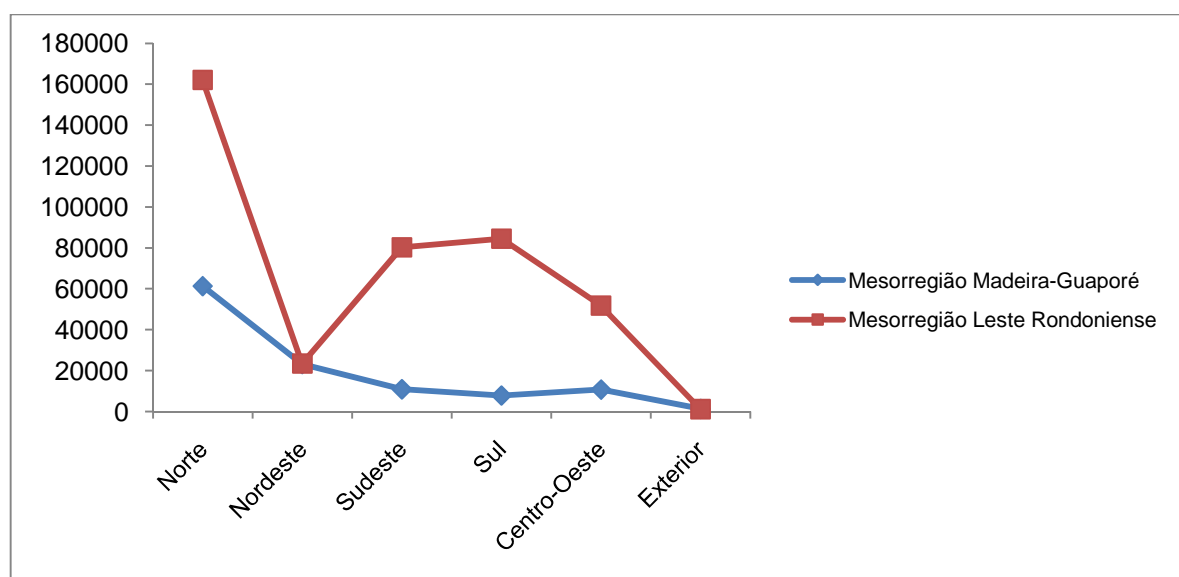


Fonte: Tabela 45B

Tais fluxos permitem observar que, a microrregião de Ji-Paraná foi a mais dinâmica da mesorregião Leste Rondoniense ao receber grande parte desse contingente humano, que migrou para Rondônia nesse período. Na mesorregião Madeira-Guaporé, somente a microrregião de Porto Velho se registra certo fluxo, ficando, portanto, a microrregião de Guajará-Mirim praticamente isenta desse processo. Embora bem aquém do detectado na porção Leste Rondoniense, o fluxo de migrantes na microrregião de Porto Velho, representando quase a totalidade do fluxo direcionado à mesorregião Madeira-Guaporé, se caracterizou basicamente de pessoas originadas da região Nordeste, como visto anteriormente, o que reforça, com isso, a ligação histórica da mesorregião Madeira-Guaporé com o cenário vivenciado pela Amazônia Oriental, fortemente impactada por ciclos econômicos extrativos, principalmente “Drogas do Sertão” e “Borracha”.

O Gráfico 9, mostra um surpreendente fluxo de outros Estados da região Norte para Rondônia atingindo, aproximadamente, 162.145 mil pessoas na mesorregião Leste Rondoniense e, aproximadamente, 61.243 mil pessoas para a mesorregião Madeira-Guaporé no levantamento de 1991. Contudo, o fluxo de migrantes para Rondônia oriundo das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e, em menor escala, da região Nordeste, continuou a ser sentido quase que na mesma proporção de 1980.

Gráfico 9 - Fluxo migratório por mesorregiões do Estado de Rondônia, em 1991

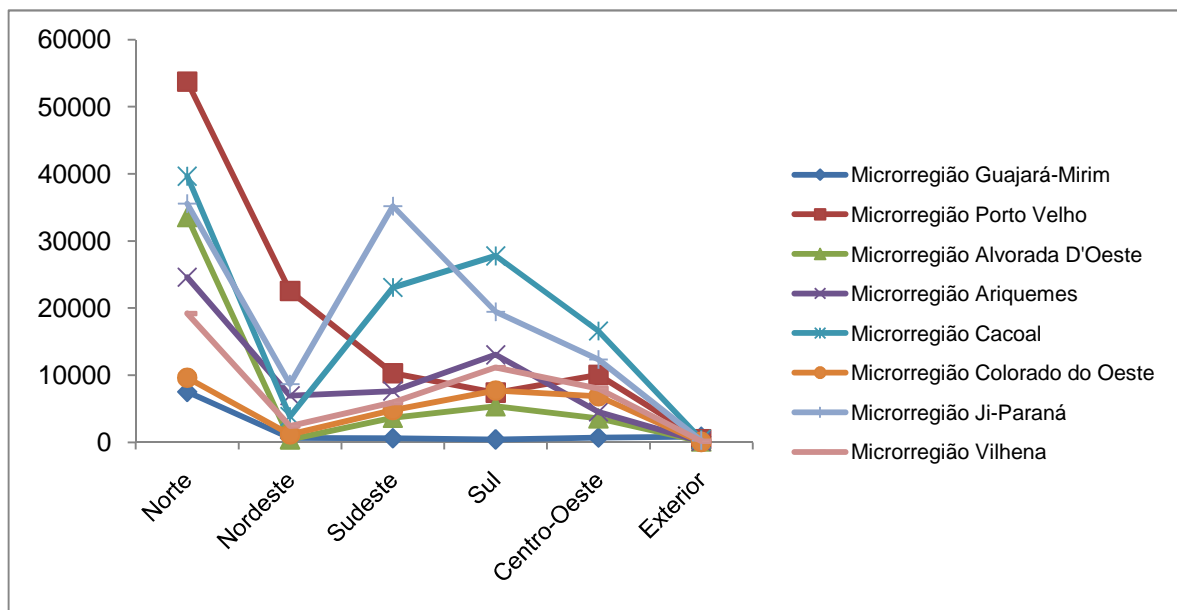


Fonte: Tabela 46B

Com base no Gráfico 10, observa-se que a maior parte do fluxo de nordestinos para Rondônia se estabeleceu na microrregião de Porto Velho, reforçando a lógica de ligação histórica da mesorregião Madeira-Guaporé com o contexto amazônico. Na mesorregião Leste Rondoniense, as principais microrregiões escolhidas pela população nordestina foram Cacoal, Ji-Paraná, Alvorada do Oeste, Ariquemes, Vilhena e Colorado do Oeste, respectivamente. Contudo, uma inversão pode ser vista por este Gráfico: a população de migrantes oriundos do Sul do país supera o fluxo de pessoas oriundas do Sudeste. E mais, Ji-Paraná será a principal receptora desse contingente do Sudeste, seguido da microrregião de Cacoal e este último será a principal microrregião receptora do contingente oriundo do Sul, seguido da microrregião de Ji-Paraná. Os migrantes oriundos do Centro-Oeste se concentraram, em especial, na microrregião de Cacoal, Ji-Paraná e Porto Velho.

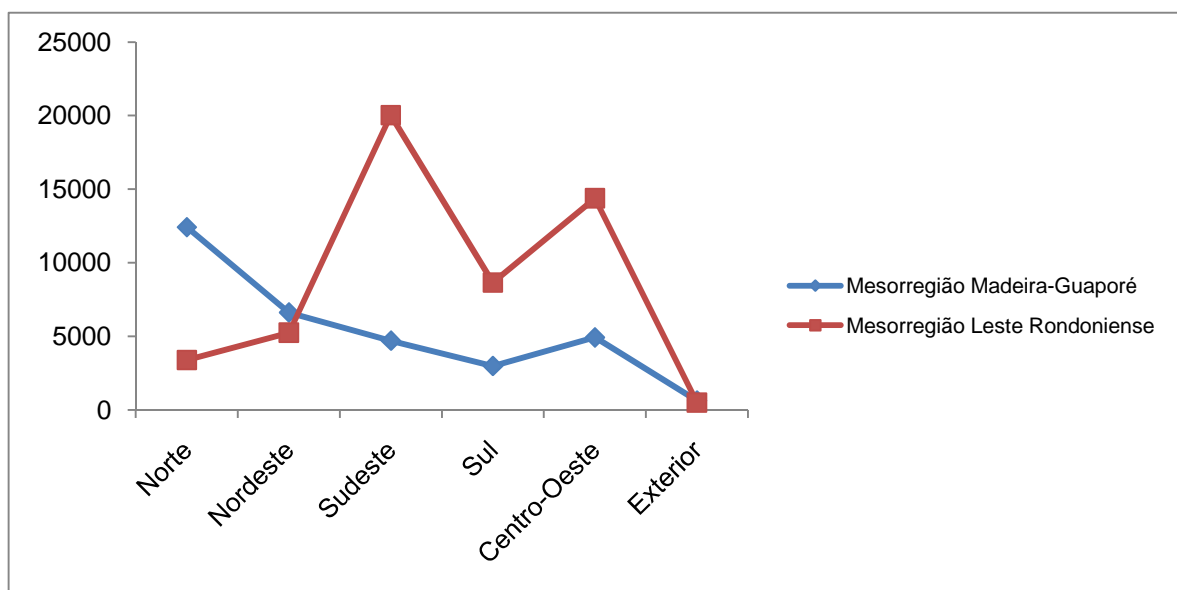
Em 2000, o principal fluxo de pessoas continua sendo a mesorregião Leste Rondoniense (Gráfico 11), porém com um quantitativo bem menor em relação aos anos anteriores. Os migrantes da região Sudeste do país são os que lideram esse movimento migratório com 20.025 mil pessoas, seguido dos migrantes oriundos da região Centro Oeste com 14.384 mil pessoas. Os migrantes oriundos da região Sul, por sua vez, são responsáveis pelo quarto maior fluxo observado para Rondônia nesse período com 8.655 mil pessoas, portanto, atrás dos migrantes oriundos do Norte que se deslocaram, principalmente, para a mesorregião do Madeira-Guaporé, da mesma forma que os migrantes oriundos do Nordeste, ao se registrar uma maior concentração deles nesta porção do Estado.

Gráfico 10 - Fluxo migratório por microrregiões do Estado de Rondônia, em 1991



Fonte: Tabela 46B

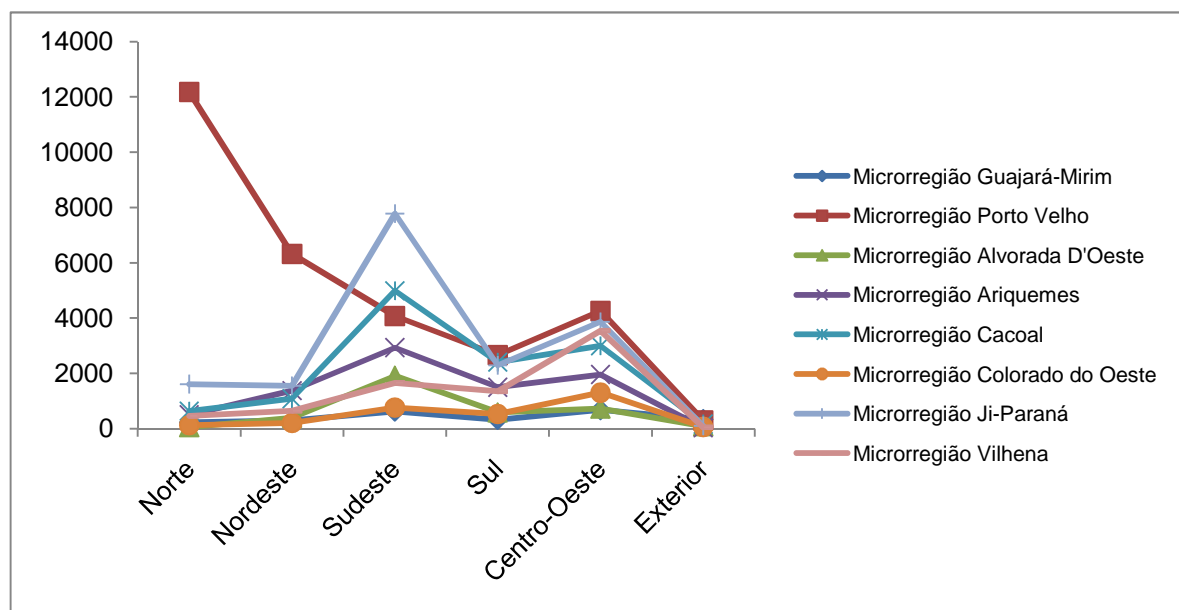
Gráfico 11 - Fluxo migratório por mesorregiões do Estado de Rondônia, em 2000



Fonte: Tabela 47B

Quando se analisa os dados em nível microrregional (Gráfico 12), se percebe, com base na mesorregião Madeira-Guaporé, que a microrregião de Porto Velho foi responsável pela quase totalidade do fluxo observado para a região, mostrando, mais uma vez, que a microrregião de Guajará-Mirim ficou, praticamente, isenta desse processo migratório.

Gráfico 12 - Fluxo migratório por microrregiões do Estado de Rondônia, em 2000



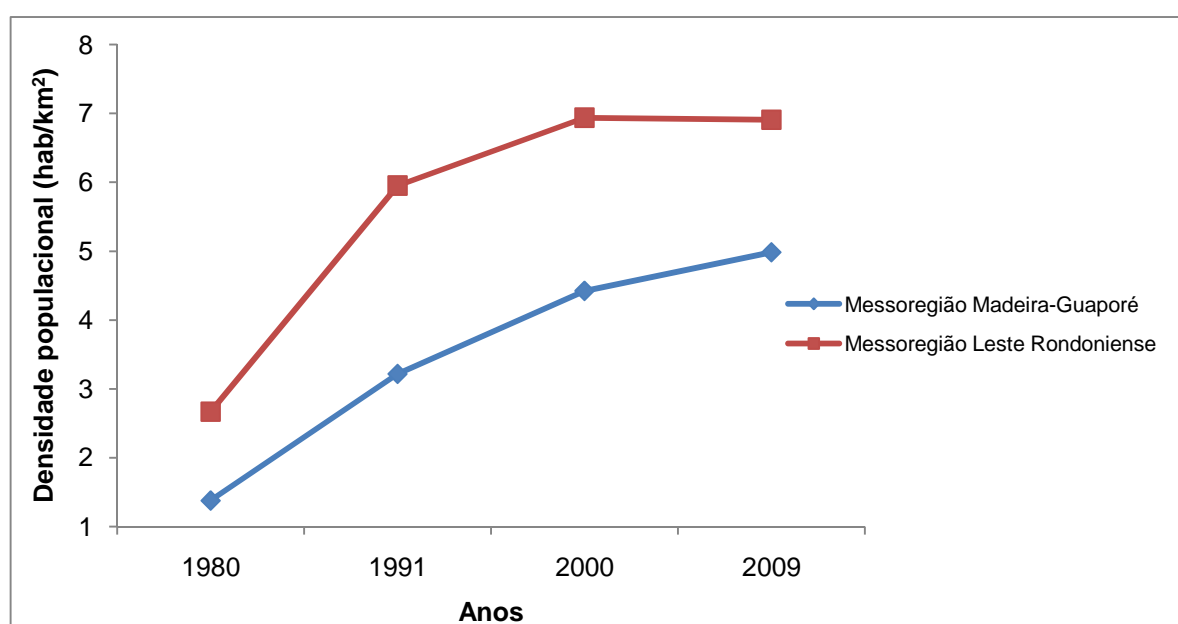
Fonte: Tabela 47B

Com base na mesorregião Leste Rondoniense, por outro lado, se percebe que os migrantes da região Sudeste se concentraram, principalmente, nas microrregiões de Ji-Paraná, Cacoal, Ariquemes. Contudo, a microrregião de Ariquemes ficou abaixo do registrado para a microrregião de Porto Velho (mesorregião Madeira-Guaporé). Aliás, esta microrregião também seria a principal região escolhida pelos migrantes oriundos do Sul do país, juntamente com a microrregião de Ji-Paraná e Cacoal que, praticamente, estão no mesmo patamar. Do mesmo modo com os migrantes oriundos do Centro-Oeste, onde se registrou a maior concentração deles na microrregião de Porto Velho (mesorregião Madeira-Guaporé) e, também, nas microrregiões de Ji-Paraná, Vilhena, Cacoal e Ariquemes, principalmente (mesorregião Leste Rondoniense).

Infelizmente não foi possível fazer um levantamento correspondente ao ano de 2009 sobre os dados de migração para Rondônia, pois, se constatou, após intensa pesquisa, que os mesmos, ainda, não estão disponibilizados pelos meios oficiais de divulgação. Contudo, em decorrência da construção das usinas do rio Madeira (Santo Antônio e Jirau), observou-se o início de um novo fluxo migratório em direção à mesorregião Madeira-Guaporé, evidenciado pelo crescimento populacional da microrregião de Porto Velho entre os anos de 2000 e 2009, conforme visto no Gráfico 6, enquanto que as demais microrregiões do Estado apresentaram uma tendência, em geral, de queda.

Como efeito desse processo, a densidade populacional passou a ser mais evidente na mesorregião Leste Rondoniense que na mesorregião Madeira-Guaporé (Gráfico 13), embora seja evidente, também, nas duas mesorregiões, uma nítida tendência de crescimento. Historicamente, a microrregião de Guajará-Mirim, em relação às demais microrregiões do Estado, sempre permaneceu como a de menor densidade populacional. Fato, porém, agravado pelo baixo fluxo migratório para a região quando da abertura da BR-364 e da institucionalização de uma imensa região de áreas legalmente protegidas.

Gráfico 13 - Densidade populacional mesorregional do Estado de Rondônia

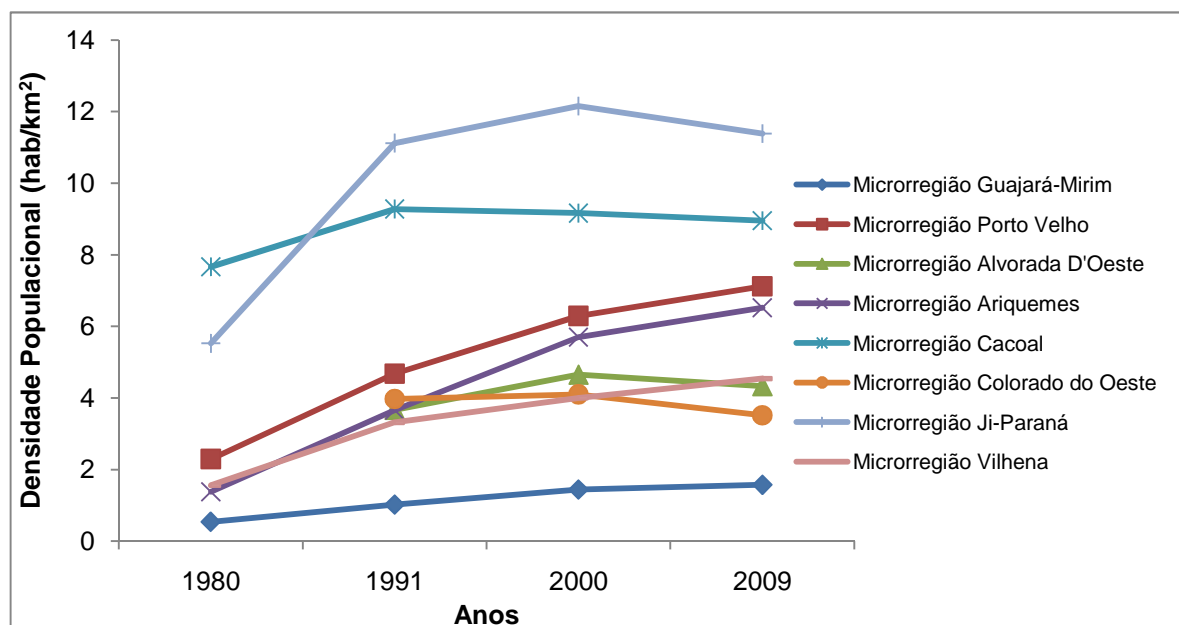


Fonte: Tabela 3B

O município de Porto Velho, pertencente à microrregião de mesmo nome, sempre permaneceu em terceira colocação, o que, em parte, pode ser explicado pela sua grande extensão territorial que vai de Candeias até a fronteira com o Estado do Acre, configurando-se como o maior município de Rondônia, seguido de perto por Guajará-Mirim. A microrregião de Ji-Paraná que ocupava, em 1980, a segunda posição, desde 1991 vem se mantendo como a microrregião de maior densidade populacional do Estado, seguida pela microrregião de Cacoal, ambas pertencentes à mesorregião Leste-Rondoniense.

Assim, verifica-se que, em ordem decrescente, as microrregiões de maior densidade são: Ji-Paraná, Cacoal, Porto Velho, Ariquemes, Vilhena, Alvorada do Oeste, Colorado do Oeste e Guajará-Mirim (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Densidade populacional microrregional do Estado de Rondônia

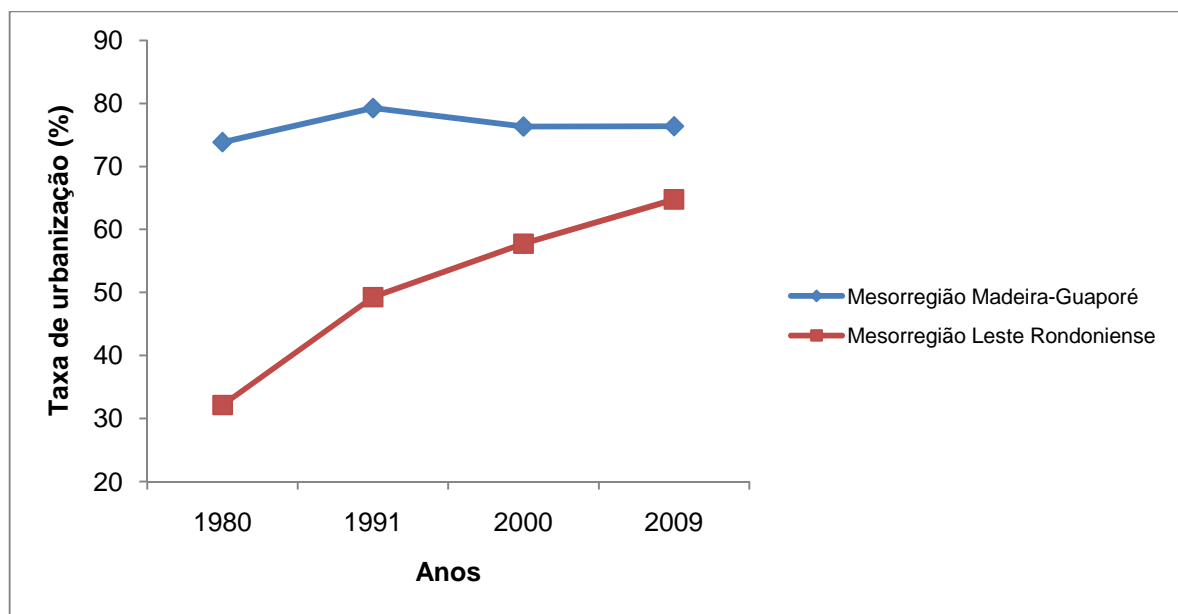


Fonte: Tabela 3B

Historicamente, a mesorregião do Madeira-Guaporé vem apresentando a maior taxa de urbanização de Rondônia, reforçando a primeira mudança institucional. Contudo, a quase estabilização dessa taxa, em torno de 70%, no período estudado, reforça o processo de estagnação econômica da região, demonstrando, assim, que essa mesorregião praticamente não participou de forma efetiva da economia agropecuária, principal política de desenvolvimento regional implantada pelo Governo Federal nas décadas de 1970 e 1980, principalmente, evidenciado, assim, sua vocação, principalmente, para o extrativismo e o comércio.

A mesorregião Leste Rondoniense, por outro lado, com a taxa de urbanização próxima de 30%, em 1980, demonstra claramente sua origem agropecuária. Contudo, tal realidade foi sendo alterada rapidamente, ao longo dos anos, ao apresentar uma taxa de urbanização crescente, fruto do surgimento dos núcleos urbanos e do desencadeamento da economia, configurando-se como uma mesorregião altamente dinâmica. Assim, a taxa de urbanização embute, aqui, esta perspectiva de análise (Gráfico 15), que permite colocá-la como forte indício de que, do ponto de vista econômico e social, o processo de colonização agrícola implantado no Estado foi altamente positivo.

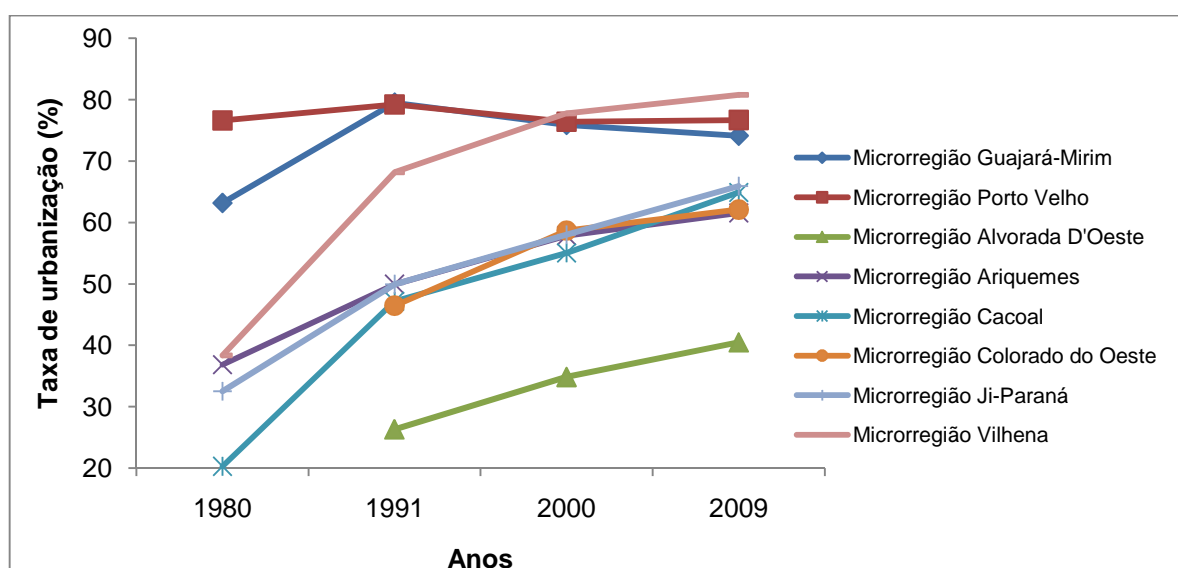
Gráfico 15 - Taxa de urbanização mesorregional do Estado de Rondônia



Fonte: Tabela 4B

Pelo Gráfico 16, verifica-se que as microrregiões de Porto Velho e Guajará-Mirim que, desde 1980, vinham apresentando às maiores taxas de urbanização, a partir de 2000, a microrregião de Vilhena passa a ocupar o posto de microrregião com maior taxa de urbanização do Estado seguido, agora, de Porto Velho, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Cacoal, Ariquemes, Colorado do Oeste e Alvorada do Oeste, respectivamente. Este último, aliás, com presença de uma população rural bastante significativa.

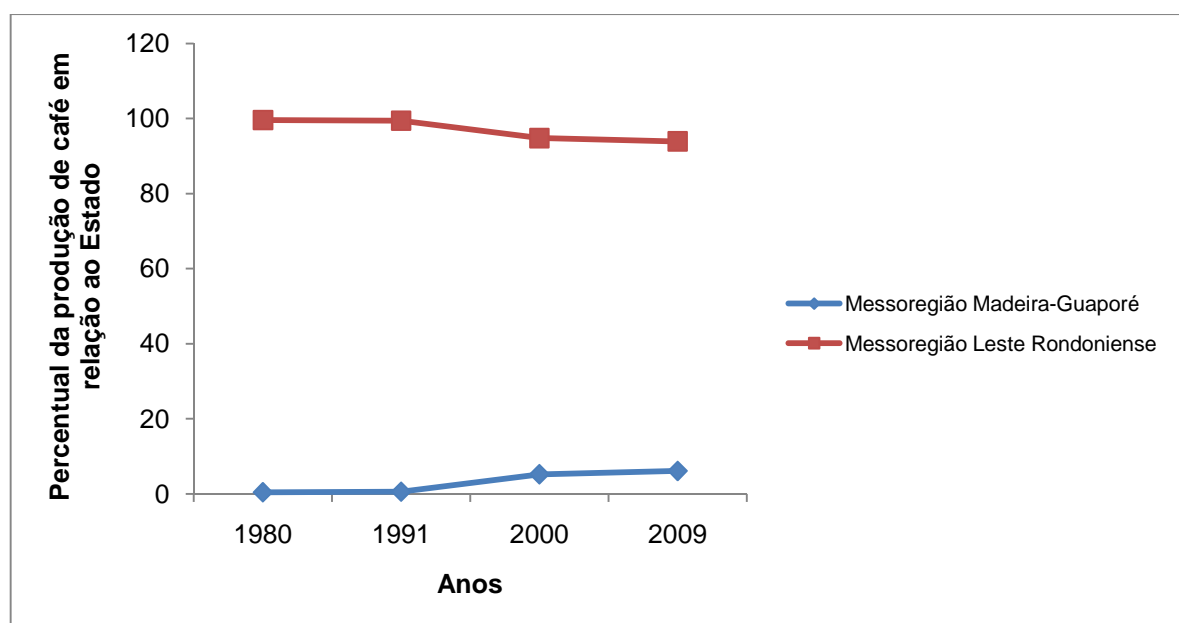
Gráfico 16 - Taxa de urbanização microrregional do Estado de Rondônia



Fonte: Tabela 4B

A forte atividade agropecuária da mesorregião Leste Rondoniense pode ser vista pelos gráficos seguintes. O Gráfico 17, portanto, mostra os dados referentes à cultura do café, atividade de grande apoio governamental através de políticas públicas de fortalecimento do setor. Com base nesses dados, verifica-se que a mesorregião do Madeira-Guaporé ficou, praticamente, à margem de tal política, o que evidencia, com isso, a hegemonia da mesorregião Leste Rondoniense que, durante todo o período levantado, esteve bem à frente do registrado pela porção Madeira-Guaporé, oscilando no patamar que, em geral, indicava a quase totalidade da produção de café do Estado de Rondônia.

Gráfico 17 - Percentual mesorregional da produção de café em relação ao Estado de Rondônia

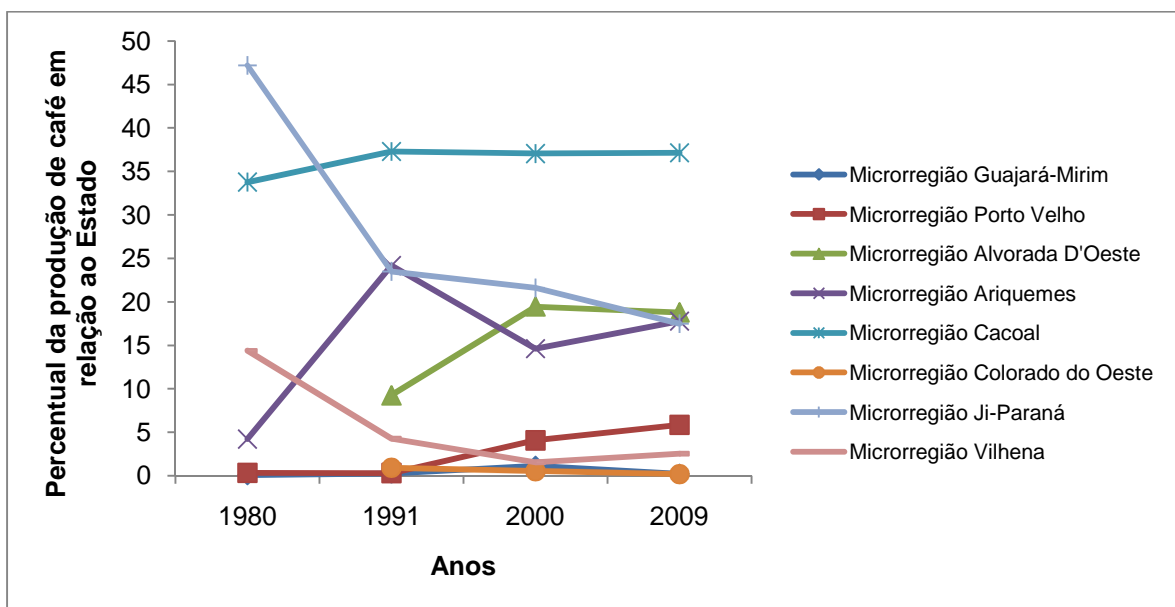


Fonte: Tabela 33B

Pelo Gráfico 18, verifica-se que a microrregião de Ji-Paraná que, em 1980, liderava a produção de café no Estado apresentou, em 1991, uma queda brusca que continuou nos anos seguintes levantados pela pesquisa, porém, de forma mais amena, contudo, levando a ocupar a terceira posição juntamente com a microrregião de Ariquemes. A microrregião de Cacoal, porém, de segundo lugar, em 1980, passou nos anos seguintes a ocupar a primeira colocação, configurando-se como a maior produtora de café do Estado de Rondônia, atualmente, no entanto, com um patamar abaixo daquele registrado pela microrregião de Ji-Paraná, em 1980. A microrregião de Alvorada do Oeste parece ter encontrado na cultura do café um dos fatores-chave para o seu desenvolvimento, pois, nesse mesmo ano já ocupava a quarta posição no

ranking estadual, chegando, em 2009, na segunda posição, embora praticamente no mesmo patamar de produção das microrregiões de Ji-Paraná e Ariquemes.

Gráfico 18 - Percentual microrregional da produção de café em relação ao Estado de Rondônia



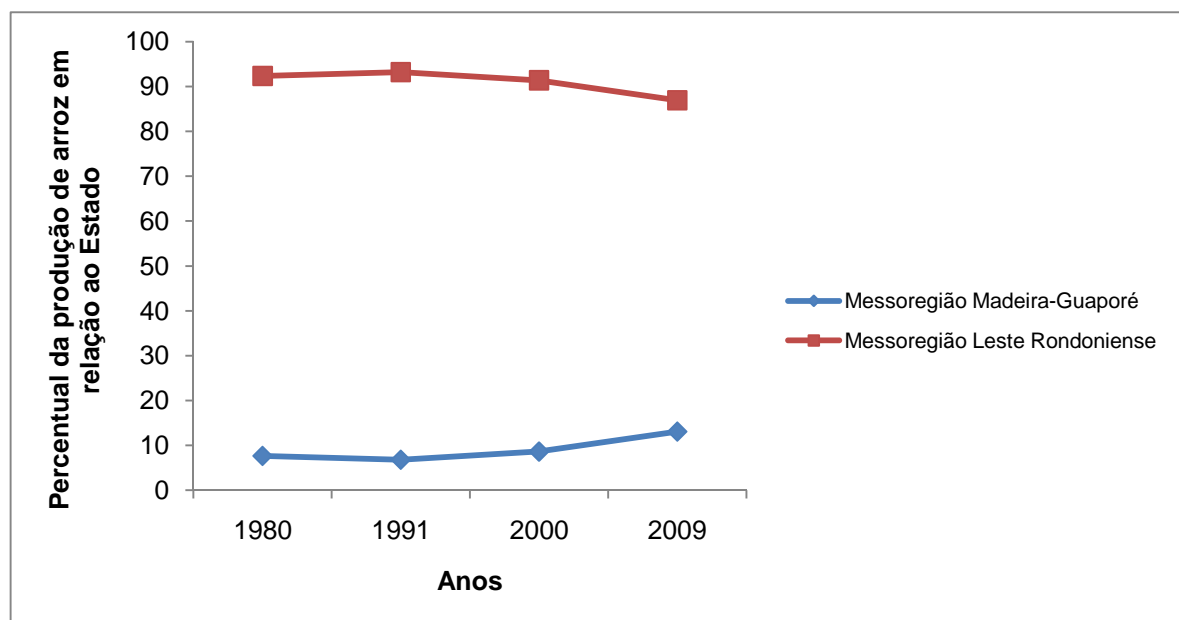
Fonte: Tabela 33B

O Gráfico 19 mostra os dados referentes à cultura do arroz. Tal qual a cultura do café, verifica-se que a mesorregião do Madeira-Guaporé ficou, também, praticamente alheia a esta atividade econômica, onde a produção de arroz da mesorregião Leste Rondoniense, ao longo dos anos, permaneceu quase que constante, oscilando no patamar de produção em torno de 90% de toda a produção estadual.

O Gráfico 20, por conseguinte, mostra a queda de produção desta cultura na microrregião de Ji-Paraná que de líder na produção de arroz, em 1980 e 1991, passou a ocupar a terceira posição em 2000 e a quinta posição em 2009, evidenciando, assim, uma redução brusca das duas principais culturas permanentes de valor econômico para o Estado: café e arroz. A microrregião de Colorado do Oeste parece ter tido na cultura do arroz um dos fatores-chave para seu desenvolvimento, já que nesse ano dividia com a microrregião de Ariquemes a terceira posição no ranking estadual, assumindo a primeira posição em 2000 e 2009, apesar do registro de uma ligeira queda de produção neste último levantamento. A microrregião de Vilhena que ocupava a segunda posição em 1980 e depois caiu bruscamente em 1991, volta a ocupar a posição de segunda maior produtora de arroz do Estado, seguida

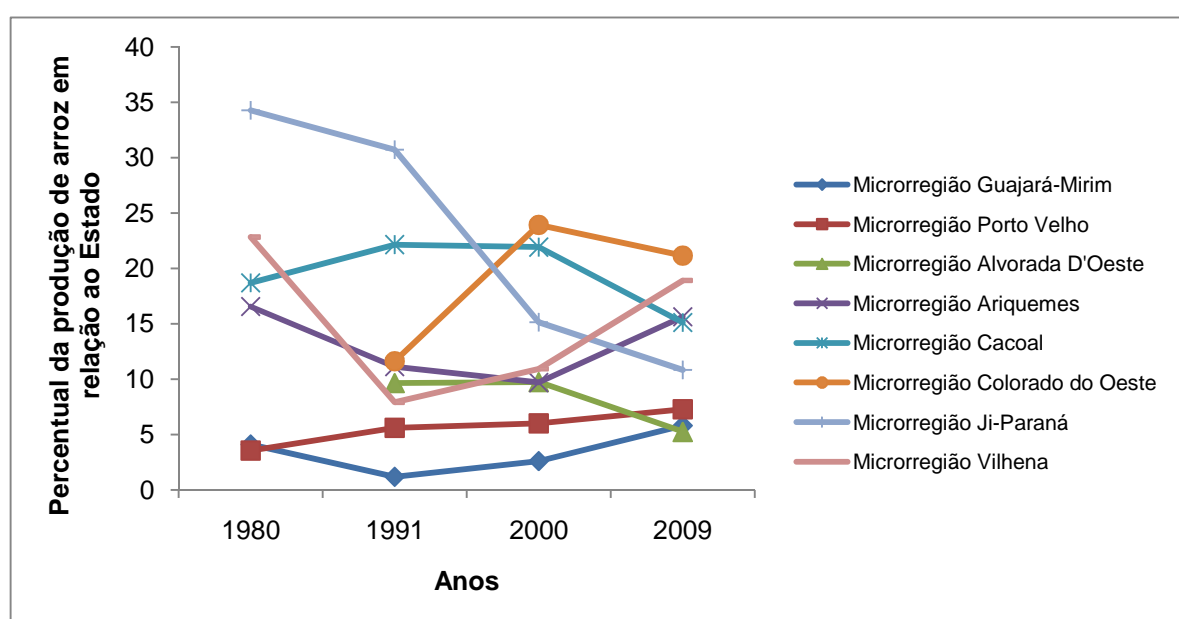
das microrregiões de Cacoal e Ariquemes, ambas praticamente no mesmo patamar de produção.

Gráfico 19 - Percentual mesorregional da produção de arroz em relação ao Estado de Rondônia



Fonte: Tabela 35B

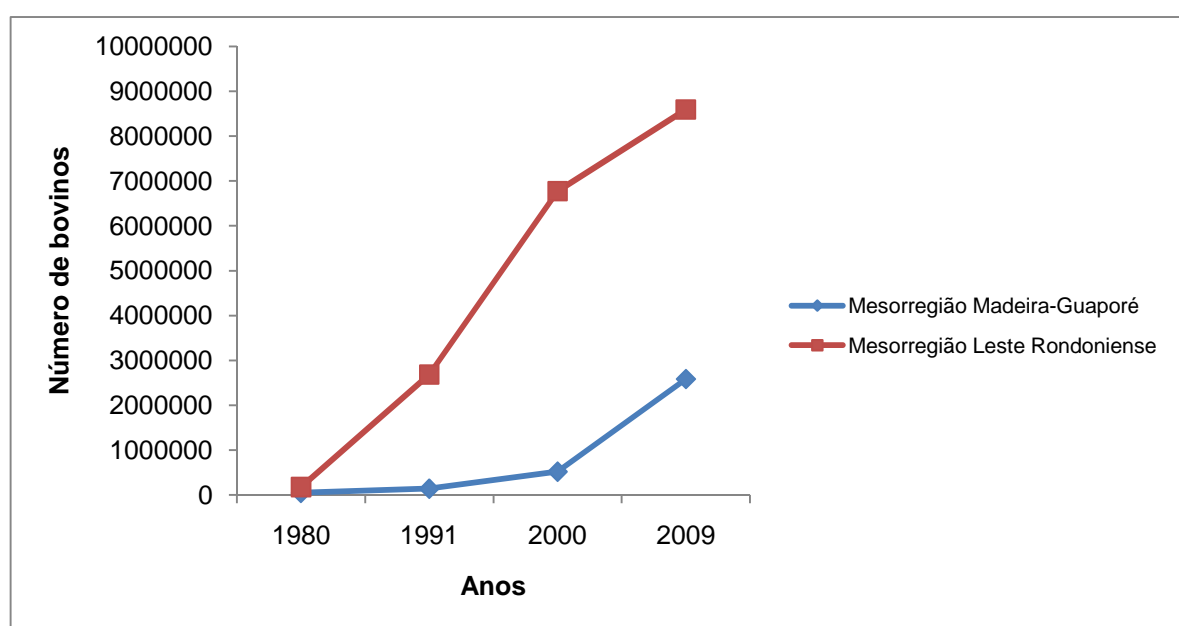
Gráfico 20 - Percentual microrregional da produção de arroz em relação ao Estado de Rondônia



Fonte: Tabela 35B

Pelo Gráfico 21, observa-se a evolução da pecuária no Estado de Rondônia com base na visão mesorregional. Assim, nota-se o crescimento quase linear desta atividade na mesorregião Leste Rondoniense, atingindo, em 2009, o quantitativo de, aproximadamente, 8,6 milhões de cabeça de gado. Embora pouco evidente até 1991, a mesorregião Madeira-Guaporé começa a incorporar esta atividade, porém, de forma mais intensa entre os anos de 2000 e 2009 quando atinge, aproximadamente, 2,6 milhões de cabeça de gado, no último levantamento.

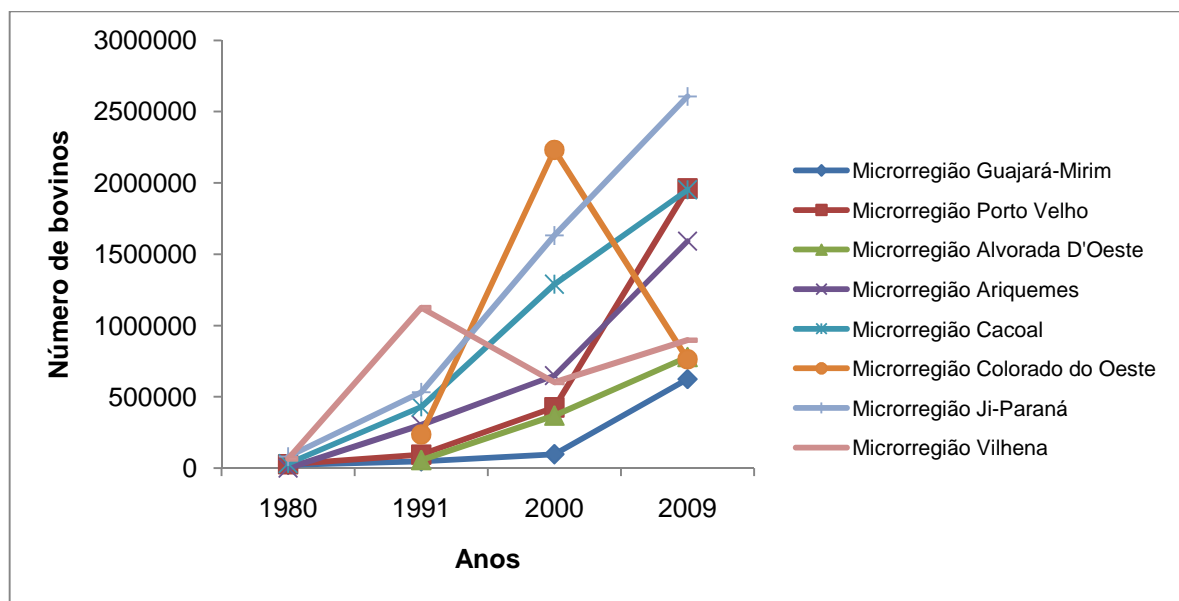
Gráfico 21 - Número de bovinos por mesorregião do Estado de Rondônia



Fonte: Tabela 28B

Quando se analisa dentro de uma perspectiva microrregional (Gráfico 22), observa-se que o crescimento abrupto desta atividade econômica se encontra mais evidente na microrregião de Ji-Paraná que passa a observar uma característica bem peculiar desta microrregião, a clara inversão da atividade de agricultura para a pecuária. Este crescimento também pode ser evidenciado pelas microrregiões de Cacoal e Ariquemes. Na porção Madeira-Guaporé chama a atenção a realidade desta atividade nas duas microrregiões existentes: Porto Velho e Guajará-Mirim, percebendo-se uma tendência de crescimento, a partir de 1991, porém, incrementada significativamente no período entre 2000 e 2009. Além do próprio município de Porto Velho, outros municípios como Nova Mamoré dão suporte a este incremento.

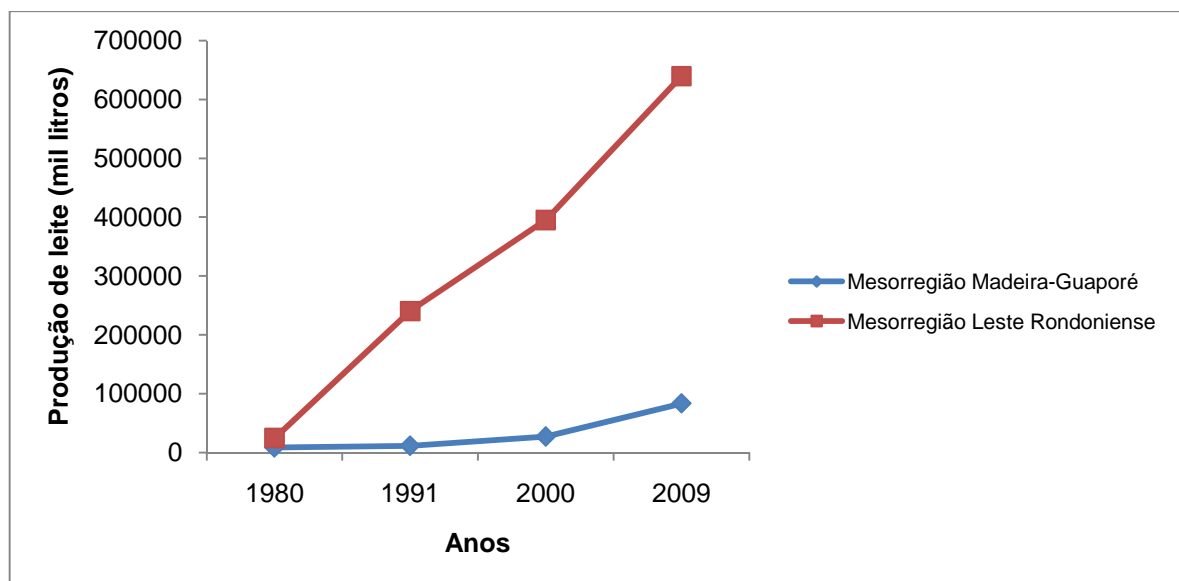
Gráfico 22 - Número de cabeça de bovinos por microrregião do Estado de Rondônia



Fonte: Tabela 28B

Em relação a produção leiteira, percebe-se a mesma tendência de crescimento evidenciado, anteriormente, para a mesorregião Leste Rondoniense ao atingir, em 2009, um quantitativo aproximado de 640 milhões de litros de leite e para a mesorregião Madeira-Guaporé, quando se constatou um notório crescimento entre os anos de 2000 e 2009, ao atingir um quantitativo de aproximadamente 83,5 milhões de litros de leite produzidos (Gráfico 23).

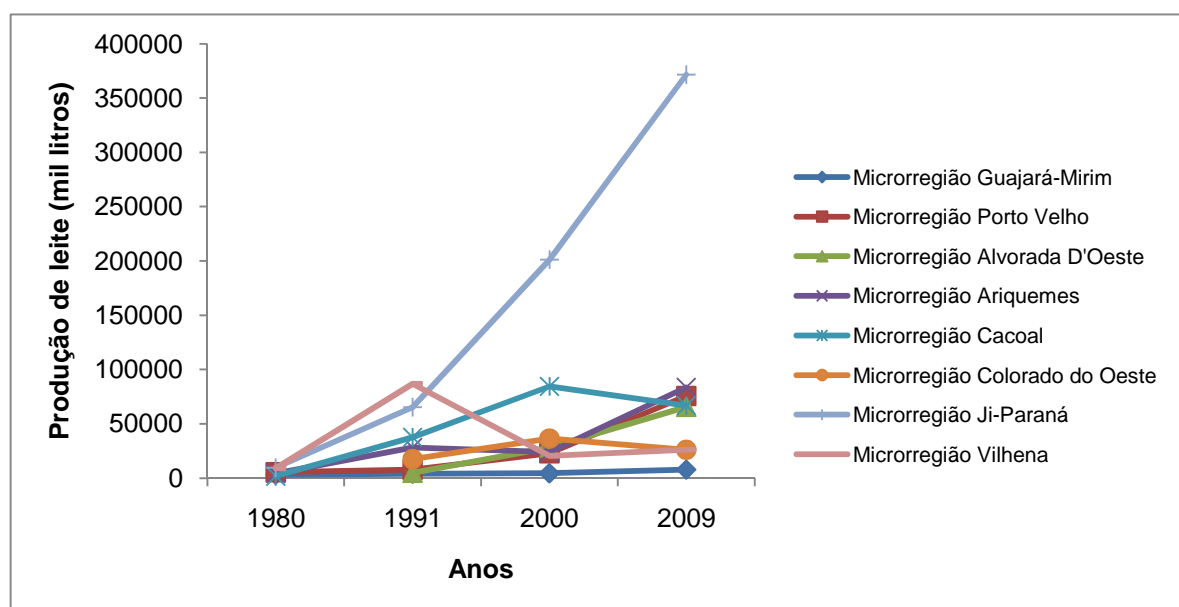
Gráfico 23 - Produção de leite por mesorregião do Estado de Rondônia



Fonte: Tabela 29B

Pelo Gráfico 24, pode-se evidenciar o estrondoso crescimento da microrregião de Ji-Paraná, configurando-se, assim, como a microrregião de maior produção leiteira de Rondônia, registrando um volume produzido em torno de 600% superior as microrregiões de Ariquemes, de Porto Velho, de Cacoal e de Alvorada do Oeste, onde todas estão, praticamente, no mesmo patamar de produção e empatadas na segunda posição no ranking estadual. Fica, portanto, bem evidenciado por este gráfico que a microrregião de Ji-Paraná apresentou uma tendência de migração da atividade agrícola do café e do arroz, principais produtos agrícolas do Estado, para a atividade da pecuária, se transformando, assim, na principal microrregião de pecuária em Rondônia.

Gráfico 24 - Produção de leite por microrregião do Estado de Rondônia



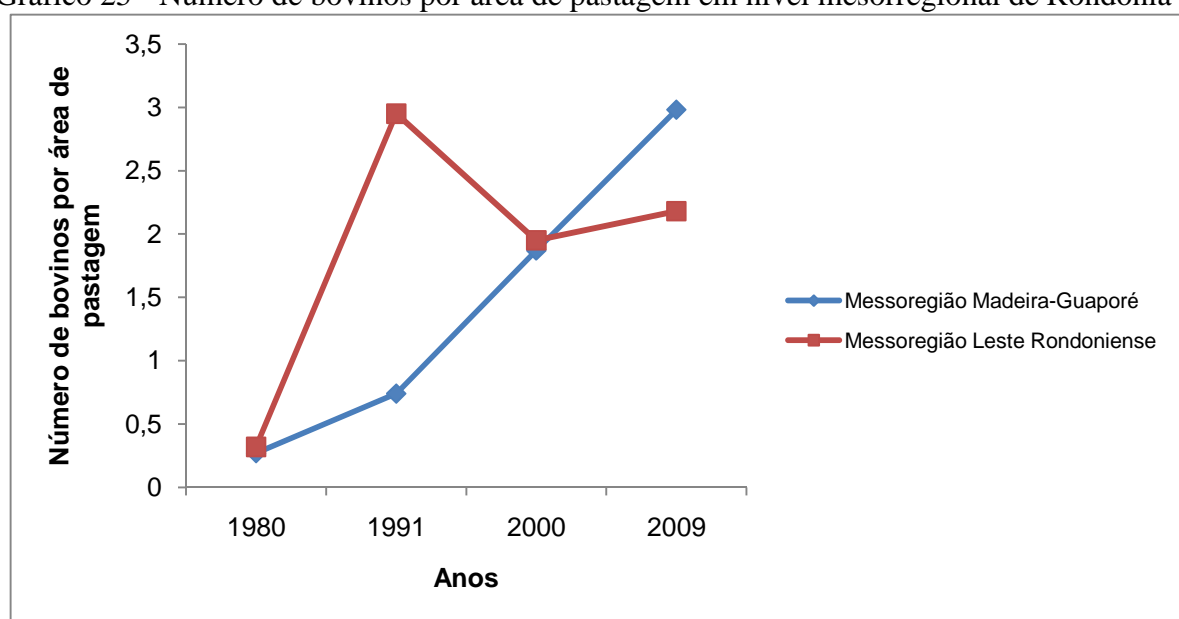
Fonte: Tabela 29B

Contudo, para se ter uma idéia da eficiência desse sistema, foi feita uma análise do quantitativo de cabeça de gado e do volume de leite produzido em relação às áreas de pastagem (natural e artificial) disponíveis, tanto em nível mesorregional e microrregional, o que permitiu fazer algumas inferências que ajudam a entender o processo migratório desta atividade para a região Madeira-Guaporé, principalmente quando se analisa dentro de um contexto que envolve a prática da atividade agropecuária ligada à técnica do *shifting cultivation*, implantada em Rondônia e evidenciada por Amaral (1994).

O Gráfico 25, a seguir, mostra essa relação em função do número de cabeça de gado. Com base nessa figura se percebe que a mesorregião Madeira-Guaporé apresentou um

crescimento linear dessa relação, ao passo que a mesorregião Leste Rondoniense teve sua fase de crescimento linear interrompida em 1991, caindo drasticamente entre 1991 e 2000, com uma ligeira recuperação entre 2000 e 2009. O que isto quer dizer? Pelo menos uma coisa é fundamental observar nesse fenômeno, o sinal de esgotamento do solo da mesorregião Leste Rondoniense. Como a mesorregião Madeira-Guaporé somente começa, de fato, a evidenciar a atividade de pecuária, a partir de 2000, é muito provável que as terras desta porção do Estado de Rondônia, recém desmatadas para comportar tal atividade, ainda possuam condições físico-químicas mais adequadas que a região Leste Rondoniense, o que, em tese, se justificaria o maior número de cabeças de gado em relação a esta última. O longo período de prática do *shifting cultivation* na mesorregião Leste Rondoniense seria o principal fator de esgotamento do solo, apenas agravado com o processo de impactação do mesmo decorrente da atividade da pecuária, o que estaria acelerando, ainda mais, o processo erosivo, considerado um dos indicadores principais para evidenciar o impacto das ações antrópicas sobre o solo.

Gráfico 25 - Número de bovinos por área de pastagem em nível mesorregional de Rondônia



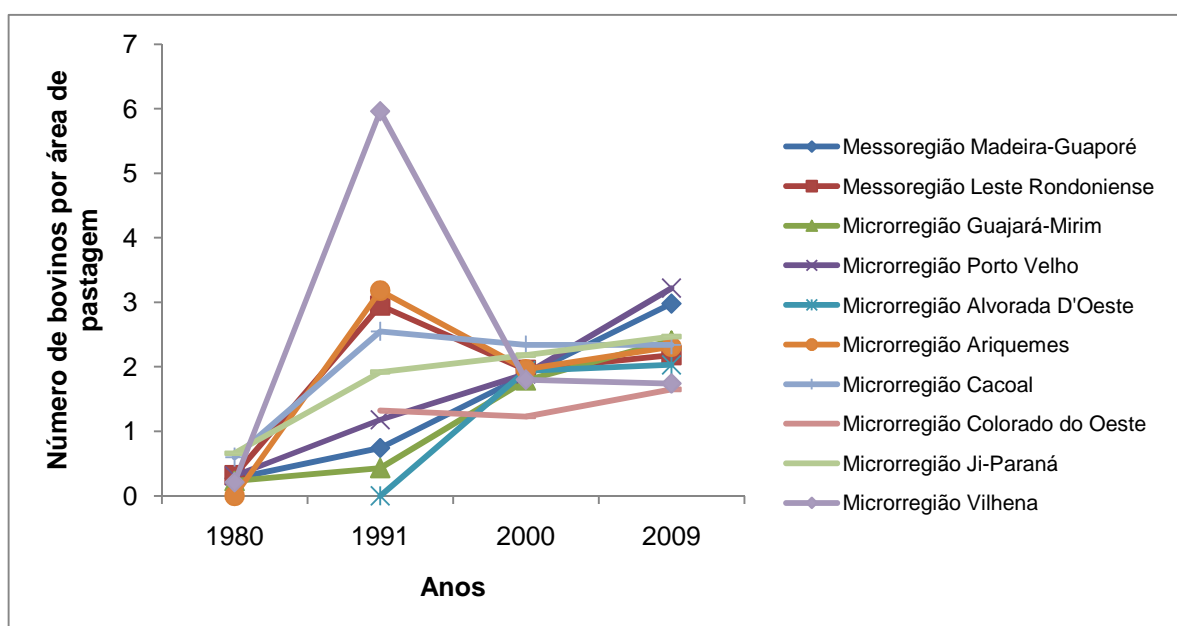
Fonte: Tabela 28B

Ao observar que esta atividade se mostrou em pleno crescimento na mesorregião Madeira-Guaporé reforça, ainda mais, esta análise, abstraindo desse fato uma realidade que demonstra uma pressão vinda do Leste Rondoniense em direção a Madeira-Guaporé, tal qual evidenciado no município de Nova Mamoré, pertencente à microrregião de Porto Velho,

onde, em pouco tempo, ao adotar as mesmas práticas do *shifting cultivation*, passou a fazer parte do Arco de Desmatamento.

Isto, porém, pode ser visto em nível microrregional (Gráfico 26). Por este gráfico, verifica-se que, em 1991, a microrregião de Vilhena apresentou uma relação bastante eficiente desta atividade, porém, como já visto anteriormente, houve uma tendência de abandono desta atividade para o setor agrícola, em especial, para a cultura da soja. Nota-se, portanto, que a tendência de valorização da mesorregião Madeira-Guaporé é crescente, fato evidenciado pela maior relação entre número de bovinos por área de pastagem, que coloca a microrregião de Porto Velho em destaque, seguida, praticamente no mesmo patamar, das microrregiões de Guajará-Mirim, Cacoal, Ariquemes, Ji-Paraná, Alvorada do Oeste, Vilhena e Colorado do Oeste.

Gráfico 26 - Número de bovinos por área de pastagem em nível microrregional de Rondônia



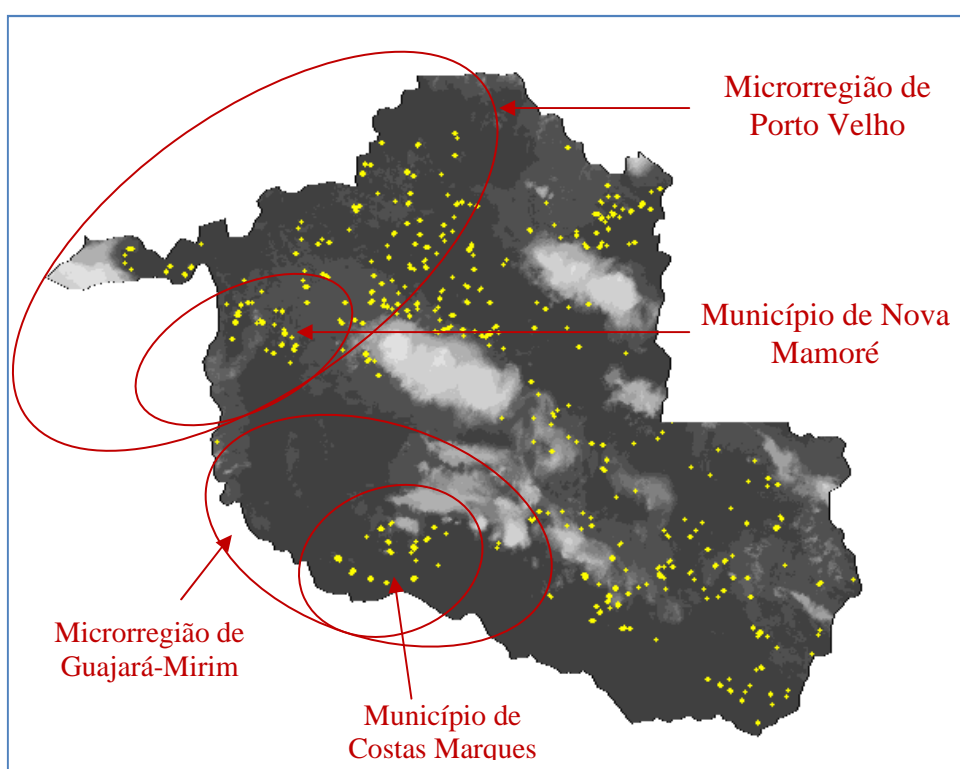
Fonte: Tabela 28B

Contudo, esta análise demonstra uma preocupação em potencial, o *trade off* desta atividade em relação à floresta. Isto porque a mesorregião Madeira-Guaporé devido apresentar as maiores concentrações de áreas de unidades de conservação da natureza e de terras indígenas do Estado de Rondônia, em pouco tempo, caso sejam mantidas as mesmas práticas do *shifting cultivation*, haveria sério risco de presenciar a uma mudança brusca na paisagem geográfica da região já que esse sistema avança severamente sobre a mata nativa.

Na verdade, quando se analisa os focos de incêndios florestais baseados na imagem de satélite LAND SAT, disponibilizado pela INPE, em 2005, se percebe que ela já começou.

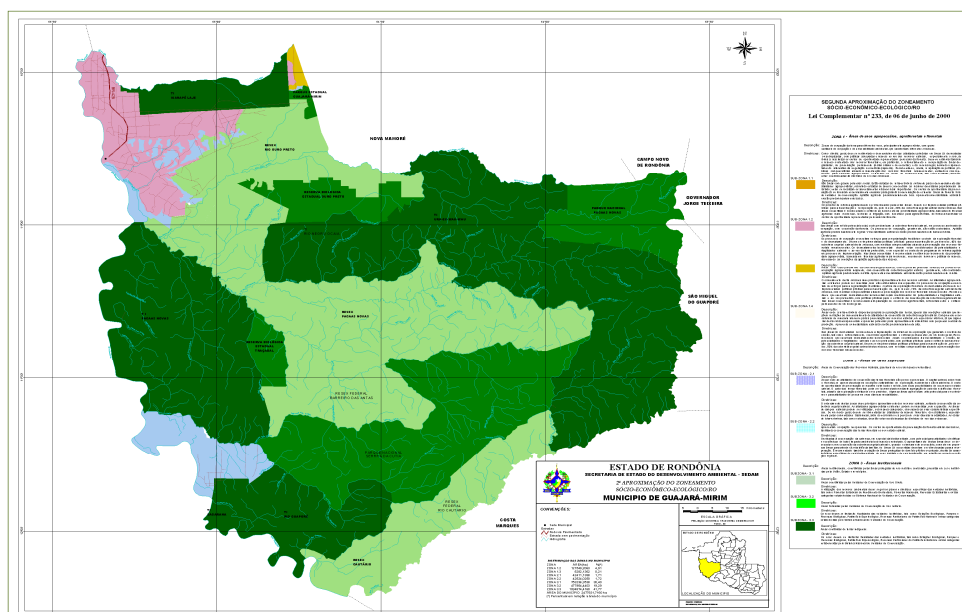
Assim, a Figura 12 ilustra o avanço da técnica do *shifting cultivation* sobre o Estado de Rondônia evidenciando, assim, tal prática na microrregião de Porto Velho, com destaque para o município de Nova Mamoré, e na microrregião de Guajará-Mirim, através do município de Costa Marques, às margens do rio Guaporé. Isto, porém, não isenta o município de Guajará-Mirim de sentir os efeitos desse movimento, principalmente da atividade de pecuária em seu território. Embora este município concentre a maior parte das áreas de preservação ambiental do Estado (Mapa 7), envolvendo em torno de 92% de seu território, o avanço da pecuária sobre essas áreas já pode ser evidenciado no município, conforme ilustrado pela Fotografia 3, o que pode colocar em risco o principal reduto florestal de Rondônia.

Figura 12 - Imagem dos focos de incêndios florestais no Estado de Rondônia, em 2005



Fonte: INPE (2005).

Mapa 7 - Áreas de UC's e TI's existentes no município de Guajará-Mirim



Fonte: SEDAM (2002).

Fotografica 3 - Ilustração do avanço da pecuária em áreas de preservação ambiental no município de Guajará-Mirim, numa faixa de terra entre os rios Pacaás Novos e Mamoré



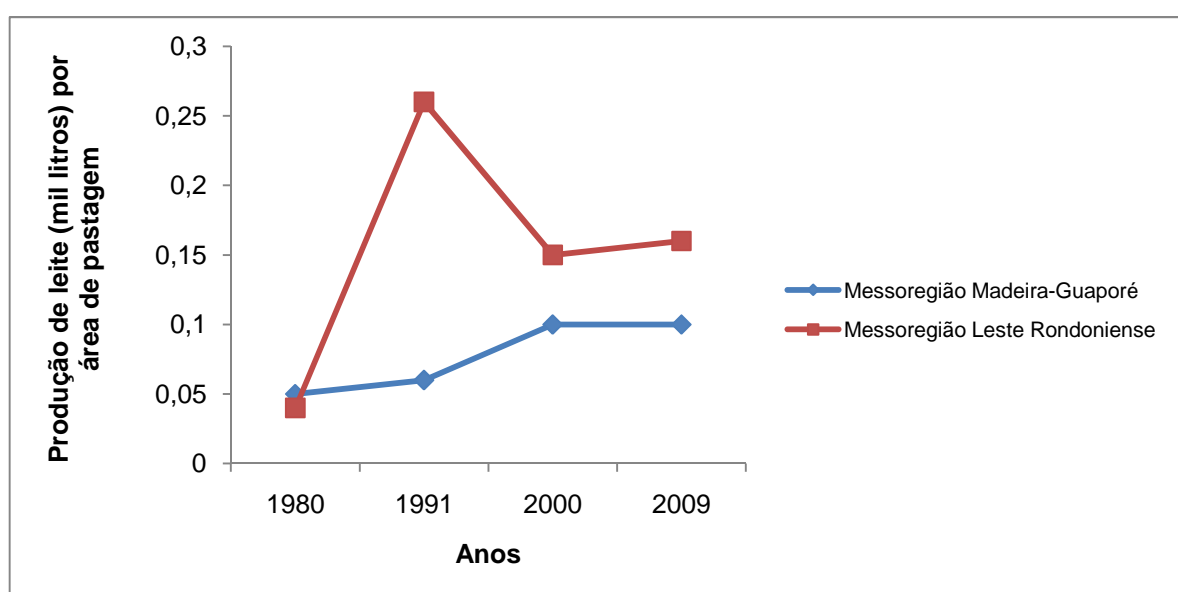
Fonte: Foto tirada por Fábio Robson Casara Cavalcante em 2006.

Por outro lado, isto comprova que a criação das UC's, em especial, não foi acompanhada de um processo de discussão, a partir de sua base, bem como de um planejamento prévio que, a nosso ver, reforça o sentido pela qual a única motivação para sua

criação, de fato, está relacionada à minimização das críticas sofridas pela ação do Estado em decorrência dos conflitos com os nativos (índios) e o desmatamento de grandes extensões de terras sem precedentes na Amazônia durante as décadas de 1970 e 1980, principalmente.

Os Gráficos 27 e 28 ilustram esta análise ao apontar para a relação entre a produção leiteira e a área de pastagem (plantada e nativa) dentro da perspectiva mesorregional, no caso da primeira, e microrregional, no caso da segunda.

Gráfico 27 - Produção de leite por área de pastagem em nível mesorregional de Rondônia



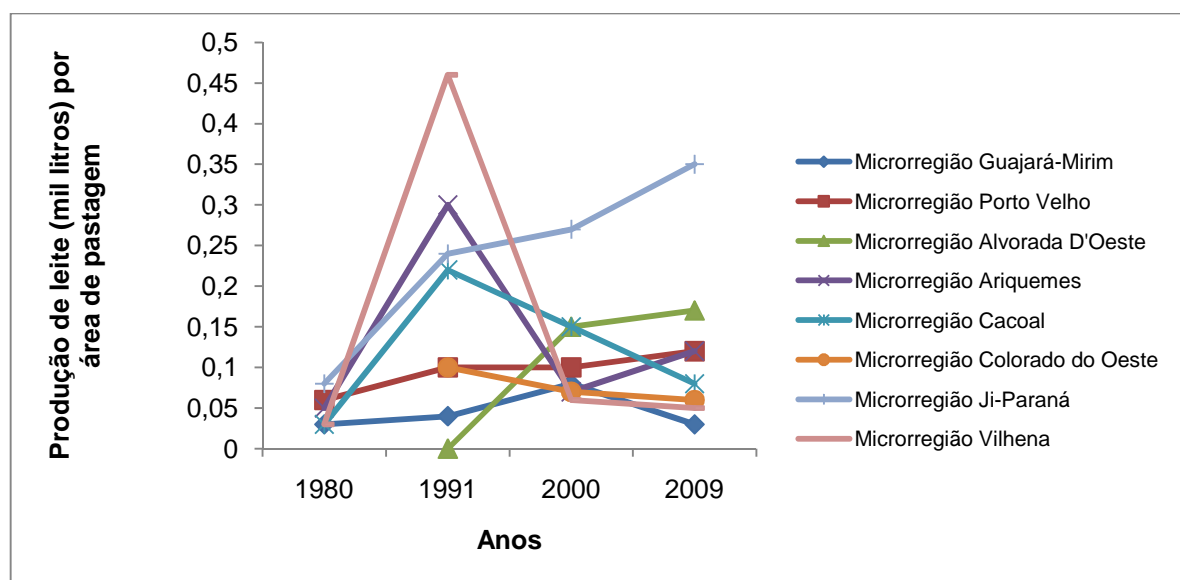
Fonte: Tabela 29B

Com base na análise mesorregional (Gráfico 27), verifica-se que a maior produtividade alcançada pela atividade de pecuária leiteira ocorreu na região Leste Rondoniense, em 1991, onde foi evidenciada uma redução brusca de 1991 para 2000, e um registro de crescimento modesto de 2000 para 2009, contudo, fato que, ainda, a coloca como líder na produtividade leiteira estadual, porém, não mais tão distante quanto apresentava à mesoregião Leste Rondoniense em relação à mesoregião Madeira-Guaporé, em 1991.

O Gráfico 28 traz um detalhamento microrregional dessa atividade econômica em relação à área de pastagem que reforça esta tendência. Por esta figura e com base no que já foi visto em termos de produção pecuária, se percebe, claramente, o efeito da dinâmica inovativa apontada por Costa (1992; 1998; 2000a, 2000b) e Maciel (2004), onde, por exemplo, a microrregião de Ji-Paraná que, anteriormente, era líder na produção de café e arroz e que, mais tarde, apresentou uma tendência drástica de abandono desta atividade econômica em

favor da pecuária. Assim, desde 2000, lidera o ranking de produção de leite do Estado, bem como, detém o maior número de cabeças de gado.

Gráfico 28 - Produção de leite por área de pastagem em nível microrregional de Rondônia



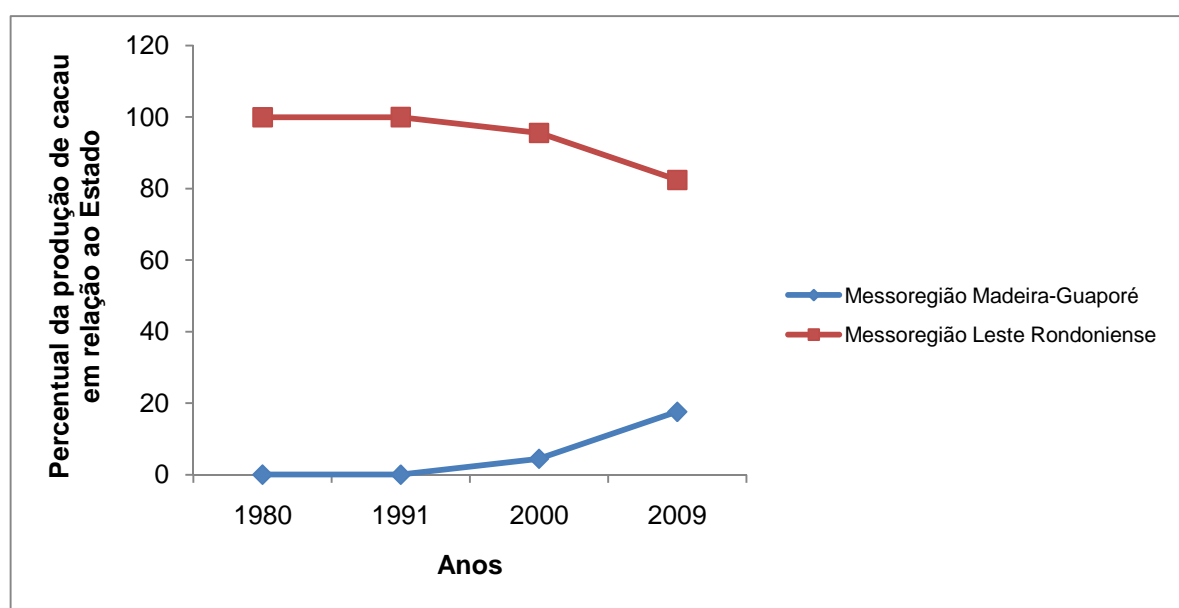
Fonte: Tabela 29B

Ainda com base no Gráfico 28, observa-se que a microrregião de Alvorada do Oeste encontra, também, nesta atividade, uma importante fonte de riqueza ao atingir, em 2000, juntamente com a microrregião de Cacoal, a segunda posição no ranking estadual, porém, esta última em franca tendência de queda, levando, desse modo, em 2009, a permanência da microrregião de Alvorada do Oeste na segunda posição, ficando as microrregiões de Porto Velho e Ariquemes em terceiro lugar, praticamente no mesmo patamar de produtividade, seguidos da microrregião de Cacoal, em quinta posição. Vale ressaltar, porém, que a presença da microrregião de Porto Velho nessa posição se deve, em grande parte, pela produtividade da pecuária do município de Nova Mamoré que recebeu forte migração de famílias oriundas da mesorregião Leste Rondoniense em função, dentre outros aspectos, do esgotamento do solo, conforme evidenciado anteriormente, principalmente da região de Jaru. A microrregião de Vilhena é outro caso interessante. Esta microrregião, líder na produtividade leiteira em 1991, praticamente abandonou esta atividade chegando, em 2000, a ocupar a última posição estadual e a penúltima em 2009, só superando a microrregião de Guajará-Mirim. Assim, verificou-se que o processo evidenciado na microrregião de Vilhena seguiu a mesma coerência lógica da microrregião de Ji-Paraná, porém, com uma ressalva, o processo foi inverso, isto é, da pecuária para agricultura.

Portanto, é bem provável que essa queda brusca da produção leiteira na microrregião de Vilhena esteja relacionada a outras formas mais lucrativas de produção, a exemplo da cultura da soja. Conforme Fernside (2000), o crescimento na área total de soja no Brasil, embora tenha estancado em 1998 e diminuído ligeiramente de 13,2 para 12,7 milhões de hectares de 1998 para 1999, na Amazônia, em especial, em Rondônia, seus tentáculos cresciam rapidamente. Assim, conforme o autor em tela, havia, em Rondônia, em 1996, apenas 1.800 hectares de soja, contudo, em apenas dois anos, isto é, em 1998, esse número quase triplicou ao chegar a 4.700 hectares, e, no ano seguinte, em 1999, esse número triplicou novamente, chegando a 14.000 hectares.

Sobre a produção de cacau no Estado de Rondônia, embora tipicamente considerada uma cultura vinculada à realidade da porção mesorregional Madeira-Guaporé, a atuação da CEPLAC, através do programa “POLAMAZÔNIA” (1974 – 1979), passa a colocar a mesorregião Leste Rondoniense em posição de destaque no cenário estadual (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Percentual mesorregional da produção de cacau em relação ao Estado de Rondônia



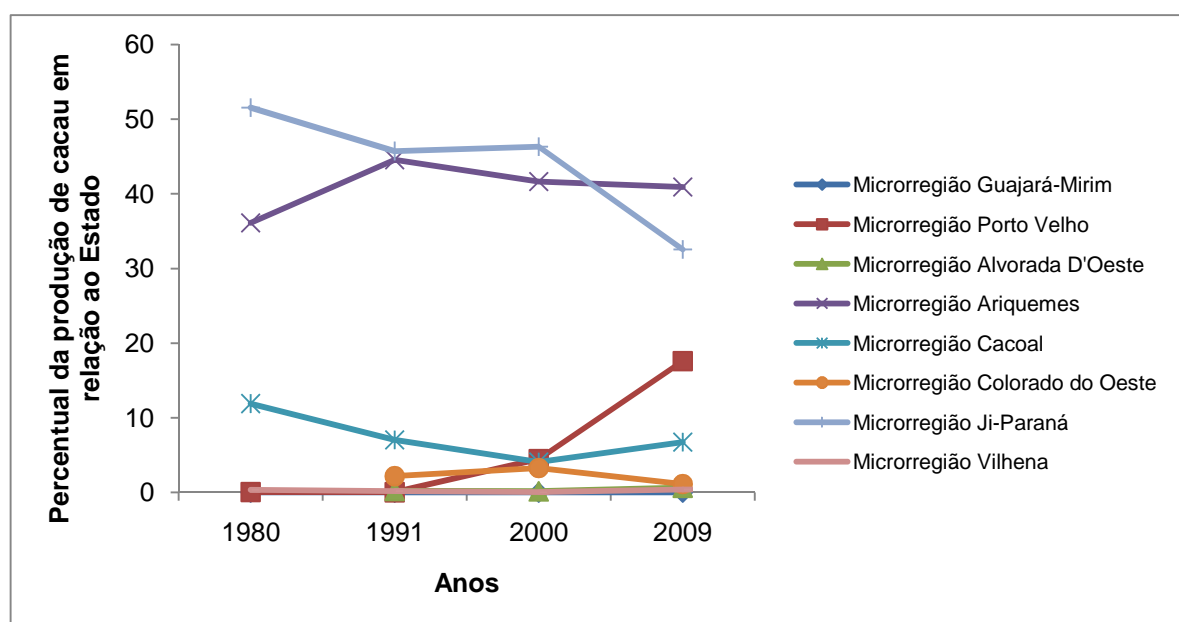
Fonte: Tabela 34B

Assim, observa-se que, em 1980, a produção do Leste Rondoniense já correspondia a 100% da produção estadual, permanecendo nesse patamar até 1991, quando começa a vivenciar uma tendência de queda, chegando, em 2009, a representar pouco mais de 80% da produção do Estado. A mesorregião Madeira-Guaporé tem comportamento oposto à mesorregião Leste Rondoniense ao registrar um ligeiro crescimento, a partir de 1991, e, outro, um pouco mais

forte de 2000 para 2009, atingindo, neste último levantamento, aproximadamente, 20% da representação estadual para esta atividade econômica.

Com base na produção de cacau, observa-se que as principais microrregiões do Leste Rondoniense que se destacaram na produção desta cultura foram Ji-Paraná e Ariquemes, porém com uma inversão de valores. A microrregião de Ji-Paraná, principal produtora de cacau em 1980, tem registrado uma tendência de queda, entre o período de 1980-1991 e 2000-2009, passando, com isso, a ser segunda produtora de cacau. Já a microrregião de Ariquemes, que ocupava a segunda posição em 1980, teve um crescimento significativo entre 1980-1991, porém, nos anos seguintes, registrou uma ligeira tendência de queda, ainda assim, hoje, é considerada a microrregião que concentra a maior produção de cacau em Rondônia. Na mesorregião Madeira-Guaporé, a microrregião de Porto Velho representa praticamente a totalidade desse produto, atingindo, em 2009, aproximadamente, 20% do mercado estadual (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Percentual microrregional da produção de cacau em relação ao Estado de Rondônia

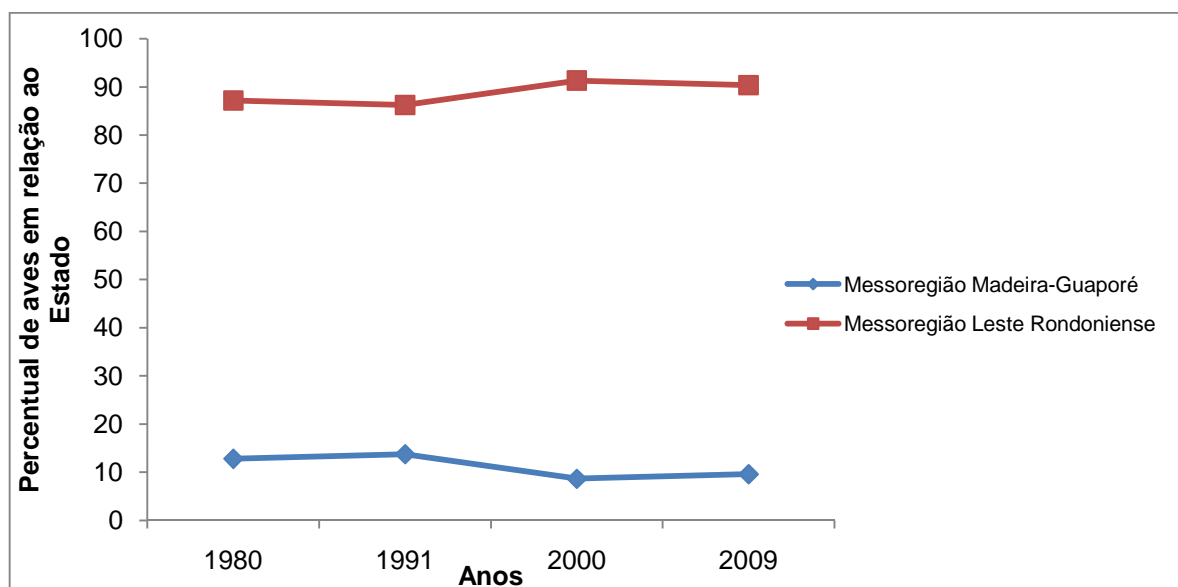


Fonte: Tabela 34B

O Gráfico 31 ajuda a reforçar a dinâmica da mesorregião Leste Rondoniense no que tange, agora, ao percentual de produção de aves em relação ao Estado. Verifica-se que esta

mesorregião lidera a produção estadual ao deter, aproximadamente, 90% dessa atividade econômica.

Gráfico 31 - Percentual de produção mesorregional de aves em relação ao Estado

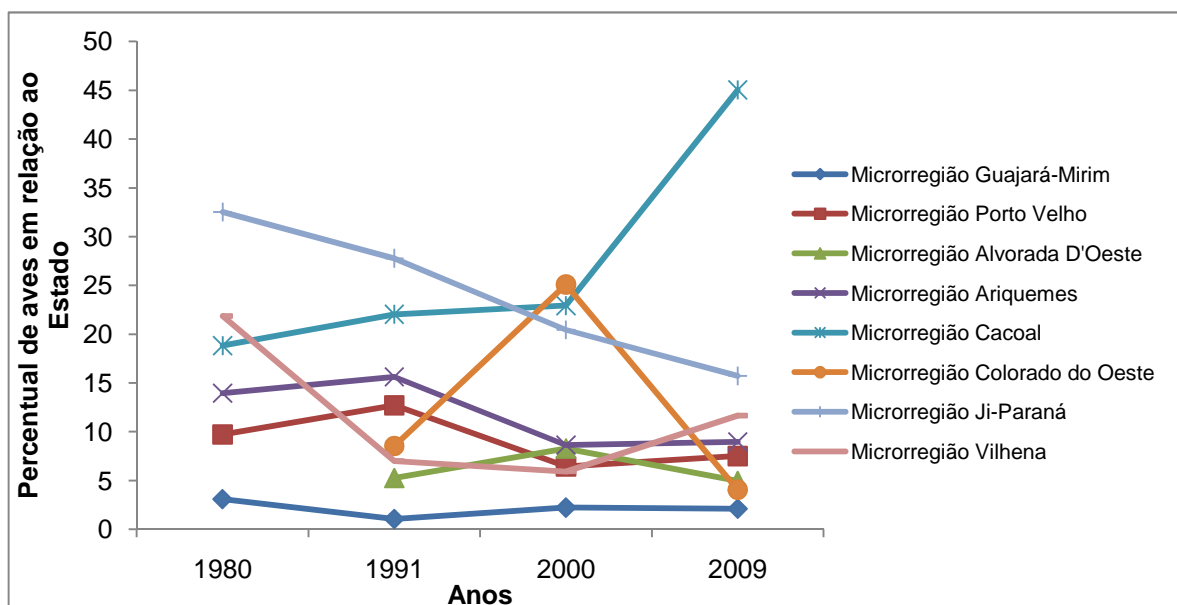


Fonte: Tabela 26B

Pelo Gráfico 32, verifica-se que a microrregião de Ji-Paraná, que liderava o ranking do Estado em 1980, passa a vivenciar um processo de queda contínua de produção, porém, mesmo com essa tendência negativa, consegue se manter como segunda produtora de aves em Rondônia no ano de 2009. A microrregião de Cacoal, por sua vez, que vinha desde 1980 indicando uma tendência positiva, atinge o ano de 2000 na segunda posição e depois, em 2009, com um surpreendente crescimento verificado no período, alcança a liderança absoluta de maior produtora de aves do Estado, respondendo por aproximadamente 45% desse segmento.

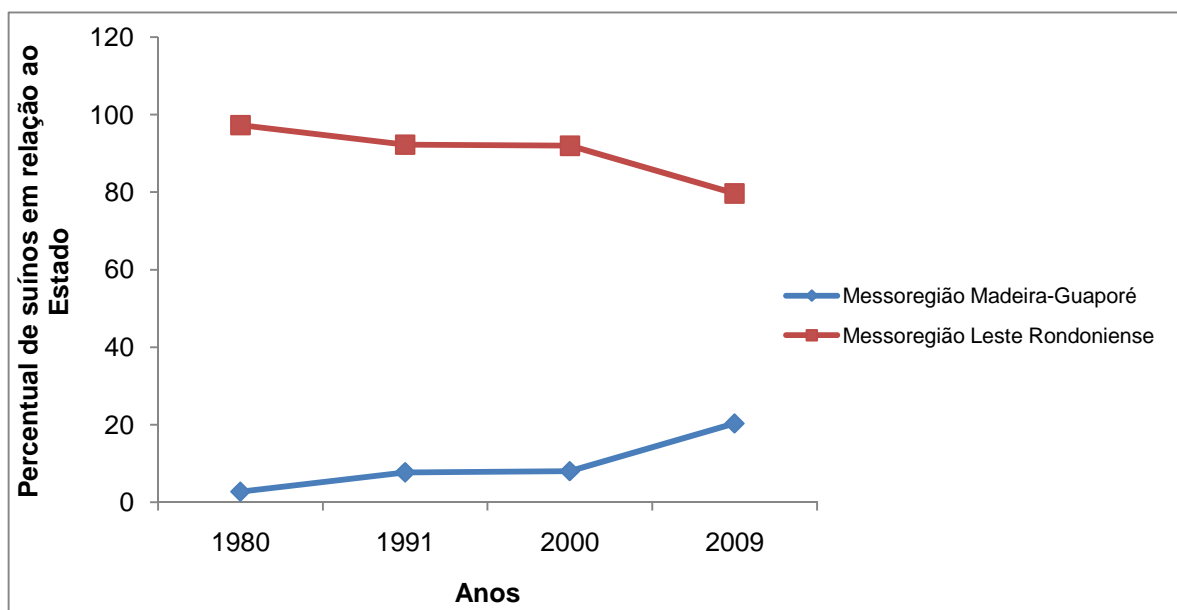
A mesma tendência é observada para a atividade suína do Estado de Rondônia (Gráfico 33). Assim, verifica-se que a mesorregião Leste Rondoniense é responsável por quase a totalidade da produção, apesar de se notar uma queda nos últimos anos, mesmo assim com força o suficiente para que esta responda ainda por aproximadamente 80% da produção estadual.

Gráfico 32 - Percentual de produção microrregional de aves em relação ao Estado



Fonte: Tabela 26B

Gráfico 33 - Percentual de produção mesorregional de suínos em relação ao Estado

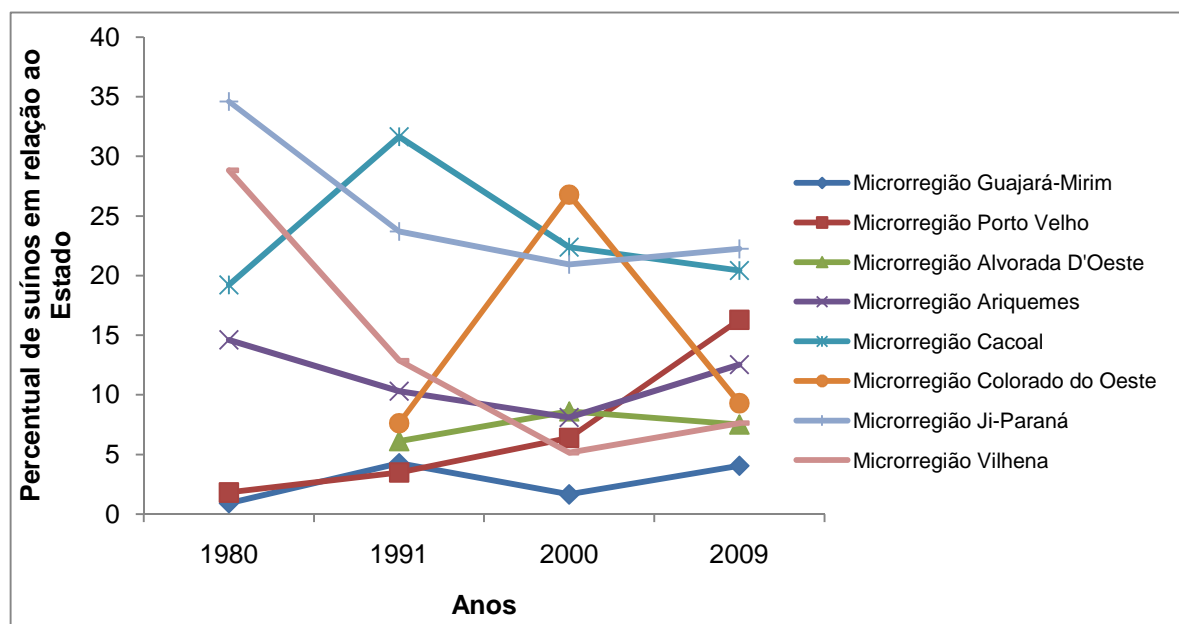


Fonte: Tabela 27B

Do ponto de vista microrregional, Ji-Paraná que, em 1980, apresentou a maior produção, teve sua participação em relação ao Estado reduzida entre 1991 e 2000, contudo, volta ao topo, em 2009, porém, com um índice de produção abaixo do registrado naquele período inicial. A microrregião de Cacoal que ocupava a terceira posição, em 1980, passa a ocupar a segunda posição em 2009, seguida das microrregiões de Porto Velho, Ariquemes,

Colorado do Oeste, Vilhena, Alvorada do Oeste e Guajará-Mirim. Sobre o avanço observado entre os anos de 2000 e 2009 na microrregião de Porto Velho, verifica-se que este foi influenciado pela produção de suíno em Buritis, Porto Velho e Nova Mamoré que representaram 70% da produção nessa microrregião (Gráfico 34).

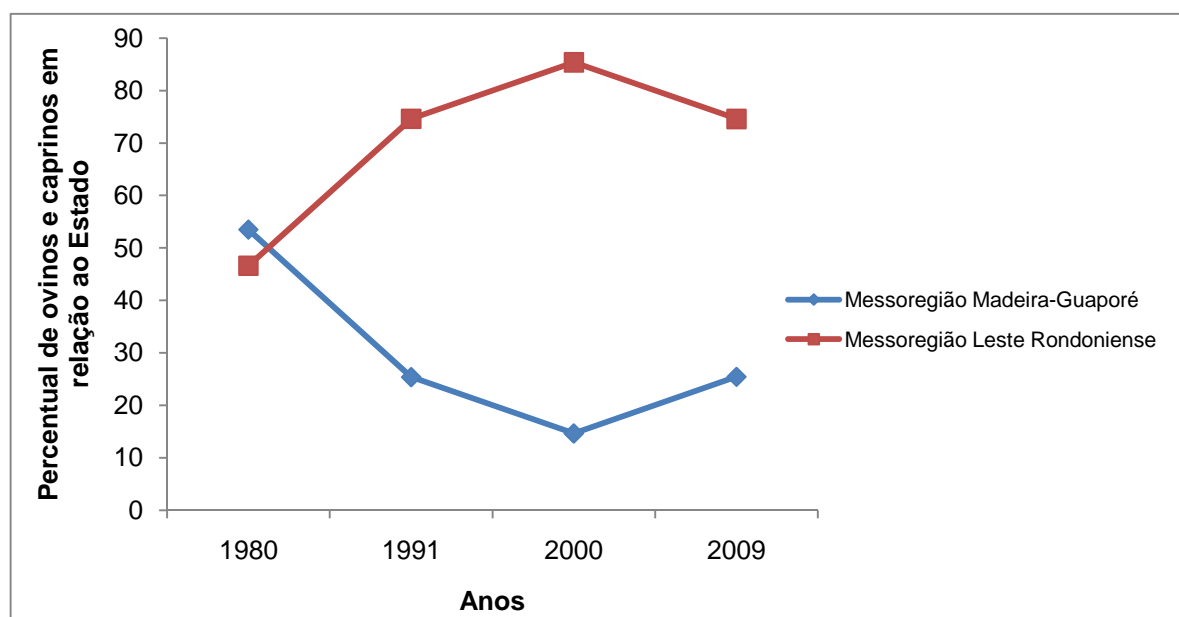
Gráfico 34 - Percentual de produção microrregional de suínos em relação ao Estado



Fonte: Tabela 27B

No que tange a produção de ovinos e caprinos, a superioridade da mesorregião Leste Rondoniense também se faz presente nesta atividade (Gráfico 35), verifica-se que, aproximadamente, 75% do plantel de ovinos e caprinos estão localizados nesta porção do Estado, atualmente. Por outro lado, o que era uma atividade marcante da mesorregião Madeira-Guaporé, em 1980, chegando a representar, nesse período, algo em torno de 55% da produção estadual, em 1991 e 2000 começa a perder espaço e a evidenciar uma queda linear, somente reagindo um pouco de 2000 para 2009 quando se registra algo em torno de 25% desta atividade em Rondônia.

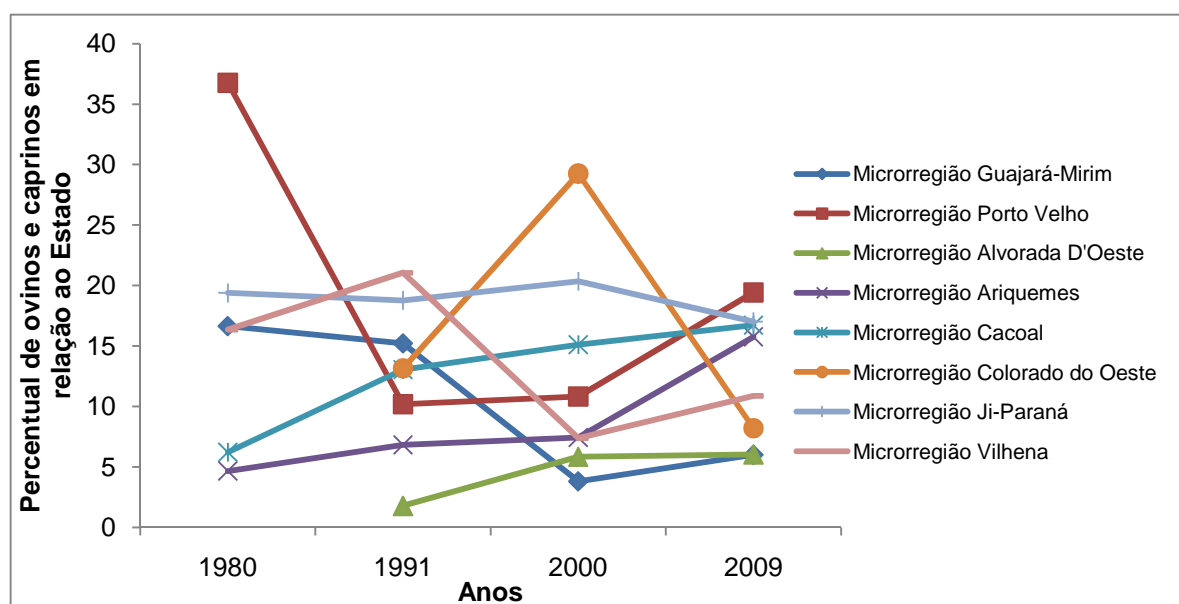
Gráfico 35 - Percentual de produção mesorregional de ovinos e caprinos em relação ao Estado



Fonte: Tabela 25B

Pelo Gráfico 36, observa-se que a microrregião de Porto Velho é a maior concentradora desta atividade com, aproximadamente, 20% do que é produzido no Estado, contudo, bem abaixo do que representava em 1980. Na microrregião de Guajará-Mirim também se observou esta tendência de queda em 1980 e, principalmente, em 1991, porém, com uma ligeira reação de 2000 para 2009, mas, mesmo assim, esta atividade, hoje, se configura como pouco representativa para esta microrregião. Em seguida observa-se que as microrregiões de Ji-Paraná, Cacoal e Ariquemes aparecem no último levantamento praticamente no mesmo patamar, porém, o primeiro num processo de estabilidade e queda, o segundo com a tendência de uma curva de estabilização e o terceiro em pleno processo de crescimento, principalmente de 2000 para 2009. Observa-se, também, que a microrregião de Colorado do Oeste ensaiou, em 2000, uma aposta nesta atividade chegando a ser a microrregião de maior produção de ovinos e caprinos do Estado, contudo, em 2009, esta atividade se enfraquece, ficando atrás da microrregião de Vilhena, ao registrar um percentual abaixo dos 10% de representatividade.

Gráfico 36 - Percentual de produção microrregional de ovinos e caprinos em relação ao Estado



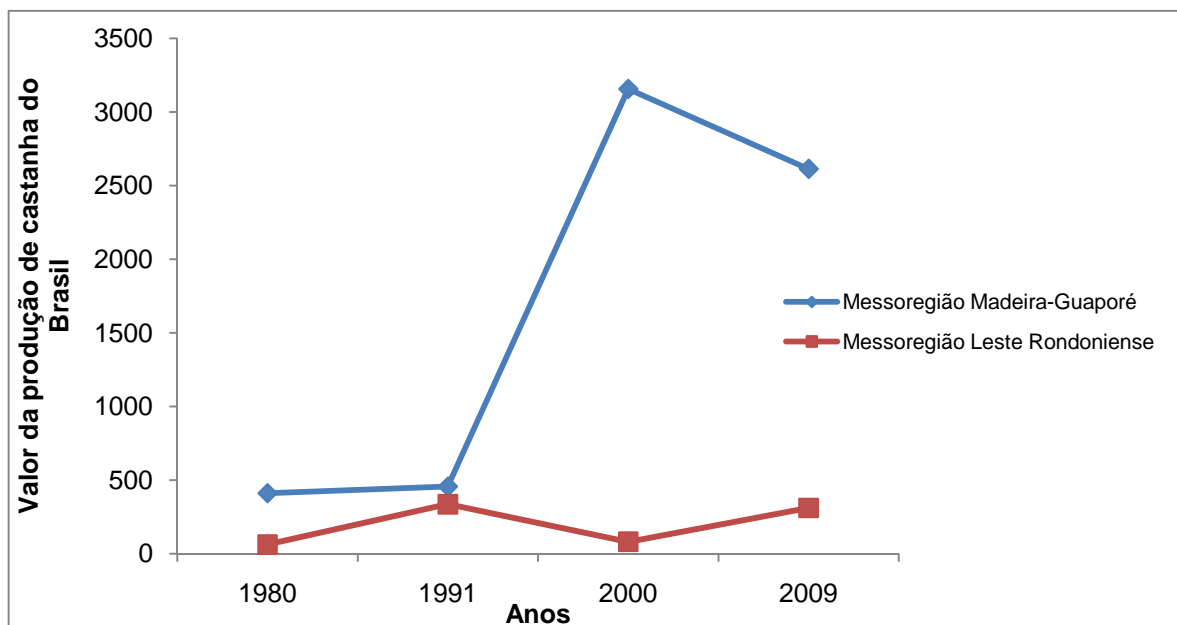
Fonte: Tabela 25B

Por outro lado, a vocação extrativista da mesorregião Madeira-Guaporé, por sua vez, pode ser evidenciada no Gráfico 37. Nesse sentido, se percebe que na mesorregião Madeira-Guaporé o valor da produção observado indica que esta atividade sempre esteve presente nessa porção do Estado, alcançando um pico máximo, em 2000, quando atinge um volume comercializado de, aproximadamente, três milhões de reais. Em 2009, apesar de uma queda, ela ainda continua na casa dos 2,5 milhões de reais comercializados.

Pelo Gráfico 38 fica evidenciada o papel da microrregião de Porto Velho nesta atividade, ficando a microrregião de Guajará-Mirim em situação marginal.

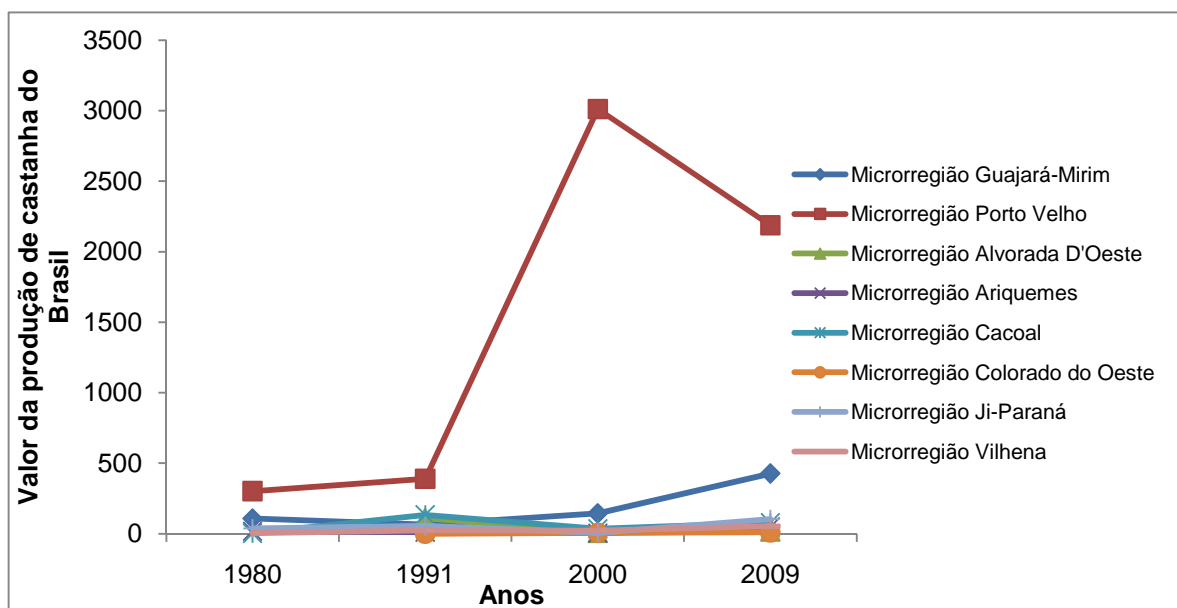
A borracha, principal atividade econômica da região Madeira-Guaporé, principalmente no final do século XIX e primeira metade do século XX, ainda que de forma não contínua, também teve seus dados levantados pela pesquisa para esse mesmo período. Com base no Gráfico 39, percebe-se que esta atividade apresentou crescimento de 1980 para 1991, na mesorregião Madeira-Guaporé e um ligeiro decréscimo em relação à mesorregião Leste Rondoniense. Porém, em 2000, é observada uma drástica redução desta atividade nas duas mesorregiões, permanecendo ambas quase no mesmo patamar de valor de produção que em 2009, ou seja, próximo de zero, indicando o aniquilamento do mercado de borracha em Rondônia. Apesar desse fato, verifica-se que a mesorregião Madeira-Guaporé sempre esteve à frente do mercado de borracha em Rondônia.

Gráfico 37 - Valor da produção mesorregional de castanha (Mil R\$) em Rondônia



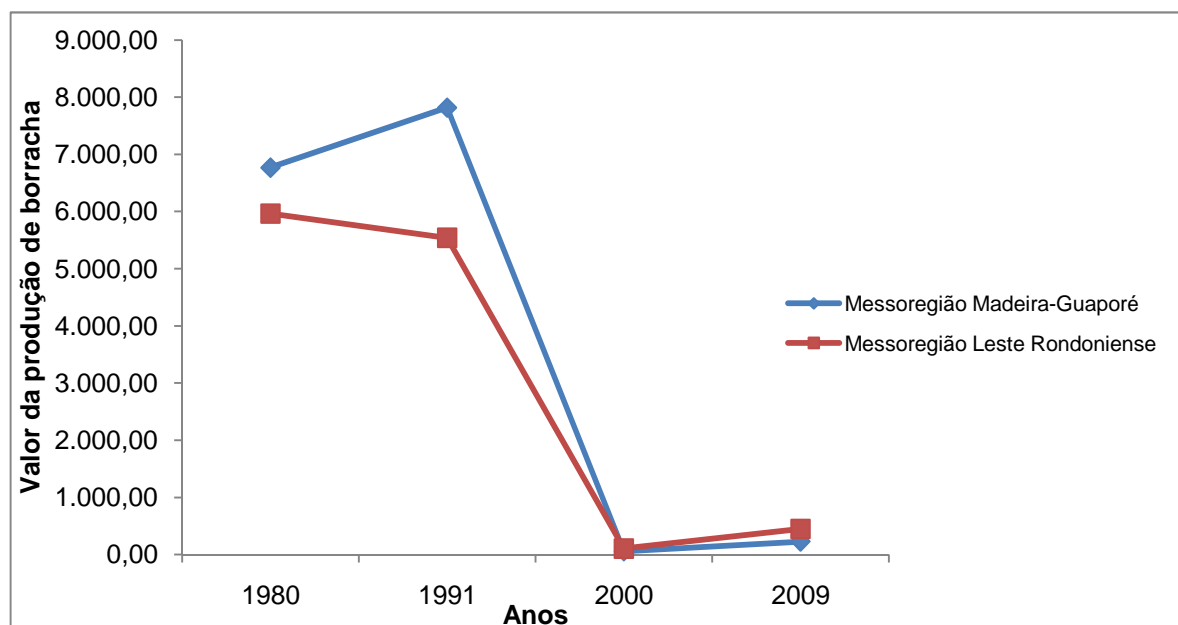
Fonte: Tabela 30B

Gráfico 38 - Valor da produção microrregional de castanha (Mil R\$) em Rondônia



Fonte: Tabela 30B

Gráfico 39 - Valor da produção mesorregional de borracha (Mil R\$) em Rondônia

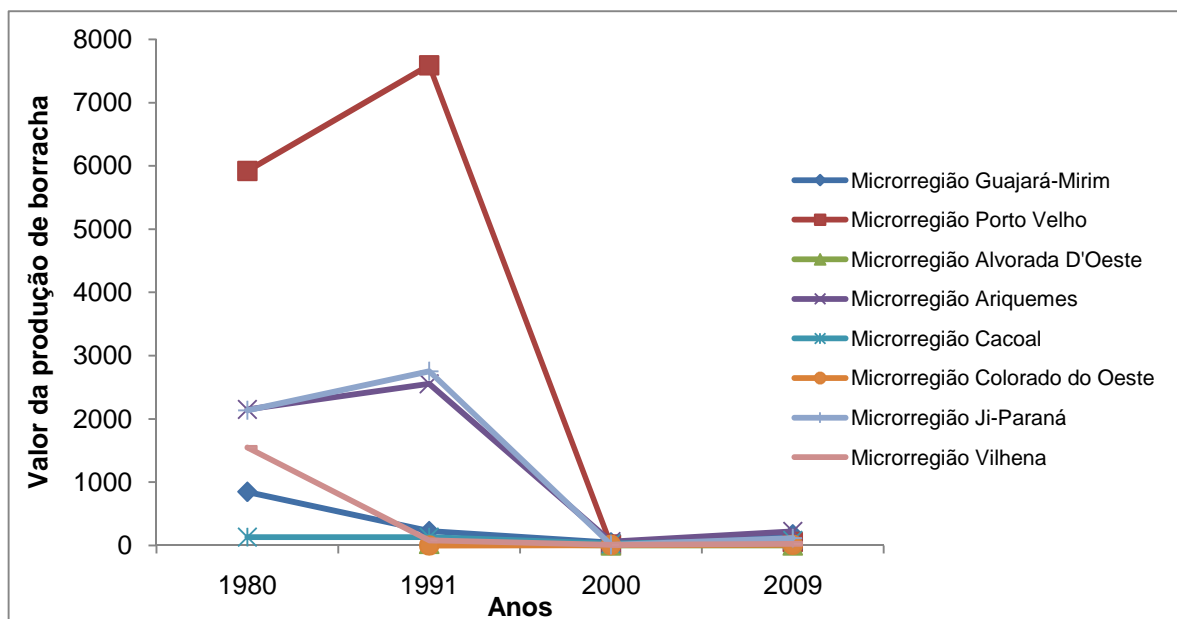


Fonte: Tabela 31B

Contudo, fica bastante evidente a força dessa atividade econômica na microrregião de Porto Velho, o que está relacionado ao potencial de seus recursos extrativos já evidenciados pelos portugueses no século XVIII e depois pelos fluxos migratórios direcionados à região do rio Madeira no século XIX, que ajudaram a aguçar a cobiça de riqueza através de uma via de comercialização pautada na EFMM, num período que, a nosso ver, representava a transição entre o final do ciclo das “Drogas do Sertão” e o início do “Ciclo da Borracha”. Portanto, em 2009, se vê a desvalorização total desse mercado em Rondônia ao verificar um insignificante valor de produção comercializado (Gráfico 40).

O pragmatismo da II mudança institucional, por sua vez, também teve seu efeito sentido dentro de um ponto de vista ambiental, considerando, nesse parâmetro, as unidades de conservação e as terras indígenas. A seguir, abordar-se-á um pouco a respeito desse aspecto que, a nosso ver, teve sua origem relacionada às críticas ao processo de colonização ocorrida na região, principalmente, na década de 1970 e 1980, quando se registrou as grandes tentativas do Governo Federal, através de políticas públicas contidas nos Planos Nacionais de Desenvolvimento, de proporcionar um dinamismo capaz de levar ordem e progresso à região, dentro de um enfoque positivista, principal fundamento teórico embutido na visão desenvolvimentista do Governo, no período do regime militar brasileiro.

Gráfico 40 - Valor da produção microrregional de borracha (Mil R\$) em Rondônia



Fonte: Tabela 31B

É com o PLANAFLORO, porém, que a idéia do ZEE/RO passa a ser, de fato, evidenciado, dando início ao dualismo ecológico-econômico em Rondônia que, embora demonstrando um certo equilíbrio em nível estadual, do ponto de vista endógeno, numa perspectiva micro e mesorregional é demonstrado que a política ambiental apresentou uma tendência de polarização. Fica evidente, assim, uma tendência de se valorizar com políticas tradicionais de desenvolvimento regional a mesorregião Leste Rondoniense, deixando para a mesorregião Madeira-Guaporé o papel institucional de preservação ambiental.

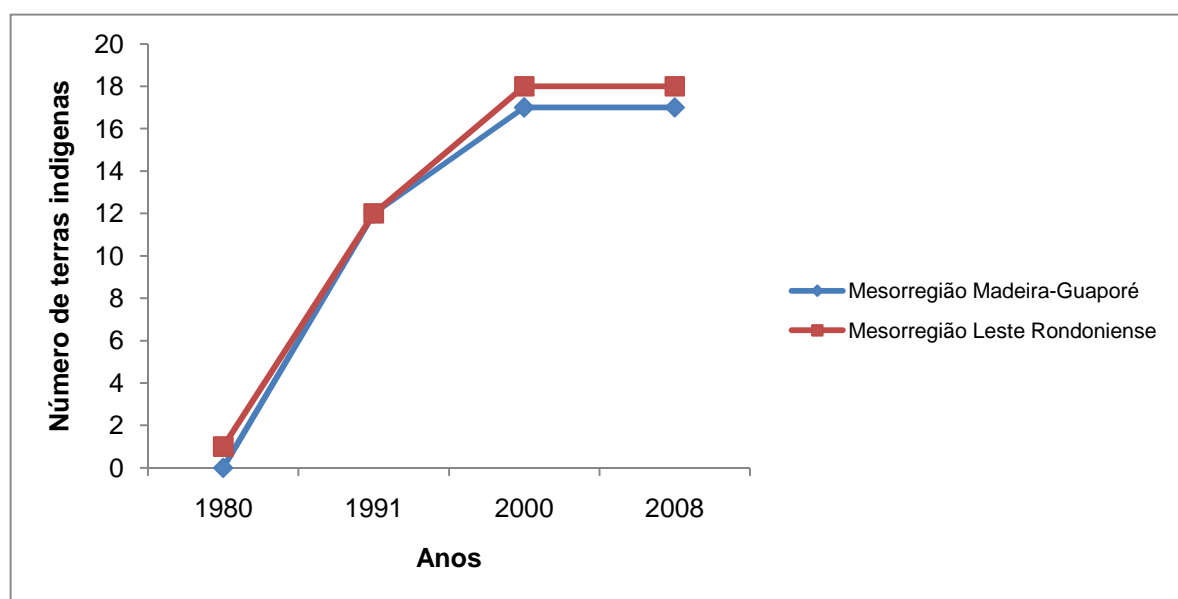
Contudo, em ambas as mesorregiões de Rondônia, os princípios do desenvolvimento sustentável, que visam um equilíbrio entre os aspectos econômico, ecológico e social, ainda necessitam ser melhor trabalho no Estado, principalmente na ótica do desenvolvimento endógeno. Este equilíbrio tem que ocorrer de forma endógena e não de forma polarizada no Estado. Enquanto essa conta não for refeita, continuamos a vivenciar novos índices de desmatamento na Amazônia, mesmo em regiões com forte apelo ambiental, a exemplo do município de Guajará-Mirim.

b) Aspecto ambiental

Assim, no que tange o aspecto ambiental, verifica-se que os grandes conflitos ocorridos, desde o início da corrida migratória para Rondônia, entre a população migrante e a população nativa (índios), com sérios prejuízos para esta última, resultou em pesadas críticas sobre as políticas conduzidas pelo Governo em Rondônia. A repercussão negativa, atrelada a fatos como este, bem como daqueles envolvendo as questões ambientais propriamente ditas, alcançou âmbito nacional e internacional, o que exigiu do governo brasileiro medidas mais duras de enfrentamento da questão. Com isso, talvez, mais preocupado em amenizar a imagem degradante de um Estado destruidor dos recursos naturais e no tratamento desumano com o povo nativo existente na região do que movido simplesmente pela chama da consciência reflexiva pautada na internalização do conceito de “desenvolvimento sustentável”, o fato é que foram tomadas medidas em prol da criação de Terras Indígenas (TI's) e Unidades de Conservação (UC's), inclusive na mesorregião Leste Rondoniense, principal foco de conflito, o que, em princípio, demonstraria a preocupação do Governo, não só com o lado econômico, mas, também, em prol dos interesses indígenas e ambientais.

O Gráfico 41, a seguir, mostra o número de terras indígenas distribuídas nas duas mesorregiões do Estado de Rondônia, com ligeira superioridade em termos quantitativos do Leste Rondoniense sobre a região do Madeira-Guaporé.

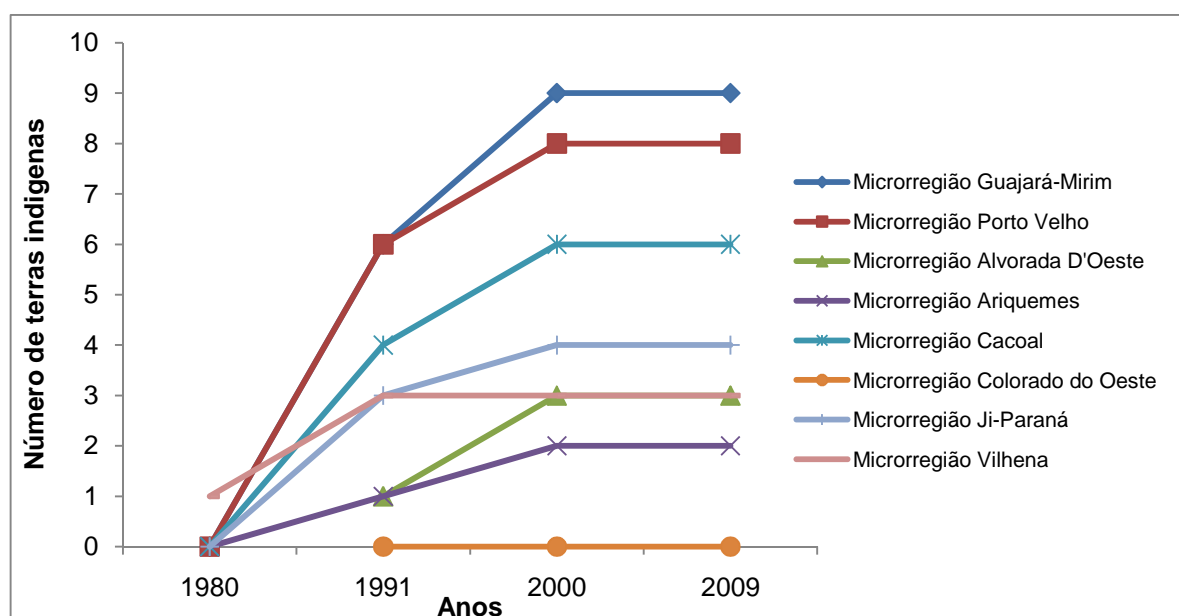
Gráfico 41 - Número de TI's em nível mesorregional do Estado de Rondônia



Fonte: Tabela 19B

Contudo, quando se analisa em termos microrregionais, percebe-se claramente que os maiores números de terras indígenas, em 2009, se concentraram nas microrregiões de Guajará-Mirim e Porto Velho, com um quantitativo de 9 e 8 TI's, respectivamente, seguidos das microrregiões de Cacoal com 6, Ji-Paraná com 4, Vilhena e Alvorada do Oeste com 3 e Ariquemes com 1 TI, não se observando, assim, terras indígenas na microrregião de Colorado do Oeste (Gráfico 42).

Gráfico 42 - Número de TI's em nível microrregional do Estado de Rondônia

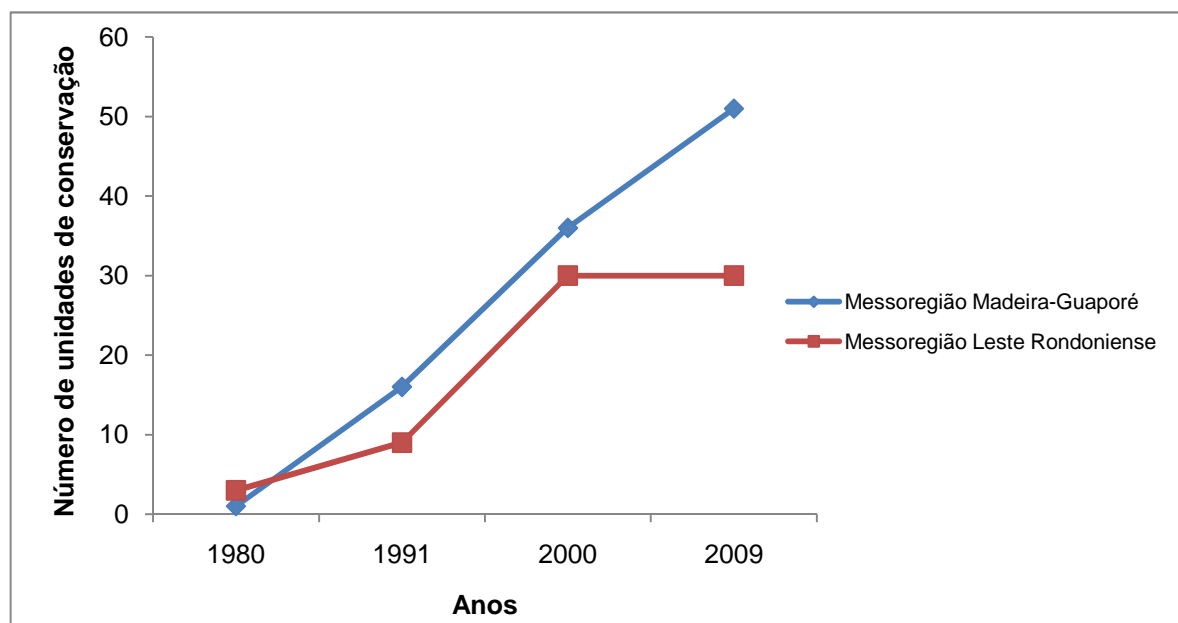


Fonte: Tabela 19B

Todavia, é através das unidades de conservação que o trade off “Desenvolvimento e conservação” no Estado de Rondônia fica evidenciado. A institucionalização das áreas protegidas implantadas por meio de Lei no Estado de Rondônia, possibilitou abstrair duas características bem peculiares. Tal dualismo reflete, de um lado, uma realidade em que a floresta fora, praticamente, toda dizimada quando se verifica os municípios ao longo da BR-364, principalmente aqueles à margem da referida rodovia federal, pertencente à microrregião de Ji-Paraná, os quais se mostraram adeptos à prática do *shifting cultivation*. E, de outro lado, grandes extensões de terras sob o regime de áreas protegidas, institucionalizando, assim, nessas áreas, o maior quantitativo absoluto e relativo de unidades de conservação e de terras indígenas do Estado de Rondônia, principalmente, na microrregião de Guajará-Mirim.

O Gráfico 43 ilustra o número de unidades de conservação existentes no Estado de Rondônia com base na perspectiva mesorregional.

Gráfico 43 - Número de UC's por mesorregião do Estado de Rondônia



Fonte: Tabela 18B

Verifica-se, com isso, que o quantitativo de unidades de conservação existente na mesorregião Madeira-Guaporé equivale quase que o dobro daquele registrado na Mesorregião Leste Rondoniense. Contudo, é no nível microrregional que possibilita melhor compreensão da política ambiental implantada no Estado.

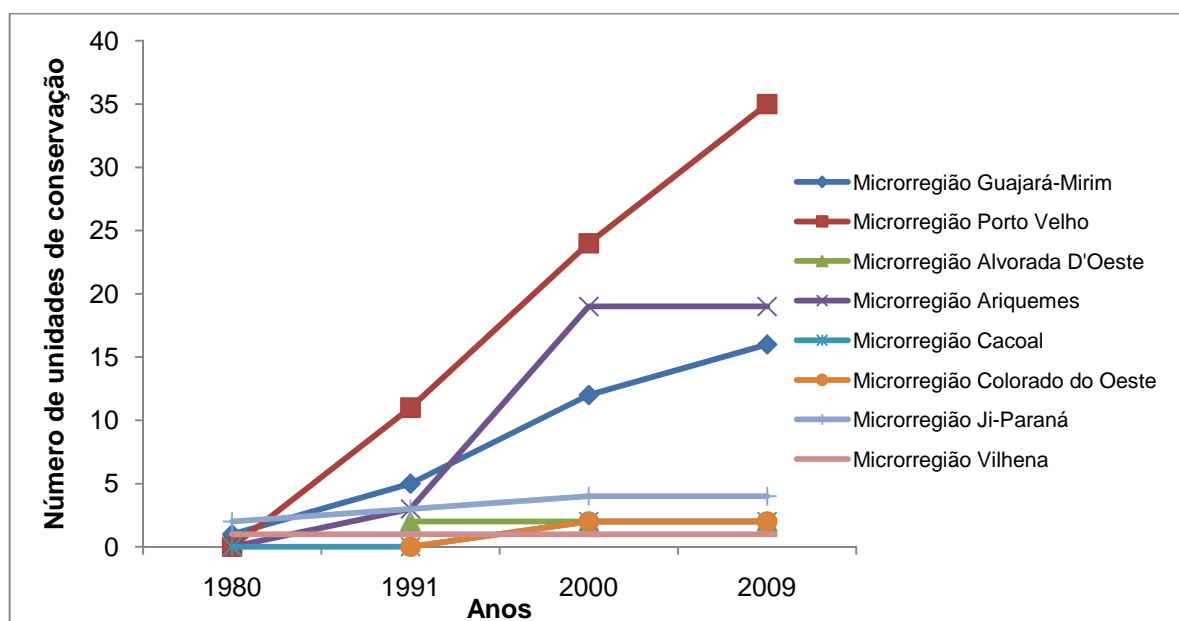
Pelo Gráfico 44, verifica-se que a microrregião de Porto Velho é a que possui o maior número de unidades de conservação do Estado de Rondônia, seguida das microrregiões de Ariquemes (Leste Rondoniense) e Guajará-Mirim (Madeira-Guaporé). As demais microrregiões, por sua vez, apresentam um quantitativo bem inferior, evidenciando, com isso, a pouca participação da mesorregião Leste Rondoniense na política ambiental do Estado. Contudo, tal análise fica mais evidenciada quando se analisa esse quantitativo em termos percentuais de área ocupada pelas UC's (Gráfico 45).

Portanto, se percebe que o percentual da área ocupada com unidades de conservação da natureza é 30% da área da mesorregião Madeira-Guaporé, enquanto que na mesorregião Leste Rondoniense esse percentual não chega a 5% da área de seu território (Gráfico 45), embora se reconheça que o percentual desta última mesorregião em relação ao Estado represente, com base nas informações de 2009, 55,05% do território rondoniense. Contudo, é em nível de análise microrregional que se evidenciará, com mais detalhe, o papel de “fiel depositária” a que foi submetida as microrregiões do Madeira-Guaporé, o que, a nosso ver,

passa a servir de “área de compensação” para os projetos delineados para a mesorregião Leste Rondoniense.

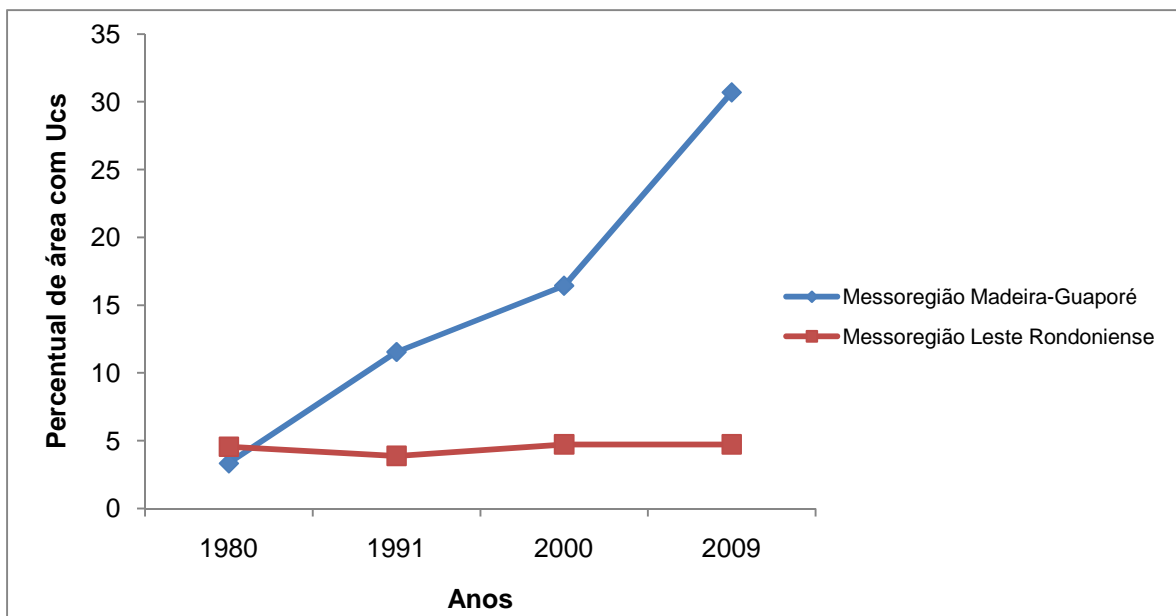
O Gráfico 46, por sua vez, evidencia esta tendência de fortalecimento ambiental da mesorregião quando analisada dentro de um contexto de base microrregional. Por esta figura se percebe que os maiores percentuais de área de UC's, em 2009, estão na microrregião de Guajará-Mirim (32,1%) e na microrregião de Porto Velho (29,28%), enquanto as microrregiões de Alvorada do Oeste e Colorado do Oeste atingem, 8,78 e 8,90% de suas respectivas áreas, a microrregião de Ji-Paraná em torno de 5% e as microrregiões de Ariquemes e Cacoal em torno de 3%, cada uma.

Gráfico 44 - Número de UC's por microrregião do Estado de Rondônia



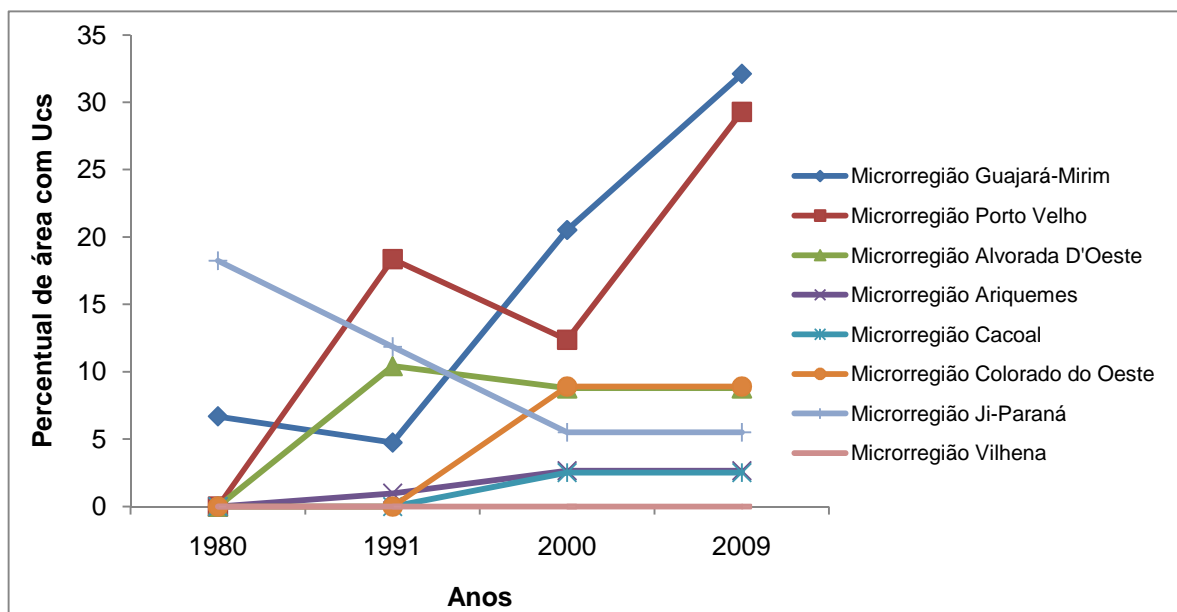
Fonte: Tabela 18B

Gráfico 45 - Percentual de área com UC's por mesorregião do Estado de Rondônia



Fonte: Tabela 18B

Gráfico 46 - Percentual de área com UC's por microrregião do Estado de Rondônia



Fonte: Tabela 18B

Assim, visto por esse ângulo, se percebe que as microrregiões de Guajará-Mirim e Porto Velho foram as que mais sentiram os efeitos da política ambiental implantada no Estado, a partir do PLANAFLORO.

Porém, se analisados os tamanhos das microrregiões em relação ao Estado de Rondônia, se verá que tal análise poderá ser, ainda mais, potencializada. Isso porque, as maiores microrregiões estão exatamente na porção mesorregional do Madeira-Guaporé, onde a microrregião de Porto Velho representa 27,62% do Estado e a microrregião de Guajará-Mirim 17,32%, com base nos dados de 2009. Do lado da mesorregião Leste Rondoniense, verifica-se que a microrregião de Vilhena é a de maior extensão, representando 11,12% do Estado, seguida das microrregiões de Ji-Paraná com 10,53%, Cacoal com 10,34%, Ariquemes com 10,27%, Alvorada do Oeste com 6,54% e Colorado do Oeste com 6,21%. O que indica, em termos absolutos, uma área relativamente bem maior se observados os mesmos padrões de percentual entre as microrregiões do Madeira-Guaporé e as microrregiões do Leste Rondoniense.

Embora o critério de estabelecer áreas de preservação seja considerado requisito essencial para qualquer política pública de cunho ambiental, o Estado raramente atende a critérios científicos, ou mesmo aos interesses das populações locais, quer seja indígena ou não. Além disso, não raro, por se encontrarem em condições críticas, mesmo as populações tradicionais que vivem em áreas preservadas ou em reservas incorrem em práticas insustentáveis (SIMONIAN, 1997; 1999; 2000). Além disso, a criação de UC's e TI's pode não ser uma barreira suficiente para impedir o desmatamento, como acreditam algumas organizações ambientalistas (CASTRO, 2005).

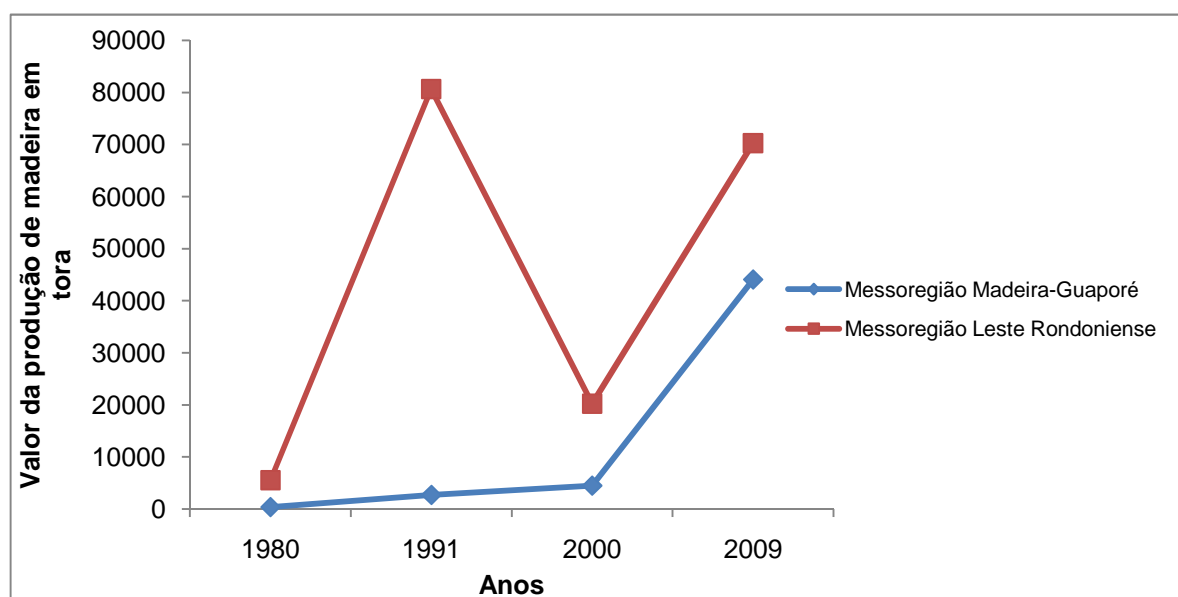
Com isso, mesmo em ambiente legalmente protegido por forte legislação Federal, Estadual e até Municipal, a institucionalização dessas áreas sem a devida atenção necessária permite que o sistema criado fique a mercê de fatores externos, principalmente econômicos, possibilitando a quebra do elo que, em tese, permitiria o distanciamento de atividades questionáveis dentro da lógica construída pelo poder público. O fato é que essa pressão externa, já está sendo observada na região do Madeira-Guaporé que, como visto anteriormente, é motivada, em princípio, pela queda do rendimento, principalmente, agropecuário da mesorregião Leste Rondoniense que passa a executar um movimento de pressão em direção as áreas mais preservadas, onde o primeiro indicador sentido é o da extração de madeira que, na visão de Castro (2005), é reflexo de um sistema cuja a base está centrada na grilagem de terras. Sobre esse aspecto, a autora revela:

Na fase atual, a pecuária não depende mais, para se expandir, da transferência dos incentivos fiscais, mas o Estado permanece ainda um fator de capitalização pela privatização de terras públicas por meio da grilagem e pelos baixos custos sociais e ambientais que lhes asseguram empreendimentos de reduzido risco econômico. O

que muda então nas novas áreas de fronteira? A vontade que certos grupos econômicos manifestam de financiar o avanço da fronteira sobre novas terras. Essa vontade deve-se à alta rentabilidade da pecuária. Assim se refaz o ciclo do desmatamento (CASTRO, 2005, p.15).

Pelo Gráfico 47 se percebe o efeito da colonização sobre a mesorregião Leste Rondoniense no que diz respeito ao aspecto ambiental. Nota-se que de 1980 a 1991, em pleno vigor do projeto POLONOROESTE, evidencia-se uma corrida para a exploração madeireira na região, o que explica, em parte, o aniquilamento das florestas evidenciadas nesta porção do Estado de Rondônia. Com a vigência do projeto PLANAFLORO, ocorre uma reação a esta atividade de forma mais efetiva, porém, a partir de 2000, ela volta a reacender, porém, agora, com um agravante tenebroso, a mesorregião Madeira-Guaporé que até, então, se mantinha isenta desse processo, passa a fazer parte desse novo movimento e, mais grave, em crescimento linear, tal qual observado na mesorregião Leste Rondoniense para esse mesmo período.

Gráfico 47 - Valor da produção de madeira em tora por mesorregião do Estado de Rondônia

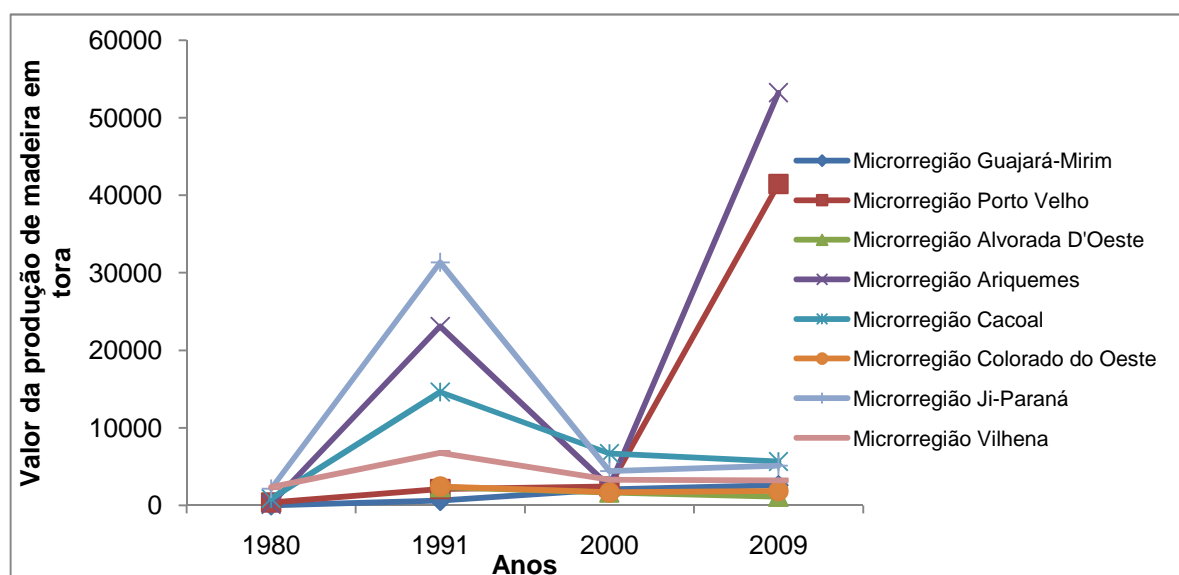


Fonte: Tabela 32B

Através do Gráfico 48, por sua vez, se percebe que a corrida pelo comércio de madeira, em 1980, foi liderada pela microrregião de Ji-Paraná, seguida das microrregiões de Ariquemes, Cacoal e Vilhena, em menor escala, portanto, não evidenciando, de forma significativa, esta atividade para as demais microrregiões para esse período. Porém, de 2000

para 2009, a microrregião de Ariquemes e a microrregião de Porto Velho foram praticamente responsáveis, quase que sozinhas, pelo comércio de madeiras neste último levantamento.

Gráfico 48 - Valor da produção de madeira em tora por microrregião do Estado de Rondônia

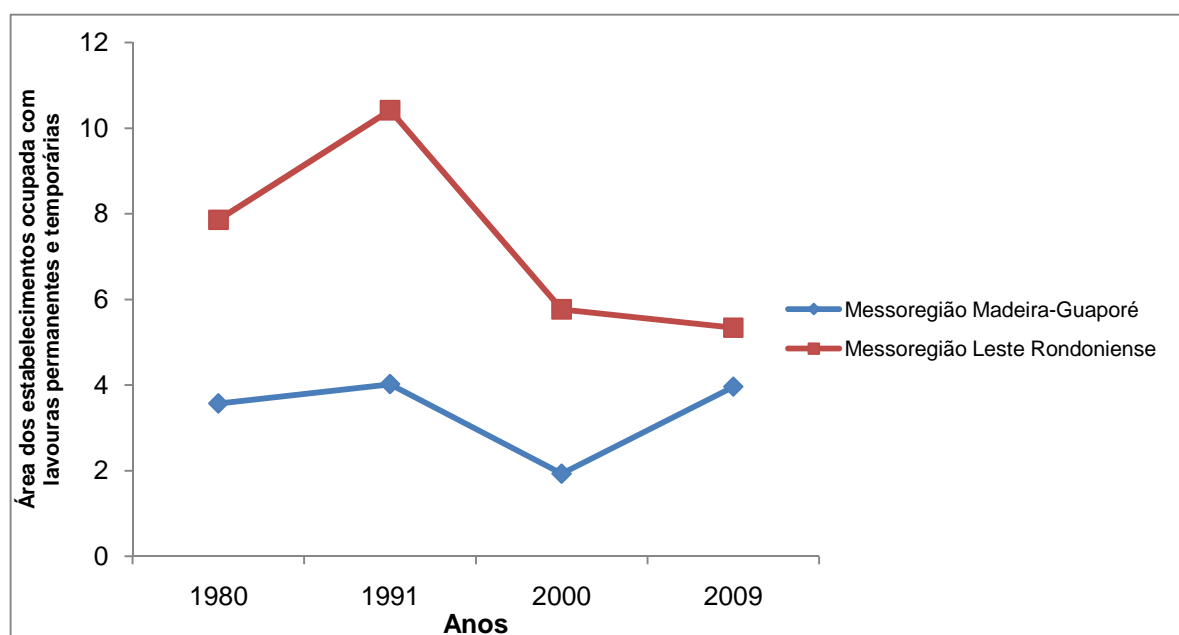


Fonte: Tabela 32B

Contudo, quando se olha dentro de um cenário do uso e ocupação do solo das propriedades rurais, esta mudança também passa a ser evidenciada, mostrando-se realmente preocupante. O Gráfico 49, ajuda a compreender esse aspecto ao evidenciar um movimento forte, na porção mesorregional do Madeira-Guaporé, de crescimento de lavouras permanentes e temporárias. Esta, por sua vez, estaria relacionada, em parte, pelo avanço da soja nos solos latossólicos e podzólicos localizados nesta mesorregião.

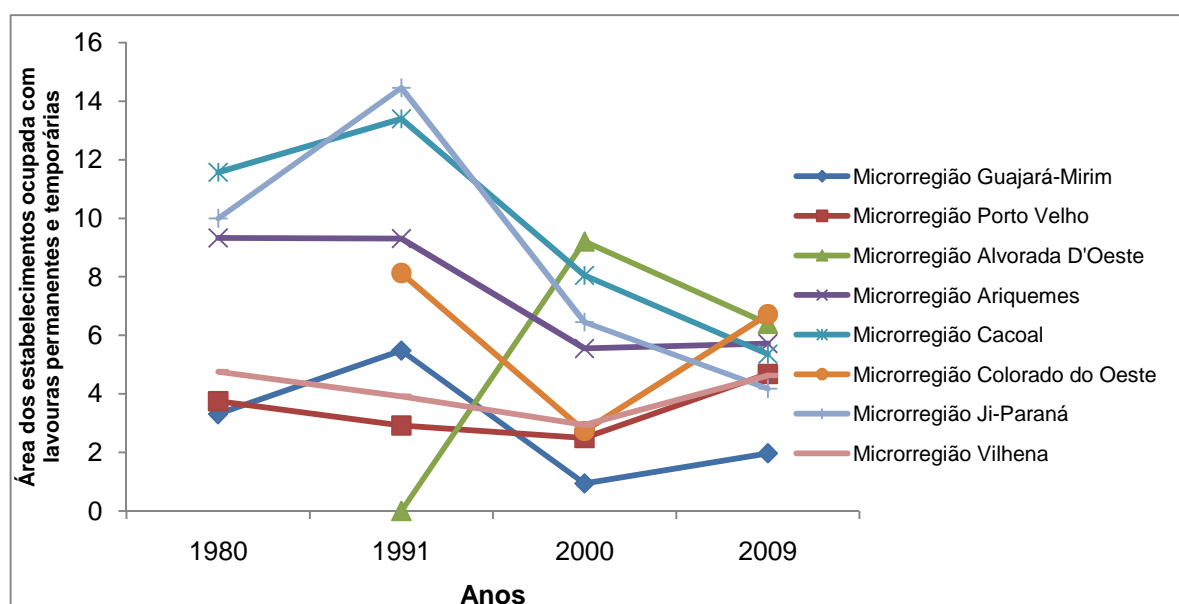
Pelo Gráfico 50 verifica-se que, em geral, as microrregiões da mesorregião Leste Rondoniense apresentaram tendência de queda entre 1991 e 2000, com exceção da microrregião de Alvorada do Oeste, fato também observado nas microrregiões de Porto Velho e Guajará-Mirim, pertencentes à mesorregião Madeira-Guaporé, que registram queda nesse período. Porém, de 2000 para 2009, com exceção das microrregiões de Colorado do Oeste e Vilhena, mais fortemente e de Ariquemes, em quase processo de estabilização, todas as outras microrregiões da mesorregião Leste Rondoniense tiveram registro de queda de suas áreas ocupadas com lavouras permanentes e/ou temporárias. Da mesma forma, porém, ocorrido do lado da mesorregião Madeira-Guaporé, onde tanto a microrregião de Porto Velho como a microrregião de Guajará-Mirim registraram crescimento nesse período.

Gráfico 49 - Área dos estabelecimentos com lavouras permanentes e temporárias por mesorregião do Estado de Rondônia



Fonte: Tabela 20B

Gráfico 50 - Área dos estabelecimentos com lavouras permanentes e temporárias por microrregião do Estado de Rondônia

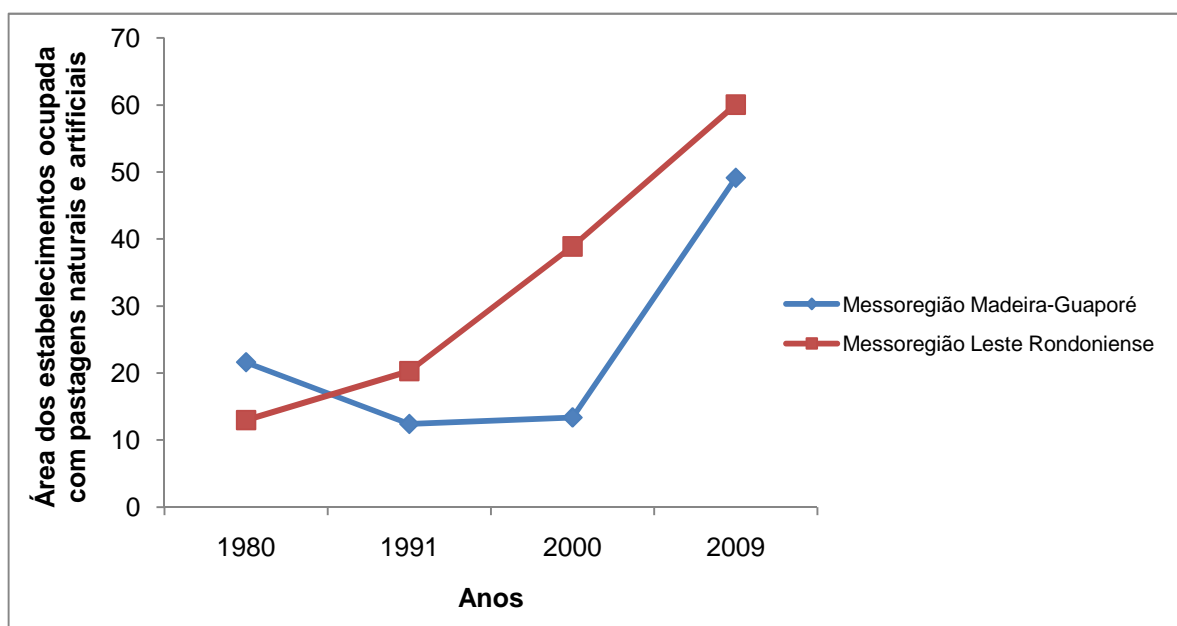


Fonte: Tabela 20B

Do ponto de vista da pecuária se percebe que a mesorregião Leste Rondoniense apresentou uma tendência de crescimento de conversão quase linear de seus estabelecimentos rurais em áreas de pastagem, o que indica o avanço desta atividade sobre áreas que outrora

fora ocupada por mata. O interessante disso é que este movimento começa a fazer parte, também, do cotidiano rural da mesorregião Madeira-Guaporé de forma mais intensa, a partir de 2000, o que demonstra que constantes áreas de matas estão cedendo lugar ao gado (Gráfico 51).

Gráfico 51 - Área dos estabelecimentos com pastagens naturais e artificiais por mesorregião do Estado de Rondônia



Fonte: Tabela 21B

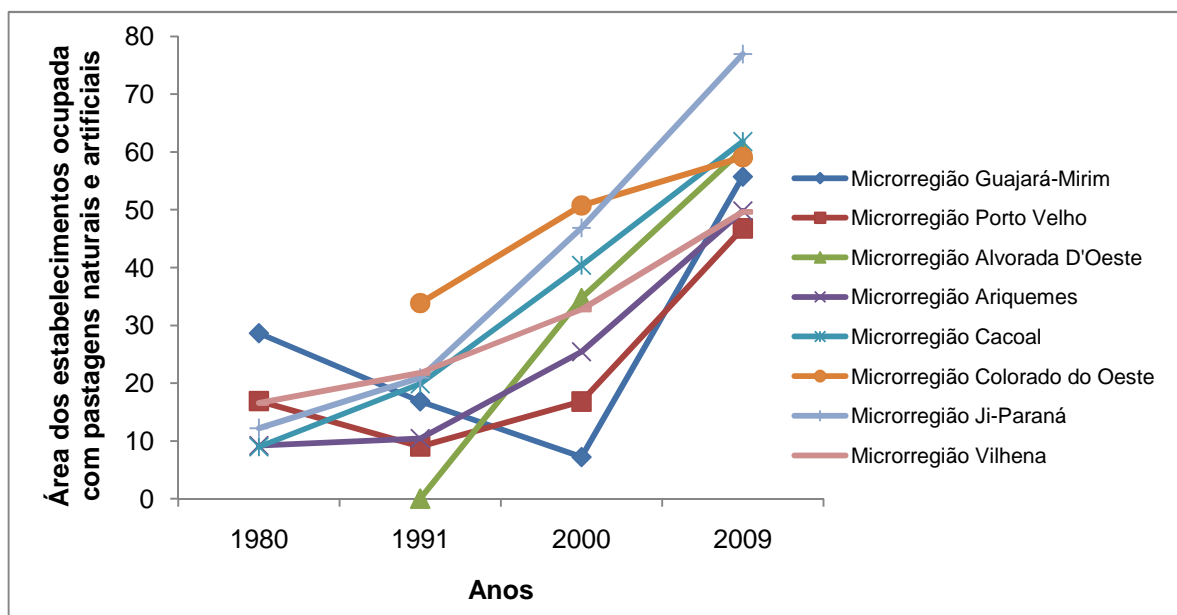
Verifica-se, pelo Gráfico 52, que o incremento de pastagens, no interior das áreas dos estabelecimentos rurais, é observado com mais força, a partir de 1991, quando se observa que todas as microrregiões, de ambas as mesorregiões, passam a incrementar suas áreas com pastagem, com exceção, somente da microrregião de Guajará-Mirim que demonstrou queda da área de pastagem até o ano de 2000. Contudo, a partir de 2000, o incremento de pastagem nas áreas dos estabelecimentos passa a ser evidenciado em todas as microrregiões, agora sem exceção. A microrregião de Guajará-Mirim, nesse processo desencadeado de 2000 para 2009, apresentou o maior crescimento linear, fato este perfeitamente observado pelo sentido da reta que demonstra ser o mais vertical de todas as outras microrregiões.

Tal movimento é fortalecido quando se olha a área dos estabelecimentos rurais originalmente ocupadas por florestas. O Gráfico 53, procura evidenciar esse aspecto. Assim, verifica-se que a área ocupada com florestas na mesorregião Leste Rondoniense vem declinando fortemente desde 1980, quando naquele ano se registrou, aproximadamente, 75%

da área dos estabelecimentos rurais ocupada por matas e, em 2009, esse percentual cai para algo em torno de 30%, em média. A mesorregião Madeira-Guaporé, por sua vez, que vinha mantendo uma taxa de crescimento de mata nas áreas de seus estabelecimentos rurais até o ano de 2000, chega em 2009 com, praticamente, a metade do que era registrado naquele ano, ou seja, de 80% passou a representar, aproximadamente, 40%, em média, nesse último levantamento.

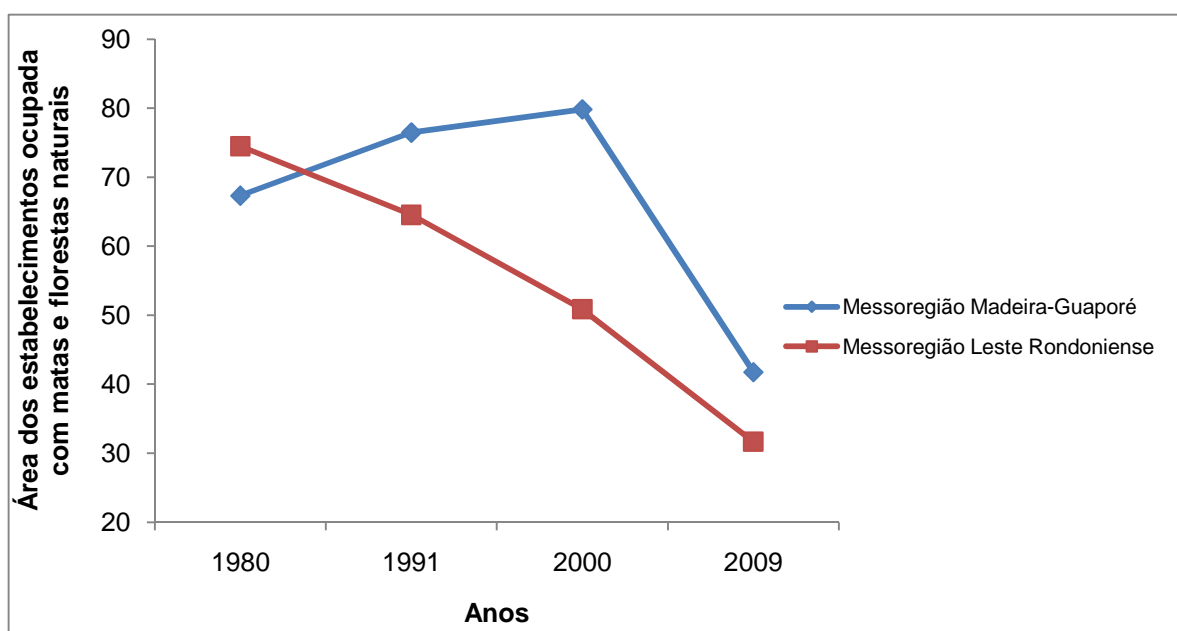
Do ponto de vista microrregional, o Gráfico 54 ilustra bem esta tendência. Com exceção da microrregião de Guajará-Mirim, que desde 1980 vem demonstrando crescimento da área ocupada por florestas no interior das áreas dos estabelecimentos rurais existentes nesta região, e também da microrregião de Alvorada do Oeste que registrou igual movimento a partir de 1991 a 2000, todas as outras microrregiões demonstraram tendência de queda em suas áreas de mata. Fato, porém, intensificado a partir de 2000, quando todas as microrregiões, sem exceção, passam a apresentar essa tendência de redução de suas florestas em relação às áreas dos estabelecimentos rurais pertencentes às respectivas microrregiões.

Gráfico 52 - Área dos estabelecimentos com pastagens naturais e artificiais por microrregião do Estado de Rondônia



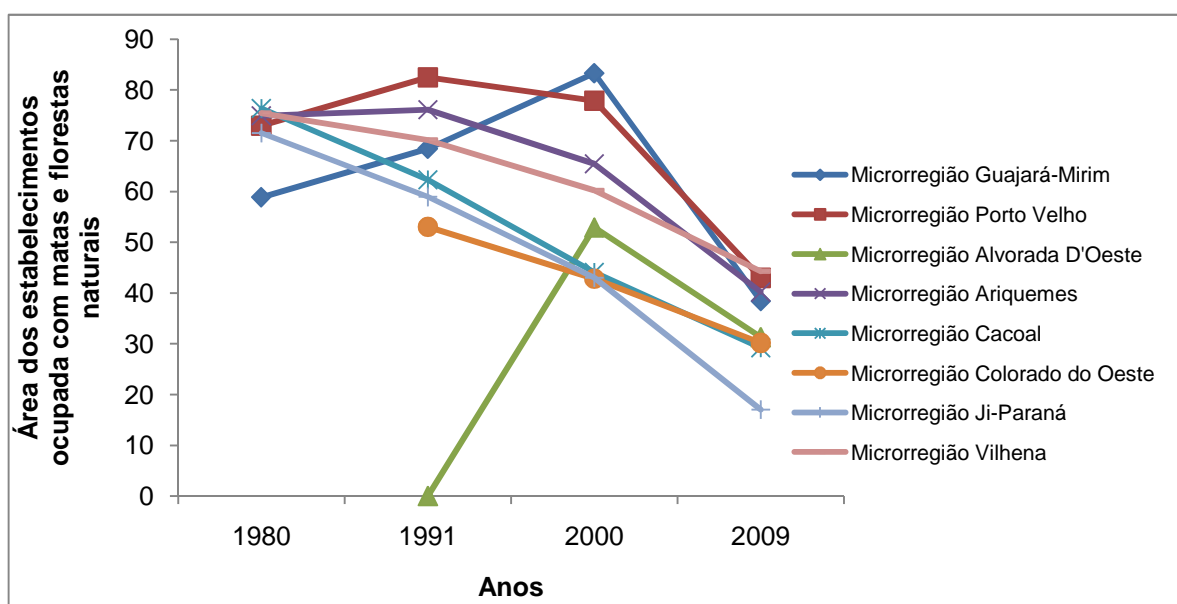
Fonte: Tabela 21B

Gráfico 53 - Área dos estabelecimentos com florestas naturais e artificiais por mesorregião do Estado de Rondônia



Fonte: Tabela 22B

Gráfico 54 - Área dos estabelecimentos com florestas naturais e artificiais por microrregião do Estado de Rondônia

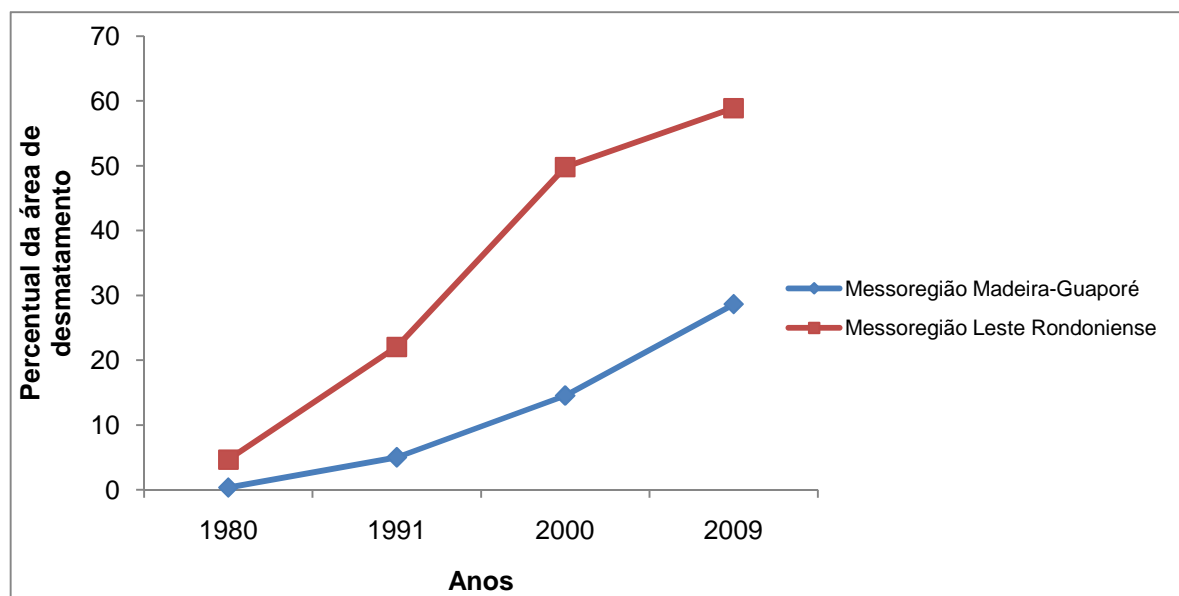


Fonte: Tabela 22B

O resultado desse processo pode ser visualizado com base nos dados sobre o desmatamento no Estado de Rondônia. Assim, no Gráfico 55, pode-se verificar a crescente taxa de desmatamento tanto na mesorregião Leste Rondoniense quanto na mesorregião

Madeira-Guaporé, ao registrar no último levantamento aproximadamente 60% de seu território mesorregional desmatado, no caso do primeiro, e 29% no caso do segundo. Contudo, em ambos, se verifica uma tendência crescente desta prática pelos próximos anos.

Gráfico 55 - Percentual de desmatamento por mesorregião do Estado de Rondônia

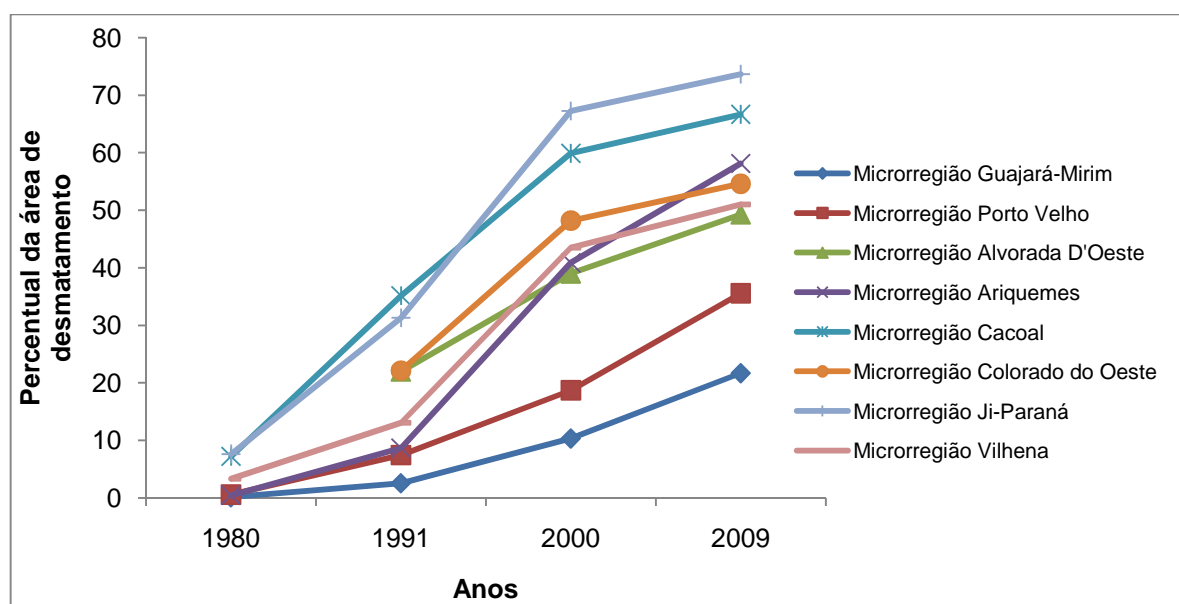


Fonte: Tabela 23B

No nível microrregional (Gráfico 56), verifica-se que esta preocupação ainda persiste, já que nas microrregiões de Guajará-Mirim e Porto Velho os índices de desmatamento se mostraram em plena fase de crescimento, principalmente para os anos de 2000 a 2009. No ápice desse movimento, em ordem decrescente, estão as microrregiões de Ji-Paraná, Cacoal, Ariquemes, Colorado do Oeste, Vilhena e Alvorada do Oeste, todas ligadas à mesorregião Leste Rondoniense, com base no levantamento feito para o ano de 2009.

Por outro lado, os efeitos da II mudança institucional também podem ser vistos quando se analisa os dados referentes à questão político-institucional. A seguir procurar-se-á abordar tal aspecto, visando constatar esse processo com base nos dados disponíveis nos meios oficiais de divulgação do país.

Gráfico 56 - Percentual de desmatamento por microrregião do Estado de Rondônia



Fonte: Tabela 23B

c) Aspecto político-institucional

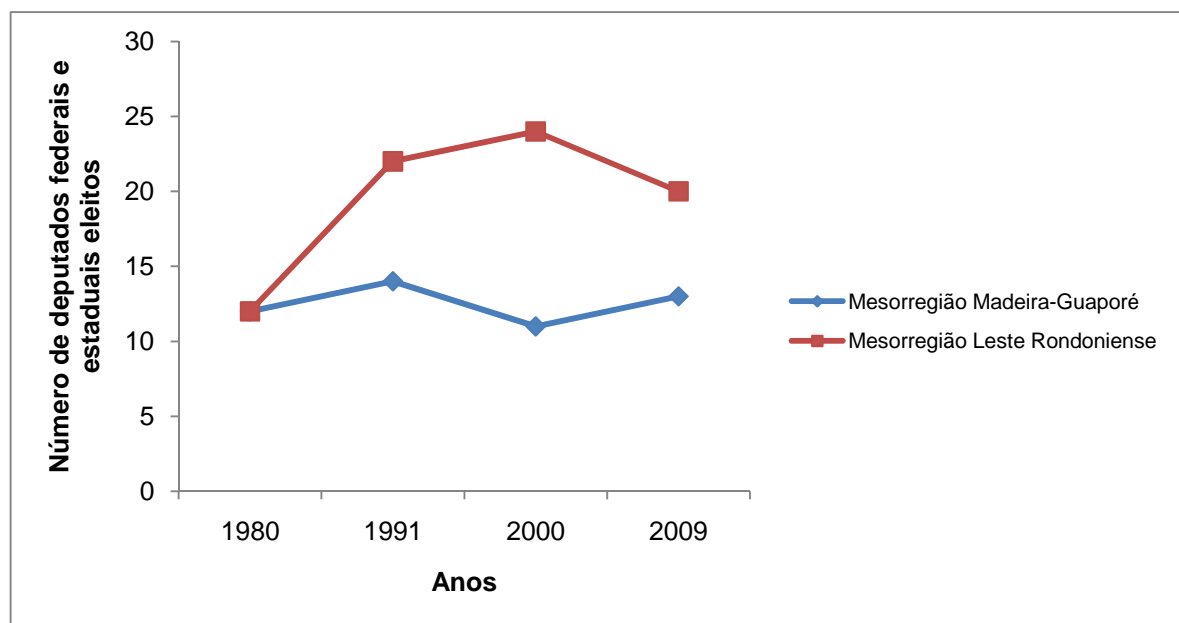
Um dos aspectos fundamentais desse processo diz respeito à representação política existente em nível mesorregional e microrregional, o que permitiu fazer uma análise sobre o aspecto auto-reforçante com base na teoria de Douglass North.

O Gráfico 57 ilustra o número de deputados estaduais e federais eleitos com base em seu principal reduto político. Assim, por esta figura se nota a alta representatividade da mesorregião Leste Rondoniense, apesar da tendência de queda percebida entre 2000 e 2009. Já a mesorregião Madeira-Guaporé, durante todo o período demonstrou uma tendência irregular de crescimento e queda, porém, com número de deputados eleito bem menor que a mesorregião Leste Rondoniense.

Contudo se verifica que a grande maioria dos deputados eleitos declarou, em 2009, sua vinculação política com a microrregião de Porto Velho, enquanto que a microrregião de Guajará-Mirim ficou na terceira pior representação política do Estado, se mantendo nessa posição, em geral, desde 1991, onde, no levantamento anterior, em 1980, era simplesmente a microrregião de menor representação estadual. Em seguida registra-se a microrregião de Ji-Paraná como a segunda microrregião de maior representação política se mantendo nessa posição desde 1980, com exceção de 2000, quando ficou na terceira representação, perdendo o posto para a microrregião de Cacoal que atinge nesse ano a microrregião de maior representação do Estado, atingindo, em 2009, na terceira posição. Nesse último levantamento,

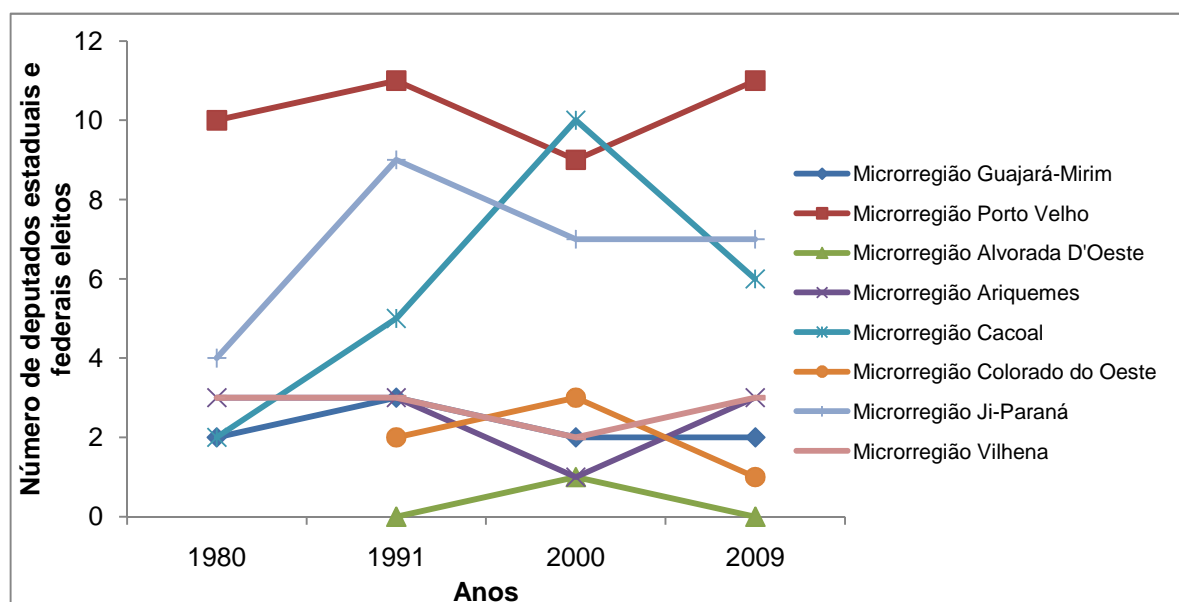
registra-se, também, a microrregião de Vilhena, praticamente, no mesmo patamar representativo da microrregião de Ariquemes (Gráfico 58).

Gráfico 57 - Número de deputados eleitos por mesorregião do Estado de Rondônia



Fonte: Tabela 37B

Gráfico 58 - Número de deputados eleitos por microrregião do Estado de Rondônia

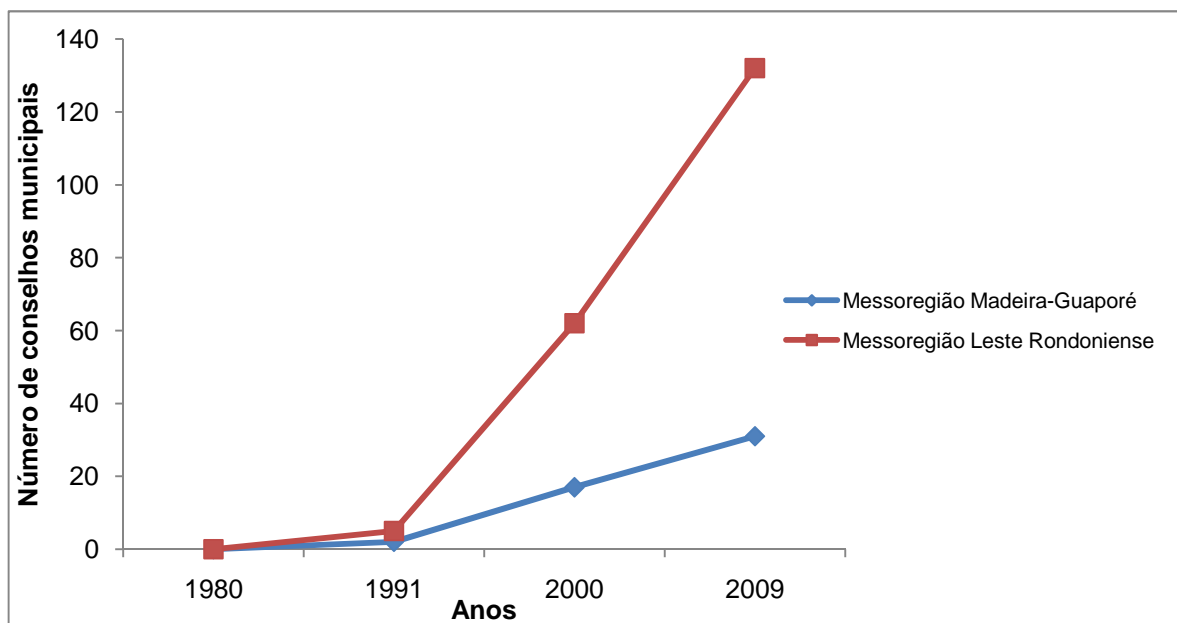


Fonte: Tabela 37B

A existência de conselhos municipais também demonstra uma afinidade com o aspecto político-institucional de grande relevância, os quais podem nos dá uma pista do

capital social envolvido nas respectivas regiões. Assim, pelo Gráfico 59 se observa que a mesorregião Leste Rondoniense apresenta um maior poder político em relação à mesorregião Madeira-Guaporé para o mesmo período observado.

Gráfico 59 - Número de conselhos municipais por mesorregião do Estado de Rondônia

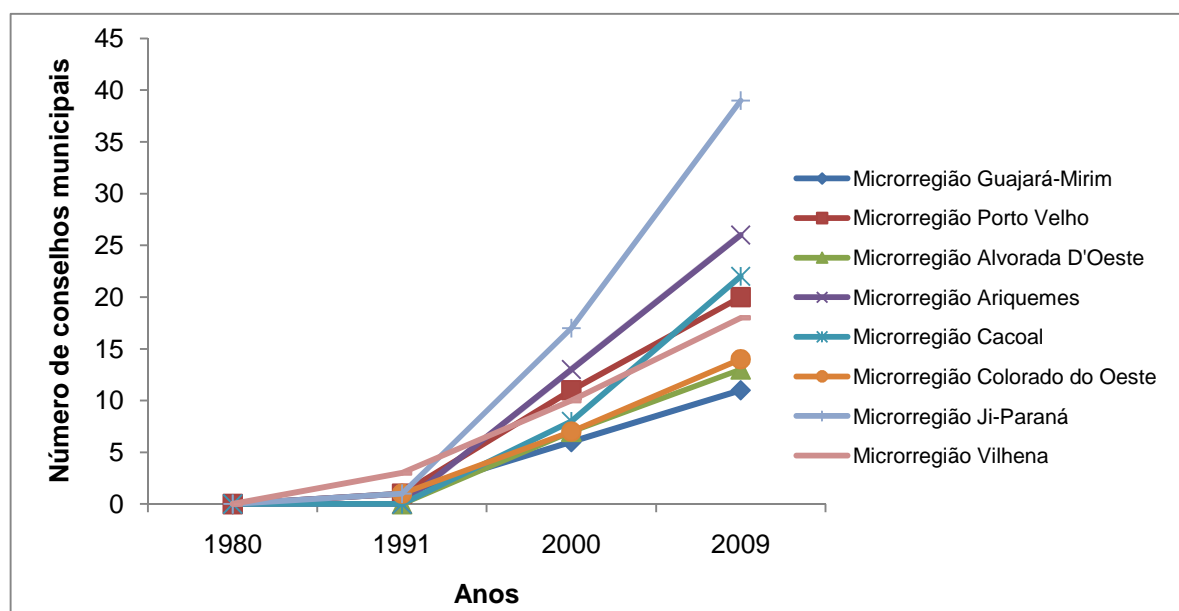


Fonte: Tabela 38B

O Gráfico 60, por sua vez, mostra o número de conselhos municipais em relação às microrregiões do Estado. Com base nela se percebe que a microrregião de Ji-Paraná apresenta o maior quantitativo de conselhos municipais, seguida das microrregiões de Ariquemes, Cacoal, Porto Velho, Vilhena, Colorado do Oeste, Alvorada do Oeste e, em último, a microrregião de Guajará-Mirim, isso com base no levantamento de 2009.

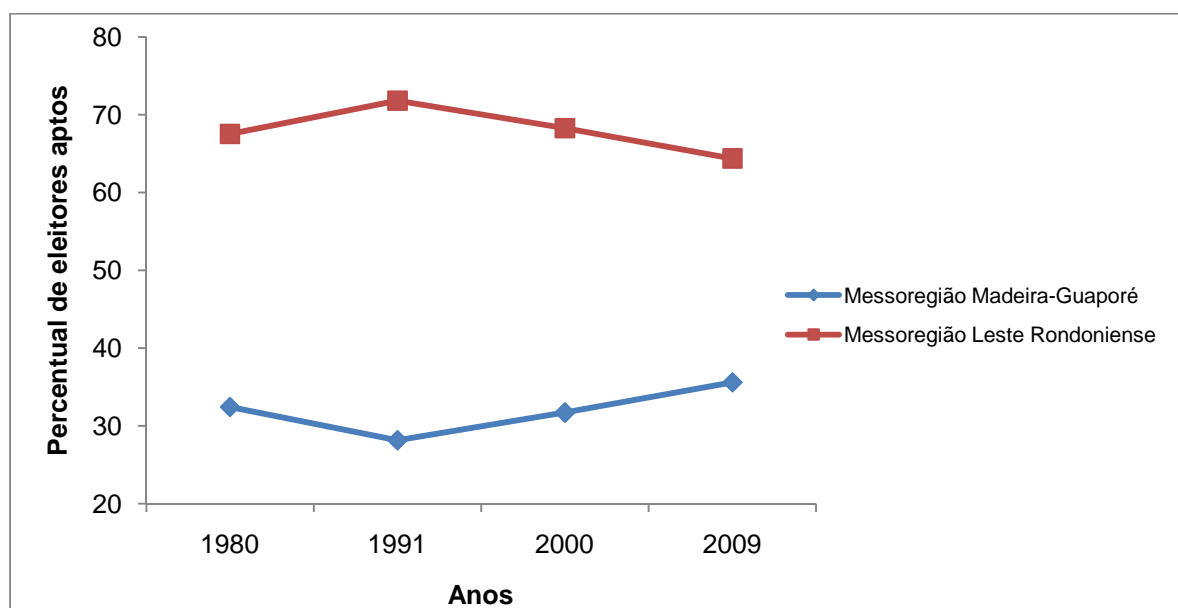
Em relação ao número de eleitores aptos a votar, verifica-se pelo Gráfico 61, que, em 2009, aproximadamente 65% dos eleitores estão concentrados na mesorregião Leste Rondoniense.

Gráfico 60 - Número de conselhos municipais por microrregião do Estado de Rondônia



Fonte: Tabela 38B

Gráfico 61 - Percentual de eleitores aptos por mesorregião em relação ao Estado de Rondônia

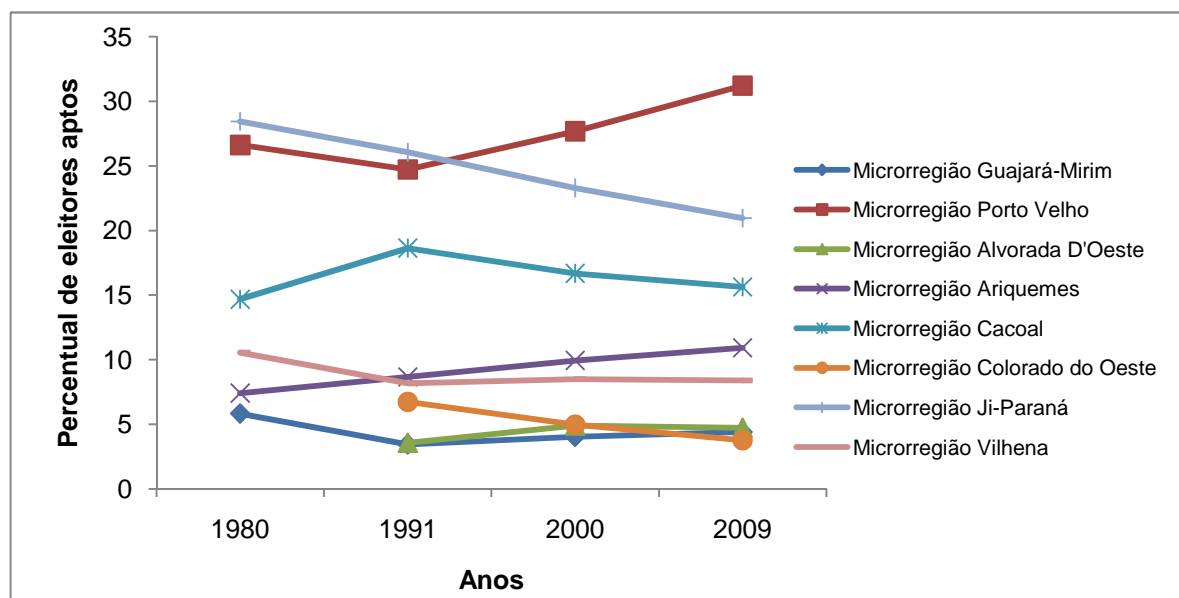


Fonte: Tabela 39B

Pelo Gráfico 62, verifica-se que a microrregião de Porto Velho apresenta o maior percentual de concentração de eleitores, em 2009, fato que, desde 1991, vem indicando uma tendência de crescimento pleno, sem sinal de esgotamento. Diferente da microrregião de Ji-Paraná, que desde 1980 vem se observando uma tendência de queda constante do percentual de eleitores, porém, ainda assim, é o segundo colégio eleitoral do Estado, seguido das

microrregiões de Cacoal, Ariquemes, Vilhena, e, num mesmo patamar, a de Alvorada do Oeste, Guajará-Mirim e Colorado do Oeste.

Gráfico 62 - Percentual de eleitores aptos por microrregião em relação ao Estado de Rondônia

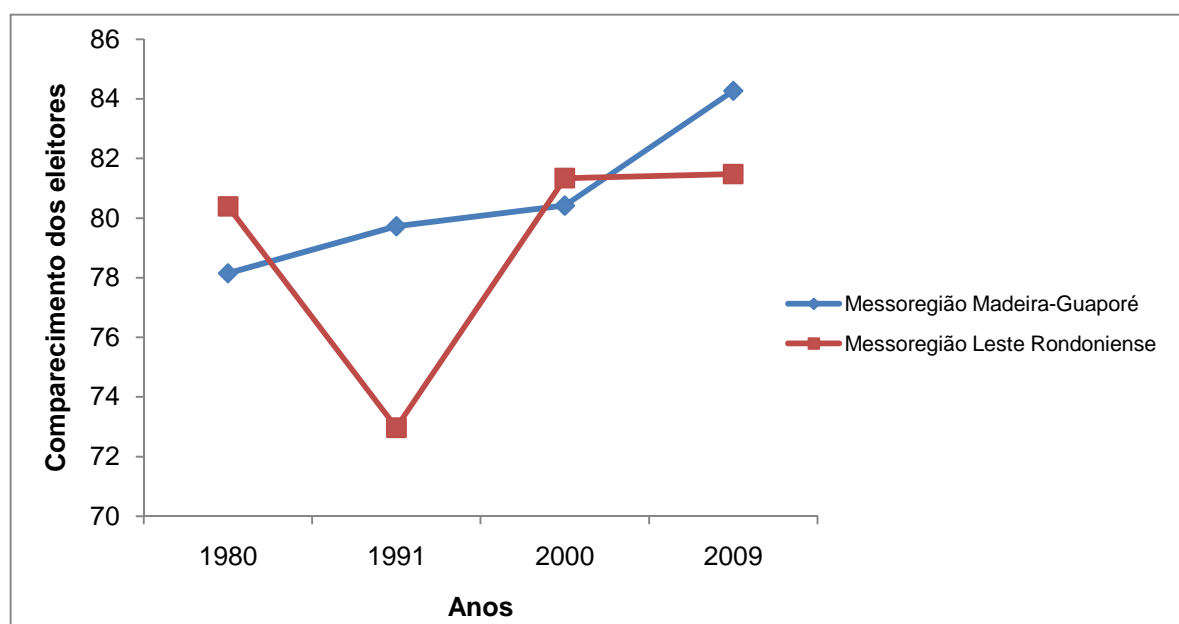


Fonte: Tabela 39B

Sobre a taxa de comparecimento às urnas, verifica-se, porém, que a mesorregião Madeira-Guaporé, no último levantamento, apresenta-se mais participativa que a mesorregião Leste Rondoniense, dando uma pista importante sobre o capital social das respectivas mesorregiões (Gráfico 63).

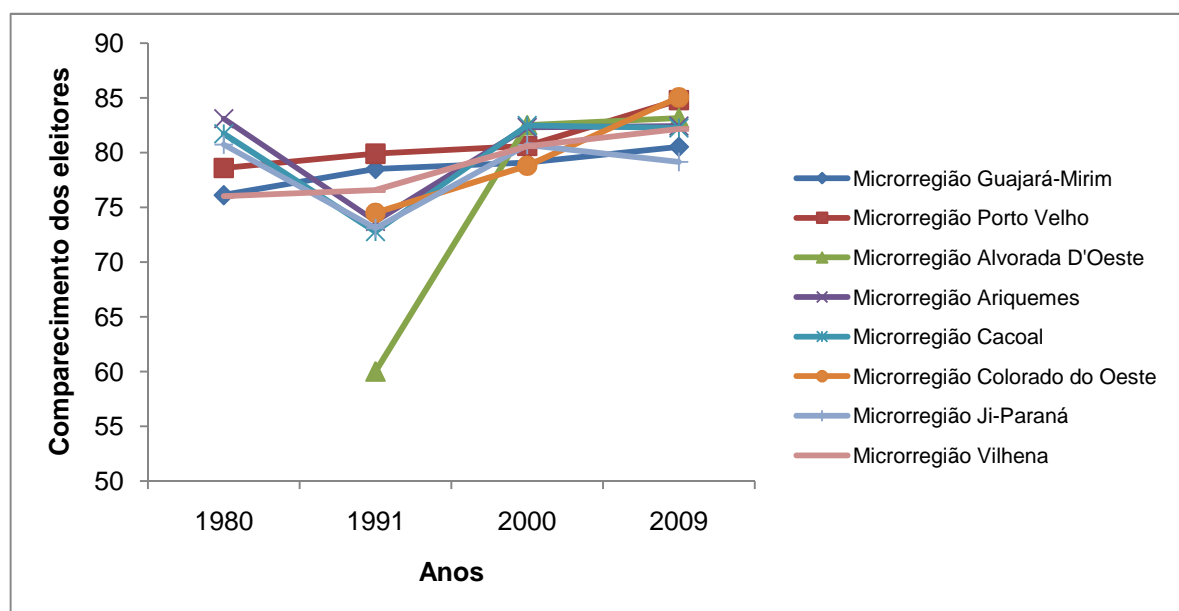
Olhando, porém, sob um ponto de vista microrregional, verifica-se que a taxa de comparecimento dos eleitores, no último levantamento, apresentou as microrregiões de Colorado do Oeste e Porto Velho, como as de maior comparecimento, seguidas de perto, pelas microrregiões de Alvorada do Oeste, Cacoal, Vilhena e Guajará-Mirim. Contudo, a microrregião de menor taxa de comparecimento às urnas foi a de Ji-Paraná (Gráfico 64). Porém, não se pretende indicar com esses dados o grau de capital social embutido nesta análise, porém, apenas se deseja pontuar alguns aspectos inerentes a eles, os quais nos ajudarão a interpretar, mais adiante, se o capital social é ou não suficiente para explicar a desigualdade regional no Estado de Rondônia.

Gráfico 63 - Percentual de comparecimento dos eleitores por mesorregião do Estado de Rondônia



Fonte: Tabela 40B

Gráfico 64 - Percentual de comparecimento dos eleitores por microrregião do Estado de Rondônia



Fonte: Tabela 40B

Pelo que foi exposto até aqui, espera-se ter conseguido evidenciar, com base nesse levantamento histórico-econômico, as duas principais mudanças institucionais ocorridas no Estado de Rondônia, ao longo de sua trajetória. Nesse percurso foi possível fazer algumas

análises e inferências sobre a realidade do Estado, porém, não procurando se afastar do foco principal da pesquisa. Pelo contrário, durante todo o caminho se procurou elementos que fortalecesse a abstração feita pelo autor da existência das referidas mudanças institucionais em Rondônia e de seu possível impacto sobre a realidade regional. A decisão de inserir alguns dados na forma de gráficos foi julgada de extrema importância e mereceu atenção especial, por considerá-la um artifício estratégico de convencimento visual daquilo que se tentava provar.

Embora sujeito a críticas, este trabalho mergulhou no levantamento de dados estatísticos, através dos meios oficiais de divulgação em nível federal e estadual. A intenção era de evidenciar a segunda mudança institucional em função de seu aspecto histórico, o que colocava os dados quantitativos como um caminho inevitável dentro da ótica da pesquisa. Procurou-se, então, sistematizá-los em uma perspectiva micro e mesorregional, pois, se acreditou ser possível, a partir deste prisma, visualizar de forma mais clara, os sinais da mudança institucional ocorrida no Estado.

Contudo, somente resta, agora, saber se tais mudanças institucionais estão interferindo no desempenho institucional das duas mesorregiões rondonienses, como aponta a teoria institucionalista de Douglas North. É interessante frisar que o aspecto *path dependence* também estará vinculado a esta análise. Portanto, a dependência à trajetória que se buscou averiguar com esta obra é resultante desse processo. Assim, o aspecto histórico da análise terá um peso crucial na determinação do efeito *path dependence* em Rondônia.

Chegou à hora de avaliarmos esse aspecto.

5 ANÁLISE DO DESEMPENHO INSTITUCIONAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

Como visto anteriormente, o aspecto histórico foi o grande orquestrador do primeiro passo em direção ao cerne do problema de pesquisa deste trabalho. Contudo, sozinho, não é capaz de corresponder aos anseios decorrentes dos questionamentos epistemológicos embutidos no âmago do referido problema de pesquisa. Esta nova etapa, portanto, é considerada interdependente em relação à primeira, que tratou do aspecto histórico e da evidência das mudanças institucionais no Estado de Rondônia, e, por isso, considerada estratégica. Assim, a análise do desempenho institucional, aqui idealizado, somente passa a fazer sentido quando relacionada à primeira etapa, pois, a junção delas cria uma conectividade que permite enfrentar de frente o desafio imposto por este trabalho científico.

Porém, para que isso fosse possível se fez necessário empregar o uso de técnicas e de ferramentas estatísticas. Como visto na metodologia deste trabalho, a análise fatorial correspondeu ao principal instrumento estatístico para análise dos dados utilizados neste trabalho. A ferramenta SPSS, em sua versão 17.0, foi essencial nesse processo. Através desta ferramenta foi possível criar os índices correspondentes à dimensão “Capacidade Institucional”, “Gestão Ambiental”, “Economia Regional” e “Qualidade de Vida”, em nível municipal, o que permitiu chegar ao índice de desempenho institucional dos municípios e, a partir daí, ao IDI microrregional e mesorregional. Aliás, é com base na perspectiva mesorregional que se permitirá chegar, definitivamente, à conclusão deste trabalho, pois, nesse nível é possível visualizar o efeito da mudança institucional sobre o desempenho institucional intrarregional do Estado. Assim, como forma de evidenciar o contexto pelo qual este trabalho foi estruturado, de modo que a linha de discussão teórica escolhida por esta pesquisa permanecesse coerente com o campo de pesquisa em história econômica, os conteúdos estatísticos não farão parte da análise *stricto sensu* deste trabalho. Contudo, torna-se necessário informar que todos os testes indicaram validação estatística e adequação dos mesmos para análise fatorial, como pode ser evidenciado pela referência estatística gerada pelo emprego do SPSS (Tabelas 7A a 19A)

Em decorrência da especificidade regional do Estado de Rondônia, os dados analisados somente puderam ser contabilizados para efeito deste trabalho a partir de 1980. Isto, porém, está relacionado ao fato de, até o ano de 1977, os únicos municípios pertencentes à região de Rondônia corresponder somente aos núcleos urbanos de Guajará-Mirim e de Porto Velho, o que inviabilizaria qualquer tentativa de análise dentro da lógica estatística em

período anterior a referida data. Assim, após esses esclarecimentos prévios, empregou-se a seguinte fórmula para o índice de desempenho institucional:

$$IDI = \frac{IDCI + IDGA + IDER + IDQV}{4}$$

O mesmo raciocínio foi efetuado para se chegar ao IDI microrregional e mesorregional. Ou seja, no caso do primeiro, cada IDI microrregional correspondeu à média aritmética dos municípios pertencentes a cada microrregião e no caso do segundo, cada IDI mesorregional correspondeu à média aritmética com base nas respectivas microrregiões sob seu domínio. Assim, para a mesorregião Madeira-Guaporé (MMG), o IDI foi calculado com base na média aritmética do IDI das microrregiões de Guajará-Mirim (MGM) e Porto Velho (MPV), conforme a fórmula seguinte:

$$IDI(MMG) = \frac{IDI(MGM) + IDI(MPV)}{2}$$

No caso da mesorregião Leste Rondoniense (MLR), o IDI foi calculado com base na média aritmética das microrregiões de Ariquemes (MAR), Ji-Paraná (MJP), Alvorada do Oeste (MAL), Cacoal (MRC), Colorado do Oeste (MRCO) e Vilhena (MRV), conforme a seguinte fórmula:

$$IDI(MLR) = \frac{IDI(MAR) + IDI(MJP) + IDI(MAL) + IDI(MRC) + IDI(MRCO) + IDI(MRV)}{6}$$

Portanto, a análise do desempenho institucional do Estado de Rondônia, para efeito deste trabalho, se estruturou com base nos critérios expostos anteriormente. A seguir, abordar-se-á o resultado dessa investida científica. Porém, como o primeiro critério para se chegar ao IDI foi o emprego do índice de desempenho da capacidade institucional – IDCI, em nível municipal, nada melhor que este índice seja, aqui, considerado o ponto inicial desta nova caminhada.

5.1 ÍNDICES PARA A DETERMINAÇÃO DO DESEMPENHO INSTITUCIONAL DE RONDÔNIA

Para a determinação do desempenho institucional foi seguida, então, a orientação municipal, microrregional e mesorregional, nesta ordem. Desta maneira, procurou-se estruturar a análise dentro desta perspectiva de abordagem. Porém, para cada parâmetro estudado foi adotada uma orientação histórica, em que se pôde verificar seus desempenhos ao longo da trajetória no Estado de Rondônia, conforme o desenho estrutural apresentado a seguir.

5.1.1 Índice de desempenho da capacidade institucional, em nível municipal, do Estado de Rondônia

5.1.1.1 IDCI para o ano de 1980

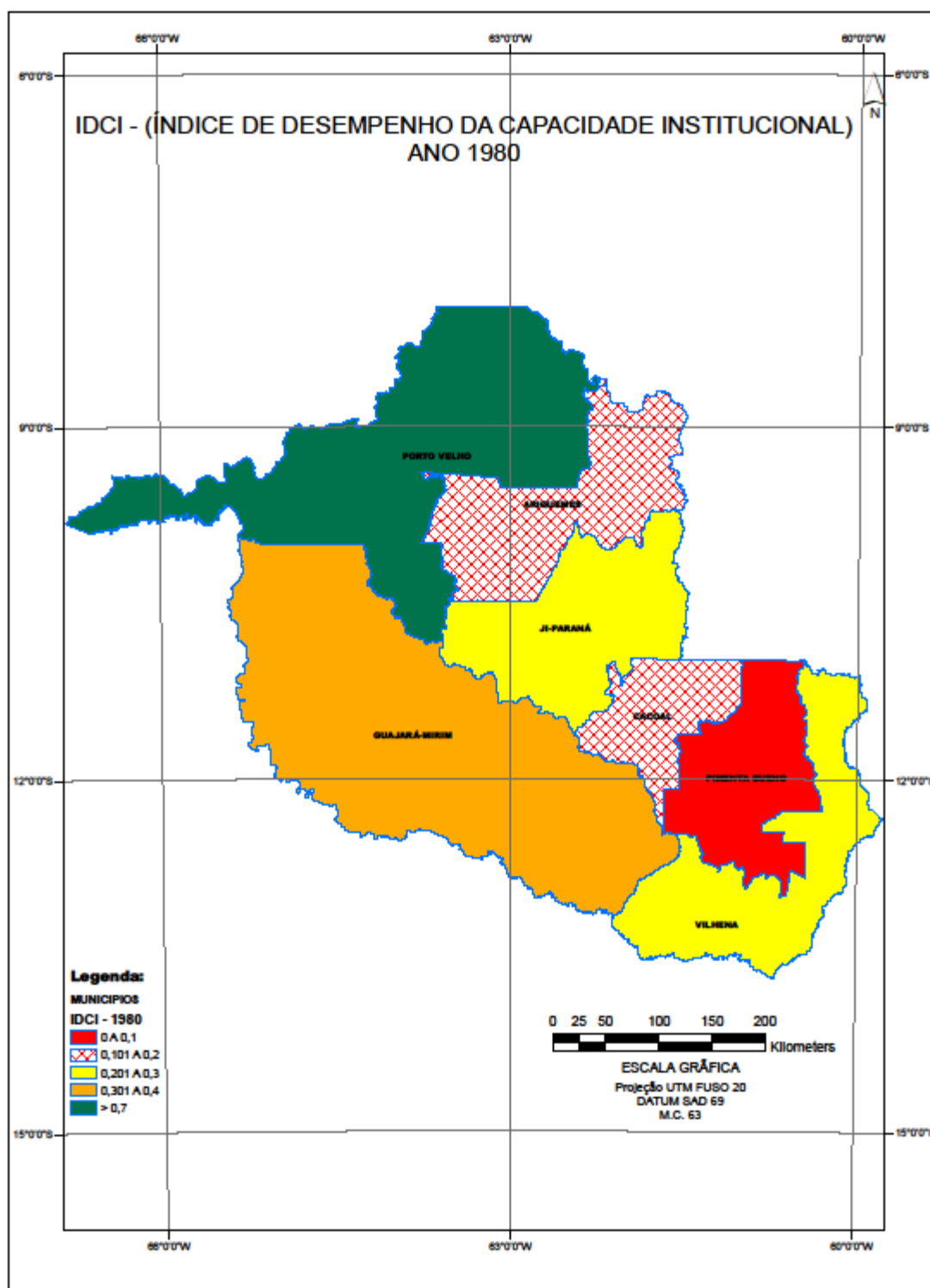
Como pode ser observado (Mapa 8), apenas sete eram os municípios que faziam parte do Estado de Rondônia nesta época. A Tabela 1, ilustra os índices calculados para o parâmetro “capacidade institucional” por município, com base na classificação em ordem decrescente. Assim, nota-se que para o ano de 1980, o maior índice de capacidade institucional está relacionado ao município de Porto Velho. Embora o município de Guajará-Mirim tenha se situado bem abaixo do índice encontrado para Porto Velho, indicando, portanto, um índice relativamente baixo, mesmo assim este se destaca em relação aos demais municípios de Rondônia.

Tabela 1 - IDCI por município para o ano de 1980

Municípios	IDCI 1980
Porto Velho	0,8370
Guajará-Mirim	0,3455
Ji-Paraná	0,2936
Vilhena	0,2794
Ariquemes	0,1569
Cacoal	0,1341
Pimenta Bueno	0

Fonte: Elaboração própria (2011).

Mapa 8 - IDCI por município de Rondônia para o ano de 1980



Fonte: Elaboração própria (2011). Com base na informação cartográfica da SEDAM.

Com isso, nota-se que os maiores índices estão relacionados aos municípios mais antigos do Estado, Porto Velho e Guajará-Mirim, os quais foram estruturados com base na construção da EFMM indicando, portanto, os municípios com maior propensão de desenvolvimento nesta época. O resultado encontrado reforça, então, a evidência da primeira mudança institucional ocorrida na porção Madeira-Guaporé do Estado de Rondônia, eliminando, portanto, qualquer dúvida que porventura ainda viesse a permistir a respeito.

5.1.1.2 IDCI para o ano de 1991

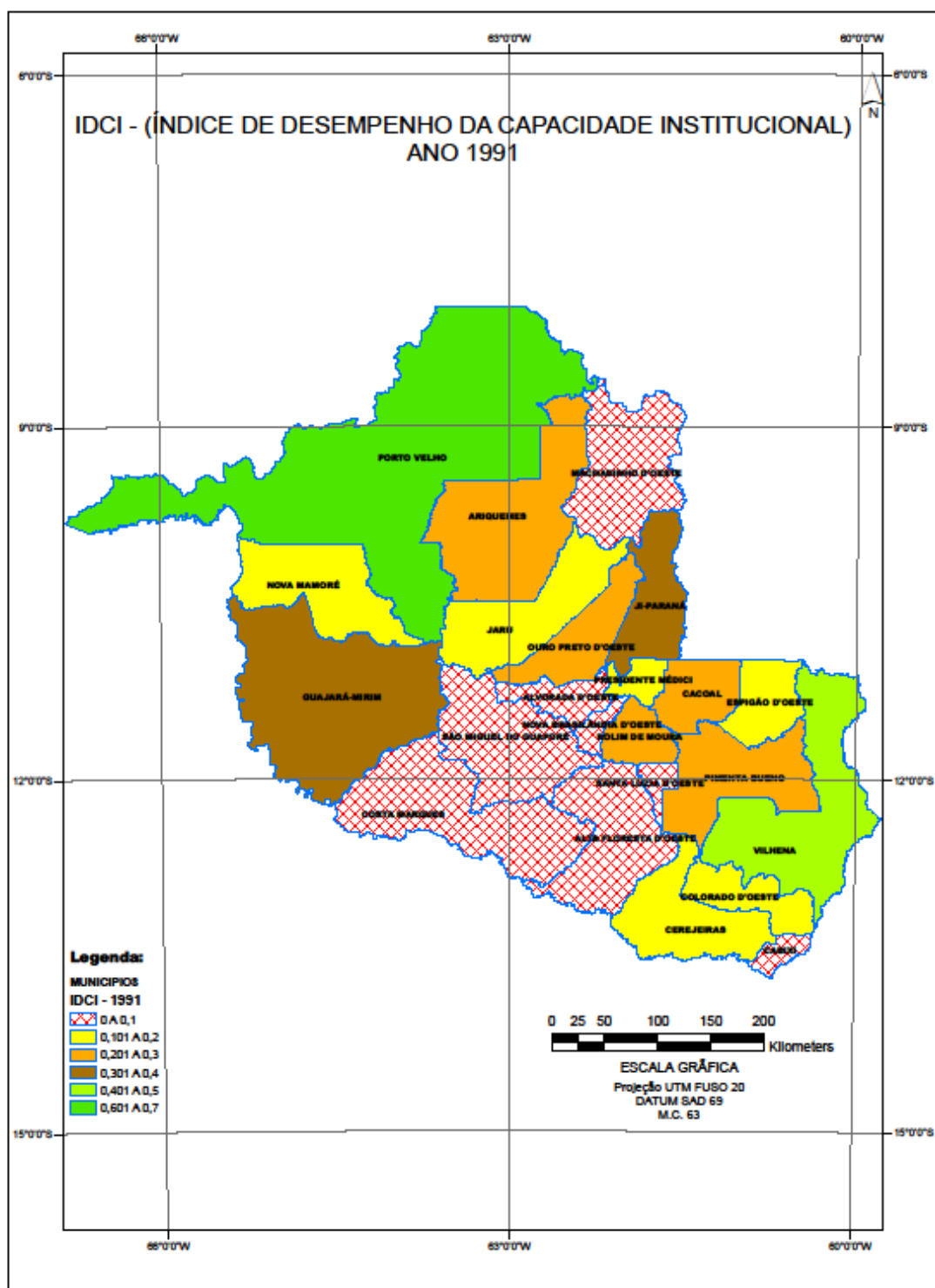
Como pode ser observado (Tabela 2 e Mapa 9), o processo de criação de novos municípios no Estado de Rondônia torna-se evidente neste período, que de 1980 para 1991 foram acrescidos mais dezesseis novos municípios, totalizando vinte e três municípios neste último ano.

Tabela 2 - IDCI por município para o ano de 1991

Municípios	IDCI 1991
Porto Velho	0,6821
Vilhena	0,4457
Ji-Paraná	0,3997
Guajará-Mirim	0,3177
Ariquemes	0,2866
Pimenta Bueno	0,2700
Cacoal	0,2563
Rolim de Moura	0,2124
Ouro Preto do Oeste	0,2109
Espigão do Oeste	0,1980
Cerejeiras	0,1907
Jaru	0,1782
Colorado do Oeste	0,1642
Presidente Médici	0,1621
Nova Mamoré	0,1057
Costa Marques	0,0975
Machadinho do Oeste	0,0969
Cabixi	0,0908
Alta Floresta do Oeste	0,0882
São Miguel do Guaporé	0,0627
Alvorada do Oeste	0,0542
Santa Luzia do Oeste	0,0499
Nova Brasilândia do Oeste	0,0368

Fonte: Elaboração própria (2011).

Mapa 9 - IDCI por município de Rondônia para o ano de 1991



Fonte: Elaboração própria (2011). Com base na informação cartográfica da SEDAM.

Através deles se percebe que houve uma quebra de seqüência com base no índice de desempenho da capacidade institucional entre os municípios, onde Porto Velho segue com o melhor índice, seguido dos municípios de Vilhena e Ji-Paraná, ultrapassando, assim, o município de Guajará-Mirim que desce para a quarta posição.

5.1.1.3 IDCI para o ano de 2000

Verifica-se que Porto Velho apresenta o melhor desempenho de capacidade institucional entre todos os municípios do Estado (Tabela 3 e Mapa 10).

É interessante notar que neste ano já se agrupa o mesmo montante de municípios existentes, hoje, no Estado de Rondônia, ou seja, de 1991 para 2000, foram criados mais dezenove municípios, o que totaliza um quantitativo de cinquenta e dois municípios, que fazem parte do Estado de Rondônia, atualmente. E, nesse ano, nota-se que o índice alcançado por Porto Velho foi de 0,753, considerado alto, somente superado pelo ano de 1980 quando este índice passou da casa de 0,800.

Contudo, tal resultado de certa forma já era esperado, pois, se trata de um município que detém o título de Capital do Estado, demonstrando, com isso, seu vigor político-institucional em relação as demais regiões do Estado. Por outro lado, num patamar bem abaixo do registrado para Porto Velho, porém, acima do registrado em 1991, verifica-se que o município de Guajará-Mirim foi ultrapassado, em ordem decrescente, pelos municípios de Cacoal, Pimenta Bueno, Ji-Paraná, Ariquemes, Ouro Preto do Oeste, Vilhena e Rolim de Moura, portanto, ocupando a 9ª posição no ranking estadual, seguido de perto dos municípios de Rio Crespo (10º) e Colorado do Oeste (11º), todos, porém, na faixa de 0,408 a 0,476, respectivamente. Tais valores demonstram que grande parte dos municípios do Estado, apresentou melhoria desse índice em 2000 (Mapa 10).

5.1.1.4 IDCI para o ano de 2009

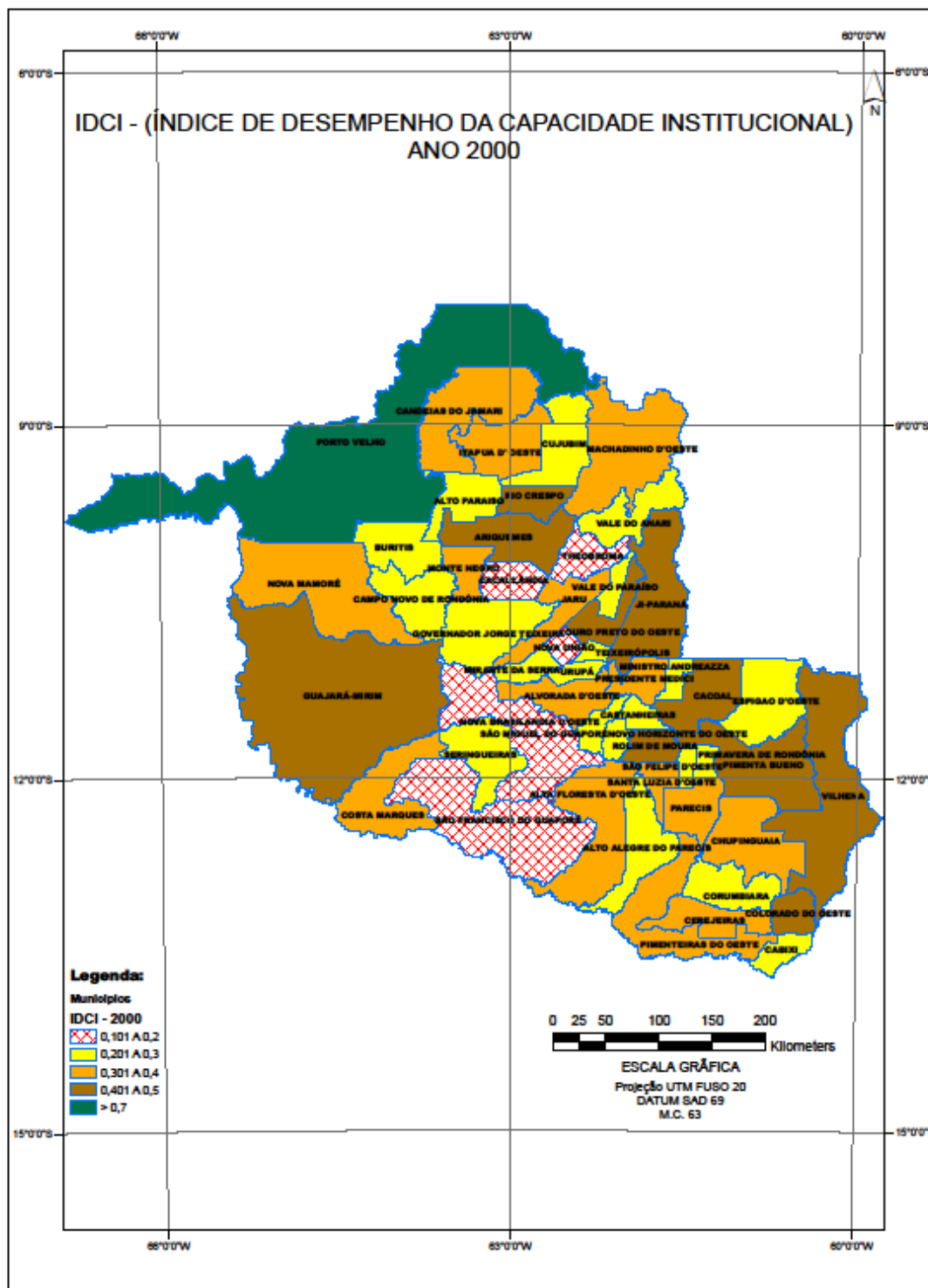
Verifica-se o impressionante crescimento do município de Porto Velho para esse índice (Tabela 4 e Mapa 11). Este resultado pode ser o forte indício da comprovação da III mudança institucional em andamento no Estado, através da construção das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, às margens do rio Madeira, portanto, na jurisdição deste município.

Tabela 3 - IDCI por município para o ano de 2000

Municípios	IDCI 2000
Porto Velho	0,7528
Cacoal	0,4761
Pimenta Bueno	0,4756
Ji-Paraná	0,4753
Ariquemes	0,4662
Ouro Preto do Oeste	0,4478
Vilhena	0,4453
Rolim de Moura	0,4411
Guajará-Mirim	0,4345
Rio Crespo	0,4239
Colorado do Oeste	0,4084
Presidente Médici	0,3728
Itapuã do Oeste	0,3713
Jaru	0,3706
Cerejeiras	0,3479
Nova Mamoré	0,3475
Candeias do Jamari	0,3433
Costa Marques	0,3353
Parecis	0,3345
Chupinguaia	0,3327
Pimenteiras do Oeste	0,3311
Machadinho D'Oeste	0,3283
Santa Luzia D'Oeste	0,3207
Monte Negro	0,3087
Alvorada D'Oeste	0,3036
Alta Floresta D'Oeste	0,3027
Corumbiara	0,2995
Urupá	0,2965
Mirante da Serra	0,2903
Cabixi	0,2804
Vale do Anari	0,2788
Espigão D'Oeste	0,2781
Ministro Andreazza	0,2757
Campo Novo de Rondônia	0,2736
São Felipe D'Oeste	0,2713
Primavera de Rondônia	0,2619
Vale do Paraíso	0,2561
Nova Brasilândia D'Oeste	0,2559
Teixeirópolis	0,2519
Castanheiras	0,2507
Seringueiras	0,2506
Novo Horizonte do Oeste	0,2489
Governador Jorge Teixeira	0,2381
Alto Alegre dos Parecis	0,2177
Buritis	0,2153
Cujubim	0,2115
Alto Paraíso	0,2081
São Miguel do Guaporé	0,1935
São Francisco do Guaporé	0,1799
Theobroma	0,1659
Nova União	0,1411
Cacaulândia	0,1258

Fonte: Elaboração própria (2011).

Mapa 10 - IDCI por município de Rondônia para o ano de 2000



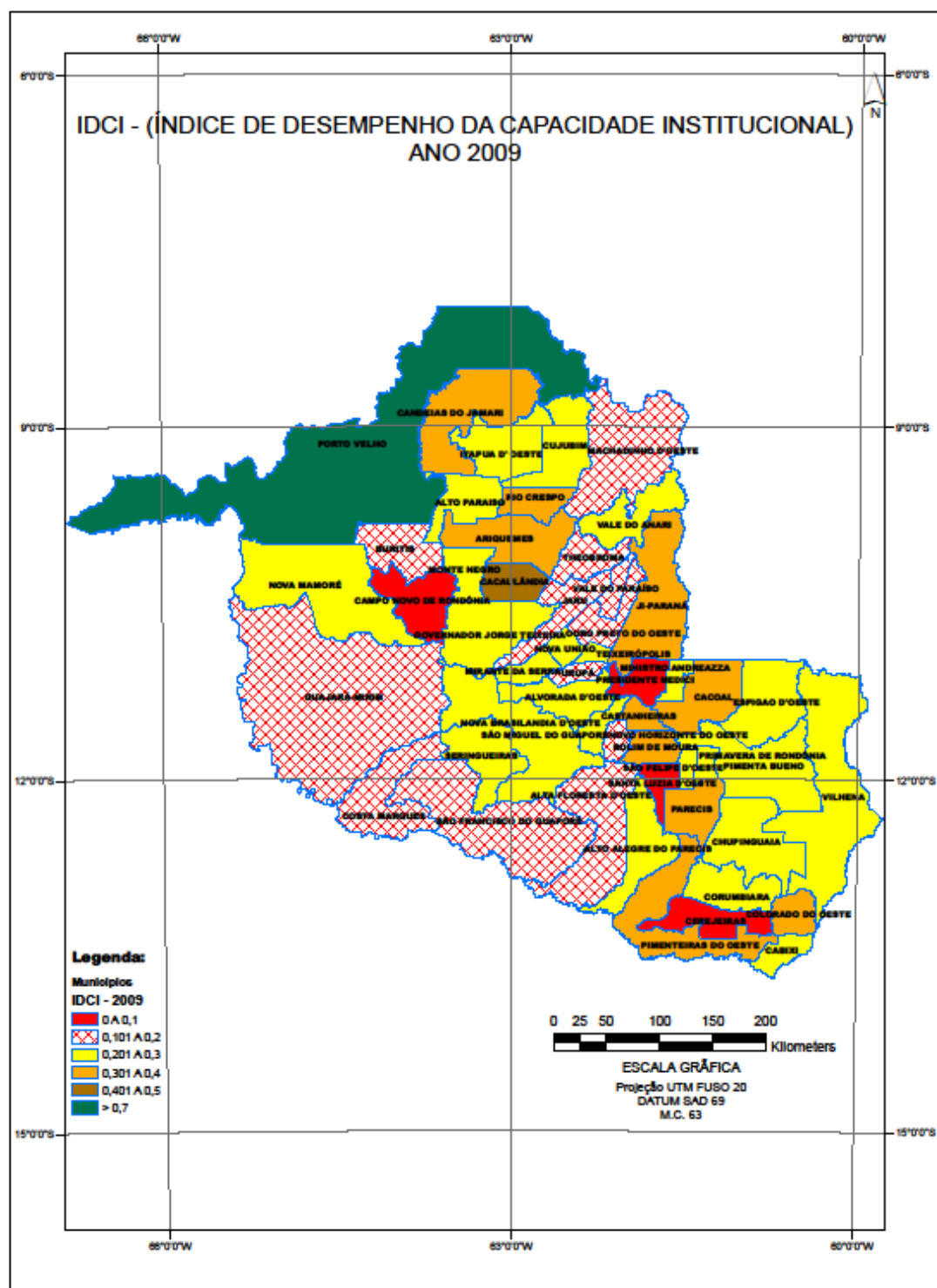
Fonte: Elaboração própria (2011). Com base na informação cartográfica da SEDAM.

Tabela 4 - IDCI por município para o ano de 2009

Municípios	IDCI 2009
Porto Velho	0,9440
Cacaulândia	0,4129
Rio Crespo	0,3950
Ariquemes	0,3780
Ji-Paraná	0,3762
Colorado do Oeste	0,3591
Cacoal	0,3554
Parecis	0,3515
Castanheiras	0,3458
Pimenteiras do Oeste	0,3107
Rolim de Moura	0,3067
Candeias do Jamari	0,3028
Chupinguaia	0,2957
Governador Jorge Teixeira	0,2939
Vilhena	0,2931
Itapuã do Oeste	0,2909
Vale do Anari	0,2889
Alvorada D'Oeste	0,2628
Teixeirópolis	0,2503
Alto Paraíso	0,2489
Cujubim	0,2482
Seringueiras	0,2479
São Felipe D'Oeste	0,2464
Alto Alegre dos Parecis	0,2456
São Miguel do Guaporé	0,2453
Ministro Andreazza	0,2428
Primavera de Rondônia	0,2384
Corumbiara	0,2295
Nova União	0,2242
Monte Negro	0,2203
Nova Mamoré	0,2191
Espigão D'Oeste	0,2143
Pimenta Bueno	0,2131
Mirante da Serra	0,2124
Nova Brasilândia D'Oeste	0,2102
Cabixi	0,2070
Theobroma	0,1986
São Francisco do Guaporé	0,1913
Jaru	0,1891
Ouro Preto do Oeste	0,1882
Vale do Paraíso	0,1749
Guajará-Mirim	0,1730
Machadinho D'Oeste	0,1697
Buritis	0,1677
Urupá	0,1674
Costa Marques	0,1516
Novo Horizonte do Oeste	0,1503
Alta Floresta D'Oeste	0,1371
Campo Novo de Rondônia	0,1001
Santa Luzia D'Oeste	0,0968
Cerejeiras	0,0746
Presidente Médici	0,0728

Fonte: Elaboração própria (2011).

Mapa 11 - IDCI por município de Rondônia para o ano de 2009



Fonte: Elaboração própria (2011). Com base na informação cartográfica da SEDAM.

Contudo, tal evidência ficará a cargo de futuras pesquisas no sentido de verificar se tal fato, corresponde ou não a terceira mudança institucional, que se julga em plena formação em Rondônia. Porém, o que se pode observar por esse índice é que esse crescimento de Porto Velho parece ter refletido de forma inversa para grande parte dos municípios que neste ano observaram declínio de sua capacidade institucional. A situação de Guajará-Mirim, sem dúvida, se mostrou altamente impactante, demonstrando seu baixo potencial político-institucional.

Os graves conflitos políticos ocorridos nesse período parece ter agravado a situação crítica pelo qual o município vinha passando nas últimas décadas. Essa baixa capacidade de ação pública evidenciada pelo índice, a qual está atrelada ao poder empreendedor local, parece ter sido minada ao ponto de indicar, praticamente, seu esgotamento. Tal índice, por conseqüência, poderá ser sentido, também, sob o ponto de vista do poder de governança local, onde, comumente, o reflexo do desempenho da capacidade institucional é assimilado por esta última, interferindo, assim, na eficiência e eficácia de grande parte dos projetos de interesse coletivo.

Contudo, esta situação de baixa capacidade institucional tende, também, a propagar-se, em graus variados, para o restante dos municípios do Estado. Assim, verifica-se que, no geral, esse índice para o ano de 2009, apresentou uma tendência de queda, se comparado aos anos anteriores.

5.1.2 Índice de desempenho da gestão ambiental, em nível municipal, do Estado de Rondônia

O segundo aspecto para se chegar ao desempenho institucional está relacionado com o IDGA para os municípios do Estado. A seguir, encontram-se os índices em relação aos anos utilizados como padrão por esta pesquisa. A forma de apresentação dos mesmos, seguiu a mesma lógica apresentada anteriormente, o que, também, será adotado na abordagem dos outros índices a serem discutidos posteriormente.

5.1.2.1 IDGA para o ano de 1980

Tal índice traz embutido em si um significado que se estenderia para os anos seguintes. Com o regime militar instituído no país em 1964, políticas de desenvolvimento da Amazônia foram redefinidas e reforçadas. A SPVEA foi substituída pela Superintendência do

Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966. O objetivo da SUDAM foi de viabilizar a implementação do Plano “Operação Amazônia” que, para Aragon (1994), esta se estendeu de 1964 a 1988, através do PIN e POLAMAZÔNIA, reforçando, com isso, a discussão feita anteriormente sobre esse assunto. Assim, a década de 1970, sem dúvida, marcou a inserção de Rondônia no plano de desenvolvimento da Amazônia, o qual se configurou como sendo de grande interesse nacional. Contudo, os graves conflitos com os nativos e a destruição de grande parcela de florestas, anteriormente existente na região, sob a tutela do Estado, logo fez surgir o eco de críticas sobre a forma institucionalizada de colonização implantada em Rondônia. Verifica-se, assim, que na década de 1970, muito provavelmente para amenizar o efeito da imagem negativa de um Estado financiador desse processo degradativo dos recursos naturais e de extirpação de índios, faz surgir às primeiras áreas protegidas na região.

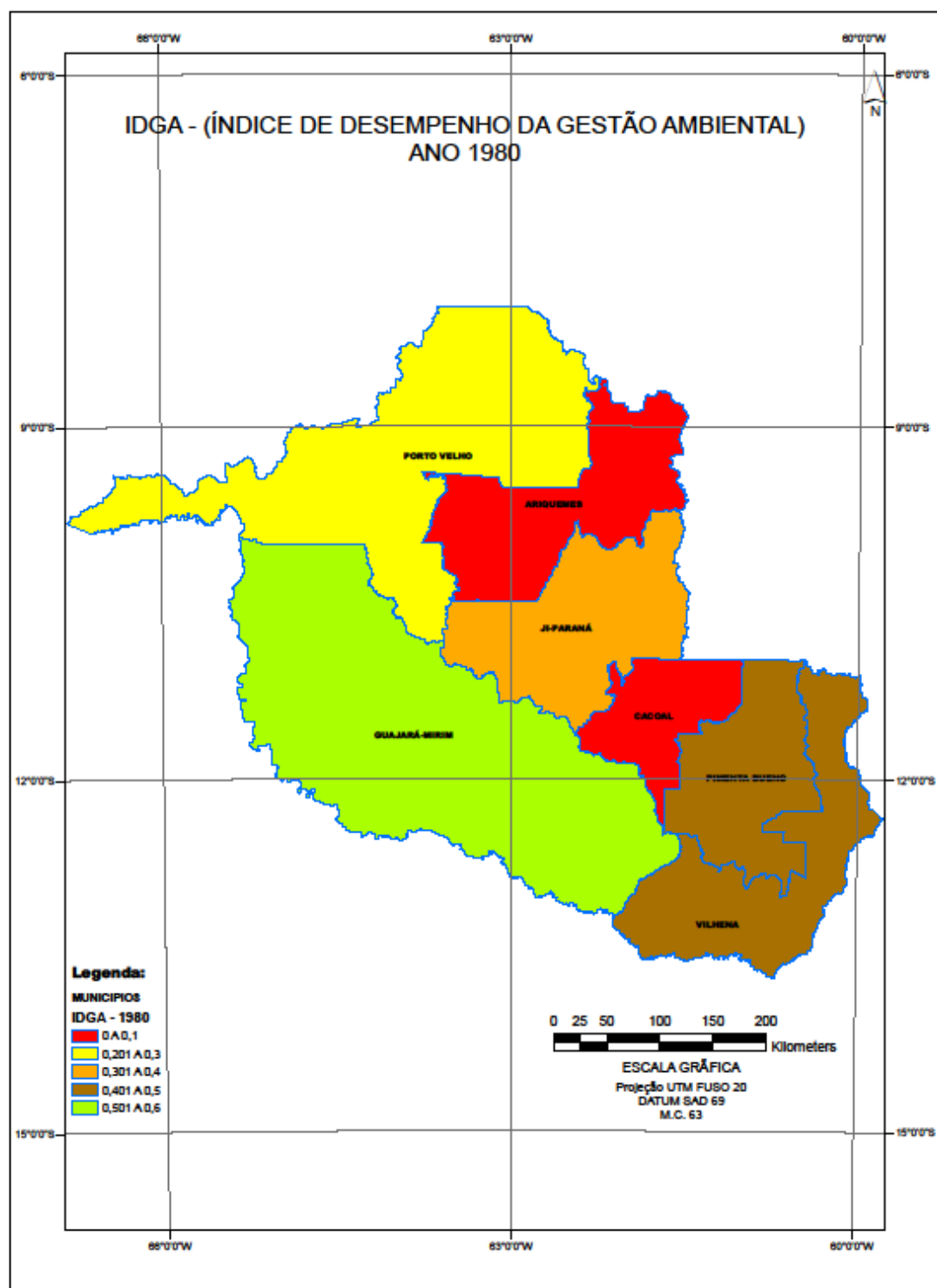
Desse modo, em função da porção Madeira-Guaporé, em especial, o município de Guajará-Mirim, se situar fora do eixo de colonização, por motivos diversos que perpassam pela evidência de solo de baixa qualidade, pela distância, pela inexistência de infra-estrutura de acesso etc., o fato é que isso sinalizava o papel a ser desempenhado por esta região dentro do contexto de desenvolvimento regional, ou seja, a grande receptora de unidades de conservação e de terras indígenas do Estado, principalmente Guajará-Mirim, que lidera o ranking estadual da gestão ambiental seguido dos municípios de Vilhena, Pimenta Bueno, Ji-Paraná, Porto Velho, Ariquemes e Cacoal (Tabela 5 e Mapa 12).

Tabela 5 - IDGA por município para o ano de 1980

Municípios	IDGA 1980
Guajará-Mirim	0,5831
Vilhena	0,4646
Pimenta Bueno	0,4060
Ji-Paraná	0,3669
Porto Velho	0,2365
Ariquemes	0,0697
Cacoal	0,0112

Fonte: Elaboração própria (2011).

Mapa 12 - IDGA por município de Rondônia para o ano de 1980



Fonte: Elaboração própria (2011). Com base na informação cartográfica da SEDAM.

5.1.2.2 IDGA para o ano de 1991

Os índices apresentados envolvem fortemente as Unidades de Conservação e Terras Indígenas em seu contexto, o que será entendido por este trabalho como pressuposto de áreas protegidas, tanto na forma de UC's como TI's. Assim, pela Tabela 6, verifica-se uma maior intensificação das áreas preservadas no Estado, em especial para o município de Guajará-Mirim, que apresentou um índice de 0,73. Em seguida estão os municípios de Vilhena com 0,61, de Ji-Paraná com 0,57, de Porto Velho com 0,55, de Espigão do Oeste com 0,52 e Costa Marques com 0,51, citando apenas aqueles que apresentaram índices maiores que 0,50.

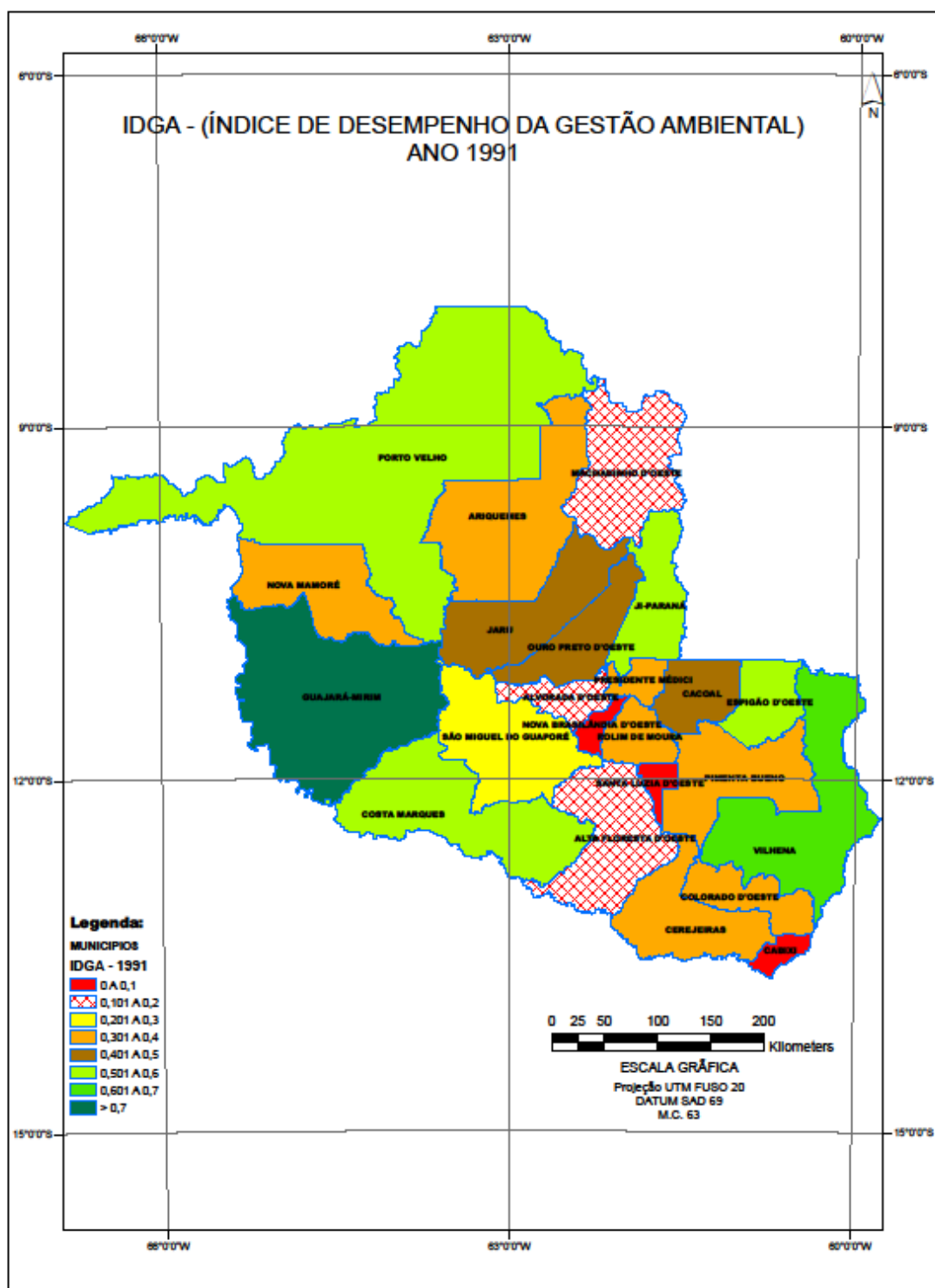
Nota-se, também, que os municípios do entorno de Costa Marques, apresentam-se com os piores índices de áreas protegidas dentre todos os municípios do Estado (Mapa 13).

Tabela 6 - IDGA por município para o ano de 1991

Municípios	IDGA 1991
Guajará-Mirim	0,7273
Vilhena	0,6068
Ji-Paraná	0,5682
Porto Velho	0,5471
Espigão D'Oeste	0,5205
Costa Marques	0,5124
Jaru	0,4962
Cacoal	0,4906
Ouro Preto do Oeste	0,4464
Pimenta Bueno	0,3849
Ariquemes	0,3841
Cerejeiras	0,3818
Nova Mamoré	0,3553
Presidente Médici	0,3471
Rolim de Moura	0,3462
Colorado do Oeste	0,3414
São Miguel do Guaporé	0,2845
Alta Floresta D'Oeste	0,1696
Machadinho D'Oeste	0,1432
Alvorada D'Oeste	0,1329
Cabixi	0,0815
Nova Brasilândia D'Oeste	0,0809
Santa Luzia D'Oeste	0,0790

Fonte: Elaboração própria (2011).

Mapa 13 - IDGA por município de Rondônia para o ano de 1991



Fonte: Elaboração própria (2011). Com base na informação cartográfica da SEDAM.

5.1.2.3 IDGA para o ano de 2000

Nota-se que houve um processo de crescimento geral de áreas protegidas no Estado de Rondônia nesse período (Tabela 7 e Mapa 14), o que demonstra claramente o reflexo dessa política em virtude da pressão internacional sob a necessidade de se buscar outras formas de desenvolvimento capaz de minimizar os efeitos do trade off “Desenvolvimento e Conservação”, embutido no conceito de “Desenvolvimento Sustentável”, inserido no Relatório Brundtland (BRUNDTLAND, 1987).

Esse movimento que chegou ao Brasil pela Fundação Getúlio Vargas, em 1988, sob o título “Nosso Futuro Comum” (CMMAD, 1988) e que, mais tarde, seria o pilar debatido durante a II Conferência Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente realizado no Rio de Janeiro, em 1992, internacionalmente conhecido como ECO-92, ganha corpo e importância quando neste evento se materializa reais compromissos entre os Chefes de Estado presentes na reunião em prol desta perspectiva alternativa de desenvolvimento.

5.1.2.4 IDGA para o ano de 2009

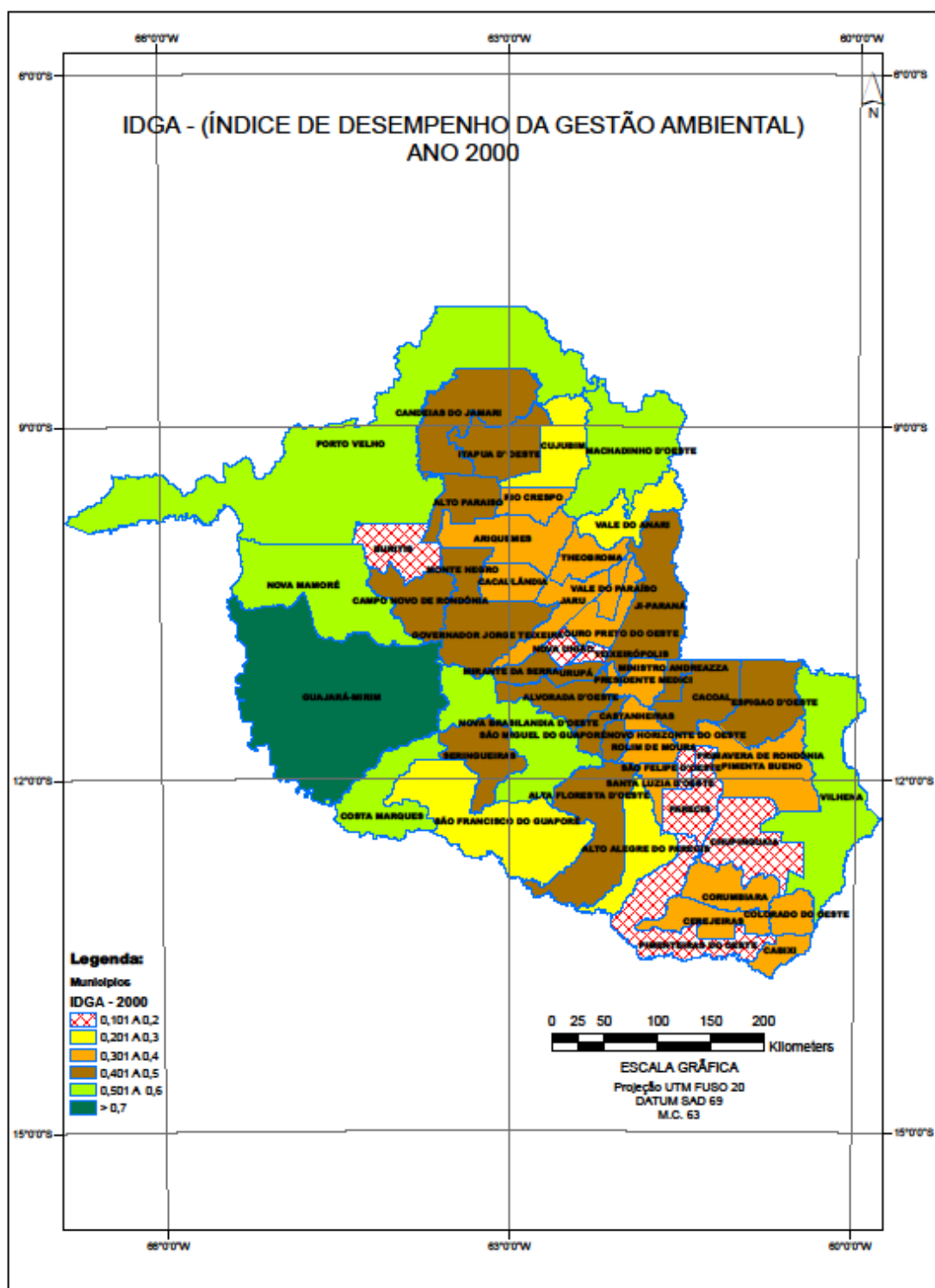
Em relação ao ano de 2009 (Tabela 8 e Mapa 15), por sua vez, se percebe claramente que esse mecanismo de concentração de áreas protegidas, não se fez presente de forma significativa nos municípios ao longo da BR-364. Isso, por sua vez, ilustra que o processo de criação das Unidades de Conservação e de Terras Indígenas no Estado de Rondônia, não seguiu uma orientação de baixo para cima, ou melhor, não foi concebida de acordo com a perspectiva local, conforme evidenciado por Simonian (1997; 1999). Esse aspecto fica evidenciado quando se analisa os índices de desempenho da gestão ambiental apresentados por este trabalho. Neste sentido, se houvesse de fato ocorrido uma mobilização local em prol da criação de áreas protegidas ela, a princípio, estaria de certa forma distribuída uniformemente ao longo de toda a extensão territorial do Estado, o que não foi o caso. Ela se concentrou significativamente naquelas regiões pertencentes à mesorregião Madeira-Guaporé, não por aclamação popular, e sim por imposição do Poder Central como forma de melhorar, no geral, o índice aceitável do trade off “Conservação e Desenvolvimento”.

Tabela 7 - IDGA por município para o ano de 2000

Municípios	IDGA 2000
Guajará-Mirim	0,7805
Nova Mamoré	0,5971
Machadinho D'Oeste	0,5899
Porto Velho	0,5619
São Miguel do Guaporé	0,5339
Costa Marques	0,5154
Vilhena	0,5018
Governador Jorge Teixeira	0,4923
Mirante da Serra	0,4789
Alta Floresta D'Oeste	0,4608
Espigão D'Oeste	0,4473
Ji-Paraná	0,4460
Cacoal	0,4447
Campo Novo de Rondônia	0,4445
Seringueiras	0,4375
Ministro Andreazza	0,4282
Urupá	0,4253
Candeias do Jamari	0,4233
Itapuã do Oeste	0,4191
Alvorada D'Oeste	0,4168
Monte Negro	0,4136
Nova Brasilândia D'Oeste	0,4105
Alto Paraíso	0,4078
Novo Horizonte do Oeste	0,4058
Jaru	0,3936
Vale do Paraíso	0,3930
Cacaulândia	0,3870
Cerejeiras	0,3831
Pimenta Bueno	0,3813
Rolim de Moura	0,3791
Ouro Preto do Oeste	0,3746
Ariquemes	0,3746
Rio Crespo	0,3740
Theobroma	0,3697
Santa Luzia D'Oeste	0,3677
Cabixi	0,3633
Presidente Médici	0,3632
Colorado do Oeste	0,3629
Corumbiara	0,3528
Castanheiras	0,3524
São Francisco do Guaporé	0,2790
Cujubim	0,2649
Alto Alegre dos Parecis	0,2176
Vale do Anari	0,2040
Pimenteiras do Oeste	0,1925
Chupinguaia	0,1783
Parecis	0,1716
Buritis	0,1712
Primavera de Rondônia	0,1263
Nova União	0,1247
São Felipe D'Oeste	0,1235
Teixeirópolis	0,1231

Fonte: Elaboração própria (2011).

Mapa 14 - IDGA por município de Rondônia para o ano de 2000



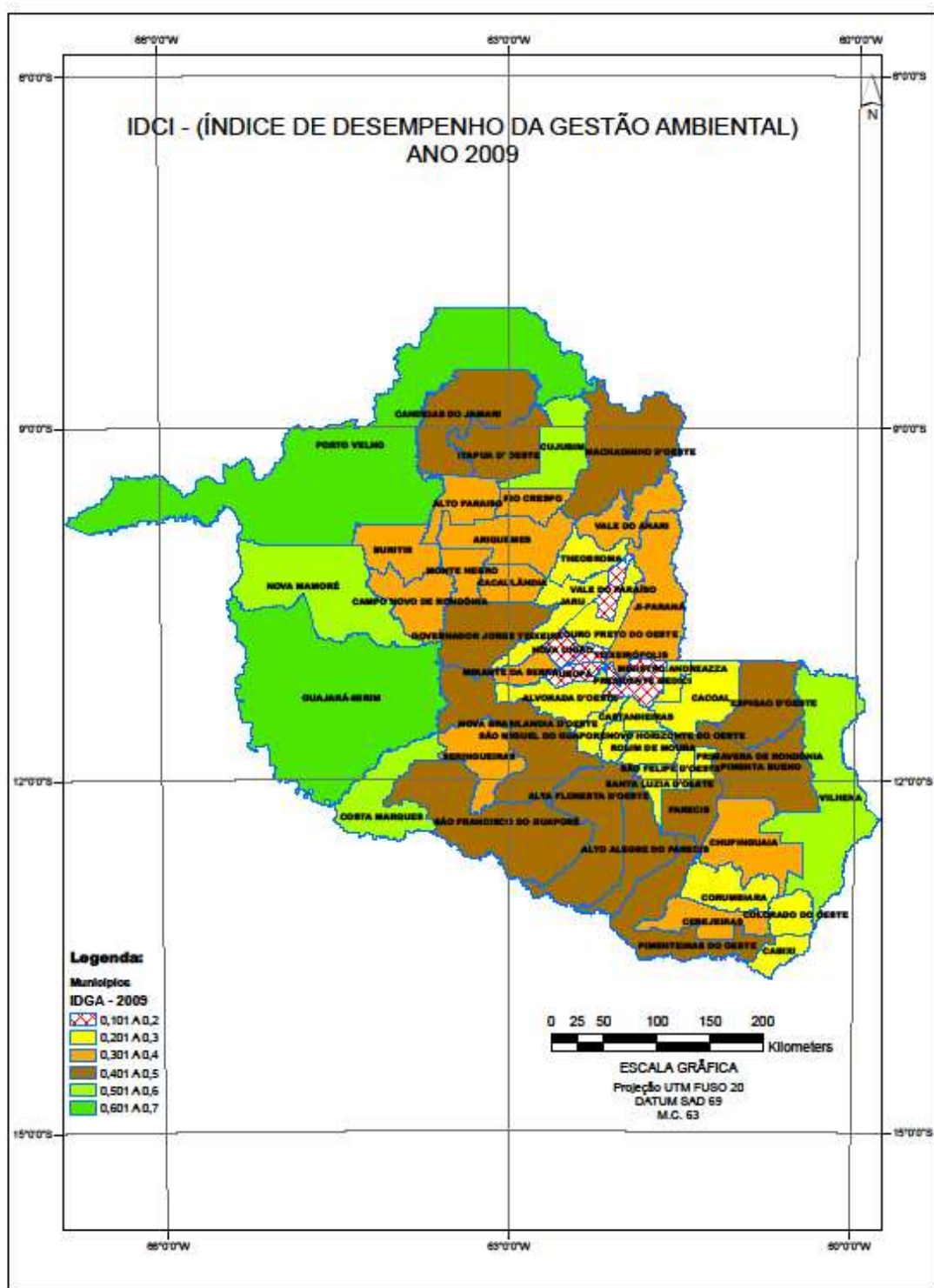
Fonte: Elaboração própria (2011). Com base na informação cartográfica da SEDAM.

Tabela 8 - IDGA por município para o ano de 2009

Municípios	IDGA 2009
Guajará-Mirim	0,6768
Porto Velho	0,6445
Vilhena	0,5751
Costa Marques	0,5536
Nova Mamoré	0,5496
Cujubim	0,5087
Candeias do Jamari	0,4843
Itapuã do Oeste	0,4835
São Francisco do Guaporé	0,4831
Machadinho D'Oeste	0,4815
Alta Floresta D'Oeste	0,4784
São Miguel do Guaporé	0,4490
Pimenta Bueno	0,4428
Parecis	0,4365
Alto Alegre dos Parecis	0,4354
Pimenteiras do Oeste	0,4335
Governador Jorge Teixeira	0,4264
Espigão D'Oeste	0,4202
Rio Crespo	0,3975
Cerejeiras	0,3949
Seringueiras	0,3886
Chupinguaia	0,3715
Monte Negro	0,3659
Ji-Paraná	0,3633
Ariquemes	0,3593
Alto Paraíso	0,3589
Campo Novo de Rondônia	0,3573
Buritis	0,3519
Cacaulândia	0,3485
Vale do Anari	0,3311
Mirante da Serra	0,3058
Alvorada D'Oeste	0,2962
Cacoal	0,2932
Primavera de Rondônia	0,2852
Castanheiras	0,2829
Theobroma	0,2827
Corumbiara	0,2561
Nova Brasilândia D'Oeste	0,2561
Colorado do Oeste	0,2519
Santa Luzia D'Oeste	0,2411
Cabixi	0,2310
São Felipe D'Oeste	0,2290
Rolim de Moura	0,2274
Novo Horizonte do Oeste	0,2159
Ministro Andreazza	0,2072
Ouro Preto do Oeste	0,2057
Jaru	0,2045
Presidente Médici	0,1980
Vale do Paraíso	0,1909
Teixeirópolis	0,1884
Nova União	0,1840
Urupá	0,1703

Fonte: Elaboração própria (2011).

Mapa 15 - IDGA por município de Rondônia para o ano de 2009



Fonte: Elaboração própria (2011). Com base na informação cartográfica da SEDAM.

O problema é que isso acabou minando a perspectiva de crescimento econômico dessas regiões com forte presença de áreas protegidas, a exemplo do município de Guajará-Mirim que, nesse processo, foi a grande “fiel depositária” de uma imensa área protegida que chega a representar quase 92% de seu território. Alguns trabalhos, contudo, chega a indicar um índice maior, o que agrava ainda mais esta relação. Com isso, a região ao longo da BR-364 praticamente ficou isenta desta responsabilidade, evidenciando assim, sua idealização de cima para baixo.

Dentro da perspectiva institucionalista, verifica-se que esta política se adéqua com o pensamento do mecanismo auto-reforçante, no caso, em favor dos interesses econômicos da mesorregião Leste Rondoniense. O problema é que o Estado brasileiro como um todo não avançou muito em relação a este critério (desenvolvimento sustentável), principalmente na Amazônia, levando pesquisadores como Homma (2005) a levantar voz no sentido de alertar para a necessidade de uma nova revolução tecnológica no Brasil, objetivando o desenvolvimento sadio deste grande bioma. Na visão de Homma (1992); Amin (1997), as experiências de reservas extrativistas na Amazônia indicam, em geral, uma situação de insustentabilidade econômica destas regiões, conduzindo-as, portanto, dentro dessa ótica, ao subdesenvolvimento. Daí a importância dos órgãos de pesquisa, inclusos aí as próprias universidades, que passam a exercer um papel importante na busca de soluções reais para o grande desafio do desenvolvimento sustentável e, com isso, resolver um dos grandes gargalos quando se trata do cenário amazônico brasileiro: o trade off “conservação e desenvolvimento”.

As experiências brasileiras dentro deste enfoque residem basicamente em medidas que visem estimular a economia destes municípios que apresentam elevados percentuais de áreas de preservação através de incentivos fiscais. O município de Guajará-Mirim não fugiria à regra. Assim, na década de 1991 foi criada a Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, subordinado à SUFRAMA, com o objetivo de desenvolver esta região dada a inviabilidade de se estabelecer formas econômicas tradicionais, em decorrência de sua extensa área de preservação. Contudo, o modelo idealizado para este município apresenta inúmeras restrições, se comparado ao de Manaus. Daí sua pouca atratividade pelas empresas. Por outro lado, a vantagem do imposto reduzido, principal estímulo da Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, tende a estimular as empresas a criarem firmas no local onde, em muitos casos, apenas se evidencia no papel, como forma de garantir o carimbo da SUFRAMA para que seus produtos circulem no mercado brasileiro na condição de “Made in Guajará-Mirim”, sem nunca ter sido fabricado um item sequer nesta região.

Além disso, o município foi beneficiado pela Lei Complementar n.º 147 de quinze de janeiro de 1996, a qual foi regulamentada pelo Decreto n.º 11.908 de doze de dezembro de 2005, que dão uma maior participação no ICMS aqueles municípios com maiores percentuais de UC's e TI's em relação ao Estado, também chamado de ICMS – Ecológico. Aliás, no geral, são estas as principais fontes de recursos do referido município. A baixa capacidade institucional evidenciada anteriormente para esta região, tende a agravar esta situação, pois, o poder empreendedor local não se faz presente, com base nos índices apresentados, o que dificulta, ainda mais, o *self-reliance*⁴⁵.

5.1.3 Índice de desempenho da economia regional, em nível municipal, do Estado de Rondônia

5.1.3.1 IDER para o ano de 1980

Do ponto de vista do desempenho da economia regional, sem dúvida, o programa de colonização do Estado de Rondônia, ocorrido na década de 1970, sob o comando do INCRA, possibilitou o município de Ji-Paraná alcançar rapidamente destaque econômico na região. Como visto anteriormente, a microrregião de Ji-Paraná, sob o qual se localiza o município de Ji-Paraná, foi a principal região receptora dos fluxos migratórios advindos do Sul do país, principalmente nas décadas de 1970 e 1980. O resultado desse processo pode ser visto na Tabela 9, onde se verifica que este município é o que detém o maior índice para este parâmetro dentre os outros do Estado, alcançando um índice considerado alto de 0,70. Portanto, superior ao do município de Porto Velho que alcançou 0,65. Os demais apresentaram índices abaixo de 0,31.

O Mapa 16 ilustra bem esse parâmetro, o que demonstra que o município de Ji-Paraná foi, nesse ano, o grande dinamizador econômico da microrregião que leva o seu nome.

5.1.3.2 IDER para o ano de 1991

Para o ano de 1991, há uma situação de crise que atinge quase todo o Estado, porém de forma mais evidente para os municípios ao longo dos rios Mamoré e Guaporé. Até mesmo

⁴⁵ Este termo é empregado para indicar que as regiões, pela sua própria força e especificidade, deveriam criar um modelo alternativo de desenvolvimento sem a importação ou imposição de modelos externos, muitas das vezes inadequados à realidade local, ou seja, esta deveria basear-se na capacidade endógena de se pensar. Sobre esse assunto ver VIEIRA et al. (1998.)

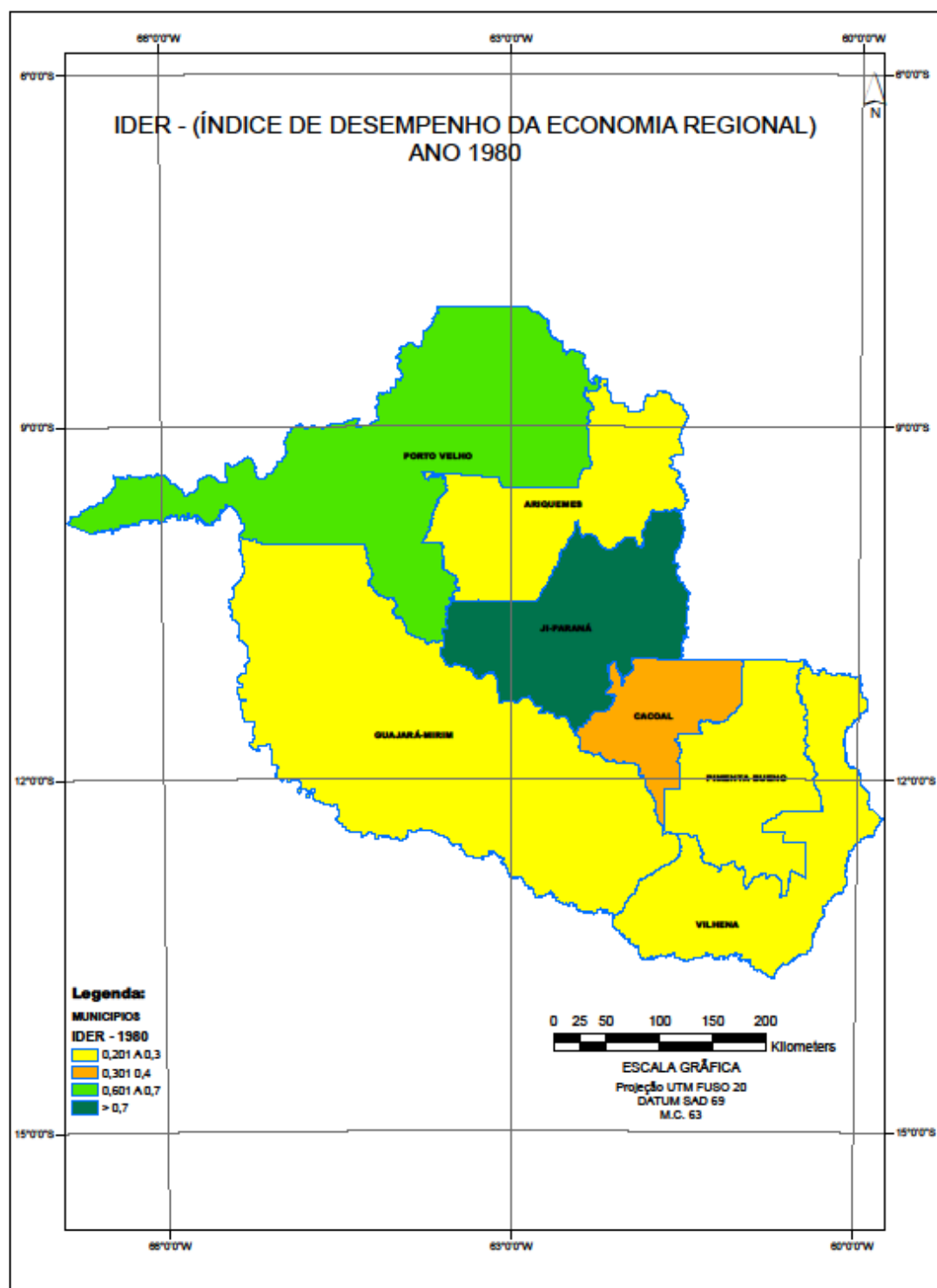
os municípios que demonstraram pujança em 1980 (Ji-Paraná e Porto Velho) foram ultrapassados por Ariquemes com um índice de 0,47; portanto, bem abaixo do registrado por eles para o primeiro levantamento. No entanto, Porto Velho consegue manter-se em segundo com um índice de 0,38; seguido de Cacoal com 0,32. Os demais municípios apresentaram índices abaixo de 0,30. Porém vale destacar que os municípios de Rolim de Moura, Espigão do Oeste, Presidente Médici, Colorado do Oeste, Alta Floresta do Oeste, Guajará-Mirim, São Miguel do Guaporé, Nova Mamoré, Cerejeiras, Santa Luzia do Oeste, Alvorada do Oeste, Nova Brasilândia do Oeste, Costa Marques e Cabixi, em ordem crescente, apresentaram os piores índices para esse parâmetro neste ano, não chegando a superior a casa de 0,20 (Mapa 20). Nota-se, com base em Santanna (1992), que a transição de Território para Estado tenha, de alguma forma, afetado a região.

Tabela 9 - IDER por município para o ano de 1980

Municípios	IDER 1980
Ji-Paraná	0,7024
Porto Velho	0,6501
Cacoal	0,3029
Ariquemes	0,2980
Vilhena	0,2805
Guajará-Mirim	0,2118
Pimenta Bueno	0,2038

Fonte: Elaboração própria (2011).

Mapa 16 - IDER por município de Rondônia para o ano de 1980



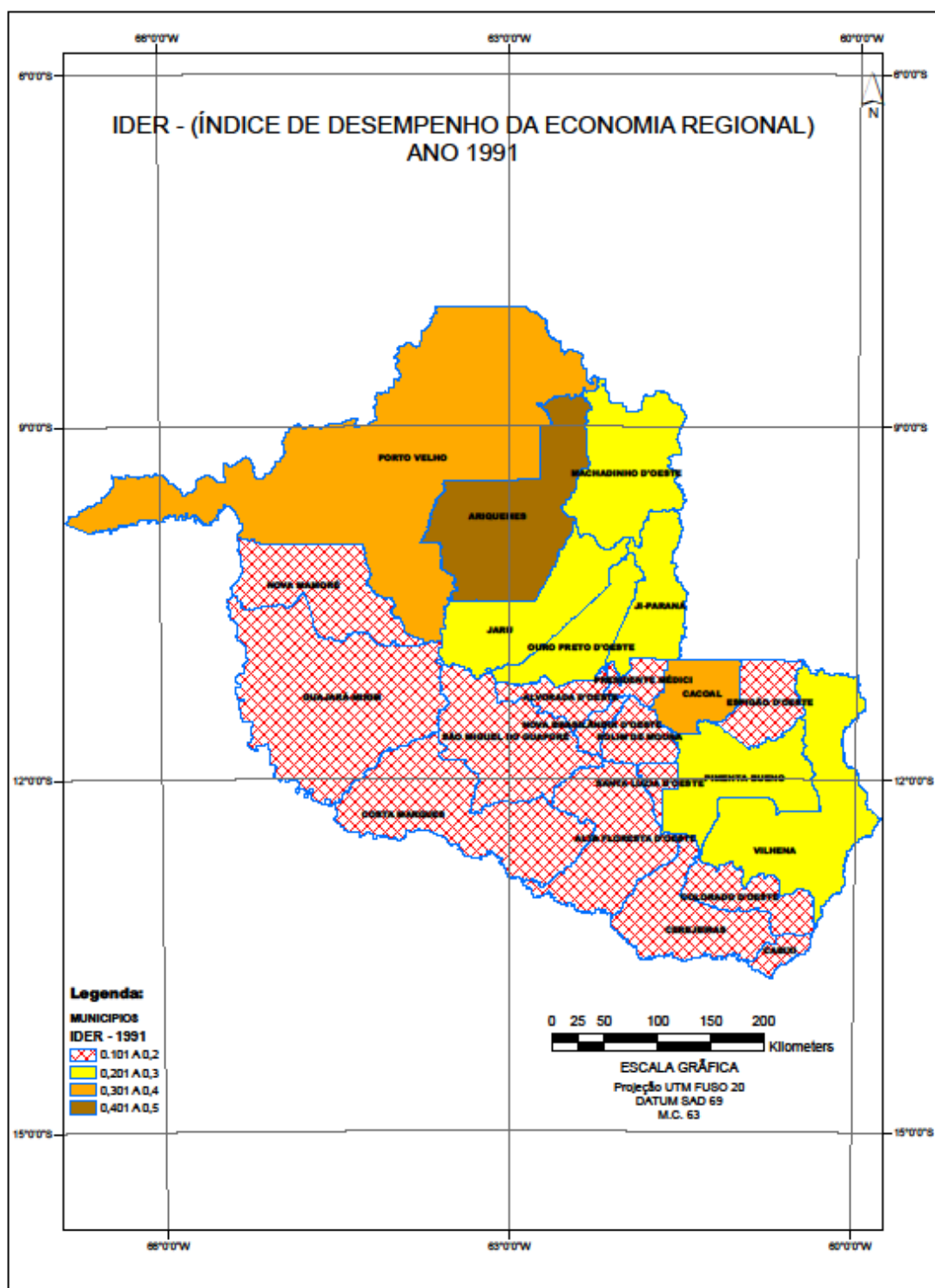
Fonte: Elaboração própria (2011). Com base na informação cartográfica da SEDAM.

Tabela 10 - IDER por município para o ano de 1991

Municípios	IDER 1991
Ariquemes	0,4703
Porto Velho	0,3829
Cacoal	0,3227
Jaru	0,2968
Ouro Preto do Oeste	0,2897
Ji-Paraná	0,2800
Vilhena	0,2635
Pimenta Bueno	0,2432
Machadinho D'Oeste	0,2351
Rolim de Moura	0,1983
Espigão D'Oeste	0,1475
Presidente Médici	0,1461
Colorado do Oeste	0,1456
Alta Floresta D'Oeste	0,1324
Guajará-Mirim	0,1276
São Miguel do Guaporé	0,1242
Nova Mamoré	0,1183
Cerejeiras	0,1123
Santa Luzia D'Oeste	0,1084
Alvorada D'Oeste	0,1071
Nova Brasilândia D'Oeste	0,1057
Costa Marques	0,1037
Cabixi	0,1008

Fonte: Elaboração própria (2011).

Mapa 17 - IDER por município para o ano de 1991



Fonte: Elaboração própria (2011). Com base na informação cartográfica da SEDAM.

5.1.3.3 IDER para o ano de 2000

Para o ano de 2000, verifica-se uma situação de melhora desse parâmetro no Estado. Assim, o município de Cacoal alcança o melhor índice estadual com 0,51. O município de Ji-Paraná, apresenta-se logo em seguida com um índice de 0,48; seguido de Jaru com 0,45; Rolim de Moura e Porto Velho com 0,41 cada um; Ouro Preto do Oeste, Ariquemes e Espigão do Oeste todos com um índice de 0,38; Alta Floresta com 0,37; e Mirante da Serra e Vilhena cada um com um índice de 0,34. Os municípios restantes apresentaram-se com índices abaixo desses valores (Tabela 11 e Mapa 18).

5.1.3.4 IDER para o ano de 2009

A Tabela 12 e Mapa 19, por sua vez, indicam o mesmo quantitativo de municípios com índices acima de 0,34, em relação ao IDER de 2000; porém, em ordem diferente. Nesse caso, observa-se que o município de Porto Velho de 5º índice do último levantamento, passa, agora, a possuir o melhor índice para este parâmetro, neste ano dentre todos os municípios do Estado com 0,57. Em seguida aparece o município de Cacoal com 0,39. E na terceira posição, praticamente com o mesmo patamar, estão os municípios de Nova Mamoré, Machadinho do Oeste e Ji-Paraná todos com um índice na casa de 0,37.

A posição de Nova Mamoré, comprova o grande impacto que esta região teve com o processo de migração durante esse período, que foi sentido na economia regional, principalmente, através da comercialização de madeiras e, posteriormente, com o gado. Porém, ao custo de forte impacto ambiental, levando-o a fazer parte do Arco do Desmatamento em decorrência do emprego do mesmo modelo de produção que se via na década de 1970 na mesorregião Leste Rondoniense com o *shifting cultivation*.

Em relação aos índices verificados para esse período, observa-se que a 4ª posição está praticamente empatada pelos municípios de Buritis, Ouro Preto do Oeste, Ariquemes e Jaru, todos com um índice na faixa de 0,35; os quais são seguidos de perto pelos municípios de Alvorada do Oeste e Espigão do Oeste, ambos com 0,34 de índice.

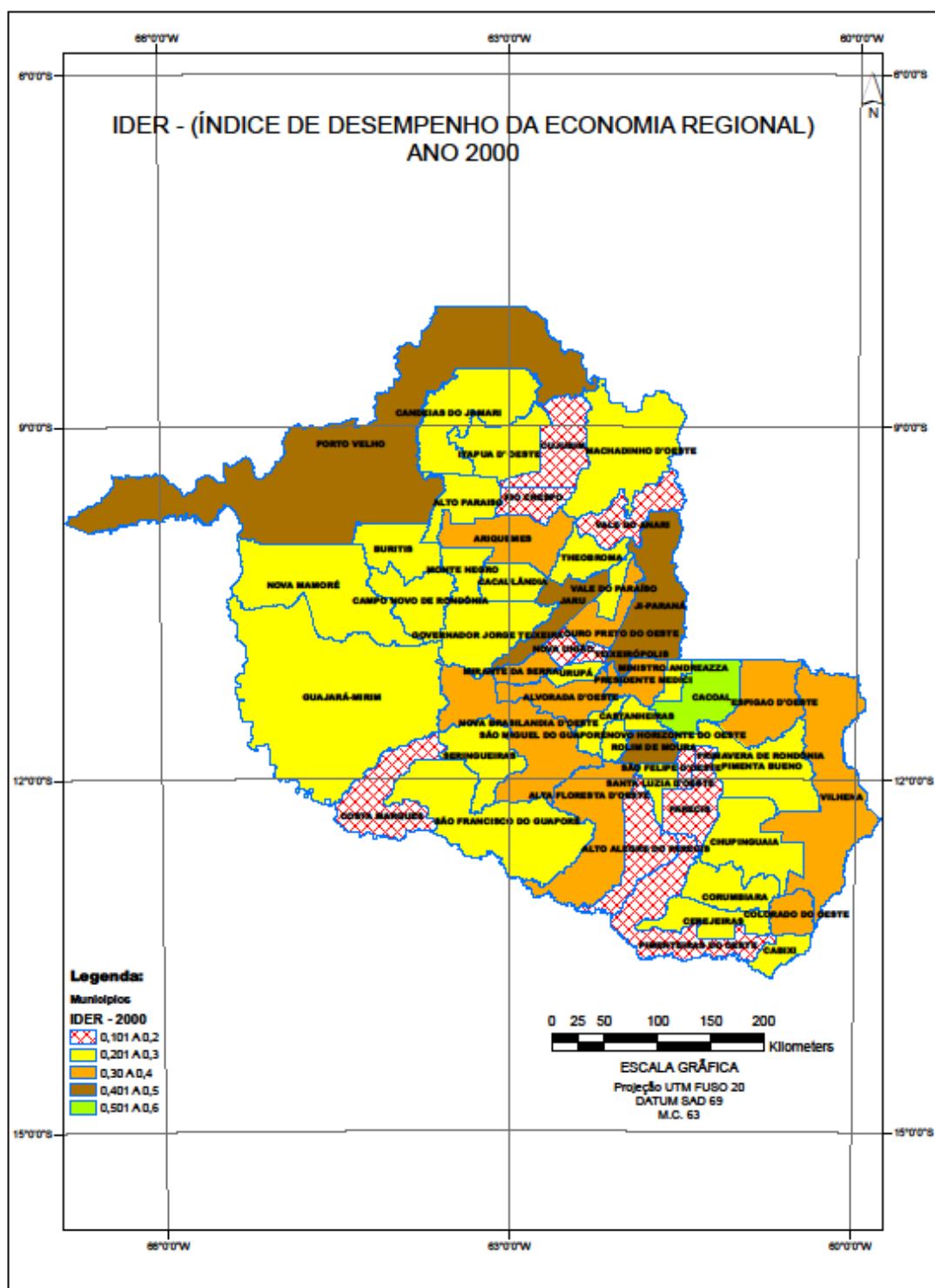
A seguir, serão discutidos os índices para o parâmetro “Qualidade de Vida”, que é o último aspecto a ser evidenciado para o cálculo do índice de desempenho institucional – IDI, objeto de análise deste trabalho, que permitirá analisar o âmago do problema da pesquisa.

Tabela 11 - IDER por município para o ano de 2000

Municípios	IDER 2000
Cacoal	0,5059
Ji-Paraná	0,4764
Jaru	0,4495
Rolim de Moura	0,4107
Porto Velho	0,4107
Ouro Preto do Oeste	0,3832
Ariquemes	0,3764
Espigão D'Oeste	0,3764
Alta Floresta D'Oeste	0,3725
Mirante da Serra	0,3412
Vilhena	0,3411
Alvorada D'Oeste	0,3349
Colorado do Oeste	0,3327
Presidente Médici	0,3247
São Miguel do Guaporé	0,3140
Alto Paraíso	0,2976
Nova Brasilândia D'Oeste	0,2856
Urupá	0,2844
Novo Horizonte do Oeste	0,2719
Candeias do Jamari	0,2716
Itapuã do Oeste	0,2640
Santa Luzia D'Oeste	0,2635
Guajará-Mirim	0,2634
Ministro Andreazza	0,2607
Pimenta Bueno	0,2566
Cabixi	0,2565
Cacaulândia	0,2531
Nova Mamoré	0,2512
Monte Negro	0,2508
Governador Jorge Teixeira	0,2462
Cerejeiras	0,2460
Machadinho D'Oeste	0,2443
Chupinguaia	0,2423
Vale do Paraíso	0,2404
Theobroma	0,2387
Seringueiras	0,2319
Corumbiara	0,2315
Campo Novo de Rondônia	0,2312
São Francisco do Guaporé	0,2246
Castanheiras	0,2238
Buritis	0,2016
Costa Marques	0,1949
Parecis	0,1943
Alto Alegre dos Parecis	0,1881
Rio Crespo	0,1844
Cujubim	0,1806
Pimenteiras do Oeste	0,1746
Teixeirópolis	0,1615
São Felipe D'Oeste	0,1605
Vale do Anari	0,1602
Nova União	0,1577
Primavera de Rondônia	0,1560

Fonte: Elaboração própria (2011).

Mapa 19 - IDER por município para o ano de 2000



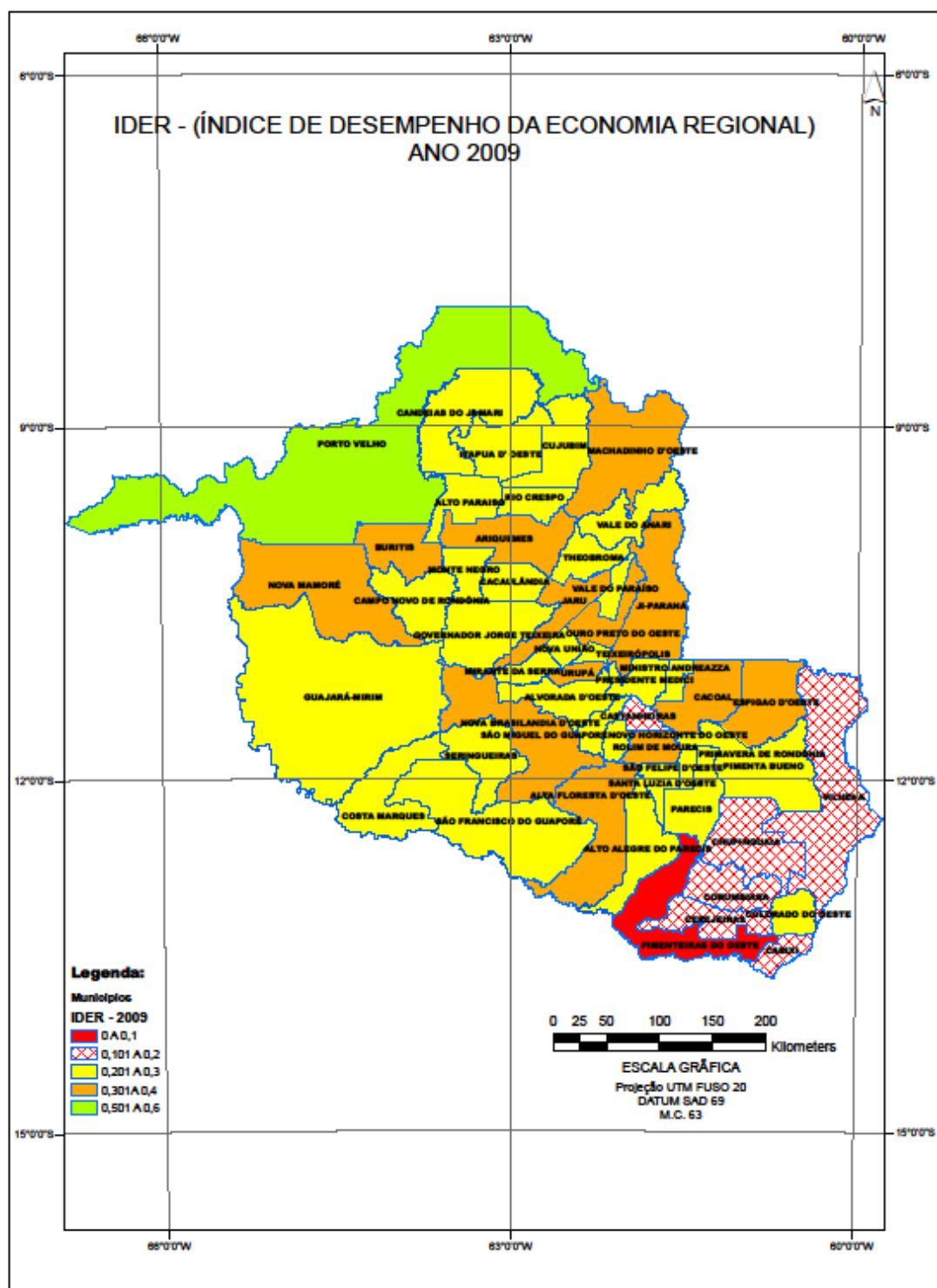
Fonte: Elaboração própria (2011). Com base na informação cartográfica da SEDAM.

Tabela 12 - IDER por município para o ano de 2009

Municípios	IDER 2009
Porto Velho	0,5731
Cacoal	0,3888
Nova Mamoré	0,3720
Machadinho D'Oeste	0,3644
Ji-Paraná	0,3601
Buritis	0,3522
Ouro Preto do Oeste	0,3519
Ariquemes	0,3475
Jaru	0,3462
Alta Floresta D'Oeste	0,3449
Espigão D'Oeste	0,3429
São Miguel do Guaporé	0,3151
Urupá	0,3085
Rolim de Moura	0,3028
Alto Paraíso	0,2973
Vale do Paraíso	0,2873
Monte Negro	0,2868
Campo Novo de Rondônia	0,2815
Guajará-Mirim	0,2783
Mirante da Serra	0,2706
Colorado do Oeste	0,2669
Cujubim	0,2662
Nova União	0,2656
Pimenta Bueno	0,2652
Nova Brasilândia D'Oeste	0,2637
Costa Marques	0,2631
Ministro Andreazza	0,2590
Presidente Médici	0,2587
Governador Jorge Teixeira	0,2554
Alvorada D'Oeste	0,2534
Teixeirópolis	0,2510
Candeias do Jamari	0,2504
Theobroma	0,2496
Alto Alegre dos Parecis	0,2437
Cacaulândia	0,2387
Seringueiras	0,2364
Novo Horizonte do Oeste	0,2332
Vale do Anari	0,2309
São Francisco do Guaporé	0,2255
Santa Luzia D'Oeste	0,2248
São Felipe D'Oeste	0,2220
Rio Crespo	0,2160
Itapuã do Oeste	0,2124
Parecis	0,2086
Primavera de Rondônia	0,2056
Cerejeiras	0,1995
Cabixi	0,1862
Castanheiras	0,1821
Corumbiara	0,1794
Vilhena	0,1775
Chupinguaia	0,1458
Pimenteiras do Oeste	0,0898

Fonte: Elaboração própria (2011).

Mapa 19 - IDER por município para o ano de 2009



Fonte: Elaboração própria (2011). Com base na informação cartográfica da SEDAM.

5.1.4 Índice de desempenho da qualidade de vida, em nível municipal, do Estado de Rondônia

5.1.4.1 IDQV para o ano de 1980

Percebe-se que o município com o maior índice foi Porto Velho, alcançando 0,66. O segundo município com melhor desempenho foi Guajará-Mirim com um índice de 0,48. (Tabela 13). Portanto, isso demonstra que a mesorregião Madeira-Guaporé de fato correspondia à principal região do Estado com grau de urbanização e serviços mais adequados em relação aos outros municípios criados ao longo da BR-364 nesse período. Tal observação, reforça a existência da primeira mudança institucional apontada por este trabalho. Fato, porém, comprovado pelo desempenho dos outros municípios que apresentaram índices próximos de zero, indicando a precária ou quase inexistência de serviços urbanos adequados, que garantisse, com base no que foi estipulado como critério de constituição deste parâmetro, um nível de bem-estar social mais adequado.

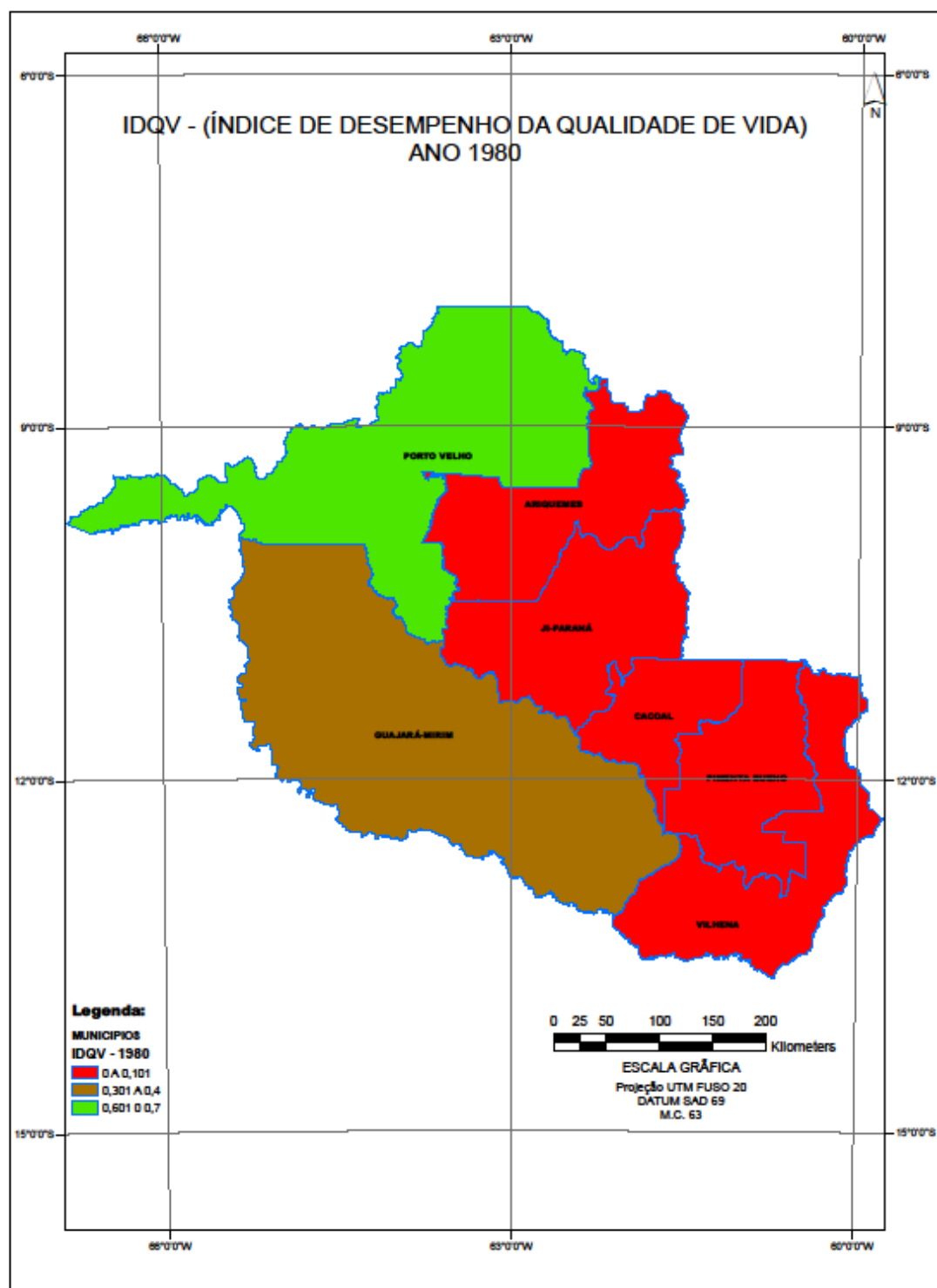
Tabela 13 - IDQV por município para o ano de 1980

Municípios	IDQV 1980
Porto Velho	0,6559
Guajará-Mirim	0,4791
Pimenta Bueno	0,0826
Ji-Paraná	0,0754
Ariquemes	0,0555
Vilhena	0,0351
Cacoal	0,0058

Fonte: Elaboração própria (2011).

Assim, até o ano de 1980, embora tenha passado aproximadamente três anos de criação dos municípios de Pimenta Bueno, Ji-Paraná, Ariquemes, Vilhena e Cacoal, os mesmos demonstravam, a partir destes índices, um nível de desempenho da qualidade de vida bem aquém do observado para Porto Velho e Guajará-Mirim. Isto está relacionado ao aspecto histórico destes últimos ser mais antiga. Contudo, a questão é saber se esta superioridade permanecerá com os levantamentos posteriores diante do que foi evidenciado pela segunda mudança institucional ocorrida, agora, do lado Leste Rondoniense. O Mapa 20 ilustra o desempenho deste índice em relação aos municípios do Estado para o ano de 1980.

Mapa 20 - IDQV por município para o ano de 1980



Fonte: Elaboração própria (2011). Com base na informação cartográfica da SEDAM.

5.1.4.2 IDQV para o ano de 1991

Para este ano, o melhor índice do desempenho da qualidade de vida dentre todos os municípios do Estado foi alcançado por Vilhena com 0,58; embora no mesmo patamar de Porto Velho que vem em segundo. Nota-se, portanto, que em apenas dez anos, muitos municípios tiveram resultados realmente impressionantes, o que reflete o rápido processo de urbanização que marcou a mesorregião Leste Rondoniense. Apesar de um cenário de crise que assolou o Estado de Rondônia nesse período, de forma geral, mesmo assim se evidencia uma melhora significativa dos serviços ligados ao bem-estar social, o que pode ser refletido como um processo de evolução das cidades. Contudo, embora tenha havido melhoria, ainda assim, os mesmos não são altos, o que pode ser traduzido como um descompasso, se relacionado com outros municípios de regiões mais desenvolvidas como os estados do Sul do Brasil, por exemplo (Tabela 14 e Mapa 21). Porém, aqui, serão analisados com base intrarregional que, apesar de atingir índices medianos para baixo, os mesmos permitirão chegar à conclusões mais pautadas na realidade regional e, portanto, suficientes para responder a questão epistemológica da Tese.

5.1.4.3 IDQV para os anos de 2000 e 2009

Pelo que se observa entre os levantamentos de 2000 e 2009, os municípios com faixa de índice mais alta, no patamar de 0,501 a 0,600 (verde claro) teve uma redução de 200% nesse período. Já os municípios dentro da faixa de índice de 0,401 a 0,500 (marrom) apresentou uma estabilização e, em relação aos outros municípios dentro da faixa de 0,301 a 0,400 (laranja), houve um crescimento bastante significativo, representando um aumento de 100% (Tabelas 15 e 16, Mapas 22 e 23).

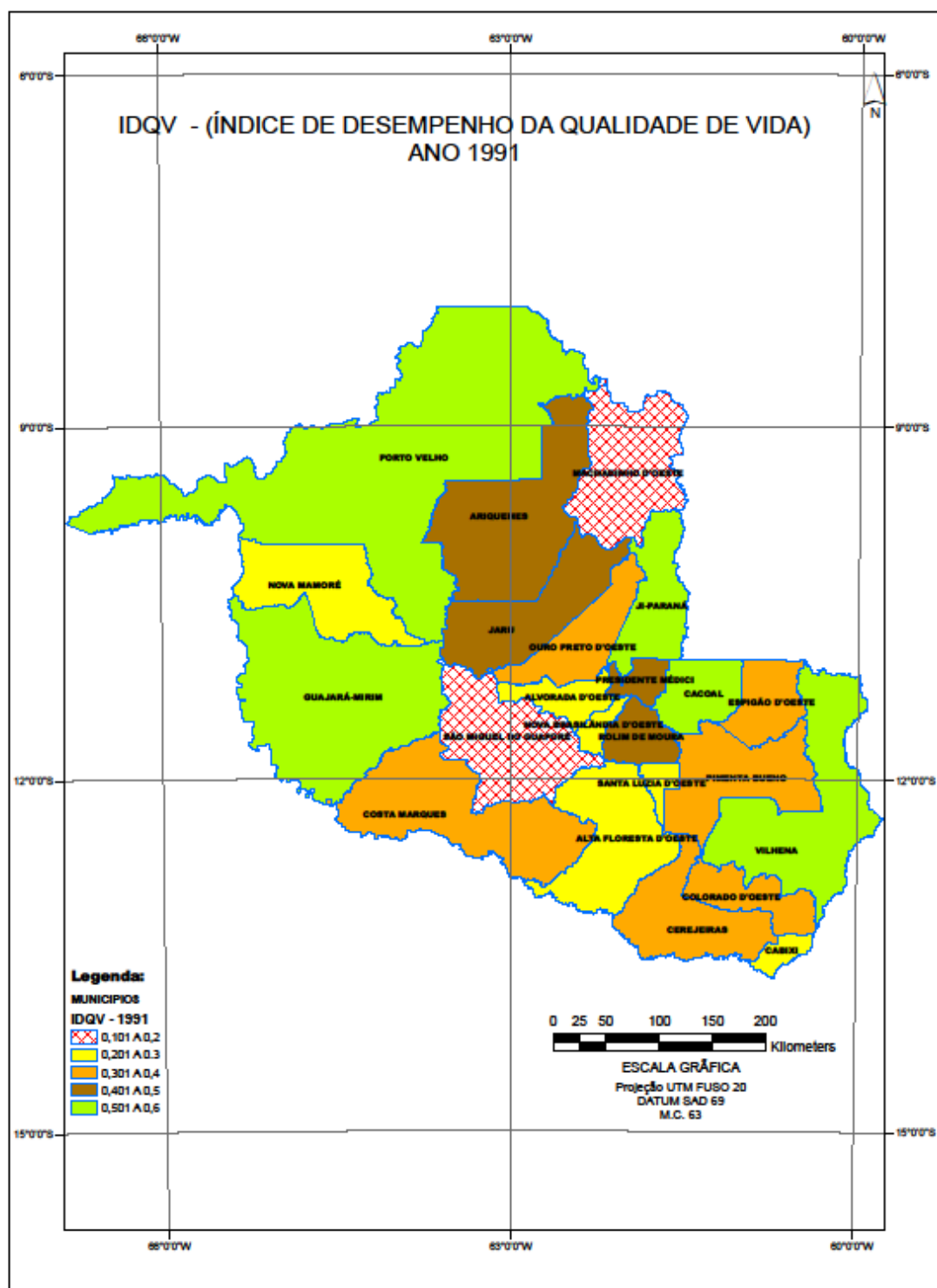
Portanto, verifica-se que houve uma tendência de melhoria para a maioria parte dos municípios do Estado, porém, esta melhoria observada foi acompanhada de uma nítida redução de desempenho deste parâmetro para aqueles municípios que apresentavam índices num patamar mais elevado. Esse fato pode ser interpretado como uma clara indicação de um Estado ainda em formação com carência de infra-estrutura e serviços, mesmo em sua capital, Porto Velho, o que se explica, em parte, pelo baixo a médio desempenho observado.

Tabela 14 - IDQV por município para o ano de 1991

Municípios	IDQV 1991
Vilhena	0,5806
Porto Velho	0,5770
Guajará-Mirim	0,5523
Ji-Paraná	0,5481
Cacoal	0,5059
Rolim de Moura	0,4339
Presidente Médici	0,4204
Ariquemes	0,4117
Jaru	0,4019
Espigão D'Oeste	0,3958
Pimenta Bueno	0,3907
Ouro Preto do Oeste	0,3853
Colorado do Oeste	0,3808
Cerejeiras	0,3751
Costa Marques	0,3510
Cabixi	0,2988
Alta Floresta D'Oeste	0,2988
Nova Mamoré	0,2770
Santa Luzia D'Oeste	0,2654
Alvorada D'Oeste	0,2543
Nova Brasilândia D'Oeste	0,2139
São Miguel do Guaporé	0,1534
Machadinho D'Oeste	0,1352

Fonte: Elaboração própria (2011).

Mapa 21 - IDQV por município para o ano de 1991



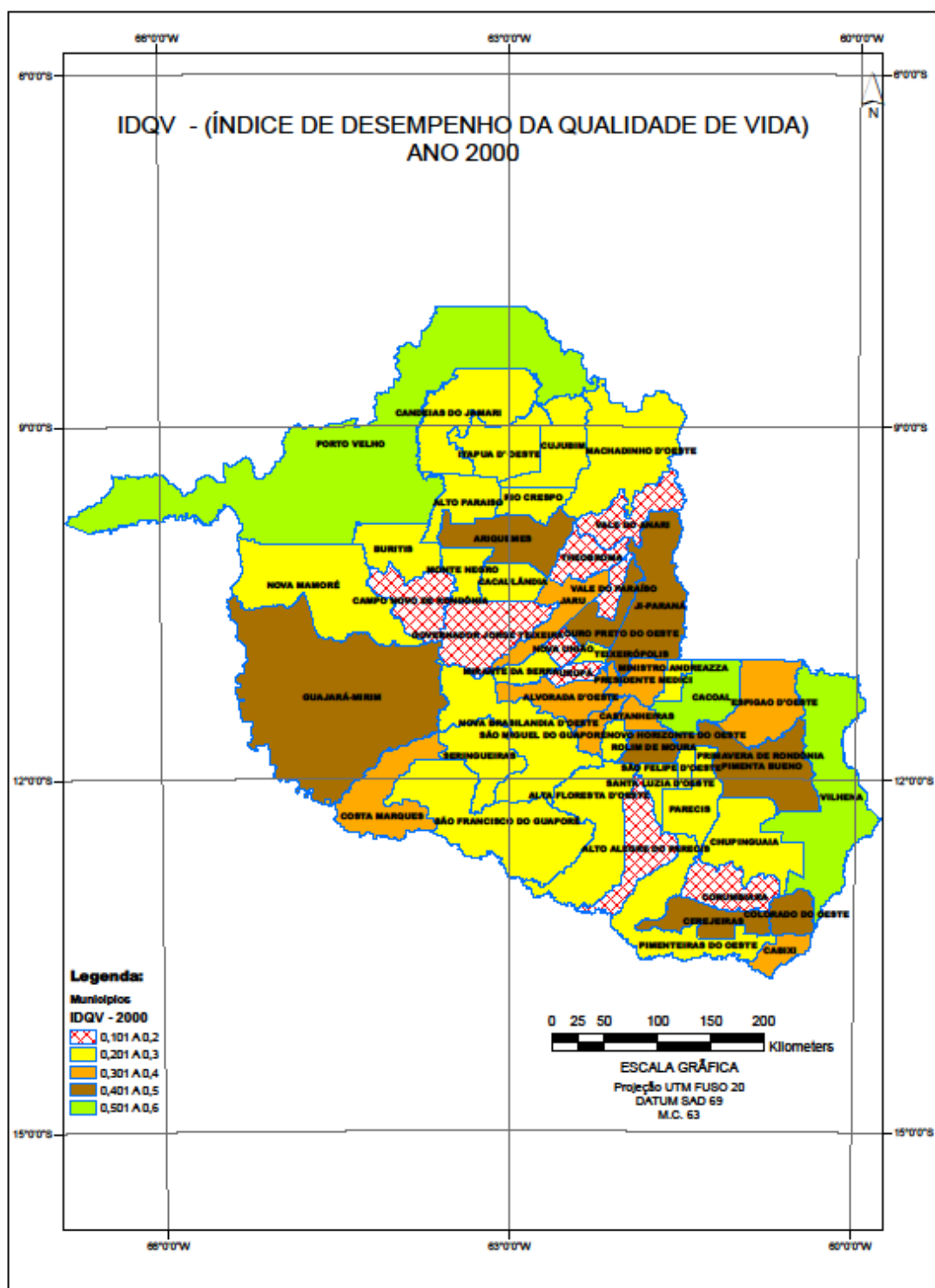
Fonte: Elaboração própria (2011). Com base na informação cartográfica da SEDAM.

Tabela 15 - IDQV por município para o ano de 2000

Municípios	IDQV 2000
Porto Velho	0,5538
Vilhena	0,5396
Cacoal	0,5277
Guajará-Mirim	0,4981
Ji-Paraná	0,4959
Ariquemes	0,4668
Rolim de Moura	0,4632
Pimenta Bueno	0,4608
Colorado do Oeste	0,4582
Ouro Preto do Oeste	0,4369
Cerejeiras	0,4022
Jaru	0,3945
Espigão D'Oeste	0,3716
Presidente Médici	0,3468
Costa Marques	0,3437
Nova Brasilândia D'Oeste	0,3202
Alvorada D'Oeste	0,3165
Cabixi	0,3105
Castanheiras	0,3037
Alta Floresta D'Oeste	0,2989
Santa Luzia D'Oeste	0,2981
Teixeirópolis	0,2899
Pimenteiras do Oeste	0,2864
Primavera de Rondônia	0,2796
Chupinguaia	0,2751
Cacaulândia	0,2717
Itapuã do Oeste	0,2698
Monte Negro	0,2686
Candeias do Jamari	0,2585
Machadinho D'Oeste	0,2568
São Felipe D'Oeste	0,2550
Buritis	0,2534
Rio Crespo	0,2468
São Francisco do Guaporé	0,2444
Mirante da Serra	0,2426
Ministro Andreazza	0,2387
Novo Horizonte do Oeste	0,2333
Nova Mamoré	0,2325
Seringueiras	0,2252
Cujubim	0,2240
Alto Paraíso	0,2104
Parecis	0,2087
São Miguel do Guaporé	0,2085
Nova União	0,2004
Urupá	0,1969
Alto Alegre dos Parecis	0,1804
Vale do Anari	0,1745
Vale do Paraíso	0,1634
Theobroma	0,1627
Campo Novo de Rondônia	0,1601
Corumbiara	0,1544
Governador Jorge Teixeira	0,1475

Fonte: Elaboração própria (2011).

Mapa 22 - IDQV por município para o ano de 2000



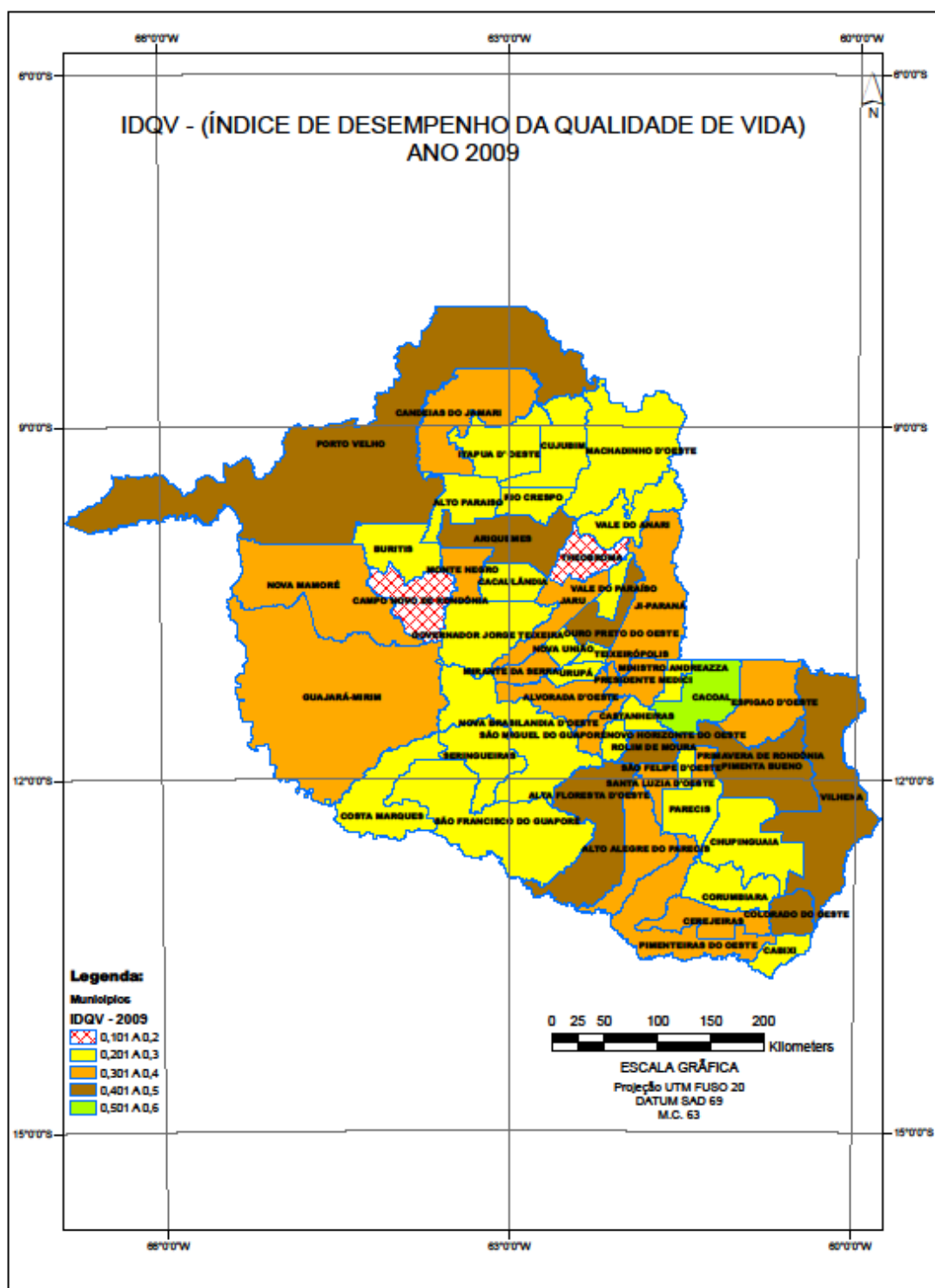
Fonte: Elaboração própria (2011). Com base na informação cartográfica da SEDAM.

Tabela 16 - IDQV por município para o ano de 2009

Municípios	IDQV 2009
Cacoal	0,5103
Ariquemes	0,4939
Colorado do Oeste	0,4637
Rolim de Moura	0,4578
Vilhena	0,4539
Ouro Preto do Oeste	0,4382
Alta Floresta D'Oeste	0,4066
Pimenta Bueno	0,4045
Porto Velho	0,4013
Ji-Paraná	0,3958
Nova Brasilândia D'Oeste	0,3905
Presidente Médici	0,3874
Jaru	0,3861
Guajará-Mirim	0,3803
Cerejeiras	0,3762
Monte Negro	0,3553
Nova Mamoré	0,3496
Candeias do Jamari	0,3483
Alvorada D'Oeste	0,3348
Mirante da Serra	0,3216
Espigão D'Oeste	0,3211
Pimenteiras do Oeste	0,3163
Primavera de Rondônia	0,3082
Santa Luzia D'Oeste	0,3080
Alto Alegre dos Parecis	0,3007
Rio Crespo	0,2986
Buritis	0,2976
Cabixi	0,2929
São Miguel do Guaporé	0,2908
Urupá	0,2901
Alto Paraíso	0,2840
Teixeirópolis	0,2818
Cacaulândia	0,2784
Castanheiras	0,2752
Chupinguaia	0,2749
São Felipe D'Oeste	0,2747
Itapuã do Oeste	0,2729
Novo Horizonte do Oeste	0,2702
Machadinho D'Oeste	0,2675
Seringueiras	0,2660
Vale do Paraíso	0,2599
Costa Marques	0,2495
Parecis	0,2479
Nova União	0,2440
Corumbiara	0,2416
São Francisco do Guaporé	0,2331
Cujubim	0,2330
Vale do Anari	0,2268
Ministro Andreazza	0,2203
Governador Jorge Teixeira	0,2157
Theobroma	0,1938
Campo Novo de Rondônia	0,1886

Fonte: Elaboração própria (2011).

Mapa 23 - IDQV por município para o ano de 2009



Fonte: Elaboração própria (2011). Com base na informação cartográfica da SEDAM.

5.1.5 Índice de desempenho institucional, em nível municipal, do Estado de Rondônia

A seguir serão feitas as análises com base no IDI por município. Este critério será a base para que seja realizada uma análise micro e mesorregional posteriormente.

5.1.5.1 IDI para os anos de 1980 e 1991

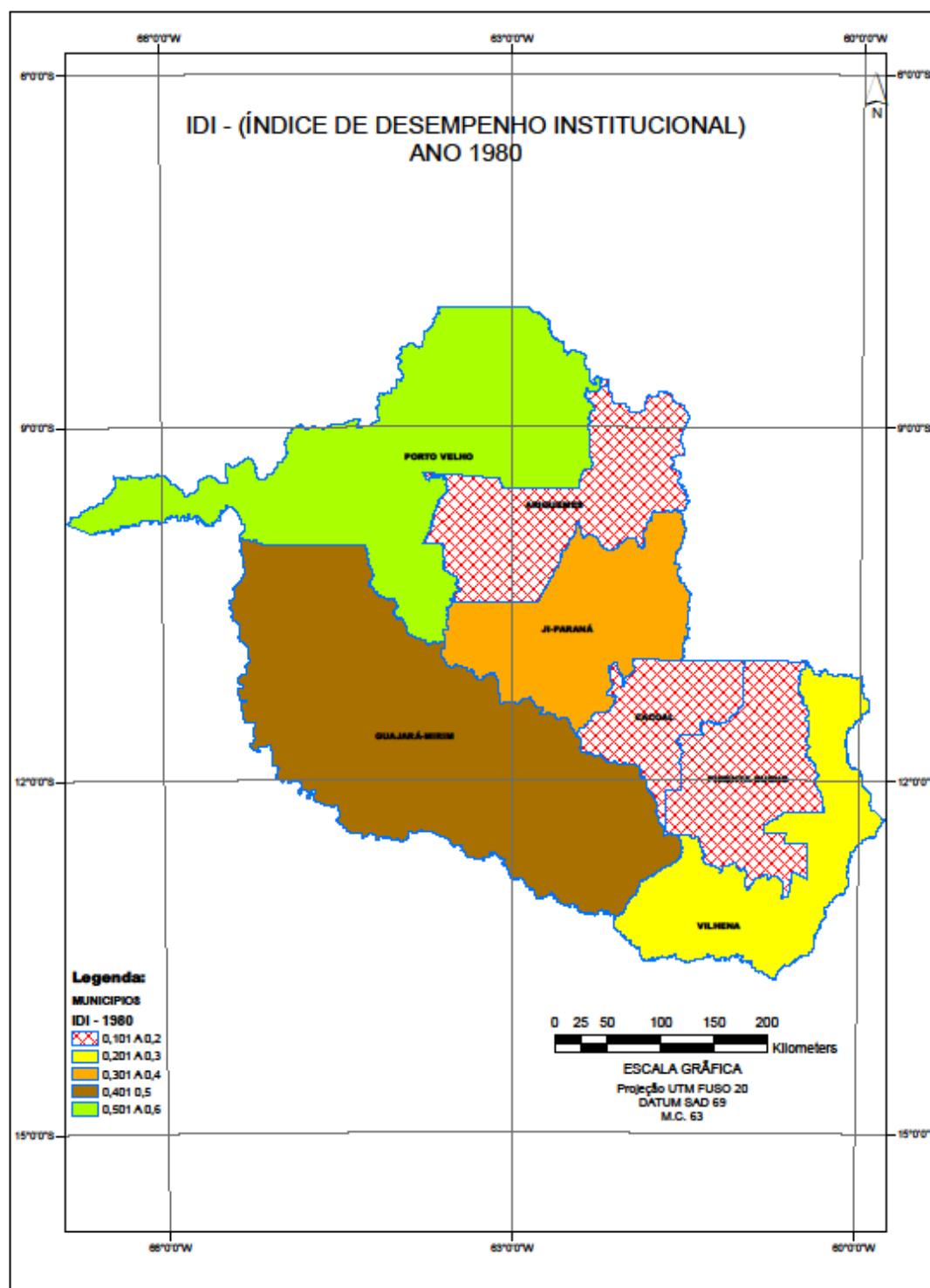
Observa-se, que as posições ocupadas pelos municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim, em 1980, foram mantidas em 1991, configurando-se como os mais altos desse período. Em relação aos municípios de Ariquemes, Cacoal e Pimenta Bueno que situavam na faixa de 0,101 a 0,200 em 1980, sobe, em 1991, duas casas, ficando na faixa de 0,301 a 0,400. Da mesma forma que Vilhena que se situou na faixa de 0,201 a 0,300 em 1980, sobe para a faixa de 0,401 a 0,500, ficando no mesmo patamar de Guajará-Mirim. Esta será a faixa ocupada também por Ji-Paraná em 1991, onde em 1980 apresentava-se na faixa de 0,301 a 0,400. Portanto, ocorreu um nítido processo de crescimento destes municípios da porção Leste Rondoniense em relação aos dois principais municípios da porção Madeira-Guaporé (Tabelas 17 e 18, Mapas 24 e 25).

Tabela 17 - IDI por município para o ano de 1980

Municípios	IDI 1980
Porto Velho	0,5949
Guajará-Mirim	0,4049
Ji-Paraná	0,3596
Vilhena	0,2649
Pimenta Bueno	0,1731
Ariquemes	0,1450
Cacoal	0,1135

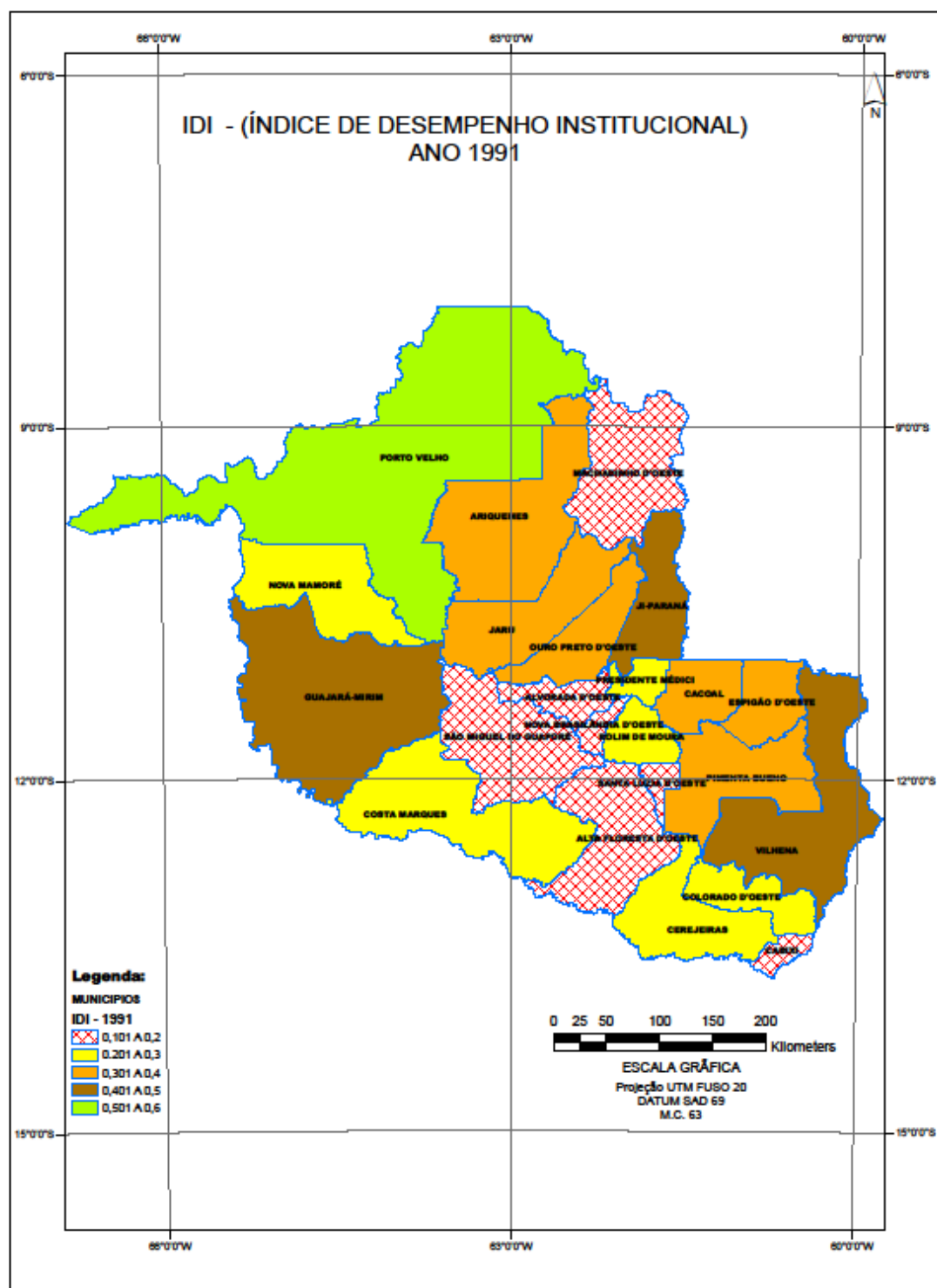
Fonte: Elaboração própria (2011).

Mapa 24 - IDI por município para o ano de 1980



Fonte: Elaboração própria (2011). Com base na informação cartográfica da SEDAM.

Mapa 25 - IDI por município para o ano de 1991



Fonte: Elaboração própria (2011). Com base na informação cartográfica da SEDAM.

Tabela 18 - IDI por município para o ano de 1991

Municípios	IDI 1991
Porto Velho	0,5473
Vilhena	0,4741
Ji-Paraná	0,4490
Guajará-Mirim	0,4312
Cacoal	0,3939
Ariquemes	0,3882
Jaru	0,3433
Ouro Preto do Oeste	0,3331
Pimenta Bueno	0,3222
Espigão D'Oeste	0,3154
Rolim de Moura	0,2977
Presidente Médici	0,2689
Costa Marques	0,2662
Cerejeiras	0,2650
Colorado do Oeste	0,2580
Nova Mamoré	0,2141
Alta Floresta D'Oeste	0,1723
São Miguel do Guaporé	0,1562
Machadinho D'Oeste	0,1526
Cabixi	0,1430
Alvorada D'Oeste	0,1371
Santa Luzia D'Oeste	0,1257
Nova Brasilândia D'Oeste	0,1093

Fonte: Elaboração própria (2011).

5.1.5.2 IDI para os anos de 2000 e 2009

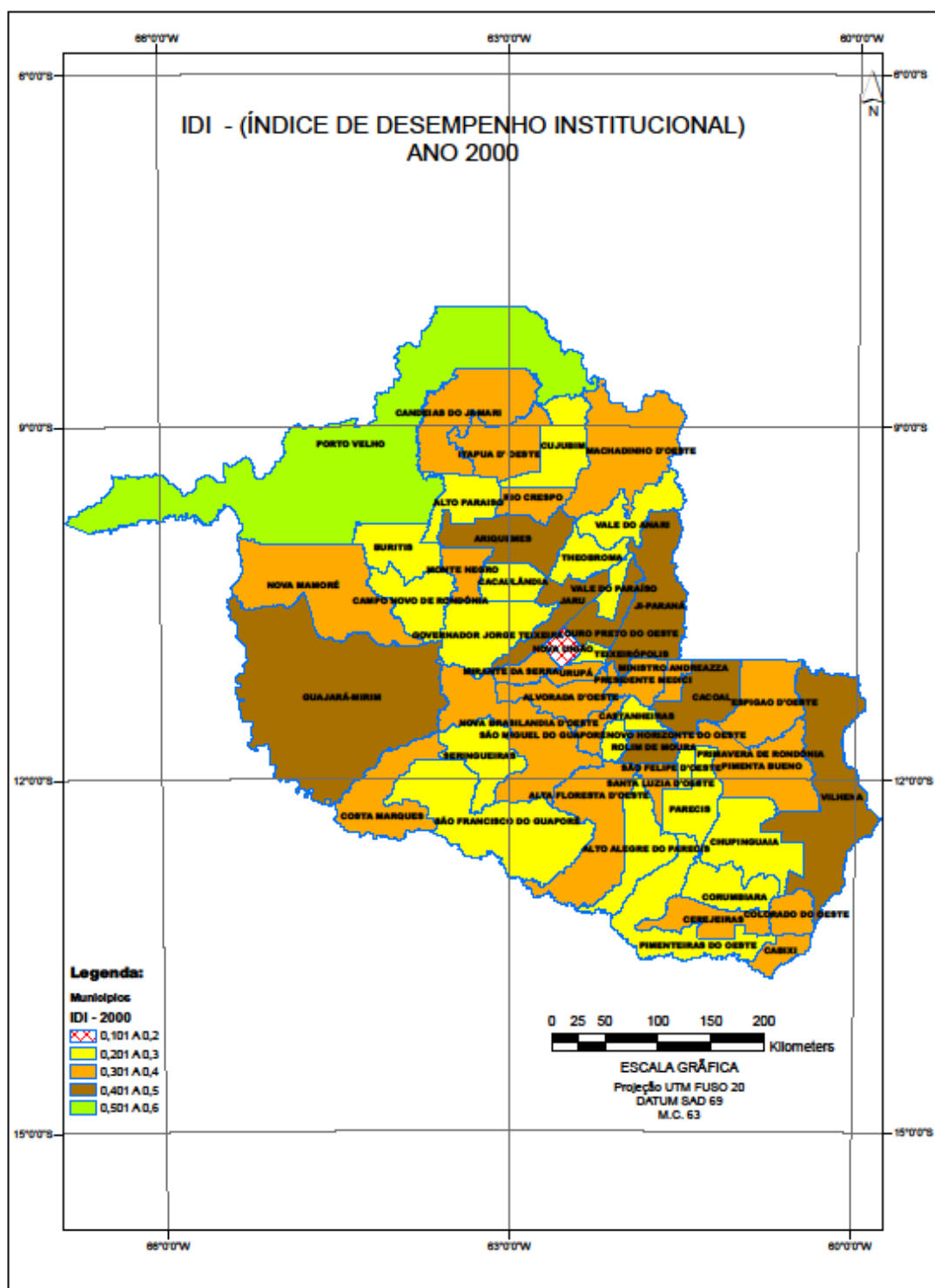
Verifica-se que para o índice de desempenho institucional houve um nítido crescimento na maioria dos municípios, principalmente dentro da faixa de 0,201 a 0,300 e da faixa de 0,301 a 0,400 (Tabelas 19 e 20, Mapas 29 e 30). No caso do primeiro houve um crescimento de 38,10% e de 4,80%, para o segundo. Porém, tal crescimento não foi observado para aqueles municípios que apresentaram índices mais elevados. Para ilustrar esse ponto, basta verificar que para o ano de 2000, havia oito municípios com índices na faixa de 0,401 a 0,500 e em 1991 esse número caiu para zero. Contudo, o município de Porto Velho, que indicou índice na faixa de 0,501 a 0,600 em 2000, permaneceu nesta mesma posição em 2009. Esta performance observada em Porto Velho tende a reforçar a idéia da terceira mudança institucional que possivelmente esteja em andamento no Estado, o qual poderá ser sentida mais fortemente daqui a alguns anos.

Tabela 19 - IDI por município para o ano de 2000

Municípios	IDI 2000
Porto Velho	0,5698
Guajará-Mirim	0,4941
Cacoal	0,4886
Ji-Paraná	0,4734
Vilhena	0,4570
Rolim de Moura	0,4235
Ariquemes	0,4210
Ouro Preto do Oeste	0,4106
Jaru	0,4021
Pimenta Bueno	0,3936
Colorado do Oeste	0,3905
Espigão D'Oeste	0,3684
Alta Floresta D'Oeste	0,3587
Nova Mamoré	0,3571
Machadinho D'Oeste	0,3548
Presidente Médici	0,3519
Costa Marques	0,3473
Cerejeiras	0,3448
Alvorada D'Oeste	0,3430
Mirante da Serra	0,3382
Itapuã do Oeste	0,3311
Candeias do Jamari	0,3242
Nova Brasilândia D'Oeste	0,3180
Santa Luzia D'Oeste	0,3125
São Miguel do Guaporé	0,3125
Monte Negro	0,3104
Rio Crespo	0,3073
Cabixi	0,3027
Ministro Andreazza	0,3009
Urupá	0,3008
Novo Horizonte do Oeste	0,2900
Seringueiras	0,2863
Castanheiras	0,2827
Governador Jorge Teixeira	0,2810
Alto Paraíso	0,2810
Campo Novo de Rondônia	0,2773
Vale do Paraíso	0,2632
Corumbiara	0,2595
Cacaulândia	0,2594
Chupinguaia	0,2571
Pimenteiras do Oeste	0,2462
Theobroma	0,2343
São Francisco do Guaporé	0,2320
Parecis	0,2272
Cujubim	0,2203
Buritis	0,2104
Teixeirópolis	0,2066
Primavera de Rondônia	0,2059
Vale do Anari	0,2044
São Felipe D'Oeste	0,2026
Alto Alegre dos Parecis	0,2010
Nova União	0,1560

Fonte: Elaboração própria (2011).

Mapa 26 - IDI por município para o ano de 2000



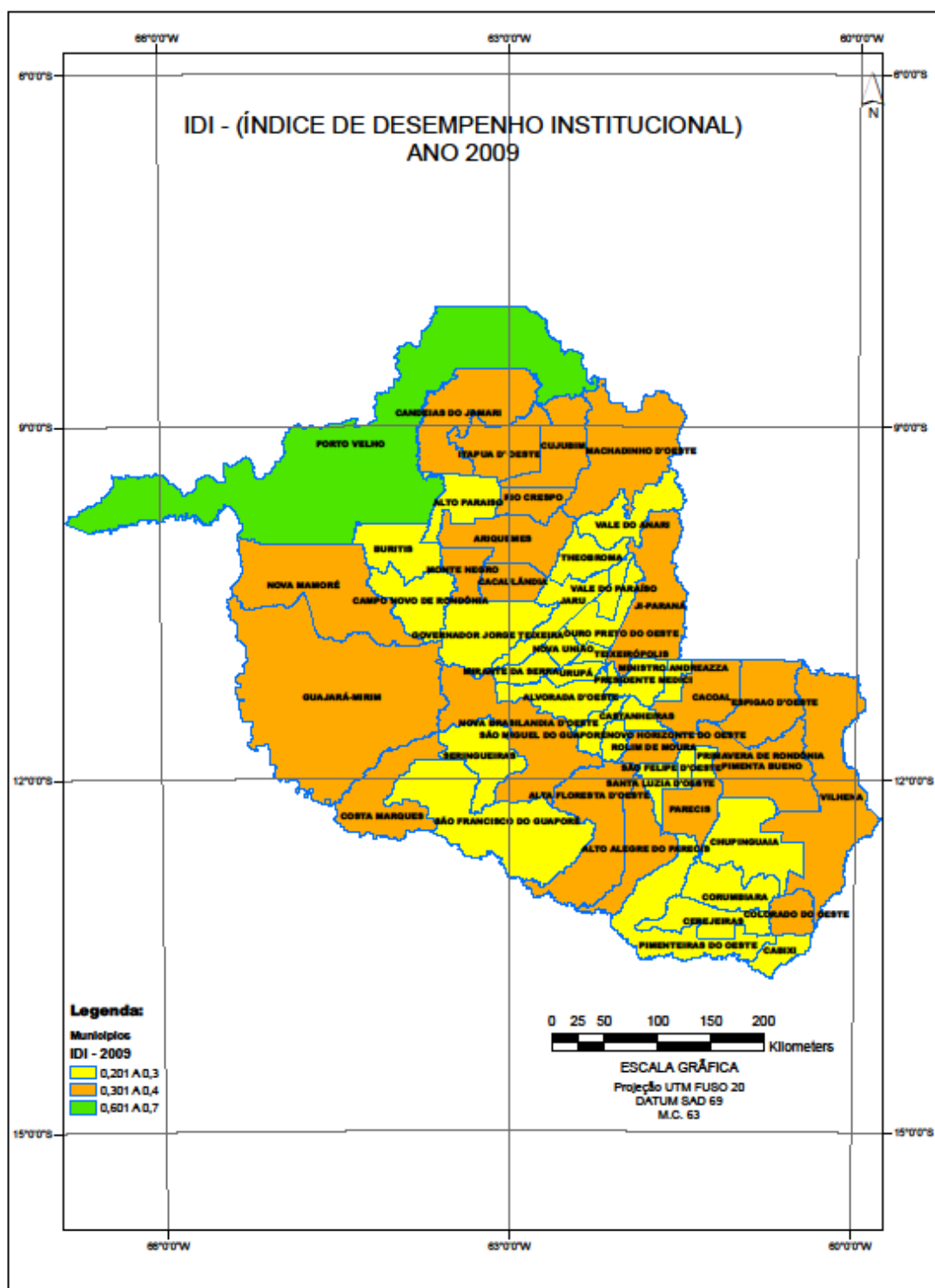
Fonte: Elaboração própria (2011). Com base na informação cartográfica da SEDAM.

Tabela 20 - IDI por município para o ano de 2009

Municípios	IDI 2009
Porto Velho	0,6407
Ariquemes	0,3947
Cacoal	0,3869
Guajará-Mirim	0,3771
Vilhena	0,3749
Ji-Paraná	0,3738
Nova Mamoré	0,3726
Candeias do Jamari	0,3464
Alta Floresta D'Oeste	0,3418
Colorado do Oeste	0,3354
Pimenta Bueno	0,3314
Rio Crespo	0,3268
São Miguel do Guaporé	0,3251
Espigão D'Oeste	0,3246
Rolim de Moura	0,3237
Machadinho D'Oeste	0,3208
Cacaulândia	0,3196
Itapuã do Oeste	0,3149
Cujubim	0,3140
Parecis	0,3111
Monte Negro	0,3071
Alto Alegre dos Parecis	0,3063
Costa Marques	0,3045
Governador Jorge Teixeira	0,2978
Alto Paraíso	0,2973
Ouro Preto do Oeste	0,2960
Buritis	0,2924
Pimenteiras do Oeste	0,2876
Alvorada D'Oeste	0,2868
Seringueiras	0,2847
São Francisco do Guaporé	0,2832
Jaru	0,2815
Nova Brasilândia D'Oeste	0,2801
Mirante da Serra	0,2776
Chupinguaia	0,2720
Castanheiras	0,2715
Vale do Anari	0,2694
Cerejeiras	0,2613
Primavera de Rondônia	0,2593
São Felipe D'Oeste	0,2430
Teixeirópolis	0,2429
Urupá	0,2341
Ministro Andreazza	0,2323
Campo Novo de Rondônia	0,2319
Theobroma	0,2312
Nova União	0,2295
Cabixi	0,2293
Presidente Médici	0,2292
Vale do Paraíso	0,2282
Corumbiara	0,2267
Santa Luzia D'Oeste	0,2176
Novo Horizonte do Oeste	0,2174

Fonte: Elaboração própria (2011).

Mapa 27 - IDI por município para o ano de 2009



Fonte: Elaboração própria (2011). Com base na informação cartográfica da SEDAM.

A seguir, far-se-á uma análise microrregional dos indicadores que compõem o índice de desempenho institucional, porém visto, agora, dentro de uma perspectiva evolutiva para cada parâmetro observado.

5.1.6 Síntese microrregional dos índices: IDCI, IDGA, IDER e IDQV

Sobre esse aspecto, nota-se uma queda significativa da microrregião de Porto Velho ao longo dos anos, principalmente do período de 1980 para 1991. Na microrregião de Guajará-Mirim, também se verifica um mesmo ritmo de queda para esse período, porém, apesar de uma melhora nesse índice de 1991 para 2000, volta a cair bruscamente de 2000 para 2009, o que a leva, neste último período levantado, ao pior índice de capacidade institucional dentre todas as microrregiões do Estado de Rondônia. Por outro lado, observa-se, em geral, um crescimento das outras microrregiões até o ano de 2000, quando houve uma tendência de perda generalizada de capacidade institucional, para o ano de 2009, entre todas as microrregiões (Tabela 21 e Gráfico 65)

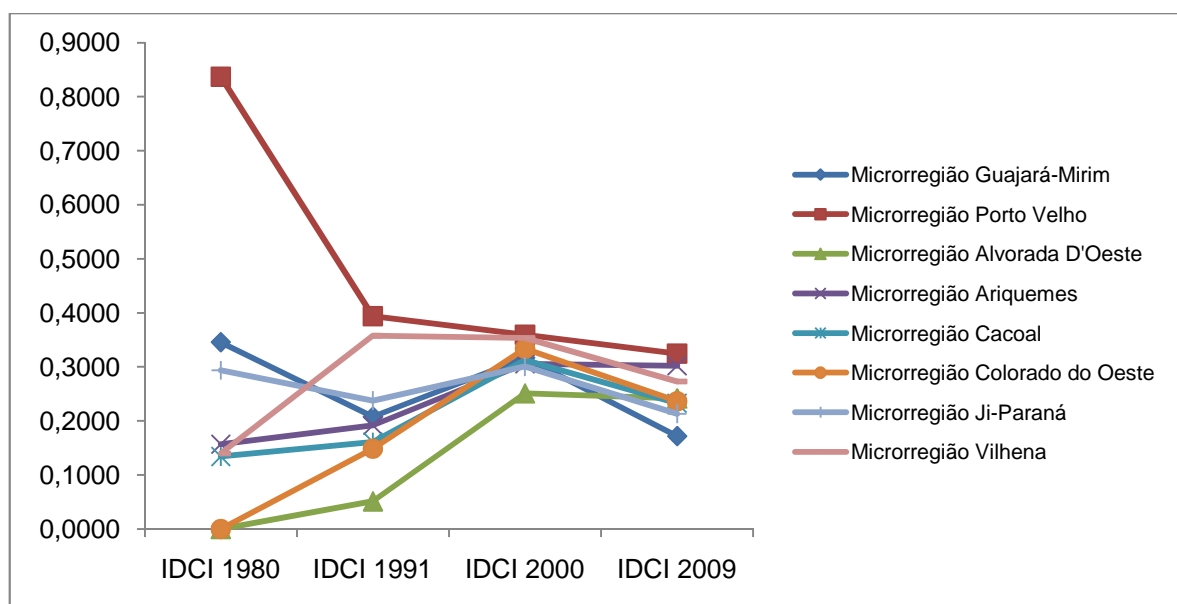
A seguir será abordado o índice de desempenho da gestão ambiental com base na perspectiva microrregional (Tabela 22 e Gráfico 66). Através deles verifica-se que a microrregião de Guajará-Mirim sempre foi colocada como a grande receptora da política ambiental do Estado de Rondônia, desde o primeiro levantamento observado. O município de Porto Velho, por sua vez, passa a se destacar nesse parâmetro, principalmente, a partir de 1991, sendo, porém, intensificado em 2009 quando foi criada mais uma unidade de conservação, em virtude da construção das usinas do rio Madeira.

Tabela 21 - Síntese do índice IDCI por microrregião para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2009

Microrregiões	IDCI 1980	IDCI 1991	IDCI 2000	IDCI 2009
Microrregião Guajará-Mirim	0,3455	0,2076	0,3166	0,1719
Microrregião Porto Velho	0,8370	0,3939	0,3593	0,3247
Microrregião Alvorada D'Oeste	0,0000	0,0512	0,2509	0,2416
Microrregião Ariquemes	0,1569	0,1917	0,3057	0,3020
Microrregião Cacoal	0,1341	0,1610	0,3124	0,2328
Microrregião Colorado do Oeste	0,0000	0,1486	0,3335	0,2362
Microrregião Ji-Paraná	0,2936	0,2377	0,3006	0,2135
Microrregião Vilhena	0,1397	0,3578	0,3536	0,2730

Fonte: Elaboração própria (2011).

Gráfico 65 - Síntese do índice IDCI por microrregião para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2009



Fonte: Elaboração própria (2011).

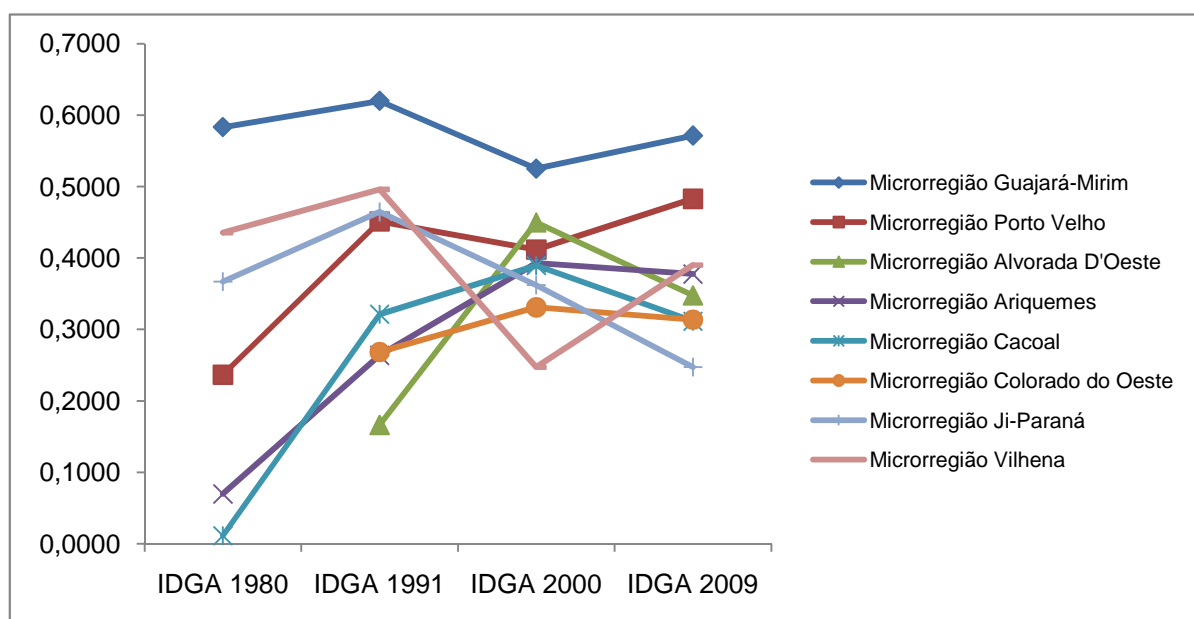
Tabela 22 - Síntese do índice IDGA por microrregião para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2009

Microrregiões	IDGA 1980	IDGA 1991	IDGA 2000	IDGA 2009
Microrregião Guajará-Mirim	0,5831	0,6199	0,5250	0,5712
Microrregião Porto Velho	0,2365	0,4512	0,4117	0,4828
Microrregião Alvorada D'Oeste		0,1661	0,4497	0,3475
Microrregião Ariquemes	0,0697	0,2637	0,3930	0,3775
Microrregião Cacoal	0,0112	0,3212	0,3893	0,3113
Microrregião Colorado do Oeste		0,2682	0,3309	0,3135
Microrregião Ji-Paraná	0,3669	0,4645	0,3622	0,2473
Microrregião Vilhena	0,4353	0,4958	0,2471	0,3900

Fonte: Elaboração própria (2011).

Pelo Gráfico 66, em especial, nota-se que a microrregião de Ji-Paraná apresentou o pior índice de gestão ambiental entre todas as microrregiões do Estado.

Gráfico 66 - Síntese do índice IDGA por microrregião para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2009



Fonte: Elaboração própria (2011).

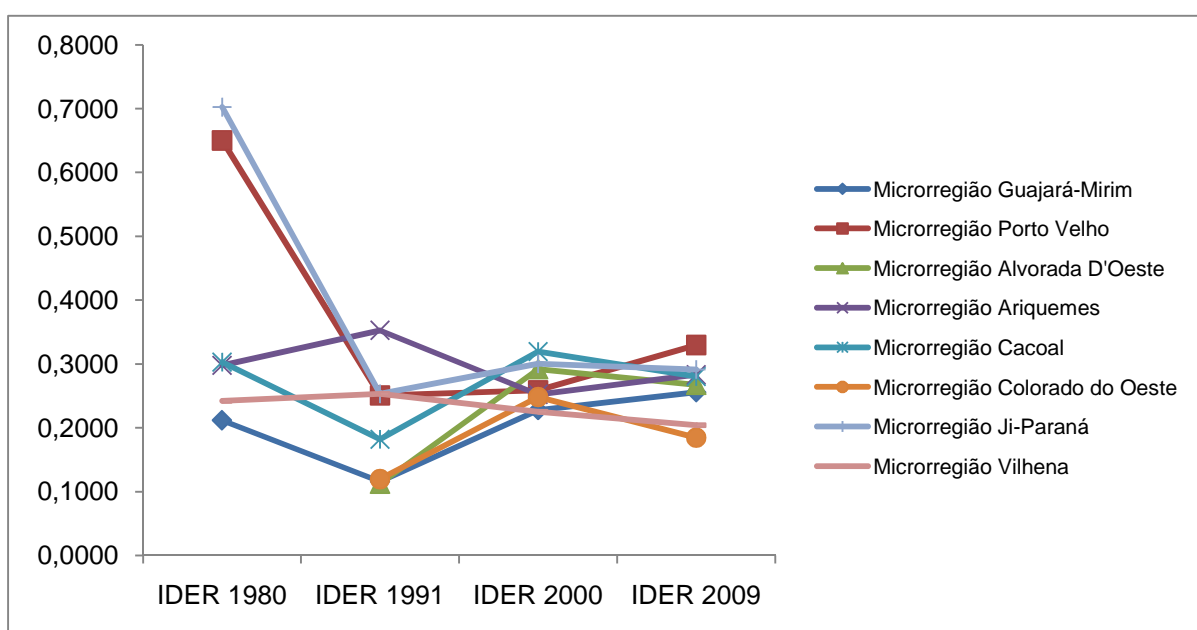
A seguir será analisado o índice de desempenho microrregional da economia regional para o período observado. Na Tabela 23 e Gráfico 67, pode-se evidenciar a performance deste parâmetro ao longo dos anos. Assim, observa-se que tanto a microrregião de Ji-Paraná como a de Porto Velho sofreram drasticamente com o processo de crise que abalou o Estado no período da transição de Território Federal de Rondônia para a condição de Estado de Rondônia. Com isso, merece destacar as microrregiões de Porto Velho e de Guajará-Mirim para o ano de 2009, enquanto que as demais microrregiões, em geral, apresentaram uma situação de queda no período de 2000 para 2009, podendo ser reflexo das atividades agropecuárias vindas do Leste Rondoniense em direção ao Madeira-Guaporé. Em tese, por se tratar de terras “novas”, portanto, ainda ricas do ponto de vista físico-químico do solo, que acabam oferecendo um atrativo para a migração em direção a esta porção do Estado.

Tabela 23 - Síntese do índice IDER por microrregião para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2009

Microrregiões	IDER 1980	IDER 1991	IDER 2000	IDER 2009
Microrregião Guajará-Mirim	0,2118	0,1157	0,2277	0,2556
Microrregião Porto Velho	0,6501	0,2506	0,2587	0,3297
Microrregião Alvorada D'Oeste		0,1124	0,2916	0,2672
Microrregião Ariquemes	0,2980	0,3527	0,2524	0,2831
Microrregião Cacoal	0,3029	0,1819	0,3193	0,2803
Microrregião Colorado do Oeste		0,1196	0,2483	0,1843
Microrregião Ji-Paraná	0,7024	0,2531	0,3004	0,2913
Microrregião Vilhena	0,2421	0,2533	0,2251	0,2041

Fonte: Elaboração própria (2011).

Gráfico 67 - Síntese do índice IDER por microrregião para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2009



Fonte: Elaboração própria (2011).

O próximo e último parâmetro a ser analisado é o índice de desempenho da qualidade de vida (Tabela 24 e a Gráfico 68). Observa-se, desse modo, que o índice de qualidade de vida das microrregiões de Porto Velho e Guajará-Mirim apresentaram tendência constante de queda durante todo o período, o que demonstra, com isso, que estas microrregiões ficaram praticamente desassistidas pelo Governo, em detrimento de outras microrregiões do Estado. Isso reforça a análise anterior de que o processo de melhoria do Estado, em alguns aspectos observados, foi decorrente da piora da situação daqueles que

estavam em melhor condição. Por outro lado, tal aspecto comprova o efeito da segunda mudança institucional evidenciada pela pesquisa que mudou o eixo de desenvolvimento para a porção Leste Rondoniense em decorrência do “abandono” das antigas microrregiões mais prósperas do Estado ligadas a mesorregião Madeira-Guaporé. E este aspecto é bem evidente quando se analisa o município de Guajará-Mirim que, durante a década de 1970, ganhou um “apelido” carinhoso de a “a Pérola do Mamoré”, com suas avenidas largas, formando quadrados perfeitos de 100m x 100m, infra-estrutura invejável para época, o que justificava tal “apelido”. Contudo, hoje, esta realidade é bem diferente. Em relação à microrregião de Porto Velho que apresentou um crescimento para o último período levantado, somente reforça a evidência da terceira mudança institucional em curso no Estado de Rondônia.

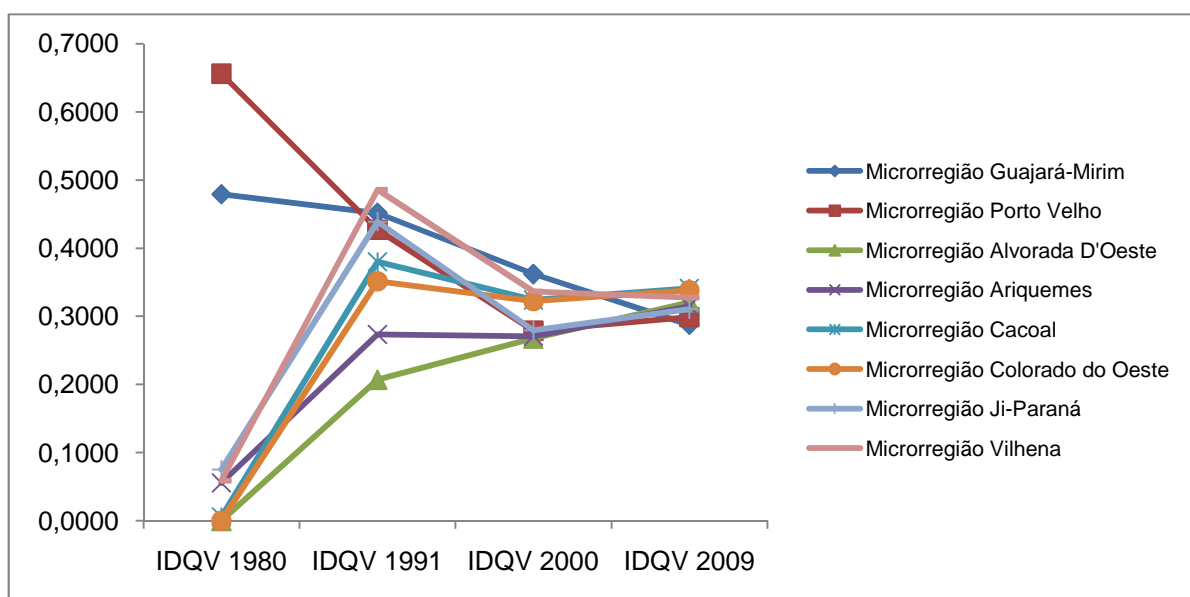
Tabela 24 - Síntese do índice IDQV por microrregião para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2009

Microrregiões	IDQV 1980	IDQV 1991	IDQV 2000	IDQV 2009
Microrregião Guajará-Mirim	0,4791	0,4517	0,3621	0,2876
Microrregião Porto Velho	0,6559	0,4270	0,2789	0,2987
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	0,2072	0,2676	0,3205
Microrregião Ariquemes	0,0555	0,2735	0,2708	0,3149
Microrregião Cacoal	0,0058	0,3800	0,3240	0,3411
Microrregião Colorado do Oeste	-	0,3516	0,3223	0,3381
Microrregião Ji-Paraná	0,0754	0,4389	0,2798	0,3104
Microrregião Vilhena	0,0589	0,4856	0,3365	0,3274

Fonte: Elaboração própria (2011).

Em relação às demais microrregiões, observa-se um rápido crescimento neste índice de 1980 para 1991, portanto, evidenciando o rápido processo de urbanização em função dos projetos de desenvolvimento idealizados e implementados na região. De 1991 para 2000, essa situação se agrava em todo o Estado, fato que coincide com a crise do programa PLANAFLORO na região, dando sinais de recuperação entre os anos de 2000 e 2009.

Gráfico 68 - Síntese do índice IDQV por microrregião para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2009



Fonte: Elaboração própria (2011).

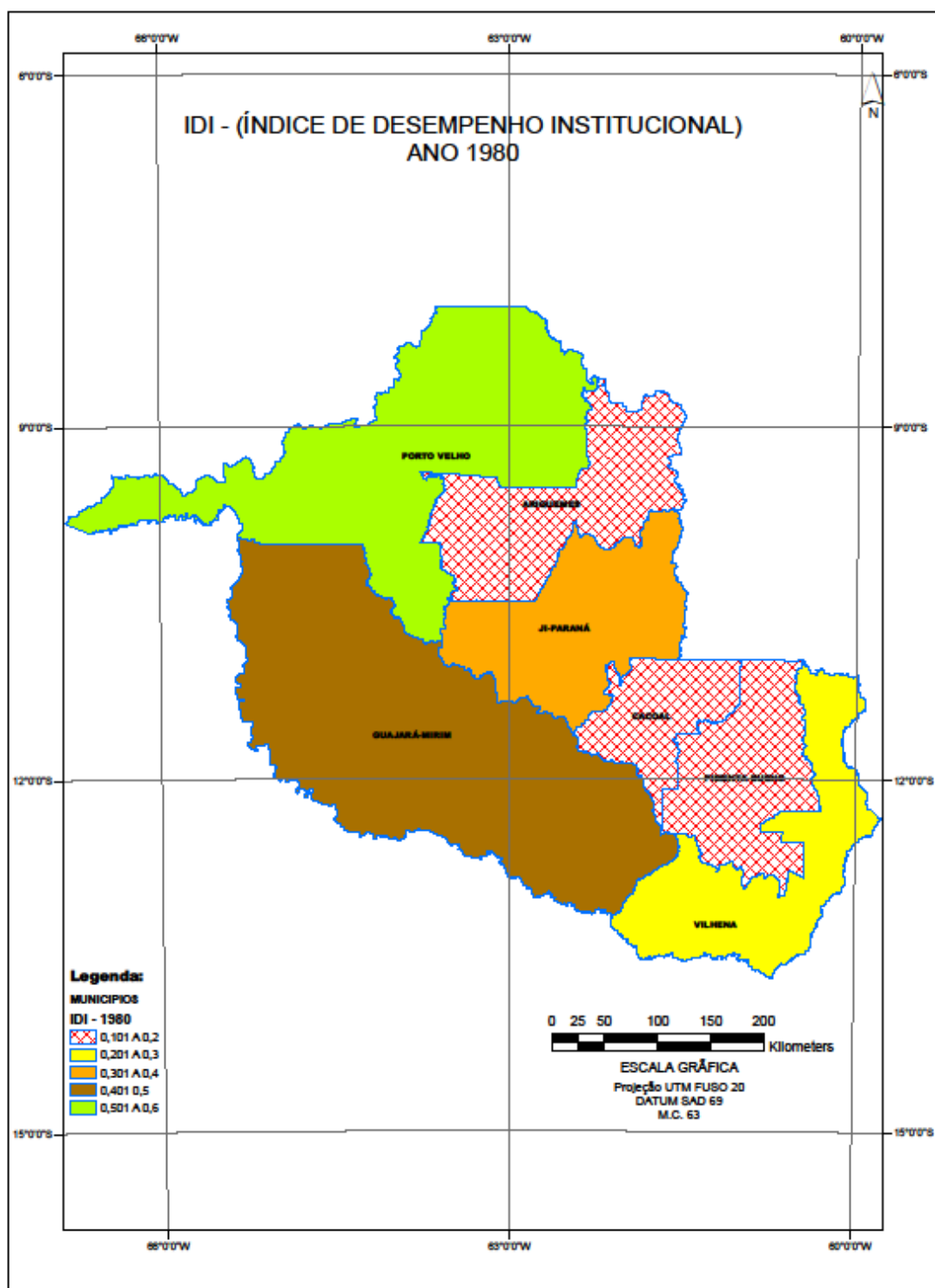
A seguir, se abordará o efeito do IDI ao longo do período estudado, fruto da relação dos parâmetros vistos anteriormente.

5.1.7 Síntese microrregional do IDI

Os Mapas 28 a 31, a Tabela 25 e a Gráfico 69, ilustram esse aspecto. Com isso, estamos a um passo de responder o cerne do problema da pesquisa. Esse procedimento é fundamental para se estabelecer a trajetória seguida pelo autor na construção do conhecimento científico atrelado a esta linha teórica.

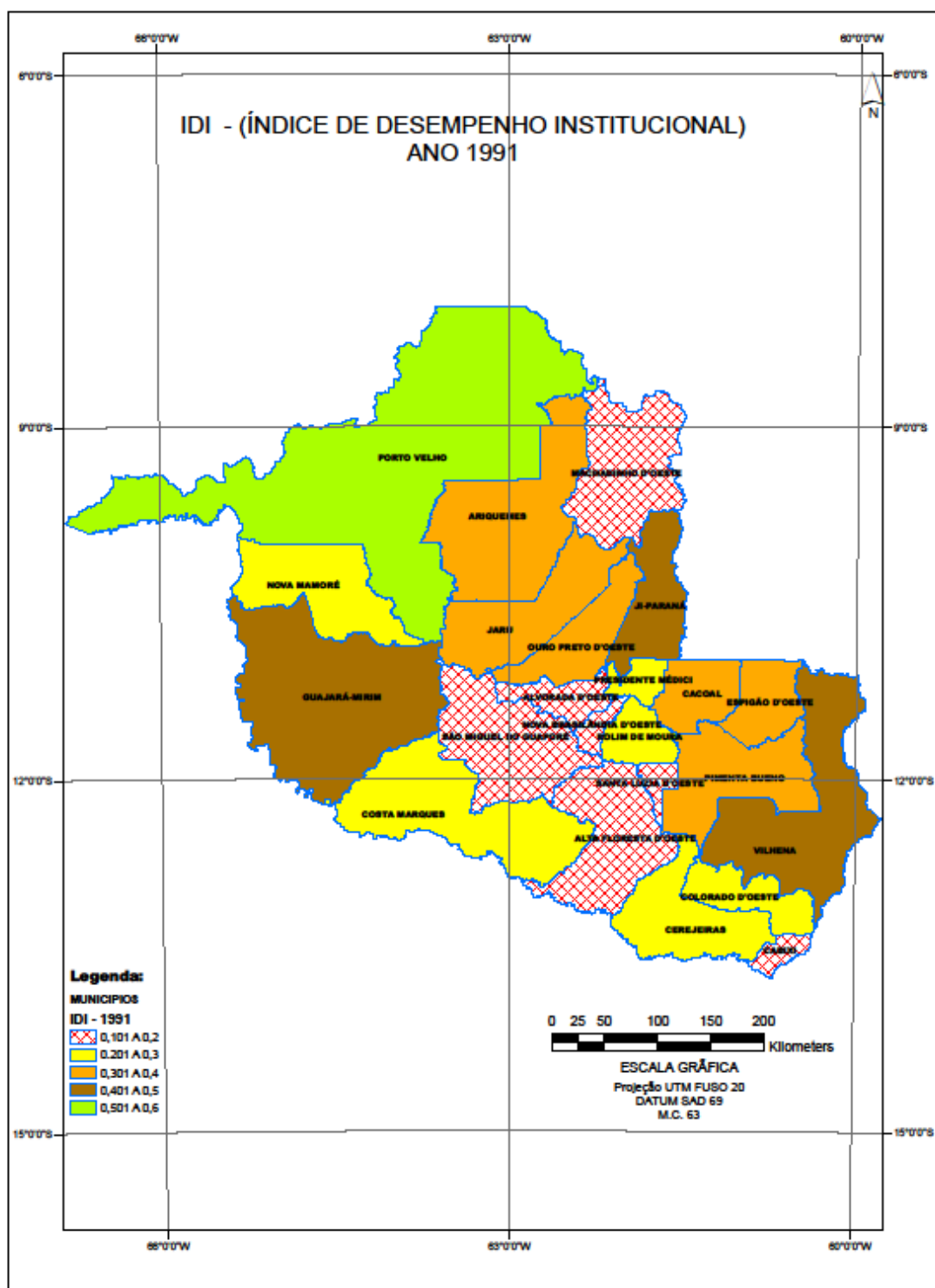
Com base nestas informações, é possível verificar que o maior efeito se fez presente na microrregião de Porto Velho, ao mostrar-se altamente impactada, negativamente, ao longo desse processo, dando sinais de recuperação no último período observado. A microrregião de Guajará-Mirim, por sua vez, demonstrou uma tendência menos acentuada de queda, porém, ela se fez presente durante todo o período, fato agravado em 2009. As demais microrregiões, portanto, apresentaram uma tendência inicialmente alta de crescimento, porém, depois de passar por um período de estabilidade entre 1991 e 2000, chegam em 2009 numa situação que, no geral, indica uma ligeira queda de seu desempenho institucional.

Mapa 28 - Síntese do IDI por microrregião para o ano de 1980



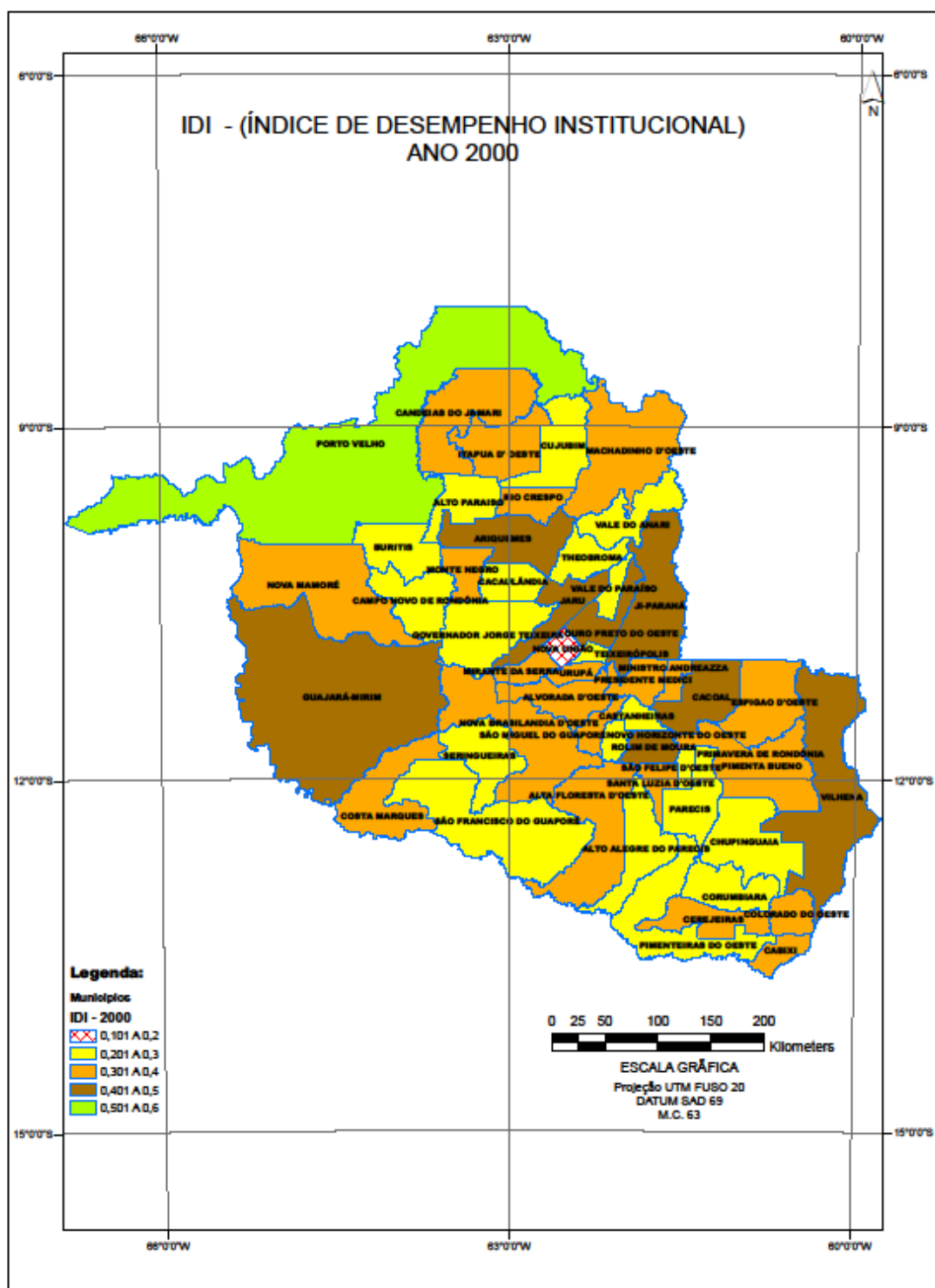
Fonte: Elaboração própria (2011). Com base na informação cartográfica da SEDAM.

Mapa 29 - Síntese do IDI por microrregião para o ano de 1991



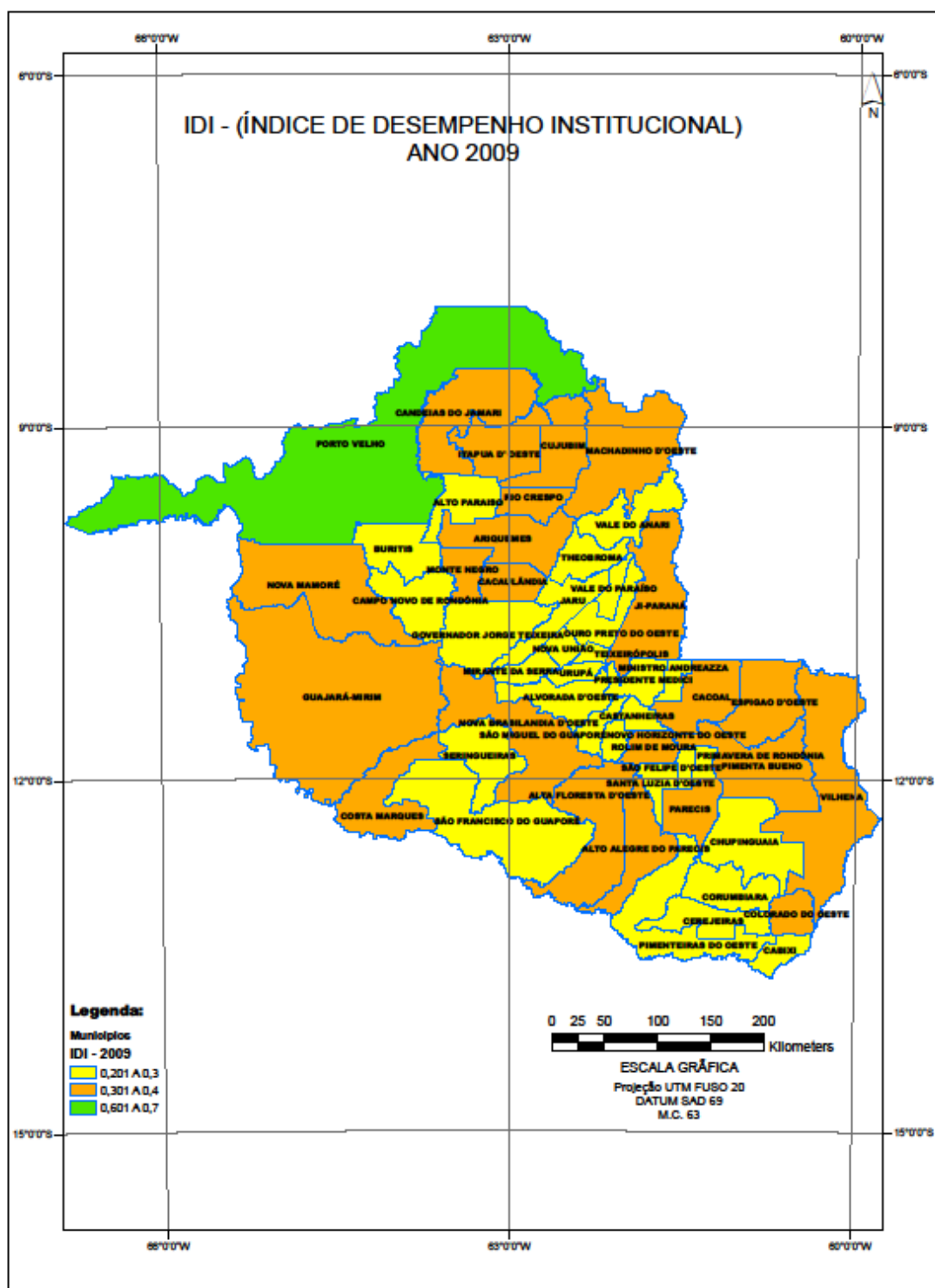
Fonte: Elaboração própria (2011). Com base na informação cartográfica da SEDAM.

Mapa 30 - Síntese do IDI por microrregião para o ano de 2000



Fonte: Elaboração própria (2011). Com base na informação cartográfica da SEDAM.

Mapa 31 - Síntese do IDI por microrregião para o ano de 2009



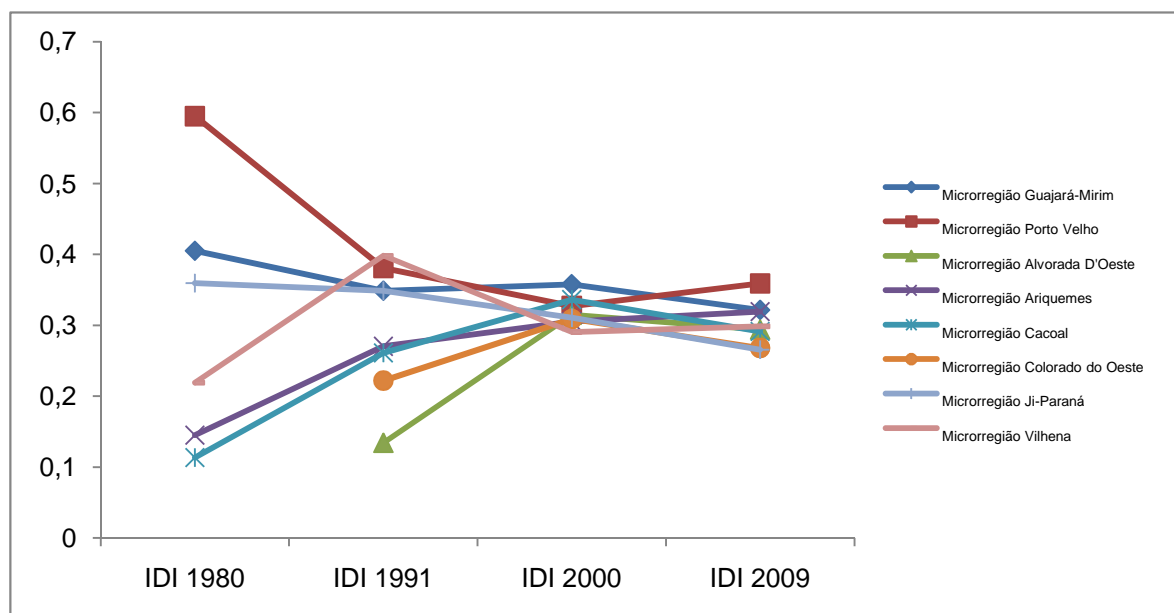
Fonte: Elaboração própria (2011). Com base na informação cartográfica da SEDAM.

Tabela 25 - Síntese do IDI por microrregião para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2009

Microrregiões	IDI 1980	IDI 1991	IDI 2000	IDI 2009
Microrregião Guajará-Mirim	0,404865	0,348697	0,357818	0,321595
Microrregião Porto Velho	0,594902	0,380677	0,327158	0,358983
Microrregião Alvorada D'Oeste		0,134215	0,314952	0,294184
Microrregião Ariquemes	0,145007	0,270392	0,305464	0,31938
Microrregião Cacoal	0,113509	0,260998	0,336246	0,291358
Microrregião Colorado do Oeste		0,221979	0,308749	0,268035
Microrregião Ji-Paraná	0,359579	0,348564	0,310735	0,265615
Microrregião Vilhena	0,219012	0,39816	0,29056	0,298631

Fonte: Elaboração própria (2011).

Gráfico 69 - Síntese do IDI por microrregião para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2009



Fonte: Elaboração própria (2011).

5.1.8 Síntese mesorregional do IDI

Os resultados podem ser vistos pela Tabela 26 e Mapas 32 a 35, com base neles se percebe que o processo de crescimento do desempenho institucional do Estado de Rondônia foi mais evidente na sua porção Leste Rondoniense em relação à mesorregião Madeira-Guaporé, que apresentou uma tendência de queda durante todo o período. A faixa, porém, superior da mesorregião Madeira-Guaporé demonstra o quão evoluído estava esta porção do Estado em relação à porção Leste Rondoniense, contudo, reservada a devida proporção em relação as outras regiões mais desenvolvidas do país que indicariam em ambas as

mesorregiões rondonienses um nível baixo de desenvolvimento, porém, este resultado, para efeito deste trabalho, é suficiente para indicar que se tratava de uma região mais dinâmica antes de se evidenciar a mudança do eixo de desenvolvimento para a BR-364, o que fortalece, ainda mais, a existência da primeira mudança institucional nesta porção do Estado de Rondônia.

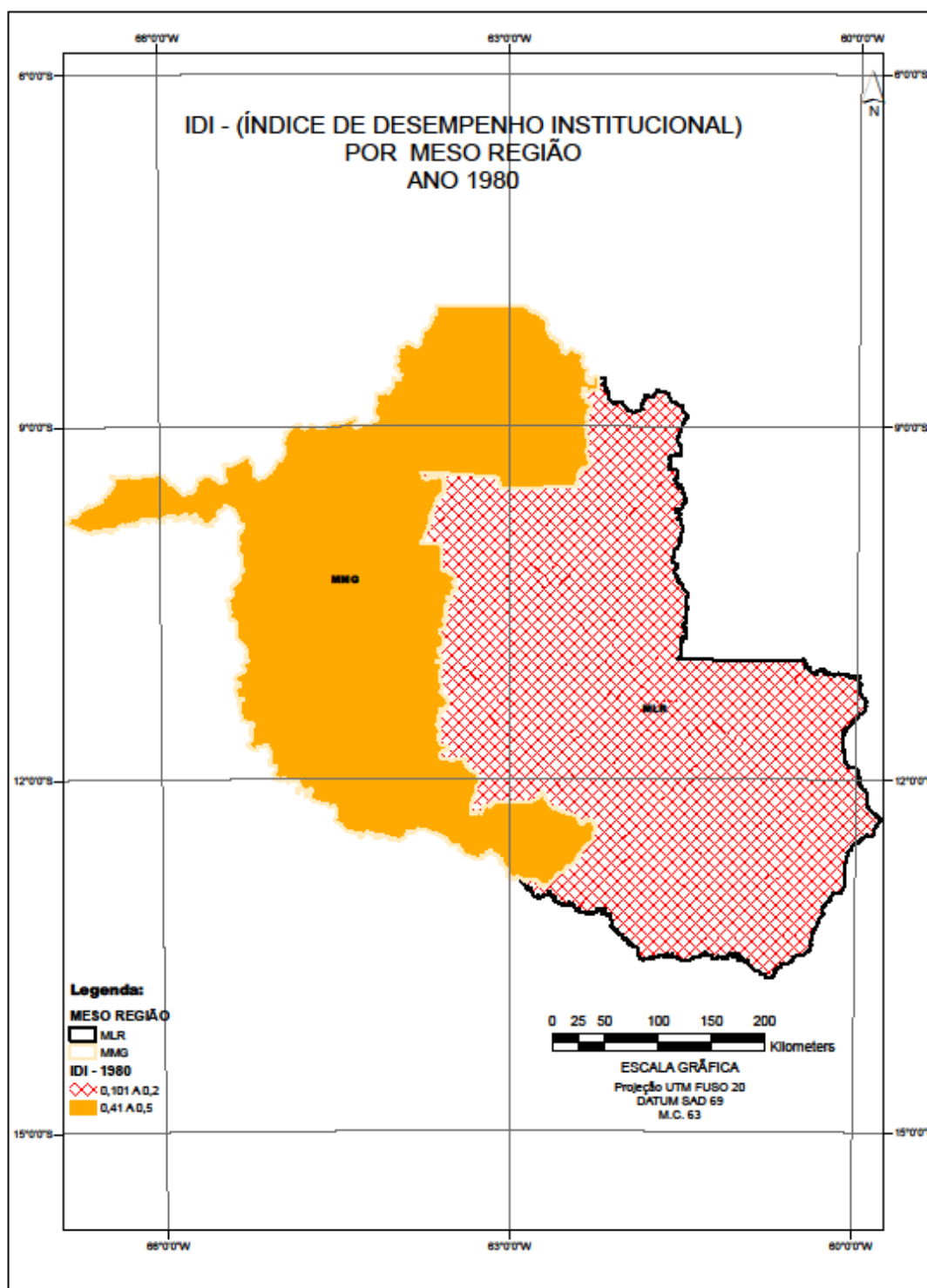
Tal resultado comprova o que Siena (2002); Ribeiro (2002) já demonstravam em seus estudos sobre o desenvolvimento sustentável para a Amazônia, o nível baixo a médio dos índices para a região. No caso específico do Estado de Rondônia, a nosso ver, ela está relacionada à juventude das instituições estabelecidas na região que carecem, ainda, de amadurecimento, conforme apontado, também, por Mathis; Farias Filho (2005) ao afirmarem que a região Norte do país apresenta um espaço político-institucional ainda em formação.

Tabela 26 - Síntese do IDI por microrregião para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2009

Mesorregiões	IDI 1980	IDI 1991	IDI 2000	IDI 2009
Mesorregião Madeira-Guaporé	0,499883	0,364687	0,342488	0,340289
Mesorregião Leste Rondoniense	0,139518	0,233473	0,311118	0,289534

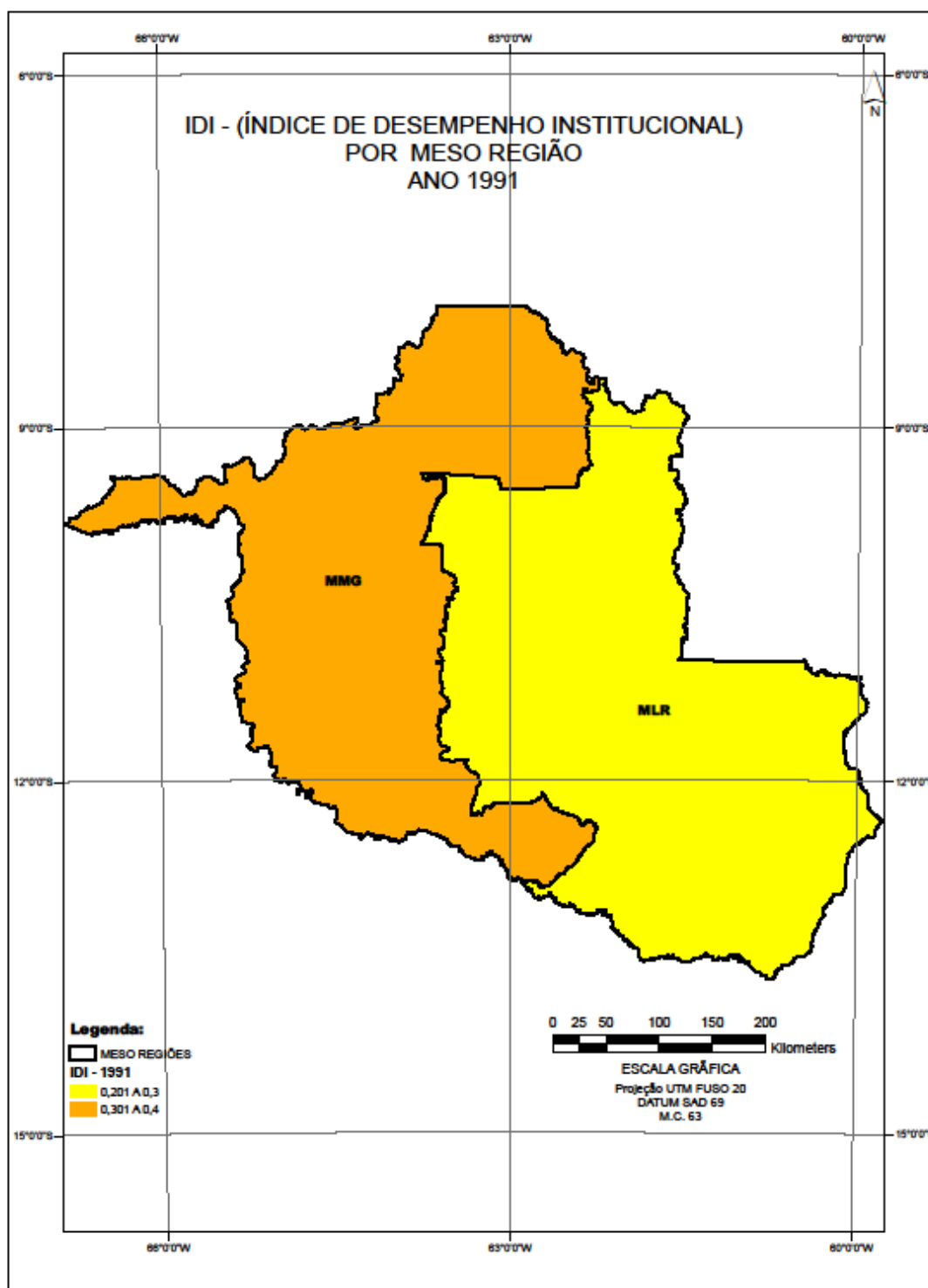
Fonte: Elaboração própria (2011).

Mapa 32 - Síntese do IDI por mesorregião para o ano de 1980



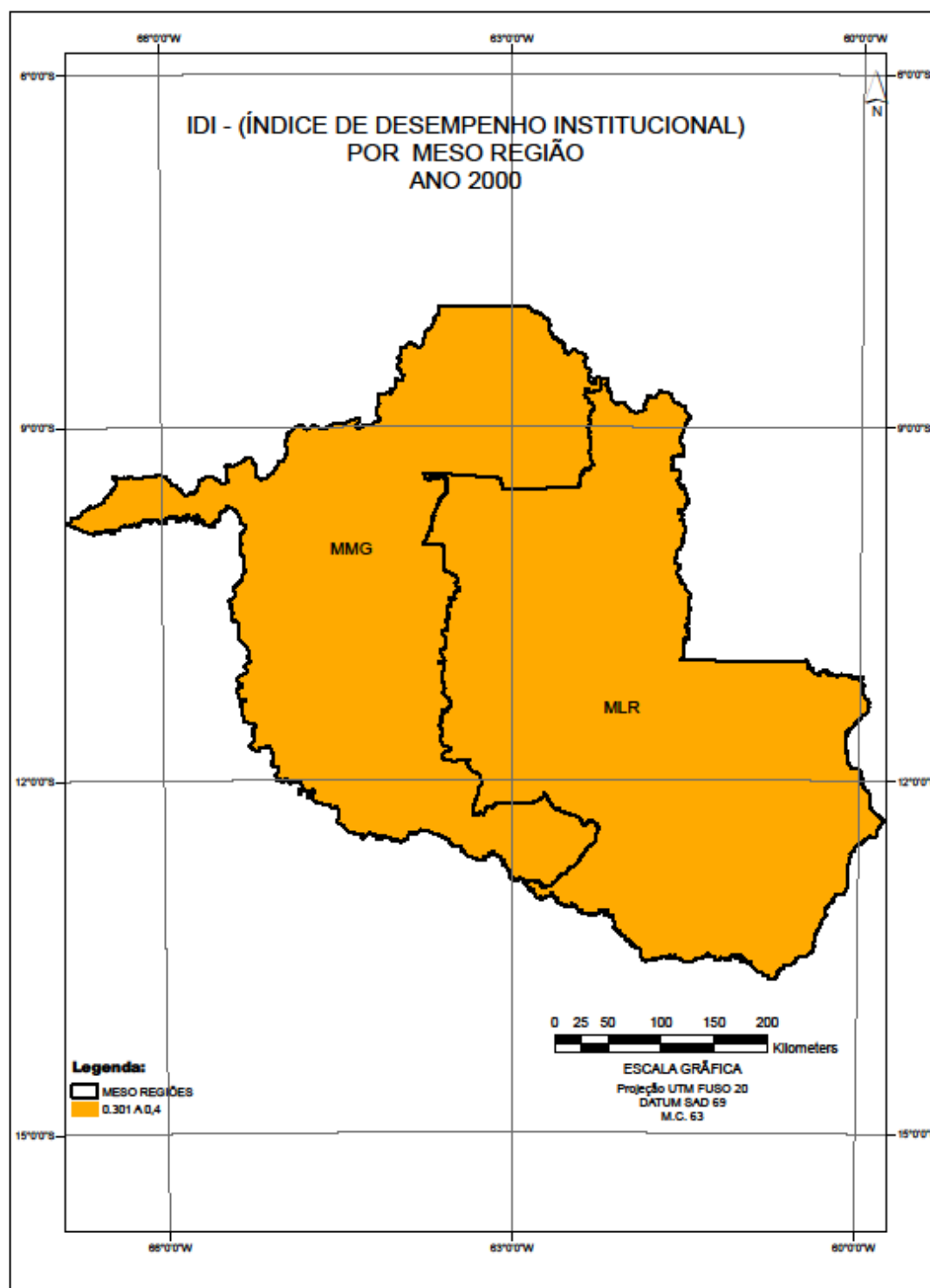
Fonte: Elaboração própria (2011). Com base na informação cartográfica da SEDAM.

Mapa 33 - Síntese do IDI por mesorregião para o ano de 1991



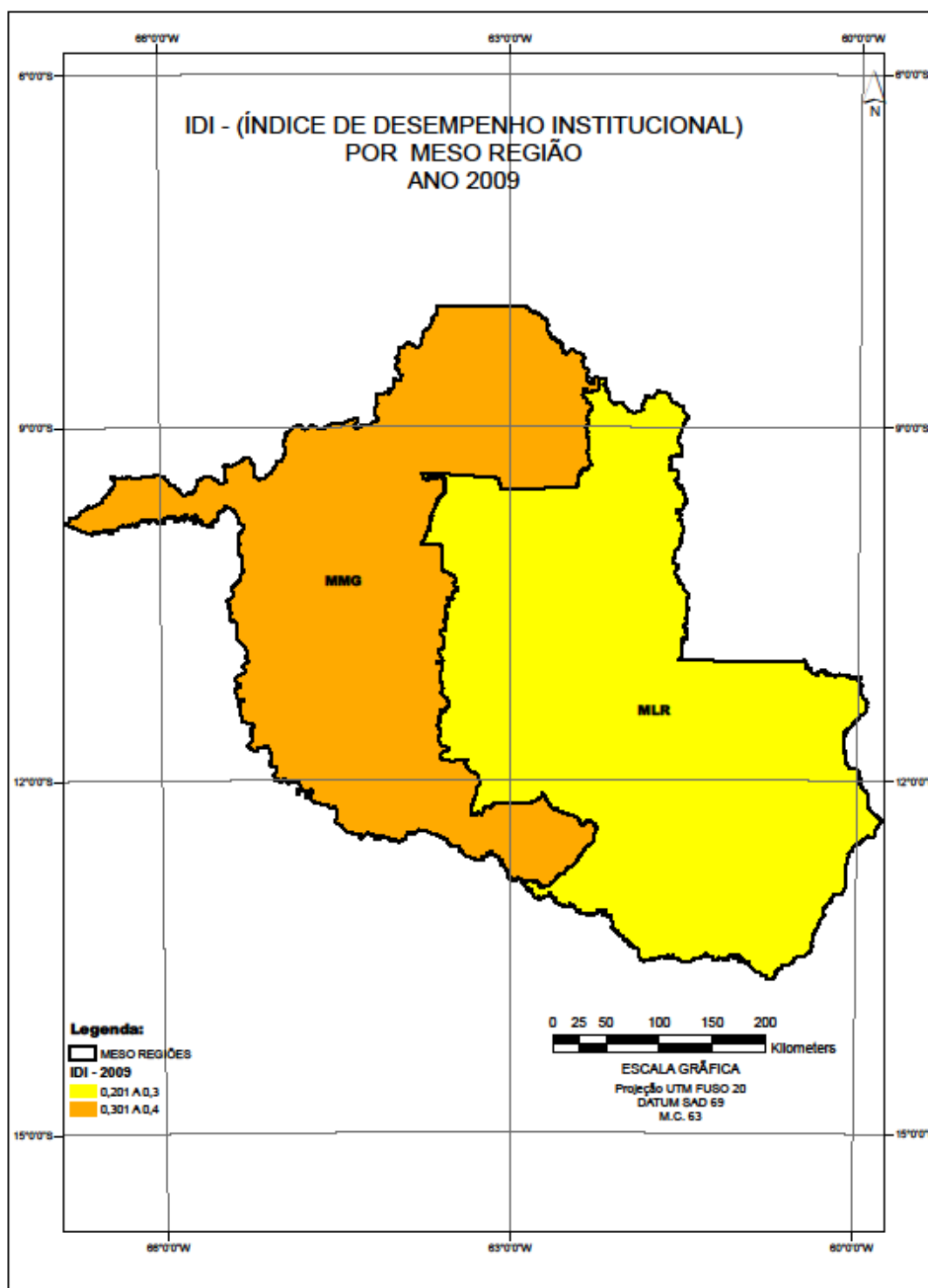
Fonte: Elaboração própria (2011). Com base na informação cartográfica da SEDAM.

Mapa 34 - Síntese do IDI por mesorregião para o ano de 2000



Fonte: Elaboração própria (2011). Com base na informação cartográfica da SEDAM.

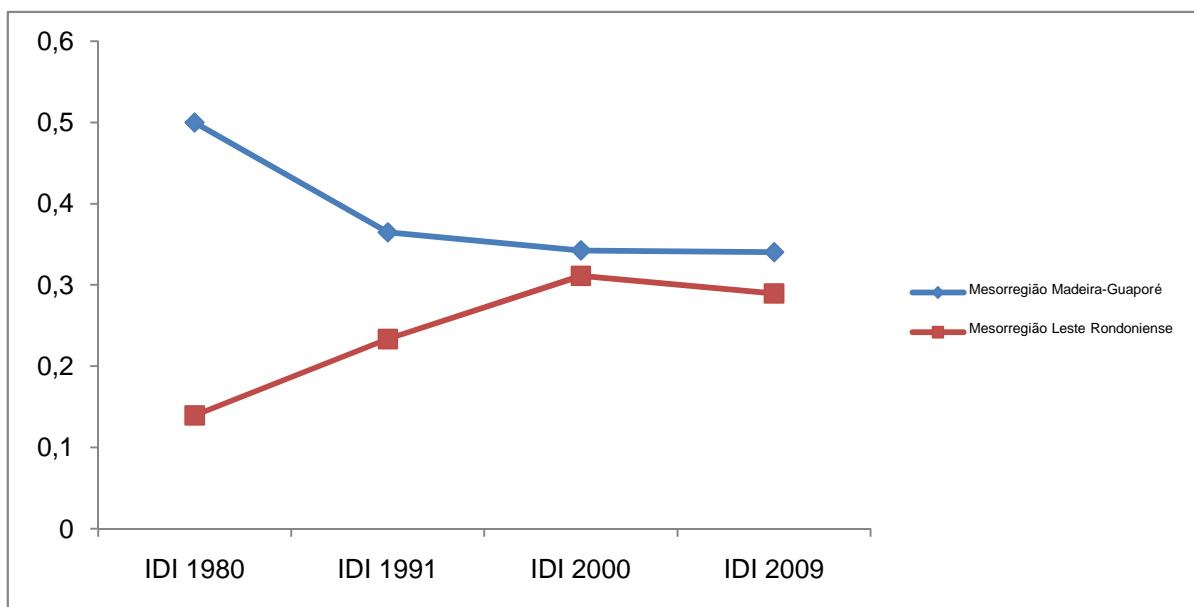
Mapa 35 - Síntese do IDI por mesorregião para o ano de 2009



Fonte: Elaboração própria (2011). Com base na informação cartográfica da SEDAM.

Como forma de melhorar esta análise elaborou-se a Gráfico 70 que mostra essa evolução na forma de gráfico.

Gráfico 70 - Síntese do IDI por mesorregião para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2009.



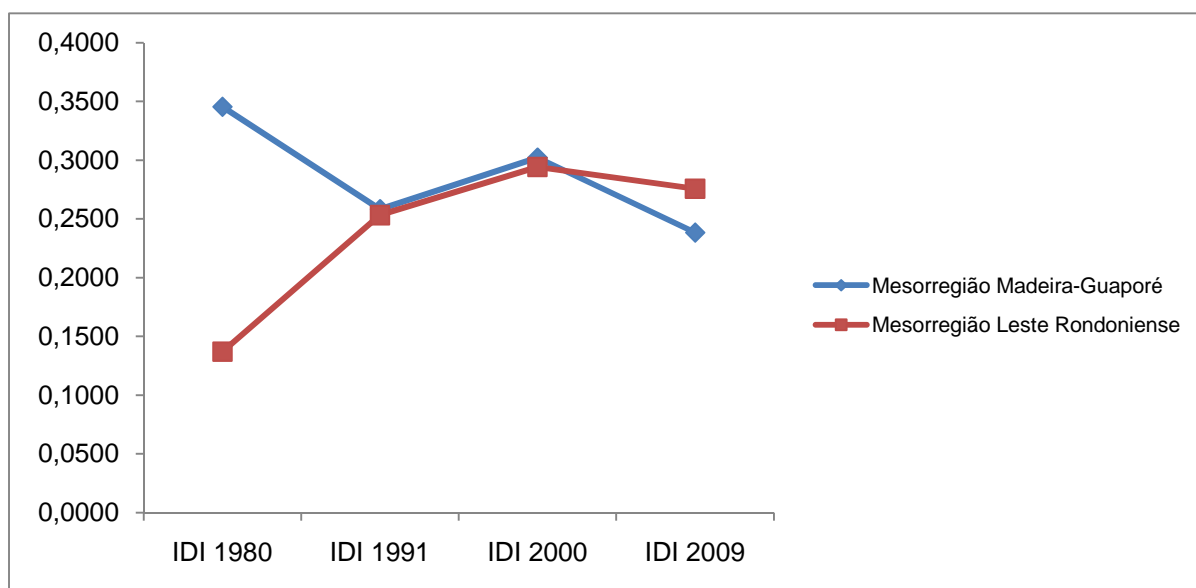
Fonte: Elaboração própria (2011).

Pelo Gráfico 70, evidencia-se que a mudança institucional ocorrida na região interferiu, de fato, no desempenho institucional das mesorregiões de Rondônia, o que comprova a teoria institucionalista de Douglass North, onde o processo histórico exerce um peso decisivo sobre a realidade regional. Nesse sentido, a formação histórica evidenciada na mesorregião Madeira-Guaporé impulsionou o desenvolvimento desta porção regional num primeiro movimento de mudança institucional, permitindo, com isso, que o primeiro eixo de desenvolvimento, do então, Território Federal estivesse ligado a esta porção mesorregional. A segunda mudança institucional, ocorrida no eixo da BR-364, sem dúvida, mudou o eixo de desenvolvimento do Estado de Rondônia, a qual foi sentida por este trabalho ao capturar esse movimento. Assim, fica evidenciado que a mudança institucional influenciou o desempenho institucional do Estado de Rondônia.

Porém, vale destacar que a superioridade da mesorregião Madeira-Guaporé em relação à mesorregião Leste Rondoniense teve na microrregião de Porto Velho e no parâmetro de gestão ambiental seus maiores fatores que elevam o desempenho institucional desta porção do Estado. O município de Porto Velho, Capital do estado de Rondônia, neste contexto, contribuiu consideravelmente para esta performance mesorregional. Contudo, se fosse

eliminada estas forças em relação à mesorregião Madeira-Guaporé deixando, portanto, somente a microrregião de Guajará-Mirim, como representante deste cenário mesorregional e retirando o peso ambiental dessa contabilidade, se poderia evidenciar a superioridade da mesorregião Leste Rondoniense, a partir de 2000 (Gráfico 71).

Gráfico 71 - Síntese do IDI por mesorregião, sem a microrregião de Porto Velho e o IDGA



Fonte: Elaboração própria (2011).

A teoria de North não traz explicitamente o peso deste fator ambiental como pertencente à análise da desigualdade regional, fato que pode ser evidenciado pelo pragmatismo desta teoria no trabalho de Putnam. Deste modo, pelo que indica o Gráfico 71, haveria, portanto, coerência com o disposto teórico embutido nos princípios institucionalistas que via uma correlação positiva entre o desempenho institucional e o desenvolvimento de uma região. Assim, se poderia interpretar com mais convicção que a mesorregião Leste Rondoniense é, sem dúvida, a mais desenvolvida do Estado de Rondônia. Porém, com o peso ambiental e com a participação da microrregião de Porto Velho este cenário torna-se um pouco embaçado, contudo, para efeito deste trabalho, este cenário demonstrou um comportamento que atende ao principal pressuposto que motivou esta pesquisa, que diz respeito ao peso da história e de sua interferência no desempenho institucional.

Assim, a teoria institucionalista de Douglass North se mostra perfeitamente adequada para se estudar a desigualdade regional mesmo em uma região periférica inserida num país igualmente periférico como é o caso do Estado de Rondônia, Brasil.

5.2 O EFEITO *PARTH DEPENDENCE* A PARTIR DA ANÁLISE DO CAPITAL SOCIAL MUNICIPAL: UMA EXPLICAÇÃO POSSÍVEL?

O esforço aqui depositado foi no sentido de deixar, o mais evidente possível, o pragmatismo das referidas mudanças institucionais vivenciadas pelo Estado de Rondônia e de seu efeito sobre o desempenho institucional nas duas mesorregiões pertencentes ao seu território, o que proporcionou a construção lógica desta pesquisa. Contudo, o contexto histórico de Rondônia instigou o autor a ir um pouco além da constatação do efeito da mudança institucional sobre o desempenho regional que, a princípio, já seria suficiente para discutir de forma fundamentada o principal questionamento epistemológico da Tese.

No entanto, a semente da experiência italiana no trabalho de Putnam, sem dúvida, encontrou um solo fértil e próspero para o seu desenvolvimento diante do contexto histórico rondoniense, conforme evidenciado, anteriormente, por Cavalcante; Silva (2008). Isto porque o Estado de Rondônia, ao longo de sua trajetória, foi marcado por dois processos históricos bem distintos, ocorridos em épocas também distintas, o que, em tese, resultou em um processo cultural igualmente distinto. E dentro desta lógica se estabelece um paralelo entre as mesorregiões Leste Rondoniense e a Madeira-Guaporé. No caso do primeiro, este seria marcado pelo forte processo migratório advindo, em especial, da região do Sul do Brasil que, em princípio, constituiria as bases culturais desta porção do Estado. Este lado do Estado de Rondônia, mais dinâmico, tem na atividade agropecuária sua principal força econômica.

Neste sentido, a dinâmica inovativa, referenciada ao longo do texto, parece traduzir-se como o embrião empreendedor que caracterizaria esta porção Leste Rondoniense. Por outro lado, a porção Madeira-Guaporé sempre esteve atrelada ao aspecto histórico da Amazônia Oriental, foi assim com o período das “Drogas do Sertão” e com o período da “Borracha”, o que demonstra sua ligação quase que umbilical com a cultura amazônica, o qual, ainda hoje, a leva a respirar um ar ambientado no contexto extrativista. Portanto, os marcos do processo histórico de ocupação da região Sul Oriental da Amazônia brasileira, apontada por Silva (2007a), também marcaram esta porção mais Ocidental da Amazônia. E dentro da lógica amazônica, o Estado sempre desempenhou um fator decisivo para o destino dos habitantes e para o futuro ecológico da região como um todo (HURTIENNE; NITSCH, 1987; COLARES, 2003; REZENDE, 2006), o que, em princípio, parece minar a força empreendedora da região que passa a depositar, quase que exclusivamente suas esperanças nas ações de interferência do Governo, através de uma relação com forte evidência paternalista. Embora a BR-364 também se enquadre neste contexto, o principal fluxo migratório de famílias do Sul do país que se

estabeleceram ao longo desta rodovia, em princípio, possibilitou que esta porção regional rondoniense alcançasse um dinamismo socioeconômico diferenciado.

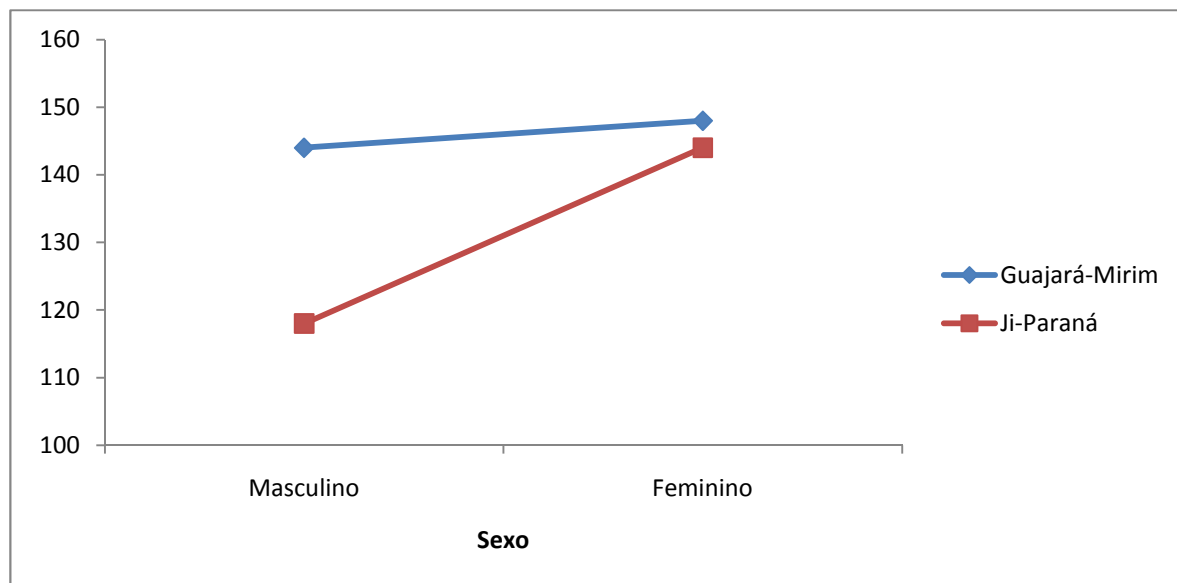
A cultura empreendedora do Sul do país, por outro lado, é destacada por alguns autores dentro de uma perspectiva institucional. Um dos grandes expoentes brasileiros que se enquadra nesta perspectiva é Veiga (2005). Este autor, ao analisar comparativamente o estado de São Paulo em relação aos Estados do Sul do Brasil (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), com base nos três indicadores do PNUD, revelou que São Paulo, embora considerado o Estado mais rico do país, não era o mais desenvolvido, já que é nos Estados do Sul que se alcançam os maiores indicadores de desenvolvimento. E dentro desta ótica, afirma que não há explicação razoável para esse fenômeno que não passe pelo escandaloso atraso das instituições paulistas de desenvolvimento regional. Assim, sobre essa diferença regional, o autor em tela revela:

Enquanto gaúchos e catarinenses azeitavam instituições locais que favoreciam processos descentralizados de desenvolvimento, os paulistas reforçavam as que inibem o dinamismo e a modernização da maioria de suas microrregiões. Ou seja, o subdesenvolvimento relativo do estado de São Paulo é antes de tudo institucional e fica patente no próprio debate sobre desenvolvimento regional. Enquanto no Sul já se discute quais seriam as melhores formas de gestão de agências de desenvolvimento local criadas por dinâmicos consórcios intermunicipais microrregionais, em São Paulo se procura 'tapar o sol com a peneira' por meio de novas fórmulas de amparo paternalista a municípios mais atrasados sem o envolvimento solidário de seus vizinhos mais avançados (VEIGA, 2005, p.58).

Diante disso, resolveu-se aceitar o desafio. Porém, essa nova investida científica, além de atender à perspectiva do capital social baseado em Putnam, possibilitava uma oportunidade de se evidenciar, no campo qualitativo, aquilo que foi apontado com base nos dados quantitativos. Portanto, isso demonstrava uma forma de confrontação daquilo que foi discutido ao longo deste trabalho, com base na teoria institucionalista de Douglass North, em relação às informações qualitativas colhidas através da ferramenta de aplicação de questionários.

A seguir, encontrar-se-á o fruto desta experiência. Conforme já apontado no capítulo "Metodologia Científica", foi escolhido o município de Ji-Paraná, representante da mesorregião Leste Rondoniense, e o município de Guajará-Mirim, representante da mesorregião Madeira-Guaporé. Ao todo foram empregados 292 questionários, em cada município. No Gráfico 72, verifica-se que o público feminino correspondeu à maior parte dos respondentes, porém, de forma mais evidente em Ji-Paraná que em Guajará-Mirim.

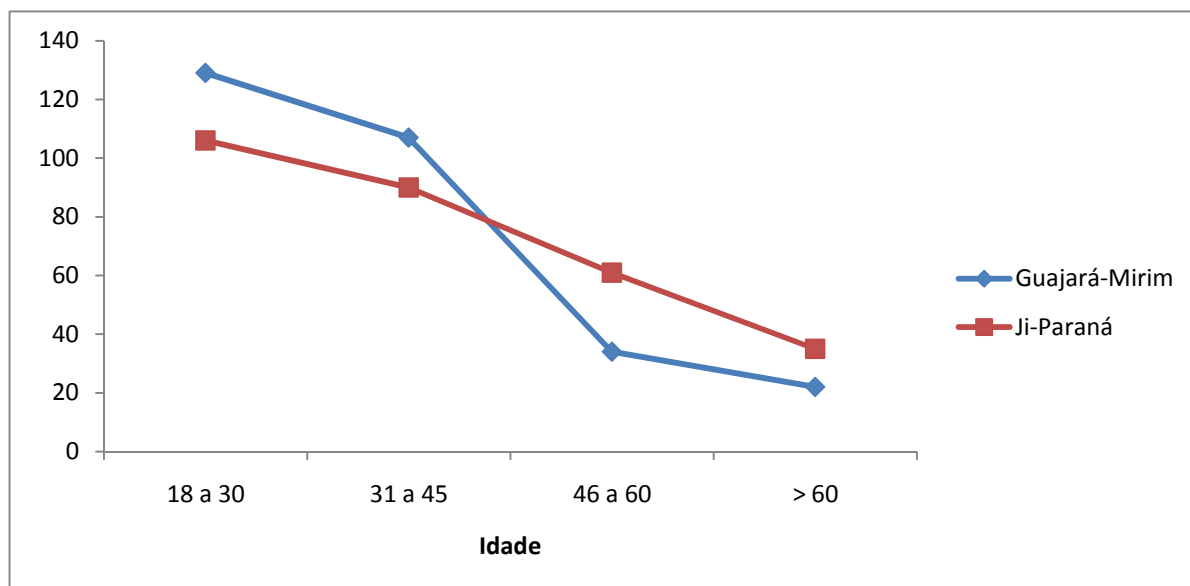
Gráfico 72 - Sexo dos entrevistados para medir o capital social



Fonte: Elaboração própria (2011).

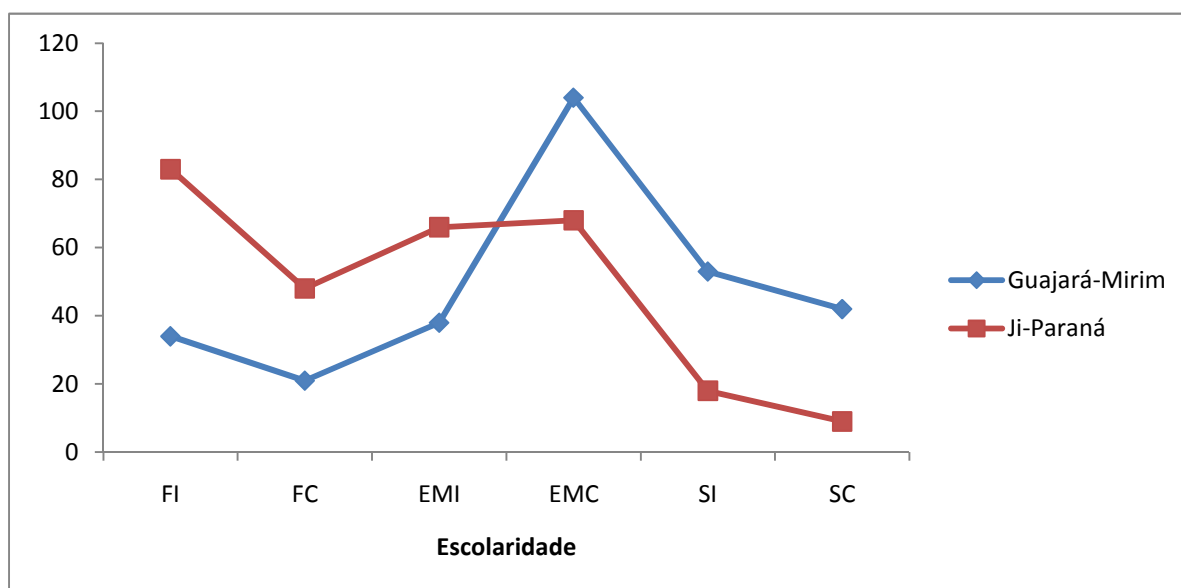
O Gráfico 73, por sua vez, indica que as faixas etárias de 18 a 30 anos e de 31 a 45 anos, foram as mais evidentes em Guajará-Mirim e, por outro lado, as faixas etárias de 45 a 60 anos e mais de 60 anos foram mais evidentes em Ji-Paraná.

Gráfico 73 - Faixa etária dos entrevistados para medir o capital social



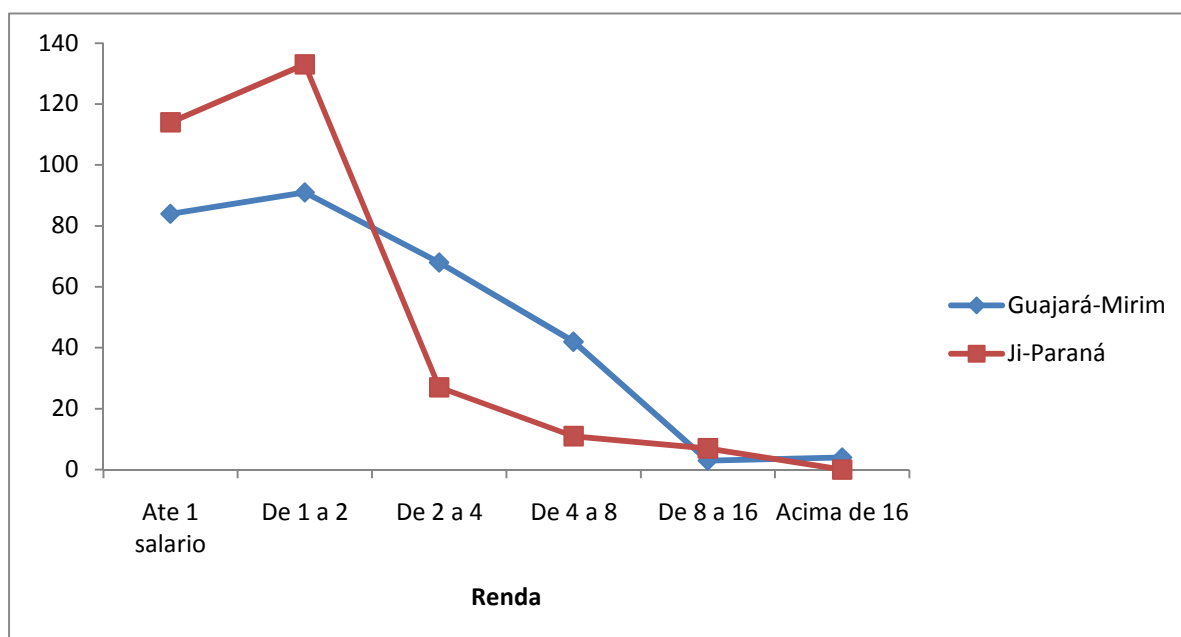
Fonte: Elaboração própria (2011).

Gráfico 74 - Nível de escolaridade dos entrevistados para medir o capital social



Fonte: Elaboração própria (2011).

Gráfico 75 - Renda dos entrevistados para medir o capital social



Fonte: Elaboração própria (2011).

Com base no critério de nível de escolaridade, verifica-se, que o município de Ji-Paraná registrou um maior quantitativo de respondentes que informaram possuir nível fundamental incompleto (FI), fundamental completo (FC) e ensino médio incompleto (EMI). Por outro lado, os que informaram possuir nível de escolaridade correspondente a ensino

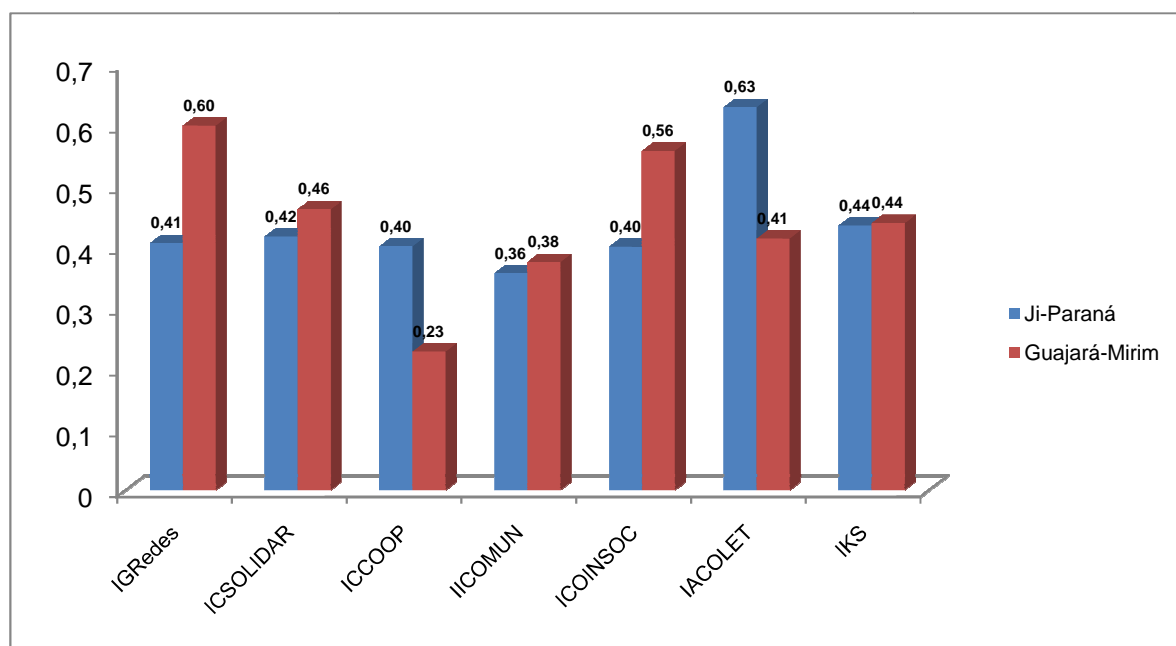
médio completo (EMC), superior incompleto (SI), superior completo (SC) estão relacionados à realidade de Guajará-Mirim (Gráfico 74).

O Gráfico 75 trata do nível de renda. Assim, verifica-se que houve uma maior concentração daqueles que informaram ganhar até um salário mínimo e de um a dois salários mínimos para o município de Ji-Paraná, ao passo que aqueles que informaram ganhar de dois a quatro e de quatro a oito salários mínimos, concentraram-se mais no município de Guajará-Mirim. Acima dessas faixas não se observou um quantitativo significativo de respondentes.

Para o estudo do Capital Social foi empregado o modelo de questionário proposto pelo Banco Mundial (2003). O resultado encontrado na forma de índice também seguiu o mesmo raciocínio para a construção dos índices que determinaram o desempenho institucional, portanto, através do emprego da ferramenta do SPSS. Com base nisso, se chegou ao seguinte resultado (Gráfico 76).

Os índices utilizados nesta pesquisa podem ser vistos pelo Quadro 14.

Gráfico 76 - Síntese do capital social em Ji-Paraná e Guajará-Mirim



Fonte: Elaboração própria (2011)

Quadro 14 - Descrição dos critérios de capital social utilizados pela pesquisa

Critérios de Capital Social	Descrição
Grupos e Redes – IGRedes	Indicador que considera a natureza e a extensão da participação de vários tipos de organizações sociais e redes informais nas comunidades. Considera também os aspectos de liderança e o envolvimento da comunidade com os grupos;
Confiança e Solidariedade - ICOLIDAR	São duas das principais características de capital social. Esse indicador busca levantar dados sobre a confiança e solidariedade existentes na comunidade;
Ação Coletiva e Cooperação - ICCOOP	Esse indicador investiga se e como os membros de uma comunidade têm trabalhado com outras pessoas em sua comunidade em projetos comuns e se existem conseqüências pela participação nessas atividades;
Informações e Comunicações – IICOMUN	Indicador que explora os meios pelos quais a comunidade recebe informações relativas às condições de mercado e serviços públicos;
Coesão e Inclusão Social – ICOINSOC	Indicador que explora várias formas de divisão e diferenças que podem levar ao conflito dentro de uma comunidade, dentre elas a exclusão de serviços públicos essenciais, a violência e interação social;
Autoridade ou Capacitação e Ação Política (EMPOWERMENT) – IACOLET	Indicador que mede se a comunidade detém um certo controle sobre instituições e processos que afetam diretamente o seu bem-estar.

Fonte: Banco Mundial (2003); Tabosa et al. (2005).

Embora os municípios tenham apresentado, em média, o mesmo padrão de capital social nesse levantamento, fica, porém, bastante evidenciado, em seu conteúdo, que as variáveis que compõem este índice tiveram comportamento diferente entre os municípios, fato que se tentará analisar criticamente com base no processo histórico vinculado a cada região, conforme visto anteriormente.

Nesse sentido, observa-se que o índice “confiança e solidariedade” e “informações e comunicações” apresentaram índices bem próximos entre os municípios em questão, o que nos leva a olhar de perto para os outros índices como forma de interpretar melhor a natureza deste acontecimento. Fazendo isso, se percebe claramente aquilo pelo qual vínhamos discutindo anteriormente com base no contexto *path dependence*, o que tornará evidente o aspecto cultural embutido nessa análise.

Assim, o fato é que o município de Guajará-Mirim apresentou um índice de “grupos e redes” e de “coesão e inclusão social” superior ao do município de Ji-Paraná. E este último apresentou um índice de “ação coletiva e cooperação” e de “autoridade ou capacitação e ação política” superior em relação ao município de Guajará-Mirim. Portanto, quando se analisa mais de perto, tais índices se percebe que em Guajará-Mirim há maior propensão das pessoas

se associarem entre si, de se reunirem para discutir assuntos diversos. Fato que, aliás, foi evidenciado no texto em relação à Loja Maçônica existente neste município que foi a primeira instalada no Estado de Rondônia, o que reforça a análise para esta característica local.

Por outro lado, o embrião empreendedor que se tinha vinculado à dinâmica inovativa da região de Ji-Paraná é capturado pelo questionário. Assim, o fluxo migratório de pessoas oriundas, principalmente, do Sul do país e que se instalaram em Ji-Paraná em decorrência do processo de colonização da BR-364, possibilitou realmente transmitir o “gene” cultural sulista em Ji-Paraná, o qual pode ser percebido com base nos índices de “cooperação” e “empowerment” (Gráfico 76). Portanto, através destes índices, se observa o poder de governança e o grau de empreendedorismo local. Ou seja, o município de Ji-Paraná tende a possuir um maior poder de materialização das reivindicações sociais em favor da coletividade, sendo, portanto, mais eficazes em relação ao município de Guajará-Mirim. Isto porque o empowerment refere-se à expansão dos recursos e capacidades das pessoas em tomar parte, negociar, influenciar, controlar e responsabilizar instituições que afetam suas vidas (BANCO MUNDIAL, 2003), o que permite enxergar o poder da governança local. Além disso, a característica de cooperação deste município que, por sua vez, é um dos principais parâmetros utilizados por Putnam e equipe em seus estudos sobre a Itália, demonstra uma propensão maior desta região em dinamizar sua economia pela cooperação de seus atores que enxergam na união de forças uma estratégia de conquista de mercado, o que tende a estimular o espírito empreendedor da região.

Em Guajará-Mirim, tais características explicam, em grande parte, a situação crítica pelo qual este município vem passando ao longo do tempo. Portanto, os índices apresentados pelos parâmetros de capital social neste trabalho demonstram uma coerência com a perspectiva histórica atrelada à realidade da Amazônia, onde o aspecto empreendedor praticamente foi aniquilado em decorrência de uma relação de cunho paternalista com o Estado. Tal análise torna compreensível o fato desta região apresentar como principal atividade econômica, a economia do contracheque.

Contudo, não se quer dizer, com isso, que municípios como Guajará-Mirim estarão fadados ao fracasso. Porém, é preciso encarar com mais seriedade o papel desempenhado pelo capital social no processo de desenvolvimento endógeno, onde a perspectiva *self-reliance* passa a ser uma estratégia de vantagem competitiva. Esta perspectiva, portanto, tem que ser vista como pressuposto de planejamento do desenvolvimento regional, já que o capital social, apresenta-se como uma argamassa que mantém as instituições em contato entre si e as vincula ao cidadão visando à produção do bem comum, conforme apontado por D’Araújo (2003). Por

isso, torna-se preciso uma mudança de postura em relação a este tema que agora passa a ser visto como essencial para o desenvolvimento, conforme apontado por Iglesias (1997), no seguinte trecho:

Na cultura de cada povo há inúmeros aspectos que podem favorecer o seu desenvolvimento econômico e social; é preciso descobri-los, fortalecê-los, apoiar-se neles; e fazer isso com seriedade significa refazer a agenda do desenvolvimento de uma forma que depois será mais eficaz, porque levará em conta potencialidades da realidade que pertencem à sua essência e que até o momento têm sido geralmente ignoradas! (IGLESIAS, 1997 apud KLIKSBURG, 2008, p.39)

Com isso, a história econômica, nesse processo, passa a desempenhar um papel decisivo dentro desta nova perspectiva do desenvolvimento regional, pois através de uma leitura minuciosa de sua especificidade é possível entender o presente e projetar o futuro com base em critérios endógenos que possibilite potencializar cada vez mais a força do capital social nestas regiões. Assim, quanto mais virtuosas forem as ações locais em prol dessa linha de desenvolvimento maiores serão as chances de prosperidade econômica e de identidade local. Embora Putnam (2007) já evidenciava ser mais difícil desenvolver capital social em regiões que apresentaram relações *path dependence* desvantajosa em relação a esse aspecto, ela não é impossível de ser conquistada. Portanto, o importante é começar.

6 CONCLUSÕES

Desde o início deste trabalho, até mesmo antes, a complexidade do tema já dava sinais do tamanho do desafio que estava por vir. E logo no início desta caminhada ficou evidente que este não seria um percurso plano, retilíneo e suave. A pouca experiência científica evidenciada na literatura dentro do enfoque da Tese, potencializava, ainda mais, este desafio. Mesmo assim, com base na experiência empírica, se percebia e, por isso, perseverava que a base teórica do institucionalismo de Douglass North pudesse agregar um conhecimento científico sobre a realidade estadual de Rondônia, intensificando a discussão sobre o desenvolvimento regional. Desse modo, a perspectiva empírica e teórica, auxiliaram o processo de tomada de decisão, o qual permitiu superar os obstáculos e a chegar as principais conclusões desta investida científica.

Com base no aspecto histórico e econômico do Estado, se verificou que a porção mesorregional Madeira-Guaporé teve sua formação atrelada, inicialmente, ao contexto do comércio das “Drogas do Sertão” e, posteriormente, ao primeiro e segundo ciclos econômicos da Borracha. Este cenário fez com que se evidenciasse, neste eixo regional, a primeira mudança institucional do Estado de Rondônia, a qual foi materializada com a construção da EFMM, iniciada e abandonada duas vezes no século XIX e novamente iniciada e, finalmente, concluída no século seguinte, de 1907 a 1912, portanto, em plena fase do início da soberania da produção asiática de borracha, principalmente da Malásia, no mercado mundial. Portanto, a ligação de Porto Velho a Guajará-Mirim, os quais indicavam o início e o fim, respectivamente, da linha férrea Madeira-Mamoré, formavam os únicos núcleos urbanos de toda a região e, com isso, o principal eixo de desenvolvimento regional neste período. O interstício de construção da ferrovia indicava, também, a criação de seus primeiros municípios, Porto Velho, em 1907, e Guajará-Mirim, em 1912. Este eixo regional desempenhou um papel estratégico para a elevação da região à condição de Território Federal do Guaporé, em 1943, onde a EFMM foi um dos principais pilares de argumentação para a criação do mesmo, além de servir de subsídio para a criação, neste mesmo ato, de outros Territórios Federais em solo brasileiro. Contudo, o definhamento do comércio da borracha amazônica, principalmente, após o período da II Guerra Mundial, traria a este eixo uma situação de crise econômico-social de grande magnitude, que afetaria, sobremaneira, à realidade local. Portanto, este lado do Estado de Rondônia apresenta-se fortemente influenciado pelo contexto regional da Amazônia Oriental, o que proporcionou à mesorregião

Madeira-Guaporé um aspecto cultural peculiar em relação à mesorregião Leste Rondoniense, pautando-se, assim, num aspecto relacionado à atividade extrativista.

Durante o governo de JK, na década de 1950, dois fatos históricos foram preponderantes para o cenário da Amazônia, no geral, e de Rondônia, em particular. A transferência da Capital para Brasília e o início da construção da BR-29, depois chamada de BR-364, configurariam a base da mudança do eixo de desenvolvimento do Estado de Rondônia para o sentido da “Marcha para o Oeste” e não mais no sentido Madeira-Guaporé. Contudo, esta mudança somente iria ser evidenciada, de fato, com a conclusão da obra da BR-364, na década de 1960, onde o Estado presenciou uma fase de migração espontânea para a região, culminando, no início da década de 1970, na implantação de projetos de colonização dirigida pelo Governo Federal, que seria forçado a ampliá-los nos anos seguintes, até praticamente a década de 1980, em decorrência do grande fluxo migratório. Portanto, devido esta ação do Poder Central ocorrer somente após a constatação de um processo migratório para a região, iniciado antes de 1970, permite concluir que esta ação foi decorrente de um viés em relação à política desenhada para a Amazônia. Esta análise demonstra coerência com o planejamento do desenvolvimento regional concebido para esta região do Brasil, neste período, que contemplava, praticamente de forma exclusiva, a Amazônia Oriental, através dos projetos de construção da Transamazônica e da Belém-Brasília.

A BR-364, com isso, é caracterizada por este trabalho como a materialização da segunda mudança institucional ocorrida no Estado de Rondônia, que a conduziria a um processo de desenvolvimento rápido através de sua porção mesorregional Leste Rondoniense que passaria a configurar, com isso, o principal eixo de desenvolvimento deste Estado. O forte fluxo migratório, principalmente de famílias oriundas da região Sul do país, marcaria profundamente à realidade desta porção estadual, principalmente nas microrregiões de Ji-Paraná e de Cacoal, onde concentraram grande parte deste fluxo. Tal fluxo, por sua vez, fez com que se estruturasse um aspecto cultural também peculiar para este lado Leste Rondoniense, que a distingue da porção Madeira-Guaporé, pela característica cultural sulista baseada na produção agropecuária. A dinâmica inovativa apontada por Costa (1992; 1998; 2000a, 2000b) e confirmada por Maciel (2004), em Rondônia, é, aqui, considerada como o embrião empreendedor desta característica sulista transmitida em base *path dependence* na porção Leste Rondoniense.

Evidenciada as mudanças institucionais, o próximo passo seria em direção a principal pergunta epistemológica da Tese que buscava, em sua essência, verificar se a história dentro do contexto da mudança institucional interferiria ou não no desempenho

institucional. Isto, porém, fez com que fosse estruturada uma metodologia que contribuísse para suprir a deficiência de fontes de pesquisa dentro da lógica da Tese. Esta metodologia tornou possível a discussão dos complexos problemas levantados pela pesquisa, o que permitiu a sistematização e análise dos dados quantitativos em nível municipal, microrregional e mesorregional. Porém, para que se chegasse a tal conclusão foi preciso estruturá-los em parâmetros considerados fundamentais no contexto de análise do desempenho institucional. Assim, foram criados os parâmetros que medem o IDCI; IDGA; IDER; IDQV. No conjunto, seria possível determinar o desempenho institucional referente aos anos de 1980, 1991, 2000 e 2009, o que corresponde, portanto, ao período da segunda mudança institucional.

Desse modo, o resultado apresentado permitiu que se evidenciasse, também, a primeira mudança institucional, tendo em vista os maiores índices encontrados para o ano de 1980, estarem ligados às microrregiões de Porto Velho e Guajará-Mirim, indicando, assim, o nível de desenvolvimento da mesorregião Madeira-Guaporé. Esse aspecto nesses parâmetros possibilitou extrair algumas conclusões interessantes sobre a realidade rondoniense, além daquele relacionado ao questionamento epistemológico da Tese.

No período correspondente a segunda mudança institucional foram implantados, no Estado, projetos de desenvolvimento regional que produziram grandes efeitos negativos ao meio ambiente e à população nativa (índios), principalmente entre as décadas de 1970 e 1980, quando se estabeleceu os principais programas federais de desenvolvimento, PIN, POLAMAZÔNIA e POLONOROESTE. O crescimento da discussão de uma outra via minimização do efeito do trade off “conservação e desenvolvimento” começou a tomar conta do cenário científico e político-institucional, a partir das décadas de 1970, 1980 e, principalmente, de 1990, quando houve uma notória preocupação mundial para se caminhar com base no princípio daquilo que vinha se chamando de “desenvolvimento sustentável”. O PLANAFLORO e o ZEE/RO, criados a partir de 1990, são evidências desta preocupação na região objeto de estudo. Embora não sendo o foco deste trabalho analisar o contexto do “desenvolvimento sustentável”, em Rondônia, esta pesquisa traz uma contribuição importante neste sentido, evidenciando uma situação ainda mais grave no Estado que daquela embutida na análise de Siena (2002).

Nota-se, assim, que a mesorregião Leste Rondoniense vem contribuindo mais fortemente com o aspecto vinculado ao “desenvolvimento”, principalmente quando se analisa os parâmetros da economia regional e da qualidade de vida que mostram, nesta porção estadual, em geral, uma tendência de crescimento enquanto a mesorregião Madeira-Guaporé

apresenta uma tendência de queda. Por outro lado, esta última se configurou como a maior detentora de áreas de preservação ambiental do Estado, as quais envolvem as unidades de conservação da natureza e as terras indígenas. Portanto, o agravante, aqui referenciado, diz respeito a este nível de análise micro e mesorregional que a obra de Siena (2002) não alcançou, embora se reconheça que esteja embutido em seu modelo, além de dados quantitativos, um aspecto de cunho qualitativo que a princípio não foi considerado por esta pesquisa. Contudo, mesmo este autor tendo evidenciado, para o ano de 2002, que o nível de progresso estadual em direção ao desenvolvimento sustentável esteja situado no patamar classificado por ele de “quase insustentável”, na verdade, isso pode sinalizar uma situação bem mais complicada, quando vista dentro do aspecto adotado por esta pesquisa. Isto porque, no estado de Rondônia, o trade off “conservação e desenvolvimento” tende a ser intensificado quando visto sob a perspectiva do desenvolvimento endógeno. Ou seja, este aspecto se mostra polarizado entre as mesorregiões do Estado, onde de um lado está à mesorregião Leste Rondoniense com fortes características vinculadas ao “desenvolvimento” e, do outro, a mesorregião Madeira-Guaporé com forte apelo “ambiental” que, em média, possibilita certo equilíbrio ao Estado, o que poderia ser traduzido em determinado nível de desenvolvimento sustentável, porém, quando se analisa localmente, numa perspectiva mesorregional, por exemplo, se percebe o quanto Rondônia ainda está por caminhar nessa direção já que o trade off “conservação e desenvolvimento”, nesta perspectiva, se mostra grandemente polarizada.

Esta situação de (in)sustentabilidade fica mais evidenciada quando se verifica que na última década houve uma forte pressão das atividades agropecuárias da mesorregião Leste Rondoniense em direção à mesorregião Madeira-Guaporé, porém, nos mesmos moldes tecnológicos de quarenta anos, os quais se baseavam na técnica do *shifting cultivation*. A microrregião de Porto Velho, representada pelo município de Nova Mamoré, e a microrregião de Guajará-Mirim, através do município de Costa Marques, são exemplos deste descompasso que pode levar rapidamente à mesorregião Madeira-Guaporé a vivenciar os mesmos caminhos seguidos pela mesorregião Leste Rondoniense se, de fato, não houver uma política clara de desenvolvimento sustentável dentro de uma perspectiva endógena. Pois como pode ser detectado pela pesquisa, o modo em que foram idealizadas as áreas protegidas do Estado demonstra que ela partiu de cima para baixo, sem que houvesse uma discussão em nível local que aclamasse tal política a partir da base. A microrregião de Guajará-Mirim, nesse processo, demonstrou ser a “fiel depositária” de tamanho recurso ambiental, a exemplo do município de mesmo nome que apresenta quase a sua totalidade, aproximadamente 92% de seu território, sob a forma de UC's e TI's. Embora se reconheça o aspecto positivo da criação das áreas

protegidas, a forma como foram criadas é um tanto questionável. Não é de se estranhar que um Estado grandemente criticado pelos modelos de desenvolvimento implantados na região, principalmente durante as décadas de 1970 e 1980, traduzidos em sérios prejuízos ambientais e de extermínio de indígenas, tenha encontrado uma maneira de amenizar sua imagem perante o cenário nacional e internacional através da adoção de uma política ambiental mais contundente. Por outro lado, fica evidenciado, sob o prisma institucionalista, o caráter auto-reforçante desta medida no Estado. Isto é, como a mesorregião Leste Rondoniense se configurou como a região mais importante é de se esperar que esta região dite às regras do jogo, no caso, reservando a porção Leste Rondoniense o direito líquido e certo de promover seu desenvolvimento com base em atividades econômicas tradicionais vinculadas ao setor primário, em especial. Portanto, deixando para a mesorregião Madeira-Guaporé a responsabilidade pela preservação e conservação de áreas legalmente protegidas, com isso, se configurando como uma mesorregião de “compensação ambiental”, em detrimento do desenvolvimento de base tradicional evidenciado na porção Leste Rondoniense. E, dentro deste prisma, se conclui, que não há como desenvolver sustentavelmente o Estado de Rondônia se tal pensamento perdurar para as próximas gerações. É preciso olhar urgentemente para o aspecto do desenvolvimento sustentável em nível local, subentendido, os níveis municipais, microrregional e até mesorregional, sob pena, se assim não o fizer, de vivenciar mais municípios da porção Madeira-Guaporé entrando na listagem do “Arco do Desmatamento”, a exemplo do município de Nova Mamoré, microrregião de Porto Velho, que passou a fazer parte deste rol indesejável.

Contudo, não se quer, com isso, desmerecer o nível técnico utilizado para o ZEE/RO. Embora se reconheça a importância técnica envolvida neste estudo, a questão política-institucional, a nosso ver, exerceu um peso determinante no direcionamento da política ambiental no Estado de Rondônia, a ponto de “brindar” a mesorregião Madeira-Guaporé com o maior quantitativo em termos absolutos e relativos de UC’s e TI’s, em especial, o município de Guajará-Mirim, que agora tem o desafio de encontrar novas formas de desenvolvimento baseada num contexto não tradicional. Não se deseja, porém, mudar este cenário, mas evidenciar esse aspecto ajuda a entender o processo de mudança institucional constatada neste território. Cabe, portanto, a estas regiões de significativa presença de área de preservação ambiental encontrar um novo rumo, um novo caminho. Assim, o contexto histórico em Rondônia, estaria atuando a ponto de interferir no processo de desenvolvimento regional.

No que tange ao questionamento epistemológico da Tese se verificou que a mudança institucional afetou o desempenho institucional das mesorregiões do Estado, onde ficou

demonstrado haver uma tendência positiva de crescimento na mesorregião Leste Rondoniense e uma tendência negativa em relação à mesorregião Madeira-Guaporé, confirmando, assim, a teoria institucionalista de Douglass North. Com isso, se verifica que o eixo de desenvolvimento do Estado de Rondônia, que antes estava direcionada para a porção mesorregional Madeira-Guaporé, muda sua trajetória para a mesorregião Leste Rondoniense que passa a ser a mesorregião mais dinâmica. Diante disto, se verifica que o institucionalismo de North é adequado para explicar os desequilíbrios regionais mesmo em regiões periféricas como o Estado de Rondônia, inserido em um país igualmente periférico como o Brasil. Com base nisso, pode-se afirmar que o contexto histórico exerce um poder sobre o desempenho institucional das mesorregiões de Rondônia, evidenciando a característica *path dependence*. A correlação entre o desempenho institucional e o nível de desenvolvimento, por sua vez, fica mais evidenciada quando se adota uma situação *ceteris paribus* em relação à microrregião de Porto Velho e ao parâmetro da gestão ambiental que elevam o desempenho institucional da mesorregião Madeira-Guaporé. Neutralizando tais efeitos, pode-se perceber, claramente, que o maior índice de desempenho institucional passa a estar relacionado à mesorregião Leste Rondoniense, a partir de 2000, em relação à porção Madeira-Guaporé, o que torna mais evidente seu dinamismo. Contudo, mesmo que este índice possibilite fazer uma análise intrarregional do Estado, ele ainda é considerado baixo, o que, em relação a outros municípios localizados em zonas mais desenvolvidas do Brasil, poderia significar um descompasso. Por outro lado, este trabalho demonstra que os índices alcançados por esta pesquisa refletem a juventude do Estado de Rondônia que requer, ainda, um processo de amadurecimento institucional.

Os questionários que procuraram medir o capital social nos municípios de Ji-Paraná, mesorregião Leste Rondoniense, e Guajará-Mirim, mesorregião Madeira-Guaporé, possibilitaram algumas conclusões que ajudam a validar a teoria institucionalista sobre a realidade estudada.

Com base nos questionários ficou evidenciado que os parâmetros “confiança e solidariedade” e “informações e comunicações” apresentaram certo nível de equiparação entre os municípios, o que nos levou a depositar todo o esforço de análise para os quatro parâmetros restantes. E com base neles se percebeu mais um equilíbrio, onde o município de Guajará-Mirim apresentou um índice de “grupos e redes” e de “coesão e inclusão social” superior ao do município de Ji-Paraná. E este último apresentou um índice de “ação coletiva e cooperação” e de “autoridade ou empowerment” superior em relação ao município de

Guajará-Mirim. E este cenário permitiu uma análise coerente com o que se vinha discutindo ao longo deste trabalho.

Assim, os parâmetros evidenciados para o município de Guajará-Mirim mostram um maior poder para a associação entre as pessoas que tende a se reunir mais em relação a Ji-Paraná. Contudo, apesar deste último município apresentar os respectivos índices abaixo do evidenciado para o município de Guajará-Mirim, é em Ji-Paraná que se demonstra um maior poder de governança e empreendedorismo, conforme apontado pelos índices “cooperação” e “empowerment”, respectivamente. Tal aspecto indica, portanto, uma maior capacidade de materialização das reivindicações sociais em favor da coletividade neste município, tornando-o, com isso, mais eficaz quando se analisa o poder dos atores sociais no direcionamento de políticas públicas, conferindo ao mesmo um maior poder de controle sobre o aspecto político-institucional de interferência sobre a realidade local. O maior índice de “cooperação”, por sua vez, apresentado em Ji-Paraná, demonstra que o empreendedorismo faz parte do contexto histórico local, o que reforça a transferência do embrião empreendedor já sinalizado com a dinâmica inovativa que, agora, passa a fazer parte do cenário social local numa clara demonstração do efeito *path dependence*. Os baixos índices apresentados pelo município de Guajará-Mirim para o aspecto “cooperação” e “empowerment” também reforçam o efeito *path dependence* sobre a realidade local, onde se conclui que esta decorre do processo histórico característico da mesorregião Madeira-Guaporé, com forte relação com os ciclos econômicos evidenciados para a Amazônia pautada na relação do Poder do Estado sobre a região, o que, em tese, tendeu ao aniquilamento do poder empreendedor local e à baixa cooperação entre seus membros diante de uma realidade extrativista da borracha, principalmente.

Embora o estudo do capital social, em média, tenha apresentado uma situação de igualdade entre os municípios estudados, os parâmetros vinculados a ele demonstram um poder de explicação interessante que reforça o pensamento institucionalista sobre a realidade do Estado de Rondônia. Contudo, esta análise não visa profetizar o futuro, pelo contrário, a partir dele fica evidenciada a necessidade de se caminhar em favor de um aspecto vinculado ao desenvolvimento endógeno. A habilidade, a aptidão, e o conhecimento local são as bases de sucesso dentro desta nova perspectiva de desenvolvimento. É preciso romper barreiras, principalmente em municípios como Guajará-Mirim que detém quase a totalidade de seu território sobre a forma de áreas protegidas. A mobilização local em torno do capital social, nesse processo, é um meio possível para que ocorra a mudança institucional. Encará-lo como um aspecto de vantagem competitiva é a garantia de superar desafios e o caminho para que

tais regiões não sejam fadadas ao fracasso. Embora se reconheça que grande parte dos problemas existentes na Amazônia seja decorrente de fatores externos, tal qual apontado por Homma (2005), só faz aumentar o peso da responsabilidade local na busca de novas alternativas que levem ao desenvolvimento sadio e equilibrado. O capital social, com isso, é uma estratégia que pode ajudar, sobremaneira, o desenvolvimento endógeno e, com isso, auxiliar na propagação desta nova perspectiva de desenvolvimento, mesmo que o cenário externo demonstre uma situação desfavorável. Embora Putnam (2007) tenha evidenciado ser mais difícil desenvolver o capital social em regiões que apresentam baixo índice desse fator, mesmo assim, afirma que isto, ainda, é possível. No caso específico do município de Guajará-Mirim, onde se evidenciou um baixo índice para a cooperação e governança, tais índices demonstram, pelo menos, o começo pelo qual se deve iniciar este novo caminho.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica. In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: UNESP; EDUSP, 2001.
- ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: ORTEGA, A.C.; ALMEIDA FILHO, N. (Org.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas, SP: Alínea, 2007.
- ABU-EL-HAJ, J. O debate em torno do capital social: uma revisão crítica. **Revista brasileira de informações bibliográficas em ciências sociais – BID**, Rio de Janeiro, n.47, p.65-79, 1999.
- ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações). **Informações técnicas**. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br>>. Acesso em: 16 dez. 2009.
- AGUIAR, R. C. **Abrindo o pacote tecnológico: estado e pesquisa agropecuária no Brasil**. São Paulo: Polis; Brasília, DF: CNPq, 1986.
- AGUILAR FILHO, H. A. **O atraso econômico e a matriz institucional brasileira: uma abordagem a partir de Douglass North e Raymundo Faoro**. 2004. 103 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.
- ALBERT, C. Américo Casara: conquistador pacifique de L'Amazonie. **Letre d'Amazonie**. França, 1967. p. 6-17
- ALBERT, B. **O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza**. Brasília, DF, 1995. (Série antropologia, 174).
- AMARAL, A. J. P.; SAMONEK, F. **Borracha amazônica: arranjos produtivos locais, novas possibilidades e políticas públicas**. Belém, n. 191, abr. 2006. Paper.
- AMARAL FILHO, J. do. Desenvolvimento regional endógeno: (re)construção de um conceito, reformulação de estratégias alternativas (à guerra fiscal). In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 23., 1995, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPEC, 1995.
- _____. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e políticas públicas**, n. 14, dez. 1996.
- _____. Capital Social e desenvolvimento local no Ceará. **Jornal O Povo**. Fortaleza, 26 nov. 2000 p.9.
- _____. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e políticas públicas**, n. 23, jun. 2001.

AMARAL FILHO, J. do. et al. Núcleos produtivos e arranjos produtivos locais: casos do Ceará. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE POLÍTICAS PARA SISTEMAS PRODUTIVOS LOCAIS DE MPME, 2002, Mangaratiba, RJ. **Anais...**Mangaratiba, RJ: REDESIST, 2002.

AMARAL, J. J. O. **Terra virgem terra prostituta**: o processo de colonização agrícola em Rondônia. São Paulo: USP, 1994.

_____. **Os latifúndios do INCRA**: a concentração de terra nos projetos de assentamento em Rondônia. 1998. 125f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

AMAZONAS, M. C. **Economia do meio ambiente**: uma análise da abordagem neoclássica a partir dos marcos evolucionistas e institucionalistas.1994. 215 f Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 1994.

AMIN, M. M. O extrativismo como fator de empobrecimento da economia do Pará. In: XIMENES, T.(Org.). **Perspectivas do desenvolvimento sustentável**: uma contribuição para a Amazônia 21. Belém: UFPA; NAEA; UNAMAZ, 1997. p. 177-209.

ARAGÓN, L. E. **The Amazon as a study object**: building regional capacity for sustainable development. Sweden: Stockholm University/Institute of Latin American Studies, 1994.

ARRAES, R. ; TELES, V. K. Fatores Institucionais e Crescimento Econômico: Cenários para o Brasil e Países Selecionados. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC, 28., 2000, Campinas. **Anais...**Campinas: ANPEC. 2000. 1 CD-ROM.

ARRAES, R. ; BARRETO, R. C . S. Implicações do capital social e do capital político no desenvolvimento econômico. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 6., 2002, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2002. p. 1-25.

AREND, M. **Desenvolvimento e desequilíbrio industrial no Rio Grande do Sul**: uma análise institucionalista e neo-schumpeteriana evolucionista. 2004. 240 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

AREND, M. ; CÁRIO, S. A. F. **Origens e determinantes dos desequilíbrios no Rio Grande do Sul**: uma análise a partir da teoria institucional de Douglass North. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 26, p. 63-94, maio, 2005.

AREND, M. Atraso via modernização cultural: uma leitura evolucionista das obras de Raymundo Faoro e de Celso Furtado. **Economia**, Brasília, DF, v.9, n.3, p. 651-681, set./dez., 2008

ARRUDA, A. L. B. Adoção do modelo gerencial de gestão no âmbito da educação municipal e desafios a construção de uma sociedade multicultural. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, 5., 2005. Recife. **Anais...**Recife, 19 a 22 set. 2005.

ASPROMOURGOS, T. On the origins of the term neoclassical. **Cambridge journal of economics**, v.10, n.3, p.265-70, sept. 1986.

AZEVEDO, P. F. **A nova economia institucional e a defesa da concorrência:** reintroduzindo a história. São Paulo: FGV.1999.

BAIARDI, A. Fazendo a democracia funcionar ou a tradição cívica nas regiões italianas: comentários sobre a obra de Robert Putnam. **Caderno CRH**, Salvador, n. 26, 27, p. 375-404, 1997.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. Programas sociales, pobreza y participación ciudadana. In: SEMINÁRIO PRÉVIO A LA ASAMBLEA DEL BID DE CARTAGENA, 1998. Cartagena de Indias. **Anais...** Colombia: BID, mar. 1998.

BANCO MUNDIAL. Grupo temático sobre capital social. **Questionário integrado para medir capital social (QI-MCS)/** integrated questionnaire for the measurement of social capital (SC-IQ). 2003. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/proverty/scapital/index>>. Acesso em: 20 abr. 2009.

BANDEIRA, L .A. M. O Barão de Rothschild e a questão do Acre. **Revista brasileira de política internacional**, Brasília, DF: IBRI, n.2, v.43, p.150-169. 2000.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente:** as estratégias de mudanças da Agenda 21. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BARCELOS, R. M. **A nova economia institucional:** teoria e aplicações. Programa especial de treinamento – PET, Brasília, DF: UnB, 2003.

BARCELLOS, O. ; CONCEIÇÃO, O. A. C. O comportamento humano no pensamento institucionalista: uma breve discussão. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 13., 2010, Porto Alegre. **Anais...**Porto Alegre: ANPEC SUL, 2010.

BASTOS, S. Q. de A. **Reflexões sobre o desenvolvimento local:** a partir da análise do processo de industrialização de Juiz de Fora (MG). 2007. 134 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2007.

BASTOS, M. H. C. A democracia na América de Alexis de Tocqueville: uma leitura para a história da educação. **Educação Unisinos**, v.11, n. 1, p. 5-14, jan./abr. 2007.

BATISTA, L. M. **Muito além dos seringais:** elites, fortunas e hierarquias no grão-pará: 1850-1870. 2004. 228 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

BENCHIMOL, S. **Amazônia:** um pouco - antes e além - e depois. Manaus: Umberto Calderaro, 1977.

BENKO, G.; LIEPITZ, A. **Las regiones que ganan.** Valencia: Generalitat Valenciana, 1995.

BENKO, G. A recomposição dos espaços. **Revista internacional de desenvolvimento local.** v. 1, n. 2, p. 7-12, mar. 2001.

BORZACOV, Y. Centenário de nascimento de Aluizio Pinheiro Ferreira: 1897 – 1997. In: _____. **Em memória:** Aluizio Pinheiro Ferreira: 1897-1997. Porto Velho: Departamento gráfico do TJ/RO, 1997.

BOSSEL, H. **Indicators for sustainable development:** theory, method, applications. Winnipeg: international institute for Sustainable Development, 1999.

BOXER, C. R. **O império colonial português:** 1415-1825. Lisboa: Ed. 70, 1981.

BRAGA, T. M. ; FREITAS, A. P. G. de ; DUARTE, G. de S. ; SOUSA, J. C. Índices de sustentabilidade municipal: o desafio de mensurar. **Nova economia:** Belo Horizonte, v. 14, n. 3, 11-33, set./dez. 2004.

BRASIL. Presidência da República. **II Plano nacional de desenvolvimento (1975-1979).** Brasília, DF:, 1974.

_____. Ministério do Interior. **POLAMAZÔNIA** (Programa de pólos agropecuários e agrominerais da Amazônia). Brasília, DF, 1976.

_____. Presidência de Republica. **Lei 6.938, 31/08/1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF, 1981.

_____. Presidência da República. Comissão Interministerial para Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **O Desafio do Desenvolvimento Sustentável:** Relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Brasília: CIMA, 1991. 204 p.

_____. **White paper plan director of reform of the state apparatus.** Caderno do MARE, Brasília, DF, 1995.

_____. **Constituição** (1988). Brasília, DF, 1998. 292 p.

_____. **Informações para o sistema público de emprego e renda.** Brasília, DF: RAIS; MTE, 2008 (Dados por município). Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/rais>>. Acesso em: 20 jun. 2010.

_____. **Estados e municípios – Indicadores fiscais e de endividamento.** Brasília, DF: Secretaria do Tesouro Nacional; FINBRA. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 9 dez. 2009.

_____. **Dados contábeis dos municípios 2008.** Brasília, DF: Secretaria do Tesouro Nacional; FINBRA. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 10 dez. 2009.

_____. Câmara Federal. **Deputados federais eleitos por Rondônia.** Brasília, DF. 1983, 1991, 1999, 2007. Disponível em <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2009.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil:** para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo: Editora 34, 1996.

- _____. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado.** Brasília, DF:, 1997.
- BRITO, D. C. de. **A modernização da superfície:** estado e desenvolvimento na Amazônia. Belém: UFPA; NAEA, 2001.
- BROWDER, J. O. ; GODFREY, B. O. **Rainforest cities:** urbanization, development, and globalization of the Brazilian Amazon. USA, NY: Columbia University Press, 1997.
- BRUNDTLAND, R. **Our common future.** Oxford: Oxford University Press, 1987.
- BRUNO, E. S. **História geral do Brasil.** São Paulo: Cultrix, 1967.
- BUENO, N. P. **A nova economia institucional e a historiografia clássica do período colonial brasileiro.** Caxambu-MG: ABPHE, 2003.
- BUENO, N. P. Lógica da ação coletiva, instituições e crescimento econômico: uma resenha temática sobre a nova economia institucional. **Economia**, Brasília, DF, v.5, n. 2, p. 361-420, jul./dez., 2004a.
- BUENO, N. P. Possíveis Contribuições da Nova Economia Institucional à Pesquisa em História Econômica Brasileira: Uma Releitura das Três Obras Clássicas Sobre o Período Colonial. **Est. Econ.**, São Paulo, v. 34, n. 4, p. 777-804, out./dez., 2004b.
- BUENO; COSTANZE. **Tratado de Madrid:** 1750. Disponível em: <www.buenoecostanze.adv.br>. Acesso em: 8 jan. 2011.
- BUNGE, Mário. **Dicionário de filosofia.** São Paulo: Perspectiva, 2002.
- CANNABRAVA, A. P. A grande propriedade rural. In: HOLANDA, S. B. de. (Org.) **História geral da civilização brasileira:** a época colonial. São Paulo: Difusão Européia do Livro 1968. v.2.
- CAÑETE, V. R. ; SOUSA, N. R. ; SOUSA, R. M. Gestão das Águas na Amazônia: Atores Sociais, Marcos Regulatórios e Escalas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 4., 2008, Brasília. **Anais...**Brasília, DF: ANPPAS, 2008a.
- CAÑETE, V. R. et al. Os Indígenas do Purus e as Mudanças Populacionais Resultantes dos Fenômenos de Fronteira. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE POPULAÇÃO, 3., 2008, Córdoba. **Anais...**Córdoba, Argentina, 2008b.
- CAPACITY.ORG. **Evaluating capacity development.** Issue 17, European Centre for Development Policy Management, 2003.
- CÁRDENAS, E. ; OJEDA, J. La nueva economía institucional y la teoría de la implementación. **Revista de economía institucional**, v. 4, n. 6, 2002.
- CARDOSO, F. H. ; MÜLLER, G. **Amazônia:** expansão do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CARVALHO, L. A. **Colonização e meio ambiente**: estudo de duas experiências de assentamento na Amazônia Ocidental. 2000. 238 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia/Universidade Estadual de Campinas, Campinas,SP, 2000.

CARVALHO, C. A.; GOULART, S. ; VIEIRA, M. M. F. A inflexão conservadora na trajetória histórica da teoria institucional. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 28., 2004, Curitiba. **Anais...**Curitiba. Rio de Janeiro: ANPAD, 2004. 1.CD-ROM.

CASSIOLATO, J. E. ; LASTRES, H. M. M. **Globalização e inovação localizada**. Brasília, DF: IBICT; MCT, 2000.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**: a era da informação: economia, sociedade e cultura, v.1, São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, E. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. **Novos cadernos NAEA**, Belém, v.8, n.2, p.5-39, dez. 2005.

CAVALCANTE, C. M. **Análise metodológica da economia institucional**. 2007. 120 f. Dissertação (Mestrado em Economia,) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007.

CAVALCANTE, F. R. C. **Proposta de um sistema produtivo sustentável para a cultura do maracujá no Assentamento Arariba de Baixo**: Pernambuco. 2001. 229 f. Dissertação (Mestrado em administração rural) – Universidade Federal Rural de Recife, Recife, 2001.

CAVALCANTE, F. R. C. ; SILVA, F. C. da. Formação econômica e desigualdade intrarregional no estado de Rondônia. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL “AMAZÔNIA E FRONTEIRAS DO CONHECIMENTO”. 2008, Belém. **Anais...**Belém: UFPA; NAEA, 9 a 11 dez. 2008.

CAVALCANTI, M. B. **Da SPVEA à SUDAM**: 1964-1967. Belém: SUDAM, 1967.

CEMIN, A. B. **Colonização e natureza**: análise da relação social do homem com a natureza na colonização agrícola em Rondônia. 1992. 220 f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

CHEROBIM, M. Trabalho e comércio nos seringais amazônicos. **Perspectivas**, São Paulo, n.6, p.101-107, 1983.

CLARO, P. B. O. ; ZYLBERSZTAJN, D. Why the American West was not as wild as the Brazilian Amazon Forest? The Development of Institutions. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE INTERNACIONAL SOCIETY FOR NEW INSTITUTIONAL ECONOMICS. Comparative Institutional Analysis: Economics, Politics, and Law, 11., 2007, St. Louis. **Anais...**St. Louis, USA: ISNIE, 2007. v. 1

COASE, R. H. The nature of the firm. **Economica**, n. 4, nov., 1937.

COASE, R. The new institutional economics. **American economic**, v. 88, n.2, p. 72-74, may, 1998.

COHEN, I. B. **Interactions: some contacts between the natural sciences and the social sciences**. London, England: The MIT Press – Cambridge, Massachusetts, 1994.

COLARES, A. A. **Colonização, catequese e educação no Grão-Pará**. 2003. 202 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, 2003.

COLEMAN, J. S. **Foundations of social theory**. USA: Harvard University Press, 1990.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

CONCEIÇÃO, O. A. C. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **Revista de economia contemporânea**, Rio de Janeiro, v.6, n.2, p. 119-146, jul./dez., 2002a.

_____. A relação entre processos de crescimento econômico, mudança e instituições na abordagem institucionalista. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, p.603-620, 2002b.

_____. **Crescimento econômico: inovações e mudanças institucionais, rotinas e tecnologia social**. Fundação de economia e estatística. Porto Alegre: FEE; Secretaria de Planejamento e Gestão, 2007a.

_____. Além da Transação: Uma Comparação do Pensamento dos Institucionalistas com os Evolucionários e Pós-Keynesianos. **Economia**, Brasília, DF, v.7, n.3, p.621–642, set./dez. 2007b.

_____. Crescimento econômico: inovações e mudanças institucionais, rotinas e tecnologia social. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 85-105, abr. 2008a.

_____. **Além da transação: uma Comparação do pensamento dos institucionalistas com os evolucionários e pós-Keynesianos**. Porto Alegre: FEE; Secretaria de Planejamento e Gestão, 2008b. (textos para discussão).

COSTA, F. A. **Ecologismo e questão agrária na Amazônia**. Belém: SEPEQ; NAEA; UFPA, 1992.

_____. Grande empresa e agricultura na Amazônia: dois momentos, dois fracassos. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, n.1, p.23-78, 1998.

_____. **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém: UFPA; NAEA, 2000a.

_____. (Org.). **Agricultura familiar em transformação no nordeste paraense: o caso de Capitão Poço**. Belém: UFPA; NAEA, 2000b.

COSTA, K. S. **Apontamentos sobre a formação histórica da Amazônia: uma abordagem continental**. Rio de Janeiro: FLACSO-BRASIL, 2009. (Série Estudos e Ensaio/ Ciências Sociais).

COSTA, J. C. **A conquista do deserto ocidental: subsídios para a história do território do Acre**. Brasília: Senado Federal, 2005.

CONSTANTINO, M. A. C. **Avaliação da qualidade de vida**: desenvolvimento, validação de um instrumento por meio de indicações biopsicológicas junto à comunidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

COY, M. Desenvolvimento regional na periferia amazônica: organização do espaço, conflitos de interesses e programas de planejamento dentro de uma região de “fronteira” : o caso de Rondônia. In: AUBERTIN, C. (Org.). **Fronteiras**. Brasília: UnB; Paris: ORSTOM, 1988.

CRUZ, C. ; RIBEIRO, U. **Metodologia científica**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Gisella Narcisi, 2003.

CUNHA, S. R. P. **O xadrez da terra**: um estudo da colonização de Rondônia. 1985. 154 f. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1985.

DAOU, A. M. **A Belle époque amazônica**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

DARATIOTO, F. F. M. Rio Branco e a consolidação da Amazônia brasileira: a questão do Amapá. **Revista Múltipla**, v.7, n. 11, p.75-96, dez. 2001.

D'ARAÚJO, M. C. Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. **Revista brasileira de ciências sociais**, Rio de Janeiro: ANPOCS, n. 19, ano 7, jun. 1992.

D'ARAÚJO, M. C. **Capital social**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003 (Coleção Passo a Passo; v. 25).

DATASUS. **Informações de saúde**. Brasília, DF: 1980, 1991; 2000; 2008; 2009; 2010 (Base de dados do Sistema Único de Saúde). Disponível em: <www.datasus.gov.br>. Acesso em: 28 dez. 2010.

DAVIS, A. K. Sociological elements in veblen's economic theory. In: WOOD, J.C. (Ed.). **Thorstein Veblen**: critical assessments New York: Routledge. 1994. v. 2

DEAN, W. **Brazil and the struggle for rubber**. Cambridge: Cambridge Univesity Press, 1987.

DIAS, G. L. S. ; CASTRO, M. C. **A colonização oficial no Brasil**: erros e acertos na fronteira agrícola. São Paulo: IPE, 1986.

DIAS, M. N. **Fomento e mercantilismo**: a companhia geral do Grão-Pará e Maranhão: 1755-1778. Belém: UFPA, 1970. v. 2.

DIEGUES, A. C. et al. **A dinâmica social do desmatamento na Amazônia**: populações e modos de vida em Rondônia e sudeste do Pará. São Paulo: UNRISD; NUPAUB, 1993.

DILLON, W. R. ; GOLDSTEIN, M. **Multivariate analisys**: methods and applications. New York: Wiley, 1984.

DURSTON, John. Construyendo Capital Social Comunitario. **Revista de la CEPAL** n.69, p.103-118, dez. 1999.

EMMI, M. F. **Italianos na Amazônia (1870-1950):** pioneirismo econômico e identidade. Belém: NAEA, 2008.

ESTÊVÃO, J. Desenvolvimento econômico e mudança institucional: o papel do Estado. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL ECONOMIC POLICIES IN THE NEW MILLENIUM, 2004, Coimbra. **Anais...**Coimbra, Portugal: FEUC, abr. 2004.

FARQUHAR, M. Definitions of quality of life: a taxonomy. **J Adv Nurs**, n. 22, p.502-8, 1995.

FAZENDA, I. C. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro:** efetividade ou ideologia. São Paulo: Loyola, 1979.

Federação das Indústrias do Estado de Rondônia - FIERO. **Perfil socioeconômico e industrial do Estado de Rondônia.** Porto Velho: FIERO, 1997.

FERNSE, P. M. O cultivo da soja como ameaça para o meio ambiente da Amazônia brasileira. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL “BRASIL 500 ANOS”, 2000, Belém. **Anais...**Belém, PA, 2000. Disponível em: <www.museu-goeldi.br/download/>. Acesso em: 20 out. 2007.

FERRARI FILHO, F.; CONCEIÇÃO, O. A. C. A noção de incerteza nos pós-keynesianos e institucionalistas: uma conciliação possível? In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 29., 2001, Salvador. **Anais...**Salvador, 2001. Disponível em: <www.anpec.org.br/encontro2001/artigos>. Acesso em: 14 dez. 2010.

FERREIRA, M. R. **A ferrovia do diabo.** São Paulo: Melhoramentos, 2008.

FERREIRA, R. A. **A pesquisa científica nas ciências sociais:** caracterização e procedimento. Recife: UFPE, 1998.

FIANI, R. Estado e economia no institucionalismo de Douglass North. **Revista de economia política**, v. 23, n. 90, São Paulo, abr./jun. 2003.

FILLIPI, E. E. ; SIMAN, R. F.; CONCEIÇÃO, O. A. A economia institucional: em busca de uma teoria do desenvolvimento rural. In: CONGRESSO DA SOBER – “Questões agrárias, educação no campo e desenvolvimento”, 44., 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, SOBER , 23 a 27 jul. 2006.

FLECK, M. P. de A. et al. Desenvolvimento da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da OMS (WHOQOL-100). **Revista brasileira psiquiatria**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, 1999.

FONSECA, D. R. **Pesca e abastecimento na colonização da Amazônia.** 2004. 507 f. Tese (Doutorado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos /Universidade Federal do Pará, Belém: NAEA, 2004.

FRANÇA, C; SILVA, I; VAZ, J. **Aspectos econômicos de experiências de desenvolvimento local**. São Paulo: Instituto Pólis, 2002.

FREEMAN, C.; PEREZ, C. Structural crises of adjustment business cycles and investment behaviour'. In: DOSI et al. (Ed.). **Technical change and economic theory**. Londres: Pinter, 1988.

FUKUDA-PARR, S., LOPES, C.; MALIK K. Overview: Institutional Innovations for Capacity Development. In: **Capacity for development, new solutions to old problems**. Earthscan: UNDP, 2002.

FUKUYAMA, F. **Confiança: valores sociais e criação de prosperidade**. Lisboa: Gradiva, 1996, 412p.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1986a.

_____. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1986b.

_____. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.

_____. **Formação econômica do Brasil**, 27. ed. Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000.

FURTADO, J. S. Indicadores de sustentabilidade e governança. **Revista intertox de toxicologia, risco ambiental e sociedade**, v.2, n.1, fev., 2009.

GADELHA, C. A. Estado e inovação: uma perspectiva evolucionista. **Revista de economia contemporânea**. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 6, n. 02, p 85-117, jul./dez. 2002.

GADOTTI, M. **Interdisciplinaridade: atitude e método**. São Paulo: Instituto Paulo Freire; USP, 1999.

GAFFARD, J. C. **Territory as a specific resource: the process of construction of local models of development**. Nice: Latapses, 1992.

GALA, P. A Teoria institucional de Douglass North. **Revista de economia política**, v. 23, n. 2, abr./jun., 2003a.

_____. A retórica na teoria institucional de Douglass North. **Revista de economia política**, v. 23, n. 2, abr./jun., 2003b.

GALÍPOLO, G.; GALA, P.; FERNANDES, D. A. Notas para uma avaliação do discurso marxista em Douglass North. **Revista econômica**, jan./abr., 2008.

GALLOPÍN, G. Environmental and sustainability indicators and the concept of situational indicators: a system approach. **Environmental modelling and assessment**, v.1, p. 101-117, 1996.

GAMA, Z. J. C. ; SANTANA, A. C. de. ; MENDES, F. A. T. ; KHAN, A. S. Índice de desempenho competitivo das empresas de móveis da região metropolitana de Belém. **Revista de economia e agronegócio**, v. 5, p. 127-159, 2007.

GEOCIÊNCIAS. **Mapas da divisão territorial do Estado de Rondônia por meso e microrregiões**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias>>. Acesso em: 20 set. 2009.

GIDDENS, A. O positivismo e seus críticos. In.: BOTTOMORE, Tom ; NISBET, Robert (Org.) **História da análise sociológica**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1980.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GIRÃO, R. **História econômica do Ceará**. Fortaleza: Instituto Ceará, 1947.

GMAPSBRASIL. Fotografia aérea do Forte Príncipe da Beira. Disponível em: <<http://gmapsbrasil.com>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

GÓES, H. **A Odisséia da ocupação amazônica: Rondônia terra de migrantes: histórias de sucesso**. Porto Velho: Ecoturismo, 1997.

GOLDIN, C. Cliometrics and the Nobel. **Journal of economic perspectives**, 9, p. 191– 208, 1995.

GOMES, F. G. A nova economia institucional (NEI) e o (sub) desenvolvimento econômico brasileiro: limites e impossibilidades de interpretação. In.: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 9., 2004, Uberlândia. **Anais...Uberlândia: VUDIX**, 2004.

GOUZEE et al. **Indicators of sustainable development for decision: making**. Report of the Workshop of Ghent. Bélgica: World Resources Institute, 1995. 78 p.

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1982. 156 p.

GREEN, L.W. ; KREUTER, M. W. **Health promotion planning: an educational and environmental approach**. 3. ed. Nova York: Mayfield Publishing Company, 1999.

GRUCHY, A. **The reconstruction of economics: An Analysis of the Fundamentals of Institutional Economics**. Nova Iorque: Greenwood, 1987.

GUERRA, F. **Rondon: o sertanista**. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1970.

GUIMARÃES, R. P. El desarrollo sustentable: propuesta alternativa o retorica neoliberal. **Revista EURE**. Santiago de Chile, v. 20, n. 61, dez., 1994.

GUIMARÃES, M.A. **Análise da política de meio ambiente e da diretriz estratégica da gestão ambiental do exército brasileiro**. 2009. 117 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável/Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.

HADDAD, P. R.; et al. **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: ETENE-BNB, 1989.

HAIR, J. F. et al. **Análise multivariada de dados**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 730 p.

HALL, A. L. **Amazônia: desenvolvimento para quem? : desmatamento e conflito social no programa grande Carajás**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1991.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. Political science and the three new institutionalism. Oxford: Blackwell Publishers. **Political Studies**, n. 44, p. 936-957, 1996.

_____. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, n. 58, p. 193-223, 2003.

HAMMOND, A. et al. **Environmental indicators: a systematic approach to measuring and reporting on environmental policy performance in the context of sustainable development**. Washington, DC: World Resources Institut, 1995.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. **Science** **162**, p.1243-1248, 1968.

HARDMAN, F. F. **Trem fantasma: espetáculos do maquinismo à modernidade**. 1986. 392 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

_____. **Trem fantasma: a modernidade na selva**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HODGSON, G.M. Institutional economics: surveying the ‘old’ and the ‘new’. **Metroeconomica**, v. 44, n.1, p. 1-28, 1993a.

_____. **Economics and evolution: bringing life back into economics**. Cambridge: Polity Press, 1993b.

_____. The Return of Institutional economics. In: SMELSER, N.; SWEDBERG, R. (Ed.). **The Handbook of Economic Sociology**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1994. p. 58-76.

_____. The approach of institutional economics. **Journal of economic literature**, v. 36, p. 166-192, mar., 1998.

_____. **Evolution and Institutions: on evolutionary economics and the evolution of economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 1999.

_____. Why is the essence of institutional economics? **Journal of economic issues**, v. 34, n.2, jun., 2000.

_____. **Institutional economics into the twenty-first century**. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, out. 2006a. Paper.

_____. What Are Institutions? **Journal of Economic Issues**, n. 40, v.1, p. 1-25, 2006b.

HOLANDA, S. B. de. **História geral da civilização brasileira**. Brasil monárquico. São Paulo: Difusão européia do livro, 1967. v.2.

_____. **Visão do paraíso:** os motivos endêmicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1992.

HOMMA, A. K. O. A (ir)racionalidade do extrativismo vegetal como paradigma de desenvolvimento agrícola para a Amazônia. In: COSTA, J. M. **Amazônia:** desenvolvimento ou retrocesso. Belém: CEJUP, 1992. p. 163-207.

_____. Amazônia: como aproveitar os benefícios da destruição? **Estudos Avançados**, v.19, n. 54, p.115-135, 2005.

HUGO, V. **Desbravadores.** Manaus: Missão Salesiana de Humaiatá, 1959. v.1

_____. **Cinquenta anos do Território Federal do Guaporé.** 4. ed. Porto Velho: ABG Gráfica, 1995.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico.** 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

HURTIENNE, T. ; NITSCH, M. O quadro político e econômico do desenvolvimento e subdesenvolvimento na Amazônia. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL E INTERDISCIPLINAR “HOMEM E NATUREZA NA AMAZÔNIA”. 1987. Alemanha. **Anais...**Alemanha: ADLAF, 1987.

IBGE. **Sinopse preliminar do censo demográfico:** Rondônia: Roraima : Amapá. Rio de Janeiro, 1981. 78 p. v.1. (Censo demográfico).

_____. **Censo demográfico:** dados distritais. Rio de Janeiro, 1982. v. 23. (Censo demográfico).

_____. **Censo demográfico:** dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Rio de Janeiro: IBGE, 1982-1983. v. 26.

_____. **Censo demográfico:** mão-de-obra. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. v. 26.

_____. **Censo demográfico:** famílias e domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. v. 26.

_____. **Censo agropecuário.** Rio de Janeiro: IBGE, 1983-1984. v.26.

_____. **Censo agropecuário.** Rio de Janeiro: IBGE, n. 2, 1990. p. 1-236

_____. **Sinopse preliminar do censo demográfico:** Rondônia: Acre. Rio de Janeiro, n.2, 1991. p. 1-55.

_____. **Características gerais da população e instrução:** resultados da amostra. Rio de Janeiro, n.2, 1991. p. 1-108.

_____. **Nupcialidade, fecundidade e mortalidade:** resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, n. 2,1991. p. 1-134.

_____. **Famílias e domicílios:** resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, n. 2, 1991. p. 1-164.

- _____. **Migração:** resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, n.2, 1991. p. 1-249.
- _____. **Mão-de-obra:** resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, n.2, 1991. p. 1-306.
- _____. **Indicadores de desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: IBGE, 2004.
- _____. **Contagem da população.** Rio de Janeiro: IBGE, 2007. (Sistema IBGE de Recuperação Automática de Dados). Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 abr. 2010.
- _____. **Pesquisa pecuária municipal.** Rio de Janeiro: IBGE, 1991; 2000; 2008. (Sistema IBGE de Recuperação Automática de Dados). Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 abr. 2010.
- _____. **Produção agrícola municipal.** Rio de Janeiro: IBGE, 1980; 1991; 2000; 2008. (Sistema IBGE de Recuperação Automática de Dados). Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 28 abr. 2010.
- _____. **Extração vegetal e da silvicultura.** Rio de Janeiro: IBGE, 1980; 1991; 2000; 2008. (Sistema IBGE de Recuperação Automática de Dados). Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 28 abr. 2010.
- _____. **Censo agropecuário.** Rio de Janeiro: IBGE, 1995; 2006. (Sistema IBGE de Recuperação Automática de Dados). Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 2 maio 2010.
- _____. **Mapa da pobreza da pobreza e desigualdade – Municípios brasileiros 2003.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadossat/>>. Acesso em: 1 maio 2010.
- _____. **Perfil dos municípios brasileiros: gestão pública 2001.** Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 245 p.
- _____. **Perfil dos municípios brasileiros: gestão pública 2009.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- _____. **Divisão territorial brasileira.** Rio de Janeiro: IBGE, 2002.
- _____. **Síntese de indicadores sociais 2005.** Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 330 p (Estudos & Pesquisas, n. 17). CD-rom; texto PDF.
- ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). **Unidades de conservação.** Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br>>. Acesso: 30 dez. 2009.
- IGLESIAS, E. V. **Cultura, educación y desarrollo:** exposição na assembléia geral da UNESCO. Paris: UNESCO, 1997.
- INPE. **Queimadas em Rondônia.** Disponível em: <<http://www.cptec.inpe.br/queimadas>>. Acesso em: 20 set. 2007.

_____. **Desflorestamento nos municípios da Amazônia Legal**. São José dos Campos, SP: INPE, 2009. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php>>. Acesso em: 22 maio. 2010.

_____. **Base de dados**. Rio de Janeiro: IPEADATA, 1980; 1982; 1989; 1991; 2000. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 18 nov. 2009.

JASMIN, M. De cristãos a Turcos: tocqueville e a história. **RBCS**, n.32, ano 11, p.151-162, out., 1996.

JORDÁN, P.G. **Fronteras, colonización y mano de obra indígena en La Amazonia Andina**: siglos XIX: la construcción del espacio sócio-económico amazônico en Ecuador, Perú y Bolívia (1795-1948). Peru; Espanha: Universidad del Peru; Universitat de Barcelona, 1998.

JOHNSON, T. The professions in the class structure. In: SCASE, R. (Ed). **Industrial society: class, cleavage and control**. London: Allen & Unkwin, 1977.

JOHNSON, R.A. and WICHERN, D.W. **Applied multivariate statistical analysis**. 2 ed. New Jersey: Prentice Hall International, 1988.

Junta Comercial de Rondônia (JUCER). **Micro e pequenas empresas do estado de Rondônia**. Porto Velho: Banco de dados interno, 2010.

KAYANO, J.; CALDAS, E. L. **Indicadores para o diálogo**. São Paulo: GT – indicadores; Plataforma Contrapartes Novib, n. 8, out., 2002.

KEYNES, J. M. The general theory of employment. **Quarterly Journal of Economies**, n.51, feb. 1937.

KHAN, A. S. Reforma agrária solidária e desenvolvimento rural no estado do Ceará. In: KHAN, A. S. ; ROSA, A. L. da (Org.). **Reflexões sobre aspectos setoriais e locais de uma economia**. Fortaleza: CAEN, 2002. 328p.

KHERALLAH, M. ; KIRSTEN, J.F. The new institutional economics: applications for agricultural policy research in developing countries. **Agrekon**, v. 41, n. 2, june, 2002.

KLEIN, J.T. **Interdisciplinarity**: history, theory and practice. Detroit: Wayne State University Press, 1990.

KLEIN, J.T. **Crossing boundaries, knowledge disciplinarity, and interdisciplinarity**. Charlottesville, London: University Press of Virginia, 1996. 281p.

KLEIN, P. H. The Institutional challenge: beyond dissente. In: MARC TOOL (Ed.). **Institutional Economics**: theory, method, policy. Boston e Londres: Kluwer Academic, 1993.

KLEIN, P. H. **Beyond dissent**: essays in institutional economics. Armonk: M. E. Sharpe, 1994.

KLEIN, J. **Medindo qualidade de vida e de condições para viver: estudo de caso do sudeste do Paraná**. 2008. 117 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

KLIKSBERG, B. **Capital social e cultura: as chaves esquecidas do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: PREAL, 2002.

KLIKSBERG, B. **Mais ética, mais desenvolvimento**. Brasília, DF: UNESCO; SESI, DN, 2008.

KUHN, T.S. **The structure of scientific revolutions**. Chicago: the University of Chicago Press, 1970.

KUHN, T.S. **A Estrutura das revoluções científicas**. S. Paulo: Perspectiva, 1982.

LAKATOS, I. **The methodology of scientific research programmes**. New York: Press Syndicate: University of Cambridge, 1979.

LAKATOS, I. **La metodología de los programas de investigación científica**. Madrid: Alianza, 1989.

LALLEMENT, M. Raízes alemãs da sociologia econômica. **Tempo social**, São Paulo, v.18, n. 1, p. 375-394, jun. 2006.

LARANJEIRAS, V. **A população urbana e sua evolução no território federal de Rondônia**. Porto Velho: [s.n], 1979.

LATTUCA, L. R. **Creating interdisciplinary: interdisciplinary research and teaching among college and university faculty**. Nashville, TN: Vanderbilt University Press, 2001.

LEFF, E. **As aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004a.

_____. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004b.

LEIS, H. R. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. **FPOLIS**, n. 73, ago. 2005.

LEONARDI, M. L. A. Educação ambiental e teorias econômicas: primeiras aproximações. In: ROMEIRO A. A. et al. **Economia do meio ambiente: teoria, políticas e a gestão dos espaços regionais**. Campinas: UNICAMP, 1996.

LIMA, C. A. **Plácido de Castro: um caudilho contra o imperialismo**. Rio Branco: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1998.

LIMONGI-FRANÇA, A. C. **Indicadores empresariais de qualidade de vida no trabalho: um estudo comparativo entre satisfação dos empregados e esforço empresarial e satisfação dos empregados no ambiente de manufatura com certificação ISSO 9000**. 1996. 213 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de economia, administração e contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

LOPES, E. S. A. **Colonização agrícola em Rondônia: a relação parceleiro-agregado como manifestação de resistência à expropriação.** 1993. 120 f. Dissertação (Mestrado em Técnicas Agrícolas) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

MACHADO, L. O. **Mitos e realidades da Amazônia brasileira no contexto geopolítico internacional (1540-1912).** 1989. 502 f. Tese (Doutorado) – Universitat de Barcelona. Facultat de Geografia i Història, Barcelona, 1989.

MACHADO, P. H. B. **Quality of Life Indicators in Curitiba: analysis of the method and policy process.** 1996. 36 f. Dissertação (Mestrado) – London School of Hygiene and Tropical Medicine/University of London, Londres, Reino Unido, 1996.

MACHADO-DA-SILVA, C.; GONÇALVES, S. A. Nota técnica: a teoria institucional. In: _____. **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais.** São Paulo: Atlas, 1999. p. 220-226.

MACIEL, A. C. **Dinâmica do processo de ocupação sócio-econômica de Rondônia: trajetórias e tendências de um modelo agropecuário na Amazônia.** 2004. 342 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

MAHAR, D. J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais.** Rio de Janeiro: IPEA; INPES, 1978.

MAHAR, D.J. **Frontier development policy in Brazil: a study of Amazonia.** Nova York, Praeger, 1979.

MAILLAT, D. Territorial dynamic, innovative milieus and regional policy. **Entrepreneurship & Regional Development**, v. 7, n. 2, p. 157-165, 1995.

MANSO, J. R. P.; SIMÕES, N. M. **Os municípios e a qualidade de vida em Portugal: proposta metodológica com vista à sua mensuração e ordenação.** Portugal: Covilhã e Universidade da Beira Interior, 2007 (Observatório para o desenvolvimento econômico e social). Disponível em: <http://www.dge.ubi.pt/pmanso/qualid_vida>. Acesso em: 26 nov. 2010.

MARINI, C. Aspectos contemporâneos do debate sobre reforma da administração pública no Brasil: a agência herdada e as novas perspectivas. **Revista eletrônica sobre a reforma do Estado.** Salvador, n.1, mar./maio, 2005.

MARCH, J. and OLSEN, J. P. **Rediscovering institutions: the organizational basis of politics.** New York: Free Press, 1989.

MARROCOS FILHO, M. **Migração e malária em Rondônia: suas histórias e relações.** 1989. 298 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo /Fundação Getúlio Vargas, São Paulo-SP, 1989.

MARTINE, G. **Recent colonization experiences in Brazil: expectations versus reality.** In: SYMPOSIUM ON INTERNAL MIGRATION AND DEVELOPMENT, 1978, Cuernavaca. **Anais...**Cuernavaca, Sept., 18-21, Mexico: CLASCO; UNESCO, 1978.

MARTINELLO, P. **A batalha da borracha durante a segunda guerra mundial**. Rio Branco: Cadernos UFAC, 1988. (Série Estudos e Pesquisas 1).

MARTINS, R. A. ; COSTA NETO, P. L. Os indicadores de desempenho para a gestão pela qualidade total: uma proposta de sistematização. **Revista gestão da produção**, v.5, n.3, p. 298-311, 1998.

MARTONE, C. L. **Instituições, setor público e desenvolvimento: o caso do Brasil**. São Paulo: FIPE, 2007. (Textos para discussão, 9).

MATIAS, F. **Pioneiros**. Porto Velho: Gráfica e Maia, 1998.

MATHIS, A. ; FARIAS FILHO, M. C. O sistema político e a Amazônia brasileira: considerações político-institucionais. **Novos Cadernos NAEA**, v.7, n.2, dez. 2004. Belém: NAEA; UFPA, 2004.

MATOS, O. As formas modernas do atraso. **Folha de S. Paulo**, p. 3. , set. 1998.

MATURANA, H. O Que se observa depende do observador. In: THOMPSON, W.I. (Org.). **Gaia: uma teoria do conhecimento**. São Paulo: GAIA, 2000. p.61-76.

MAZZOTTI, A. J. A.; GEWANDSZNAJDER, P. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: PIONEIRA, 2001.

McGUIGAN, F. **Psicologia experimental: uma abordagem metodológica**. São Paulo: EPU, 1976.

MEDEIROS, C. A. Desenvolvimento Econômico, Distribuição de Renda e Pobreza. In: MEDEIROS, C; FIORI, J. L. (Org.). **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 165-200.

MEEBERG, A. G. Quality of life: a concept analysis. **J Adv Nurs**, n. 18, p.328, 1993.

MELBY, J. Rubber river: an account of the rise and collapse of the Amazon boom. **Hispanic American Historical Review**, n. 23, p.452-469, 1942.

MELLO, J. M. C. de. **O capitalismo tardio: contribuições à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira**. 1975. 207 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1975.

MELLO, A. F. de. **Marx e a globalização do capitalismo**. 1998. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1998.

MELLO, N. B. **Subdesenvolvimento, imperialismo, educação, ciência e tecnologia no Brasil: a subordinação reiterada**. 2004. 277 f. Tese (Doutorado) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2004.

MENDES, A. D. ; SACHS, I. A inserção da Amazônia no mundo. In: CASTRO, E. ; PINTON, F. (Org.). **Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: CEJUP; UFPA; NAEA, 1997.

MENDONÇA, M. G. de; PIRES, M. C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

MENDONÇA, A. A empresa e o meio ambiente: as escolas neoclássica, institucionalista e evolucionista. In: ENCONTRO DE ECONOMISTA DE LÍNGUA PORTUGUESA, 5., 2003, Recife, **Anais...Recife**, 5 a 7 nov. 2003.

MENEZES, E. **Penha de Rretalhos para a história de Rondônia**. Porto Velho: Gênese, 1984. v.2.

MEYER, B. **Probabilidades, aplicações e estatística**. Rio de Janeiro: Livros técnicos, 1984.

MINGOTI, S. A. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada**: uma abordagem aplicada. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

MINSKY, H. **John Maynard Keynes**. New York: Columbia University Press, 1975.

MONASTERIO, L.M. **Capital social e a região sul do Rio Grande do Sul**. 2002. 340 f. (Tese de Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

MONTE-MÓR, R.L. **Transformação de núcleos de colonização em Rondônia**: a questão do planejamento urbano. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1980.

MORAES, J. L. A. de. Capital Social e Desenvolvimento Regional. In: CORREA, Silvio Marcus de Souza (Org.). **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 123-148, 2003.

MORAN, E. F. **Developing the Amazon**. Bloomington: Indiana University Press, 1981.

_____. **The dilemma of Amazonian development**. Boulder: Westview Press, 1982.

_____. Colonization in the Transamazon and Rondônia. In: SCHMINK, M. ; WOOD, C. H. **Frontier expansion in Amazonia**. Gainesville: University of Florida Press, 1984.

MOURÃO, P. R. El institucionalismo norteamericano: orígenes y presente. **Revista de economia institucional**, v.9, n.16, p.315-325, 2007.

MOUSINHO, P. O. **Indicadores de desenvolvimento sustentável**: modelos internacionais e especificidades do Brasil. 2001. 215 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

MULLER, C. Frontier-based agricultural expansion: the case of Rondônia. In: SCAZZOCHIO, B. F: **Land, people and planning contemporary Amazonia**. Cambridge: University of Cambridge; Centre of Latin American Studies, 1980.

MULS, L. M. Desenvolvimento local, espaço e território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. **Revista Economia**, jan./abr. 2008.

MURPHY, A. B. As estratégias territoriais das organizações governamentais internacionais e suas implicações para o meio ambiente e desenvolvimento. In: BECKER, B.; MIRANDA, M. (Org.). **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. p. 93-101.

MURPHREE, I. Darwinism in Thorstein Veblen's Economics. In: WOOD, J. C. (Ed.). **Thorstein Veblen: critical assessments**. New York: Routledge. 1994. v.1

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, v. 16, n. 43, São Paulo: USP, 2001.

NELSON, R. R Recent evolutionary theorizing about economic change. **Journal of Economic Literature**. v.33, p. 48-90, mar., 1995.

_____. Bringing institutions into evolutionary growth theory. **Journal of Evolutionary Economics**, Springer-Verlag, v. 12, p. 17-28, 2002.

NIJKAMP, P. et al. **Regional sustainable development and natural resource use: proceedings of the world bank annual conference on development economics**. Washington: World Bank, 1990.

NORTH, D. C. **The economic growth of the united states 1790-1860**. New York: WW Norton & Company, 1966.

NORTH, D.C. ; THOMAS, R. P. **The rise of the western world: a new economic history**, Cambridge University Press, Cambridge, 1973.

_____; _____. El ascenso del mundo occidental: 1500 – 1700. **Revista de estudios públicos**, n.34, p.229-300, 1989.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: University Press, 1990.

_____. Institutions. **Journal of economic perspective**, v.5, n.1, 1991.

_____. **Desempeño económico en el transcurso de los años**. Estocolmo: [s. n.], 1993a. Disponível em: <www.eumed.net>. Acesso em: 15 abr. 2009.

_____. Why do we mean rationality? **Public choice** (1986-1998), v. 77, n. 1, sep., 1993b.

_____. Economic Performance Through Time. **The American Economic Review**, v. 84, n. 3, jun, p. 359-68, 1994a.

_____. Que queremos decir cuando hablamos de racionalidad? **Estudios públicos**, n.53, verão 1994b.

_____. **Institucionales, cambio institucional y desempeño económico**. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

_____. Institutions, organizations and market competition. St. Louis: Washington University, 1996. Disponível em: <<http://econwpa.wustl.edu/eps/eh/papers/9612/9612005.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2009.

_____. La evolución histórica de las formas de gobierno. **Revista de economia institucional**, Colombia, n.2, p.133-148, 2000.

_____. **Understanding the process of economic change**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

NOVAIS, F. A. **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial**. São Paulo: Brasiliense, 6 ed., 1998.

NOVARETTI, D. M. **Políticas públicas municipais de gestão ambiental-urbana: experiências institucionais na implementação de uma gestão plena em Santo André e Araraquara, SP**. 2009. 317 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2009.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Aggregated environmental indices**. Review of aggregation methodologies in use. Paris, 1994a.

_____. **Indicators for environmental performance reviews**. Paris: OECD, 1994b. Disponível em: <<http://www.oecdwash.org.pa>>. Acesso em: 19 maio. 2006.

_____. ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Institutional capacity and climate actions**. Paris, 2003.

OLIVEIRA, A. E. Ocupação humana. In: SALATI, E.; JUNK, W. J.; OLIVEIRA, A. E. **Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia**. São Paulo: Brasiliense; Brasília, DF: CNPq, . 1983. p.144-327

OLIVEIRA, M. **Um método para obtenção de indicadores visando a tomada de decisão na etapa de concepção do processo construtivo: a percepção dos principais intervenientes**. 1999. 382 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

OSER, J. ; BLANCHFIELD, W. C. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Atlas, 1983.

OTT, A. M. T. **Dos Projetos de desenvolvimento ao desenvolvimento dos projetos: o PLANAFLORO em Rondônia**. 2002. 285 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Sociedade e Meio Ambiente, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

OUTHWAITE, W. ; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1996.

PANDOLFO, C. **Amazônia brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras**. Belém: CEJUP, 1994.

PARADA, J. J. Economía institucional original y nueva economía institucional: semejanzas y diferencias. **Revista de economia institucional**, v.5, n.8, 2003.

PARENTE, S. ; ZAPATA, T. **Parceria e articulação institucional para o desenvolvimento local integrado e sustentável**. Recife: SCT, 1998. (Série Cadernos Técnicos, 4).

PASCHOAL, S. M. P. **Qualidade de vida no idoso**: elaboração de um instrumento que privilegia sua opinião. 2001. 255 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

PEREIRA, D. **Amazônia (in)sustentável**: zona franca de Manaus: estudo e análise. 2. ed. Manaus: Valer, 2006.

PEREIRA, C.B. **Notas para uma crítica institucionalista da “nova economia institucional”**. n.1. São Paulo: USP, 2009. Paper. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/wpapers/>>. Acesso em: 20 set. 2010.

PEREIRA, S.D. **Região amazônica**: estrutura e dinâmica na economia de Rondônia (1970-2003). 2007. 218 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

PESAVENTO, F; MONTEIRO, S. Jogos coloniais: mudança institucional e desempenho econômico: o caso da diversificação agrícola no Rio de Janeiro: 1750 a 1800. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPEC, 2006. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A025>>. Acesso em: 15 abr. 2008.

PESSALI, H. F.; FERNANEZ, R.V.G. **O que o ‘velho’ institucionalismo tem a dizer sobre a teoria dos custos de transação**. Curitiba, n. 2, 1999.

PESSALI, H. ; DALTO, F. A mesoeconomia do desenvolvimento econômico: o capital das instituições. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p. 11-37, jan./abr. 2010.

PHILIPPI, A. **Municípios e meio ambiente**: perspectivas para a municipalização da gestão ambiental no Brasil. São Paulo: ANAMMA, 201p., 1999.

PIMES. **Desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro**. Recife: UFPE; PEA; SUDENE. v. 1, 1984.

PINTO, E. P. **Rondônia, evolução história**: criação do Território Federal do Guaporé, fator de integração nacional. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.

PINTO, H. Existe um Institucionalismo? Caminhos para uma Teoria Econômica Satisfatória. **MRPA paper**, 2008. Disponível em: <<http://mprapa.ub.uni-muenchen.de/13512/>>. Acesso em: 10 mar. 2009.

PINTO, N.P.A. **Política da borracha no Brasil**: a falência da borracha vegetal. São Paulo: HUCITEC, 1984.

PLANAFLORO. **Diagnóstico sócio-econômico-ecológico do estado de Rondônia e assistência técnica para formulação da segunda aproximação do zoneamento sócio-econômico-ecológico**. Porto Velho:, 1998.

PONDÉ, L. **Instituições e mudança institucional: uma abordagem schumpeteriana**. *Economia*, v .6, n. 1, p.119–160, 2005.

PONTES FILHO, R.P. **Estudos de história do Amazonas**. Manaus: Valer, 2000.

VIDAL, J. **PONT A realidade social é externa ao indivíduo?** uma aproximação à pesquisa qualitativa. Belém: NAEA, n. 203, 2006. Paper.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1971.

_____. **História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro**. São Paulo: Brasilense, 1989.

PRZEWORSKI, A. A última instância: as instituições são a causa primordial do desenvolvimento econômicos? *Novos estudos*, n. 72, jul. 2005.

PUTNAM, R. D. **Bowling alone: the collapse and revival of American Community**. New York: Simon; Schuster First Touchstone Edition, 2001.

_____. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2007, 260p.

QUINTELLA, O. M. **Balanced Scorecard como ferramenta para o desenvolvimento de um sistema de medição de desempenho: uma proposta de implantação**. 2004. 125 f. Dissertação (Mestrado) – Laboratório de tecnologia, gestão de negócios e meio ambiente, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

REIS, A. C. F. **O seringal e o seringueiro**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura; Serviço de Informação Agrícola, 1953.

_____. **A Amazônia e cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Americana, 1972.

REIS, E. **Estatística multivariada aplicada**. 2. ed. Lisboa: Silabo, 2001.

REIS, J. O institucionalismo econômico: crônica sobre os saberes da economia. *Revista da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*, n. 11, p. 130-149, 1998. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publics/istits/1999institecon.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2007.

REIS, J. **Ensaio de economia impura**. Coimbra: Almedina, 2007.

REZENDE, T.V. F. de. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras**. 2006. 353 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

RIBEIRO, A. **Modelo de indicadores para mensuração do desenvolvimento sustentável na Amazônia**. 2002. 397 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Núcleo de Altos estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

ROBERTSON, P. L.; LANGLOIS, R. N. Innovation, networks, and vertical integration. **Research policy**, n.24, p. 543-562, 1995.

ROBLES, G. A. P. El pensamiento económico de Douglass North. **Laissez-Faire**, n. 9, set., p. 13-32, 1998.

ROCHA, A. D. et al. Qualidade de vida: ponto de partida ou resultado final? **Ciência e saúde coletiva**, v. 5, n. 1, 63-81, 2000.

ROCHA, S. **Desigualdade regional e pobreza no Brasil a evolução: 1981-1995**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

RONAN, C. A. **História ilustrada da ciência**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1983.

RONDÔNIA. Assembléia Legislativa de Rondônia. **Deputados estaduais de Rondônia**. Porto Velho. 1983, 1991, 1999, 2007. Disponível em <<http://www.ale.ro.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2009.

_____. Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. **Eleitorado**. Porto Velho, 2008. Disponível em: <<http://www.tre-ro.gov.br>>. Acesso em: 22 abr. 2009.

RUTHERFORD M. **Institutions in economics: the old and the new institutionalism**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

_____. Institutional Economics: them and now. **Journal of Economic Perspectives**, v.15, n. 3, p. 173-194, 2001.

SAGI, L. C. **Capacidade institucional para a gestão do turismo: estudo de caso do estado de Santa Catarina**. 2006. 201 f. Dissertação (Mestrado em Hospitabilidade) – Universidade Anhembi-Morumbi, São Paulo-SP, 2006.

SALGADO, M. J. P. **Amazônia: do inferno verde ao celeiro do mundo?**. 1979. 184 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciência Política/, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1979.

SAMUELS, W. J. The present state of institutional economics. **Cambridge Journal of Economics** 19, p. 569-590, 1995.

SANTANA, A. Agências executivas e agências reguladoras. O processo de agencificação: pressupostos do modelo brasileiro e Balanço da experiência. In.: SEMINÁRIO BALANÇO DA REFORMA DO ESTADO NO BRASIL: A NOVA GESTÃO PÚBLICA, ago. 2002, Brasília. **Anais...**Brasília, DF: MP; SEGES, 2002, 294p.

_____. de. **Métodos quantitativos em economia: elementos e aplicações**. Belém: UFRA, 2005a.

_____. **Elementos de economia, agronegócio e desenvolvimento local.** Belém: GTZ; TUD; UFRA, 2005b.

_____. Análise do desempenho competitivo das agroindústrias de frutas do Estado do Pará. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44., 2006, Fortaleza, CE. **Anais...** Brasília, DF: Sober, 2006. p. 1-20

_____. Análise do desempenho competitivo das agroindústrias de polpas de frutas do Estado do Pará. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 45, n. 3, Brasília, jul/sept., 2007.

_____. **O abandono do estado de Rondônia pelo Governo Federal.** Porto Velho: Editado pelo autor, 1992.

SANTOS, B.S. **Introdução a uma ciência pós-moderna.** Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, C. **A territorialidade na colonização rondoniana.** 1998. 153 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

_____. **A fronteira do Guaporé.** Porto Velho: EDUFRO, 2001.

_____. **Capital social e capital humano:** subordinação ou independência? Uma análise a partir do estudo de caso dos conselhos municipais de Macaé e Resende. 2006. 118 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em ciências econômicas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

SANTOS, E. R.; BITARELLO, J.; MONTARDO, S. ; PEDDE, V. Contrastes regionais que fazem diferença no Rio Grande do Sul: capital social e desempenho institucional. **G&DR**, Taubaté, SP, v. 6, n. 2, p. 157-187, maio/ago. 2010.

SANTOS, M. Organização do espaço e organização social: o caso de Rondônia. In: _____. **Amazônia, problemas e impasses.** Rio de Janeiro: AGB, 1982.

SANTOS, R. A. O. **História econômica da Amazônia:** 1800-1920. 1977. 225 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977. v. 1,2

_____. **História econômica da Amazônia:** 1800-1920. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SCARE, R. F. **Escassez de água e mudança institucional:** análise da regulação dos recursos hídricos no Brasil. 2003. 135 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, administração e contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2003.

SCARE, R. F. ; ZYLBERZSTAJN, D. Escassez de água e mudança institucional: análise da regulação dos recursos hídricos nos Estados brasileiros. **RAC-Eletrônica**, v.1, n.1, art.3, p.31-46, jan./abr., 2007. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/rac-e>>. Acesso em: 20 dez. 2010.

SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras:** ações coletivas na era da globalização. Rio de Janeiro: Hucitec, 1999.

SCHMINK, M. Land conflictys in Amazonia. **American ethnologist**, v. 9, n. 2, p.341-357, 1982.

SCHUMPETER, Joseph. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, [1911] 1982.

SCOTT, W. Richard. **Institutions and organizations**. Thousand Oaks: Sage, 1995.

SECKLER, D. **Thorstein Veblen y el institucionalismo**: un estudio de la filosofía social de la economía. México: Fondo de Cultura Económica, 1977.

SEDAM. **Desmatamento em Rondônia (1978 a 1993)**. Porto Velho, 1996

_____. **Atlas geoambiental de Rondônia**. Porto Velho, 2002.

SEGNESTAM, L. A. et al. Country Environment Analysis. **A review of international experience**. Draft: Stockholm Environment Institute, 2002.

SEIDL, E. M. F.; ZANNON, C. M. L. C. Qualidade de vida e saúde: aspectos conceituais e metodológicos. **Cad Saúde Pública**, v. 20, n. 2: 580-8, 2004.

SERRA, M. A. ; FERNANDEZ, R. G. Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo. **Economia e sociedade**. Campinas, SP, v.13, n. 23, p.107-131, jul./dez., 2004.

SICHE, R. et al. A. Índices versus indicadores: precisões conceituais na discussão de sustentabilidade de países. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 137-148, jul./dez., 2007.

SIENA, O. **Método para avaliar progresso em direção ao desenvolvimento sustentável**. 2002. 234 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SILVA, E. G. Desempenho institucional em uma universidade pública. **C&D - revista eletrônica da Fainor**. Vitória da Conquista, v.2, n.1, p.13-32, jan./dez., 2009.

SILVA, F. C. da. Raízes amazônicas: universidade e desenvolvimento regional. In: MELLO, Alex Fiúza de (Org.). **O futuro da Amazônia**: dilemas, oportunidades e desafios no limiar do Século XXI. Belém: UFPA, 2002. p. 55-70.

_____. A economia pastoril e os primórdios do capitalismo na região do Araguaia paraense (1890-1960). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 7., 2007, Aracaju. **Anais...**Aracaju: ABPHE, 2007a.

SILVA, F. C. da. Política de ciência e tecnologia e desenvolvimento regional do Estado do Pará. Amazônia. **Ci. & Desenv.**, Belém, v.2, n.4, jan./jun., 2007b.

SILVA, J. G. da. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

_____. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 1982. 192p

_____. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje.** Porto Alegre: UFRGS, 1994.

_____. A globalização da agricultura. In: SILVEIRA, M.; VIVELA, S. L. O. (Ed.). **Globalização e sustentabilidade da agricultura.** Jaguariúna: EMBRAPA-CNPMA, 1998. 156p. (EMBRAPA-CNPMA, Documentos 15).

_____. **Tecnologia e agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SILVA, V. L. A arqueologia da sociologia econômica: a contribuição de Thorstein Veblen. **Estudos de Sociologia.** Araraquara: UNESP, v. 13, n. 25, 2008.

_____. Fundamentos do institucionalismo na teoria social de Throstein Veblen. **Política e sociedade,** v.9, n.17, p.289-323, out., 2010.

SILVEIRA, C. Sistema Ceape: programa de apoio a pequenos empreendedores. In: CAMAROTTI, I.; SPINK, P. (Org.) **Redução da pobreza e dinâmicas locais.** Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SILVEIRA, R. M. G. Região e história: questão de método. In: SILVA, M. A. da (Org.). **República em migalha: história regional e local.** São Paulo: Marco Zero, 1990.

SILVIOMELOHISTORIA. Fotografia da vista lateral do Forte Príncipe da Beira. Disponível em: <silviomelohistoria.blogspot.com>. Acesso em: 10 jan.2011.

SIMAN, R. F.; CONCEIÇÃO, O. A. C.; FILIPPI, E. E. A economia institucional: em busca de uma teoria do desenvolvimento rural. **Perspectiva Econômica,** v.2, n. 2, p.37 – 55, jul./dez. 2006.

SIMON, H. A. **Reason in human affairs.** Stanford: Stanford University Press, 1983.

SIMONIAN, L.T. L. Sustentabilidade e políticas recentes para indígenas autônomos. In: XIMENES, T. (Org.). **Perspectivas do desenvolvimento sustentável.** Belém: NAEA;UFPA;UNAMAZ, 1997.

SIMONIAN, L. T. L Devastação e sustentabilidade dos açaçais no Vale do rio Maracá, AP. In: JARDIM, M; MORÃO, L.; GROSMANN, M. (Org.). **Açaí: possibilidades e limites em processos de desenvolvimento sustentável no Estuário Amazônico.** Belém: NAEA; UFPA; MPEG, 1999.

_____. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia Brasileira. In: COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L.T.L. ; FENZEL, N. **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais.** Belém: UFPA;NAEA, 2000.

SIMONSEN, R. C. **História econômica do Brasil: 1500-1820.** São Paulo: Companhia Nacional, 1978.

SOARES, S. ; STRAUCH, J. C. M. ; AJARA, C. Comparação de metodologias utilizadas para análise do desenvolvimento sustentável. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambú, **Anais...** Caxambu: ABEP, 2006.

SOARES, S. R. Análise multicritério e gestão ambiental. In: PHILIPPI JUNIOR, A. ; ROMÉRO, M. A. ; BRUNA, G. C. (Ed.). **Curso de gestão ambiental**. Baureri,: Manole, 2004. (coleção ambiental, 1).

SOUZA FILHO, J. R. **Desenvolvimento regional endógeno, capital social e cooperação**. Porto Alegre: UFRS, 2002.

SOUZA, M. **Galvez**. São Paulo: Marco Zero, 1995.

SOUZA, M. M. O. ; PESSÔA, V. L. S. A contra-reforma agrária em Rondônia: colonização agrícola, expropriação e violência. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA “AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS”, 5., nov. 2009, Santa Maria. **Anais...**Santa Maria: UFSM, 2009.

STATISTICAL package for social sciences: base 7.5 applications guide. Chicago: [s. n], 1997.

STANFIELD, J. R. The scope, method, and significance of original institutional economics. **Journal of economic issue**, v.2, n. 33, p.231-255, 1999.

STÖHR, W. **Development from below: the bottom-up and peripheryinward development paradigm, Development from above or from below?**, STÖHR, W. and TAILOR, D. F. (Ed.). Chichester: John Wiley, 1981.

STORPER, M. ; SCOTT, A. J. The wealth of regions. Market forces and policy imperatives in local and global context. **Futures**. v. 27, n. 5, 1995.

STROH, P.Y. **Memória da cooperação técnica: PNUD ao PLANAFLORO**. projeto BRA/94/007. PNUD;PLANAFLORO. 1998. (CD-ROOM).

TABOSA, F. J. S.; MAYORGA, R. D.; AMARAL FILHO, J. do. Estoque de capital social e qualidade de vida da população do município de Itarema, estado do Ceará. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: SOBER, v.1, p.1-14, 2005.

TAKASHINA, N. T. ; FLORES, M. C. X. **Indicadores da qualidade e do desempenho: como estabelecer metas e medir resultados**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1995. 100 p.

TAMBS, L.A. Geopolitics of the Amazon. In: WEGLEY ,Charles (Ed.). **Man in the Amazon**. Geinesville: the University Press of Florida, 1974.

TOCANTINS, Leandro. **Formação histórica do Acre**. Brasília, DF: Senado Federal, 2001.

TOYE, J. The New Institutional Economics and its Implications for Development Theory. In: HARRISS , John. et al. (Ed.). **The new institutional economics and third world development**. Londres; Nova Iorque: Routledge, 1995. p. 49-68.

TOYOSHIMA, S. Instituições e desenvolvimento econômico: uma análise crítica das idéias de Douglas North, IPE-USP, **Estudos Avançados**, v. 29, n. 1, 1999.

TSCHIRLEY, J., 1996. **Use of Indicators in Sustainable Agriculture and Rural Development, Sustainable Development**. Rome: FAO, 1996. Disponível em: <<http://www.fao.org/sd/EPdirect/EPan0001.htm>>. Acesso em: 26 out. 2010.

TUNSTALL, D. **Developing environmental indicators: definitions, framework and issues**. Washington, DC: Technical report, 1992. Paper

UNITED NATIONS COMMISSION ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT. UNCSO. **Indicators of sustainable development**. New York: UN CSC, 1996.

United Nations Development Programme. (PNUD) **Handbook on monitoring and evaluating for results**. New York, USA: Evaluation Office, 2002.

_____. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Brasil: PNUD, 2002.

VALDIVIESO, S. C. North y el cambio historico: luces y sombras de la nueva historia institucional. **Revista de economia institucional**, n.4, 2001.

VASCONCELOS, M. A. S. ; TROSTER, R .L. **Economia Básica**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. Desarrollo local y dinámica regional, Economía y política regional en España ante la Europa del siglo XXI. In: MARQUÊZ, J. M.M. (Coord.). **Economía y política regional en España ante La Europa Del siglo XXI**. Madrid, Espanha: Akal, 1998. p. 60-72.

_____. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002. 280p.

VEBLÉN, T. **The theory of business enterprise**. New York: Scribners, 1917.

_____. The limitations of marginal utility. **Journal of political economy**, v. 17, n. 9 (nov. 1909): 620-636; reprinted in *The place of science in modern civilisation and other essays*, by Thorstein B. Veblen, 231-55. New York: Russell and Russell, 1961.

_____. **Fisher's rate of interest: essays in our changing order**. New York: Augustus M. Kelley, 1964.

_____. **A Teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. 1 ed. São Paulo: Pioneira. 1965.

VEIGA, J.E. da. **Do global ao local**. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2005. (Autores Associados).

VELASCO ; CRUZ, S. C. Teoria e história: notas críticas sobre o tema da mudança institucional em Douglas North. **Revista de Economia Política**, v. 23, n. 2, abr./jun. p. 107-122, 2003.

VELEZ RODRIGUES, R. Tocqueville au Brésil. **The Tocqueville Review**, v. 20, n. 1:147-176, 1999.

VERA, C. G. El Acre y los asuntos del Pacífico: Bolívia, Brasil, Chile y Estados Unidos, 1898-1909. **Historiano**, v.41, n.2, p.341-369, jul./dez. 2008.

VERGOLINO, J. R. O. **A borracha extrativa e a economia amazônica: 1890-1930**. 1975. 118 f. Dissertação (Mestrado) – Programa integrado de Mestrado em economia e sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1975.

VIANNA, H. **História do Brasil: período colonial, monarquia e república**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1974.

VIDEIRA, A. A. P. Transdisciplinaridade, interdisciplinaridade e disciplinaridade na história da ciência. **Scientle studia**, São Paulo, v. 2, n.2, p.279-293, 2004.

VIEIRA, P. F. et al. (Org.). **Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: a contribuição de Ignacy Sachs**. Porto Alegre: Palloti; Florianópolis: APED, 1998, 448p.

VON BERTALANFFY, L. **Teoria geral dos sistemas**. Petrópolis: Vozes, 3. ed. 1977.

WILBER, C. ; HARRISON, R. The Methodological Basis of Institutional Economics: Pattern Model, Storytelling, and Holism. In: WARREN Samuels (Ed.). **Institutional Economics**. Aldershot: Edward Elgar Publishing, v. 2, 1988. p. 95-123.

WILLIAMSON, O. E. **Markets and hierarchies: analysis and antitrust implications**. New York: Free Press, 1975.

WILLIAMSON, O.E. **The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracting**. New York: Free Press, 1985.

WORLD-LATIN-AMERICA. **Ilustração do trecho da EFMM**. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-latin-america>>. Acesso em: 10 jan. 2011

ZAR, J. H. **Biostatistical analysis**. 3. ed. London: Prentice Hall International, 1996.

ZAYAS, E. L. B. **Fundamentos de metodologia científica**. Madri: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1994.

ZYLBERSZTAJN, D. **Papel dos Contratos na Coordenação Agro-Industrial: um olhar além dos mercados**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto, **Anais...**Ribeirão Preto: SOBER, 2005.

APENDICE

TABELA 1 A – Municípios, microrregiões e mesorregiões do Estado de Rondônia

Municípios	Microrregiões	Mesorregiões
Costa Marques	Microrregião Guajará-Mirim	Mesorregião Madeira-Guaporé
Guajará-Mirim		
São Francisco do Guaporé		
Buritis	Microrregião Porto Velho	
Campo Novo de Rondônia		
Candeias do Jamari		
Cujubim		
Itapuã do Oeste		
Nova Mamoré		
Porto Velho		
Alvorada D'Oeste	Microrregião Alvorada D'Oeste	Mesorregião Leste Rondoniense
Nova Brasilândia D'Oeste		
São Miguel do Guaporé		
Seringueiras		
Alto Paraíso	Microrregião Ariquemes	
Ariquemes		
Cacaulândia		
Machadinho D'Oeste		
Monte Negro		
Rio Crespo		
Vale do Anari		
Alta Floresta D'Oeste	Microrregião Cacoal	
Alto Alegre dos Parecis		
Cacoal		
Castanheiras		
Espigão D'Oeste		
Ministro Andreazza		
Novo Horizonte do Oeste		
Rolim de Moura		
Santa Luzia D'Oeste	Microrregião Colorado do Oeste	
Cabixi		
Cerejeiras		
Colorado do Oeste		
Corumbiara		
Pimenteiras do Oeste	Microrregião Ji-Paraná	
Governador Jorge Teixeira		
Jaru		
Ji-Paraná		
Mirante da Serra		
Nova União		
Ouro Preto do Oeste		
Presidente Médici		
Teixeirópolis		
Theobroma		

Continua

<i>Cont. Tabela 1A</i>	
Urupá	
Vale do Paraíso	
Chupinguaia	Microrregião Vilhena
Parecis	
Pimenta Bueno	
Primavera de Rondônia	
São Felipe D'Oeste	
Vilhena	

TABELA 2A – Ano base para cada indicador levantado pela Tese

Dados	Ano padronizado pela pesquisa			
	1980	1991	2000	2009
População	1980	1991	2000	2007
Densidade populacional	1980	1991	2000	2007
Taxa de urbanização	1980	1991	2000	2007
Área geográfica	1980	1991	2000	2007
Índice de envelhecimento	1980	1991	2000	2007
Taxa de mortalidade infantil	1980	1991	2000	2008
Numero de unidades de Saúde	1981	1990	1999	2010
Numero de leitos	1981	1990	1999	2010
Numero de médicos	1980	1991	2000	2010
Taxa de homicídios, suicídios, acidentes de trânsito	1980	1991	2000	2008
Domicílios com acesso a rede geral de água	1980	1991	2000	2009
Domicílios com acesso a rede geral de esgoto	1980	1991	2000	2009
Domicílios com acesso a iluminação elétrica	1980	1991	2000	2009
Analfabetos de 15 anos e mais	1980	1991	2000	2009
Anos de estudos de pessoas de 25 anos e mais	1980	1991	2000	2009
Pessoas pobres	1980	1991	2000	2003
N.º de deputados estaduais e federais	1983	1991	1999	2007
Conselhos municipais	1980	1991	2001	2009
Eleitores aptos	1982	1989	2000	2008
Comparecimento dos eleitores	1982	1989	2000	2008
N.º de linhas telefônicas	1980	1991	2000	2008
N.º de micro e pequenas empresas	1980	1991	2000	2009
Total das despesas municipais com urbanismo e habitação, transporte, saúde e educação	-	1991	2000	2008
N.º de Unidades de Conservação	1980	1991	2000	2008
N.º de Terras Indígenas (TI)	1980	1991	2000	2008
Área lavouras permanentes e temporárias	1980	1985	1995	2006
Área utilizada por pastagens naturais e artificiais	1980	1985	1995	2006
Área utilizada por matas e florestas naturais e artificiais	1980	1985	1995	2006
Área do desmatamento	1978	1993	2000	2009
PIB	1980	1996	2000	2007
PIB per capita	1980	1996	2000	2007
N.º de bovinos	1980	1991	2000	2008
N.º de ovinos e caprinos	1980	1991	2000	2008
N.º de suínos	1980	1991	2000	2008
N.º de aves	1980	1991	2000	2008
N.º de equinos	1980	1991	2000	2008
Produção de leite	1980	1991	2000	2008
Castanha do Brasil (t)	1980	1991	2000	2008
Borracha (t)	1980	1991	2000	2008
Madeira em tora (m ³)	1980	1991	2000	2008
PEA	1980	1991	2000	2008
Produção café	1980	1991	2000	2008
Produção Cacau	1980	1991	2000	2008
Produção arroz	1980	1991	2000	2008

TABELA 3A – A condição dos indicadores para o Tema da Capacidade Institucional

TEMA	SUB-TEMA	INDICADORES	CONDIÇÃO
CAPACIDADE INSTITUCIONAL	REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA	n.º de deputados estaduais e federais eleitos por município	Normal
		Existência de Conselhos municipais por município	Normal
	EMPOWERMENT	Percentual de comparecimento eleitoral por município	
		Percentual de eleitores aptos do município em relação aos eleitores aptos do Estado	Normal
	INFRA-ESTRUTURA DE COMUNICAÇÃO	n.º de linhas telefônicas a cada 1.000 habitantes	Normal
	ACESSO À INFORMAÇÃO	n.º de emissoras de rádio e televisão por município	Normal
	EMPREENDEDORISMO	numero de micro e pequenas empresas por município a cada 1000 mil habitantes	Normal
GESTÃO MUNICIPAL	Total das despesas municipais com urbanismo e habitação, transporte, saúde e educação em relação à população municipal	Normal	

TABELA 4A – A condição dos indicadores para o Tema da Gestão Ambiental

TEMA	SUB-TEMA	INDICADORES	CONDIÇÃO	
GESTÃO AMBIENTAL		Numero total de unidades de conservação por município	Normal	
		Percentual da área total das unidades de conservação em relação ao município	Normal	
		Numero de terras indígenas por município	Normal	
		Percentual da área de terras indígenas em relação ao município	Normal	
	Biodiversidade		Percentual da área dos estabelecimentos ocupada com lavouras permanentes e temporárias por município	Normal
			Percentual da área dos estabelecimentos ocupada com pastagens naturais e artificiais por município	Normal
		Uso do solo	Percentual da área dos estabelecimentos ocupada com matas e florestas naturais e artificiais por município	Normal
	Desmatamento	Percentual da área de desmatamento em relação ao município	Inversa	

TABELA 5A – A condição dos indicadores para o Tema da Economia Regional

TEMA	SUB-TEMA	INDICADORES	CONDIÇÃO	
ECONOMIA REGIONAL	Dinâmica econômica	PIB em relação ao emprego por município	Normal	
	Performance econômica	PIB municipal per capita (R\$ mil)	Normal	
	Produção pequenos animais		Percentual de ovinos e caprinos por município em relação ao Estado	Normal
			Percentual de aves por município em relação ao Estado	Normal
			Percentual de suínos por município em relação ao Estado	Normal
	Produtividade pecuária		Numero de bovino por área de pastagem por município	Normal
			Produção de leite (mil litros) por área de pastagem por município	Normal
			Valor da produção de castanha do Brasil por município (Mil R\$)	Normal
	Valor da produção da extração vegetal e silvicultural		Valor produção de borracha por município (Mil R\$)	Normal
			Valor produção de madeira em tora por município (Mil R\$)	Normal
			Percentual da produção municipal de café em relação ao Estado	Normal
	Produção agrícola		Percentual da produção municipal de cacau em relação ao Estado	Normal
			Percentual da produção municipal de arroz em relação ao Estado	Normal
		Potencial de mão-de-obra	Percentual da PEA municipal em relação ao Estado	Normal

TABELA 6A – A condição dos indicadores para o Tema da Qualidade de Vida

	SUB-TEMA	INDICADORES	CONDIÇÃO	
QUALIDADE DE VIDA	Mudanças populacionais	Percentual da população total municipal em relação ao Estado		
		Densidade populacional municipal (hab/km2)	NORMAL	
		Tx Urbanização municipal (%)		
	Saúde		Índice de envelhecimento	NORMAL
			Taxa de mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)	INVERSA
			Numero de unidades de Saúde (por mil habitantes)	NORMAL
	Violência urbana		Numero de leitos (por mil habitantes)	NORMAL
			Numero de médicos (por mil habitantes)	NORMAL
		Taxa de homicídios, suicídios, acidentes de transito (por 100.000 hab)	INVERSA	
	Saneamento		Percentual de domicílios com acesso a rede geral de água por município	NORMAL
			Percentual de domicílios com acesso a rede geral de esgoto por município	NORMAL
	Acesso à rede elétrica	Percentual municipal de domicílios com acesso a iluminação elétrica	NORMAL	
	Educação		Taxa municipal de analfabetos de 15 anos e mais	INVERSA
		Anos de estudos de pessoas de 25 anos e mais municipal	NORMAL	
Pobreza	Percentual de pessoas pobres por município	INVERSA		

TABELA 7A – Resultado da Análise Fatorial para o parâmetro IDCI (1980) com base no SPSS

Total Variance Explained – IDCI - 1980

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	4,080	68,008	68,008	4,080	68,008	68,008	3,940	65,668	65,668
2	1,376	22,928	90,935	1,376	22,928	90,935	1,516	25,267	90,935
3	,292	4,863	95,798				5,456		
4	,179	2,981	98,779						
5	,049	,819	99,598						
6	,024	,402	100,000						

Communalities – IDCI - 1980

	Initial	Extraction
Dep Fed Est M	1,000	,964
Compar eleit M	1,000	,949
Per eleit apt M Est	1,000	,873
Tel por mil hab	1,000	,842
Emiss Rad Tv M	1,000	,941
Micro Peq Emp pop M	1,000	,888

KMO and Bartlett's Test – IDCI - 1980

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.	,714
Bartlett's Approx. Chi-Square Test of Sphericity	25,227
DF	15
Sig.	,047

TABELA 8A – Resultado da Análise Fatorial para o parâmetro IDCI (1991) com base no SPSS

Total Variance Explained – IDCI – 1991

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	4,274	53,430	53,430	4,274	53,430	53,430	3,504	43,806	43,806
2	1,732	21,650	75,080	1,732	21,650	75,080	2,502	31,274	75,080
3	,937	11,716	86,795				6,006		
4	,541	6,769	93,564						
5	,264	3,301	96,864						
6	,111	1,386	98,250						
7	,098	1,229	99,479						
8	,042	,521	100,000						

Communalities – IDCI - 1991

	Initial	Extraction
Dep Fed Est M	1,000	,866
Cons exist M	1,000	,381
Compar eleit M	1,000	,403
Per eleit apt M Est	1,000	,839
Tel por mil hab	1,000	,818
Emiss Rad Tv M	1,000	,859
Micro Peq Emp pop M	1,000	,901
Desp hab trans saud saneam edu	1,000	,940

KMO and Bartlett's Test – IDCI - 1991

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.	,722
Bartlett's Approx. Chi-Square Test of Sphericity	142,531
df	28
Sig.	,000

TABELA 9A – Resultado da Análise Fatorial para o parâmetro IDCI (2000) com base no SPSS

Total Variance Explained – IDCI – 2000

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	3,850	48,120	48,120	3,850	48,120	48,120	3,503	43,783	43,783
2	1,079	13,483	61,603	1,079	13,483	61,603	1,399	17,493	61,276
3	1,062	13,273	74,876	1,062	13,273	74,876	1,088	13,600	74,876
4	,888	11,096	85,972				5,990		
5	,699	8,731	94,704						
6	,273	3,415	98,119						
7	,120	1,500	99,619						
8	,031	,381	100,000						

Communalities – IDCI - 2000

	Initial	Extraction
Dep Fed Est M	1,000	,840
Cons exist M	1,000	,302
Compar eleit M	1,000	,734
Per eleit apt M Est	1,000	,897
Tel por mil hab	1,000	,824
Emiss Rad Tv M	1,000	,933
Micro Peq Emp pop M	1,000	,578
Desp hab trans saud saneam edu	1,000	,883

KMO and Bartlett's Test – IDCI - 2000

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.	,679
Bartlett's Approx. Chi-Square Test of Sphericity	280,328
df	28
Sig.	,000

TABELA 7A – Resultado da Análise Fatorial para o parâmetro IDCI (2009) com base no SPSS

Total Variance Explained – IDCI - 2009

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	4,505	56,310	56,310	4,505	56,310	56,310	4,040	50,500	50,500
2	1,110	13,870	70,180	1,110	13,870	70,180	1,574	19,680	70,180
3	,996	12,455	82,635				5,614		
4	,642	8,020	90,655						
5	,451	5,633	96,288						
6	,197	2,466	98,753						
7	,065	,810	99,563						
8	,035	,437	100,000						

Communalities – IDCI - 2009

	Initial	Extraction
Dep Fed Est M	1,000	,885
Cons exist M	1,000	,340
Compar eleit M	1,000	,729
Per eleit apt M Est	1,000	,881
Tel por mil hab	1,000	,717
Emiss Rad Tv M	1,000	,948
Micro Peq Emp pop M	1,000	,787
Desp hab trans saud saneam edu	1,000	,328

KMO and Bartlett's Test – IDCI - 2009

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.	,784
Bartlett's Test of Sphericity	349,095
df	28
Sig.	,000

TABELA 8A – Resultado da Análise Fatorial para o parâmetro IDGA (1980) com base no SPSS

Total Variance Explained – IDGA - 1980

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	3,238	40,473	40,473	3,238	40,473	40,473	3,117	38,962	38,962
2	2,428	30,345	70,818	2,428	30,345	70,818	1,986	24,823	63,785
3	1,404	17,553	88,371	1,404	17,553	88,371	1,967	24,586	88,371
4	,758	9,480	97,851				7,070		
5	,139	1,732	99,583						
6	,033	,417	100,000						
7	,000	,000	100,000						
8	,000	,000	100,000						

Communalities – IDGA - 1980

	Initial	Extraction
total ucs M	1,000	,955
Per área ucs M	1,000	,954
TI por M	1,000	,951
Per área TI M	1,000	,632
Per área estab lavou perm e temp M	1,000	,721
Per área estab pastag nata arti M	1,000	,984
Per área estab flores nat arti M	1,000	,929
Per área desmat M	1,000	,944

TABELA 9A – Resultado da Análise Fatorial para o parâmetro IDGA (1991) com base no SPSS

Total Variance Explained – IDGA - 1991

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	2,626	32,821	32,821	2,626	32,821	32,821	2,381	29,763	29,763
2	2,360	29,498	62,318	2,360	29,498	62,318	2,354	29,426	59,190
3	1,023	12,785	75,103	1,023	12,785	75,103	1,273	15,913	75,103
4	,856	10,706	85,809				6,008		
5	,492	6,145	91,954						
6	,413	5,157	97,111						
7	,127	1,587	98,698						
8	,104	1,302	100,000						

Communalities – IDGA - 1991

	Initial	Extraction
total ucs M	1,000	,609
Per área ucs M	1,000	,830
TI por M	1,000	,914
Per área TI M	1,000	,668
Per área estab lavou perm e temp M	1,000	,735
Per área estab pastag nata arti M	1,000	,709
Per área estab flores nat arti M	1,000	,893
Per área desmat M	1,000	,649

KMO and Bartlett's Test – IDGA - 1991

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.	,512
Bartlett's Approx. Chi-Square Test of Sphericity	78,248
df	28
Sig.	,000

TABELA 10A – Resultado da Análise Fatorial para o parâmetro IDGA (2000) com base no SPSS

Total Variance Explained – IDGA - 2000

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	3,071	38,384	38,384	3,071	38,384	38,384	2,084	26,052	26,052
2	1,837	22,966	61,350	1,837	22,966	61,350	1,926	24,079	50,131
3	1,000	12,503	73,852	1,000	12,503	73,852	1,898	23,721	73,852
4	,781	9,764	83,617				5,908		
5	,508	6,351	89,968						
6	,303	3,785	93,752						
7	,283	3,535	97,288						
8	,217	2,712	100,000						

Communalities – IDGA - 2000

	Initial	Extraction
total ucs M	1,000	,812
Per área ucs M	1,000	,389
TI por M	1,000	,811
Per área TI M	1,000	,842
Per área estab lavou perm e temp M	1,000	,711
Per área estab pastag nata arti M	1,000	,772
Per área estab flores nat arti M	1,000	,773
Per área desmat M	1,000	,798

KMO and Bartlett's Test – IDGA - 2000

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.	,679
Bartlett's Test of Sphericity	151,018
df	28
Sig.	,000

TABELA 11A – Resultado da Análise Fatorial para o parâmetro IDGA (2009) com base no SPSS

Total Variance Explained – IDGA - 2009

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	3,317	41,469	41,469	3,317	41,469	41,469	2,396	29,945	29,945
2	1,695	21,194	62,662	1,695	21,194	62,662	1,960	24,497	54,442
3	1,051	13,142	75,804	1,051	13,142	75,804	1,709	21,363	75,804
4	,974	12,179	87,984				6,064		
5	,440	5,496	93,480						
6	,312	3,905	97,385						
7	,199	2,489	99,874						
8	,010	,126	100,000						

Communalities – IDGA - 2009

	Initial	Extraction
total ucs M	1,000	,726
Per área ucs M	1,000	,668
TI por M	1,000	,850
Per ára TI M	1,000	,672
Per área estab lavou perm e temp M	1,000	,427
Per área estab pastag nata arti M	1,000	,944
Per área estab flores nat arti M	1,000	,989
Per área desmat M	1,000	,788

KMO and Bartlett's Test – IDGA - 2009

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.	,406
Bartlett's Approx. Chi-Square Test of Sphericity	306,174
df	28
Sig.	,000

TABELA 12A – Resultado da Análise Fatorial para o parâmetro IDER (1980) com base no SPSS

Total Variance Explained – IDER – 1980

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	6,503	46,452	46,452	6,503	46,452	46,452	5,582	39,874	39,874
2	5,008	35,770	82,222	5,008	35,770	82,222	4,256	30,402	70,276
3	1,224	8,744	90,966	1,224	8,744	90,966	2,897	20,691	90,966
4	,869	6,210	97,176				12,735		
5	,289	2,067	99,243						
6	,106	,757	100,000						
7	,000	,000	100,000						
8	,000	,000	100,000						
9	,000	,000	100,000						
10	,000	,000	100,000						
11	,000	,000	100,000						
12	,000	,000	100,000						
13	,000	,000	100,000						
14	,000	,000	100,000						

Communalities – IDER - 1980

	Initial	Extraction
PIB pelo empreg M	1,000	,985
PIB percapit M	1,000	,986
Per ovi capri M Est	1,000	,936
Per aves M Est	1,000	,962
Per suinos M Est	1,000	,991
bovino área pastag M	1,000	,698
Leite área pastag M	1,000	,829
Valor prod castan M	1,000	,991
Valor prod borrac M	1,000	,903
Valor prod madei tora M	1,000	,871
Per prod M café Est	1,000	,908
Per prod M cacau Est	1,000	,727
Per prod M arroz Est	1,000	,980
% PEA M Est	1,000	,967

TABELA 13A – Resultado da Análise Fatorial para o parâmetro IDER (1991) com base no SPSS

Total Variance Explained – IDER – 1991

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	4,848	34,628	34,628	4,848	34,628	34,628	3,911	27,932	27,932
2	3,210	22,928	57,556	3,210	22,928	57,556	3,206	22,898	50,830
3	1,711	12,221	69,777	1,711	12,221	69,777	2,183	15,593	66,423
4	1,396	9,968	79,746	1,396	9,968	79,746	1,550	11,074	77,497
5	1,038	7,414	87,160	1,038	7,414	87,160	1,353	9,663	87,160
6	,661	4,719	91,879				12,202		
7	,496	3,544	95,423						
8	,340	2,429	97,852						
9	,142	1,016	98,868						
10	,076	,545	99,412						
11	,043	,308	99,721						
12	,024	,172	99,892						
13	,010	,074	99,966						
14	,005	,034	100,000						

Communalities – IDER - 1991

	Initial	Extraction
PIB pelo empreg M	1,000	,892
PIB percapit M	1,000	,954
Per ovi capri M Est	1,000	,918
Per aves M Est	1,000	,934
Per suinos M Est	1,000	,808
bovino área pastag M	1,000	,984
Leite área pastag M	1,000	,990
Valor prod castan M	1,000	,922
Valor prod borrac M	1,000	,912
Valor prod madei tora M	1,000	,742
Per prod M café Est	1,000	,753
Per prod M cacau Est	1,000	,707
Per prod M arroz Est	1,000	,722
% PEA M Est	1,000	,964

KMO and Bartlett's Test – IDER - 1991

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.	,501
Bartlett's Approx. Chi-Square Test of Sphericity	327,791
df	91
Sig.	,000

TABELA 14A – Resultado da Análise Fatorial para o parâmetro IDER (2000) com base no SPSS

Total Variance Explained – IDER - 2000

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	4,354	31,097	31,097	4,354	31,097	31,097	2,925	20,895	20,895
2	2,643	18,876	49,974	2,643	18,876	49,974	2,654	18,958	39,853
3	1,629	11,638	61,612	1,629	11,638	61,612	2,133	15,237	55,090
4	1,205	8,605	70,216	1,205	8,605	70,216	1,952	13,945	69,035
5	1,037	7,408	77,624	1,037	7,408	77,624	1,202	8,589	77,624
6	,950	6,788	84,412				10,867		
7	,698	4,986	89,398						
8	,544	3,888	93,286						
9	,350	2,498	95,784						
10	,223	1,591	97,375						
11	,180	1,283	98,657						
12	,120	,855	99,512						
13	,053	,377	99,890						
14	,015	,110	100,000						

KMO and Bartlett's Test – IDER - 2000

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.	,546
Bartlett's Approx. Chi-Square Test of Sphericity	517,344
df	91
Sig.	,000

Communalities – IDER - 2000

	Initial	Extraction
PIB pelo empreg M	1,000	,622
PIB percapit M	1,000	,707
Per ovi capri M Est	1,000	,844
Per aves M Est	1,000	,939
Per suinos M Est	1,000	,891
bovino área pastag M	1,000	,850
Leite área pastag M	1,000	,917
Valor prod castan M	1,000	,918
Valor prod borrac M	1,000	,497
Valor prod madei tora M	1,000	,771
Per prod M café Est	1,000	,838
Per prod M cacau Est	1,000	,647
Per prod M arroz Est	1,000	,474
% PEA M Est	1,000	,951

TABELA 15A – Resultado da Análise Fatorial para o parâmetro IDER (2009) com base no SPSS

Total Variance Explained – IDER - 2009

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	4,056	28,973	28,973	4,056	28,973	28,973	3,595	25,682	25,682
2	2,000	14,287	43,260	2,000	14,287	43,260	1,931	13,791	39,473
3	1,716	12,256	55,516	1,716	12,256	55,516	1,821	13,008	52,481
4	1,214	8,674	64,190	1,214	8,674	64,190	1,475	10,534	63,015
5	1,125	8,033	72,223	1,125	8,033	72,223	1,289	9,208	72,223
6	,846	6,043	78,265				10,111		
7	,741	5,290	83,556						
8	,673	4,806	88,362						
9	,546	3,898	92,260						
10	,427	3,048	95,308						
11	,268	1,915	97,222						
12	,198	1,416	98,638						
13	,158	1,129	99,768						
14	,033	,232	100,000						

Communalities – IDER - 2009

	Initial	Extraction
PIB pelo empreg M	1,000	,612
PIB percapit M	1,000	,586
Per ovi capri M Est	1,000	,849
Per aves M Est	1,000	,552
Per suinos M Est	1,000	,819
bovino área pastag M	1,000	,758
Leite área pastag M	1,000	,594
Valor prod castan M	1,000	,891
Valor prod borrac M	1,000	,708
Valor prod madei tora M	1,000	,764
Per prod M café Est	1,000	,588
Per prod M cacau Est	1,000	,841
Per prod M arroz Est	1,000	,667
% PEA M Est	1,000	,882

KMO and Bartlett's Test – IDER - 2009

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.	,599
Bartlett's Test of Sphericity	344,957
df	91
Sig.	,000

TABELA 16A – Resultado da Análise Fatorial para o parâmetro IDQV (1980) com base no SPSS

Total Variance Explained – IDQV - 1980

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	8,181	58,438	58,438	8,181	58,438	58,438	7,320	52,288	52,288
2	3,723	26,592	85,030	3,723	26,592	85,030	4,584	32,742	85,030
3	,932	6,656	91,686				11,904		
4	,750	5,357	97,043						
5	,271	1,938	98,981						
6	,143	1,019	100,000						
7	,000	,000	100,000						
8	,000	,000	100,000						
9	,000	,000	100,000						
10	,000	,000	100,000						
11	,000	,000	100,000						
12	,000	,000	100,000						
13	,000	,000	100,000						
14	,000	,000	100,000						

Communalities – IDQV - 1980

	Initial	Extraction
Per pop total M Est	1,000	,510
Dens pop M	1,000	,611
Tx urban M	1,000	,927
Indice envelh M	1,000	,902
Tx mortal infantil M	1,000	,513
Unid saude MIL hab	1,000	,948
leitos MIL hab	1,000	,740
Tx homic, suici e vit acid	1,000	,965
transito CEM MIL hab		
Per domic acess red água pot	1,000	,940
Per domic acess red geral esgo	1,000	,993
Per domic acess ener eletr	1,000	,984
Tx analfab mais 15 anos M	1,000	,960
Anos estud mais 25 anos	1,000	,939
Pobreza	1,000	,974

TABELA 17A – Resultado da Análise Fatorial para o parâmetro IDQV (1991) com base no SPSS

Total Variance Explained – IDQV – 1991

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	7,172	47,812	47,812	7,172	47,812	47,812	5,186	34,573	34,573
2	2,112	14,080	61,892	2,112	14,080	61,892	2,855	19,032	53,605
3	1,521	10,138	72,031	1,521	10,138	72,031	2,005	13,367	66,971
4	1,236	8,238	80,269	1,236	8,238	80,269	1,995	13,297	80,269
5	,789	5,259	85,528				12,040		
6	,656	4,373	89,901						
7	,594	3,959	93,861						
8	,274	1,829	95,690						
9	,259	1,725	97,415						
10	,162	1,077	98,492						
11	,109	,725	99,217						
12	,068	,451	99,668						
13	,034	,225	99,893						
14	,012	,078	99,972						
15	,004	,028	100,000						

Communalities – IDQV - 1991

	Initial	Extraction
Per pop total M Est	1,000	,897
Dens pop M	1,000	,750
Tx urban M	1,000	,854
Indice envelh M	1,000	,855
Tx mortal infantil M	1,000	,745
Unid saude MIL hab	1,000	,715
leitos MIL hab	1,000	,784
Medicos MIL hab	1,000	,617
Tx homic, suici e vit acid transito CEM MIL hab	1,000	,561
Per domic acess red água pot	1,000	,832
Per domic acess red geral esgo	1,000	,915
Per domic acess ener eletr	1,000	,942
Tx analfab mais 15 anos M	1,000	,752
Anos estud mais 25 anos	1,000	,962
Pobreza	1,000	,857

KMO and Bartlett's Test – IDQV - 1991

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.	,579
Bartlett's Test of Sphericity	331,428
df	105
Sig.	,000

TABELA 18A – Resultado da Análise Fatorial para o parâmetro IDQV (2000) com base no SPSS

Total Variance Explained – IDQV – 2000

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	6,506	43,372	43,372	6,506	43,372	43,372	5,293	35,289	35,289
2	1,937	12,916	56,289	1,937	12,916	56,289	2,323	15,483	50,772
3	1,298	8,654	64,943	1,298	8,654	64,943	1,655	11,033	61,805
4	1,086	7,239	72,181	1,086	7,239	72,181	1,556	10,376	72,181
5	,881	5,874	78,055				10,827		
6	,707	4,715	82,770						
7	,681	4,543	87,312						
8	,530	3,535	90,848						
9	,440	2,936	93,784						
10	,341	2,271	96,055						
11	,233	1,556	97,611						
12	,172	1,148	98,759						
13	,112	,748	99,507						
14	,052	,346	99,853						
15	,022	,147	100,000						

Communalities – IDQV - 2000

	Initial	Extraction
Per pop total M Est	1,000	,714
Dens pop M	1,000	,719
Tx urban M	1,000	,780
Indice envelh M	1,000	,810
Tx mortal infantil M	1,000	,572
Unid saude MIL hab	1,000	,789
leitos MIL hab	1,000	,701
Medicos MIL hab	1,000	,576
Tx homic, suici e vit acid transito CEM MIL hab	1,000	,567
Per domic acess red água pot	1,000	,645
Per domic acess red geral esgo	1,000	,547
Per domic acess ener eletr	1,000	,806
Tx analfab mais 15 anos M	1,000	,885
Anos estud mais 25 anos	1,000	,968
Pobreza	1,000	,750

KMO and Bartlett's Test – IDQV - 2000

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.	,758
Bartlett's Approx. Chi-Square Test of Sphericity	572,937
df	105
Sig.	,000

TABELA 19A – Resultado da Análise Fatorial para o parâmetro IDQV (2009) com base no SPSS

Total Variance Explained – IDQV – 2009

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	4,334	28,894	28,894	4,334	28,894	28,894	2,913	19,422	19,422
2	2,210	14,736	43,629	2,210	14,736	43,629	2,275	15,168	34,590
3	1,750	11,664	55,294	1,750	11,664	55,294	2,090	13,935	48,524
4	1,400	9,332	64,626	1,400	9,332	64,626	2,000	13,337	61,861
5	1,264	8,428	73,054	1,264	8,428	73,054	1,458	9,721	71,582
6	1,139	7,595	80,649	1,139	7,595	80,649	1,360	9,066	80,649
7	,689	4,596	85,245				12,097		
8	,534	3,561	88,806						
9	,475	3,165	91,971						
10	,413	2,753	94,724						
11	,344	2,293	97,017						
12	,174	1,162	98,178						
13	,130	,868	99,046						
14	,095	,633	99,679						
15	,048	,321	100,000						

Communalities- IDQV - 2009

	Initial	Extraction
Per pop total M Est	1,000	,870
Dens pop M	1,000	,688
Tx urban M	1,000	,836
Indice envelh M	1,000	,786
Tx mortal infantil M	1,000	,781
Unid saude MIL hab	1,000	,961
leitos MIL hab	1,000	,967
Medicos MIL hab	1,000	,903
Tx homic, suici e vit acid transito CEM MIL hab	1,000	,847
Per domic acess red água pot	1,000	,718
Per domic acess red geral esgo	1,000	,759
Per domic acess ener eletr	1,000	,661
Tx analfab mais 15 anos M	1,000	,682
Anos estud mais 25 anos	1,000	,830
Pobreza	1,000	,808

KMO and Bartlett's Test – IDQV - 2009

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.	,632
Bartlett's Test of Sphericity	422,298
df	105
Sig.	,000

TABELA 20A – Distribuição dos questionários por bairro de Ji-Paraná

Nome dos Bairros	Número de questionários por bairro	Percentual
Casa Preta	9	3,08
Cafezinho	9	3,08
Dom Bosco	8	2,74
Jardim Florida	8	2,74
Jardim Presidencial	9	3,08
Jardim dos Migrantes	8	2,74
Jardim das Seringueiras	8	2,74
Urupa	9	3,08
Santiago	9	3,08
São Cristovao	9	3,08
Novo Ji-Paraná	9	3,08
Mario Andreazza	9	3,08
Bela Vista	8	2,74
JK	8	2,74
Vila Jotão	8	2,74
São Francisco	8	2,74
Jorge Teixeira	8	2,74
Centro	9	3,08
Boa Esperança	9	3,08
Valparaiso	10	3,42
Nova Brasília	13	4,45
Habitar Brasil	9	3,08
P Pioneiros	9	3,08
Alto Alegre	9	3,08
União	9	3,08
Nossa Senhora de Fátima	8	2,74
Primavera	9	3,08
São Bernardo	9	3,08
Riachuelo	9	3,08
Aurélio Bernardes	9	3,08
Novo Horizonte	9	3,08
Parque São Pedro	18	6,16
	32	292
		100

TABELA 21A – Distribuição dos questionários por bairro de Guajará-Mirim

Nome dos Bairros	Número de questionários por bairro	Percentual
Serraria	19	6,51
Liberdade	20	6,85
Nossa senhora de Fátima	20	6,85
Tamandaré	20	6,85
Centro	20	6,85
Caetano	20	6,85
Prospero	20	6,85
10 de abril	17	5,82
Planalto	19	6,51
Santo Antonio	19	6,51
São José	20	6,85
Santa Luzia	20	6,85
Triangulo	20	6,85
Cristo Rei	18	6,16
Jardim das Esmeraldas	10	3,42
Industrial	10	3,42
16	292	100,00

APÊNDICE 22A - UMA BREVE VISÃO DA HISTÓRIA DA CIÊNCIA

A história da ciência pode aqui ser evidenciada a partir de quatro fases, conforme ilustrado na Figura 1⁴⁶.

Fase I – Esta fase corresponde ao período marcado pelo domínio do conhecimento filosófico em que os primeiros ensaios da ciência podiam ser vistos a partir de grandes filósofos como Pitágoras, Platão, Sócrates e Aristóteles.

O conhecimento filosófico foi um esforço de construção que marcou o início da história da ciência ao procurar questionar os problemas humanos dentro de uma visão dedutivista que permitia discernir entre o certo e o errado, unicamente recorrendo às luzes da própria razão, isto é, através de um pensamento metafísico. As discussões filosóficas, portanto, se situavam no plano das idéias, no campo de pensamento racional e no exercício de uma reflexão crítica em um período que ficou marcado pela ausência de instrumentos científicos capazes de ordenar experimentos, se caracterizando por uma fase em que as construções lógicas e não-experimentais baseadas na experiência passaram, em geral, a dominar o pensamento científico por um longo período de aproximadamente 2000 anos. Esta fase se estendeu até, aproximadamente, o Século XV.

Fase II - É caracterizada pelo firmamento do pensamento empírico que passou a influenciar as formas de desenvolvimento científico ao mesmo tempo em que promovia um maior distanciamento das concepções filosóficas no processo de construção científica.

Tal fase foi motivada pelo período Renascentista⁴⁷, ocorrido no Século XIV, pela Revolução Científica⁴⁸, ocorrida no Século XV até o final do Século XVI, seguida pelo

⁴⁶ Cada bolinha ao longo da reta representa um período de cem anos, ou seja, de um século.

⁴⁷ De acordo com Ronan (1983) o período renascentista pode ser entendido por um período que provocou uma modificação geral no modo pelo qual o homem via a si mesmo e ao mundo em que vivia, a partir da redescoberta da Antiguidade Clássica ocorrida inicialmente na Itália, no Século XIV. Isto fez com que o espírito humanístico herdado passasse a desafiar o misticismo e o ascetismo que marcaram a Idade Média, ao mesmo tempo em que servia de base para que a atitude humana entrasse em questionamento por um sentimento de mudança que visava ultrapassar os limites do simbolismo medieval ao reconhecer a importância do homem e de sua relação com o mundo natural.

⁴⁸ A Revolução Científica gerou uma moderna concepção científica a partir de várias descobertas no campo das ciências que provocaram discussões a respeito de mudanças das técnicas de investigação iniciando um novo caminho epistemológico da ciência.

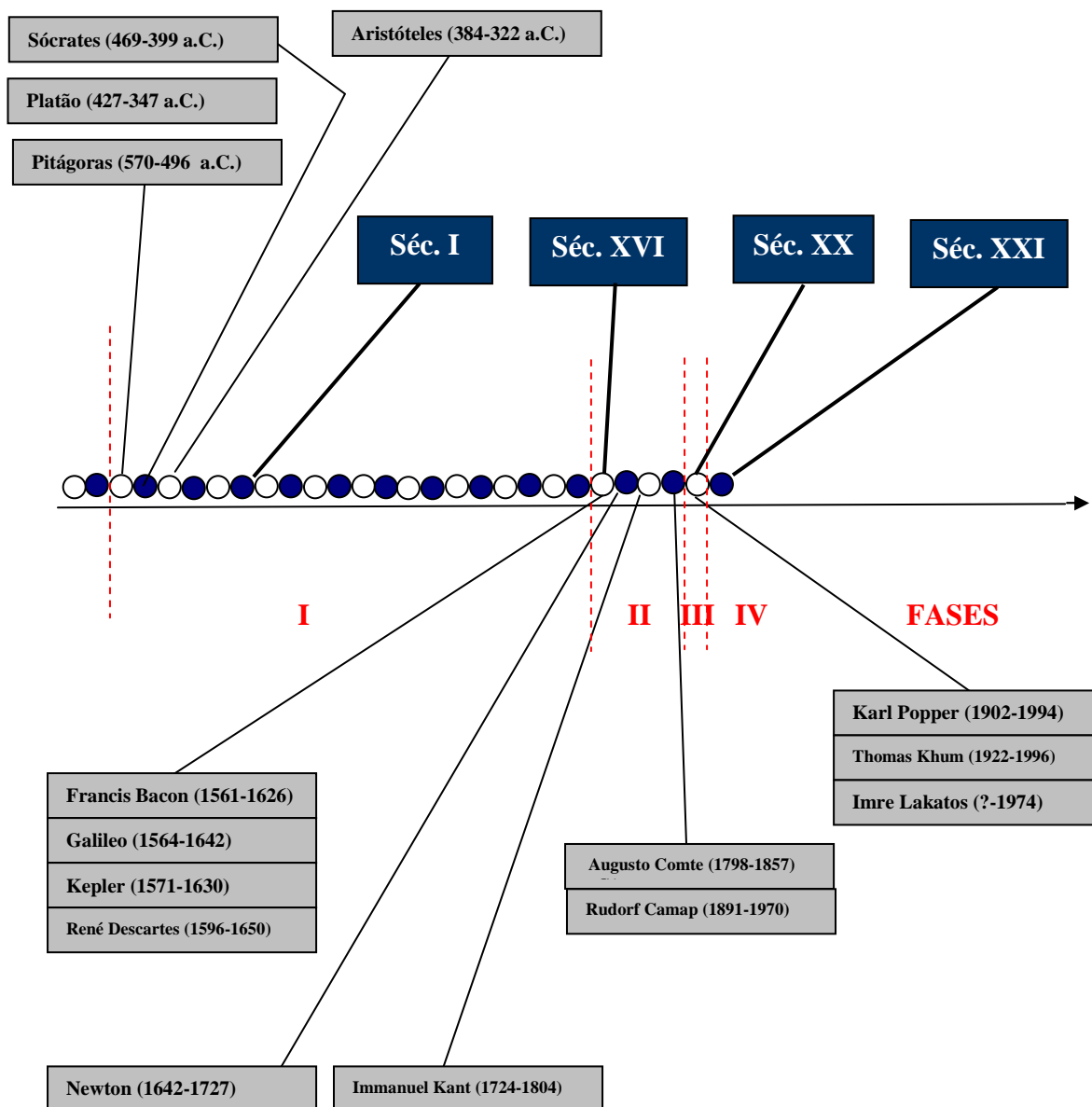


Figura 1 - Um pequeno ensaio ilustrativo da história da Ciência

Fonte: Elaboração própria (2011). Com base em Zayas (1994).

Iluminismo⁴⁹, ocorrido em meados do Século XVIII. Esta fase se estende do Século XVI ao Século XIX.

⁴⁹ É interessante salientar que durante quase toda a Idade Média a igreja continuava a desempenhar um papel de influência até mesmo no campo científico subordinando a filosofia à religião, principalmente em países como Portugal e Espanha. O Iluminismo se desenvolveu em regiões que se caracterizaram pela pouca influência da igreja do qual resultou um movimento que enfatizava a razão e a ciência como formas de explicação do universo e que se opôs ao poder coercitivo da igreja. Este movimento foi considerado um dos impulsionadores do capitalismo e da sociedade moderna. De acordo com Outhwaite e Bottomore (1996) a compreensão pelo homem, de si mesmo e da sociedade, só podia ser alcançada pelos métodos científicos da observação e da dedução que lhe permitiam captar os princípios que governam o comportamento da matéria, isto é, afirmam que o iluminismo mais que um movimento foi um modo de pensar.

De acordo Zayas (1994) é somente a partir da idade moderna que a autonomia da ciência começa a dar seus primeiros passos, contrariando um longo período onde esta permaneceu incerta no âmbito da filosofia. Nesse sentido, os trabalhos de Galileu (1564-1642), Kepler (1571-1630), René Descartes (1596-1650) e Newton (1642-1727) se destacaram em grande parte e foram responsáveis por esta revolução na ciência. A mecânica de Newton, em especial, cristalizou a visão positivista na ciência. René Descartes (1596-1650), por sua vez, plantou o pensamento moderno ao fragmentar todo o problema em tantos elementos simples e separados quanto possível, o que provocou uma grande revolução no pensamento e na metodologia a partir de sua obra “O Discurso do Método”, em 1630 pela forma reducionista-mecanicista com que encarava o problema de pesquisa e que chegou ao seu ápice com David Hume (1711-1776).

Fase III - Nesta fase o pensamento empírico passa a dominar o mundo científico, principalmente pelo avanço das ciências naturais como a física newtoniana e de todo um contexto de mudança ocorrido pelas grandes descobertas científicas que, no conjunto, contribuíram para a cristalização da visão positivista tanto no campo epistemológico como no campo sociológico. Esta fase se estende do Século XIX ao Século XX.

De acordo com Johnson (1977), o empirismo é entendido como um método filosófico baseado na idéia de que a única forma válida de conhecimento é aquela obtida através do emprego dos sentidos. De acordo com esse ponto de vista, se alguma coisa não pode ser observada, então de nada adianta tentar explicar fenômenos naturais ou de qualquer outro tipo. Um enunciado empírico descreve, portanto, observações ou pesquisas baseadas em observações concretas.

A observação, segundo Bunge (2002), é uma característica marcante do procedimento empírico e, por isso, o objeto observado é um fato real que resulta em um processo de construção de uma referência, de um conhecimento. Para ele, a realidade revela-se através de fatos. O fato é, portanto, tudo aquilo que é conhecido ou assumido pertencer à realidade e, nesse caso, o que é verdadeiro ou falso é o conhecimento e não os fatos. E nesse sentido, o critério de ciência dominante passa a ser descrito como indutivista.

Foi com Augusto Comte (1798-1857) que o termo “positivismo” foi primeiramente utilizado (GIDDENS, 1980). Conforme Outhwaite e Bottomore (1996), Comte pretendia eliminar rigorosamente do domínio do pensamento racional a concepção metafísica e procurava estabelecer uma ciência unificada por meio da redução lógica da ciência aos termos da experiência imediata. E, com isso, dentro de uma concepção mais geral, a padronização dos procedimentos científicos das ciências pode ser considerada com um de seus objetivos principais. As idéias de Comte, considerado pai do positivismo, foram, entre os anos de 1923 a 1936, defendidas por um grupo de filósofos, matemáticos e cientistas como Moritz Shalick, Ernest Mach, Rudolf Carnap, Carl Hempel e Otto Neurath que juntos formaram o que se convencionou chamar de Círculo de Viena (Outhwaite e Bottomore, 1996).

Portanto, o julgamento de um conhecimento como científico ou não-científico passou a depender do aval de seus pares, ou seja, de um grupo de pessoas ligadas diretamente à área do conhecimento específico que se buscava validação do qual, baseado nos moldes pré-estabelecidos da ciência, conduziam todo o processo de tomada de decisão. Cohen (1994), por sua vez, percebeu que as poderosas leis de Newton fez criar no mundo científico uma espécie de heurística em torno da teoria newtoniana que colocou os postulados da física em um patamar de quase benevolência tanto no campo do conhecimento das ciências ditas naturais como no campo das ciências sociais que passaram a utilizar no processo de construção e de validação científica.

Mas, como exatamente os fatos podem apoiar uma teoria? Foi com este questionamento que Lakatos (1979) fez uma imersão crítica sobre a forma de pensar ciência somente a partir da comprovação dos fatos que, segundo ele, não permite o cientista, apesar do nome, realizar suposições. Essa forma de pensar dominou um período sombrio da história humana em que as teorias que não foram comprovadas através de fatos passaram a ser tomadas como pseudociência pecadora, herege dentro da comunidade científica. Nota-se, portanto, que em geral o positivismo apresentava algumas características marcantes. Leff (2004a, 2004b), ao mostrar algumas delas, revela que o projeto positivista procurava ser sempre objetivante e universalista.

Ao utilizar da obra de Lakatos (1979) verifica-se que, em 1934, Popper, um dos mais influentes filósofos do século XX, evidenciou com base nesta concepção que as teorias consideradas científicas e não científicas tendiam a zero e, portanto, não seriam suficientes para distinguir o científico do não científico. Com base nisso chegou à seguinte conclusão: teorias científicas não são somente improváveis, no sentido de não se ter como provar, como também são incapazes de serem provadas já que não poderá existir um mecanismo capaz de medir e comprovar a teoria. Em outras palavras, percebe-se que a concepção sobre a natureza do conhecimento formulado por Popper na verdade se caracterizava por se opor à concepção indutivista da ciência, isto é, daquela concepção em que um conjunto de observações singulares são tomadas para formular proposições gerais e “verdadeiras”. Com isso, Popper buscou substituir os procedimentos indutivos da ciência, o qual tinha por defensores os pensadores ligados ao Círculo de Viena, por dedutivos, ou seja, discordar do indutivismo como critério de ciência apoiados pelos positivistas lógicos em favor do dedutivismo apoiado pelos racionalistas lógicos, sendo Popper um dos racionalistas lógicos mais expressivos

Kuhn (1982), por sua vez, esclarece que a comunidade científica passou a se caracterizar por sua postura altamente disciplinar e, por isso, marcada por uma especialidade científica, por uma formação teórica comum, pela circulação abundante de informação no interior do grupo e pela unanimidade de juízo em assuntos profissionais. Segundo este mesmo autor, a ciência não se desenvolve através de obediência rígida a cânones metodológicos, mas sim por empreender uma prática convergente e unificada de pesquisa, possível por meio de aquisição de paradigma. Em outras palavras, a obra de Kuhn provocou profundos abalos na concepção epistemológica da ciência, o qual

se caracterizou por inaugurar um discurso até então inovador, privilegiando os aspectos históricos e sociológicos em desfavor dos aspectos lógico-metodológicos enraizados na concepção popperiana.

Assim, para Thomas Kuhn a existência de uma ciência depende diretamente das premissas paradigmáticas que sem elas a mesma não existiria. Mesmo considerando que as idéias de Popper constituem o desenvolvimento filosófico mais importante do século XX (Lakatos, 1989), Lakatos reconheceu as críticas que elas receberam de Kuhn. Com base nisso, ele elabora a **metodologia dos programas de pesquisa científica** com o objetivo de que esta seja uma explicação lógica para o fazer científico, interpretando as revoluções científicas como casos de progresso racional e não de conversões religiosas (Lakatos, 1989). A avaliação objetiva do crescimento do conhecimento científico deve ser realizada em termos de mudanças progressivas ou regressivas, para séries de teorias científicas dentro de um **programa de pesquisa** (Silveira, 1990). A própria ciência como um todo pode ser considerada um imenso programa de pesquisa com a suprema regra heurística de Popper: arquitetar conjecturas que tenham maior conteúdo empírico do que as suas predecessoras (Lakatos, 1979). Assim, a história da ciência deve ser vista como a história dos programas de pesquisa e não das teorias isoladas. De acordo com Silveira (1990), um programa de pesquisa pode ser caracterizado por seu **núcleo firme**: teoria ou conjunção de hipóteses.

A seguir encontra-se uma representação das principais teorias (Figura 2) que buscavam romper com as concepções de verificabilidade da ciência do Círculo de Viena.

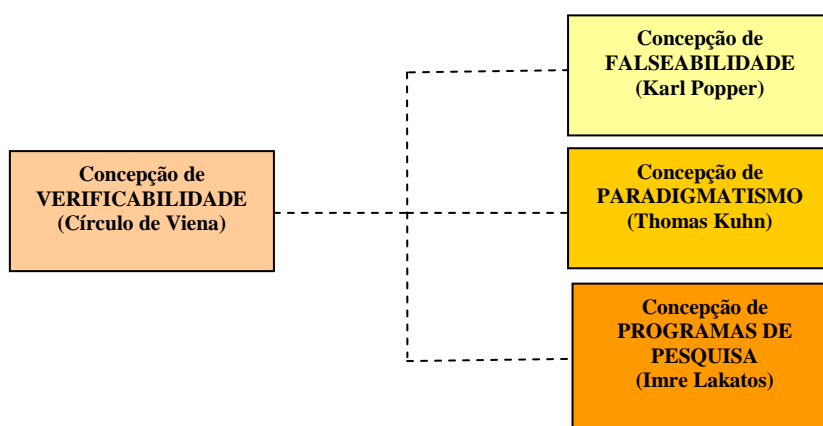


Figura 2 - Representação esquemática das principais teorias da Fase III.

Fonte: Elaboração própria (2011).

Fase IV – Esta última fase está relacionada ao debate em torno da concepção interdisciplinaridade que surgiu no final do Século XX e que é tida como fenômeno do Século XXI. Esta nova concepção passa a ser entendida por alguns como uma forma de neo-positivismo⁵⁰, mas que na verdade não se tem um consenso ao seu respeito. Para Santos (1989) a época em que vivemos deve ser considerada uma época de transição entre o paradigma da ciência moderna e um novo paradigma que ele designa de ciência pós-moderna. De acordo com Klein (1990) verifica-se que a história da interdisciplinaridade pode confundir-se com a própria história da ciência já que para alguns, os filósofos como Platão, Aristóteles, Rabelais, Kant, Hegel e outros, são tidos como os primeiros “pensadores interdisciplinares”.

Pela obra de Maturana (2000) observa-se que mesmo fazendo críticas a visão reducionista-mecanicista da ciência defendida pelos positivistas, os racionalistas lógicos como Popper, Kuhn e Lakatos também ignoraram o problema da complexidade. Além disso, Von Bertalanffy (1977) ao mencionar uma das incoerências trazidas pelo pradigmatismo disciplinar revelou que não raramente há casos em que princípios idênticos foram descobertos várias vezes porque pesquisadores que trabalhavam em um campo ignoravam que a estrutura exigida já estava bem desenvolvida em outro campo.

É dentro desse contexto de discussão que se insere a temática interdisciplinar que segundo Fazenda (1979) a simples integração de conteúdos não é suficiente para romper as fronteiras das disciplinas⁵¹, tornar-se-á preciso atitude, ou seja, postura interdisciplinar. Em outras palavras, a interdisciplinaridade não é conquistada pela simples adição de conhecimentos disciplinares. É preciso, antes de tudo, uma interação entre as mesmas⁵².

O trabalho de Leis (2005) revela que a interdisciplinaridade apresenta em países como a França e os Estados Unidos uma postura polarizada. Na francesa a interdisciplinaridade apresenta dimensões epistemológicas dos saberes disciplinares e está ligada a racionalidade científica. A

⁵⁰ De acordo com Gadotti (1999) o Neo-positivismo é uma expressão usada para designar esta nova abordagem interdisciplinar da ciência em que mesmo com propósitos de responder à fragmentação causada por uma epistemologia de cunho positivista em que só o observável, os fatos são considerados princípios basilares da ciência, por outro lado permaneceu fiel aos seus princípios já que encontra no pensamento intelectual de grupos de pesquisadores uma oportunidade de tornar universal a explicação científica, reproduzindo um caminho considerado falho já trilhado pelos seguidores do pensamento positivista. O sucesso da física, principalmente com as teorias newtonianas, parece ter acelerado a verticalização da ciência dentro de um contexto disciplinar e seu isolamento científico em relação a outros canais transversais do conhecimento humano.

⁵¹ Uma das formas sugeridas para romper com o paradigma científico foi dada a partir da publicação do relatório da Comissão Gulbenkian onde propunham o *mutatis mutandi*, ou seja, que as fronteiras artificiais do conhecimento fossem desmanteladas, recomendando fortemente o trabalho interdisciplinar e transdisciplinar sobre os problemas prementes de nossa época por entender que muitos dos problemas considerados complexos na atualidade não poderiam ser resolvidos à luz de um único caminho (LEIS, 2005).

⁵² Sobre a temática interdisciplinar ver autores como Klein (1990; 1996), Lattuca (2001), Leff (2004a, 2004b), Cohen (1994) e Videira (2004).

concepção interdisciplinar americana, por sua vez, foi caracterizada por uma preocupação pela lógica instrumental, orientada para a busca da funcionalidade social, isto é, profissionalizante⁵³.

No Brasil, o conceito de interdisciplinaridade chegou primeiramente com a obra de Georges Gusdorf e, posteriormente, com Piaget que juntos foram os grandes responsáveis pela influência da concepção interdisciplinar no país tanto no campo epistemológico quanto educacional (GADOTTI, 1999). Assim, a concepção brasileira sobre interdisciplinaridade sofreu grande influência do modelo cultural americano centrado no ator (seja professor e pesquisador) como principal vetor de interdisciplinaridade (Fazenda *apud* LEIS, 2005).

Assim, com base nesse levantamento histórico da ciência foi possível visualizar o método de pesquisa científica adotado para esta pesquisa de Tese.

⁵³ Conforme Leis (2005) a interdisciplinaridade americana se caracteriza pela rápida substituição do humanismo europeu recebido da Inglaterra por uma política curricular orientada para as profissões e vocações que propiciaram ao país ganhos expressivo no campo econômico através das patentes e invenções. A Europa, por outro lado, obteve avanços significativos no campo da revolução da ciência, produzindo a ampla maioria dos gênios do século XX.

ANEXOS

Tabela 1B – População total e percentual em relação ao Estado de Rondônia

Regiões	População (hab)							
	1980		1991		2000		2009*	
	Total	% relação Estado	Total	% relação Estado	Total	% relação Estado	Total	% relação Estado
Mesorregião Madeira-Guaporé	168.633	34,34	337.741	29,82	472.373	34,24	532.074	39,37
Microrregião Guajará-Mirim	34.751	7,08	42.959	3,79	59.338	4,30	64.806	4,79
Microrregião Porto Velho	133.882	27,27	294.782	26,02	413.035	29,93	467.268	34,57
Mesorregião Leste Rondoniense	322.392	65,66	794.951	70,18	907.414	65,76	903.511	60,63
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	-	56.301	4,97	72.428	5,25	67.400	4,99
Microrregião Ariquemes	53.365	10,87	100.449	8,87	139.033	10,08	159.112	6,33
Microrregião Cacoal	67.030	13,65	206.149	18,20	225.312	16,33	220.098	15,51
Microrregião Colorado do Oeste	-	-	68.775	6,07	60.603	4,39	51.929	3,84
Microrregião Ji-Paraná	121.714	24,79	275.255	24,30	304.178	22,05	284.878	21,08
Microrregião Vilhena	80.283	16,35	88.022	7,77	105.860	7,67	120.094	8,89

Fontes: IBGE (Censos demográficos), 1980; 1991; 2000 IPEADATA, 1980; 1991; 2000

* Para este ano utilizou-se dados do IBGE- SIDRA, 2007

Tabela 2B – Área (km²)

Regiões	Área (km ²)							
	1980		1991		2000		2009*	
	Total	% relação Estado	Total	% relação Estado	Total	% relação Estado	Total	% relação Estado
Mesorregião Madeira-Guaporé	122.245,00	50,30	104.968,90	44,01	106.789,30	44,95	106.789,30	44,95
Microrregião Guajará-Mirim	63.935,00	26,31	41.950,40	17,59	41.153,60	17,32	41.153,60	17,32
Microrregião Porto Velho	58.310,00	23,99	63.018,50	26,42	65.635,70	27,63	65.635,70	27,63
Mesorregião Leste Rondoniense	120.799,00	49,70	133.543,90	55,99	130.775,30	55,05	130.775,30	55,05
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	-	15.332,90	6,43	15.556,40	6,55	15.556,40	6,55
Microrregião Ariquemes	38.687,00	15,92	27.411,10	11,49	24.400,00	10,27	24.400,00	10,27
Microrregião Cacoal	8.741,00	3,60	22.214,70	9,31	24.585,80	10,35	24.585,80	10,35
Microrregião Colorado do Oeste	-	-	17.299,00	7,25	14.770,90	6,22	14.770,90	6,22
Microrregião Ji-Paraná	22.027,00	9,06	24.751,10	10,38	25.024,50	10,53	25.024,50	10,53
Microrregião Vilhena	51.344,00	21,13	26.535,10	11,13	26.437,70	11,13	26.437,70	11,13

Fontes: IBGE (Censos demográficos), 1980; 1991; 2000

IPEADATA, 1980; 1991; 2000

* Para este ano utilizou-se dados do IBGE- SIDRA, 2007

Tabela 3B - Densidade populacional (hab/km²)

Regiões	Densidade (hab/km ²)*			
	1980	1991	2000	2009**
Mesorregião Madeira-Guaporé	1,37	3,21	4,42	4,98
Microrregião Guajará-Mirim	0,54	1,02	1,44	1,57
Microrregião Porto Velho	2,29	4,67	6,29	7,11
Mesorregião Leste Rondoniense	2,66	5,95	6,93	6,90
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	3,67	4,65	4,33
Microrregião Ariquemes	1,37	3,66	5,69	6,52
Microrregião Cacoal	7,66	9,27	9,16	8,95
Microrregião Colorado do Oeste	-	3,97	4,10	3,51
Microrregião Ji-Paraná	5,52	11,12	12,15	11,38
Microrregião Vilhena	1,56	3,31	4,00	4,54

* Calculado através da fórmula (População total)/Área do município

Fontes: IBGE (Censos demográficos), 1980; 1991; 2000 IPEADATA, 1980; 1991; 2000

** Para este ano utilizou-se dados do IBGE- SIDRA, 2007

Tabela 4B - Taxa Urbanização municipal (%)

Regiões	Taxa Urbanização (%)*			
	1980	1991	2000	2009**
Mesorregião Madeira-Guaporé	73,85	79,25	76,32	76,37
Microrregião Guajará-Mirim	63,18	79,50	75,86	74,12
Microrregião Porto Velho	76,62	79,21	76,38	76,68
Mesorregião Leste Rondoniense	32,14	49,26	57,74	64,76
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	26,33	34,84	40,49
Microrregião Ariquemes	36,85	49,94	57,83	61,54
Microrregião Cacoal	20,29	47,15	55,05	64,88
Microrregião Colorado do Oeste	-	46,45	58,68	62,09
Microrregião Ji-Paraná	32,50	49,94	58,00	65,93
Microrregião Vilhena	38,35	68,18	77,74	80,79

* Calculado através da fórmula (População urbana x 100)/População total

Fontes: IBGE (Censos demográficos), 1980; 1991; 2000 IPEADATA, 1980; 1991; 2000

** Para este ano utilizou-se dados do IBGE- SIDRA, 2007

Tabela 5B – Índice de envelhecimento

Regiões	Índice de envelhecimento*			
	1980	1991	2000	2009**
Mesorregião Madeira-Guaporé	4,31	5,54	8,04	17,39
Microrregião Guajará-Mirim	5,31	7,78	9,64	17,52
Microrregião Porto Velho	4,04	5,21	7,79	17,37
Mesorregião Leste Rondoniense	2,99	5,50	10,41	25,48
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	4,38	8,63	20,70
Microrregião Ariquemes	2,40	4,32	8,23	19,91
Microrregião Cacoal	3,24	5,79	11,20	28,08
Microrregião Colorado do Oeste	-	5,93	12,79	35,49
Microrregião Ji-Paraná	3,27	5,98	10,97	26,31
Microrregião Vilhena	2,72	5,10	10,04	26,01

* Calculado através da fórmula (População ≥ 65 anos/população < 15 anos) x 100

Fontes: IBGE (Censos demográficos), 1980; 1991; 2000 IPEADATA, 1980; 1991; 2000

**Para este ano utilizou-se dados do IBGE- SIDRA, 2007

Tabela 6B - Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)

Regiões	Taxa de mortalidade infantil			
	1980	1991	2000	2009*
Mesorregião Madeira-Guaporé	88,42	46,41	32,36	31,11
Microrregião Guajará-Mirim	103,82	39,66	29,82	19,68
Microrregião Porto Velho	73,02	53,17	34,90	32,72
Mesorregião Leste Rondoniense	75,24	43,23	31,38	8,13
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	52,27	41,79	2,68
Microrregião Ariquemes	79,06	48,87	30,75	16,51
Microrregião Cacoal	80,23	41,70	26,83	7,80
Microrregião Colorado do Oeste	-	38,35	29,22	3,93
Microrregião Ji-Paraná	78,38	37,38	30,67	8,12
Microrregião Vilhena	63,31	40,82	29,01	0,62

Fonte: DATASUS (Informações de saúde), 1980; 1991; 2000; 2008

Tabela 7B – Número unidades de saúde e de leitos (por mil habitantes)

Regiões	Unidades de saúde e leitos							
	1980*		1991		2000		2009*	
	n° de Unid. saúde	N° de leitos	n° de Unid. saúde	N° de leitos	n° de Unid. saúde	N° de leitos	n° de Unid. saúde	N° de leitos
Mesorregião Madeira-Guaporé	0,36	4,27	0,26	3,14	0,38	2,47	0,85	3,17
Microrregião Guajará-Mirim	0,40	6,42	0,79	6,47	1,08	5,04	0,77	3,23
Microrregião Porto Velho	0,34	3,71	0,19	2,65	0,28	2,11	0,86	3,16
Mesorregião Leste Rondoniense	0,17	3,80	0,63	2,03	0,98	2,88	1,04	2,67
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	-	0,94	1,24	3,27	6,65	0,46	2,36
Microrregião Ariquemes	0,19	3,71	0,81	2,74	0,96	2,34	1,47	4,30
Microrregião Cacoal	0,15	2,43	0,56	1,98	0,83	2,39	1,01	2,43
Microrregião Colorado do Oeste	-	-	0,89	1,80	0,91	2,79	0,75	2,85
Microrregião Ji-Paraná	0,17	4,31	0,47	1,90	0,65	2,76	1,02	2,44
Microrregião Vilhena	0,17	4,21	0,72	2,47	0,72	2,45	1,32	2,59

Fonte: DATASUS (Informações de saúde), 1981; 1991; 2000; 2010

Tabela 8B - Número de médicos (por mil habitantes)

Regiões	Número de médicos			
	1980	1991	2000	2009*
Mesorregião Madeira-Guaporé	-	2,59	3,32	3,42
Microrregião Guajará-Mirim	-	2,07	0,38	1,12
Microrregião Porto Velho	-	0,52	2,94	3,75
Mesorregião Leste Rondoniense	-	5,35	7,98	1,57
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	1,34	1,00	1,07
Microrregião Ariquemes	-	1,17	2,09	1,74
Microrregião Cacoal	-	0,28	1,53	1,99
Microrregião Colorado do Oeste	-	0,42	0,83	0,80
Microrregião Ji-Paraná	-	0,53	1,75	1,43
Microrregião Vilhena	-	1,61	0,78	1,56

Fontes: DATASUS (Informações de saúde), 1991; 2000; 2010
 PNUD-Atlas do desenvolvimento humano, 1991; 2000

Tabela 9B - Taxa de homicídios (por 100.000 hab)

Regiões	Taxa de homicídios			
	1980	1991	2000	2009*
Mesorregião Madeira-Guaporé	21,35	53,30	53,35	53,35
Microrregião Guajará-Mirim	5,76	32,59	26,96	26,96
Microrregião Porto Velho	25,40	56,31	57,14	57,14
Mesorregião Leste Rondoniense	25,75	39,12	23,58	23,58
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	10,66	20,71	20,71
Microrregião Ariquemes	67,46	93,58	44,59	44,59
Microrregião Cacoal	13,43	26,68	14,20	14,20
Microrregião Colorado do Oeste	-	15,99	8,25	8,25
Microrregião Ji-Paraná	19,72	45,78	22,03	22,03
Microrregião Vilhena	17,44	21,59	31,17	31,17

Fontes: IPEADATA, 1980; 1991; 2000
 DATASUS (Informações de saúde), 2008

Tabela 10B- Taxa de suicídios (por 100.000 hab)

Regiões	Taxa de suicídios			
	1980	1991	2000	2009*
Mesorregião Madeira-Guaporé	4,15	4,15	4,45	3,86
Microrregião Guajará-Mirim	-	4,66	5,06	4,97
Microrregião Porto Velho	5,23	4,07	4,36	2,75
Mesorregião Leste Rondoniense	4,03	3,90	6,28	1,16
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	-	5,52	2,83
Microrregião Ariquemes	3,75	3,98	5,75	0,83
Microrregião Cacoal	2,98	5,82	11,10	0,22
Microrregião Colorado do Oeste	-	5,82	1,65	0,00
Microrregião Ji-Paraná	1,64	2,18	3,62	3,10
Microrregião Vilhena	8,72	5,68	7,56	0,00

Fontes: IPEADATA, 1980; 1991; 2000
 DATASUS (Informações de saúde), 2008

Tabela 11B – Taxa de vítimas de acidentes (por 100.000 hab)

Regiões	Vítimas de acidentes			
	1980	1991	2000	2009*
Mesorregião Madeira-Guaporé	26,09	33,46	31,75	31,75
Microrregião Guajará-Mirim	2,88	25,61	21,91	21,91
Microrregião Porto Velho	32,12	34,60	33,17	33,17
Mesorregião Leste Rondoniense	12,10	14,21	18,95	18,95
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	3,55	11,05	11,05
Microrregião Ariquemes	14,99	23,89	29,49	29,49
Microrregião Cacoal	10,44	13,58	16,42	16,42
Microrregião Colorado do Oeste	-	4,36	9,90	9,90
Microrregião Ji-Paraná	10,68	10,54	17,75	17,75
Microrregião Vilhena	13,70	30,67	24,56	24,56

Fontes: IPEADATA, 1980; 1991; 2000
DATASUS (Informações de saúde), 2008

Tabela 12B – Percentual de domicílios com acesso a água

Regiões	Percentual de domicílios com acesso a água			
	1980	1991	2000	2009
Mesorregião Madeira-Guaporé	34,38	35,48	26,94	29,11
Microrregião Guajará-Mirim	25,05	35,05	25,93	30,97
Microrregião Porto Velho	36,76	35,54	27,08	28,51
Mesorregião Leste Rondoniense	9,72	22,73	27,66	32,85
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	0,00	11,36	14,19
Microrregião Ariquemes	8,04	25,34	19,78	21,98
Microrregião Cacoal	12,45	19,66	30,35	36,94
Microrregião Colorado do Oeste	-	19,66	22,62	33,29
Microrregião Ji-Paraná	6,83	20,41	20,26	21,76
Microrregião Vilhena	12,92	48,85	65,19	78,53

Fontes: IPEADATA; 1980
IBGE-SIDRA, 1991; 2000
DATASUS (Informações de saúde), 2009

Tabela 13B – Percentual de domicílios com acesso a esgoto

Regiões	Percentual de domicílios com acesso a esgoto			
	1980	1991	2000	2009
Mesorregião Madeira-Guaporé	5,85	0,84	7,10	2,65
Microrregião Guajará-Mirim	7,45	0,48	5,48	6,22
Microrregião Porto Velho	5,44	0,89	7,33	1,50
Mesorregião Leste Rondoniense	-	0,00	1,97	5,76
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	0,00	0,16	2,61
Microrregião Ariquemes	-	0,00	0,25	2,08
Microrregião Cacoal	-	0,00	4,55	12,93
Microrregião Colorado do Oeste	-	0,00	0,14	3,90
Microrregião Ji-Paraná	-	0,00	1,24	1,37
Microrregião Vilhena	-	0,00	2,95	9,07

Fontes: IPEADATA, 1980
IBGE, 1991, 2000
DATASUS (Informações de saúde), 2009

Tabela 14B – Percentual de domicílios com acesso a energia elétrica

Regiões	Percentual de domicílios com acesso a energia elétrica			
	1980	1991	2000	2009
Mesorregião Madeira-Guaporé	65,66	89,61	89,63	84,24
Microrregião Guajará-Mirim	49,64	73,24	80,67	79,86
Microrregião Porto Velho	69,74	91,90	90,87	85,64
Mesorregião Leste Rondoniense	12,74	50,64	82,33	90,66
Microrregião Alvorada D'Oeste		22,47	61,89	80,52
Microrregião Ariquemes	14,86	54,85	78,04	90,10
Microrregião Cacoal	6,74	45,76	84,01	90,72
Microrregião Colorado do Oeste		40,68	84,31	93,50
Microrregião Ji-Paraná	13,78	54,19	84,71	94,14
Microrregião Vilhena	14,82	70,14	89,37	90,13

Fontes: IPEADATA, 1980; 1991; 2000
DATASUS (Informações de saúde), 2009

Tabela 15B - Taxa municipal de analfabetos de 15 anos e mais

Regiões	Taxa de analfabetos de 15 anos e mais			
	1980	1991	2000	2009 ⁵⁴
Mesorregião Madeira-Guaporé	24,65	21,40	14,91	6,73
Microrregião Guajará-Mirim	25,90	19,50	14,11	8,45
Microrregião Porto Velho	23,40	23,30	15,72	5,01
Mesorregião Leste Rondoniense	35,76	20,51	16,06	8,03
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	27,67	15,88	4,26
Microrregião Ariquemes	37,50	9,30	16,13	9,30
Microrregião Cacoal	36,40	22,56	15,94	8,55
Microrregião Colorado do Oeste	-	22,63	15,74	8,60
Microrregião Ji-Paraná	35,90	23,73	17,06	7,81
Microrregião Vilhena	33,25	17,20	15,62	9,69

Fonte: IPEADATA, 1980; 1991; 2000

⁵⁴ Dados estimado através da fórmula

$$P_n = P_2 + r (t_n - t_2) \quad r = \frac{(P_2 - P_1)}{(T_2 - T_1)}$$

Vamos explicar:

P_n = é o dado a ser encontrado, no caso para 2009.
P₂ = é o último dado disponível, no caso para 2000
P₁ = é o penúltimo dado disponível, no caso para 1991
t_n = é o ano que estamos querendo, no caso 2009
t₂ = é o ano do último dado, no caso 2000
t₁ = é o ano do penúltimo dado, no caso 1991

Fonte: <http://www.hidro.ufrj.br/pqarj/geral/saneam/estpopul/texto.htm>

Tabela 16B - Anos de estudos de pessoas de 25 anos e mais

Regiões	Anos de estudos de pessoas de 25 anos e mais			
	1980	1991	2000	2009 ⁵⁵
Mesorregião Madeira-Guaporé	3,30	4,25	4,36	5,29
Microrregião Guajará-Mirim	3,00	4,35	4,62	5,34
Microrregião Porto Velho	3,60	4,15	4,11	5,23
Mesorregião Leste Rondoniense	1,84	3,07	3,69	5,02
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	2,43	3,51	4,60
Microrregião Ariquemes	1,90	3,05	3,62	5,68
Microrregião Cacoal	1,70	2,94	3,70	4,79
Microrregião Colorado do Oeste	-	2,83	3,86	5,12
Microrregião Ji-Paraná	1,70	3,05	3,51	4,77
Microrregião Vilhena	2,05	4,10	3,94	5,14

Fonte: IPEADATA, 1980; 1991; 2000

Tabela 17B - Percentual de pessoas pobres

Regiões	Percentual de pessoas pobres			
	1980	1991	2000	2009*
Mesorregião Madeira-Guaporé	33,52	48,08	41,22	33,70
Microrregião Guajará-Mirim	40,67	52,41	39,50	34,52
Microrregião Porto Velho	26,37	43,76	42,93	32,88
Mesorregião Leste Rondoniense	54,78	55,27	43,45	26,50
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	71,63	47,18	28,60
Microrregião Ariquemes		47,23	38,78	26,21
Microrregião Cacoal	53,90	59,78	43,44	24,28
Microrregião Colorado do Oeste	-	64,45	44,47	28,95
Microrregião Ji-Paraná	56,28	52,05	44,60	25,66
Microrregião Vilhena	54,16	36,47	42,22	25,30

Fontes: PNUD-Atlas do desenvolvimento humano, 1991; 2000
IBGE – Mapa da pobreza e desigualdade, 2003

⁵⁵ Dados estimados através da fórmula

$$P_n = P_2 + r (t_n - t_2) \quad r = \frac{(P_2 - P_1)}{(T_2 - T_1)}$$

Vamos explicar:

P_n = é o dado a ser encontrado, no caso para 2009.
P₂ = é o último dado disponível, no caso para 2000
P₁ = é o penúltimo dado disponível, no caso para 1991
t_n = é o ano que estamos querendo, no caso 2009
t₂ = é o ano do último dado, no caso 2000
t₁ = é o ano do penúltimo dado, no caso 1991

Fonte: <http://www.hidro.ufrj.br/pqarj/geral/saneam/estpopul/texto.htm>

Tabela 18B – Número total de unidades de conservação e percentual da área ocupada

Regiões	Unidades de conservação							
	1980		1991		2000		2009*	
	n° de UCs	Área UCs	n° de UCs	Área UCs	n° de UCs	Área UCs	n° de UCs	Área UCs
Mesorregião Madeira-Guaporé	1	3,34	16	11,55	36	16,44	51	30,69
Microrregião Guajará-Mirim	1	6,68	5	4,74	12	20,51	16	32,10
Microrregião Porto Velho	0	0,00	11	18,36	24	12,37	35	29,28
Mesorregião Leste Rondoniense	3	4,56	9	3,88	30	4,73	30	4,73
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	-	2	10,43	2	8,78	2	8,78
Microrregião Ariquemes	0	0,00	3	0,98	19	2,66	19	2,66
Microrregião Cacoal	0	0,00	0	0,00	2	2,52	2	2,52
Microrregião Colorado do Oeste	-	-	0	0,00	2	8,90	2	8,90
Microrregião Ji-Paraná	2	18,24	3	11,86	4	5,50	4	5,50
Microrregião Vilhena	1	0,00	1	0,00	1	0,00	1	0,00

Fontes: ICMBio, 1980; 1991; 2000; 2008

ZEE/RO, 1980; 1991; 2000; 2008

Tabela 19B – Número total de terras indígenas e percentual da área ocupada

Regiões	Terras indígenas							
	1980		1991		2000		2009*	
	n° de TIs	Área TIs	n° de TIs	Área TIs	n° de TIs	Área TIs	n° de TIs	Área TIs
Mesorregião Madeira-Guaporé	0	0	12	12,82	17	18,16	17	18,16
Microrregião Guajará-Mirim	0	0	6	25,02	9	36,21	9	36,21
Microrregião Porto Velho	0	0	6	4,69	8	6,85	8	6,85
Mesorregião Leste Rondoniense	1	5,65	12	13,83	18	15,89	18	15,89
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	-	1	16,68	3	16,44	3	16,44
Microrregião Ariquemes	0	0	1	0,42	2	0,47	2	0,47
Microrregião Cacoal	0	0	4	13,58	6	21,70	6	21,70
Microrregião Colorado do Oeste	-	-	0	0	0	0	0	0
Microrregião Ji-Paraná	0	0	3	19,47	4	19,26	4	19,26
Microrregião Vilhena	1	13,30	3	29,99	3	30,11	3	30,11

Fonte: ZEE/RO, 1980; 1991; 2000; 2008

Tabela 20B - Área total e percentual da área dos estabelecimentos ocupada com lavouras permanentes e temporárias

Regiões	Lavouras permanentes e temporárias*							
	1980		1991		2000		2009	
	Área total	%	Área total	%	Área total	%	Área total	%
Mesorregião Madeira-Guaporé	30.952	3,57	62.310	4,02	40.583	1,93	70.024	3,96
Microrregião Guajará-Mirim	11.468	3,31	36.350	5,48	7.164	0,94	9.201	1,97
Microrregião Porto Velho	19.485	3,75	25.960	2,92	33.419	2,49	60.823	4,68
Mesorregião Leste Rondoniense	342.480	7,86	467.220	10,42	391.725	5,77	350.182	5,34
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	-	0	0	50.512	9,21	40.657	6,40
Microrregião Ariquemes	86.247	9,33	85.184	9,31	72.248	5,55	79.006	5,72
Microrregião Cacoal	67.037	11,57	113.686	13,40	109.905	8,05	72.216	5,36
Microrregião Colorado do Oeste	-	-	42.716	8,13	26.209	2,73	52.616	6,72
Microrregião Ji-Paraná	101.865	10,00	191.630	14,46	102.773	6,45	57.439	4,18
Microrregião Vilhena	87.331	4,76	34.004	3,92	30.077	2,94	48.248	4,63

Fonte: IBGE (Censos agropecuários), 1980; 1985; 1995; 2006

Tabela 21B - Percentual da área dos estabelecimentos ocupada com pastagens naturais e artificiais

Regiões	Pastagens naturais e artificiais*							
	1980		1991		2000		2009	
	Área total	%	Área total	%	Área total	%	Área total	%
Mesorregião Madeira-Guaporé	186.992	21,60	192.134	12,39	280.204	13,35	868.207	49,14
Microrregião Guajará-Mirim	99.158	28,63	111.722	16,86	54.686	7,21	259.579	55,71
Microrregião Porto Velho	87.835	16,91	80.412	9,06	225.518	16,83	608.628	46,79
Mesorregião Leste Rondoniense	565.845	12,98	908.730	20,28	2.641.864	38,90	3.941.265	60,06
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	-	0	-	190.497	34,72	383.586	60,43
Microrregião Ariquemes	85.051	9,20	95.515	10,43	331.329	25,45	687.775	49,79
Microrregião Cacoal	52.178	9,00	168.841	19,91	551.053	40,38	833.180	61,80
Microrregião Colorado do Oeste	-	-	177.954	33,87	487.186	50,73	463.045	59,11
Microrregião Ji-Paraná	124.537	12,22	277.503	20,94	746.732	46,88	1.056.630	76,95
Microrregião Vilhena	304.080	16,57	188.917	21,78	335.067	32,74	517.049	49,64

Fonte: IBGE (Censos agropecuários), 1980; 1985; 1995; 2006

Tabela 22B - Percentual da área dos estabelecimentos ocupada com matas e florestas naturais

Regiões	Matas e florestas naturais*							
	1980		1991		2000		200	
	Área total	%	Área total	%	Área total	%	Área total	%
Mesorregião Madeira-Guaporé	582.958	67,33	1.185.843	76,47	1.675.240	79,83	737.979	41,77
Microrregião Guajará-Mirim	203.813	58,86	453.606	68,44	631.817	83,28	178.877	38,39
Microrregião Porto Velho	379.145	72,97	732.237	82,46	1.043.423	77,88	559.102	42,98
Mesorregião Leste Rondoniense	3.246.961	74,50	2.893.096	64,55	3.456.220	50,88	2.079.417	31,68
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	-	0	0	290.412	52,92	198.709	31,30
Microrregião Ariquemes	692.332	74,90	696.659	76,10	851.994	65,45	555.402	40,21
Microrregião Cacoal	442.604	76,36	528.308	62,29	601.388	44,07	393.576	29,19
Microrregião Colorado do Oeste	-	-	278.618	53,03	411.119	42,81	236.444	30,18
Microrregião Ji-Paraná	728.665	71,51	781.096	58,93	685.137	43,01	233.872	17,03
Microrregião Vilhena	1.383.361	75,40	608.415	70,13	616.171	60,20	461.414	44,30

Fonte: IBGE (Censos agropecuários), 1980; 1985; 1995; 2006

Tabela 23B – Percentual da area de desmatamento

Regiões	Desmatamento (%)			
	1980*	1991*	2000	2009
Mesorregião Madeira-Guaporé	0,35	5,01	14,52	28,62
Microrregião Guajará-Mirim	0,13	2,56	10,33	21,67
Microrregião Porto Velho	0,58	7,46	18,71	35,57
Mesorregião Leste Rondoniense	4,64	22,05	49,79	58,88
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	21,97	39,00	49,25
Microrregião Ariquemes	0,43	8,65	40,86	58,14
Microrregião Cacoal	7,21	35,14	59,89	66,67
Microrregião Colorado do Oeste	-	22,15	48,20	54,60
Microrregião Ji-Paraná	7,63	31,31	67,27	73,64
Microrregião Vilhena	3,31	13,06	43,50	51,00

*Para os anos de 1980 e 1991, utilizou-se dados correspondentes aos anos de 1978 e 1993, respectivamente

Fontes: FIERO (1997) e SEDAM (1996)
INPE, 2000; 2009

Tabela 24B – PIB per capita

Regiões	PIB per capita (R\$ mil)			
	1980	1991*	2000	2009*
Mesorregião Madeira-Guaporé	7355,08	5072,42	3960,09	28434,13
Microrregião Guajará-Mirim	3828,82	2931,99	3264,33	187610,20
Microrregião Porto Velho	8270,38	5384,35	4060,05	6357,79
Mesorregião Leste Rondoniense	2581,42	2363,18	4763,04	5823,80
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	1509,37	10842,08	4881,95
Microrregião Ariquemes	2886,67	3577,58	4083,44	5532,36
Microrregião Cacoal	2250,28	2082,77	4300,79	5772,42
Microrregião Colorado do Oeste	-	1512,49	3733,42	5985,90
Microrregião Ji-Paraná	2531,01	2135,71	3896,73	5654,58
Microrregião Vilhena	2731,42	3556,16	5558,99	7164,04

Fontes: IPEADATA, 1980; 1996; 2000
IBGE (Coordenação de contas nacionais), 2007

Tabela 25B – Número total e percentual de ovinos e caprinos em relação ao Estado

Regiões	Ovinos e caprinos							
	1980		1991		2000		2009*	
	n°	% relação Estado	n°	% relação Estado	n°	% relação Estado	n°	% relação Estado
Mesorregião Madeira-Guaporé	3.354	53,50	15.280	25,38	17.166	14,63	35.721	25,41
Microrregião Guajará-Mirim	1.043	16,64	9.153	15,21	4.470	3,81	8.426	5,99
Microrregião Porto Velho	2.304	36,75	6.127	10,18	12.696	10,82	27.295	19,42
Mesorregião Leste Rondoniense	2.921	46,60	44.916	74,62	100.151	85,36	104.811	74,58
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	-	1.074	1,78	6.862	5,84	8.478	6,03
Microrregião Ariquemes	292	4,65	4.105	6,82	8.717	7,43	22.140	15,75
Microrregião Cacoal	389	6,20	7.856	13,05	17.716	15,10	23.491	16,71
Microrregião Colorado do Oeste	-	-	7.910	13,14	34.322	29,25	11.516	8,19
Microrregião Ji-Paraná	1.215	19,38	11.299	18,77	23.877	20,35	23.917	17,01
Microrregião Vilhena	1.025	16,35	12.672	21,05	8.657	7,37	15.269	10,86

Fonte: IBGE (Censo agropecuário), 1980

IBGE (Pesquisa pecuária municipal), 1991; 2000; 2008

Tabela 26B - Número total e percentual de aves em relação ao Estado

Regiões	Aves							
	1980		1991		2000		2009*	
	n°	% relação Estado	n°	% relação Estado	n°	% relação Estado	n°	% relação Estado
Mesorregião Madeira-Guaporé	310.498	12,82	865.557	13,76	576.389	8,67	424.533	9,62
Microrregião Guajará-Mirim	75.094	3,10	66.830	1,06	148.661	2,23	93.328	2,12
Microrregião Porto Velho	235.404	9,72	798.727	12,70	427.728	6,43	331.205	7,51
Mesorregião Leste Rondoniense	2.112.031	87,18	5.424.427	86,24	6.075.287	91,33	3.986.604	90,38
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	-	331.017	5,26	551.483	8,29	218.440	4,95
Microrregião Ariquemes	338.208	13,96	982.424	15,62	574.709	8,64	395.308	8,96
Microrregião Cacoal	456.249	18,83	1.386.028	22,04	1.524.966	22,93	1.986.563	45,04
Microrregião Colorado do Oeste	-	-	536.703	8,53	1.669.134	25,09	178.956	4,06
Microrregião Ji-Paraná	788.124	32,53	1.747.375	27,78	1.360.269	20,45	693.475	15,72
Microrregião Vilhena	529.450	21,86	440.880	7,01	394.726	5,93	513.862	11,65

IBGE (Censo agropecuário), 1980

IBGE (Pesquisa pecuária municipal), 1991; 2000; 2008

Tabela 27B - Número total e percentual de suínos em relação ao Estado

Regiões	Suínos							
	1980		1991		2000		2009*	
	n°	% relação Estado	n°	% relação Estado	n°	% relação Estado	n°	% relação Estado
Mesorregião Madeira-Guaporé	9.911	2,74	77.872	7,74	46.833	8,04	42.210	20,34
Microrregião Guajará-Mirim	3.345	0,92	42.738	4,25	9.593	1,65	8.384	4,04
Microrregião Porto Velho	6.566	1,81	35.134	3,49	37.240	6,39	33.826	16,30
Mesorregião Leste Rondoniense	352.423	97,26	928.318	92,26	536.021	91,96	165.267	79,66
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	-	61.532	6,12	50.236	8,62	15.590	7,51
Microrregião Ariquemes	52.937	14,61	103.719	10,31	47.239	8,10	26.004	12,53
Microrregião Cacoal	69.641	19,22	318.420	31,65	130.460	22,38	42.395	20,43
Microrregião Colorado do Oeste	-	-	76.667	7,62	156.129	26,79	19.304	9,30
Microrregião Ji-Paraná	125.389	34,61	238.520	23,71	121.986	20,93	46.147	22,24
Microrregião Vilhena	104.456	28,83	129.460	12,87	29.971	5,14	15.827	7,63

Fonte: IBGE (Censo agropecuário), 1980

IBGE (Pesquisa pecuária municipal), 1991; 2000; 2008

Tabela 28B – Número total de bovinos e número de bovinos por área de pastagem

Regiões	Bovinos							
	1980		1991		2000		2009*	
	n° total	n°/área de pastagem	n° total	n°/área de pastagem	n° total	n°/área de pastagem	n° total	n°/área de pastagem
Mesorregião Madeira-Guaporé	49.875	0,27	142.737	0,74	523.471	1,87	2.585.780	2,98
Microrregião Guajará-Mirim	22.586	0,23	47.933	0,43	97.932	1,79	625.004	2,41
Microrregião Porto Velho	27.289	0,31	94.804	1,18	425.539	1,89	1.960.776	3,22
Mesorregião Leste Rondoniense	178.421	0,32	2.683.666	2,95	6.772.077	1,95	8.590.421	2,18
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	-	56.696	0	368.947	1,94	779.755	2,03
Microrregião Ariquemes	0	0,00	303.960	3,18	648.708	1,96	1.591.941	2,31
Microrregião Cacoal	31.494	0,60	429.776	2,55	1.289.709	2,34	1.951.969	2,34
Microrregião Colorado do Oeste	-	-	235.492	1,32	2.231.005	1,23	763.323	1,65
Microrregião Ji-Paraná	81.632	0,66	532.590	1,92	1.631.228	2,18	2.605.866	2,47
Microrregião Vilhena	65.295	0,21	1.125.152	5,96	602.480	1,80	897.567	1,74

Fontes: IBGE (Censos agropecuários), 1980; 1985; 1995; 2006

IBGE (Censo agropecuário), 1980;

IBGE (Pesquisa pecuária municipal), 1991; 2000; 2008

Tabela 29B - Produção total e produção de leite (mil litros) por área de pastagem

Regiões	Produção de leite							
	1980		1991		2000		2009*	
	Total	Produção/ pastagem	Total	Produção/ pastagem	Total	Produção/ pastagem	Total	Produção/ pastagem
Mesorregião Madeira-Guaporé	8.624	0,05	11.623	0,06	27.193	0,10	83.490	0,10
Microrregião Guajará-Mirim	3.149	0,03	3.948	0,04	4.429	0,08	7.852	0,03
Microrregião Porto Velho	5.475	0,06	7.675	0,10	22.764	0,10	75.638	0,12
Mesorregião Leste Rondoniense	24.735	0,04	240.365	0,26	395.063	0,15	639.617	0,16
Microrregião Alvorada D'Oeste	-		4.835	0,00	28.120	0,15	65.459	0,17
Microrregião Ariquemes	4.305	0,05	28.215	0,30	24.047	0,07	83.538	0,12
Microrregião Cacoal	1.785	0,03	37.614	0,22	84.509	0,15	66.744	0,08
Microrregião Colorado do Oeste	-		17.489	0,10	36.468	0,07	26.103	0,06
Microrregião Ji-Paraná	9.651	0,08	65.264	0,24	201.296	0,27	371.544	0,35
Microrregião Vilhena	8.994	0,03	86.948	0,46	20.623	0,06	26.229	0,05

Fontes: IBGE (Censos agropecuários), 1980; 1985; 1995; 2006

IBGE (Censo agropecuário), 1980; IBGE (Pesquisa pecuária municipal), 1991; 2000; 2008

Tabela 30B – Valor da produção de castanha do Brasil (Mil R\$)

Regiões	Valor da produção de castanha do Brasil			
	1980*	1991**	2000	2009
Mesorregião Madeira-Guaporé	410,28	455,86	3.157,00	2.614,00
Microrregião Guajará-Mirim	108,12	66,22	145,00	427,00
Microrregião Porto Velho	302,16	389,64	3.012,00	2.187,00
Mesorregião Leste Rondoniense	61,83	335,75	81,00	310,00
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	110,83	7,00	17,00
Microrregião Ariquemes	17,45	11,20	4,00	48,00
Microrregião Cacoal	2,92	134,46	35,00	79,00
Microrregião Colorado do Oeste	-	0,00	6,00	10,00
Microrregião Ji-Paraná	37,52	55,37	7,00	103,00
Microrregião Vilhena	3,94	23,89	22,00	53,00

Fonte: IBGE (Produção da extração vegetal e da silvicultura), 1980; 1991; 2000; 2008

* Para o ano de 1980, os valores em cruzeiro (Cr\$) foram convertidos em dolar com base na cotação oficial do mês de maio desse ano (Cr\$ 50,135) e posteriormente multiplicado pela cotação do dólar em reais (R\$) com base no mês de maio de 2000 (R\$ 1,83), o que possibilitou determinar os valores em reais. Ver tabela de conversão do dólar, referente ao período de 1970 a janeiro de 2002, em <http://www.ditizio.ecn.br/tabelas/dados.html>, acessado em 26 de junho de 2010.

** Para o ano de 1991, os valores em cruzeiro (Cr\$) foram convertidos em dolar com base na cotação oficial do mês de maio desse ano (Cr\$ 272,69) e posteriormente multiplicado pela cotação do dólar em reais (R\$) com base no mês de maio de 2000 (R\$ 1,83), o que possibilitou determinar os valores em reais. Ver tabela de conversão do dólar, referente ao período de 1970 a janeiro de 2002, em <http://www.ditizio.ecn.br/tabelas/dados.html>, acessado em 26 de junho de 2010.

Tabela 31B - Valor da produção de borracha por município (Mil R\$)

Regiões	Valor da produção de borracha			
	1980*	1991*	2000	2009
Mesorregião Madeira-Guaporé	6.767,08	7.816,84	57,00	228,00
Microrregião Guajará-Mirim	846,10	225,08	46,00	174,00
Microrregião Porto Velho	5.920,97	7.591,76	11,00	54,00
Mesorregião Leste Rondoniense	5.963,93	5.540,37	106,00	448,00
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	23,60	0,00	0,00
Microrregião Ariquemes	2.151,03	2.554,86	59,00	222,00
Microrregião Cacoal	131,77	130,17	27,00	78,00
Microrregião Colorado do Oeste	-	0,00	6,00	10,00
Microrregião Ji-Paraná	2.136,25	2.754,02	7,00	114,00
Microrregião Vilhena	1.544,89	77,72	7,00	24,00

Fonte: IBGE (Produção da extração vegetal e da silvicultura), 1980; 1991; 2000; 2008

* Para o ano de 1980, os valores em cruzeiro (Cr\$) foram convertidos em dolar com base na cotação oficial do mês de maio desse ano (Cr\$ 50,135) e posteriormente multiplicado pela cotação do dólar em reais (R\$) com base no mês de maio de 2000 (R\$ 1,83), o que possibilitou determinar os valores em reais. Ver tabela de conversão do dólar, referente ao período de 1970 a janeiro de 2002, em <http://www.ditizio.ecn.br/tabelas/dados.html>, acessado em 26 de junho de 2010.

** Para o ano de 1991, os valores em cruzeiro (Cr\$) foram convertidos em dolar com base na cotação oficial do mês de maio desse ano (Cr\$ 272,69) e posteriormente multiplicado pela cotação do dólar em reais (R\$) com base no mês de maio de 2000 (R\$ 1,83), o que possibilitou determinar os valores em reais. Ver tabela de conversão do dólar, referente ao período de 1970 a janeiro de 2002, em <http://www.ditizio.ecn.br/tabelas/dados.html>, acessado em 26 de junho de 2010.

Tabela 32B - Valor da produção de madeira em tora (Mil R\$)

Regiões	Valor da produção de madeira em tora			
	1980*	1991*	2000	2009
Mesorregião Madeira-Guaporé	396,70	2.730,61	4.508,00	44.057,00
Microrregião Guajará-Mirim	23,94	605,55	2.076,00	2.595,00
Microrregião Porto Velho	372,75	2.125,05	2.432,00	41.462,00
Mesorregião Leste Rondoniense	5.535,23	80.647,50	20.229,00	70.281,00
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	2.373,95	1.660,00	1.122,00
Microrregião Ariquemes	152,69	23.071,05	2.453,00	53.238,00
Microrregião Cacoal	863,11	14.619,57	6.698,00	5.669,00
Microrregião Colorado do Oeste	-	2.438,20	1.684,00	1.877,00
Microrregião Ji-Paraná	2.151,72	31.358,86	4.408,00	5.138,00
Microrregião Vilhena	2.367,70	6.785,88	3.326,00	3.237,00

Fonte: IBGE (Produção da extração vegetal e da silvicultura), 1980; 1991; 2000; 2008

* Para o ano de 1980, os valores em cruzeiro (Cr\$) foram convertidos em dólar com base na cotação oficial do mês de maio desse ano (Cr\$ 50,135) e posteriormente multiplicado pela cotação do dólar em reais (R\$) com base no mês de maio de 2000 (R\$ 1,83), o que possibilitou determinar os valores em reais. Ver tabela de conversão do dólar, referente ao período de 1970 a janeiro de 2002, em <http://www.ditizio.ecn.br/tabelas/dados.html>, acessado em 26 de junho de 2010.

** Para o ano de 1991, os valores em cruzeiro (Cr\$) foram convertidos em dólar com base na cotação oficial do mês de maio desse ano (Cr\$ 272,69) e posteriormente multiplicado pela cotação do dólar em reais (R\$) com base no mês de maio de 2000 (R\$ 1,83), o que possibilitou determinar os valores em reais. Ver tabela de conversão do dólar, referente ao período de 1970 a janeiro de 2002, em <http://www.ditizio.ecn.br/tabelas/dados.html>, acessado em 26 de junho de 2010.

Tabela 33B – Produção total e Percentual da produção de café em relação ao Estado

Regiões	Produção de café							
	1980		1991		2000		2009*	
	Total	% relação Estado	Total	% relação Estado	Total	% relação Estado	Total	% relação Estado
Mesorregião Madeira-Guaporé	58	0,42	842	0,56	10814	5,22	6849	6,09
Microrregião Guajará-Mirim	11	0,08	386	0,26	2385	1,15	250	0,22
Microrregião Porto Velho	47	0,34	456	0,31	8429	4,07	6599	5,86
Mesorregião Leste Rondoniense	13678	99,58	148467	99,44	196484	94,78	105706	93,91
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	-	13832	9,26	40326	19,45	21143	18,78
Microrregião Ariquemes	580	4,22	36091	24,17	30278	14,61	20014	17,78
Microrregião Cacoal	4639	33,77	55690	37,30	76812	37,05	41802	37,14
Microrregião Colorado do Oeste	-	-	1365	0,91	1115	0,54	214	0,19
Microrregião Ji-Paraná	6484	47,20	35093	23,50	44764	21,59	19690	17,49
Microrregião Vilhena	1975	14,38	6396	4,28	3189	1,54	2843	2,53

Fonte: IBGE (Produção agrícola municipal), 1980; 1991; 2000; 2008

Tabela 34B - Produção total e Percentual da produção de cacau em relação ao Estado

Regiões	Produção de cacau							
	1980		1991		2000		2009*	
	Total	% relação Estado	Total	% relação Estado	Total	% relação Estado	Total	% relação Estado
Mesorregião Madeira-Guaporé	2	0,07	10	0,04	774	4,48	3078	17,60
Microrregião Guajará-Mirim	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Microrregião Porto Velho	2	0,07	10	0,04	774	4,48	3078	17,60
Mesorregião Leste Rondoniense	2970	99,93	22810	99,96	16519	95,52	14406	82,40
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	-	51	0,22	29	0,17	113	0,65
Microrregião Ariquemes	1073	36,10	10171	44,57	7199	41,63	7151	40,90
Microrregião Cacoal	354	11,91	1611	7,06	708	4,09	1180	6,75
Microrregião Colorado do Oeste	-	-	499	2,19	566	3,27	199	1,14
Microrregião Ji-Paraná	1532	51,55	10435	45,73	8010	46,32	5693	32,56
Microrregião Vilhena	11	0,37	43	0,19	7	0,04	70	0,40

Fonte: IBGE (Produção agrícola municipal), 1980; 1991; 2000; 2008

Tabela 35B - Produção total e percentual da produção de arroz em relação ao Estado

Regiões	Produção de arroz							
	1980		1991		2000		2009*	
	Total	% relação Estado	Total	% relação Estado	Total	% relação Estado	Total	% relação Estado
Mesorregião Madeira-Guaporé	8968	7,66	9537	6,80	13292	8,63	18902	13,10
Microrregião Guajará-Mirim	4815	4,11	1664	1,19	4018	2,61	8383	5,81
Microrregião Porto Velho	4153	3,55	7873	5,61	9274	6,02	10519	7,29
Mesorregião Leste Rondoniense	108044	92,34	130763	93,20	140715	91,37	125409	86,90
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	-	13552	9,66	15014	9,75	7576	5,25
Microrregião Ariquemes	19372	16,56	15600	11,12	14931	9,70	22562	15,63
Microrregião Cacoal	21872	18,69	31077	22,15	33765	21,92	21826	15,12
Microrregião Colorado do Oeste	-	-	16309	11,62	36850	23,93	30525	21,15
Microrregião Ji-Paraná	40102	34,27	43101	30,72	23311	15,14	15629	10,83
Microrregião Vilhena	26698	22,82	11124	7,93	16844	10,94	27291	18,91

Fonte: IBGE (Produção agrícola municipal), 1980; 1991; 2000; 2008

Tabela 36B – PEA total e percentual da PEA em relação ao Estado

Regiões	PEA							
	1980		1991		2000		2009 ⁵⁶	
	Total	% relação Estado	Total	% relação Estado	Total	% relação Estado	Total	% relação Estado
Mesorregião Madeira-Guaporé	58.342,00	34,03	130.053,58	30,08	209.309,63	31,06	275.405,57	32,56
Microrregião Guajará-Mirim	10.400,00	6,06	14.960,19	3,45	25.347,25	3,76	32.801,17	3,87
Microrregião Porto Velho	47.942,00	27,96	115.093,39	26,61	183.962,38	27,29	242.604,39	28,67
Mesorregião Leste Rondoniense	113.106,00	65,97	302.368,88	69,92	464.635,14	68,94	570.501,19	67,44
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	-	20.222,49	4,67	92.014,03	13,65	104.479,30	12,35
Microrregião Ariquemes	18.993,00	11,07	41.807,97	9,66	59.602,74	8,84	63.868,23	7,55
Microrregião Cacoal	22.615,00	13,19	79.192,18	18,31	100.912,91	14,97	110.871,23	13,10
Microrregião Colorado do Oeste	-	-	24.082,57	5,56	26.003,31	3,85	26.458,10	3,12
Microrregião Ji-Paraná	42.474,00	24,77	102.171,06	23,62	136.997,88	20,32	180.552,61	21,34
Microrregião Vilhena	29.024,00	16,92	34.892,61	8,06	49.104,28	7,28	84.271,73	9,96

Fonte: IPEADATA, 1980; 1991; 2000

⁵⁶ Dados estimados através da fórmula

$$P_n = P_2 + r (t_n - t_2) \quad r = \frac{(P_2 - P_1)}{(T_2 - T_1)}$$

Vamos explicar:

P_n = é o dado a ser encontrado, no caso para 2009.

P₂ = é o último dado disponível, no caso para 2000

P₁ = é o penúltimo dado disponível, no caso para 1991

t_n = é o ano que estamos querendo, no caso 2009

t₂ = é o ano do último dado, no caso 2000

t₁ = é o ano do penúltimo dado, no caso 1991

Fonte: <http://www.hidro.ufrj.br/pqarj/geral/saneam/estpopul/texto.htm>

Tabela 37B – Número de deputados estaduais e federais eleitos por município

Regiões	Número de deputados			
	1980	1991	2000	2009
Mesorregião Madeira-Guaporé	12	14	11	13
Microrregião Guajará-Mirim	2	3	2	2
Microrregião Porto Velho	10	11	9	11
Mesorregião Leste Rondoniense	12	22	24	20
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	0	1	0
Microrregião Ariquemes	3	3	1	3
Microrregião Cacoal	2	5	10	6
Microrregião Colorado do Oeste	-	2	3	1
Microrregião Ji-Paraná	4	9	7	7
Microrregião Vilhena	3	3	2	3

Fontes: ALE-RO, 1983; 1991; 1999; 2007
Câmara Federal, 1983; 1991; 1999; 2007

Tabela 38B – Número de Conselhos municipais por município

Regiões	Nº de conselhos municipais			
	1980	1991	2000	2009
Mesorregião Madeira-Guaporé	0	2	17	31
Microrregião Guajará-Mirim	0	1	6	11
Microrregião Porto Velho	0	1	11	20
Mesorregião Leste Rondoniense	0	5	62	132
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	0	7	13
Microrregião Ariquemes	0	0	13	26
Microrregião Cacoal	0	0	8	22
Microrregião Colorado do Oeste	-	1	7	14
Microrregião Ji-Paraná	0	1	17	39
Microrregião Vilhena	0	3	10	18

Fonte: IBGE (Perfil dos municípios brasileiros), 1991; 2000; 2008

Tabela 39B – Percentual de eleitores aptos em relação aos eleitores aptos do Estado

Regiões	Percentual de eleitores aptos em relação aos eleitores aptos do Estado			
	1980	1991	2000	2009
Mesorregião Madeira-Guaporé	32,45	28,17	31,72	35,61
Microrregião Guajará-Mirim	5,82	3,44	4,04	4,39
Microrregião Porto Velho	26,62	24,72	27,68	31,21
Mesorregião Leste Rondoniense	67,54	71,82	68,27	64,38
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	3,55	4,88	4,72
Microrregião Ariquemes	7,41	8,66	9,94	10,91
Microrregião Cacoal	14,68	18,63	16,68	15,62
Microrregião Colorado do Oeste	-	6,73	4,96	3,75
Microrregião Ji-Paraná	28,45	26,06	23,30	20,96
Microrregião Vilhena	10,56	8,16	8,49	8,39

Fontes: IPEADATA, 1982; 1989; 2000
TRE-RO, 2008

Tabela 40B – Comparecimento dos eleitores por município

Regiões	Comparecimento eleitores			
	1980	1991	2000	2009
Mesorregião Madeira-Guaporé	78,15	79,72	80,42	84,26
Microrregião Guajará-Mirim	76,12	78,51	79,07	80,52
Microrregião Porto Velho	78,59	79,89	80,61	84,79
Mesorregião Leste Rondoniense	80,39	72,96	81,34	81,48
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	59,99	82,51	83,15
Microrregião Ariquemes	83,08	73,72	82,28	82,41
Microrregião Cacoal	81,72	72,78	82,46	82,24
Microrregião Colorado do Oeste	-	74,49	78,80	85,03
Microrregião Ji-Paraná	80,72	73,08	80,70	79,13
Microrregião Vilhena	76,00	76,57	80,58	82,16

Fontes: IPEADATA, 1982; 1989; 2000
TRE-RO, 2008

Tabela 41B - Número total de telefones e número por 1000 habitantes

Regiões	Número de telefones							
	1980		1991		2000		2009	
	Total	1000 hab	Total	1000 hab	Total	1000 hab	Total	1000 hab
Mesorregião Madeira-Guaporé	3838,00	22,76	11148	33,01	59494	125,95	80871	143,12
Microrregião Guajará-Mirim	480,00	13,81	1118	26,02	4415	74,40	4969	69,31
Microrregião Porto Velho	3358,00	25,08	10030	34,03	55079	133,35	75902	153,85
Mesorregião Leste Rondoniense	1369,00	4,25	15660	19,70	63679	70,18	87139	92,88
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	-	335	5,95	1111	15,34	2659	38,14
Microrregião Ariquemes	238,00	4,46	2567	25,56	11368	81,76	12782	76,49
Microrregião Cacoal	153,00	2,28	3257	15,80	16342	72,53	23289	102,32
Microrregião Colorado do Oeste	-	-	930	13,52	3395	56,02	4058	76,23
Microrregião Ji-Paraná	576,00	4,73	5527	20,08	21778	71,60	29108	99,06
Microrregião Vilhena	402,00	5,01	3044	34,58	9685	91,49	15243	120,33

Fontes: IBGE (Censos demográficos), 1980; 1991; 2000
ANATEL, 2008

Tabela 42B – Número de emissoras de radio e televisao por município

Regiões	Número de emissoras de rádio e televisão			
	1980	1991	2000	2009
Mesorregião Madeira-Guaporé	7	22	26	35
Microrregião Guajará-Mirim	2	6	5	7
Microrregião Porto Velho	5	16	21	28
Mesorregião Leste Rondoniense	3	57	60	104
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	0	1	5
Microrregião Ariquemes	1	8	9	15
Microrregião Cacoal	0	12	15	21
Microrregião Colorado do Oeste	-	2	5	8
Microrregião Ji-Paraná	2	24	18	40
Microrregião Vilhena	0	11	12	15

Fontes: IBGE (Censos demográficos), 1980; 1991; 2000
ANATEL, 2008

Tabela 43B – Número de micro e pequenas empresas por 1000 habitantes

Regiões	Número de micro e pequenas empresas			
	1980	1991	2000	2009
Mesorregião Madeira-Guaporé	0,36	2,79	2,49	125,71
Microrregião Guajará-Mirim	0,28	1,25	2,07	92,31
Microrregião Porto Velho	0,38	3,01	2,55	130,66
Mesorregião Leste Rondoniense	0,24	1,63	1,90	88,63
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	0,95	1,29	58,56
Microrregião Ariquemes	0,24	1,80	2,30	84,70
Microrregião Cacoal	0,22	1,55	1,77	81,56
Microrregião Colorado do Oeste	-	1,19	2,01	90,68
Microrregião Ji-Paraná	0,25	1,43	1,80	89,65
Microrregião Vilhena	0,24	3,03	2,28	119,85

Fonte: JUCER, 1980; 1991; 2000; 2008

Tabela 44B – Total das despesas municipais com urbanismo e habitação, transporte, saúde e educação em relação à população

Regiões	Total de despesas			
	1980	1991	2000	2009
Mesorregião Madeira-Guaporé	-	0,007	135,90	857,24
Microrregião Guajará-Mirim	-	0,006	140,87	625,59
Microrregião Porto Velho	-	0,008	135,18	889,37
Mesorregião Leste Rondoniense	-	0,007	208,00	837,80
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	0,005	131,63	1202,77
Microrregião Ariquemes	-	0,008	225,19	957,64
Microrregião Cacoal	-	0,005	222,13	764,16
Microrregião Colorado do Oeste	-	0,005	209,93	733,62
Microrregião Ji-Paraná	-	0,003	182,32	748,98
Microrregião Vilhena	-	0,025	280,28	864,92

Fontes: IPEADATA, 1980; 1991; 2000
STN-FINBRA, 2008

TABELA 45B - Pessoas não naturais do município onde residem, por lugar do domicílio anterior, 1980

Regiões	Lugar do domicílio anterior								TOTAL
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Exterior	Sem especificação	Sem declaração	
Mesorregião Madeira-Guaporé	22579	5887	3154	2902	3307	598	136	382	38945
Microrregião Guajará-Mirim	2153	732	523	539	597	442	77	7	5070
Microrregião Porto Velho	20426	5155	2631	2363	2710	156	59	375	33875
Mesorregião Leste Rondoniense	26770	8272	50856	96384	72719	1289	120	852	257262
Microrregião Alvorada D'Oeste	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Microrregião Ariquemes	11493	1497	4881	16896	7132	138	0	256	42293
Microrregião Cacoal	4201	1808	13781	20679	16150	435		276	57330
Microrregião Colorado do Oeste	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Microrregião Ji-Paraná	4711	3604	22905	35080	22898	376	85	218	89877
Microrregião Vilhena	6365	1363	9289	23729	26539	340	35	102	67762

Fonte: IBGE (Censo demográfico), 1980

TABELA 46B - Pessoas não naturais do município onde residem, por lugar do domicílio anterior, 1991

Regiões	Lugar do domicílio anterior								TOTAL
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Exterior	Sem especificação	Sem declaração	
Mesorregião Madeira-Guaporé	61243	23190	10888	7831	10747	1307	231	100	115537
Microrregião Guajará-Mirim	7509	660	607	434	717	852	7	0	10786
Microrregião Porto Velho	53734	22530	10281	7397	10030	455	224	100	104751
Mesorregião Leste Rondoniense	162145	23491	80269	84460	51798	1168	267	455	404053
Microrregião Alvorada D'Oeste	33553	413	3649	5367	3542	112	0	11	46647
Microrregião Ariquemes	24578	6950	7631	13035	4504	131	0	100	56929
Microrregião Cacoal	39646	3857	23072	27769	16591	467	114	30	111546
Microrregião Colorado do Oeste	9611	1166	4784	7707	6841	46	19	55	30229
Microrregião Ji-Paraná	35575	8670	35184	19455	12339	260	53	211	111747
Microrregião Vilhena	19182	2435	5949	11127	7981	152	81	48	46955

Fonte: IBGE (Censo demográfico), 1991

TABELA 47B - Pessoas não naturais do município onde residem, por lugar do domicílio anterior, 2000

Regiões	Lugar do domicílio anterior							TOTAL
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Exterior	Sem especificação	
Mesorregião Madeira-Guaporé	12.409	6.617	4.701	2.983	4.926	634	274	32.544
Microrregião Guajará-Mirim	231	301	626	320	674	334	27	2.513
Microrregião Porto Velho	12.178	6.316	4.075	2.663	4.252	300	247	30.031
Mesorregião Leste Rondoniense	3380	5.246	20.025	8.655	14384	490	784	52.964
Microrregião Alvorada D'Oeste	56	395	1 911	583	721	91	210	3.967
Microrregião Ariquemes	499	1 371	2 931	1 497	1 958	28	142	8.426
Microrregião Cacoal	630	1 080	4 986	2 405	2 993	164	79	12.337
Microrregião Colorado do Oeste	127	205	763	525	1 300	58	12	2.990
Microrregião Ji-Paraná	1 610	1 550	7 778	2 292	3 867	102	189	17.388
Microrregião Vilhena	458	645	1656	1353	3545	47	152	7.856

Fonte: IBGE (Censo demográfico), 2000

TABELA 48B – Deputados estaduais de Rondônia (Titulares) - 1ª LEGISLATURA

Legislatura	Período	n.º de deputados estaduais	Nome	Partido	Município (título de eleitor)
			Amir Lando	PMDB	Porto Velho
			Amizael Silva	PFL	Porto Velho
			Angelo Angelim	PMDB	Vilhena
			Arnaldo Martins	PMDB	Vilhena
			Cloter Saldanha Mota	PMDB	Ariquemes
			Ernandes Amorim	PMDB	Ariquemes
			Francisco Nogueira	PFL	Guajará-Mirim
			Genivaldo Souza	PFL	Ouro Preto
			Heitor Costa	PDT	Porto Velho
			Jacob Atallah	PFL	Porto Velho
			Jerzy Badocha	PMDB	Porto Velho
			Jô Sato	PFL	Colorado do Oeste
1983-1987		25	João Dias	PMDB	Ji-Paraná
			José Bianco	PFL	Ji-Paraná
			José Do Prado	PFL	Ariquemes
			Manoel Messias	PMDB	Cacoal
			Marvel Falcão	PFL	Pimenta Bueno
			Oswaldo Piana	PFL	Porto Velho
			Ronaldo Aragão	PMDB	Cacoal
			Sadraque Muniz	PMDB	Ji-Paraná
			Sérgio Carminatto	PMDB	Colorado do Oeste
			Silvernani Santos	PFL	Jaru
			Tomás Correia	PMDB	Porto Velho
			Walderedo Paiva	PFL	Porto Velho
			Zuca Marcolino	PMDB	Ji-Paraná

TABELA 49B – Deputados estaduais de Rondônia (Titulares) - 2ª LEGISLATURA

Legislatura	Período	n.º de deputados estaduais	Nome	Partido	Município (título de eleitor)
			Agmar Piau	PT	Ouro Preto do Oeste
			Aurindo Coelho	PSC	Ouro Preto do Oeste
			Dalton Di Franco	PTB	Porto Velho
			Darci Kischener	PL	Espigão do Oeste
			Dedé De Melo	PDT	Guajará-Mirim
			Elizabeth Badocha	PMDB	Porto Velho
			Ernandes Índio	PSB	Porto Velho
			Eurípedes Miranda	PMDB	Ji-Paraná
			Ini Fidelis	PTB	Ji-Paraná
			Isaac Bennesby	PL	Guajará-Mirim
			Jair Ramires		Ji-Paraná
3ª	1991-1995	25	Janatan Igreja	PFL	Ariquemes
			João Batista	PL	Colorado do Oeste
			Lúcia Tereza	PSC	Espigão do Oeste
			Marlene Gorayeb	PTB	Porto Velho
			Nério Bianchini	PT	Cacoal
			Nilton Schramm	PL	Vilhena
			Odaísa Fernandes	PMDB	Porto Velho
			Pedro Lima	PMDB	Pedro Lima
			Reginaldo Monteiro	PFL	Pimenta Bueno
			Renato Velloso	PFL	Ji-Paraná
			Sandi Calistro	PMDB	Rio Crespo
			Silvernani Santos	PFL	Jaru
			Vicente Homem	PMDB	Pimenta Bueno
			William Cury	PL	Porto Velho

TABELA 50B – Deputados estaduais de Rondônia (Titulares) - 5ª LEGISLATURA

Legislatura	Período	n.º de deputados estaduais	Nome	Partido	Município (título de eleitor)
5ª	1999-2003	25	Augusto Praça	PMDB	Pimenta Bueno
			Carlão de Oliveira	PDT	Alta Floresta
			Celso Popó	PL	Santa Luzia
			Cesar Cassol	PMDB	Santa Luzia
			Chico Paraíba	PDT	Presidente Médici
			Coronel Abreu	PMDB	Porto Velho
			Daniel Pereira	PT	Cerejeiras
			Dedé de Melo	PDT	Guajará-Mirim
			Edésio Martelli	PT	Alvorada do Oeste
			Emílio Paulista	PFL	Cacoal
			Everton Leoni	PTB	Porto Velho
			Haroldo Santos	PMDB	Ouro Preto
			João da Muleta	PMN	Jaru
			Kaká Mendonça	PSC	Pimenta Bueno
			Marcos Donadon	PMDB	Colorado do Oeste
			Maurão de Carvalho	PP	Ministro Andreazza
			Mauro Nazif	PSDB	Porto Velho
			Mileni Mota	PL	Rolim de Moura
			Natanael Silva	PP	Porto Velho
			Paulo Moraes	PL	Porto Velho
Ramiro Negreiros	PL	Porto Velho			
Renato Veloso	PFL	Ji-Paraná			
Ronilton Capixaba	PL	Ouro Preto			
Silvernani Santos	PFL	Jaru			
Suely Aragão	PMDB	Cacoal			

TABELA 51B – Deputados estaduais de Rondônia (Titulares) - 7ª LEGISLATURA

Legislatura	Período	n.º de deputados estaduais	Nome	Partido	Município (título de eleitor)
7ª	2007-2011	25	Alex Testoni	PTN	Ouro Preto
			Amauri dos Santos	PMDB	Jaru
			Daniela Amorim	PTB	Ariquemes
			Alexandre Brito	PTC	Porto Velho
			Edson Martins	PMDB	Urupá
			Euclides Maciel	PSDB	Cacoal
			Ezequiel Neiva	PPS	Porto Velho
			Jair Miotto	PPS	Porto Velho
			Jesualdo Pires	PSB	Ji-Paraná
			Kaká Mendonça	PTB	Pimenta Bueno
			Lebrão	PTN	São Francisco do Guaporé
			Luiz Cláudio	PTN	Rolim de Moura
			Luizinho Goebel	PV	Vilhena
			Marcos Donadon	PMDB	Colorado do Oeste
			Mourão de Carvalho	PP	Mirante da Serra
			Maurinho	PSDB	Porto Velho
			Miguel Sena	PV	Guajará-Mirim
			Neodi	PSDC	Machadinho do Oeste
			Neri Frigolo	PT	Cacoal
			Prof. Dantas	PT	Ouro Preto
Ribamar Araújo	PT	Porto Velho			
Tiziu Jidalias	PP	Cacoal			
Valdivino Rodrigues	PR	Cacoal			
Valter Araújo	PTB	Porto Velho			
Wilber Coimbra	PSB	Porto Velho			

TABELA 52B – Deputados Federais por Rondônia (Titulares) -

Legislatura	Período	n.º de deputados federais	Nome	Partido	Município (título de eleitor)
41ª	1959-1963	1	Aluízio Ferreira	PTB	Porto Velho
44ª	1971-1975	1	Jerônimo Santana	MDB	Porto Velho
46ª	1979-1983	3	Isaac Newton	PDS	Guaja-mirim
			Jerônimo Santana	PMDB	Porto Velho
			Odacir Soares	PDS	Porto Velho
49ª	1991-1995	12	Antônio Morimoto	PPR	Porto Velho
			Aparício de Carvalho	PSDB	Porto Velho
			Carlos Camurça	PTB	Porto Velho
			Edison Fidelis	PP	Ji-parana
			Expedito Rafael	PMN	Ouro preto
			Maurício Calixto	PTB	Porto Velho
			Nobel Moura	PFL	Guajará-mirim
			Pascoal Novais	PSD	Machadinho
			Raquel Cândido	PTB	Cacoal
			Reditário Cassol	PP	Rolim de Moura
			Sérgio Carminato	PTB	Colorado do Oeste
			Agnaldo Muniz	PPS	Ji-Parana
Carlos Cury	PPB	Guajará-Mirim			
Confúcio Moura	PMDB	Ariquemes			
Eurípedes Miranda	PDT	Porto Velho			
51ª	1999-2003	9	Expedito Júnior	PSDB	Rolim de Moura
			Marinha Raupp	PMDB	Rolim de Moura
			Nilton Capixaba	PTB	Cacoal
			Oscar Andrade	PL	Porto Velho
			Sérgio Carvalho	PSDB	Porto Velho
			Anselmo de Jesus	PT	Ji-parana
			Eduardo Valverde	PT	Porto Velho
			Ernandes Amarim	PTB	Ariquemes
			Lindomar Garçon	PV	Candeias
53ª	2007-2011	8	Marinha Raupp	PMDB	Rolim Moura
			Mauro Nazif	PSB	Porto Velho
			Moreira Mendes	PPS	Porto Velho
			Natan Donadon	PMDB	Vilhena

Anexo 53B – Questionário para medir o capital social municipal em Rondônia

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO

QUESTIONÁRIO

IDENTIFICAÇÃO

1. NOME DO BAIRRO/LOCALIDADE:.....

2. SEXO:

- 1. Masculino
- 2. Feminino

3. ESCOLARIDADE

- 1. Fundamental incompleto
- 2. Fundamental completo
- 3. Ensino Médio incompleto
- 4. Ensino Médio completo
- 5. Superior incompleto
- 6. Superior completo

4. IDADE

5. RENDA

- 1. Até um Salário Mínimo (< R\$ 500,00)
- 2. De um a dois S-alários Mínimos (R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00)
- 3. De dois a quatro Salários Mínimos (R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00)
- 4. De quatro a oito Salários Mínimos (R\$ 2.000,00 a R\$ 4.000,00)
- 5. De oito a dezesseis Salários Mínimos (R\$ 4.000,00 a R\$ 8.000,00)
- 6. Acima de dezesseis Salários Mínimos (> R\$ 8.000,00)

GRUPOS E REDES

6. Eu gostaria de começar perguntando a você sobre os grupos e organizações, redes, associações a que você, ou qualquer outro membro do seu domicílio, pertencem. Esses grupos podem ser formalmente organizados ou apenas grupos de pessoas que se reúnem regularmente para praticar alguma atividade, ou apenas conversar. De quantos grupos você, ou alguém do seu domicílio, faz parte?

7. De todos os grupos de que você, ou os membros do seu domicílio fazem parte, qual é o mais importante para o seu domicílio?

_____ (nome do grupo)

8. Pensando nos membros deste grupo, a maioria deles é do(a) mesmo(a)...

	1. Sim 2. Não
a. Religião	
b. Sexo	
c. Grupo étnico ou linguístico	
d. Família ou grupo de parentesco	

9. Os membros do grupo têm, em sua maioria, a mesma

	1. Sim 2. Não
a. Ocupação	
b. Formação educacional ou grau de escolaridade	

10. Este grupo trabalha ou interage com grupos fora do bairro?

1. Não
2. Sim, ocasionalmente
3. Sim, frequentemente

11. Nos últimos cinco anos, o tamanho do grupo diminuiu, permaneceu o mesmo ou aumentou?

1. Diminuiu
2. Permaneceu o mesmo
3. Aumentou

12. Quantos amigos próximos você diria que tem hoje? Essas pessoas são aquelas com quem se sente à vontade, para conversar a respeito de assuntos particulares, ou chamar quando precisa de ajuda

13. Se de repente você precisasse de uma pequena quantia em dinheiro (o que você ganharia, digamos, em uma semana de trabalho), há pessoas além do seu domicílio ou parentes próximos, que estariam dispostas a lhe fornecer este dinheiro, se você pedisse a elas?

1. Definitivamente sim
2. Provavelmente sim
3. Não tenho certeza
4. Provavelmente não
5. Definitivamente não

CONFIANÇA E SOLIDARIEDADE

Em toda a comunidade, algumas pessoas se dão bem e confiam umas nas outras, enquanto outras pessoas não. Agora, eu gostaria de falar a respeito da confiança e e da solidariedade na sua comunidade.

14. Falando em geral, você diria que se pode confiar na maioria das pessoas, ou que nunca é demais ter cuidado nas suas relações com outras pessoas?

1. Pode-se confiar na maioria das pessoas
2. Nuca é demais ter cuidado

15. Em geral, você concorda ou discorda das seguintes afirmações?

	<ol style="list-style-type: none"> 1. Concordo totalmente 3. Concordo em parte 4. Não concordo nem discordo 5. Discordo em parte 6. Discordo totalmente
a. A maioria das pessoas neste bairro estão dispostas a ajudar caso você precise.	
b. Neste bairro, as pessoas estão sempre pensando apenas em si mesmas	
c. Neste bairro é preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem de você.	
d. A maioria das pessoas neste bairro estão dispostas a ajudar caso você precise.	
e. Neste bairro, as pessoas geralmente não confiam umas nas outras quanto a emprestar e tomar dinheiro emprestado.	

16. Agora eu quero perguntar a você o quanto você confia em diferentes tipos de pessoas. Numa escala de 1 a 5, onde 1 quer dizer “confio muito pouco” e 5 quer dizer “confio totalmente”, quanto você confia nas pessoas em cada categoria?

	<ol style="list-style-type: none"> 1. Confio muito pouco 2. Confio pouco 3. Nem pouco, nem muito 4. Confio muito 5. Confio totalmente
a. Padres e pessas ligadas à igreja	
b. Pessoas de outros grupos étnicos	

c. Comerciantes e empresários	
d. Membros do governo local (prefeitura)	
e. Membros do governo estadual	
f. Membros do governo federal	
g. Políticos profissionais (vereadores, deputados e senadores)	
h. Polícia (militar e civil)	
i. Médicos e enfermeiros	
j. Funcionários do correio	
k. Líderes de bairro	
l. Professores	
m. Juizes e poder judiciário	
n. Organizações não-governamentais (ONG's)	
o. Jornalistas	
p. Assistentes sociais	
q. Estranhos	

17. Você acha que nos últimos cinco anos, o grau de confiança neste bairro melhorou, piorou ou permaneceu mais ou menos o mesmo?

1. Melhorou
2. Piorou
3. Permaneceu mais ou menos o mesmo

18. Hoje em dia, com que frequência você diria que as pessoas neste bairro ajudam umas às outras? Utilize uma escala de 5 pontos, onde 1 quer dizer “sempre ajudam” e 5 “nunca ajudam”.

1. Sempre ajudam
2. Quase sempre ajudam
3. Algumas vezes ajudam
4. Realmente ajudam
5. Nunca ajudam

19. Se um projeto da comunidade não lhe beneficia diretamente, mas tem benefícios para muitas outras pessoas do bairro, você contribuiria com seu tempo ou dinheiro para o projeto?

A. Tempo

B. Dinheiro

1. Não contribuiria com tempo
2. Contribuiria com tempo

1. Não contribuiria com dinheiro
2. Contribuiria com dinheiro

ACÇÃO COLETIVA E COOPERAÇÃO

20. Nos últimos 12 meses, você ou alguém do seu domicílio participou de alguma atividade comunitária, em que as pessoas se reúnem para realizar algum trabalho em benefício da comunidade?

1. Sim
2. Não

21. Quantas vezes, nos últimos 12 meses?

22. Se houvesse um problema de abastecimento de água nesta comunidade, qual é a probabilidade de que as pessoas cooperassem para tentar resolver o problema?

1. Muito provável
2. Relativamente provável
3. Nem provável, nem improvável
4. Relativamente improvável
5. Muito improvável

INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

23. No último mês, quantas vezes você fez ou recebeu um telefonema?

24. Quais são as três fontes de informações mais importantes a respeito do que o governo está fazendo

1. Parentes, amigos e vizinhos
2. Boletins da comunidade
3. Mercado local
4. Jornal local ou da comunidade
5. Jornal nacional
6. Rádio
7. Televisão
8. Grupos ou associações
9. Colegas de trabalho ou sócios
10. Associados políticos
11. Líderes da comunidade
12. Um agente do governo
13. ONG's
14. Internet

--	--	--

COESÃO E INCLUSÃO SOCIAL

25. Muitas vezes há diferenças nas características entre as pessoas que vivem num mesmo bairro. Por exemplo, diferenças de riqueza , renda, posição social, origem étnica. Também pode haver diferenças em relação às crenças religiosas e políticas, ou pode haver diferenças devido à idade ou o sexo. Até que ponto você diria que as pessoas são diferentes no seu município? Utilize uma escala de 5 pontos, em que 1 quer dizer “extremamente diferentes” e 5 quer dizer “muito pouca diferença”.

1. Extremamente diferentes
2. Muito diferentes
3. Relativamente diferentes
4. Pouco diferentes
5. Muito pouco diferentes

26. Qual é o potencial dessas diferenças para causar problemas?

1. Muito Grande
2. Grande
3. Pequeno
4. Muito Pequeno
5. As diferenças não causam problemas

27. Quais são as duas diferenças que mais frequentemente causam problemas?

1. Diferenças de educação
2. Diferenças de posse de terras
3. Diferenças de riqueza/posses materiais
4. Diferenças de posição social
5. Diferenças entre homens e mulheres
6. Diferenças entre gerações mais jovens e gerações mais velhas
7. Diferenças entre moradores antigos e novos moradores
8. Diferenças de filiação política
9. Diferenças de crenças religiosas
10. Diferenças de origem étnica, raça
11. Outras diferenças

<input type="text"/>	<input type="text"/>
----------------------	----------------------

28. Alguma vez esses problemas levaram à violência?

1. Sim
2. não

29. Quantas vezes no último mês, você se reuniu com outras pessoas para comer ou beber, em casa ou em um lugar público?

30. (Se a resposta não for zero) Alguma dessas pessoas era...

- | |
|---|
| <ol style="list-style-type: none">1. Sim2. Não |
|---|

a. De origem étnica ou linguística diferente?	
b. De situação econômica diferente?	
c. De posição social diferente?	
d. De um grupo religioso diferente?	

31. Em geral, como você sente em relação ao crime e à violência quando está sozinho(a) em casa?

1. Muito seguro(a)
2. Moderadamente seguro(a)
3. Nem seguro(a), nem inseguro(a)
4. Moderadamente inseguro(a)
5. Muito inseguro(a)

AUTORIDADE E CAPACITAÇÃO (Empowerment) E AÇÃO COLETIVA

32. Em geral, você se considera uma pessoa...

1. Muito feliz
2. Moderadamente feliz
3. Nem feliz, nem infeliz
4. Moderadamente infeliz
5. Muito infeliz

33. Você sente que tem poder para tomar decisões que podem mudar o curso da sua vida? Faça uma avaliação de você mesmo em uma escala de 1 a 5, em que 1 quer dizer “totalmente incapaz de mudar minha vida”, e 5 quer dizer “totalmente capaz de mudar minha vida”.

1. Totalmente incapaz de mudar minha vida
2. Geralmente incapaz de mudar minha vida
3. Nem capaz, nem incapaz
4. Geralmente capaz de mudar minha vida
5. Totalmente capaz de mudar minha vida

34. Nos últimos 12 meses, quantas vezes as pessoas desse bairro se reuniram para entregar conjuntamente uma petição a membros do governo ou líderes políticos pedindo algo em benefício da comunidade?

1. Nunca
2. Uma vez
3. Algumas vezes (menor ou igual a 5)
4. Muitas vezes (maior que 5)

35. Muitas pessoas consideram difícil sair para votar. Você votou nas últimas eleições municipais/estaduais/presidenciais?

1. Sim
2. Não